

Quadro histórico dos dispositivos Constitucionais

Art. 192

o o art. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição.
União poderá instituir contribuição de que trata este artigo não excedê-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei. O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde.
A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordinada ao art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada antes de 15 de agosto de 2015.

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação



Panorama do processo constituinte

Para melhor compreensão do processo constituinte, recomendamos a leitura do documento disponível no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Publicações e Documentos → Panorama do Funcionamento da ANC, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/panorama_anc

A relação das Comissões Temáticas e das respectivas subcomissões poderá ser consultada no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Comissões e Subcomissões Temáticas, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes

Texto promulgado em 5/10/1988

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas na autorização de que trata este inciso;

II - autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador e do órgão oficial ressegurador;

III - as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente:

- a) os interesses nacionais;
- b) os acordos internacionais;

IV - a organização, o funcionamento e as atribuições do banco central e demais instituições financeiras públicas e privadas;

V - os requisitos para a designação de membros da diretoria do banco central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;

VI - a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União;

VII - os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento;

VIII - o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.

§ 1º A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

§ 2º Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

§ 3º As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.

1 – Sugestões localizadas¹

SUGESTÃO:10564 DT REC:04/06/87

Entidade:

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO - RS
ENIO KINZEL - PRESIDENTE
MUNICÍPIO : SANTIAGO CEP : 97700 UF : RS)

Texto:

SUGERE NORMA SOBRE AUTONOMIA MUNICIPAL, DIREITOS DO TRABALHADOR SISTEMA FINANCEIRO, DIREITO DE VOTO E COOPERATIVISMO.

SUGESTÃO:11128 DT REC:27/07/87

Entidade:

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - ANABB.
JOSÉ FLÁVIO VENTRICE BERÇOTT - PRESIDENTE MUNICÍPIO : BRASILIA CEP : 70000 UF : DF)

Texto:

SUGERE NORMAS QUE TRAGAM AO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E AO BANCO DO BRASIL A NECESSÁRIA DEFINIÇÃO DE FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES, CONFORME ESTABELECE.

SUGESTÃO:11650 DT REC:03/09/87

Entidade:

CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA - PR
ALVARO GROTTI - PRESIDENTE
MUNICÍPIO : LONDRINA CEP : 86100 UF : PR)

¹ O inteiro teor de cada sugestão pode ser consultado no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Sugestões dos Constituintes, no seguinte endereço: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituientes/sugestoes-dos-constituientes-pagina-principal

Texto:

SUGERE NORMA SOBRE A CRIAÇÃO DE UM BANCO CENTRAL AUTÔNOMO, DESVINCULADO DO EXECUTIVO E FISCALIZADO PELO LEGISLATIVO.

SUGESTÃO:02047 DT REC:28/04/87

Autor:

CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB/CE)

Texto:

SUGERE QUE O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL EXERÇA FUNÇÃO SOCIAL, FICANDO PROIBIDA A VINCULAÇÃO DE SEUS DIRIGENTES A INSTITUIÇÕES PRIVADAS; QUE OS RECURSOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SE DESTINEM ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS; QUE OS CUSTOS FINANCEIROS PARA O NORDESTE SEJAM REDUZIDOS A 50% (CINQUENTA POR CENTO); QUE O ESTADO ESTIMULE O COOPERATIVISMO.

SUGESTÃO:02050 DT REC:28/04/87

Autor:

CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB/CE)

Texto:

SUGERE NORMAS QUE DISPONHAM SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, SOBRE A ESTRUTURA, AS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS QUE O COMPÕEM.

SUGESTÃO:02092 DT REC:28/04/87

Autor:

FIRMO DE CASTRO (PMDB/CE)

Texto:

SUGERE DISPOSITIVOS QUE DISCIPLINEM O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL; QUE A LEGISLAÇÃO SOBRE MATÉRIA FINANCEIRA SEJA DE COMPETÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL.

SUGESTÃO:02147 DT REC:29/04/87

Autor:

WALDYR PUGLIESI (PMDB/PR)

Texto:

SUGERE CAIBA AO ESTADO, PRIVATIVAMENTE, O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.

SUGESTÃO:02175 DT REC:29/04/87

Autor:

JOÃO DA MATA (PFL/PB)

Texto:

SUGERE A ESTATIZAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL.

SUGESTÃO:02720 DT REC:30/04/87

Autor:

AGASSIZ ALMEIDA (PMDB/PB)

Texto:

SUGERE NORMA SOBRE A ESTATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PRIVADAS.

SUGESTÃO:02726 DT REC:30/04/87

Autor:

CARLOS VIRGÍLIO (PDS/CE)

Texto:

SUGERE SEJA COMPETÊNCIA DO BANCO CENTRAL IMPLEMENTAR A POLÍTICA MONETÁRIA NACIONAL, NOS TERMOS E CONDIÇÕES QUE ESTABELECE.

SUGESTÃO:02731 DT REC:30/04/87

Autor:

CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB/CE)

Texto:

SUGERE NORMA DISPONDO SOBRE A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.

SUGESTÃO:02971 DT REC:04/05/87

Entidade:

CONF.NAC.DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE CREDITO
WILSON GOMES DE MOURA - PRESIDENTE (OSMAR LEITÃO)
MUNICÍPIO : BRASILIA CEP : 70000 UF : DF)

Texto:

SUGERE NORMAS SOBRE REFORMA AGRÁRIA, SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL;
DÍVIDA EXTERNA; DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E DIREITOS DOS
TRABALHADORES.

SUGESTÃO:03059 DT REC:05/05/87

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

SUGERE NORMAS SOBRE OS ÓRGÃOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, SOBRE
AS EMPRESAS ESTRANGEIRAS QUE OPEREM NO PAÍS E DEMAIS DISPOSIÇÕES QUE
ENUMERA.

SUGESTÃO:03256 DT REC:06/05/87

Autor:

ADYLSO MOTA (PDS/RS)

Texto:

SUGERE COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA FISCALIZAR AS OPERAÇÕES DOS
ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO, CAPITALIZAÇÃO E DE SEGURO.

SUGESTÃO:03386 DT REC:05/05/87

Autor:

CARLOS VIRGÍLIO (PDS/CE)

Texto:

SUGERE NORMAS DISPONDO SOBRE O MANDATO DO PRESIDENTE E DOS DIRETORES
DO BANCO CENTRAL.

SUGESTÃO:03673 DT REC:05/05/87

Autor:

HUMBERTO LUCENA (PMDB/PB)

Texto:

SUGERE DISPOSITIVO SOBRE A COMPOSIÇÃO E AS REGRAS DE
FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL.

SUGESTÃO:03782 DT REC:05/05/87

Autor:

LUÍS EDUARDO (PFL/BA)

Texto:

SUGERE DISPOSITIVOS SOBRE A NOMEAÇÃO DO PRESIDENTE E DOS DIRETORES DO
BANCO CENTRAL; SOBRE SEUS MANDATOS; SOBRE COMPETÊNCIA DO BANCO
CENTRAL E PROIBIÇÕES QUE ESPECIFICA.

SUGESTÃO:03918 DT REC:06/05/87

Autor:

PAES DE ANDRADE (PMDB/CE)

Texto:

SUGERE QUE A ESCOLHA DE INTERVENTORES DE ENTIDADES DO SISTEMA
FINANCEIRO DEPENDA DE PRÉVIA APROVAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL.

SUGESTÃO:04252 DT REC:06/05/87

Autor:

SÉRGIO SPADA (PMDB/PR)

Texto:

SUGERE QUE HAJA LIMITES PARA A COBRANÇA E O PAGAMENTO DE TAXAS
REMUNERATÓRIAS PELAS INSTALAÇÕES DE CRÉDITO.

SUGESTÃO:04362 DT REC:06/05/87

Autor:

MEIRA FILHO (PMDB/DF)

Texto:

SUGERE QUE DEPENDA DE APROVAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL TODA A REGULAMENTAÇÃO ATINENTE AO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E AO SISTEMA DE HABITAÇÃO.

SUGESTÃO:04446 DT REC:06/05/87

Autor:

PAES DE ANDRADE (PMDB/CE)

Texto:

SUGERE QUE LEI ESPECIAL DISPONHA SOBRE O CONSELHO DE MERCADO DE CAPITAIS, SUA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA, TENDO EM VISTA PROTEGER OS INTERESSES DO PÚBLICO INVESTIDOR.

SUGESTÃO:04501 DT REC:06/05/87

Autor:

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

Texto:

SUGERE SEJA ESTRUTURADO O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, CONSTITUÍDO PELO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, BANCO CENTRAL DO BRASIL, BANCO DO BRASIL, BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E DEMAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS E PRIVADAS.

SUGESTÃO:04762 DT REC:06/05/87

Autor:

JORGE UEQUED (PMDB/RS)

Texto:

SUGERE NORMA EM DEFESA DA ESTATIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO.

SUGESTÃO:04978 DT REC:06/05/87

Autor:

JORGE VIANNA (PMDB/BA)

Texto:

SUGERE QUE AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DIREITO PRIVADO SÓ POSSAM PARTICIPAR DO CAPITAL DE QUAISQUER SOCIEDADES COM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO BANCO CENTRAL, CONFORME ESTABELECE.

SUGESTÃO:05118 DT REC:06/05/87

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

SUGERE DISPOSITIVOS SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL.

SUGESTÃO:05152 DT REC:06/05/87

Autor:

CID CARVALHO (PMDB/MA)

Texto:

SUGERE QUE A LEI DISPONHA SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS BANCOS DEPÓSITO, EMPRESAS FINANCEIRAS E DE SEGUROS, DEVENDO A MAIORIA DE SEU CAPITAL COM DIREITO A VOTO SER CONSTITUÍDA POR BRASILEIROS.

SUGESTÃO:05308 DT REC:06/05/87

Autor:

SÉRGIO SPADA (PMDB/PR)

Texto:

SUGERE NORMAS SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO, VISANDO COIBIR A ESPECULAÇÃO NESSA ÁREA.

SUGESTÃO:05472 DT REC:06/05/87

Autor:

LUIZ GUSHIKEN (PT/SP)

Texto:

SUGERE QUE AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS SEJAM DE PROPRIEDADE EXCLUSIVA DO PODER PÚBLICO, CABENDO-LHE PRIVATIVAMENTE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA EM TODAS AS SUAS MODALIDADES.

SUGESTÃO:05553 DT REC:06/05/87

Autor:

ASSIS CANUTO (PFL/RO)

Texto:

SUGERE DISPOSITIVOS SOBRE AS COMPETÊNCIAS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL.

SUGESTÃO:05647 DT REC:06/05/87

Autor:

ADROALDO STRECK (PDT/RS)

Texto:

SUGERE QUE A UNIÃO DISPONHA SOBRE O REGIME JURÍDICO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, O SISTEMA DE CAPTAÇÃO, FORMAÇÃO E SEGURANÇA DE RECURSOS MONETÁRIOS, A ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES QUE ENUMERA.

SUGESTÃO:05677 DT REC:06/05/87

Autor:

AMAURY MULLER (PDT/RS)

Texto:

SUGERE QUE A ATIVIDADE BANCÁRIA, FINANCEIRA E DE SEGUROS DEVA CUMPRIR A FUNÇÃO SOCIAL DE APOIO À ECONOMIA DO PAÍS; QUE EMPRESAS BANCÁRIAS, FINANCEIRAS E DE SEGUROS SEJAM ORGANIZADAS SOB A FORMA DE SOCIEDADE ANÔNIMA, NAS CONDIÇÕES QUE ESTABELECE.

SUGESTÃO:05884 DT REC:06/05/87

Autor:

CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB/CE)

Texto:

SUGERE CRITÉRIOS PARA A APURAÇÃO PARLAMENTAR DE ATOS ILÍCITOS NO SISTEMA FINANCEIRO, E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUGESTÃO:05891 DT REC:06/05/87

Autor:

CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB/CE)

Texto:

SUGERE QUE AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL INTEGREM O SISTEMA FINANCEIRO.

SUGESTÃO:05988 DT REC:06/05/87

Autor:

SÉRGIO SPADA (PMDB/PR)

Texto:

SUGERE NORMAS DISPONDO SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUGESTÃO:06532 DT REC:06/05/87

Autor:

FLORICENO PAIXÃO (PDT/RS)

Texto:

SUGERE QUE A ATIVIDADE DAS INSTITUIÇÕES QUE INTEGRAM O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL SEJA MONOPÓLIO DA UNIÃO.

SUGESTÃO:06692 DT REC:06/05/87

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

SUGERE QUE A LEI PENAL TIPIFIQUE COMO CRIME DE USURA A PRÁTICA DE JUROS QUE ULTRAPASSEM A TAXA REAL DE 1% AO MÊS.

SUGESTÃO:06935 DT REC:06/05/87

Autor:

OSWALDO ALMEIDA (PL/RJ)

Texto:

SUGERE QUE A LEI REGULE O SISTEMA FINANCEIRO, NA FORMA QUE ESTABELECE.

SUGESTÃO:07094 DT REC:06/05/87

Autor:

SÉRGIO WERNECK (PMDB/MG)

Texto:

SUGERE NORMAS GERAIS DISPONDO SOBRE O PODER LEGISLATIVO, O SERVIÇO PÚBLICO, O SISTEMA FINANCEIRO E OS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS.

SUGESTÃO:07114 DT REC:06/05/87

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

SUGERE MODIFICAÇÕES NO SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO E QUE SEJA O BANCO DO BRASIL O AGENTE FINANCEIRO DO GOVERNO FEDERAL PARA A APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS ATIVIDADES DE AGROPECUÁRIA, DE AGROINDÚSTRIA E DE COMÉRCIO EXTERIOR.

SUGESTÃO:07232 DT REC:06/05/87

Autor:

FRANCISCO PINTO (PMDB/BA)

Texto:

SUGERE SEJAM NACIONALIZADOS OS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, AS EMPRESAS FINANCEIRAS E DE SEGUROS EXISTENTES NO BRASIL, CONSTITUÍDOS MAJORITARIAMENTE COM CAPITAL NACIONAL.

SUGESTÃO:07235 DT REC:06/05/87

Autor:

FRANCISCO PINTO (PMDB/BA)

Texto:

SUGERE QUE A UNIÃO DETENHA O CONTROLE ACIONÁRIO DOS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO E DAS SEGURADORAS PRIVADAS EXISTENTES NO PAÍS.

SUGESTÃO:07509 DT REC:06/05/87

Autor:

ETEVALDO NOGUEIRA (PFL/CE)

Texto:

SUGERE DISPOSITIVOS SOBRE O SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL, E QUE A ATIVIDADE BANCÁRIA E FINANCEIRA SEJA VINCULADA AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL E À JUSTIÇA SOCIAL.

SUGESTÃO:07519 DT REC:06/05/87

Autor:

OSWALDO LIMA FILHO (PMDB/PE)

Texto:

SUGERE QUE A MAIORIA DO CAPITAL COM DIREITO A VOTO DOS BANCOS DE DEPÓSITOS, DAS EMPRESAS FINANCEIRAS E DE SEGURO, EM TODAS AS SUAS MODALIDADES, PERTENÇAM AOS BRASILEIROS.

SUGESTÃO:07570 DT REC:06/05/87

Autor:

WILSON MARTINS (PMDB/MS)

Texto:

SUGERE QUE O FUNCIONAMENTO DOS BANCOS DE DEPÓSITO, EMPRESAS FINANCEIRAS E DE SEGUROS SEJA REGULAMENTADO POR LEI FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUGESTÃO:07619 DT REC:06/05/87

Autor:

IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PMDB/GO)

Texto:

SUGERE DISPOSITIVOS SOBRE A COMPETÊNCIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, A NOMEAÇÃO E A DURAÇÃO DO MANDATO DE SUA DIRETORIA; SOBRE OS PRINCÍPIOS EM QUE SE DEVA BASEAR A ORDEM ECONÔMICA DO PAÍS; E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUGESTÃO:07827 DT REC:06/05/87

Autor:

WILSON CAMPOS (PMDB/PE)

Texto:

SUGERE QUE O PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL SEJA ESCOLHIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS RELATIVAS AO SISTEMA BANCÁRIO.

SUGESTÃO:00799 DT REC:13/04/87

Autor:

EDISON LOBÃO (PFL/MA)

Texto:

SUGERE QUE A LEI DISPONHA SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, SENDO SEUS ÓRGÃOS SUPERIORES O CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL E O BANCO CENTRAL DO BRASIL, COM ATRIBUIÇÕES DE REGULAMENTAR, CUMPRIR E FAZER CUMPRIR AS DISPOSIÇÕES QUE LHE SERÃO DEFERIDAS.

SUGESTÃO:00822 DT REC:13/04/87

Autor:

JORGE ARBAGE (PDS/PA)

Texto:

SUGERE NORMA ESTABELECIDADA QUE A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, SEJA APROVADA PELO CONGRESSO NACIONAL.

SUGESTÃO:08537 DT REC:06/05/87

Autor:

CÁSSIO CUNHA LIMA (PMDB/PB)

Texto:

SUGERE SEJA COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL A EMISSÃO DE MOEDA.

SUGESTÃO:08776 DT REC:06/05/87

Autor:

DARCY DEITOS (PMDB/PR)

Texto:

SUGERE NORMA QUE DISPONHA SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS BANCOS DE DEPÓSITOS, EMPRESAS FINANCEIRAS E DE SEGUROS, EM TODAS AS MODALIDADES CONFORME ESTABELECE.

SUGESTÃO:08778 DT REC:06/05/87

Autor:

DARCY DEITOS (PMDB/PR)

Texto:

SUGERE QUE A LEI REGULE O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E DETERMINE ÓRGÃOS QUE O COMPÕEM COM SUAS FUNÇÕES CORRESPONDENTES.

SUGESTÃO:08951 DT REC:06/05/87

Autor:

DELFIN NETTO (PDS/SP)

Texto:

SUGERE QUE A LEI DISPONHA SOBRE A CRIAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DE UM BANCO CENTRAL, NA FORMA QUE DETERMINA.

SUGESTÃO:09392 DT REC:06/05/87

Autor:

JOSE CARLOS VASCONCELOS (PMDB/PE)

Texto:

SUGERE A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E QUE CAIBA À UNIÃO EMITIR MOEDAS E FISCALIZAR AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CAPITALIZAÇÃO E SEGURO E, AO CONGRESSO NACIONAL, LEGISLAR SOBRE MATÉRIA FINANCEIRA.

SUGESTÃO:09439 DT REC:22/05/87

Entidade:

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT/RS
JURANDIR TEIXEIRA LEITE - PRESIDENTE

Texto:

SUGERE DISPOSIÇÕES SOBRE DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS, ORGANIZAÇÃO DOS PODERES, ORDEM ECONÔMICA, SISTEMA FINANCEIRO, DÍVIDA EXTERNA, FORÇAS ARMADAS, TRABALHADORES, SEGURIDADE, MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO, FAMÍLIA, CRIANÇA, SAÚDE, HABITAÇÃO, URBANISMO, TRANSPORTES, POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E REFORMA AGRÁRIA.

SUGESTÃO:00955 DT REC:14/04/87

Autor:

FERNANDO GASPARIAN (PMDB/SP)

Texto:

SUGERE QUE A COBRANÇA DE TAXAS DE JUROS REAIS SUPERIORES À TAXA ANUAL DE 12% (DOZE POR CENTO) SEJA VEDADA, EM QUALQUER HIPÓTESE, A PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS.

SUGESTÃO:09632 DT REC:06/05/87

Autor:

RAUL FERRAZ (PMDB/BA)

Texto:

SUGERE SEJA ATRIBUÍDA AO ESTADO COMPETÊNCIA EXCLUSIVA PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE BANCÁRIA.

SUGESTÃO:09719 DT REC:06/05/87

Autor:

IVAN BONATO (PFL/SC)

Texto:

SUGERE QUE O BANCO CENTRAL DO BRASIL EXERÇA O CONTROLE E A FISCALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.

SUGESTÃO:09721 DT REC:06/05/87

Autor:

IVAN BONATO (PFL/SC)

Texto:

SUGERE QUE O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL SEJA ORGANIZADO COM VISTAS A ASSEGURAR A MELHOR UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS, ESTIMULANDO O INVESTIMENTO E PROMOVENDO O PLENO EMPREGO, O DESENVOLVIMENTO E O BEM-ESTAR SOCIAL.

2 – Audiências públicas

Consulte as sete reuniões de Audiência Pública realizadas pela Subcomissão do Sistema Financeiro. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao5/subcomissao5c

3 – Subcomissões temáticas

SUBCOMISSÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - Vc

<p>FASE A – Anteprojeto do relator</p>	<p>Art. 2º - A atividade das instituições financeiras, públicas e privadas, é expressão de função social, devendo ser exercida em benefício do interesse da coletividade.</p> <p>§ 1º - O exercício dessas atividades por entidades do setor privado será autorizado a todas quantas comprovem idoneidade e capacidade econômica e financeira, principalmente em atividades de cooperativas de crédito.</p> <p>§ 2º - As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não podendo ser superiores a 12% ao ano.</p> <p>§ 3º - Os bancos de depósitos, de investimento, as companhias e corretoras de seguro e demais instituições financeiras não poderão ter participação acionária de pessoa física ou jurídicas estrangeiras.</p> <p>§ 4º - Os bancos e outras instituições estrangeiras, autorizados a funcionar no País, não poderão receber depósitos ou outra forma de captação de recursos no mercado.</p> <p>[...]</p> <p>Art. 5º - Ao Banco Central do Brasil, órgão autônomo do Poder Executivo, compete:</p> <p>a - emitir moeda e títulos de créditos de sua responsabilidade, para a execução da política monetária;</p> <p>b - executar a programação monetária;</p> <p>c - controlar as operações de câmbio;</p> <p>d - executar os serviços do meio circulante;</p> <p>e - exercer a fiscalização das instituições financeiras;</p> <p>f - dispor normas sobre a execução das políticas monetárias, de crédito e cambial, observado o disposto no § 1º do Art. 4º</p> <p>§ 1º - Seu presidente será indicado pelo Presidente da República, sendo nomeado para mandato de quatro anos, após ter sua indicação aprovada pelo Congresso Nacional, que poderá também votar sua destituição ou apreciar expediente do Presidente da República nesse sentido.</p> <p>§ 2º - É vedada a eleição para a presidência e diretorias do Banco Central do Brasil a quem tiver exercido, nos últimos quatro anos anteriores à indicação, função de direção de qualquer entidade financeira privada.</p> <p>§ 3º - É vedado a quem tiver ocupado a presidência ou diretorias do Banco Central do Brasil exercer cargo em órgão ou entidade financeira privada, durante os quatro anos seguintes ao seu desligamento daquele Banco.</p>
<p>FASE B – Emenda ao anteprojeto do relator</p>	<p>Total de emendas localizadas: 58. (consulte a íntegra das emendas da Fase B ao final deste documento.)</p>
<p>FASE C – Anteprojeto da subcomissão</p>	<p>Art. 2º - As instituições financeiras, públicas e privadas, exercem função social e suas atividades devem subordinar-se aos interesses da coletividade, segundo os princípios gerais da ordem econômica e social definidos nesta Constituição.</p> <p>§ 1º - O exercício dessas atividades por instituições bancárias e financeiras, cooperativas de crédito, estabelecimentos de capitalização, do setor privado, será autorizado, sem ônus, a todos quantos comprovarem idoneidade e capacidade técnica, econômica e financeira. Essa autorização é inegociável e intransferível.</p> <p>§ 2º - Os bancos de depósitos, de investimento, as companhias e corretores de</p>

	<p>seguro e demais instituições financeiras não poderão ter participação acionária de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras.</p> <p>§ 3º - A abertura e funcionamento de agências de bancos ou instituições financeiras no município fica condicionada à aprovação prévia da autoridade local que poderá, através de lei municipal, regulamentar horário, lugar e condições de funcionamento destes estabelecimentos, de forma compatível aos interesses da comunidade local.</p> <p>Art. 3º - Os bancos e outras instituições financeiras estrangeiras, autorizados a funcionar no País, não poderão receber depósitos ou outra forma de captação de recursos no mercado.</p> <p>[...]</p> <p>Art. 5º - Ao Banco Central do Brasil, órgão autônomo do Poder Executivo, compete, sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem cometidas em lei:</p> <p>I - emitir moeda e títulos de créditos de sua responsabilidade, para execução da política monetária, nas condições estabelecidas pelo Congresso Nacional;</p> <p>II - executar a programação monetária;</p> <p>III - controlar as operações de câmbio;</p> <p>IV - executar os serviços do meio circulante;</p> <p>V - exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas em lei;</p> <p>VI - dispor normas sobre a execução das políticas monetária, de crédito, cambial e do mercado de capitais, observado o disposto na letra I do artigo 4º;</p> <p>VII - estimular a criação de cooperativas de crédito.</p> <p>§ 1º - Seu presidente e diretoria serão indicados pelo Presidente da República, sendo nomeados para mandato de quatro anos, após ter suas indicações aprovadas pelo Congresso Nacional, que poderá também votar suas destituições ou apreciar expediente do Presidente da República nesse sentido.</p> <p>§ 2º - É vedada a eleição para a presidência e diretorias do Banco Central do Brasil a quem tiver exercido, nos últimos quatro anos anteriores à indicação, função de direção de qualquer entidade financeira privada.</p> <p>§ 3º - É vedado a quem tiver ocupado a presidência ou diretorias do Banco Central do Brasil exercer cargo em órgão ou entidade financeira privada, durante os quatro anos seguintes ao seu desligamento daquele Banco.</p> <p>[...]</p> <p>Art. 9º - A União, através de suas instituições financeiras, não se responsabilizará pelos depósitos ou aplicações nas instituições financeiras privadas.</p> <p>Parágrafo único - As instituições financeiras privadas formarão Fundo de Seguro de Depósitos Bancários, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo depósitos ou aplicações até determinado valor, que a lei definirá.</p> <p>[...]</p> <p>Art. 12 - Os depósitos ou poupanças captadas pelas instituições financeiras em macrorregiões menos desenvolvidas, não poderão ser aplicados em macrorregiões mais desenvolvidas.</p> <p>Consulte, na 16ª reunião da Subcomissão do Sistema Financeiro, a discussão e votação da redação final do anteprojeto do relator.</p> <p>Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 22/8/1997, Supl. 132, a partir da p. 375. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao5/subcomissao5c</p> <p>NOTA: Nesta reunião, o relator apresentou um segundo anteprojeto, o que gerou uma certa confusão na votação das emendas e destaques, que se referiam aos artigos do primeiro anteprojeto. Durante a discussão, foi aprovado destaque para a emenda 00068 (p. 411).</p>
--	---

4 – Comissões temáticas

COMISSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO, ORÇAMENTOS E FINANÇAS - V

FASE E – Emendas ao anteprojeto da subcomissão, na comissão	Total de emendas localizadas: 73. (consulte a íntegra das emendas da Fase E ao final deste documento.)
FASE F – Substitutivo do relator	<p>Art. 61 - O Sistema Financeiro Nacional será estruturado em lei, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade.</p> <p>Art. 62 - A Lei do Sistema Financeiro Nacional disporá, inclusive, sobre:</p> <p>I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro e previdências;</p> <p>II - condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, tendo em vista, especialmente:</p> <p>a) os interesses nacionais;</p> <p>b) os acordos internacionais;</p> <p>c) critérios de reciprocidade;</p> <p>III - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil, bem como sobre os impedimentos aplicáveis a quem houver exercido cargo na sua diretoria;</p> <p>IV - a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.</p> <p>§ 1º - A autorização a que se refere o item I será inegociável e intransferível e poderá ser concedida a qualquer pessoa jurídica idônea mediante comprovação de capacidade econômica compatível com o empreendimento.</p> <p>§ 2º - O presidente e os diretores do Banco Central do Brasil terão mandato de quatro anos. Serão indicados, nomeados ou exonerados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal.</p> <p>[...]</p> <p>Art. 65 - A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras.</p>
FASE G – Emenda ao substitutivo	Total de emendas localizadas: 31. (consulte a íntegra das emendas da Fase G ao final deste documento.)
FASE H – Anteprojeto da comissão	<p>Art. 66 - O Sistema Financeiro Nacional será estruturado em lei, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade.</p> <p>Art. 67 - A Lei do Sistema Financeiro Nacional disporá, inclusive, sobre:</p> <p>I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização;</p> <p>II - condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, tendo em vista, especialmente:</p>

	<p>a) os interesses nacionais;</p> <p>b) os acordos internacionais;</p> <p>c) critérios de reciprocidade;</p> <p>III - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil.</p> <p>IV - requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;</p> <p>V - a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.</p> <p>Parágrafo único. O presidente e os diretores do Banco Central do Brasil terão mandato de quatro anos. Serão indicados pelo Presidente da República e por este nomeados ou exonerados, após aprovação do Congresso Nacional.</p> <p>Art. 68 - A autorização a que se refere o item I do art. 67 será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da Lei do Sistema Financeiro Nacional, à pessoa jurídica, cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.</p> <p>[...]</p> <p>Art. 72 - A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras.</p> <p>[...]</p> <p>Art. 81 - É vedada a transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento.</p> <p>Consulte na 9ª reunião da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças a votação do Substitutivo do Relator publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 22/8/1987, Supl. 132, a partir da p. 237. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao5/comissao5</p>
--	--

5 – Comissão de Sistematização

<p>FASE I – Anteprojeto de Constituição</p>	<p>Art. 290 - A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras.</p> <p>[...]</p> <p>Art. 335 - O Sistema Financeiro Nacional será estruturado em lei, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade.</p> <p>Art. 336 - A Lei do Sistema Financeiro Nacional disporá, inclusive, sobre:</p> <p>I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização;</p> <p>II - condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, tendo em vista, especialmente:</p> <p>a) os interesses nacionais;</p> <p>b) os acordos internacionais;</p> <p>c) critérios de reciprocidade;</p>
---	---

	<p>III - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil.</p> <p>IV - requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;</p> <p>V - a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.</p> <p>Art. 337 - A autorização a que se refere o item I do art. 336 será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da Lei do Sistema Financeiro Nacional, à pessoa jurídica, cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.</p> <p>[...]</p> <p>Art. 475 - É vedada a transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento.</p>
<p>FASES J e K – Emendas de mérito (CS) e de adequação ao anteprojeto</p>	<p>Total de emendas localizadas: 47.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas das Fases J e K ao final deste documento).</p>
<p>FASE L – Projeto de Constituição</p>	<p>Art. 285 - A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras.</p> <p>[...]</p> <p>Art. 327 - O Sistema Financeiro Nacional será estruturado em lei, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade.</p> <p>Art. 328 - A Lei do Sistema Financeiro Nacional disporá, inclusive, sobre:</p> <p>I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização;</p> <p>II - condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, tendo em vista, especialmente:</p> <p>a) os interesses nacionais;</p> <p>b) os acordos internacionais;</p> <p>c) critérios de reciprocidade;</p> <p>III - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil.</p> <p>IV - requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;</p> <p>V - a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.</p> <p>Art. 329 - A autorização a que se refere o item I do artigo anterior será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da Lei do Sistema Financeiro Nacional, à pessoa jurídica, cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.</p> <p>Art. 330 - Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.</p> <p>Art. 331 - É vedada a transferência de poupança de regiões com renda inferior à</p>

	média nacional para outras de maior desenvolvimento.
FASE M – Emendas (1P) de Plenário e populares	Total de emendas localizadas: 185. (consulte a íntegra das emendas da Fase M ao final deste documento.)
FASE N – Primeiro substitutivo do relator	<p>Art. 219 - A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras.</p> <p>[...]</p> <p>Art. 255 - O sistema financeiro nacional será estruturado em lei, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, que disporá, inclusive, sobre:</p> <p>I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização;</p> <p>II - condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, tendo em vista, especialmente:</p> <p>a) os interesses nacionais;</p> <p>b) os acordos internacionais;</p> <p>c) critérios de reciprocidade;</p> <p>III - a organização, o funcionamento e as atribuições do banco central;</p> <p>IV - requisitos para a designação de membros da diretoria do banco central, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;</p> <p>V - a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.</p> <p>VI - critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento.</p> <p>§ 1º - A autorização a que se refere o item I será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, à pessoa jurídica, cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.</p> <p>§ 2º - Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.</p> <p>Art. 256 - A autorização a que se refere o item I do artigo anterior será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, à pessoa jurídica, cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.</p>
FASE O – Emendas (ES) ao primeiro substitutivo do relator	Total de emendas localizadas: 129. (consulte a íntegra das emendas da Fase O ao final deste documento.)
FASE P – Segundo substitutivo do relator	<p>Art. 221 - O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar que disporá, inclusive, sobre:</p> <p>I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro;</p>

	<p>II - as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o inciso anterior, tendo em vista, especialmente:</p> <p>a) os interesses nacionais;</p> <p>b) os acordos internacionais;</p> <p>c) os critérios de reciprocidade;</p> <p>III - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas;</p> <p>IV - os requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;</p> <p>V - a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União.</p> <p>VI - os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento.</p> <p>§ 1º - A autorização a que se refere o inciso I será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, à pessoa jurídica, cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.</p> <p>§ 2º - Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.</p> <p>Destaque apresentado nº 6338/87, referente à Emenda nº 28112. O destaque foi rejeitado.</p> <p>Destaque supressivo nº 2991/87 ao inciso II. O destaque foi rejeitado.</p> <p>Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 27/1/1988, Supl. C, a partir da p. 2092:</p>
--	---

6 – Plenário

<p>FASE Q – Projeto A (início 1º turno) ou FASE R Ato das Disposições Transitórias</p>	<p>Art. 228. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar que disporá, inclusive, sobre:</p> <p>I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro;</p> <p>II - as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o inciso anterior, tendo em vista, especialmente:</p> <p>a) os interesses nacionais;</p> <p>b) os acordos internacionais;</p> <p>c) os critérios de reciprocidade;</p> <p>III - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas;</p> <p>IV - os requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central do</p>
--	---

	<p>Brasil e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;</p> <p>V - a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União;</p> <p>VI - os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento.</p> <p>§ 1º A autorização a que se refere o inciso I será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.</p> <p>§ 2º Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.</p>
FASE S – Emendas de Plenário (2P)	<p>Total de emendas localizadas: 19. (consulte a íntegra das emendas da Fase S ao final deste documento.)</p> <p>Emenda Substitutiva do Centrão² nº 2043, art. 225.</p> <p>Discussão e votação de emendas e destaques:</p> <p>Requerimento de destaque da Emenda nº 1223. A emenda foi rejeitada.</p> <p>Requerimento de fusão das emendas 829 e 950. A fusão foi aprovada.</p> <p>Requerimento de fusão de destaques e emendas referentes aos incisos V e VIII. A fusão foi aprovada.</p> <p>Requerimento de destaque da Emenda nº 1498. A emenda foi aprovada.</p> <p>Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 12/05/1988, a partir da p. 10351.</p>
FASE T – Projeto B (fim 1º turno, início 2º)	<p>Art. 197. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:</p> <p>I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas nesta autorização;</p> <p>II - a autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador e dos oficiais resseguradores;</p> <p>III - as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente:</p> <p>a) os interesses nacionais;</p> <p>b) os acordos internacionais;</p> <p>IV - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas;</p> <p>V - os requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;</p> <p>VI - a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a</p>

² Emendas do Centrão: grupo de parlamentares conhecido como Centrão apresentou emendas, que foram posteriormente aprovadas em Plenário, com exceção do Capítulo III da emenda nº 02043, e tornaram-se substitutivos ao Projeto A.

	<p>participação de recursos da União;</p> <p>VII - os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento;</p> <p>VIII - o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam dispor de condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.</p> <p>§ 1º A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.</p> <p>§ 2º Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.</p> <p>§ 3º As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano, sendo a cobrança acima deste limite considerada crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos da lei.</p> <p>Nota: Uma nova redação foi dada pelo relator para o artigo 197, conforme relatório geral, volume 299, página XII, transcrito abaixo:</p> <p><i>“Art. 197: Transformei em § 3º a disposição constante do inciso IX do “caput”, para compatibilizá-la com a introdução deste”.</i></p>
FASE U – Emendas ao Projeto B (2T)	<p>Total de emendas localizadas: 31. (consulte a íntegra das emendas da Fase U ao final deste documento.)</p> <p>Discussão e votação de requerimentos de fusão de emendas e destaques, todos rejeitados.</p> <p>Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 30/08/1988, a partir da p. 13719.</p> <p>Foi aprovada emenda redacional alterando a redação do inciso I.</p> <p>Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 30/08/1988, p. 13724 e 13725.</p> <p>Nota: O constituinte César Maia levantou questão sobre o inciso II que, posteriormente, foi aprovada pela Comissão de Redação. Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 30/08/1988, p. 13740.</p>
FASE V – Projeto C (fim 2º turno)	<p>Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:</p> <p>I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas neste inciso;</p> <p>II - autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador e do órgão oficial ressegurador;</p> <p>III - as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente:</p>

	<p>a) os interesses nacionais;</p> <p>b) os acordos internacionais;</p> <p>IV - a organização, o funcionamento e as atribuições do banco central e demais instituições financeiras públicas e privadas;</p> <p>V - os requisitos para a designação de membros da diretoria do banco central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;</p> <p>VI - a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União;</p> <p>VII - os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento;</p> <p>VIII - o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam dispor de condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.</p> <p>§ 1º A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.</p> <p>§ 2º Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.</p> <p>§ 3º As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos em que a lei determinar.</p>
--	---

7 – Comissão de Redação

FASE W – Proposta exclusivamente de redação	<p>Total de emendas localizadas: 19. (consulte a íntegra das emendas da Fase W ao final deste documento).</p> <p>Na Comissão de Redação:</p> <p>Foi aprovado novo texto para o inciso II. Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 23/09/1988, Supl. B, a partir da p. 53.</p> <p>Houve uma ampla discussão a respeito do § 3º. Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 23/09/1988, Supl. B, a partir da p. 63.</p> <p>Foi aprovada nova redação para o inciso I. Ocorreram duas votações. Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 23/09/1988, Supl. B, p. 119, 120 e 121; e p. 202.</p>
FASE X – Projeto D – redação final	<p>Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:</p> <p>I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas na autorização de que trata este inciso;</p>

	<p>II - autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador e do órgão oficial ressegurador;</p> <p>III - as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente:</p> <p>a) os interesses nacionais;</p> <p>b) os acordos internacionais;</p> <p>IV - a organização, o funcionamento e as atribuições do banco central e demais instituições financeiras públicas e privadas;</p> <p>V - os requisitos para a designação de membros da diretoria do banco central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;</p> <p>VI - a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União;</p> <p>VII - os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento;</p> <p>VIII - o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.</p> <p>§ 1º A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.</p> <p>§ 2º Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.</p> <p>§ 3º As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.</p> <p>Nota: Prevaleceu alteração redacional proposta pelo Professor Celso Cunha para o inciso VIII.</p> <p>(conforme quadro comparativo das propostas de redação, fl. 151).</p>
--	---

EMENDAS APRESENTADAS POR FASE³

FASE B

EMENDA:00005 APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

CÉSAR MAIA (PDT/RJ)

Texto:

Agregar ao art. 5o., § 1o.:

"§ 1o.: Seu Presidente e Diretoria serão ..."

Justificativa:

O conjunto da diretoria do Banco Central deve ter aprovação ou desaprovação legislativa dadas as responsabilidades combinadas que têm, assim um nível assemelhado de decisões rotineiras de alta sensibilidade. Com isto evita-se, em situações específicas a atuação apenas formal do Presidente e uma ação de fato, do governo, via Diretores.

Parecer:

Parecer favorável

EMENDA:00007 PREJUDICADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ISMAEL WANDERLEY (PMDB/RN)

Texto:

Acrescenta alíneas g e h, e § 4o. ao art. 5o.

"Art. Acrescente-se ao art. 5o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro as seguintes alíneas e parágrafo:

g) fiscalizar, controlar e normatizar a comercialização de ouro;

h) ser fiel depositário do ouro pertencente à União.

.....
§ 4o. No mínimo 1/3 da diretoria deverá ser ocupado por funcionários de carreira do Banco Central."

Justificativa:

Historicamente o ouro exerceu papel predominante como reserva de valor. Com a sofisticação do mercado, hoje existe bolsa especializada além de novas formas de investimentos.

No que tange ao dispositivo de 1/3, está o princípio da cogestão da empresa pelos funcionários.

Parecer:

Matéria pertinente à legislação ordinária.

EMENDA:00008 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ISMAEL WANDERLEY (PMDB/RN)

³ As emendas foram reproduzidas sem revisão, conforme constam nas bases de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além disso, o texto das JUSTIFICATIVAS das emendas foi digitado e não houve conferência do trabalho. Os documentos originais poderão ser consultados em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente

Texto:

Dá nova redação ao art. 2o. do anteprojeto.
O Art. 2o. passa a ter a seguinte redação:
"Art. 2o. Compete ao Estado, em caráter exclusivo, o exercício das atividades de coleta, intermediação e aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e, outrossim, a custódia de valores de propriedade de terceiros."

Justificativa:

A Economia Brasileira ressen-te-se da carência de capital para sua movimentação. As Empresas Industriais, Comerciais e de serviços principalmente, necessitam de recursos financeiros tanto para investimentos fixos quanto para o giro de seus negócios, visto que o capitalismo brasileiro assentou a sua evolução no crédito (capital de terceiros) e não no capital próprio. Em função deste processo de desenvolvimento nacional, as instituições de intermediação financeira, passaram a ocupar espaços cada vez maiores no suprimento de recursos financeiros às Empresas, tendo, como consequência, o aumento dos seus poderes políticos e econômicos, muito acima do desejável para a harmonia e estabilidade socioeconômica da Nação.

Esta posição hegemônica do setor de intermediação financeira, frente às empresas produtivas, dificulta o estabelecimento e a execução de uma política de desenvolvimento de economia brasileira, por parte do Governo, no sentido de direcionar os recursos financeiros escassos, para setores produtivos e para áreas prioritárias, a um custo compatível com a situação conjuntural da economia, evitando a especulação e as "circundas financeiras" que tantos prejuízos trazem à Nação.

A presente proposta visa a sanar esta problemática, através da prestação de serviços de intermediação financeiras pelo Estado, o que permitirá melhor balanceamento de forças dentro da economia, sem preponderância de setores, o que trará um desenvolvimento justo e harmônico da economia, além de permitir ao Governo o atendimento prioritário aos setores carentes e oprimidos.

A sugestão tem o escopo de, além das sações já expostas, estruturar e explorar, através do Estado, os estabelecimentos bancários comerciais e de investimento, sociedades de crédito de financiamento, sociedades de poupança e empréstimo e caixas econômicas.

Parecer:

O acolhimento da emenda implicaria na estatização do Sistema Financeiro Nacional.
Contrário.

EMENDA:00010 APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOÃO MACHADO ROLLEMBERG (PFL/SE)

Texto:

"Art. Os depósitos ou poupanças captadas pelas instituições financeiras em macrorregiões menos desenvolvidas, não poderão ser aplicados em macrorregiões mais desenvolvidas."

Justificativa:

É do conhecimento da nação brasileira, que vários bancos atuando em âmbito nacional, abrem agências em regiões menos desenvolvidas para obtenção de depósitos ou captação de poupanças e as aplicam em centros desenvolvidos do sul do país, por oferecerem maiores oportunidades de elevados "spreads" e altos lucros. Valem-se, muitas vezes, de facilidades facultadas pelo Banco Central, abrindo agências pioneiras e desviando os valores captados para outras regiões.

Visa a presente emenda, corrigir essa sangria de poupanças, exatamente das regiões carentes de recursos.

Parecer:

Parecer favorável

EMENDA:00011 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

GILSON MACHADO (PFL/PE)

Texto:

Emenda supressiva do § 2o. do artigo 2o. do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

Taxas de juros não devem ser fixadas por lei, seja nominal ou real. A exemplo do preço das demais mercadorias negociadas num mercado livre, as taxas de juros representam e atuam como preços num mercado financeiro livre. A morda é apenas um instrumento de troca de bens e serviços e, assim entendida, é também uma mercadoria que precisa ter preços livres para possibilitar o equilíbrio econômico entre os setores reais e financeiro (virtual). Assim entendidas, as taxas de juros funcionam como "sinalizador" do mercado financeiro, à exemplos dos índices de preços (IGP, IPA, IPC, INPC, etc.) do mercado de bens e serviços. A regulamentação e o controle desse mercado deve ser objeto do BANCO CENTRAL DO BRASIL, tal como ocorre com a SUNAB em relação ao mercado físico.

Parecer:

A atuação das instituições financeiras no País, praticando taxas de juros reais que chegam a até 60% a.a., tem provocado impactos extremamente nocivos ao setor produtivo nacional, inviabilizando, pelo custo de crédito, inúmeras atividades econômicas. Suas aplicações estão voltadas quase que exclusivamente para o curto prazo, em detrimento do papel social da intermediação financeira. Assim, torna-se imperioso estabelecer-se no texto constitucional instrumento capaz de limitar as taxas de juros reais a serem praticadas na vida econômica nacional.
Contrário.

EMENDA:00012 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

GILSON MACHADO (PFL/PE)

Texto:

Emenda supressiva dos § 3o. e 4o. do artigo 2o. do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

O mercado financeiro nacional não deveria ser restringido ao capital nacional pois a contribuição do capital estrangeiro é fundamental para o crescimento vertical do mercado como um todo, o que beneficia toda a sociedade, e não apenas os intermediários financeiros, na medida em que garante maior aporte de recursos próprios (sem efeito inflacionário) para financiar o processo produtivo do País. Entretanto, devem ser objeto do texto constitucional as especificações dos limites percentuais dos espaços do mercado financeiro reservados ao capital nacional e estrangeiro privado, e ao capital estatal (federal, estadual e municipal).

Parecer:

Os bancos estrangeiros, atuando na captação de recursos do público não incorporam nem capital, nem tecnologias externas à economia brasileira, tão somente servem para financiar, com recursos internos, as empresas multinacionais aqui sediadas. Por outro lado, lá fora, raramente os bancos brasileiros dispõem dessa faculdade. Os mesmos argumentos são válidos para as demais instituições financeiras.
Contrário.

EMENDA:00013 PREJUDICADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

GILSON MACHADO (PFL/PE)

Texto:

Emenda substitutiva do § 2o. do artigo 5o. da Subcomissão do Sistema Financeiro.

"É vedada a eleição para a presidência e diretorias do Banco Central do Brasil a quem estiver sob processo judicial, em qualquer instância, nos últimos 10 (dez) anos anteriores, na qualidade de réu, e que tenha sido comprovado qualquer crime."

Justificativa:

Empresários ou executivos bem-sucedidos no exercício de suas funções não deveriam ser impedidos de dar sua contribuição à sociedade exercendo funções no âmbito do governo. A idoneidade poderá ser perfeitamente comprovada através dos registros legais antecedentes à data da indicação pelo presidente da república. Os maus cidadãos são os que devem ser impedidos, e não empresários e executivos.

Parecer:

A matéria é pertinente à legislação ordinária.
Contrário.

EMENDA:00014 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

GILSON MACHADO (PFL/PE)

Texto:

Emenda Supressiva do § 3o. do artigo 5o. do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

Indivíduos que deram sua contribuição à sociedade exercendo funções no governo não podem, por isso mesmo, ser impedidos de retornarem às suas funções de onde foram convocados ou convidados. Este parágrafo não condiz com um pensamento libertário que deveria substanciar o texto constitucional.

Parecer:

As funções de presidente e diretores do Banco Central requerem não comprometimentos com os interesses de entidades financeiras privadas, antes e depois do exercício do cargo. As decisões que aquelas autoridades possam tomar no cargo, devem levar em conta os interesses gerais do Sistema Financeiro Nacional e não os de grupos ou empresas.

EMENDA:00018 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JAIRO CARNEIRO (PFL/BA)

Texto:

O § 1o. do art. 5o. passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5o.

§ 1o. O Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil serão indicados pelo Presidente da República, sendo nomeados para mandatos de quatro anos, após ter suas indicações aprovadas pelo Congresso Nacional, que poderá também votar a destituição ou apreciar solicitação do Presidente DA REPÚBLICA NESSE SENTIDO.'

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Favorável, nos termos do Anteprojeto articulado.

EMENDA:00020 PREJUDICADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Acrescente-se § 5o. ao art. 2o. do Anteprojeto

"Art. ...As instituições financeiras, qualquer que seja a sua natureza, somente poderão atuar no âmbito do Estado onde se localiza a sua sede.

§ 1o. Somente poderão atuar em todo o território da República o Banco do Brasil, a Caixa

Econômica Federal e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.
Disposições Transitórias
Art. ...As instituições financeiras que atualmente estejam operando fora do Estado onde se situar a sua sede, terão o prazo de doze meses para promoverem a transferência de suas operações para se situarem exclusivamente no âmbito do Estado de sua sede."

Justificativa:

Constitui-se em um verdadeiro clamor nacional a transformação do sistema financeiro em nosso país. São incalculáveis os males que tem provocado em nossa economia. Mas, uma questão que praticamente interessa ao desenvolvimento harmônico do País são os desequilíbrios regionais que a atividade bancária tem provocado, têm servido como fonte de sucção de economias e poupanças locais para os grandes centros. O próprio conceito de federação fica abalado. Na verdade, corrói o ideal federativo. Os demais países, em geral, restringem o âmbito das atividades financeiras, como os Estados Unidos, que impõe caráter municipal à atividade financeira. Este é o alcance da proposição: defesa da economia regional e da Federação.

Parecer:

A proposição da Constituinte é de grande interesse para a promoção e distribuição equitativa dos recursos, facilitando a regionalização do sistema bancário brasileiro. Parece-me que a matéria poderá ser objeto de lei ordinária.

EMENDA:00021 PREJUDICADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Acrescente-se § 6o. ao art. 2o.:

"§ 6o. Os financiamentos favorecidos ou quaisquer outros benefícios financeiros concedidos a pessoas jurídicas pelas instituições oficiais de crédito terão o valor do favorecimento convertido em ações que serão transferidas aos empregados da pessoa jurídica beneficiada, na forma que a lei determinar."

Justificativa:

(em plenário)

Parecer:

Matéria pertinente à legislação ordinária.
Contrária.

EMENDA:00022 PREJUDICADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Acrescente-se três parágrafos ao art. 2o. do anteprojeto.

"Art. 5o. As instituições financeiras, qualquer que seja a sua natureza, somente poderão atuar no âmbito do Estado onde se localizar a sua sede.

§ 6o. Somente poderão atuar em todo o Território da República o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

§ 7o. As instituições financeiras operarão em condições especiais de crédito com as empresas de pequeno porte, na forma em que a lei fixar.

Disposições Transitórias

Art. ... As instituições financeiras que atualmente estejam operando fora do Estado onde se situar a sua sede, terão o prazo de doze meses para promover a transferência de suas operações para se situarem exclusivamente no âmbito do Estado de sua sede."

Justificativa:

Constitui-se em um verdadeiro clamor nacional a transformação do sistema financeiro em nosso país. São incalculáveis os males que tem provocado em nossa economia. Mas, uma questão que praticamente interessa ao desenvolvimento harmônico do País são os desequilíbrios regionais que a atividade bancária tem provocado, têm servido como fonte de sucção de economias e poupanças locais para os grandes centros. O próprio conceito de federação fica abalado. Na verdade, corrói o ideal federativo.

Os demais países, em geral, restringem o âmbito das atividades financeiras, como os Estados Unidos, que impõe caráter municipal à atividade financeira.

Este é o alcance da proposição: defesa da economia regional e da Federação.

Parecer:

A ideia da emenda em apreço foi pouco discutida na Subcomissão. Pessoalmente acho-a de grande interesse para o desenvolvimento do país. Acredito que deva ser objeto de lei ordinária.

EMENDA:00023 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

MÁRIO MAIA (PDT/AC)

Texto:

No Capítulo: Do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Substitua-se o art. 2o. pelo seguinte:

"Art. 2o. Caberá prioritariamente ao Estado o exercício das funções referentes aos mercados financeiros e de capitais."

Justificativa:

Até o final dos anos cinquenta o setor financeiro tinha uma reduzida participação na economia brasileira. Diversos fatores contribuíam, para isso – o peso preponderante do setor primário, em especial à agricultura, cujas atividades eram exercidas de forma tradicional, como reduzido recurso a crédito; um setor secundário ainda incipiente, cujo crescimento era financiado primordialmente por recursos próprios; uma população ainda concentrada na área rural, auferindo baixa renda per capita, tornando desnecessários esquemas de crédito direto ao consumidor, a ausência do mecanismo de defesa contra a inflação, afastando os indivíduos de quaisquer títulos financeiros, e inviabilizando a formação de um mercado de capitais.

Na segunda metade dos anos sessenta, no bojo de profundas reformas, inicia-se uma nova etapa na economia brasileira. Entre os diagnósticos que fundamentaram tais reformas, destaca-se a Tese de que um dos fatores limitantes ao crescimento da economia nacional era a inexistência de uma estrutura eficiente de intermediação financeira capaz de canalizar a poupança provada para aplicação produtiva. Disto resultou a reforma financeira estabelecida através da Lei nº 4515 de 1964, esforço modernizador que visava tornar o setor compatível com o grande crescimento e extrema diversificação exibido pela economia brasileira nos anos seguintes. Em consequência cresce espetacularmente a quantidade e a diversidade de estruturas financeiras. Sua atuação se manifesta de modo acentuado, no processo de atração e canalização da poupança privada, notadamente para os setores de habitação, crédito direto ao consumidor e financiamento de certo prazo às empresas. Os mecanismos de poupança compulsória, instituídos pelo governo, permitiram a criação de grande número de linhas de crédito, canalizadas através do sistema financeiro. Adicionalmente, mecanismo de correção monetária possibilitou o estabelecimento, ainda que de modo rudimentar, de um mercado de capitais.

Nesse processo, os bancos comerciais se transformam em conglomerados financeiros, com ramificações importantes nos setores primário e industrial. Ao longo dos anos setenta o capital financeiro torna-se hegemônico na economia brasileira, deslocando, dessa posição, o capital industrial.

A visão tradicional enfatiza o papel positivo do setor financeiro privado no processo de desenvolvimento, ao estabelecer as bases para um processo eficiente de acumulação de capital. Sem ignorar esse aspecto, cumpre reconhecer que, no caso brasileiro, essa contribuição tem sido superestimada, notadamente quando se leva em conta diversos aspectos negativos exibidos pelo capital financeiro.

As instituições financeiras provadas sempre tiveram uma participação modesta no financiamento de médio e longo prazo, imprescindível para a manutenção de elevadas taxas de crescimento. Ao contrário, o investimento nos setores de base continua sendo garantido pelas instituições oficiais de crédito e pelos programas de

poupança oficial compulsória. Nesse aspecto crucial, a contribuição do setor ao processo de crescimento tem sido pouco significativa.

Tal fato é agravado pelos prejuízos econômicos e sociais que têm ocorrido tantas vezes, em virtude da fragilidade de grande parte do sistema financeiro privado. A experiência de anos recentes mostra que muitas instituições privadas foram geridas de forma inadequada e, em diversas ocasiões, com emprego de práticas questionáveis do ponto de vista ético. Em passado recente essas instituições, à beira da insolvência, continuaram recebendo grandes volumes de recursos públicos, a título de socorro financeiro. Isso não impediu que, em inúmeras ocasiões, as autoridades governamentais se vissem, no final, obrigadas a decretar a falência das mesmas, com graves danos à economia popular.

Por outro lado, há fortes evidências de que o setor financeiro privado atua sob a forma de oligopólio, elevando sobremaneira o custo do dinheiro. Os juros são extremamente elevados, muito além de uma razoável expectativa inflacionária, tornam-se um poderoso foco de realização inflacionária. Representam forte incentivo à especulação financeira e desestimulam todas as atividades produtivas, inibindo a criação de empregos. Pode-se, pois, concluir que, nesse sentido, o setor financeiro tem desempenhado um papel social de características negativas, levando primordialmente a um processo de concentração de renda, ao ensejar uma maciça transferência de renda, para si, a partir de outros setores da sociedade.

O poder econômico concentrado no setor financeiro privado tornou-se avassalador, a tal ponto, que ele é hoje capaz de se contrapor, de modo aberto ou difuso, a medidas de política que julgue contrárias a seus interesses. Em conclusão, o setor tem hoje a capacidade de ditar, em alto grau, os rumos da economia brasileira. Tornou-se uma estrutura capaz de se colocar acima de quaisquer controles sociais ou políticas efetivas.

A economia brasileira já ingressou em uma etapa na qual o setor financeiro privado já não consegue responder, de modo adequado, às exigências do processo de desenvolvimento brasileiro, em especial as que dizem respeito à garantia de altas taxas de crescimento com redução das desigualdades sociais.

Uma crescente estatização do sistema financeiro representa, pois, uma absoluta prioridade econômica e política, com vistas a assegurar o controle da sociedade sobre um setor estratégico da economia brasileira.

Reconhecendo que a estatização não garante, a priori, maiores níveis de eficiência de benefícios sociais, acreditamos que o processo deva se desenvolver de forma progressiva. Desse modo haveria tempo para se construir os mecanismos de controle democrático sobre as instituições financeiras estatais, livrando-as dos riscos de gerenciamento irresponsável, principalmente das práticas clientelista que já levaram instituições estatais à insolvência.

Parecer:

O acolhimento da emenda implicaria estatização do Sistema Financeiro Nacional.
Contrário.

EMENDA:00024 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

WALDYR PUGLIESI (PMDB/PR)

Texto:

Inclua-se no anteprojeto de texto constitucional, na parte relativa à Ordem Econômica, o seguinte dispositivo:

"Art. Ao Estado compete, privativamente, o exercício das atividades de intermediação financeira, nos termos da lei.

Justificativa:

A superação de obstáculos históricos ao processo de desenvolvimento socioeconômico de nosso País exige o questionamento de princípios até agora tidos e assumidos como intocáveis. Um destes pontos a merecer radial revisão é o problema da função social da intermediação financeira, pois observa-se moderna tendência de concentração da posse dos setores produtivos da economia nas mãos do sistema bancário por meio do controle do capital votante.

As características peculiares de nossa economia, dependente de tecnologia importada e com alto grau de endividamento, reforçam a necessidade de que o Estado assuma com exclusividade a atividade bancária, como anteparo à ameaça de controle indireto de nossa economia pelo capital internacional.

Somente a estatização dos bancos poderá viabilizar a correta implementação de plano de recuperação e de desenvolvimento da economia nacional, pois desta forma a política monetária e creditícia estará resguardada de reações contrárias, oriundas de interesses incompatíveis com o progresso da Nação.

Parecer:

O acolhimento da emenda implicaria em estatização do Sistema Financeiro Nacional.
Contrário.

EMENDA:00026 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

EVALDO GONÇALVES (PFL/PB)

Texto:

Inclua-se no anteprojeto do Relator, onde convier, o seguinte artigo:

"Artigo. Será punida a usura, em todas as suas modalidades, nos termos em que a Lei determinar."

Justificativa:

A especulação financeira, Senhor Presidente, atingiu níveis tão insuportáveis que urgem medias fortes para contê-la. Aí estão as taxas de juros e tantos outros penduricalhos, de ordem financeira, a gravar as transações bancárias e comerciais que, tomar empréstimo ou comprar fiado, tornaram-se atividades proibitivas. Há de se conter essa mentalidade especulativa prevalecente em nossa ordem econômica. Nada Melhor do que punir rigorosamente os seus responsáveis. A Nação brasileira não mais suporta tais despautérios, fatores que são de desorganização social e econômica. Daí a proposta para a usura, sob todas as suas formas e modalidades, seja punida, sem complacências.

Parecer:

Favorável, nos termos de subemenda ao artigo 2o., parágrafo 2o.

EMENDA:00036 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

Seja incluída a seguinte norma:

"Art. A usura, o aumento arbitrário dos lucros, a eliminação - ou conspiração para eliminação - da concorrência, configuram-se como crimes de abuso do poder econômico nos termos da Lei".

Justificativa:

A Constituição Federal precisa adotar os conceitos de crime de abuso do poder econômico configurando todas as práticas de negócios condenáveis do ponto de vista moral, nocivas ao próprio bem-estar econômico e social do País.

Não podemos definir como preceito constitucional um percentual fixo e juros, por exemplo, que se configure como crime de usura, mas podemos e devemos adotar o princípio de que a usura, o aumento arbítrio dos lucros e as tentativas para eliminação da concorrência são práticas que a sociedade rejeita e condena.

O Brasil não seria o único País a adotar tal norma constitucional. Na verdade, esse princípio serve de base para toda uma legislação internacionalmente reconhecida de combate aos trustes, monopólios e cartéis, que nada mais são de que conluíus para impedir um maior desenvolvimento dos mercados.

Não podemos deixar os mercados de bens e o mercado financeiro completamente livres no Brasil sem um controle efetivo que evite os abusos do poder econômico.

Parecer:

Favorável, em parte, nos termos do Art. 2o. § 2o. do anteprojeto.

EMENDA:00040 APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JORGE VIANNA (PMDB/BA)

Texto:

Inclua-se o § 5o. ao artigo 2o. do anteprojeto do relator:

"§ 5o. As instituições públicas ou privadas,

que realizam intermediação financeira de qualquer natureza, não poderão participar diretamente de outras atividades econômicas, salvo em caráter transitório e definido em lei."

Justificativa:

Tem sido denunciada a crescente participação dos bancos e instituições financeiras nos demais setores da economia, como a indústria, o comércio e a agricultura, constituindo-se em verdadeira agressão a esses setores da economia, um abuso de poder econômico.

Trata-se, não se pode negar, de concorrência injusta e perversa. Como intermediários financeiros, os bancos captam recursos a um custo baixo e terminam por emprestar a um custo baixo entre si, em condições favoráveis, quando participam no capital de outra sociedade, comercial, industrial ou agrícola.

É nesse sentido que estamos formulando a presente emenda, a fim de que a participação das instituições financeiras de direito privado, inclusive as de investimento, fique restrita a atividades que tenham relação com o sistema financeiro.

Parecer:

Aprovada.

EMENDA:00044 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSWALDO ALMEIDA (PL/RJ)

Texto:

O art. 20. do anteprojeto passa a ter a seguinte redação:

"Art. 20. A lei regulará o sistema financeiro nacional de modo a que o capital tenha sua função social e econômica adequada aos altos interesses do País, preservada a liberdade de iniciativa.

§ 1º. O exercício dessas atividades por entidades do setor privado será autorizado a todos quantas comprovem idoneidade e capacidade econômica e financeira.

§ 2º. As cooperativas de crédito, sem fins de lucro, deverão operar em igualdade de condições com os bancos comerciais, recebendo do Governo o estímulo necessário para seu desenvolvimento, sob o controle da União, dentro de sua zona e área de atuação.

§ 3º. A aplicação dos recursos financeiros geridos pela Administração Pública é reservada às instituições financeiras, sob controle do poder público, e às cooperativas de crédito rural."

Justificativa:

A medida se impõe a fim de evitar o domínio de pequenos grupos em nosso sistema financeiro.

A nova Carta deverá conter os princípios de prevaquecimento da verdadeira função social e econômica do capital, com abertura do bloqueio a instituições já operando no sistema financeiro do país – as cooperativas de crédito – sem fins de lucro, e que poderão, com liberdade e igualdade de condições com o sistema financeiro dominante e com o apoio da União, iniciar um processo de equilíbrio e aperfeiçoamento da atividade financeira do País.

Parecer:

Favorável, nos termos do art.20 e do art.10 do Anteprojeto.

EMENDA:00046 PREJUDICADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SÉRGIO SPADA (PMDB/PR)

Texto:

Acrescente-se parágrafo ao art. 20.:

Art. 20.

.....
 § 5o. Os bancos e instituições financeiras não poderão reter mais de 48 horas o produto de arrecadação de tributos, taxas e contribuições federais, recolhendo seus valores integrais no Banco do Brasil, à conta do Tesouro Nacional ou da instituição beneficiária."

Justificativa:

A precariedade do sistema arrecadador das receitas oriundas de tributos, taxas e contribuições federais mostrava-se como fator a emperrar a administração pública e estimular a sonegação. A rede bancária acabou por assumir tais serviços, modernizando suas instalações e até criando diretorias especializadas. Contudo, o sistema particular acabou sofrendo distorções. A principal delas é a longa permanência desses valores em seu poder, com inegáveis prejuízos à União, aos Estados e Municípios.

Uma pesquisa a respeito revela os seguintes prazos de retenção de tributos e contribuições federais nas mãos dos agentes financeiros privados:

Imposto de Renda e IPI	8 a 15 dias
Imposto Territorial Rural	15 a 28 dias
IAPAS	6 A 10 dias
FGTS	27 A 40 dias
PIS/PASEP	20 a 50 dias
ICM (estadual)	01 a 08 dias.

Ora, tais recursos não são calculados para efeito de depósito compulsório no Banco Central do Brasil, sendo livremente aplicados pelos bancos, gerando-lhes receitas a curso zero. Tão lucrativa é esta fonte, que os bancos criaram gerências especializadas e podem repartir tais lucros com os clientes, através de taxas mais vantajosas no overnight, créditos subsidiados e até de remuneração direta.

O recolhimento imediato ao Banco do Brasil, a crédito do Tesouro nacional e de outros órgãos, da arrecadação das receitas públicas, implicará em ganho no fluxo de caixa para execução financeira do Governo.

Realizando-se indispensável contenção de despesas, notadamente de custeio, haverá acréscimo do superávit do Orçamento Fiscal que, transferindo à execução do orçamento Monetário, permitirá melhor controle monetário (menor taxa de juro, menos expansão da moeda) e uma redução do déficit do setor público tendo em vista menor necessidade de se emitir moeda ou títulos para honrar o resgate da dívida interna no mesmo período.

Embora se reconheça a eficiência do sistema privado na tarefa que os Poderes Públicos delegaram (União, Estados e Municípios), há que se reconhecer de deformação reinante com graves prejuízos aos erários dos citados entes federados.

Parecer:

Matéria pertinente à legislação ordinária.
 Contrário.

EMENDA:00047 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Art. 2o.
 § 1o.....
 § 2o.....
 § 3o.....
 § 4o.....
 § 5o. A abertura e funcionamento de agências do Banco ou instituições financeiras no município fica condicionada à aprovação prévia da autoridade local, que poderá através de lei municipal regulamentar horário, local e condições de funcionamento destes estabelecimentos, de forma compatível aos interesses da comunidade local.
 § 6o. Reserva-se, com exclusividade às instituições financeiras públicas, a destinação, por ação direta, dos recursos gerados e geridos pela Administração Pública.
 § 7o. Somente terão a garantia do Governo

Federal, as poupanças públicas recolhidas a instituições de crédito oficiais.

Justificativa:

É notório que os grandes conglomerados bancários, utilizam-se dos recursos financeiros, arrecadados no município e aplicam a seu bel prazer onde bem lhes aprouver, prejudicando, através do processo de descapitalização, a economia do município.

Por outro lado, há que se preservar a autonomia municipal e a comunidade que é, em última análise, a autoridade maior para dizer se convém ou não a ela a instalação ou funcionamento de qualquer instituição financeira no âmbito do município.

É privilégio odioso deixar nas mãos de instituições financeiras privadas, recursos provenientes de impostos, tributos, taxas, contribuições sociais, quando sabemos que o governo necessita destes recursos, não apenas para prover suas necessidades administrativas, como também para promover uma política financeira que atenda ao social e combata a usura.

Os escândalos financeiros que envolvem o Sistema Nacional de habitação, mormente as cadernetas de poupança, por si só justificam a Proposição.

Cabe lembrar que os estouros da Delfim, Coroa Brastel, Haspa, Colméia, Habitasul, Dedred-Independência e a falência das instituições privadas como os Bancos Sulbrasileiro, Comind, Auxiliar, entre outros causaram prejuízos ao Tesouro Nacional.

É inadmissível que caiba ao governo e em consequência a sociedade, arcar com prejuízos da incompetência e sobretudo da desonestidade que tem provocado, com frequência, imensuráveis prejuízos ao povo brasileiro.

Parecer:

Aprovada o § 5o. da emenda foi aceito na íntegra enquanto que o 6o. e o 7o. foram incorporados nos termos dos artigos 10 e 9o. respectivamente do Anteprojeto.

EMENDA:00050 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SIMÃO SESSIM (PFL/RJ)

Texto:

Suprimam-se o § 2o. do art. 2o. e o art. 14.

Justificativa:

Entendemos que a fixação da taxa de juros não é matéria que deva ser inserida numa Constituição.

A taxa de juros é o resultado de vários fatores, como o mercado financeiro internacional, a política de crédito, câmbio e moeda exercida pelo Governo, e a ação dos agentes econômicos provados na área de poupança e dos investimentos. Acima de tudo, porém, está a inflação, como agente desorganizador de qualquer mercado.

Por outro lado, o próprio Governo força a alta dos juros, com a sucessiva emissão de títulos da dívida pública, a uma taxa muito superior àquela definida na "lei da usura".

Portanto, no caso brasileiro, não são fundamentalmente os bancos que criam a taxa de juros, mas o Governo, com sua política de endividamento interno.

E que dizer do setor externo? Em período recente, as taxas de juros internacionais estiveram acima de 15% ao ano, o que denota que o número "12" não é um limite natural para a taxa de juros, malgrado a disposição em contrário de nossa "lei da usura".

O que se pode dizer é que uma economia estável os juros tendem também a ser estáveis e raramente ultrapassarão o nível de rentabilidade de outras aplicações no mercado.

Nessas condições, seria estranho que a Constituição se dignasse a entrar nesse terreno, proclamado que a taxa de juros no Brasil não pode ser superior a 12%.

Vá lá que sejamos originais, mas nem tanto!

Parecer:

Supressão do § 2o. do Art. 2o. A atuação das instituições financeiras do País, praticando taxas de juros reais que chegam até 60% a.a., tem provocado impactos extremamente nocivos ao setor produtivo nacional, inviabilizando, pelo custo do crédito, inúmeras atividades econômicas. Suas aplicações estão voltadas quase que exclusivamente para o curto prazo, em detrimento do papel social da intermediação financeira. Assim, torna-se imperioso estabelecer-se no texto constitucional instrumento capaz de limitar as taxas de juros reais a serem praticadas na vida econômica nacional.

Supressão do Art.14. O depósito tem por finalidade permitir que as instituições financeiras se ajustem ao estabelecido no § 2o. do Art. 2o., do anteprojeto, num prazo de um ano.

EMENDA:00051 PREJUDICADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SIMÃO SESSIM (PFL/RJ)

Texto:

1) Dê-se aos arts. 5o. e 6o. a seguinte redação:

"Art. 5o. O Banco Central do Brasil é o órgão central do sistema financeiro, competindo-lhe o poder exclusivo de emitir moeda, segundo as diretrizes estabelecidas em lei.

§ 1o. O presidente e os diretores do Banco Central do Brasil serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, com mandato não inferior a quatro anos, não podendo ser exonerado senão a seu pedido ou com o consentimento do Senado Federal, manifestado pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

§ 2o. A lei disporá sobre a duração dos mandatos, podendo determinar que sejam não-coincidentes.

Art. 6o. Compete ao Banco Central do Brasil exercer, com exclusividade, a função de depositário de reservas bancárias, além de outras que a lei designar.

2) Acrescente-se ao Anteprojeto a seguinte:

Disposição Transitória:

"Art. Os mandatos dos primeiros diretores do Banco Central do Brasil, após a promulgação da lei a que se refere o art. 5o., § 2o., poderão ter duração inferior a quatro anos, a fim de estabelecer a sua não-coincidência."

Justificativa:

O objetivo da emenda é imprimir no texto constitucional as notas características do órgão do sistema financeiro, ou seja, do Banco Central do Brasil, deixando para a legislação ordinária os demais aspectos de sua organização e finalidade.

Serve, a propósito, esta preciosa lição de Rui Barbosa:

"As Constituições não têm o caráter analítico das codificações legislativas. São, como se sabe, largas sínteses, sumas de princípios gerais onde, por via de regra, só se encontra o substractum de cada instituição nas suas notas dominantes, a estrutura de cada uma, reduzida, as mais das vezes, a uma característica, a uma indicação, a um traço. Ao legislador cumpre, ordinariamente, revestir-lhes a ossatura delineada, impor-lhe o organismo adequado, e lhes dar capacidade real de ação." (Ação Cível Originária nº 7, Rio, 1915, p. 31, e ss.)

Parecer:

A emenda em epígrafe acolhe as ideias gerais contidas no Anteprojeto. Desce, no entanto, a detalhes que seriam próprios de legislação ordinária.

EMENDA:00052 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SIMÃO SESSIM (PFL/RJ)

Texto:

1) Dê-se ao art. 2o. e seu § 1o. a seguinte redação:

"Art. 2o. A lei federal disporá sobre a autorização para o funcionamento dos bancos de depósito e dos demais estabelecimentos de crédito, câmbio e intermediação financeira, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização."

2) Suprima-se o art. 13.

Justificativa:

Muito se tem discutido ultimamente sobre a conveniência de manter ou não o atual sistema de cartas patentes para o funcionamento das instituições financeiras.

Essa discussão está relacionada com outro tema, a concentração do sistema bancário. Os sistemas bancários de todo o mundo, com a possível exceção dos Estados Unidos, apresentam índices elevados de concentração. O Brasil não é exceção a essa regra. Em grande parte, a tendência à concentração bancária ocorreu no País na década de 1970, como resultado de um objetivo explícito da política do Governo, através de vários tipos de incentivos às fusões e incorporações das instituições financeiras.

Os objetivos do Governo, ao promover a concentração bancária, foram o aumento da eficiência, a segurança da poupança popular e a necessidade de um aumento na escala das operações bancárias de grande porte, paralela a um aumento na escala das empresas industriais e comerciais.

Se, nos anos 70, a política do Governo foi no sentido da concentração, no período de 1965 a 1970, que se seguiu às leis do mercado de capitais e da reforma bancária, foi de diversificação. Recordar-se que, como consequência dessas duas leis, houve no País uma proliferação de instituições financeiras de todo tipo e tamanho, a algumas de duvidosa idoneidade. Surgiram, assim, em grande número, bancos de investimento, empresas de crédito e financiamento, sociedade de investimento, sociedade de crédito imobiliário, associações de poupança, além de empresas corretoras e distribuidoras de títulos. A história econômica do País registra algumas falências escandalosas, que se seguiram à execução dessa política de multiplicação das instituições financeiras.

Ora, a eliminação pura e simples das cartas patentes, sem um critério seguro de seleção dos estabelecimentos de crédito, pode conduzir ao aparecimento de instituições inidôneas, com grave risco para a segurança dos depósitos, das demais operações bancárias e, sobretudo, da economia popular.

Por outro lado, é saudável a competição no sistema financeiro, como elemento propulsor da eficiência de seus serviços e da redução da taxa de juros.

Entre um regime de plena liberdade, na abertura dos estabelecimentos de crédito, e um regime fechado, corporativo, que é o das cartas patentes, é conveniente delinear um modelo de organização do sistema, que ao mesmo tempo ofereça segurança e eficiência. Mas isso é uma tarefa que requer ampla discussão e que deve, a nosso ver, ser remetida à legislação ordinária.

Por isso, a emenda proposta é no sentido de que a lei federal disporá sobre a autorização para o funcionamento dos bancos de depósito e dos demais estabelecimentos de crédito, câmbio e intermediação financeira, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização.

Em consequências deve ser suprimido o art. 13, que contém disposição transitória sobre o assunto.

Parecer:

Item 1 da **EMENDA**: Aprovado parcialmente nos termos de anteprojeto.

Item 2 da **EMENDA**: Aprovado

EMENDA:00055 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SIMÃO SESSIM (PFL/RJ)

Texto:

Dê-se ao artigo 2o., caput, do Anteprojeto do Relator, a seguinte redação:

"Art. 2o. O sistema financeiro será estruturado em lei, de modo a garantir a formação e a captação de poupança, bem como a aplicação de recursos necessários à expansão da economia."

Justificativa:

A proposição do ilustre Relator de que "a atividade das instituições financeiras, públicas e privadas, é expressão de função social", é tautológica, porque toda instituição ou grupo social desempenha, por definição, uma função social.

Ademais, a determinação de que a atividade das instituições financeiras deve ser exercida em benefício do interesse da coletividade não retrata, adequadamente a realidade concreta. A finalidade da empresa – seja financeira, comercial ou industrial – é o lucro, cabendo ao Estado, é lógico, estar atento para que, no desempenho de sua atividade normal, a empresa não agrida, nem comprometa a função social da propriedade. Nesse contexto se coloca o poder regulatório do Estado, relativamente à iniciativa privada.

Parecer:

O texto do Anteprojeto tem por objetivo alterar a atual "realidade concreta", dando primazia ao interesse da coletividade, sem eliminar o lucro - medida de eficiência da atividade econômica - mas tão-somente subordinando-o à função social da propriedade.

EMENDA:00056 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SIMÃO SESSIM (PFL/RJ)

Texto:

Suprimam-se os parágrafos 3o. e 4o. do artigo 2o., do Anteprojeto do Relator da Comissão Vc, da Assembleia Nacional Constituinte.

Justificativa:

O artigo 2º do Anteprojeto elaborado pelo Ilustre Relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, em seu parágrafo 3º, veda a participação do capital estrangeiro nas empresas do sistema financeiro. O parágrafo 4º do mesmo artigo proíbe as instituições estrangeiras, autorizadas a operar no país, de captar, por qualquer forma, recursos no mercado.

Ressalte-se, inicialmente, a impropriedade de, no texto constitucional, regular-se matéria tão ligada a conjunturas de mercado como a versada nos parágrafos em questão.

A participação do capital estrangeiro em setores da economia deve ser abordada levando-se em conta os interesses do país, que variam conforme o estágio de seu envolvimento.

Há que se atentar, também, para os aspectos de reciprocidade envolvidos, porquanto o fechamento de nosso sistema financeiro das instituições nacionais no exterior.

Por esse motivo, submeto à deliberação desta Subcomissão a presente emenda supressiva.

Parecer:

Os bancos estrangeiros, atuando na captação de recursos do público não incorporam nem capital, nem tecnologias externas à economia brasileira. Por outro lado, lá fora, raramente os bancos brasileiros dispõem dessa faculdade. Os mesmos argumentos são válidos para as demais instituições. Rejeitada.

EMENDA:00057 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se ao artigo 5o. e seus parágrafos, do anteprojeto do relator, a seguinte redação:
"Art. 5o. O Banco Central do Brasil terá um conselho de administração e uma diretoria, com atribuições definidas em lei.

Parágrafo único. Os membros do conselho e da diretoria terão mandato de quatro anos. Sua nomeação ou exoneração é de competência do Presidente da República e depende de prévia aprovação do Congresso Nacional.

Art. 5o.-A. Compete privativamente ao Banco Central do Brasil emitir moeda e ser depositário de reservas bancárias, sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem cometidas em lei."

Justificativa:

Entendemos que não se deva fixar na Constituição a competência do Banco Central do Brasil, pois a matéria adquiriria uma rigidez que poderia inviabilizar o aprimoramento do Sistema Financeiro do País.

É o caso, por exemplo da atribuição de fiscalização das instituições financeiras (art. 5º, letra "a").

Há dois anos, o Presidente da República instituiu uma Comissão para elaboração de Projeto sobre Responsabilidade nos Mercados Financeiros, integrada por JOSÉ BULHÕES PEDREIRA, na condição de Presidente, ALFREDO LAMY FILHO, FÁBIO KONDER COMPARATO, JORGE HILÁRIO GOUVÊA VIEIRA e CESAR VIEIRA DE REXENDE. Equipe de juristas e professores do mais alto valor, a quem incumbiu-se de apresentar o projeto sobre a responsabilidade civil e criminal de controladores, administradores e fiscais de instituições financeiras e demais participantes nos mercados monetários e de capitais, autoridades competentes e procedimentos para apurar infrações à legislação desses mercados e promover a responsabilidade dos infratores, atribuição e instrumentos das autoridades administrativas para prevenir e solucionar situações de liquidez e insolvência de instituições financeiras, e procedimentos de saneamento financeiro, organização e liquidação de intermediários financeiros.

A Comissão ouviu as maiores autoridades brasileiras, quer pelos seus conhecimentos especializados, quer pela experiência obtida no exercício de funções no setor financeiro, as quais transmitiram informações valiosas sobre

as causas das dificuldades no apurar responsabilidade criminal e civil dos controladores e administradores de instituições financeiras quebradas fraudulentamente.

Entre as pessoas ouvidas pela Comissão, estavam pela Comissão, estavam ADROALDO MOURA DA SILVA, então Presidente da CVM, IRAN SIQUEIRA, então Diretor de Fiscalização do Banco Central (BC), FERNANDO ALBINO DE OLIVEIRA, então diretor da CVM, os ex-diretores do BC ERNESTO ALBRECHT, GERMANO LYRA, JOSÉ LUIZ MIRANDA e SÉRGIO RIBEIRO, o Presidente da Federação Brasileira de Bancos, ROBERTO KONDER BORNHAUSEN, o então chefe do Departamento de Controle de Operações Especiais do BC, JOSE ROBERTO DA SILVA, o ex-chefe do Departamento Jurídico do BC, FLÁVIO RAMOS, e ainda o Comptroller of the Correny, responsável pelo controle das atividades bancárias nos Estados Unidos, Dr. DARREL W. DOCHOW, que veio no Brasil especialmente para proporcionar à Comissão as informações de que esta necessitava a respeito da experiência norte-americana no trato dos problemas de responsabilidade criminal e civil de controladores e dirigentes de bancos, tendo sido acompanhado do consultor jurídico do mesmo órgão, o Dr. FRANK BONAVENTURE, ambos ligados à Secretaria do Tesouro. O primeiro deles era conhecido como o Number Two naquela importante Secretaria (equivalente ao nosso Ministério da Fazenda), pela posição hierárquica do cargo que exercia. Colaboraram ainda 25 outros especialistas, que contribuíram com interessantes observações ao texto preliminar redigido pela Comissão.

O anteprojeto da Comissão, privilegiado pela experiência de seus autores e pela judiciosa contribuição dessas personalidades, que lhe deram seu depoimento, tratava do controle das instituições financeiras, preocupando-se com a regulação da sociedade controladora e do empresário financeiro e com a transparência e aquisição de controle, aspectos não contemplados na legislação em vigor, o que tem dado azo à esdrúxula impossibilidade de o BC exercer sobre os controladores qualquer controle, ao passo que pode exercer controle total sobre os administradores – empregados; tratava da organização das instituições financeiras, elucidando a obrigação dos diversos órgãos de modo a afastar o costume de pessoas de renome na sociedade emprestarem seu nome a órgãos consultivos e a conselhos de administração, mas não assumirem as responsabilidades correspondentes nas sociedades anônimas em geral, e nos bancos em particular; criava o anteprojeto, outrossim, um engenhoso sistema de documentação de operações, de sorte a possibilitar controle acurado das responsabilidades envolvidas em cada ato negocial importante; regulava o anteprojeto a responsabilidade civil e administrativa dos agentes do mercado bancário e de títulos e valores, minudenciava as exigências para correto relacionamento das instituições financeiras com as pessoas a elas ligadas, regulava a fiscalização das instituições, criava um eficiente sistema de seguros de créditos contra instituições financeiras, tratava de forma inovadora e moderna a liquidação forçada dessas instituições e continha a mais completa tipologia de crimes financeiros e respectivo apenamento.

Tal foi o acolhimento da comunidade jurídica ao anteprojeto, que o Presidente da República, ao sancionar a “Lei do Colarinho Branco” aprovada na matéria – esclareceu na Mensagem que pretendia, em breve, encaminhar ao Parlamento o anteprojeto elaborado pela Comissão.

Em decorrência da norma contida no Anteprojeto, todo esse trabalho poderá ficar irremediavelmente perdido, impossibilitando inclusive qualquer iniciativa no sentido de aprimorar a modernizar o Banco Central.

Basta dizer que, no projeto elaborado pela Comissão, a atribuição de fiscalização é dada a diversos órgãos – a um instituto segurador de instituições financeiras, a autoridades policiais especializadas subordinadas ao Ministério da Fazenda, e ao Banco Central do Brasil.

Nos Estados Unidos, por exemplo, essa atividade acha-se dividida entre o BC (Fed), o Controlador da Moeda (Comptroller of Currency) e a instituição seguradora de operações bancárias (O FDIC, Federal Deposit and Insurance Corporation).

Portanto, afigura-se-nos conveniente não interferir com uma norma constitucional, de rigidez própria a regra dessa hierarquia, nas opções que o legislador deseje tomar no futuro, a bem da segurança dos mercados e da eficiência dos órgãos e métodos de fiscalização.

Parecer:

Aprovada parcialmente nos termos do artigo 5o. do Anteprojeto.

EMENDA:00067 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SÉRGIO WERNECK (PMDB/MG)

Texto:

Suprimindo o § 4o. do art. 2o. e substituindo o § 3o. do art. 2o., que passa a ter a seguinte redação:
§ 2o. Legislação Complementar assegurará a competitividade em todos os setores do sistema financeiro, bem como a predominância das empresas financeiras nacionais em cada um deles, regulando

os limites e as condições de participação das empresas financeiras estrangeiras."

Justificativa:

A participação do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional, não é nociva em si mesma, devendo ser regulamentada em consonância com os interesses nacionais, ressalvada a predominância do capital nacional, a Lei da "Remessa de Lucros" e a soberania nacional. Evidentemente a substituição do § 3º do ART. 2º por este novo texto, prejudica e exclui o § 4º. Além disto, a legislação relativa à matéria deverá ter um caráter dinâmico em função das conveniências do interesse Nacional, face ao comportamento dos demais países e da necessidade eventual de concessão de reciprocidade.

Parecer:

Os bancos estrangeiros, atuando na captação de recursos do público não incorporam nem capital, nem tecnologias externas à economia brasileira. Por outro lado, lá fora, raramente os bancos brasileiros dispõem dessa faculdade. Os mesmos argumentos são válidos para as demais instituições financeiras. Rejeitada.

EMENDA:00068 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SÉRGIO WERNECK (PMDB/MG)

Texto:

Projeto de emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão do Sistema Financeiro.

"Suprimindo o parágrafo 2o. do Art. 2o. e o Art.14o. das disposições transitórias."

Justificativa:

Com o fracasso do Plano Cruzado, a rápida aceleração da inflação verificada na Economia Brasileira desde o último trimestre de 1986, provocou um aumento explosivo das taxas de juros nominais. Este aumento foi acompanhado por uma política deliberada do Banco Central de aumentar as taxas de juros reais, de forma a arrefecer o crescimento da demanda interna, que vinha superando em muito a capacidade do sistema produtivo. Seja como for, a verdade é que a rápida elevação das taxas de juros veio trazer enormes dificuldades financeiras a boa parte das empresas do país.

O otimismo, a tentativa de aproveitar o crescimento acelerado da economia e a expectativa da permanência das baixas taxas de juros que caracterizaram os primeiros meses do plano cruzado, levaram a que muitas empresas – principalmente as pequenas e médias – passassem a trabalhar com taxas de endividamento mais altas. Isto tornou-as particularmente vulneráveis à elevação súbita das taxas de juros normais.

Embora o aumento das taxas de juros reais que levam em conta a inflação tivesse sido muito mais modesto, isto não evitou que muitas empresas se vissem em sérias dificuldades. O índice de inflação envolve uma média de preços. Boa parte das empresas foi vítima de um fenômeno típico de aceleração inflacionária: os preços dos bens e serviços por elas produzidos cresceram bem abaixo da média. O que significa que o pagamento de juros sobre suas dívidas tornou-se particularmente penoso. Muito mais penoso do que se poderia supor, observando-se apenas a diferença entre a taxa nominal de juros e a variação média dos preços indicada pelo índice de inflação.

A constatação de tudo isto deu lugar a uma indignação generalizada com a ideia de taxas de juros livres, criando-se um clima próprio à defesa de propostas de estabelecimento de um teto legal para taxas de juros reais e até mesmo para a proposta de inclusão de um artigo, assegurando este teto no texto da constituição ora em elaboração.

É fundamental, contudo, que os constituintes não se deixem levar por avaliações apresentadas e que percebem corretamente o equívoco que representaria a imposição no texto constitucional de um limite máximo de 12% para taxa de juros real.

Em primeiro lugar é quase trivial observar que haveria problemas de operacionalização dificilmente contornáveis. Em uma operação pré-fixada de empréstimo, a taxa de juros nominal acordada deve envolver a expectativa da taxa de inflação e uma taxa de juros real. Se houver, por exemplo, uma desaceleração inflacionária e a expectativa de inflação embutida no empréstimo se mostrar exagerada, a "posteriori" a taxa de juros real implícita na operação poderá superar os 12%, embora a princípio não superasse. Pergunta-se: a operação inicialmente legal seria considerada ilegal posteriormente?

A única forma de evitar essa dificuldade seria proibir operações pré-fixadas, o que seria algo indispensável. Frequentemente estas operações envolvem riscos muito menores para quem toma o empréstimo.

Em segundo lugar, o estabelecimento de teto legal representaria um retrocesso no sentido de uma nova e inevitável proliferação de mercados financeiros paralelos e informais, tal como ocorreu na economia brasileira nos anos 50 e início dos anos 60. Tais mercados, à margem da lei e de fiscalização impossível, são obviamente indesejáveis. Nesses mercados as transações e os rendimentos não podem ser objeto de tributações. Neles o

Estado não pode zelar minimamente pela segurança das poupanças populares. A falta de fiscalização e acompanhamento pelo PODER PÚBLICO abre um espaço muito maior para quebras e corridas altamente indesejáveis do ponto de vista de estabilidade do sistema financeiro e da economia como um todo.

Por último, os mercados informais levam a distorções reais na alocação dos recursos financeiros.

Em terceiro lugar, um teto de 12% para taxa de juros real pode levar, em determinadas situações, a imobilizações exageradas na economia, através da aplicação em terras e imóveis urbanos, pressionando o preço desses ativos e trazendo sérias consequências para as políticas agrícolas e urbana, além de diminuir a eficiência do esforço de investimento da economia em termos de crescimento.

Em quarto lugar, seriam inevitáveis as aplicações maciças em moeda estrangeira, em situações de aumento da taxa de juros internacional ou de expectativa generalizada de desvalorização cambial.

Em quinto e último lugar, a eficácia da política macroeconômica de curso prazo estaria totalmente comprometida, principalmente em situações em que fosse necessário usar a política de taxa de juros para se contrapor a movimentos especulativos muito fortes ou em que houvesse limitações à utilização da política fiscal.

Parecer:

Supressão do § 2o. do art. 2o.:

A atuação das instituições financeiras no País, praticando taxas de juros reais que chegam a até 60% a.a., tem provocado impactos extremamente nocivos ao setor produtivo nacional, inviabilizando, pelo custo de crédito, inúmeras atividades econômicas. Suas aplicações estão voltadas quase que exclusivamente para o curto prazo, em detrimento do papel social da intermediação financeira. Assim, torna-se imperioso estabelecer-se no texto constitucional instrumento capaz de limitar as taxas de juros reais a serem praticadas na vida econômica nacional.

Supressão do art. 14.:

O dispositivo tem por finalidade permitir que as instituições financeiras se ajustem ao estabelecido no § 2o. do art. 2o., num prazo de um ano.

Rejeitada

EMENDA:00071 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SÉRGIO WERNECK (PMDB/MG)

Texto:

1) Substituindo o item a do art. 5o., que passa a ter a seguinte redação:

"a - emitir moeda nas condições e limites autorizados pelo Congresso nacional;"

2) Modificando o item f, que passa a ter a seguinte redação:

"f - dispor normas sobre a execução das políticas monetária, de crédito e cambial, observando o disposto no item a do art. 3o."

3) Modificando o § 1o. do art. 5o., que passa a ter a seguinte redação:

"§ 1o. Seu presidente e demais diretores serão indicados pelo Presidente da República, sendo nomeados para mandato de quatro anos após terem suas indicações aprovadas pelo Congresso Nacional, que poderá, também, votar suas destituições ou apreciar expediente do Presidente da República neste sentido."

4) Modificando o § 2o. do art. 5o., que passa a ter a seguinte redação:

"§ 2o. É vedado ao presidente e diretores do Banco Central do Brasil a participação societária de qualquer natureza, pessoalmente ou através de parentes de 1o. grau, em empresas do sistema financeiro."

5) Suprimindo o § 3o. do art. 5o.

6) Modificando o art. 6o., que passa a ser o

§ 3o. do art. 5o., que passa a ter a seguinte redação:

"§ 3o. É vedado ao Banco Central do Brasil o financiamento direto ao Tesouro Nacional, Estados

e Municípios, bem como operações de crédito que não sejam destinadas à promoção da liquidez bancária."

Justificativa:

1 - Exige a autorização do Congresso para a emissão de moeda no tocante a condições e limites.

Retira do artigo a competência do Banco Central para emitir títulos de crédito de sua responsabilidade, pois apenas o Tesouro Nacional deve emitir Títulos de Crédito para execução de Política Monetária.

2 - Reserva ao Congresso Nacional a prerrogativa exclusiva de legislar sobre matéria financeira, cambial e monetária, que na redação do anteprojeto se presumiram delegadas à Comissão Mista.

3 - Nova redação submete à aprovação do Congresso Nacional a nomeação e destituição dos diretores do Banco Central e confere também a eles mandato igual ao do presidente do Banco Central. A medida é da maior importância para que se possa dar ao Banco Central a independência necessária ao exercício de suas funções.

4 - A modificação visa estabelecer restrições ao provimento dos cargos da diretoria do Banco Central, visando maior moralidade administrativa.

5 - A supressão do § 3º visa possibilitar o aproveitamento de profissionais habilitados atuando nas entidades privadas. Pode-se trabalhar nas entidades privadas do sistema financeiro e manter a idoneidade necessária ao provimento de cargo de diretoria do Banco Central.

6 - Modifica o nº de ordem do Art. 6º, transformando-o em § 3º do Artigo 5º e modifica sua redação visando impedir que o Banco Central possa utilizar títulos da dívida pública em outras que não aquelas que se destinam à promoção da liquidez bancária. Na redação original, o Banco Central poderia negociar títulos da dívida pública para operações de salvamento de instituições em condições pré-falimentares.

Parecer:

Aprovada parcialmente nos termos do texto do Anteprojeto.

EMENDA:00072 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

Suprimam-se os §§ 3o. e 4o. do art. 2o.

Justificativa:

Os citados dispositivos tratam da participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras, bem como das instituições financeiras autorizadas a funcionar no País.

Entendemos que esse assunto deve ser disciplinado na legislação ordinária. Não se pode afirmar a priori que a participação de capital estrangeiro nas instituições de crédito, seguro e outras seja inconveniente aos interesses nacionais. O mesmo se deve dizer a respeito de as instituições estrangeiras, autorizadas a funcionar no País, poderem ou não receber depósitos ou outra forma de captação de recursos no mercado.

O que pode ser inconveniente hoje, à luz de certa política econômica, ou de certa concepção quanto ao papel do capital de origem externa, poderá não o ser amanhã.

Ora, a Constituição, sendo uma lei que se pretende perene, deve estar sobranceira às conveniências da política ocasional. Não podemos elaborar uma Constituição para aquilo que julgamos ser conveniente agora, para termos de elaborar outra, logo que mude nossa perspectiva a respeito dos interesses do País, agindo assim ao sabor das condições políticas do momento.

Por isso, como dissemos de início, esse assunto deve ser enfrentado pela legislação ordinária.

Parecer:

Os bancos estrangeiros, atuando na captação de recursos do público não incorporam nem capital, nem tecnologias externas à economia brasileira. Por outro, lá fora, raramente os bancos brasileiros dispõem dessa faculdade. Os mesmos argumentos são válidos para as demais instituições financeiras.

EMENDA:00074 PREJUDICADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

Suprimam-se os §§ 2o. e 3o. do art. 5o. do anteprojeto do Relator da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

Ressalte-se, inicialmente, a impropriedade de se incluir, no texto constitucional, dispositivos que, pela sua natureza, deveriam, no máximo ser regulados por lei.

A Constituição, no entender da maioria dos especialistas, deve traçar as regras do jogo democrático, os princípios gerais e as normas que informarão a ação do Congresso, do Governo, da Administração, dos Tribunais e dos Juízes, na condução dos negócios públicos.

No que tange à matéria em foco, entendemos que a vedação neles contida implica, em primeiro lugar, uma discriminação injustificável; em segundo lugar, afasta da Administração Pública, especificamente de sua área monetária, as pessoas mais capacitadas para exercer funções.

Qual a razão da vedação? Por que se aplica apenas a diretores do Banco Central do Brasil e de instituições financeiras privadas? Por que razão não é aplicável também a todos os direitos de todas as empresas públicas, em relação a quaisquer empresas privadas, seja do setor financeiro, seja dos setores comercial ou industrial? Por que não se proíbe, também, o exercício do cargo de Ministro da Fazenda a todos aqueles que tenham exercido, nos últimos quatro anos, cargos de direção em empresas financeiras, comerciais ou industriais? Essas, as razões da presente emenda supressiva que temos a honra de submeter a essa Subcomissão.

Parecer:

A nomeação do Presidente e Diretoria do Banco Central do Brasil reveste-se de importância impar para o Sistema Financeiro Nacional, razão porque é nosso entendimento deva ser definida norma constitucional disciplinando o assunto.

EMENDA:00075 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

O § 2o. do art. 2o., do anteprojeto do Relator da Comissão Vc, da Assembleia Nacional Constituinte, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2o.

.....

§ 2o. A usura, em todas as suas modalidades, será punida na forma da lei."

Justificativa:

O parágrafo 2º do artigo 2º do Anteprojeto elaborado pelo nobre Relator, Constituinte Fernando Gasparian, pretende fixar, em 12% ao ano, as taxas de juros reais cobrados pelo Sistema financeiro.

A preocupação com as elevadíssimas taxas de juros praticadas pelo mercado financeiro nacional foi aqui demonstrada, seja pelos membros da comunidade acadêmica, que despuseram perante esta Subcomissão, seja pelos ilustres constituintes que a compõem.

A eficácia de se tentar, no texto constitucional, fixar limites a essas taxas, contudo, foi contestada por expressiva maioria dos que aqui manifestaram sua opinião a respeito do problema.

Aliás, a imensa maioria dos entrevistados por esta Subcomissão pronunciou-se contrária à tentativa de se tabelar, por dispositivo constitucional ou de lei ordinária, as taxas de juros.

O economista Walter Barelli, contudo, formulou proposta no sentido de se contar ao que dispunha a Constituição de 1946, que cometia à legislação o disciplinamento da questão, no que foi secundado pelo também economista Professor João Paulo Almeida Magalhães.

Nesse sentido a emenda que ora submetemos à apreciação desta Subcomissão.

Parecer:

Aprovada nos termos do §2 do Art. 2o. do anteprojeto.

EMENDA:00077 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se ao § 1o. do art. 2o. do Anteprojeto do Relator a seguinte redação:

"§ 1o. A criação de instituição financeira dependerá de autorização, que será concedida a qualquer pessoa jurídica, mediante comprovação de

capacidade econômico-financeira compatível com o empreendimento."

Suprima-se o artigo 13.

Justificativa:

O dispositivo do Anteprojeto determinando que o exercício das atividades financeiras deva ser autorizado a quem satisfaça as condições legais é recomendável para evitar a valorização de cartas-patentes criadas pelo Banco Central.

A emenda propõe a extensão da autorização a qualquer instituição financeira, seja pública, seja privada. Propõe, ainda, a supressão final "principalmente em atividades de cooperativas de crédito", pois, além de nada adicionar à norma principal, conflita com a experiência brasileira nessas cooperativas, que demonstra a necessidade de sua regulação estrita.

Finalmente, propõe-se a supressão do artigo 13 do Anteprojeto do Relator, porquanto a carta-patente é a designação corrente do título de autorização concedido pelo Banco Central para o exercício de atividade de intermediação financeira. Extinguir a carta-patente significa devolver as atividades financeiras à área de completa liberdade de iniciativa, impedindo que a lei ordinária possa subordinar o exercício dessas atividades à licença da autoridade administrativa.

Parecer:

O § 1o. do artigo 2o. da emenda foi incorporado conforme texto do § 1o. do artigo 2o. do Anteprojeto.

A eliminação do artigo 13 foi aceita na íntegra.

Aprovada.

EMENDA:00079 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOSÉ RICHA (PMDB/PR)

Texto:

Substitua-se pela seguinte, a redação do §

1o. do art. 2o.

§ 1o. O exercício dessas atividades por entidades do setor privado será autorizado mediante comprovação de idoneidade e capacidade técnica, econômica e financeira, principalmente em atividades de cooperativas de crédito."

Justificativa:

A natureza jurídica da "Autorização" é de ato administrativo discricionário, isto é, compete à autoridade avaliar a oportunidade e a conveniência do Ato.

O oposto ao ato discricionário é o ato vinculado que é emitido tão logo ocorram as circunstâncias previstas pela lei, não podendo a autoridade se eximir de sua prática.

Não pode a lei alterar a natureza jurídica dos institutos. Conforme está redigido no anteprojeto, a "Autorização" se apresenta, indevidamente, como ato vinculado.

Parecer:

Aprovada nos termos do §1o. do artigo 2o. do anteprojeto.

EMENDA:00087 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

I - Dê-se ao artigo 2o. do anteprojeto da

Comissão V-C, da Assembleia Nacional Constituinte a seguinte redação:

"Art. 2o. A lei federal disporá sobre a autorização para o funcionamento das instituições bancárias e financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização.

§ 1o. A autorização para a constituição das empresas a que se refere este artigo poderá ser

concedida a qualquer pessoa idônea, mediante comprovação de capacidade econômica compatível com o empreendimento, resguardados, quanto às empresas estrangeiras, os interesses nacionais e observados critérios de reciprocidade.

§ 2o. A autorização para o funcionamento das autorizações a que se refere este artigo será intransferível."

II - Suprima-se seu artigo 13.

Justificativa:

Muito se tem discutido ultimamente sobre a conveniência de manter ou não o atual sistema de cartas patentes para o funcionamento das instituições financeiras.

Essa discussão está relacionada com outro tema, a concentração do sistema bancário. Os sistemas bancários de todo o mundo, com a possível exceção dos Estados Unidos, apresentam índices elevados de concentração. O Brasil não é exceção a essa regra. Em grande parte, a tendência à concentração ocorreu no País na década de 1970, como resultado de um objetivo explícito da política do Governo, através de vários tipos de incentivos às fusões e incorporações das instituições financeiras.

Os objetivos do Governo, ao promover a concentração bancária, foram o aumento da eficiência, a segurança da poupança popular e a necessidade de um aumento na escala das operações bancárias de grande porte, paralela a um aumento na escala das empresas industriais e comerciais.

Se, nos anos 70, a política do Governo foi no sentido da concentração, no período de 1965 a 1970, que se seguiu às leis do mercado de capitais e da reforma bancária, foi de diversificação. Recorde-se que, como consequência dessas duas leis, houve no País uma proliferação de instituições financeiras de todo tipo e tamanho, algumas de duvidosa idoneidade. Surgiram, assim, em grande número, bancos de investimentos, empresas de crédito e financiamento, sociedades e fundos de investimento, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança, além de empresas corretoras e distribuidoras de títulos. A história econômica do País registra algumas falências escandalosas, que se seguiram à execução dessa política de multiplicação das instituições financeiras.

Ora, a eliminação pura e simples das cartas patentes, sem um critério seguro de seleção dos estabelecimentos de crédito, pode conduzir ao aparecimento de instituições inidôneas, com grave risco para a segurança dos depósitos, das demais operações bancárias e, sobretudo, da economia popular.

Por outro lado, é saudável a competição no sistema financeiro, como elemento propulsor da eficiência de seus serviços e da redução da taxa de juros.

Entre um regime de plena liberdade, na abertura dos estabelecimentos de crédito, e um regime fechado, corporativo, que é o das cartas patentes, é conveniente delinear um modelo de organização do sistema, que ao mesmo tempo ofereça segurança e eficiência. Mas isso é uma tarefa que requer ampla discussão e que deve, a nosso ver, ser remetida à legislação ordinária.

Por isso, a emenda proposta é no sentido de que a lei federal disporá sobre a autorização para o funcionamento dos bancos de depósito e dos demais estabelecimentos de crédito, câmbio e intermediação financeira, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização. Mas a autorização concedida, para que não tenha valor de mercado – o aspecto julgado pernicioso na atual sistemática – deve ser intransferível.

Em consequência deve ser suprimido o art. 13, que contém disposição transitória sobre o assunto.

O parágrafo 2º do artigo 2º do Anteprojeto elaborado pelo ilustre Relator da Subcomissão do Sistema Financeiro estabelece em 12% anuais o teto máximo da taxa de juros reais.

Não há dúvidas que o nível de juros cobrados atualmente por empresas do sistema financeiro no Brasil é elevado. A remuneração de capital financeiro a níveis que excedam, por vezes, 50% a.a., é absolutamente incompreensível e, evidentemente, interfere no crescimento saudável do setor produtivo da economia, impossibilitando a programação de investimento de médio e longo prazos.

Esta subcomissão ouviu, no período que antecedeu a elaboração e apresentação do anteprojeto em discussão, economistas das mais distintas correntes de pensamento, além de elementos representativos dos mais diferentes setores da sociedade, direta ou indiretamente interessados na questão da disciplina constitucional do sistema financeiro. Todos foram unânimes em expressar sua preocupação quanto aos juros atualmente praticados e em condená-los, por nocivos ao desenvolvimento saudável do sistema. Pronunciaram-se todos no sentido de ser imprescindível atacar, na sua origem, os males que afligem a economia brasileira.

Expressiva maioria dos aqui ouvidos, no entanto, entende que a questão não poderia ser resolvida por tabelamento constitucional.

Com efeito, os entrevistados identificam, no descontrole orçamentário e na atuação do Governo, as origens de nossos custos financeiros.

A propósito, os economistas André Lara Rezende e Carlos Geraldo Langoni, ilustres representantes de duas escolas econômicas por vezes antagônicas, em palestra proferida perante esta Subcomissão a 23.4.87, identificam na indisciplina orçamentária e na falta de clareza das normas relativas à estrutura e competência das autoridades monetárias, as causas básicas da inflação, que se reflete diretamente nos níveis de juros. Dizem eles, contudo, que seria ilusório achar que o problema poderia ser resolvido no texto constitucional ou mesmo através de lei ordinária, posto que é mera distorção do sistema financeiro, comum em ambiente inflacionário.

No mesmo sentido e na mesma ocasião, pronunciou-se o Professor Décio Munhoz que, além das causas apontadas pelos dois primeiros conferencistas, identifica na concentração de nosso sistema financeiro, uma das causas dos altos custos do mercado.

A questão orçamentária, o disciplinamento do Banco Central e da sua atuação como autoridade monetária e o estabelecimento de regras que simplifiquem o ingresso de instituições no mercado, tudo isso são questões a serem contempladas por esta Constituição que estamos a redigir e que pretendemos duradoura.

A forma como aqui as tratarmos significará o saneamento de nossa economia e o retorno da inflação a níveis aceitáveis para a sociedade, ou a permanência dos problemas que hoje nos afligem.

Não nos parece, contudo, justamente por estarmos redigindo um texto que, esperamos, guiará o Estado Brasileiro por muitos anos, que devemos fixar normas para atender a problemas conjunturais.

Com efeito, se, como pretendemos, as condições de endividamento do Executivo forem traçadas pelo Congresso, as origens do processo inflacionário que vivemos serão atacadas e o sistema financeiro nacional poderá, afinal, de forma eficiente, cumprir o seu papel de intermediar recursos para investimentos de longo prazo.

Essas as razões que informam a presente Emenda supressiva que submetemos à deliberação desta Subcomissão.

Quanto ao § 3º entendemos mais conveniente submeter a um debate mais amplo, pelo próprio Congresso, com vista à elaboração de lei ordinária. Na legislação vigente, apenas o art. 51 da Lei 4131/62 limita a participação estrangeira em instituições financeiras, dispondo que “aos bancos estrangeiros cujas matrizes detenham sede em praças em que a legislação imponha restrições ao funcionamento de bancos brasileiros, fica vedado adquirir mais de 30% das ações, com direito a voto, de bancos nacionais”. Em termos regulamentares, atualmente é vedada a participação estrangeiras nos bancos de investimento, financeiras, corretoras, distribuidoras, sociedades de arrendamento mercantil, e de crédito imobiliário.

Ademais, já é uma realidade a participação de instituições financeiras brasileiras nos mercados internacionais, principalmente o Banco do Brasil. A proibição de participação estrangeira em instituições financeiras no Brasil, alterando a norma hoje vigente, levará alguns países a adotar medidas de retaliação, com possível fechamento de agências de bancos brasileiros no exterior. Em muitos casos, a abertura de agências do Banco do Brasil no exterior foi autorizada no contexto de negociações bilaterais, Governo, que conduziam o governo brasileiro, em reciprocidade, a autorizar a abertura de igual número de agências de bancos desses países no território nacional.

Por essas mesmas razões, suprimiu-se o § 4º, considerando-se ainda, que as medias retaliatórias poderiam acarretar perda de depósitos de bancos brasileiros no exterior, extinguindo-se importante fonte de financiamento para o nosso comércio exterior.

Parecer:

Aprovada parcialmente nos termos do texto do Anteprojeto.

EMENDA:00096 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

Texto:

Inclui os artigos 3o., 4o., 5o., 6o., 7o. e

8o., renumerando os demais:

"Art. 3o. O Sistema Financeiro Nacional será constituído:

I - do Conselho Monetário Nacional;

II - do Banco Central do Brasil;

III - do Banco do Brasil S.A.;

IV - do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

V - das demais instituições financeiras públicas e privadas.

§ 1o. As instituições financeiras privadas, exceto as cooperativas de crédito, serão constituídas exclusivamente sob a forma de Sociedade Anônima, devendo 51% (cinquenta e um por cento) de suas ações com direito a voto serem controladas pelo Estado.

§ 2o. É vedada a instalação de novas agências de bancos estrangeiros.

§ 3o. O Conselho Monetário Nacional fixará

normas para a nacionalização do sistema financeiro.

Art. 4o. A competência do Banco Central do Brasil S.A. e demais instituições financeiras públicas será fixada em lei complementar, obedecidos os seguintes princípios:

I - o Banco do Brasil S.A. é o instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal;

II - na qualidade de Agente Financeiro e Caixa do Tesouro e do Sistema Financeiro, sem prejuízo de outras funções, competirá ao Banco do Brasil:

- a) receber todas as importâncias provenientes da arrecadação de tributos ou rendas federais, a crédito do Tesouro, bem como os depósitos e operações de todas as empresas e entidades públicas e sociedades de economia mista;
- b) realizar pagamentos e suprimentos necessários à execução do Orçamento da União e conceder aval, fiança e outras garantias conforme autorização legal;
- c) executar o serviço da dívida pública consolidada;
- d) arrecadar depósitos compulsórios ou voluntários das outras instituições financeiras;
- e) executar a política de crédito agrícola, com exclusividade.

Art. 5o. O Conselho Monetário Nacional terá sua competência e composição definidos em lei.

Art. 6o. Não poderão ser diretores do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil S.A., nem integrar o Conselho Monetário Nacional, ou exercer função em seu órgão consultivo e fiscal:

- a) diretores, gerentes, administradores de empresas financeiras privadas ou pessoas que tenham exercido esses cargos nos cinco anos anteriores à nomeação.

Art. 7o. Os diretores do Banco Central do Brasil, do Banco do Brasil S.A. e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pela Câmara dos Deputados que, pelo voto de sua maioria, poderá destituí-los.

Art. 8o. O exercício de cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, do Banco do Brasil S.A. e do BNDES é condição impeditiva para o exercício de idêntico cargo em instituição financeira privada, pelo prazo de três anos."

Justificativa:

O Sistema Financeiro Nacional tem hoje uma participação de 14% (catorze por cento) no produto interno bruto, superior àquela do setor agrícola na economia nacional.

O crescimento dessa participação, ocorrido nos últimos 15 anos – de 7% para 14% - decorreu da adoção, pelos últimos governos, de políticas de concentração de rendas e de favorecimento ao capital financeiro, em detrimento das atividades produtivas.

Uma característica do setor financeiro é o oligopólio. Os 5 grandes conglomerados financeiros que cresceram à sombra do favorecimento de estímulo e proteção das autoridades econômicas do autoritarismo detêm mais de 70% dos depósitos e recursos do sistema financeiro no Brasil, numa clara violação ao preceito constitucional que proíbe os monopólios e oligopólios privados.

Sucessivas fusões, incorporações e liquidações extrajudiciais puseram fim aos pequenos bancos e aos bancos regionais.

Os conglomerados passaram a funcionar como drenos das poupanças das regiões mais pobres para aplicações nas regiões mais ricas, contribuindo para o desnível e desequilíbrio regional.

Para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, para o crescimento da produção agrícola, industrial dos serviços, o crédito tem que estar nas mãos do Estado e não de 7 famílias privilegiadas. Até porque a atividade

financeira é capitalismo sem risco, que só existe para poupadores e investidores. Os escândalos do mercado financeiro ocorridos nos últimos anos comprovam a tese – só perdem os investidores.

O Banco Central cobre os rombos com dinheiro dos contribuintes e os criminosos do colarinho branco terminam as intervenções como credores da União.

Colocar o sistema financeiro sob o controle do Estado (que terá 51% das ações) e da sociedade, é questão essencial para o Brasil desenvolver suas potencialidades econômicas e criar as condições de progresso e bem-estar social.

Os atuais controladores destas instituições poderão continuar participando das mesmas, na qualidade e com direitos de acionistas minoritários.

A nacionalização dos bancos estrangeiros, cujo controle acionário passará para a União, é fundamental para evitar fraudes cambiais, remessas clandestinas de divisas e operações ao interesse nacional.

A constituinte tem o dever de enfrentar com independência a questão do sistema financeiro para evitar que o Brasil continue sendo, na definição do historiador Gustavo Barroso “uma colônia de banqueiros” e que os brasileiros sejam divididos em duas categorias: os banqueiros sejam divididos em duas categorias: os banqueiros e os outros – como afirmou o empresário Antônio Ermírio de Moraes.

Parecer:

As sugestões contidas na emenda revestem-se de significativa importância para a transformação do Sistema Financeiro Nacional. Várias delas foram incorporadas ao texto de nosso anteprojeto, que entendemos contribuirão para alterar o conhecido slogan de que o Sistema Financeiro socializa prejuízos e privatiza lucros. Aprovada Parcialmente.

EMENDA:00098 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ANTERO DE BARROS (PMDB/MT)

Texto:

Efetuem-se as seguintes alterações ao anteprojeto do Relator, todas destinadas a instituir a estatização dos bancos de depósitos:

1) Dê-se ao § 1o. do art. 2o., a seguinte redação:

"§ 1o. Ressalvado o disposto no parágrafo seguinte, o exercício dessas atividades será autorizado a todos quantos comprovem idoneidade e capacidade econômico-financeira";

2) Acrescente-se ao art. 2o. o seguinte parágrafo 2o., renumerando-se os demais:

"§ 2o. O exercício da atividade de banco de depósitos é privativo de pessoas jurídicas de direito público";

3) Dê-se ao atual parágrafo 3o. do art. 2o. a seguinte redação:

"§ 3o. É vedada a participação acionária de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras no capital de entidades financeiras nacionais";

4) Acrescentem-se ao título "Disposições Transitórias" os seguintes artigos:

Art. 15 As empresas controladas por capital estrangeiro, do ramo bancário de coleta de depósitos e de seguros, encerrarão suas atividades no prazo improrrogável de um ano, em que ficarão extintas as respectivas licenças sem ônus para a União."

"Art. 16. Os bancos de depósitos e demais empresas financeiras e de seguros, controladas por capital privado nacional, permanecerão em funcionamento, com seu quadro atual de empregados e diretores executivos e terão o prazo improrrogável de um ano para a transferência do capital estrangeiro nelas existentes a brasileiros.

Parágrafo único. Os bancos de capital

privado, coletores de depósitos, cujos estabelecimentos passam aos bancos da União, dos Estados e dos Municípios, onde estiverem as respectivas sedes sociais, terão anuladas, sem ônus, as atuais cartas patentes. Os imóveis e suas instalações, incorporados ao patrimônio dos bancos estatais, serão indenizados, pelo seu justo valor, com pagamento na forma estabelecida em lei especial."

Justificativa:

I – As razões desta proposição decorrem das que motivam à Comissão de Estudos Constitucionais Afonso Arinos a apresentar o art. 327 e seu parágrafo único do anteprojeto, com a diferença de que, aqui, se ampliam à estatização plena os bancos de depósitos.

II – As mesmas razões pelas quais devem ser excluídos os estrangeiros, cumpre, aplicar aos brasileiros, pois o poder econômico e a ação negativa da usura mostram-se perniciosos ao desenvolvimento industrial e comercial do país, em ambas as situações.

III – A economia popular de um País pobre com o Brasil tem sofrido lesões substanciais, inclusive pelo encarecimento dos produtos, aos quais são adicionados juros exorbitantes, dificultando a competição no mercado externo.

IV – Não há mais como manter em funcionamento bancos que não se submetem às leis de usura e cobram juros altamente lesivos à economia nacional e em que se manifestaram improficuas todas as tentativas de restringir os juros a limites de 6% ao ano estabelecidos no Código Civil ou ao sobro da taxa legal, quando indenizatórios de serviços e de contratos descumpridos. Seu imenso poder político decorrente do cartel que estabeleceram exige a supressão que, aliás, se encontra autorizada na própria Constituição em vigor em seu art. 163:

"São facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei federal, quando indispensável por motivo de segurança nacional. "

V – A usura chegou a tais níveis que os produtos industriais, para serem adquiridos pelo público, a prazo de um ano, ficam adicionados de outro tanto e até mais vezes ao seu valor real. Essa situação não apenas torna inacessíveis à população que percebe em sua grande maioria, menos de três salários mínimos, como também torna excessivamente caros os manufaturados e elimina a competitividade no comércio exterior.

A competitividade só é adquirida pela redução artificial do valor da moeda nacional corrente, o que implica no encarecimento das importações e imposição de um nível de vida ainda mais baixo a todo o povo.

VI – Problema semelhante enfrentaram os Estados Unidos quando o poder dos bancos privados ameaçava o desenvolvimento da indústria nacional e a busca de espaço no mercado internacional. Como se vê no ensaio de Anthony Sampson, "Os Credores do Mundo", Ed. Record Rio, 1981, o Presidente John Quincy Adams, em 1819, sentenciava:

"Os bancos causaram mais danos à religião, à moral, à tranquilidade, à prosperidade e mesmo à riqueza da Nação do que praticaram, ou algum dia poderão praticar, o bem. "

A história revela que na raiz das revoluções mais importantes estiveram as atividades usuárias, abusivas e intoleráveis dos bancos.

Conscientes desta realidade, os constituintes de 1934 e 1937 pretenderam a nacionalização dos bancos de depósitos.

A França, México e o Peru já estatizaram essas atividades e é uma tendência do mundo capitalista moderno restringir a presença dos banqueiros que se nutrem da especulação parasitária entre a produção industrial e o consumo, especulação que, no Brasil, se tornou na mais rendosa do mundo, para bancos nacionais e internacionais.

VII – Os banqueiros, assustados, desencadearam vasta campanha de imprensa, pretendendo, como fazem os latifundiários em relação à reforma agrária, sustentar que se trata de iniciativa comunista e que, atrás dos bancos, chegaria a vez da indústria, do comércio e demais atividades do sistema capitalista. Argumentam com o empreguismo, a burocracia e a corrupção das estatais existentes, contra a medida que é precisamente para salvar a economia capitalista, economia em derrocada resultante da intermediação parasitária dos bancos montados sobre a agiotagem mais escandalosa de toda a História e ampliando a concentração para níveis explosivos.

O "estatismo" que gera empreguismo, burocracia e corrupção é produto de ditaduras que se servem do Estado, para enriquecer seus comparsas e montar sua máquina de repressão, como ocorreu nestes últimos vinte anos.

VIII – A presente proposição difere da estatização realizada na França e em Portugal, onde a administração permaneceu concentrada e restrita aos políticos vinculados ao partido, sem quadros experientes no setor financeiro. Nesta proposição inexistem esses erros.

Aqui, foram tomadas precauções para apenas mudar os proprietários, sem tocar na rede bancária que prosseguirá sem solução de continuidade e com todos os seus técnicos. Houve apenas a inversão de filosofia que, em vez de servir para enriquecer, sem limites, meia dúzia de famílias, será para transformar o Estado numa entidade preocupada em maior justiça social. A mesma intenção que tiveram o General Mark Clark e o Pentágono, quando ocuparam o Japão, dissolveram os conglomerados das quatro famílias do tipo MITSU,

SUMITOMO e MITSUBISHI, cada uma com pelo menos trezentas companhias sob seu controle, como descreve AKIO MORITA, da SONY, em sua autobiografia “MADE IN JAPAN”.

Trata-se, pois, de sugestão do mais alto cunho capitalista e democrático e para revitalizar a economia nacional gravemente enferma.

A democratização proposta para a estrutura do Conselho Monetário Nacional, com o objetivo de pôr termo à corrupção e à ineficiência, assegurará o mesmo clima nos bancos.

Depoimentos prestados na Subcomissão do Sistema Financeiro apresentaram a literatura e o elenco de razões para esta providência indispensável ao melhor desenvolvimento do parque industrial brasileiro e ampliação do mercado interno e externo de seus produtos, dentro do Programa da Aliança Democrática.

IX – A estatização não acarreta ônus a Fazenda Pública, não só porque se trata de atividade exercida sob o regime de concessão do Estado e que, portanto, não gera direitos permanentes, como também porque não há direitos adquiridos contra o Estado e que possam limitar sua soberania em instituir-se. A Constituição de 1934 incorporou o subsolo ao patrimônio da União e jamais houve quem pretendesse impugnar esse direito de fazê-lo e invocar “direitos adquiridos” às jazidas nele existentes.

X – A proposição preocupou-se em proceder a estatização sem traumas, resguardando o funcionamento de todo o sistema bancário nacional, em sua atividade socialmente útil, e dos empregados e sem lesão escusáveis aos banqueiros que serão indenizados pelo custo das instalações, embora desnecessariamente luxuosas. Não há que indenizar a usura, pois está sempre foi crime contra a economia popular.

XI – O eminente relator, Deputado Fernando Gasparian, provado defensor do interesse público nacional, com imensos sacrifícios pessoais impostos pelo regime autoritário, conhecidos de toda a Nação, não teve, certamente, tempo para meditar mais profundamente sobre importância desta providência a ser tomada pela Assembleia Nacional Constituinte nesta oportunidade histórica, única, que se abriu, na defesa dos interesses do povo brasileiro.

XII – S. Exa. pretendeu corrigir a usura que devora salários e o capital de pequena média indústria e os empresários rurais através de um tabelamento de juros, fixando-os em 12% reais abrindo à agiotagem ainda mais dois anos de oportunidade, ao dar o teto de 20% nas disposições gerais e transitórias.

XIII – Houve repulsa generalizada, inclusive na imprensa, contra essa forma ingênua de pretender extirpar esse veneno que corroi a economia nacional e está levando ao desespero os pequenos empresários e ao povo de baixa renda.

Já em 1933, o Presidente Getúlio Vargas baixara o Decreto nº 22.626 de 07 de abril, em que escreveu no preâmbulo: “Considerando que todas as legislações modernas (modernas já em 1933) adotam normas severas para reprimir os excessos praticados pela usura; considerando que é de interesse superior da economia do País não tenha o capital a remuneração exagerada, impedindo o desenvolvimento das classes produtoras”. Nesse decreto, não apenas foram os juros tabulados como também criaram-se severos instrumentos de controle e sanções contra a usura, qualificada como crime contra a economia popular. Estabeleceu-se vigor repressão policial, milhares de prisões ocorreram e o tribunal de Segurança Nacional encheu-se de processos.

Esse decreto nunca foi revogado, entretanto, desde 1964 passou a ser letra morta e o que era crime contra a economia popular, hoje, se transforma em prática desfrutando de cobertura constitucional, se prevalecer a proposta do eminente Relator, de elevar o teto legal de 12% para 20%. Haveria um retrocesso de mais de 50 anos em favor da usura! As gerações vindouras estigmatizariam nosso atraso cultural e moral em assim nos acumplicarmos com a agiotagem.

XIV – Mais ainda: todos estamos assistindo o drama das pequenas e médias empresas, vítimas da agiotagem do sistema bancário estimulado pelo Ministério da Fazenda, em níveis jamais atingidos. Os que percebem menos de cinco salários, a grande maioria dos trabalhadores, obrigados a comprar bens de consumo a prazo, pagam o valor efetivo ao fabricante e mais o dobro e até mais nos bancos em troca de nada.

Não há soluções alternativas senão suprimir o banqueiro privado.

O eminente Relator não percebeu que a classe operária de baixa renda, os funcionários, a pequena e média indústria, massacrados pela agiotagem, os exportadores pelo preço de custo cada vez mais alto de nossos produtos, pela agiotagem embutida em seus custos, toda a Nação está de olhos fixos nesta Assembleia Nacional Constituinte, esperando uma providência de socorro.

XV – Lamentavelmente, o preclaro Deputado Fernando Gasparian invoca este argumento:

“A tradição e a cultura da sociedade brasileira parecem contraindicar soluções que levem à plena intervenção do Estado na área econômica, mesmo porque as economias socialistas, centralmente planejadas, já estão percorrendo caminho inverso.” Como se vê, a argumentação não honra o passado do ilustre editor do jornal e de tantos livros que buscaram exatamente quebrar essa tradição e incultura que tornaram a sociedade brasileira uma das mais gritantes injustas do mundo e que mata pela fome 300.000 crianças por ano, encontrando-se por isto, reivindicativa, desesperada e explosiva e que, nos mantivemos nesta atitude egoísta e cega, poderemos ser tragados pelo imprevisível. “Façamos a revolução, antes que o povo o faça” – recomendava o velho Presidente Antônio Carlos, de Minas Gerais, já em 1930.

XVI – Como invocar, para esse imobilismo suicida o exemplo de um suposto caminho de volta das economias socialistas ao capitalismo? A estatização de bancos nada tem de medida socialista. Vimos o presidente John Quincy Adams, em 1819, um ferrenho defensor da livre empresa, queixar-se do efeito negativo da usura bancária ao sistema capitalista é precisamente para sanear o sistema capitalista e é precisamente para sanear o sistema e evitar que o Brasil enverede para rumos socialistas, sem estar preparado para esse passo, que a

estatização dos bancos se impõe. Queremos evir a guerra civil, se multidões principiarem a assaltar os supermercados como já praticam a todos nós nas ruas e em nossas moradias e até mancomunadas com a polícia.

XVII – O eminente relator repete, como um papagaio, as sandices do Senhor Roberto Campos que, volta e meia, anuncia golpes capitalistas na economia chinesa e soviética, por terem realizado Joint-ventures com empresas multinacionais. Essas medidas são práticas leninistas já em voga na década de 20 e 30, a chamada NEP, a que só um País soberano e forte pode recorrer para acelerar o progresso nacional. Se o Relator lesse as normas que presidem a feitura dessas joint ventures veria que o Brasil poderia ministrar indústrias multinacionais sem riscos para sua soberania, desde que elas se submetessem às restrições exigidas pelos russos e chineses e que são as mesmas exigidas pelo Japão para a entrada de multinacionais em território nipônico.

XVIII – Akio Morita, em seu livro MADE IN JAPAN, relata o convite que recebeu dos chineses e russos para fabricar produtos SONY e recusou. Recusou porque temeu amanhã ser ameaçado pelos sonys russos e chineses, inundando o mercado. No Brasil do Senhor Roberto nunca as multinacionais sofreriam este risco. Aqui seria sempre o que é, onde as fábricas brasileiras de rádio e televisão jamais existiriam e a fome, que hoje mata mil crianças por dia, matará amanhã duas e três mil, se o povo não lançar pelos ares estruturas que se pretende perpetuar nesta Constituinte.

XIX – Prosseguindo na desastrosa defesa da usura, o eminente Relator aponta “os exemplos da França, Espanha, Itália, etc.” A primeira já recorreu à estatização, precisamente por ser a burguesia francesa uma das mais inteligentes e atiladas do mundo e esses países estão longe das desigualdades gritantes e intoleráveis que afligem o povo brasileiro. A agiotagem lá não chega aos absurdos que medram aqui.

Certos de que a Assembleia Nacional Constituinte tornará esta providência de salvação da pequena e média indústria e do socorro aos assalariados, vítimas da usura, providência que deixará esta Constituinte ao nível dos brasileiros que instituíram a siderurgia, o monopólio estatal do petróleo e todas as bases para a grande Nação que pretendemos construir, como fizeram os japoneses em seu território em circunstâncias extremamente adversas.

Parecer:

Aprovada parcialmente nos termos do texto do Anteprojeto.

EMENDA:00101 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

Texto:

Nos termos regimentais proponho ao art. 2o.:

"Constituem prerrogativa exclusiva do Estado as atividades de intermediação financeira, nos termos da lei."

Justificativa:

O sistema financeiro constitui, universalmente, o setor-chave das economias nacionais. Assim o ajustamento de sua conduta às diretrizes político-econômicas do Estado é condição indispensável para o desenvolvimento econômico e para a resolução das recorrentes crises de conjuntura que assolam os países de desenvolvimento. No caso brasileiro, o segmento privado do setor financeiro tem-se revelado alheio e insensível aos agudos problemas nacionais recusando participação no hercúleo sacrifício ora exigido de todos.

Os balanços semestrais de sua atividade comprovam eloquentemente os polpudos lucros auferidos, tanto em circunstâncias de crescimento quanto em época de recessão.

Urge, pois, a inclusão de propostas à futura Constituição claramente definidora da exclusividade do Estado na exploração das atividades de intermediação financeira, para que aquele setor possa atuar em harmonia com os objetivos nacionais de crescimento de mercado interno.

Parecer:

O acolhimento da emenda implicaria estatização do sistema Financeiro nacional.

Rejeitada

EMENDA:00102 PREJUDICADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

Incluir no relatório e anteprojeto da

Subcomissão o seguinte dispositivo:

"Art. O Sistema Financeiro Nacional, compõe-se do Conselho Monetário Nacional, Banco Central da República, Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e demais instituições financeiras federais, estaduais e municipais organizadas na forma da lei.

Parágrafo . Na organização do Sistema Financeiro Nacional obedecer-se-ão os seguintes requisitos:

- a) os membros, os diretores do Banco Central da República, do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico do Conselho Monetário Nacional serão nomeados pelo Presidente da República, dentro de lista com três ou mais cidadãos de reputação ilibada, portadores de conhecimentos na área tributária e financeira, lista elaborada pelas Comissões de Finanças da Câmara e do Senado em reunião conjunta;
- b) os mandatos não excederão o prazo de dois anos, permitida a recondução;
- c) as resoluções do Conselho Monetário Nacional que envolvem interesses patrimoniais da generalidade dos cidadãos, devem ser tomadas com a participação e voto de membros das Comissões de Finanças do Congresso Nacional designados para esse feito e que podem exigir o referendo plenário das Comissões, quando conveniente a seus juízo;
- d) as permissões de financiamentos que tiverem prioridade em razão de interesse econômico ou social relevante devem ser comunicadas, com o texto dos respectivos pareceres, as secretarias das Comissões de Finanças, vinte dias antes de executada a permissão;
- e) nas concessões de financiamentos por instituições financeiras em que o tornado se tornar insolvente, os que participaram da permissão terão sua responsabilidade examinada, pessoalmente no inquérito que for promovido no juízo da insolvência, e são impreteríveis os prazos para a verificação da corresponsabilidade, em caso de dolo ou culpa e reembolso das perdas;
- f) independentemente das prestações de contas nos respectivos Tribunais, as administrações das entidades financeiras estão obrigadas a enviar às Comissões de Fiscalização Orçamentária os relatórios de operações;
- f) aplicam-se às instituições financeiras estaduais e municipais as normas deste artigo, no âmbito das assembleias Legislativas Estaduais e das Câmaras de Vereadores;
- g) constitui crime punível com prisão até quatro anos e perda do cargo ou função conceder financiamentos ou empréstimos a pessoas físicas ou jurídicas para favorecimento, por motivos político-partidários ou sem garantias adequadas de retorno.'

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Matéria pertinente à legislação ordinária.
Prejudicada.

EMENDA:00104 PREJUDICADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FRANCISCO PINTO (PMDB/BA)

Texto:

Acrescente-se onde couber:

"Art. São nacionalizados os estabelecimentos bancários, as empresas financeiras e de seguros existentes no Brasil, as quais deverão ser constituídas majoritariamente com Capital Nacional.

Parágrafo Único. Considera-se empresa nacional aquela cujo controle de capital seja majoritariamente brasileiro, e a sua sede no País o centro de suas decisões.

Art. A União terá o controle acionário dos estabelecimentos de crédito e das seguradoras privadas existentes no País."

Justificativa:

Em tempo próprio, apresentamos duas sugestões constitucionais, no plenário da Constituinte, definindo o controle acionário, pela União, dos estabelecimentos de crédito e outra sobre nacionalização das empresas bancárias, financeiras e de seguros existentes no Brasil.

O ilustre relator da Subcomissão do Sistema Financeiro não só as ignorou, como também não fez qualquer alusão a sua existência no seu Relatório, como ocorreu com outras tantas sugestões, versando sobre matérias diversas, acolhidas ou não.

Embora, sintam-me no dever de fazer referência ao trabalho sério, patriótico e um dos mais substanciais de todos os relatórios das subcomissões, não posso deixar de manifestar a minha estranheza diante desta omissão. Esta a razão porque reapresento, como emendas ao Relatório, as sugestões oferecidas oportuno tempore.

A história mais recente do Brasil tem revelado a crescente força do capital financeiro nas decisões governamentais. Expressa, também, que os banqueiros detêm uma soma de poder tão importante que são capazes de minar, desgastar e destruir qualquer política econômico-financeira que, mesmo superficialmente, contrarie seus interesses. Embora com a instituição do Plano Cruzado I, os banqueiros tenham mantido e assegurado seus privilégios, o simples fato de terem os seus lucros suavemente reduzidos, por alguns poucos meses, conseguiram torpedear e arrebentar como plano governamental de combate à inflação. O governo não pôde ou não quis enfrentá-los.

Na verdade, há culpa também do governo, quando nomeia somente banqueiros privados para compor o Conselho Monetário Nacional. Mas não é só isto. Sem nacionalizar os lucros estrangeiros no Brasil e sem deter o controle acionário dos bancos, não há governo que se sustente no país, a não se ser que submeta as suas descabidas exigências. É de se notar seu monumental poder quando, em determinados momentos eles contrariam com juros exorbitantes, interesses das chamadas forças produtivas (indústrias, comerciantes, pecuaristas e agricultores) e momentaneamente do próprio governo, sem sofrer qualquer redução do seu poder. Uma política econômico-financeira séria no Brasil somente obterá êxito, se o Estado detiver o controle acionário dos estabelecimentos bancários, das empresas financeiras e de seguros privados existentes no país, além da nacionalização dos bancos estrangeiros aqui sediados.

Sem estas providências elementares, tudo que se fizer esbarará na intransigência arrogante da fortaleza inexpugnável, onde se acastelam os interesses e privilégios dos detentores do capital financeiro nacional e internacional.

É de se notar que, por esta sugestão constitucional, não se propõe a extirpação completa da figura dos detentores do capital financeiro, mas apenas o submete ao controle do Estado, como já ocorre de forma assemelhada com a existência em nosso meio, do Banco do Brasil, empresa que tantos e inestimáveis serviços tem prestado ao país, apesar das limitações que lhe são impostas pelo Conselho Monetário Nacional controlado pelos banqueiros privados.

Parecer:

A emenda submetida propõe a nacionalização dos estabelecimentos bancários, empresas financeiras e de seguros. A estatização do crédito apresenta a grande vantagem de permitir que os recursos sejam direcionados para atividades de interesse social. Por outro lado, a estatização bancária permite também aos poderosos do dia manterem seus opositores subjugados. Com frequência, durante o período autoritário, muitos empresários foram discriminados por suas ideias, sendo impedidos de operarem com os bancos oficiais. A estatização é, portanto, arma poderosa que deve ser evitada. Ademais, a existência de um sistema misto, sem as deformações atuais, permitirá a livre concorrência, tão necessária para o aperfeiçoamento do sistema bancário.

EMENDA:00105 PREJUDICADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

Texto:

"Art. 5o.

§ 3o.

§ 4o. As normas do Banco Central, inclusive as de funcionamento interno, serão aprovadas em lei própria."

Justificativa:

As formas como se exercerão a competência do Banco, nem sempre são autoaplicáveis e muitas delas que dizem respeito ao funcionamento interno podem conflitar ou extrapolar ou mesmo impedirem o exercício da competência.

Parecer:

matéria pertinente à legislação ordinária.

EMENDA:00106 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

BENITO GAMA (PFL/BA)

Texto:

Suprima-se o parágrafo 2o. do artigo 2o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, da Assembleia Nacional Constituinte.

Justificativa:

O parágrafo 2º do artigo 2º do Anteprojeto elaborado pelo ilustre Relator da Subcomissão do Sistema Financeiro estabelece em 12% anuais, o teto máximo da taxa de juros.

É evidente que a excessiva remuneração do capital financeiro interfere no crescimento saudável da economia. Mas, não nos parece que a solução está atrelada à inclusão no texto constitucional de norma que fixe um limite máximo para essa remuneração.

O descontrole orçamentário do Governo, a concentração do sistema financeiro, o disciplinamento do Banco Central e de sua atuação como autoridade monetária são aspectos que devem merecer a melhor das atenções e que precisam ser contempladas pela nova Constituição com regras saneadoras.

As altas taxas de juros têm origem na inflação que precisa ser atacada nas causas e, não será fixado norma para atender problemas conjunturais que se atingirá esse objetivo.

Com esta argumentação submetemos à deliberação dessa Subcomissão a presente Emenda Supressiva.

Parecer:

A atuação das instituições financeiras no País, praticando taxas de juros reais que chegam a até 60% a.a., tem provocado impactos extremamente nocivos ao setor produtivo nacional, inviabilizando, pelo custo do crédito, inúmeras atividades econômicas. Suas aplicações estão voltadas quase que exclusivamente para o curto prazo, em detrimento do papel social da intermediação financeira. Assim, torna-se imperioso estabelecer-se no texto constitucional instrumento capaz de limitar as taxas de juros a serem praticadas na vida econômica nacional. Rejeitada.

EMENDA:00107 PREJUDICADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

I - Dê-se ao artigo 5o. do anteprojeto da Subcomissão V-C, da Assembleia Nacional Constituinte, a seguinte redação:

"Art. 5o. Compete ao Banco Central do Brasil a execução da Política Monetária e da Política

Cambial, a administração do meio circulante, a fiscalização e o controle do Sistema Financeiro Nacional, o registro e o controle dos capitais estrangeiros e a administração das reservas oficiais em divisas, ouro e em outros bens, haveres ou direitos com liquidez internacional. Parágrafo único. O balanço do Banco Central do Brasil abrangerá todas as receitas e despesas decorrentes de sua atuação e o seu resultado terá o seguinte tratamento:

I - Se devedor, será transferido como despesa do próprio órgão para o exercício seguinte;

II - Se credor, transferido ao Tesouro Nacional como receita orçamentária, deduzido de parcela incorporada ao Patrimônio do órgão na forma definida em lei.

II - Acrescente o artigo seguinte:

"Art. Compete ao Senado Federal aprovar a escolha do Presidente do Banco Central do Brasil, que terá mandato por prazo igual, mas não coincidente ao do Presidente da República, dentre brasileiros natos de ilibada reputação e notável saber em assuntos econômico-financeiros, bem assim deliberar sobre sua destituição, por proposta do Presidente da República."

Justificativa:

No que tange à aprovação da escolha do Presidente do Banco Central do Brasil, buscou-se preservar a competência inerente ao Senado Federal, a semelhança do que acontece no caso dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União e dos Chefes de missões diplomáticas de caráter permanente.

A supressão do parágrafo 2º justifica-se porque a experiência internacional demonstra que cargos da superior administração de bancos centrais são exercidos por técnicos com profundo conhecimento econômico-financeiro. Grande parte das vezes esses profissionais são originários do sistema financeiro privado. Há países, inclusive, que estimulam as trocas de experiências entre funcionários do sistema financeiro privado e técnicos do Banco Central. Isto ocorre, mediante convênios, através de estágios numa e noutra instituição, com o objetivo de preparar os funcionários para o exercício de cargos de direção. Não teria sentido, portanto, incluir-se no texto constitucional a vedação da ocupação de cargos de administração superior do Banco Central a profissionais competentes, de reputação ilibada, profundos conhecedores do mercado financeiro nacional e internacional, só porque encontram-se exercendo função de direção em instituição financeira privada. Até porque indicado pelo Presidente da República, caberá ao Senado Federal a homologação ou não do nome do profissional, e este ficará obrigado a prestar contas de sua gestão periodicamente ao Congresso Nacional. Além do mais, caso este item seja incluído no texto constitucional, ficará enormemente limitado o universo para ocupação de cargos da superior administração do Banco Central. Seria recomendável, no entanto, fixar-se em lei ordinária um número mínimo de cargos de direção do Banco Central a serem ocupados exclusivamente por funcionários da própria instituição.

Já a supressão do parágrafo 3º justifica-se por várias razões. Entenda-se que estaria havendo uma interferência descabida no direito do cidadão, elementos qualificados, de exercer sua profissão, sob a presunção da desonestidade. Nos países onde existe esta norma, ela é burlada por diversos artifícios, como os contratos de assessoramento durante o período de carência. Em outros países, os direitos continuam sendo remunerados até o final do período de carência.

A inclusão do novo parágrafo 2º objetiva disciplinar situação de indefinição hoje existente, e que vem prejudicando a adequada separação entre a política fiscal, de um lado, e a monetária cambial, de outro. A definição básica necessária é: que tipos de despesas ou receitas do Banco Central são de conta do Tesouro? Atualmente, algumas despesas, tais como os juros de depósitos de empréstimos externos, são incluídos no Orçamento da União, embora esses recursos não tenham ingressado como receita orçamentária do Tesouro, permanecendo esterilizados no Banco Central. É justo, pois, que o Tesouro pague encargos por recursos dos quais não se beneficiou? A proposta é que, portanto, todas as despesas e receitas do Banco Central decorrentes de sua atuação sejam incluídas no seu próprio balanço. Para que não fique tolhida a ação do órgão, na busca de resultado credor adicionalmente, que o seu resultado, se devedor, será absolvido nos exercícios seguintes, e se credor, será utilizado para manutenção de patrimônio em valor adequado, e o excesso transferido para o Tesouro (o que se justifica como remuneração pelo Meio Circulante emitido, que é dívida da União perante a Sociedade).

Parecer:

Matéria pertinente à legislação ordinária.
Prejudicada.

EMENDA:00110 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB/CE)

Texto:

"Art. Lei ordinária organizará o Sistema Financeiro Nacional e estabelecerá normas sobre os órgãos da administração direta e indireta, a rede privada de bancos e cooperativas de crédito, órgãos obrigados à função social."

Parecer:

Aprovada parcialmente nos termos do art. 2o. do Anteprojeto.

EMENDA:00112 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

DARCY DEITOS (PMDB/PR)

Texto:

Efetuem-se as seguintes alterações ao anteprojeto do Relator, todas destinadas a instituir a estatização dos bancos de depósitos:
1) Dê-se ao § 1o. do art. 2o. a seguinte redação:
"§ 1o. Ressalvado o disposto no parágrafo seguinte, o exercício dessas atividades será autorizado a todos quantos comprovem idoneidade e capacidade econômico-financeira;"
2) Acrescente-se ao art. 2o. o seguinte parágrafo 2o., renumerando-se os demais:
"§ 2o. O exercício de atividade de banco de depósitos é privado de pessoas jurídicas de direito público;"
3) Dê-se ao atual parágrafo 3o. do art. 2o. a seguinte redação:
"§ 3o. É vedada a participação acionária de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras no capital de entidades financeiras nacionais";
4) Acrescente-se ao título "Disposições Transitórias" os seguintes artigos:
"Art. 15. As empresas controladas por capital estrangeiro, do ramo bancário de coleta de depósitos e de seguros, encerrarão suas atividades no prazo improrrogável de um ano, em que ficarão extintas as respectivas licenças sem ônus para a União."

Art. 16. Os bancos de depósitos e demais empresas financeiras e de seguros, controladas por capital privado nacional, permanecerão em funcionamento, com seu quadro atual de empregados e diretores executivos e terão o prazo improrrogável de um ano para a transferência do capital estrangeiro nelas existentes a brasileiros.

Parágrafo único. Os bancos de capital privado, coletores de depósitos, cujos

estabelecimentos passam aos bancos da União, dos Estados e dos Municípios, onde estiverem as respectivas sedes sociais, terão anuladas, sem ônus, as atuais cartas patentes. Os imóveis e suas instalações, incorporados ao patrimônio dos bancos estatais, serão indenizados, pelo seu justo valor, com pagamento na forma estabelecida em lei especial."

Justificativa:

I – As razões desta proposição decorrem das que motivam à Comissão de Estudos Constitucionais Afonso Arinos a apresentar o art. 327 e seu parágrafo único do anteprojeto, com a diferença de que, aqui, se ampliam à estatização plena os bancos de depósitos.

II – As mesmas razões pelas quais devem ser excluídos os estrangeiros, cumpre, aplicar aos brasileiros, pois o poder econômico e a ação negativa da usura mostram-se perniciosos ao desenvolvimento industrial e comercial do país, em ambas as situações.

III – A economia popular de um País pobre com o Brasil tem sofrido lesões substanciais, inclusive pelo encarecimento dos produtos, aos quais são adicionados juros exorbitantes, dificultando a competição no mercado externo.

IV – Não há mais como manter em funcionamento bancos que não se submetem às leis de usura e cobram juros altamente lesivos à economia nacional e em que se manifestaram improfícuas todas as tentativas de restringir os juros a limites de 6% ao ano estabelecidos no Código Civil ou ao sobre da taxa legal, quando indenizatórios de serviços e de contratos descumpridos. Seu imenso poder político decorrente do cartel que estabeleceram exige a supressão que, aliás, se encontra autorizada na própria Constituição em vigor em seu art. 163:

"São facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei federal, quando indispensável por motivo de segurança nacional. "

V – A usura chegou a tais níveis que os produtos industriais, para serem adquiridos pelo público, a prazo de um ano, ficam adicionados de outro tanto e até mais vezes ao seu valor real. Essa situação não apenas torna inacessíveis à população que percebe em sua grande maioria, menos de três salários mínimos, como também torna excessivamente caros os manufaturados e elimina a competitividade no comércio exterior.

A competitividade só é adquirida pela redução artificial do valor da moeda nacional corrente, o que implica no encarecimento das importações e imposição de um nível de vida ainda mais baixo a todo o povo.

VI – Problema semelhante enfrentaram os Estados Unidos quando o poder dos bancos privados ameaçava o desenvolvimento da indústria nacional e a busca de espaço no mercado internacional. Como se vê no ensaio de Anthony Sampson, "Os Credores do Mundo", Ed. Record Rio, 1981, o Presidente John Quincy Adams, em 1819, sentenciava:

"Os bancos causaram mais danos à religião, à moral, à tranquilidade, à prosperidade e mesmo à riqueza da Nação do que praticaram, ou algum dia poderão praticar, o bem. "

A história revela que na raiz das revoluções mais importantes estiveram as atividades usuárias, abusivas e intoleráveis dos bancos.

Conscientes desta realidade, os constituintes de 1934 e 1937 pretenderam a nacionalização dos bancos de depósitos.

A França, México e o Peru já estatizaram essas atividades e é uma tendência do mundo capitalista moderno restringir a presença dos banqueiros que se nutrem da especulação parasitária entre a produção industrial e o consumo, especulação que, no Brasil, se tornou na mais rendosa do mundo, para bancos nacionais e internacionais.

VII – Os banqueiros, assustados, desencadearam vasta campanha de imprensa, pretendendo, como fazem os latifundiários em relação à reforma agrária, sustentar que se trata de iniciativa comunista e que, atrás dos bancos, chegaria a vez da indústria, do comércio e demais atividades do sistema capitalista. Argumentam com o empreguismo, a burocracia e a corrupção das estatais existentes, contra a medida que é precisamente para salvar a economia capitalista, economia em derrocada resultante da intermediação parasitária dos bancos montados sobre a agiotagem mais escandalosa de toda a História e ampliando a concentração para níveis explosivos.

O "estatismo" que gera empreguismo, burocracia e corrupção é produto de ditaduras que se servem do Estado, para enriquecer seus comparsas e montar sua máquina de repressão, como ocorreu nestes últimos vinte anos.

VIII – A presente proposição difere da estatização realizada na França e em Portugal, onde a administração permaneceu concentrada e restrita aos políticos vinculados ao partido, sem quadros experientes no setor financeiro. Nesta proposição inexistem esses erros.

Aqui, foram tomadas precauções para apenas mudar os proprietários, sem tocar na rede bancária que prosseguirá sem solução de continuidade e com todos os seus técnicos. Houve apenas a inversão de filosofia que, em vez de servir para enriquecer, sem limites, meia dúzia de famílias, será para transformar o Estado numa entidade preocupada em maior justiça social. A mesma intenção que tiveram o General Mark Clark e o Pentágono, quando ocuparam o Japão, dissolveram os conglomerados das quatro famílias do tipo MITSU, SUMITOMO e MITSUBISHI, cada uma com pelo menos trezentas companhias sob seu controle, como descreve AKIO MORITA, da SONY, em sua autobiografia "MADE IN JAPAN".

Trata-se, pois, de sugestão do mais alto cunho capitalista e democrático e para revitalizar a economia nacional gravemente enferma.

A democratização proposta para a estrutura do Conselho Monetário Nacional, com o objetivo de pôr termo à corrupção e à ineficiência, assegurará o mesmo clima nos bancos.

Depoimentos prestados na Subcomissão do Sistema Financeiro apresentaram a literatura e o elenco de razões para esta providência indispensável ao melhor desenvolvimento do parque industrial brasileiro e ampliação do mercado interno e externo de seus produtos, dentro do Programa da Aliança Democrática.

IX – A estatização não acarreta ônus a Fazenda Pública, não só porque se trata de atividade exercida sob o regime de concessão do Estado e que, portanto, não gera direitos permanentes, como também porque não há direitos adquiridos contra o Estado e que possam limitar sua soberania em instituir-se. A Constituição de 1934 incorporou o subsolo ao patrimônio da União e jamais houve quem pretendesse impugnar esse direito de fazê-lo e invocar “direitos adquiridos” às jazidas nele existentes.

X – A proposição preocupou-se em proceder a estatização sem traumas, resguardando o funcionamento de todo o sistema bancário nacional, em sua atividade socialmente útil, e dos empregados e sem lesão escusáveis aos banqueiros que serão indenizados pelo custo das instalações, embora desnecessariamente luxuosas. Não há que indenizar a usura, pois esta sempre foi crime contra a economia popular.

XI – O eminente relator, Deputado Fernando Gasparian, provado defensor do interesse público nacional, com imensos sacrifícios pessoais impostos pelo regime autoritário, conhecidos de toda a Nação, não teve, certamente, tempo para meditar mais profundamente sobre importância desta providência a ser tomada pela Assembleia Nacional Constituinte nesta oportunidade histórica, única, que se abriu, na defesa dos interesses do povo brasileiro.

XII – S. Exa. pretendeu corrigir a usura que devora salários e o capital de pequena média indústria e os empresários rurais através de um tabelamento de juros, fixando-os em 12% reais abrindo à agiotagem ainda mais dois anos de oportunidade, ao dar o teto de 20% nas disposições gerais e transitórias.

XIII – Houve repulsa generalizada, inclusive na imprensa, contra essa forma ingênua de pretender extirpar esse veneno que corrói a economia nacional e está levando ao desespero os pequenos empresários e ao povo de baixa renda.

Já em 1933, o Presidente Getúlio Vargas baixara o Decreto nº 22.626 de 07 de abril, em que escreveu no preâmbulo: “Considerando que todas as legislações modernas (modernas já em 1933) adotam normas severas para reprimir os excessos praticados pela usura; considerando do que é de interesse superior da economia do País não tenha o capital a remuneração exagerada impedindo o desenvolvimento das classes produtoras”.

Nesse decreto, não apenas foram os juros tabulados como também criaram-se severos instrumentos de controle e sanções contra a usura, qualificada como crime contra a economia popular. Estabeleceu-se vigor repressão policial, milhares de prisões ocorreram e o tribunal de Segurança Nacional encheu-se de processos.

Esse decreto nunca foi revogado, entretanto, desde 1964 passou a ser letra morta e o que era crime contra a economia popular, hoje, se transforma em prática desfrutando de cobertura constitucional, se prevalecer a proposta do eminente Relator, de elevar o teto legal de 12% para 20%. Haveria um retrocesso de mais de 50 anos em favor da usura! As gerações vindouras estigmatizariam nosso atraso cultural e moral em assim nos acumplicarmos com a agiotagem.

XIV – Mais ainda: todos estamos assistindo o drama das pequenas e médias empresas, vítimas da agiotagem do sistema bancário estimulado pelo Ministério da Fazenda, em níveis jamais atingidos. Os que percebem menos de cinco salários, a grande maioria dos trabalhadores, obrigados a comprar bens de consumo a prazo, pagam o valor efetivo ao fabricante e mais o dobro e até mais nos bancos em troca de nada.

Não há soluções alternativas senão suprimir o banqueiro privado.

O eminente Relator não percebeu que a classe operária de baixa renda, os funcionários, a pequena e média indústria, massacrados pela agiotagem, os exportadores pelo preço de custo cada vez mais alto de nossos produtos, pela agiotagem embutida em seus custos, toda a Nação está de olhos fixos nesta Assembleia Nacional Constituinte, esperando uma providência de socorro.

XV – Lamentavelmente, o preclaro Deputado Fernando Gasparian invoca este argumento:

“A tradição e a cultura da sociedade brasileira parecem contraindicar soluções que levem à plena intervenção do Estado na área econômica, mesmo porque as economias socialistas, centralmente planejadas, já estão percorrendo caminho inverso.” Como se vê, a argumentação não honra o passado do ilustre editor do jornal e de tantos livros que buscaram exatamente quebrar essa tradição e incultura que tornaram a sociedade brasileira uma das mais gritantes injustas do mundo e que mata pela fome 300.000 crianças por ano, encontrando-se por isto, reivindicativa, desesperada e explosiva e que, nos mantivermos nesta atitude egoísta e cega, poderemos ser tragados pelo imprevisível. “Façamos a revolução, antes que o povo o faça” – recomendava o velho Presidente Antônio Carlos, de Minas Gerais, já em 1930.

XVI – Como invocar, para esse imobilismo suicida o exemplo de um suposto caminho de volta das economias socialistas ao capitalismo? A estatização de bancos nada tem de medida socialista. Vimos o presidente John Quincy Adams, em 1819, um ferrenho defensor da livre empresa, queixar-se do efeito negativo da usura bancária ao sistema capitalista é precisamente para sanear o sistema capitalista e é precisamente para sanear o sistema e evitar que o Brasil enverede para rumos socialistas, sem estar preparado para esse passo, que a estatização dos bancos se impõe. Queremos evir a guerra civil, se multidões principiarem a assaltar os

supermercados como já praticam a todos nós nas ruas e em nossas moradias e até mancomunadas com a polícia.

XVII – O eminente relator repete, como um papagaio, as sandices do Senhor Roberto Campos que, volta e meia, anuncia golpes capitalistas na economia chinesa e soviética, por terem realizado Joint-ventures com empresas multinacionais. Essas medidas são práticas leninistas já em voga na década de 20 e 30, a chamada NEP, a que só um País soberano e forte pode recorrer para acelerar o progresso nacional. Se o Relator lesse as normas que presidem a feitura dessas joint ventures veria que o Brasil poderia ministrar indústrias multinacionais sem riscos para sua soberania, desde que elas se submetessem às restrições exigidas pelos russos e chineses e que são as mesmas exigidas pelo Japão para a entrada de multinacionais em território nipônico.

XVIII – Akio Morita, em seu livro MADE IN JAPAN, relata o convite que recebeu dos chineses e russos para fabricar produtos SONY e recusou. Recusou porque temeu amanhã ser ameaçado pelos sonys russos e chineses, inundando o mercado. No Brasil do Senhor Roberto nunca as multinacionais sofreriam este risco. Aqui seria sempre o que é, onde as fábricas brasileiras de rádio e televisão jamais existiriam e a fome, que hoje mata mil crianças por dia, matará amanhã duas e três mil, se o povo não lançar pelos ares estruturas que se pretende perpetuar nesta Constituinte.

XIX – Prosseguindo na desastrosa defesa da usura, o eminente Relator aponta “os exemplos da França, Espanha, Itália, etc.” A primeira já recorreu à estatização, precisamente por ser a burguesia francesa uma das mais inteligentes e atiladas do mundo e esses países estão longe das desigualdades gritantes e intoleráveis que afligem o povo brasileiro. A agiotagem lá não chega aos absurdos que medram aqui.

Certos de que a Assembleia Nacional Constituinte tornará esta providência de salvação da pequena e média indústria e do socorro aos assalariados, vítimas da usura, providência que deixará esta Constituinte ao nível dos brasileiros que instituíram a siderurgia, o monopólio estatal do petróleo e todas as bases para a grande Nação que pretendemos construir, como fizeram os japoneses em seu território em circunstâncias extremamente adversas.

Parecer:

Aprovada parcialmente nos termos do texto do Anteprojeto.

EMENDA:00113 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOSE CARLOS VASCONCELOS (PMDB/PE)

Texto:

Dá nova redação ao "caput" ao Art. 2o. do Relatório apresentado pela "Subcomissão do Sistema Financeiro" da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

"Art. 2o. A atividade das instituições financeiras públicas e privadas, é expressão da função social devendo ser exercida de forma articulada com os Planos Nacionais e Regionais de Desenvolvimento e sempre em benefício do interesse da coletividade."

Justificativa:

O dispositivo visa assegurar a articulação das instituições financeiras com os Planos Nacionais e Regionais de Desenvolvimento de forma a que estas instituições operem sempre objetivando o interesse da coletividade. Com a alteração proposta reforça-se a necessidade de integração entre os objetivos nacionais e regionais de desenvolvimento e os das instituições financeiras beneficiando-se, sem dúvida, a coletividade.

Parecer:

Aprovada parcialmente nos termos do art. 2o. do Anteprojeto.

EMENDA:00114 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOSE CARLOS VASCONCELOS (PMDB/PE)

Texto:

Art. Suprima-se o § 2o. do Art. 2o. do anteprojeto.

Justificativa:

No depoimento na Subcomissão, o Professor Walter Barelli, sobre as taxas de juros, sugere que a usura, em todas as modalidades, seja punida na forma da Lei.

A exemplo de outros depoentes considerou inadequado determinar o limite de taxas de juros no texto constitucional.

Por outro lado, não é possível deixar livre sua fixação. Sendo o Congresso Nacional o órgão mais representativo da sociedade brasileira, atribuímos a Comissão Especial do Sistema Financeiro do Congresso Nacional, criada em outra emenda de nossa autoria, a fixação dos juros, o que permite a atualização das taxas quando necessário.

Parecer:

A atuação das instituições financeiras no País, praticando taxas de juros reais que chegam a até 60% a.a., tem provocado impostos extremamente nocivos ao setor produtivo nacional, inviabilizando, pelo custo de crédito, inúmeras atividades econômicas.

Suas aplicações estão voltadas quase que exclusivamente para o curto prazo, em detrimento do papel social da intermediação financeira. Assim, torna-se imperioso estabelecer-se no texto constitucional instrumento capaz de limitar as taxas de juros reais a serem praticadas na vida econômica nacional.

Rejeitada.

EMENDA:00126 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

AUGUSTO CARVALHO (PCB/DF)

Texto:

Suprima-se do Anteprojeto Constitucional da Subcomissão do Sistema Financeiro, o art. 2o. e seus parágrafos.

Justificativa:

Vez que apresentamos emenda no sentido de conferir à União o monopólio do sistema financeiro, o artigo cuja supressão e de seus parágrafos se propõe, se mantidos, estariam em oposição frontal a esse monopólio.

Parecer:

O acolhimento da emenda implicaria estatização do sistema financeiro.

EMENDA:00130 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ULDURICO PINTO (PMDB/BA)

Texto:

Institui o monopólio dos serviços bancários e financeiros.

Inclua-se no anteprojeto de texto constitucional, na parte relativa à Ordem Econômica, o seguinte dispositivo:

"Art. As atividades e serviços de bancos e instituições financeiras passam a constituir monopólio estatal.

Parágrafo único - Lei complementar regulamentará o processo de estatização dos bancos e instituições financeiras privadas atualmente em funcionamento no país.

Justificativa:

Durante o período vigente do "modelo econômico" implantado pela ditadura militar e, mais recentemente, entre 1981 e 1985, observamos que o setor mais rentável da economia brasileira foram os bancos, com uma rentabilidade média de 34,6% na construção civil, 3,3% na agropecuária 12,6% na metalurgia.

Vale destacar, também, que os 10 bancos avaliados em 5 anos e meio lucravam 26,4% bilhões de dólares, isto é, um quarto da dívida externa brasileira.

O BRADESCO, no 1º semestre de 1985, aumentou o seu líquido em 524% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto o BAMERINDUS teve um crescimento de 2.120% naquele ano.

Ora, como pode ser que, um, país em crise, com hiperinflação e recessão acentuada, os bancos tenham e mantenham taxas de lucro não só elevadas, mas, ilícitas?

Assim, observamos que, criminosamente, os bancos privados atuam como agentes de concentração de capital, impedindo que esse mesmo capital reverta para outros setores da economia, contribuindo para o desenvolvimento destes setores.

Tal acumulação de capital, garantida pela manutenção de altas taxas de juros e da chamada “ciranda financeira”, se reflete na recessão e inflação que causam a paulatina pauperização do povo brasileiro.

Além disso, devemos salientar que a denominação política fundamenta-se, essencialmente, na denominação econômica. E são os grandes bancos, assessorados pelo Fundo Monetário Internacional (F.M.I.), que garantem a submissão do Terceiro Mundo ao capital financeiro internacional; e mais, são os próprios bancos “brasileiros” que, através de corrupção, exportam capitais para o exterior, contribuindo para a miséria e empobrecimento do povo brasileiro.

É através dos bancos estrangeiros e dos próprios bancos “nacionais” que atuam como testa-de-ferro de grupos capitalistas transnacionais que se garante a espoliação e a denominação do nosso povo.

Assim, somente através da intervenção estatal, por intermédio do mecanismo do monopólio, será possível sanear este setor econômico, extinguindo a corrupção e pondo fim na exportação de capitais e contribuindo para a correta canalização e distribuição dos recursos nacionais entre os diversos setores da economia brasileira, garantindo o seu desenvolvimento equilibrado e democrático.

Parecer:

O acolhimento da emenda implicaria a estatização do Sistema Financeiro.

EMENDA:00132 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

IVAN BONATO (PFL/SC)

Texto:

Dê-se ao artigo 5o. e seus parágrafos do Anteprojeto do Relator a seguinte redação:

"Art. 5o. Compete privativamente ao Banco Central do Brasil emitir moeda e ser depositário de reservas bancárias, sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem cometidas em lei.
Parágrafo único. Sua diretoria será indicada pelo Presidente da República, sendo nomeada para mandato de quatro anos, após ter sua indicação aprovada pela maioria absoluta do Congresso nacional, que poderá também votar sua destituição ou apreciar expediente do Presidente da república nesse sentido."

Justificativa:

Entendemos que não se deva fixar na Constituição a competência do Banco Central do Brasil, pois a matéria adquiriria uma rigidez que poderia inviabilizar o aprimoramento do Sistema Financeiro do País.

É o caso, por exemplo da atribuição de fiscalização das instituições financeiras (art. 5º, letra “a”).

Há dois anos, o Presidente da República instituiu uma Comissão para elaboração de Projeto sobre Responsabilidade nos Mercados Financeiros, integrada por JOSÉ BULHÕES PEDREIRA, na condição de Presidente, ALFREDO LAMY FILHO, FÁBIO KONDER COMPARATO, JORGE HILÁRIO GOUVÊA VIEIRA e CESAR VIEIRA DE REXENDE. Equipe de juristas e professores do mais alto valor, a quem incumbiu-se de apresentar o projeto sobre a responsabilidade civil e criminal de controladores, administradores e fiscais de instituições financeiras e demais participantes nos mercados monetários e de capitais, autoridades competentes e procedimentos para apurar infrações à legislação desses mercados e promover a responsabilidade dos infratores, atribuição e instrumentos das autoridades administrativas para prevenir e solucionar situações de liquidez e insolvência de instituições financeiras, e procedimentos de saneamento financeiro, organização e liquidação de intermediários financeiros.

A Comissão ouviu as maiores autoridades brasileiras, quer pelos seus conhecimentos especializados, quer pela experiência obtida no exercício de funções no setor financeiro, as quais transmitiram informações valiosas sobre as causas das dificuldades no apurar responsabilidade criminal e civil dos controladores e administradores de instituições financeiras quebradas fraudulentamente.

Entre as pessoas ouvidas pela Comissão, estavam pela Comissão, estavam ADROALDO MOURA DA SILVA, então Presidente da CVM, IRAN SIQUEIRA, então Diretor de Fiscalização do Banco Central (BC), FERNANDO ALBINO DE OLIVEIRA, então diretor da CVM, os ex-diretores do BC ERNESTO ALBRECHT, GERMANO LYRA, JOSÉ LUIZ MIRANDA e SÉRGIO RIBEIRO, o Presidente da Federação Brasileira de Bancos, ROBERTO KONDER BORNHAUSEN, o então chefe do Departamento de Controle de Operações Especiais do BC, JOSE ROBERTO DA SILVA, o ex-chefe do Departamento Jurídico do BC, FLÁVIO RAMOS, e ainda o Comptroller of

the Correny, responsável pelo controle das atividades bancárias nos Estados Unidos, Dr. DARREL W. DOCHOW, que veio no Brasil especialmente para proporcionar à Comissão as informações de que esta necessitava a respeito da experiência norte-americana no trato dos problemas de responsabilidade criminal e civil de controladores e dirigentes de bancos, tendo sido acompanhado do consultor jurídico do mesmo órgão, o Dr. FRANK BONAVENTURE, ambos ligados à Secretaria do Tesouro. O primeiro deles era conhecido como o Number Two naquela importante Secretaria (equivalente ao nosso Ministério da Fazenda), pela posição hierárquica do cargo que exercia. Colaboraram ainda 25 outros especialistas, que contribuíram com interessantes observações ao texto preliminar redigido pela Comissão.

O anteprojeto da Comissão, privilegiado pela experiência de seus autores e pela judiciosa contribuição dessas personalidades, que lhe deram seu depoimento, tratava do controle das instituições financeiras, preocupando-se com a regulação da sociedade controladora e do empresário financeiro e com a transparência e aquisição de controle, aspectos não contemplados na legislação em vigor, o que tem dado azo à esdrúxula impossibilidade de o BC exercer sobre os controladores qualquer controle, ao passo que pode exercer controle total sobre os administradores – empregados; tratava da organização das instituições financeiras, elucidando a obrigação dos diversos órgãos de modo a afastar o costume de pessoas de renome na sociedade emprestarem seu nome a órgãos consultivos e a conselhos de administração, mas não assumirem as responsabilidades correspondentes nas sociedades anônimas em geral, e nos bancos em particular; criava o anteprojeto, outrossim, um engenhoso sistema de documentação de operações, de sorte a possibilitar controle acurado das responsabilidades envolvidas em cada ato negocial importante; regulava o anteprojeto a responsabilidade civil e administrativa dos agentes do mercado bancário e de títulos e valores, minudenciava as exigências para correto relacionamento das instituições financeiras com as pessoas a elas ligadas, regulava a fiscalização das instituições, criava um eficiente sistema de seguros de créditos contra instituições financeiras, tratava de forma inovadora e moderna a liquidação forçada dessas instituições e continha a mais completa tipologia de crimes financeiros e respectivo apenamento.

Tal foi o acolhimento da comunidade jurídica ao anteprojeto, que o Presidente da República, ao sancionar a “Lei do Colarinho Branco” aprovada na matéria – esclareceu na Mensagem que pretendia, em breve, encaminhar ao Parlamento o anteprojeto elaborado pela Comissão.

Em decorrência da norma contida no Anteprojeto, todo esse trabalho poderá ficar irremediavelmente perdido, impossibilitando inclusive qualquer iniciativa no sentido de aprimorar a modernizar o Banco Central.

Basta dizer que, no projeto elaborado pela Comissão, a atribuição de fiscalização é dada a diversos órgãos – a um instituto segurador de instituições financeiras, a autoridades policiais especializadas subordinadas ao Ministério da Fazenda, e ao Banco Central do Brasil.

Nos Estados Unidos, por exemplo, essa atividade acha-se dividida entre o BC (Fed), o Controlador da Moeda (Comptroller of Currency) e a instituição seguradora de operações bancárias (O FDIC, Federal Deposit and Insurance Corporation).

Portanto, afigura-se –nos conveniente não interferir com uma norma constitucional, de rigidez própria a regra dessa hierarquia, nas opções que o legislador deseje tomar no futuro, a bem da segurança dos mercados e da eficiência dos órgãos e métodos de fiscalização.

No que tange à direção do Banco Central do Brasil, a emenda proposta atribui ao Congresso aprovar, não só o presidente da entidade, como toda sua diretoria. Com isso evita-se, em situações específicas, uma atuação apenas formal do presidente e uma ação de fato, do Governo, via diretores.

Parecer:

Aprovada nos termos do texto do Anteprojeto.

EMENDA:00133 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

MAURO CAMPOS (PMDB/MG)

Texto:

I - Dê-se ao art. 2o. e seus parágrafos, do anteprojeto do relator a seguinte redação:

"Art. 2o. A lei federal disporá sobre a autorização para o funcionamento das instituições bancárias e financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização.

§ 1o. A autorização de que trata este artigo será concedida a qualquer pessoa jurídica, mediante comprovação de capacidade administrativa e econômico-financeira compatível com o empreendimento.

§ 2o. A usura, em todas as suas modalidades, será punida na forma da lei."

II - Suprima-se o seu art. 13.

Justificativa:

Muito se tem discutido ultimamente sobre a conveniência de manter ou não o atual sistema de cartas patentes para o funcionamento das instituições financeiras.

Essa discussão está relacionada com outro tema, a concentração do sistema bancário. Os sistemas bancários de todo o mundo, com a possível exceção dos Estados Unidos, apresentam índices elevados de concentração. O Brasil não é exceção a essa regra. Em grande parte, a tendência à concentração ocorreu no País na década de 1970, como resultado de um objetivo explícito da política do Governo, através de vários tipos de incentivos às fusões e incorporações das instituições financeiras.

Os objetivos do Governo, ao promover a concentração bancária, foram o aumento da eficiência, a segurança da poupança popular e a necessidade de um aumento na escala das operações bancárias de grande porte, paralela a um aumento na escala das empresas industriais e comerciais.

Se, nos anos 70, a política do Governo foi no sentido da concentração, no período de 1965 a 1970, que se seguiu às leis do mercado de capitais e da reforma bancária, foi de diversificação. Recorde-se que, como consequência dessas duas leis, houve no País uma proliferação de instituições financeiras de todo tipo e tamanho, algumas de duvidosa idoneidade. Surgiram, assim, em grande número, bancos de investimentos, empresas de crédito e financiamento, sociedades e fundos de investimento, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança, além de empresas corretoras e distribuidoras de títulos. A história econômica do País registra algumas falências escandalosas, que se seguiram à execução dessa política de multiplicação das instituições financeiras.

Ora, a eliminação pura e simples das cartas patentes, sem um critério seguro de seleção dos estabelecimentos de crédito, pode conduzir ao aparecimento de instituições inidôneas, com grave risco para a segurança dos depósitos, das demais operações bancárias e, sobretudo, da economia popular.

Por outro lado, é saudável a competição no sistema financeiro, como elemento propulsor da eficiência de seus serviços e da redução da taxa de juros.

Entre um regime de plena liberdade, na abertura dos estabelecimentos de crédito, e um regime fechado, corporativo, que é o das cartas patentes, é conveniente delinear um modelo de organização do sistema, que ao mesmo tempo ofereça segurança e eficiência. Mas isso é uma tarefa que requer ampla discussão e que deve, a nosso ver, ser remetida à legislação ordinária.

Por isso, a emenda proposta é no sentido de que a lei federal disporá sobre a autorização para o funcionamento dos bancos de depósito e dos demais estabelecimentos de crédito, câmbio e intermediação financeira, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização. Mas a autorização concedida, para que não tenha valor de mercado – o aspecto julgado pernicioso na atual sistemática – deve ser intransferível.

Em consequência deve ser suprimido o art. 13, que contém disposição transitória sobre o assunto.

O parágrafo 2º do artigo 2º do Anteprojeto elaborado pelo nobre Relator, Constituinte Fernando Gasparian, pretende fixar, em 12% ao ano, as taxas de juros reais cobrados pelo Sistema financeiro.

A preocupação com as elevadíssimas taxas de juros praticadas pelo mercado financeiro nacional foi aqui demonstrada, seja pelos membros da comunidade acadêmica, que despuseram perante esta Subcomissão, seja pelos ilustres constituintes que a compõem.

A eficácia de se tentar, no texto constitucional, fixar limites a essas taxas, contudo, foi contestada por expressiva maioria dos que aqui manifestaram sua opinião a respeito do problema.

Aliás, a imensa maioria dos entrevistados por esta Subcomissão pronunciou-se contrária à tentativa de se tabelar, por dispositivo constitucional ou de lei ordinária, as taxas de juros.

O economista Walter Barelli, contudo, formulou proposta no sentido de se contar ao que dispunha a Constituição de 1946, que cometia à legislação o disciplinamento da questão, no que foi secundado pelo também economista Professor João Paulo Almeida Magalhães.

Quanto ao § 3º entendemos mais conveniente submeter a um debate mais amplo, pelo próprio Congresso, com vista à elaboração de lei ordinária. Na legislação vigente, apenas o art. 51 da Lei 4131/62 limita a participação estrangeira em instituições financeiras, dispondo que "aos bancos estrangeiros cujas matrizes detenham sede em praças em que a legislação imponha restrições ao funcionamento de bancos brasileiros, fica vedado adquirir mais de 30% das ações, com direito a voto, de bancos nacionais". Em termos regulamentares, atualmente é vedada a participação estrangeiras nos bancos de investimento, financeiras, corretoras, distribuidoras, sociedades de arrendamento mercantil, e de crédito imobiliário.

Ademais, já é uma realidade a participação de instituições financeiras brasileiras nos mercados internacionais, principalmente o Banco do Brasil. A proibição de participação estrangeira em instituições financeiras no Brasil, alterando a norma hoje vigente, levará alguns países a adotar medidas de retaliação, com possível fechamento de agências de bancos brasileiros no exterior. Em muitos casos, a abertura de agências do Banco do Brasil no exterior foi autorizada no contexto de negociações bilaterais, Governo, que conduziam o governo brasileiro, em reciprocidade, a autorizar a abertura de igual número de agências de bancos desses países no território nacional.

Por essas mesmas razões, suprimiu-se o § 4º, considerando-se ainda, que as medias retaliatórias poderiam acarretar perda de depósitos de bancos brasileiros no exterior, extinguindo-se importante fonte de financiamento para o nosso comércio exterior.

Parecer:

Aprovada nos termos do texto do Anteprojeto.

EMENDA:00137 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUIZ GUSHIKEN (PT/SP)

Texto:

Substitui, com nova redação, o art. 2o. do anteprojeto do relator.

Art. 2o. As instituições financeiras, públicas ou privadas, exercem função social e suas atividades devem subordinar-se à obediência aos princípios gerais da ordem econômica e social inscritos nesta Constituição, tendo por objetivo:

- a) cumprir as metas do desenvolvimento econômico e social a elas aplicáveis;
- b) assegurar a formação, a captação e a proteção das poupanças, bem como a aplicação de meios necessários à expansão das forças produtivas;
- c) propiciar a diminuição das desigualdades regionais e setoriais da economia brasileira;
- d) assegurar a maior eficiência do sistema de pagamentos e democratização do crédito;
- e) garantir o acesso ao crédito aos pequenos e médios tomadores em condições adequadas e a custos compatíveis;
- f) evitar a usura, as práticas especulativas e a formação de cartéis.

Parágrafo único. As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12% ao ano.

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Aprovada parcialmente nos termos do art. 1o. e 2o. do Anteprojeto.

EMENDA:00138 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUIZ GUSHIKEN (PT/SP)

Texto:

Substitui, com nova redação, o parágrafo 3o. do artigo 2o. do anteprojeto do Relator.

"Art. 2o....."

§ 3o. Os Bancos de depósito, instituições financeiras e de seguros, em todas as suas modalidades, não poderão ter participação acionária de pessoas física ou jurídica estrangeira."

Justificativa:

Emendas sem justificativa.

Parecer:

Aprovada nos termos do artigo 2o. do Anteprojeto.

EMENDA:00139 APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUIZ GUSHIKEN (PT/SP)

Texto:

Repete, sob forma de artigo, o § 4o. do art.

2o. do anteprojeto do relator.

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Aprovada.

EMENDA:00140 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUIZ GUSHIKEN (PT/SP)

Texto:

Substitui o caput inicial do artigo 5o. do anteprojeto do Relator.

Art. 5o. O Banco Central do Brasil, pessoa jurídica de direito público, com autonomia, quadro de pessoal, patrimônio e receita próprios, tem sede na Capital da República e exerce a função de órgão central dos sistema financeiro e monetário do País.

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Aprovada nos termos do artigo 5o. do Anteprojeto.

EMENDA:00141 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUIZ GUSHIKEN (PT/SP)

Texto:

Substitui, com nova redação, alíneas do art.

5o. do anteprojeto do relator:

- a) emitir moeda;
- b) efetuar a colocação e o resgate de títulos da dívida pública federal, emitidos e controlados pelo Tesouro Nacional;
- c) executar a programação monetária;
- d) controlar as operações de câmbio;
- e) executar os serviços do meio circulante;
- f) exercer a fiscalização das instituições financeiras;
- g) estimular a criação de cooperativas de crédito;
- h) dispor normas sobre a execução das políticas monetárias, de crédito e de câmbio e do mercado de capitais, observado o disposto no art. 4o.

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Aprovada nos termos dos art. 5o. do texto do Anteprojeto.

EMENDA:00142 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUIZ GUSHIKEN (PT/SP)

Texto:

Substitui, com nova redação, os parágrafos 1o., 2o. e 3o., e acrescenta parágrafo 4o. ao artigo 5o. do Relator.

§ 1o. O Banco Central do Brasil será administrado por uma Diretoria, devendo dois terços (2/3) dos seus membros, no mínimo, serem escolhidos entre funcionários de seu quadro de pessoal, dentre os quais um diretor eleito pelo funcionários.

§ 2o. Seu Presidente será nomeado pelo Presidente da República, com mandato de quatro anos, após aprovação da escolha pelo Congresso Nacional, que Poderá votar sua destituição ou anular ato do Presidente da República que o demita, antes do término do mandato.

§ 3o. É vedada a escolha para a presidência ou diretorias do Banco Central do Brasil de quem tiver exercido, nos últimos quatro anos anteriores à indicação, função de direção de qualquer instituição financeira privada.

§ 4o. É vedado a quem tiver ocupado a presidência ou diretoria do Banco Central do Brasil exercer cargo em instituição financeira privada, durante os quatro anos seguintes ao seu desligamento.

Justificativa:

Emenda sem justificativa

Parecer:

Aprovada nos termos do texto do Anteprojeto.

EMENDA:00144 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUIZ GUSHIKEN (PT/SP)

Texto:

Substitui o parágrafo 1o. do artigo 2o. e o artigo 13 do anteprojeto do Relator.

Art. 13. É vedado a comercialização de autorizações para funcionamento de instituições financeiras e suas agências.

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Aprovada nos termos do § 1o. do artigo 2o do Anteprojeto.

FASE E

EMENDA:00074 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

COSTA FERREIRA (PFL/MA)

Texto:

Dê-se ao artigo 3o do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro a seguinte redação e em consequência, seja suprimidos o parágrafo 2o do artigo 2o e o artigo 15 deste mesmo Anteprojeto.

Art. 3o - A autorização para funcionamento de bancos e outras instituições financeiras com participação acionária de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras é condicionada ao princípio da reciprocidade.

Suprimidos: - § 2o do artigo 2o e artigo 15.

Justificativa:

A complexidade das relações econômicas, financeiras e negociais em geral em uma sociedade como a brasileira torna inarredável sua interpretação e interdependência internacional. É fenômeno evidente com o qual as democracias mais ricas e estáveis já aprenderam a conviver, cabe estabelecer processos de controle, aferição e uso vantajoso para o País nessa interação; o que não pode fazer é fechar as portas a essas vantagens. Os fluxos internacionais de riquezas ensejam troca, conhecimento e modernização tecnológica e gerencial, reduzem custos de produção e preços de consumo pelo uso inteligente das vantagens competitivas de cada setor da economia, geram empregos, permitem produção em escala internacional (o que também gera empregos e reduz custos de produção e preços de consumidor), etc...

Não se pode crer na postura ingênua de que num mundo de interdependência estreita possa um país adotar quais quer medidas unilaterais sem resposta ou retaliação de seus parceiros econômicos, os agentes econômicos brasileiros no exterior precisam captar recursos nos mercados em que atuam.

Por fim, inegável e por si só evidente, a necessidade brasileira de trazer investimentos estratégicos e ganhar mercado para suas exportações. Norma como a que ora se propõe contém o realismo programático indispensável às negociações internacionais, como também ensejará mercado externo e empregos para a nossa economia.

Parecer:

Os direitos e condições para o ingresso de capital estrangeiro no setor financeiro nacional devem ser objeto de lei originária.

Entendemos também, que a Carta Magna deva estipular os princípios de reciprocidade e acordos internacionais, além da proteção dos interesses da nação, como critério para a autorização ou não de residentes e domiciliados no exterior, nesse segmento da economia nacional.

Nesse sentido, opinamos pelo acolhimento da Emenda proposta pelo ilustre Constituinte.

EMENDA:00091 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ANTERO DE BARROS (PMDB/MT)

Texto:

SUBCOMISSÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

Suprimir os Artigos 2o. e 3o., o Artigo 2o.

passa ter a seguinte redação:

Art. - Os bancos de depósitos, empresas financeiras e de seguros terão a participação majoritária do seu capital constituído pela União, Estado ou Municípios;

Justificativa:

O presente dispositivo constitucional é de relevante importância, sobretudo neste momento, quando presenciamos amplos setores da sociedade combatendo o sistema financeiro.

Presenciamos os produtores agrícolas e os pequenos e médios empresários denunciando, através de suas entidades representativas, os juros extorsivos cobrados pelos bancos, o que tem ocasionados a elevação do preço de custo da produção industrial e agrícola, refletindo decisivamente nos altos índices da inflação.

As consequências desta política financeira adotada pelos banqueiros já têm dado mostras de sua ação destrutiva no sistema produtivo, quando verificamos o aumento em até 300% no número de concordatas pedidas por empresários e agricultores.

Também fazem coro contra os banqueiros, os trabalhadores destes estabelecimentos. Há pouco tempo presenciamos uma greve nacional dos bancários, reivindicando melhores salários e denunciando as péssimas condições, reivindicando melhores salários e denunciando as péssimas condições de trabalho a que são submetidos.

Cabe, neste momento, ressaltar que os bancos brasileiros registram lucros superiores à 800% ao ano, taxa que os eleva à condição de estarem entre os de maior lucratividade em todo o mundo.

É neste contexto de enormes lucros, por um lado, e de agiotagem para com o sistema produtivo e baixos salários para os bancários, por outro, que se torna importante definir o papel do Estado em relação a esta atividade econômica.

Entendemos que o sistema financeiro, sendo constituído por empresas que, para prestarem o serviço bancário, necessitam de concessão do governo, devem-se pautar por um compromisso social, ou seja, ter a sociedade como fim, e não como meio para auferir lucros astronômicos.

Para garantir que tenhamos um sistema financeiro à serviço do desenvolvimento de nossas produtivas, propomos que a União, Estado ou Município, tenham participação majoritária no capítulo dos bancos de depósitos, empresas financeiras e de seguros.

Parecer:

A supressão dos Artigos 2o. e 3o. a nosso ver, é pertinente. Todavia, entendemos que a Carta Magna deve estabelecer alguns princípios básicos sobre a concessão para a abertura das instituições financeiras, especialmente em relação ao capital estrangeiro. Por fim, parece-nos que o modelo misto que experimentamos na economia brasileira nas décadas passadas deve ser mantido, reservando às instituições oficiais de crédito, a participação majoritária.

Assim, opinamos pelo acolhimento parcial da Emenda do ilustre Constituinte.

Acolhida Parcialmente.

EMENDA:00104 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO GASPARIAN (PMDB/SP)

Texto:

adite-se, onde couber, ao Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro o seguinte artigo:

Art. A União, através de suas instituições financeiras, não se responsabilizará pelos depósitos ou aplicações nas instituições financeiras privadas.

Parágrafo único. As instituições financeiras privadas formarão Fundo de Seguro de Depósitos Bancários, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo depósitos ou aplicações até determinado valor, que a lei definirá.

Justificativa:

Com esta dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Deseja-se, portanto, impedir a corrupção, o desvio e malversação dos recursos à disposição de bancos e instituições financeiras. Os diretores dessas instituições agem irresponsavelmente, certos de que não sofrerão consequências maiores por seus atos, pois aí está o Governo para assumir a responsabilidade, perante terceiros, pela incompetência e má-fé deles.

Nossa história recente registra casos inomináveis como Coroa-Brastel, Delfin, Sul Brasileiro, Capemi e tantos outros, em que o Governo arcou com o ônus resultante de desmando, da malversação, da apropriação indébita dos recursos à disposição das instituições envolvidas em tais clamorosos escândalos.

A economia popular, no parágrafo único, foi protegida.

Parecer:

Entendemos que os recursos públicos não devem garantir aplicações em instituições financeiras, independentemente da sua natureza jurídica pública ou privada.

Como a Emenda faz parte do texto do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, sugerimos a leitura do item IV do nosso Substitutivo, onde se analisa o referido Anteprojeto e se apresenta, quando é o caso a nossa

alternativa.

Assim, somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:00107 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO GASPARIAN (PMDB/SP)

Texto:

Adite-se, onde couber, ao Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro o seguinte artigo:

Art. Os depósitos ou poupanças captados pelas instituições financeiras em macrorregiões menos desenvolvidas, não poderão ser aplicados em macrorregiões mais desenvolvidas.

Justificativa:

A presente emenda tem por objetivo das condições para o desenvolvimento das regiões mais pobres do Brasil. Sendo por demais tímida a atuação dos bancos oficiais nas macrorregiões menos desenvolvidas, é necessário inverter a política vigente, para que o crédito oficial seja instrumento indutor do desenvolvimento que eliminará o fosso que separam as regiões brasileiras.

No momento em que os Constituintes fazem opção para que o crédito tenha objetivo social e pelo fortalecimento das instituições financeiras públicas, reservando-lhes o direito de aplicar, por ação direta, os recursos geridos pela Administração Pública, não é justo deixar de estabelecer critérios como os propostos, que visam a estabelecer o ser humano como o beneficiário do desenvolvimento.

Parecer:

A proposição, se aprovada, tornar-se-ia norma inócua. A poupança privada flui inexoravelmente para os setores mais rentáveis. Portanto, a Emenda não contribui para o aprimoramento do Anteprojeto da Subcomissão.

Desta forma, somos pelo não acolhimento da Emenda .
Pela Rejeição.

EMENDA:00110 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO GASPARIAN (PMDB/SP)

Texto:

Adite-se, onde couber, ao Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro o seguinte artigo:

Art. Os bancos e outras instituições financeiras, autorizadas a funcionar no País, de que tratam os § 2o. do artigo 2o., e o artigo 3o., encerrarão suas atividades no prazo improrrogável de um ano, em que ficarão extintas as respectivas licenças, sem ônus para a União.

Justificativa:

A emenda em epígrafe tem por objetivo permitir a adaptação dos bancos aos dispositivos que lhes vedam o recebimento de depósitos ou outra forma de captação de recursos no mercado.

Os bancos estrangeiros têm participação, de modo crescente do capital acionário dos bancos de investimento, hoje virtualmente transformados em bancos comerciais. Embora dispondo de poucas agências, os bancos estrangeiros estão entre os maiores captadores de depósitos à vista e a prazo. No entanto, os bancos estrangeiros não incorporam nem capital, nem tecnologia à economia brasileira. A realidade é que esses bancos dispõem de uma rede internacional de crédito que ameaça a capacidade dos governos de qualquer país de controlar significativamente o desenvolvimento de sua economia nacional.

Parecer:

As condições e limites para a participação do capital estrangeiro na economia brasileira, em particular no setor financeiro, devem ser objeto de lei ordinária. Entendemos que a Constituição, ao estabelecer normas duradouras, deve conter os princípios e critérios para as normas subsequentes.

Nessa matéria, entendemos que a Carta Magna deve estabelecer princípios de reciprocidade e de observância dos acordos internacionais, resguardados, devidamente, os interesses nacionais. Assim, até que a lei defina as condições e limites para a participação do capital estrangeiro nesse segmento da economia, a Constituição deve vedar a concessão de novas autorizações.

Como a emenda faz parte do texto do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, sugerimos a leitura do item IV do nosso Substitutivo, onde se analisa o referido anteprojeto e se apresenta, quando é o caso, a nossa alternativa.

Portanto, somos pelo não acolhimento da Emenda do ilustre Constituinte.

EMENDA:00112 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO GASPARIAN (PMDB/SP)

Texto:

Adite-se, onde couber, ao Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro o seguinte artigo:

Art. As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12% ao ano. A cobrança acima desse limite será conceituada como crime de usura, punida, em todas as modalidades, nos termos em que a lei determinar.

Justificativa:

Não devemos temer incluir na Constituição tudo aquilo que for necessário para permitir o desenvolvimento brasileiro. *A priori* não devemos descartar um assunto com o rótulo de matéria “Não Constitucional”. Todos os assuntos de interesse, relevância e, com caráter permanente, devem ser incorporados na Constituição. Os Aspectos econômico-financeiro são de tamanha relevância para a coletividade, que a Constituição deve dele se ocupar em profundidade.

Muitos arguirão que a inclusão das taxas de juros não é matéria constitucional, sob alegação de que se trata de um assunto conjuntural. Tal, porém, não é o caso. O Assunto tem interesse permanente para a coletividade. O dispositivo sobre a cobrança de juros reais acima de 12% tem a ver com o problema da usura e, como tal, não se circunscreve apenas na esfera da ética, mas sim no campo econômico, com profundas implicações para a sociedade. A cobrança de juros superiores a 12%, descontada a inflação, impede o crescimento econômico em qualquer época. E não se trata de remuneração para o capital que se possa negligenciar. 12% reais ao ano são taxas altíssimas. Uma economia funcionando com esses índices, em qualquer época, está dando mostras de distorções graves.

No entanto, a fixação dos juros, nesse limite, sempre permitirá às autoridades financeiras tomarem as medidas necessárias para corrigir as distorções econômicas que elevam os juros, dentro de um quadro administrável. Muitos rebaterão que a fixação dos juros provoca a fuga do capital para outros mercados ou sua aplicação em terras e imóveis.

Em um primeiro momento isso poderá ocorrer, mas a economia reagirá positivamente. Com o crescimento econômico, o capital retornará, em outras bases, não mais para a especulação financeira e sim para investimento em atividades produtivas, que é o objetivo principal da sociedade.

Parecer:

A Constituição, como lei fundamental do País, deve vigorar por longo tempo, com o mínimo de alterações, através de diferentes conjunturas econômicas e sociais.

Não cabe fixar um limite máximo para taxa de juros na Constituição. Tal posição, nesse caso, é idêntica à do Ministro Celso Furtado, dos professores Carlos Lessa, Maria da Conceição Tavares, Walter Barelli e de tantos outros economistas

A taxa de juros real depende de como se estrutura o sistema financeiro, da inflação, da política de mercado aberto, das expectativas, da taxa de juros e de inflação internacionais, da questão cambial, etc. É crucial para o País diminuí-la. Mas isso não se resolve com fixação na Constituição.

Além disso, a taxa de juros real para um tomador é sempre diferente da taxa de juros para o outro tomador. Por que? Pois a inflação de cada um é diferente da do outro. Se alguém fabrica sapatos, sua taxa de juros real é a taxa de juros nominal que está pagando, deflacionada pelo aumento dos preços dos sapatos que produz. Pode-se presumir a confusão que se criaria junto à Justiça, pois haveria dezenas de milhares de taxas de juros reais num certo momento, muitas abaixo de 12 por cento, outras acima. Além disso, como controlar artifícios tais como exigência da reciprocidade, que os bancos fazem, para contornar controles de juros? Por último, como ficariam os empréstimos com taxas de juro nominal pré-fixadas? E se a inflação desce além do previsto e a taxa real sobe além de 12 por cento? Se devolveria o dinheiro? E se a taxa de juros externa sobe brutalmente, como

ficaria a fuga de capitais, num mundo tão interdependente como o de hoje?
 Fixar ou não a taxa de juros na Constituição, não é questão de progressismo ou conservadorismo. Não é isso que está em jogo. A nosso ver é um problema de realismo versus irrealismo.
 Agiu acertadamente a Subcomissão do Sistema Financeiro, ao deixar de incluir em seu Anteprojeto norma específica sobre fixação de taxas de juros reais.
 Face ao exposto, opinamos pelo não acolhimento da emenda.

EMENDA:00139 PREJUDICADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOÃO CASTELO (PDS/MA)

Texto:

No anteprojeto da subcomissão do Sistema Financeiro, suprima-se o artigo 3o.

Justificativa:

O Brasil atravessa grave crise de endividamento externo, cuja negociação exige temperamentos no seu relacionamento com a comunidade financeira internacional.
 Sem embargo de seu discutível mérito, a proposição em comento poderia gerar dificuldades adicionais ao encaminhamento de solução negociada para o reescalonamento da dívida externa.
 Além disso, podem ser avaliados os obstáculos que, lá fora, serão erguidos aos interesses comerciais do País, a começar pelas restrições a nossos estabelecimentos de créditos que, do mesmo modo, operam na captação de recursos.
 A Lei de remessa de lucros é o lugar apropriado para tratar de questão e alguma serenidade com as instituições financeiras estrangeiras deve guardar melhor oportunidade para ser adotada, para evitar retaliações insuportáveis na quadra de dificuldades econômicas que atravessamos.
 As relações internacionais, reguladas por instrumentos bi ou multitarefas não comportam decisões isoladas dos membros dos diversos organismos que as conduzem, sob pena de rompimento que, sobre não consultar os superiores interesses da Nação, atrairia o seu isolamento da comunidade mundial pelas represálias que fatalmente seriam desfechadas, em prejuízo certamente do seu desenvolvimento.

Parecer:

A supressão do art. 3o. parece nos adequada. Todavia entendemos, que a Constituição deve estabelecer os princípios sob os quais a legislação ordinária tratará da matéria, especialmente quanto aos interesses nacionais, critérios de reciprocidade e acordos internacionais.
 Nesse sentido, rejeitamos a emenda por considerá-la prejudicada.

EMENDA:00148 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Emenda ao parecer do relator da Subcomissão do Sistema Financeiro
 - Acrescente-se parágrafo no artigo 2o. do Anteprojeto.
 § 5o. - As instituições financeiras, qualquer que seja a sua natureza, somente poderão atuar no âmbito do Estado onde se localiza a sua sede.
 A - Somente poderão atuar em todo o Território da República o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.
 B - As instituições financeiras operarão em condições especiais de crédito com as empresas de pequeno porte, na forma em que a lei fixar.
 - Acrescente-se artigo nas Disposições Transitórias:
 Art. 14 - As instituições financeiras que atualmente estejam operando fora do Estado onde se

situar a sua sede, terão o prazo de doze meses para promover a transferência de suas operações para se situarem exclusivamente no âmbito do Estado de sua sede.

Justificativa:

Constitui-se em um verdadeiro clamor nacional a transformação do sistema financeiro em nosso País. São incalculáveis os males que tem provocado em nossa economia. Mas, uma questão que particularmente interessa ao desenvolvimento harmônico do País são os desequilíbrios regionais que a atividade bancária tem provocado. Têm servido como fonte de sucção de economias e poupanças locais para os grandes centros. O próprio conceito de federação fica abalado. Na verdade, corrói o ideal federativo.

Os demais, em geral, restringem o âmbito das atividades financeiras, como os Estados Unidos, que compõem caráter municipal à atividade financeira.

Este é o alcance da proposição: defesa da economia regional e da Federação.

Parecer:

O ilustre Constituinte propõe norma constitucional que define a regionalização dos bancos.

Em que pese a tradição de sistema misto, com participação majoritária do Estado a atuação nacional da maioria dos bancos em nosso país, a ideia de banco locais, regionais, etc.

A ideia parece-nos válida, útil e indispensável, a ser examinada no momento em que o Congresso Nacional for deliberar sobre a reorganização do Sistema Financeiro Nacional.

Trata-se, todavia, a nosso ver, de matéria do âmbito de legislação ordinária. Entendemos, ademais, que a Constituição deve consagrar o princípio de que o Sistema Financeiro Nacional será estruturado por lei.
REJEITADA.

EMENDA:00164 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOSE CARLOS VASCONCELOS (PMDB/PE)

Texto:

Emenda Substitutiva ao Art. 3o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro.
Art. 3o. - Os bancos e outras instituições financeiras estrangeiras autorizadas a funcionar no País, não poderão efetuar remessa para o Exterior dos lucros decorrentes da aplicação de depósitos ou outra forma de captação no mercado interno.

Justificativa:

A proibição do funcionamento dos bancos estrangeiros no Brasil, que na prática ocorre com o impedimento de captação de depósitos, poderia levar a retaliação de outros Países contra os bancos brasileiros no Exterior. Por outro lado, a grande crítica ao funcionamento de bancos estrangeiros refere-se a transferência de lucros sobre a aplicação de depósitos aqui capitados.

A proibição de remessa de lucros, elimina a crítica substantiva e obriga os bancos estrangeiros a aplicarem os mesmos no Brasil, como se novo investimento externo fosse aqui efetuado.

Parecer:

Os limites para revestimento de lucro do capital estrangeiro no país devem ser matéria de lei ordinária, porquanto variáveis de acordo com a evolução econômica do país.

A Constituição deve estabelecer os princípios que nortearão o legislador ordinário nessa matéria.

Portanto, somos pelo não acolhimento da Emenda do nobre Constituinte.

Não acolhida.

EMENDA:00173 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ROBERTO CAMPOS (PDS/MT)

Texto:

Suprima-se, no item VI do art. 5o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro,

a seguinte expressão" ... observado o disposto na letra I do art. 4o.

Justificativa:

Uma vez que não cabe ao Congresso legislar sobre matéria cambial e monetária, dada as razões expostas na emenda aos itens I e II, do Art. 4º, fica prejudicada a expressão supramencionada.

Parecer:

A apreciação da Emenda e respectiva justificação levam-nos a concluir que os elevados propósitos que a informam adequam-se aos princípios que norteiam a elaboração do Substitutivo.
Aprovado parcialmente.

EMENDA:00176 PREJUDICADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ROBERTO CAMPOS (PDS/MT)

Texto:

Suprima-se o art. 3o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

A não permissão de os bancos estrangeiros realizarem operações passivas (captação de recursos), os obstaculizam, como recíproca, de conduzirem operações ativas (concessão de empréstimos). A vingar tal dispositivo, o melhor então é prescrever que os mesmos são impedidos de funcionar no País. A consequência imediata seria o fechamento ou paralização (pela aplicação do princípio de reciprocidade pelos Bancos Centrais estrangeiros) do Banco do Brasil, Banespa e outros bancos brasileiros que captam recursos no exterior.

Parecer:

A supressão do art. 3o. parece nos adequada. Todavia, entendemos que a Constituição deve estabelecer os princípios sob os quais a legislação ordinária tratará da matéria, especialmente quanto aos interesses nacionais, critérios de reciprocidade e acordos internacionais.
Nesse sentido, consideramos prejudica a emenda.

EMENDA:00177 PREJUDICADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ROBERTO CAMPOS (PDS/MT)

Texto:

Suprima-se o § 3o. do art. 2o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

O Banco Central do Brasil é o único órgão, dada a sua experiência, tradição e estrutura técnica-administrativa de realizar estudos sobre a viabilidade econômica de abertura e funcionamento de agências de bancos ou de instituições financeiras privadas no País, pois dispõe de elementos e dados estatísticos da produção agroindustrial de cada região, base da economia, população, renda, poder aquisitivo e arrecadação tributária, o que lhe permite um melhor julgamento da matéria. As atribuições do Banco Central já estão definidas na Lei nº. 4595, de 31.12.64, não sendo pertinente detalhamento no Texto Constitucional.

Parecer:

Entendemos que cabe à lei ordinária tratar da organização e regras de funcionamento do sistema financeiro nacional, particularmente em questão de horário de funcionamento, locais, etc.
Todavia, a Constituição deve fixar normas gerais sobre a matéria.
Nesse sentido, consideramos prejudicada a emenda.

EMENDA:00178 PREJUDICADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ROBERTO CAMPOS (PDS/MT)

Texto:

Suprima-se o § 2o. do art. 2o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

Em uma economia de mercado, onde predomina a livre iniciativa, não se justifica impedimento dessa natureza, mormente quando a participação acionária estrangeira nesse ramo de atividade é ínfima e, por outro lado, de grande relevância o papel desempenhado por essas instituições no processo de desenvolvimento das relações econômico-financeiras do País, com o exterior. A cooperação dessas instituições é indispensável para agilizar o comércio exterior, atrair investimentos e prover financiamentos.

Mantido esse dispositivo, estaria decretada a falência ou fechamento do Banco do Brasil, Banespa e outros brasileiros que captam depósitos em Nova Iorque e Londres, pois no mercado bancário prevalece o princípio de reciprocidade. Agravar-se-ia o isolamento do Brasil em face da comunidade financeira internacional, com consequência altamente recessivas.

Parecer:

A Corte Magna deve conter princípios sobre a participação do capital estrangeiro. Entendemos, porém, que na área do sistema financeiro, a lei deve regular as condições, limites, restrições, etc., de ingresso de capital estrangeiro - como aliás, observa-se na maioria dos países.

Nessa matéria, todavia, somos favoráveis a princípios que resguardecem os interesses nacionais, os acordos internacionais e os critérios de reciprocidade.

Por estas razões, consideramos prejudicada a Emenda.

EMENDA:00180 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ROBERTO CAMPOS (PDS/MT)

Texto:

Suprimam-se os parágrafos 2o. e 3o. do inciso VII do art. 5o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

A Lei nº. 4.595, de 13.12.64 – lei a Reforma Bancária – estabelece em seu Art. 114 que a escolha para a Presidência e Diretoria do Banco Central será feita entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

Ora, uma pessoa que tenha formação acadêmica e que tenha passado por uma experiência anterior à frente de um estabelecimento de crédito, estará mais apta em dar uma contribuição eficaz na sua gestão, do que outra que não tenha vivido essa experiência. Portanto, não procede o impedimento em questão.

Por outro lado, não constitui falta de ética quem, após sua passagem em cargo de diretoria do Banco Central, assumir e equivalente ou outro, em entidade financeira privada.

Parecer:

A apreciação da Emenda leva-nos a concluir que os elevados propósitos que a justificam foram acolhidos parcialmente no substitutivo por nós elaborado, aprovado parcialmente.

EMENDA:00220 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

Dê-se ao inciso VI do art. 5o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, a seguinte redação:

"Art. 5o. -

VI - estabelecer normas sobre a execução das políticas monetária, de crédito e cambial, observado o disposto no inciso I do art. 4o".

Justificativa:

Retirou-se do dispositivo as normas relativas ao mercado de capitais que, a nosso ver, devem ser de competência exclusiva da Comissão de Valores Mobiliários, órgão criado em lei ordinária responsável pela normatização e fiscalização do mercado de capitais.

Parecer:

Os propósitos que inspiraram o ilustre Constituinte na elaboração da Emenda em exame foram levados em conta no Substitutivo.

Aprovada parcialmente.

EMENDA:00224 PREJUDICADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

Suprimir o art. 3o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

Ao proibir aos bancos estrangeiros a captação de recursos no mercado, o dispositivo revela incompreensível aversão e discriminação ao capital estrangeiro.

A presença dessas instituições financeiras, ao contrário, deve ser considerada como elemento capaz de promover maior competitividade ao sistema bancário nacional, hoje altamente oligopolizado.

Ademais, um país que depende de fluxo financeiro associado a movimentos de capital de risco e empréstimo, a operações de financiamento de importação, não pode prescindir dessas instituições.

O país correria o risco, além do mais, de sofrer represálias, em vista de contar hoje com agências bancárias em vários países.

Parecer:

A supressão do art. 3o. parece nos adequada, todavia entendemos, que a Constituição deve estabelecer os princípios sob os quais a legislação ordinária tratará da matéria, especialmente quanto aos interesses nacionais, critérios de reciprocidade e acordos internacionais.

Nesse sentido, consideramos prejudicada a Emenda.

EMENDA:00233 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

DARCY DEITOS (PMDB/PR)

Texto:

Acrescente-se ao Art. 2o. o seguinte parágrafo 2o. renumerando-se os demais:
§ 2o. - O exercício de atividade de banco de depósitos é privativo de pessoas jurídicas de direito público.

Acrescente-se ao título disposições transitórias o seguinte artigo 17:

Art. 17 - "Os bancos de depósitos e demais empresas financeiras e de seguros, controladas por capital privado nacional, permanecerão em funcionamento, com seu quadro atual de empregados e diretores executivos e terão o prazo

improrrogável de um ano para a transferência do capital estrangeiro nelas existentes a brasileiros.

Parágrafo Único - Os bancos de capital privado, coletores de depósitos, cujos estabelecimentos passam aos bancos da União, dos Estados e dos Municípios, onde estiverem as respectivas sedes sociais, terão anulados, sem ônus, as atuais cartas patentes. Os imóveis e suas instalações, incorporados ao patrimônio dos bancos estatais, serão indenizados, pelo seu justo valor, com pagamento na forma estabelecida em lei especial."

Justificativa:

I – As razões desta proposição decorrem das que motivam à Comissão de Estudos Constitucionais Afonso Arinos a apresentar o art. 327 e seu parágrafo único do anteprojeto, com a diferença de que, aqui, se ampliam à estatização plena os bancos de depósitos.

II – As mesmas razões pelas quais devem ser excluídos os estrangeiros, cumpre, aplicar aos brasileiros, pois o poder econômico e a ação negativa da usura mostram-se perniciosos ao desenvolvimento industrial e comercial do país, em ambas as situações.

III – A economia popular de um País pobre com o Brasil tem sofrido lesões substanciais, inclusive pelo encarecimento dos produtos, aos quais são adicionados juros exorbitantes, dificultando a competição no mercado externo.

IV – Não há mais como manter em funcionamento bancos que não se submetem às leis de usura e cobram juros altamente lesivos à economia nacional e em que se manifestaram improfícuas todas as tentativas de restringir os juros a limites de 6% ao ano estabelecidos no Código Civil ou ao sobre da taxa legal, quando indenizatórios de serviços e de contratos descumpridos. Seu imenso poder político decorrente do cartel que estabeleceram exige a supressão que, aliás, se encontra autorizada na própria Constituição em vigor em seu art. 163:

“São facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei federal, quando indispensável por motivo de segurança nacional.”

V – A usura chegou a tais níveis que os produtos industriais, para serem adquiridos pelo público, a prazo de um ano, ficam adicionados de outro tanto e até mais vezes ao seu valor real. Essa situação não apenas torna inacessíveis à população que percebe em sua grande maioria, menos de três salários mínimos, como também torna excessivamente caros os manufaturados e elimina a competitividade no comércio exterior.

A competitividade só é adquirida pela redução artificial do valor da moeda nacional corrente, o que implica no encarecimento das importações e imposição de um nível de vida ainda mais baixo a todo o povo.

VI – Problema semelhante enfrentaram os Estados Unidos quando o poder dos bancos privados ameaçava o desenvolvimento da indústria nacional e a busca de espaço no mercado internacional. Como se vê no ensaio de Anthony Sampson, “Os Credores do Mundo”, Ed. Record Rio, 1981, o Presidente John Quincy Adams, em 1819, sentenciava:

“Os bancos causaram mais danos à religião, à moral, à tranquilidade, à prosperidade e mesmo à riqueza da Nação do que praticaram, ou algum dia poderão praticar, o bem.”

A história revela que na raiz das revoluções mais importantes estiveram as atividades usuárias, abusivas e intoleráveis dos bancos.

Conscientes desta realidade, os constituintes de 1934 e 1937 pretenderam a nacionalização dos bancos de depósitos.

A França, México e o Peru já estatizaram essas atividades e é uma tendência do mundo capitalista moderno restringir a presença dos banqueiros que se nutrem da especulação parasitária entre a produção industrial e o consumo, especulação que, no Brasil, se tornou na mais rendosa do mundo, para bancos nacionais e internacionais.

VII – Os banqueiros, assustados, desencadearam vasta campanha de imprensa, pretendendo, como fazem os latifundiários em relação à reforma agrária, sustentar que se trata de iniciativa comunista e que, atrás dos bancos, chegaria a vez da indústria, do comércio e demais atividades do sistema capitalista. Argumentam com o empreguismo, a burocracia e a corrupção das estatais existentes, contra a medida que é precisamente para salvar a economia capitalista, economia em derrocada resultante da intermediação parasitária dos bancos montados sobre a agiotagem mais escandalosa de toda a História e ampliando a concentração para níveis explosivos.

O “estatismo” que gera empreguismo, burocracia e corrupção é produto de ditaduras que se servem do Estado, para enriquecer seus comparsas e montar sua máquina de repressão, como ocorreu nestes últimos vinte anos.

VIII – A presente proposição difere da estatização realizada na França e em Portugal, onde a administração permaneceu concentrada e restrita aos políticos vinculados ao partido, sem quadros experientes no setor financeiro. Nesta proposição inexistem esses erros.

Aqui, foram tomadas precauções para apenas mudar os proprietários, sem tocar na rede bancária que prosseguirá sem solução de continuidade e com todos os seus técnicos. Houve apenas a inversão de filosofia que, em vez de servir para enriquecer, sem limites, meia dúzia de famílias, será para transformar o Estado numa entidade preocupada em maior justiça social. A mesma intenção que tiveram o General Mark Clark e o Pentágono, quando ocuparam o Japão, dissolveram os conglomerados das quatro famílias do tipo MITSU, SUMITOMO e MITSUBISHI, cada uma com pelo menos trezentas companhias sob seu controle, como descreve AKIO MORITA, da SONY, em sua autobiografia “MADE IN JAPAN”.

Trata-se, pois, de sugestão do mais alto cunho capitalista e democrático e para revitalizar a economia nacional gravemente enferma.

A democratização proposta para a estrutura do Conselho Monetário Nacional, com o objetivo de pôr termo à corrupção e à ineficiência, assegurará o mesmo clima nos bancos.

Depoimentos prestados na Subcomissão do Sistema Financeiro apresentaram a literatura e o elenco de razões para esta providência indispensável ao melhor desenvolvimento do parque industrial brasileiro e ampliação do mercado interno e externo de seus produtos.

IX – A estatização não acarreta ônus a Fazenda Pública, não só porque se trata de atividade exercida sob o regime de concessão do Estado e que, portanto, não gera direitos permanentes, como também porque não há

direitos adquiridos contra o Estado e que possam limitar sua soberania em instituir-se. A Constituição de 1934 incorporou o subsolo ao patrimônio da União e jamais houve quem pretendesse impugnar esse direito de fazê-lo e invocar “direitos adquiridos” às jazidas nele existentes.

X – A proposição preocupou-se em proceder a estatização sem traumas, resguardando o funcionamento de todo o sistema bancário nacional, em sua atividade socialmente útil, e dos empregados e sem lesão escusáveis aos banqueiros que serão indenizados pelo custo das instalações, embora desnecessariamente luxuosas. Não há que indenizar a usura, pois esta sempre foi crime contra a economia popular.

XI – O eminente relator, Deputado Fernando Gasparian, provado defensor do interesse público nacional, com imensos sacrifícios pessoais impostos pelo regime autoritário, conhecidos de toda a Nação, não teve, certamente, tempo para meditar mais profundamente sobre importância desta providência a ser tomada pela Assembleia Nacional Constituinte nesta oportunidade histórica, única, que se abriu, na defesa dos interesses do povo brasileiro.

XII – Mais ainda: todos estamos assistindo o drama das pequenas e médias empresas, vítimas da agiotagem do sistema bancário estimulado pelo Ministério da Fazenda, em níveis jamais atingidos. Os que percebem menos de cinco salários, a grande maioria dos trabalhadores, obrigados a comprar bens de consumo a prazo, pagam o valor efetivo ao fabricante e mais o sobre e até mais nos bancos em troca de nada.

Não há soluções alternativas senão suprimir o banqueiro privado.

O eminente Relator não percebeu que a classe operária de baixa renda, os funcionários, a pequena e a média indústria, massacrados pela agiotagem, os exportadores pelo preço de custo cada vez mais alto de nossos produtos, pela agiotagem embutida em seu custo, toda a Nação está de olhos fixos nesta Assembleia Nacional Constituinte, esperando uma providência do socorro.

XIII – Disse ele que: “A tradição e a cultura da sociedade brasileira parecem contraindicar soluções que levem à plena intervenção do Estado na área econômica, mesmo porque as economias socialistas, centralmente planejadas, já estão percorrendo caminho inverso.”

Como se vê, a argumentação não honra o passado do ilustre editor do jornal e de tantos livros que buscaram exatamente quebrar essa tradição que tornaram a sociedade brasileira uma das mais gritantemente injustas do mundo e que mata pela fome 300.000 crianças por ano, encontrando-se por isto, reivindicativa, desesperada e explosiva e que, se nos mantivermos neta atitude egoísta e cega, poderemos ser tragados pelo imprevisível.

“Façamos a revolução, antes que o povo a faça” – recomendava o velho Presidente Antônio Carlos, de Minas Gerais, já em 1930.

XVI – Como invocar, para esse imobilismo suicida o exemplo de um suposto caminho de volta das economias socialistas ao capitalismo? A estatização de bancos nada tem de medida socialista. Vimos o presidente John Quincy Adams, em 1819, um ferrenho defensor da livre empresa, queixar-se do efeito negativo da usura bancária ao sistema capitalista é precisamente para sanear o sistema capitalista e é precisamente para sanear o sistema e evitar que o Brasil enverede para rumos socialistas, sem estar preparado para esse passo, que a estatização dos bancos se impõe. Queremos evir a guerra civil, se multidões principiarem a assaltar os supermercados como já praticam a todos nós nas ruas e em nossas moradias e até mancomunadas com a polícia.

XV – O eminente relator repete, como um papagaio, as sandices do Senhor Roberto Campos que, volta e meia, anuncia golpes capitalistas na economia chinesa e soviética, por terem realizado Joint-ventures com empresas multinacionais. Essas medidas são práticas leninistas já em voga na década de 20 e 30, a chamada NEP, a que só um País soberano e forte pode recorrer para acelerar o progresso nacional. Se o Relator lesse as normas que presidem a feitura dessas joint ventures veria que o Brasil poderia ministrar indústrias multinacionais sem riscos para sua soberania, desde que elas se submetessem às restrições exigidas pelos russos e chineses e que são as mesmas exigidas pelo Japão para a entrada de multinacionais em território nipônico.

XVI – Akio Morita, em seu livro MADE IN JAPAN, relata o convite que recebeu dos chineses e russos para fabricar produtos SONY e recusou. Recusou porque temeu amanhã ser ameaçado pelos sonys russos e chineses, inundando o mercado. No Brasil do Senhor Roberto nunca as multinacionais sofreriam este risco. Aqui seria sempre o que é, onde as fábricas brasileiras de rádio e televisão jamais existiriam e a fome, que hoje mata mil crianças por dia, matará amanhã duas e três mil, se o povo não lançar pelos ares estruturas que se pretende perpetuar nesta Constituinte.

Certos de que a Assembleia Nacional Constituinte tornará esta providência de salvação da pequena e média indústria e do socorro aos assalariados, vítimas da usura, providência que deixará esta Constituinte ao nível dos brasileiros que instituíram a siderurgia, o monopólio estatal do petróleo e todas as bases para a grande Nação que pretendemos construir, como fizeram os japoneses em seu território em circunstâncias extremamente adversas.

Parecer:

A economia brasileira conviveu ao longo deste século com um sistema financeiro misto. A partir dos anos 50, a participação do Estado nesse setor cresceu substancialmente, com a criação do sistema BNDES, bancos de desenvolvimento estaduais regionais, etc.

Entendemos, portanto, que o sistema misto com participação majoritária do Estado deve permanecer no país, com fortalecimento das instituições já existentes.

A emenda do ilustre Constituinte foge, ademais, à orientação adotada pelos membros da própria subcomissão na

primeira fase dos trabalhos.
REJEITADA.

EMENDA:00235 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOSÉ DUTRA (PMDB/AM)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se, no anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, o art. 3o.

Justificativa:

Não posso compreender como “os bancos e outras instituições financeiras, autorizadas a funcionar no país” possam estar proibidos de “receber depósitos ou outra forma de captação de recursos do mercado” financeiro nacional.

Um dispositivo constitucional desse porte significa um golpe de morte que se vai praticar contra todas essas instituições financeiras estrangeiras, já que contra todas essas instituições financeiras estrangeiras, já que nenhuma delas pode sobreviver sem captar recursos no mercado financeiro nacional.

Conhecendo a situação nacional, que carece de fortes recursos para promover o desenvolvimento da economia do país, não posso concordar com esse dispositivo, já que ele, no mesmo passo, em que decreta a morte dessas instituições, decreta também o desespero e aflição para quantos brasileiros empreendem as suas atividades, ganhando o pão de cada dia para manutenção de suas famílias.

Instituir nisso significa contribuir para que se faça presente, na nossa economia, a recessão tão temida por toda a nação, já que a recessão é consequência da falta de crescimento nacional, por falta de investimento, que gera desemprego e intranquilidade social. E é exatamente isso que se está pretendendo com esse dispositivo. Por isso não posso com ele concordar.

A mim me parece que esse não é o caminho para se combater o capital estrangeiro que se estabelece no país. O que devemos fazer, para efetivar esse combate, é promover uma ampla reforma bancária que, com normas claras e específicas, se discipline a forma de atuação dessas instituições financeiras estrangeiras no bojo da economia nacional.

Parecer:

A supressão do art. 3o. parece nos adequada, todavia entendemos, que a Constituição deve estabelecer os princípios sob os quais a legislação ordinária tratará da matéria, especialmente quanto aos interesses nacionais, critérios de reciprocidade e acordos internacionais.

Nesse sentido, consideramos prejudicada a Emenda.

EMENDA:00236 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOSÉ DUTRA (PMDB/AM)

Texto:

Emenda Modificativa

Modifique-se a redação do § 1o. do artigo 5o. do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, pela seguinte:

Art. 5o. -

§ 1o. - O Presidente e Diretores do Banco Central serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados os seus nomes pelo Congresso Nacional que poderá, também, decidir sobre as suas destituições, diretamente ou por provocação do Chefe do Poder Executivo".

Justificativa:

Data vênica, a presente emenda visa oferecer melhor redação ao dispositivo sob enfoque, de um lado, e, de outro, extirpar dele a expressão “SENDO NOMEADOS PARA MANDATO DE QUATRO ANOS”, por ferir o princípio da confiança que deve ser respeitada no serviço público.

Não vejo porque os Diretores e o Presidente do Banco Central do Brasil devem ser nomeados para um mandato de quatro anos. Entendo que eles devem desempenhar as suas respectivas funções até o momento em que

estiverem correspondendo à confiança do Presidente da República ou até quando estiverem prestando serviços positivos à nação.

É por isso que, no bojo do dispositivo constitucional supramencionado, está prevista a indicação dos nomes para aprovação pelo Congresso Nacional e a faculdade de este destituí-los “diretamente ou por provocação do Chefe do Poder Executivo”. Significa isso dizer que o Congresso Nacional, todas as vezes que verificar que o Presidente e Diretores do banco Central estiverem desservindo à economia brasileira e ao seu povo, pode destituí-los, fato que motivará o Presidente da República a indicar novos nomes para aprovação pelo Parlamento nacional.

Parecer:

O exame de emenda e respectiva justificação, não obstante os nobres propósitos do Autor, levam-nos a concluir por sua inadequação aos princípios e diretrizes que norteiam a elaboração do Substitutivo. Pela rejeição.

EMENDA:00246 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

Texto:

Vc - Subcomissão do Sistema Financeiro
Acrescentar ao Artigo 2o. um novo parágrafo com a seguinte redação:
§ 5o. - As instituições financeiras sob controle da União terão acesso e prioridade a todas as modalidades de mercado instituídas para execução da política monetária.

Justificativa:

Hoje, o Banco do Brasil, e particularmente o BASA e o BNB, não dispõe de acesso a todos os instrumentos operacionais do mercado financeiro, como agentes financeiros privados, o que os deixam em situação desfavorável na disputa com esses que, atuando de forma conglomerada, oferecem mais oportunidades de negócio e/ou serviços.

No caso do BASA, tal dispositivo constitucional eliminaria a restrição que lhe foi imposta pela Lei 5122/66 que o instituiu sucessoriamente ao Banco de Crédito da Amazônia e que, malgrado esforços políticos para suprimir aquela restrição, tem limitado sua ação captadora de recursos em favor da região.

Parecer:

Como justifica o nobre Constituinte, na apresentação da Emenda, o assunto é matéria de lei ordinária. Somos favoráveis aos argumentos apresentados. Todavia, a Constituição deve conter princípios, dentro dos quais a Lei ordinária disporá sobre a estrutura, regras de funcionamento, etc., do sistema financeiro. REJEITADA.

EMENDA:00249 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERES NADER (PDT/RJ)

Texto:

I - Dê-se ao artigo 3o. do Anteprojeto Final da Subcomissão do Sistema Financeiro (V.c) a seguinte redação:
"Art. Ficam vedadas novas autorizações para abertura, no País, de agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior, ressalvados os casos de reciprocidade de interesse do Governo brasileiro."

II - Suprima-se o artigo 15.

Justificativa:

A Emenda proposta veda a concessão de novas autorizações para abertura, no País, de agências de instituições financeiras estrangeiras, ressalvando os casos de reciprocidade, de interesse do Governo.

Não se pode impedir, por intermédio de norma constitucional, que o Governo permita a abertura de agências de instituições financeiras estrangeiras no País, quando essa concessão visa ao nosso desenvolvimento ou ao

interesse de integração regional. A esse propósito, cabe recordar a integração latino-americana, especialmente o esforço brasileiro nesse sentido desenvolvido junto à Argentina e ao Uruguai.

Parecer:

Os limites e condições para o ingresso de capital estrangeiro no setor financeiro nacional dever ser objeto de lei ordinária.

Entendemos também, que a Carta Magna deve estipular os princípios de reciprocidade e acordos internacionais, além da proteção dos interesses da nação, como critério para a autorização ou não de residentes e domiciliados no exterior, nesse segmento da economia nacional.

Nesse sentido, opinamos pelo acolhimento da Emenda proposta pelo ilustre Constituinte.

Aprovada.

EMENDA:00254 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

Texto:

Vc - Subcomissão do Sistema Financeiro

Pretende incluir Artigo nos termos que segue:

- As instituições financeiras, públicas ou privadas, não poderão, em nenhuma hipótese, transferir poupança de regiões menos desenvolvidas, para regiões mais desenvolvidas.

Justificativa:

Atualmente as agências bancárias, especialmente da rede privada, se constituem em verdadeiras bombas de sucção de recursos de regiões periféricas, como a Amazônia, para aplicação em áreas de maior concentração de renda com finalidades especulativas, agravando as dificuldades decorrentes do baixo nível de poupança endógena das regiões menos desenvolvidas e ampliando as desigualdades regionais.

Parecer:

A proposição, se aprovada, tornar-se-ia norma inócua. Na realidade, qualquer investidor aplica seus recursos onde obtiver a maior taxa de retorno.

A Emenda não contribui para o aprimoramento do anteprojeto da subcomissão. Assim, somos pela rejeição da proposição.

Pela rejeição.

EMENDA:00275 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

VIRGÍLIO TÁVORA (PDS/CE)

Texto:

Dê-se aos §§ 1o, 2o. e 3o. do art. 2o. do Anteprojeto "Do Sistema Financeiro" a seguinte redação:

"Art. 2o. -

§ 1o. - O exercício dessas atividades por instituições bancárias e financeiras, cooperativas de crédito, estabelecimentos de capitalização do setor privado será autorizado mediante outorga de carta-patente, a ser regulamentada em lei complementar.

§ 2o. - A carta-patente é inegociável e intransferível, não podendo o seu valor ser incorporado ao ativo da entidade que a detiver.

§ 3o. - No caso de liquidação judicial ou extrajudicial das entidades elencadas no § 1o. deste artigo, a carta-patente reverterá ao Banco Central".

Justificativa:

A redação ora proposta restabelece o sistema de carta-patente, fixando, porém, a nível constitucional os pressupostos de sua outorga e cassação desta.

Entendemos ser este sistema o que maior garantia e estabilidade oferece ao mercado financeiro.

Suprima-se o art. 3º do Anteprojeto "Do Sistema Financeiro".

Justificativa:

O artigo objetivo de supressão pela presente Emenda estabelece discriminação atentatória ao princípio de isonomia, constante em todas as Constituições brasileiras e que, inevitavelmente, também constarão na futura Carta Magna.

Destarte, a sua manutenção no texto do Anteprojeto configurará a nosso ver, um atrito entre normas constitucionais.

Parecer:

A estrutura do Sistema Financeiro Nacional, 393 instituições nesse setor, etc. devem ser especificados na lei. Entendemos que a Constituição precisa estabelecer os princípios, dentro dos quais o legislador deve se pautar. Quanto à carta-patente, também somos favoráveis à proibição de transferência e negociação entre os agentes. Deve-se ressaltar, porém, que a lei determinará as condições de concessão para qualquer pessoa idônea, com capacidade técnica e econômica compatíveis com o empreendimento.

ACOLHIDA PARCIALMENTE.

EMENDA:00276 PREJUDICADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

VIRGÍLIO TÁVORA (PDS/CE)

Texto:

Suprima-se o art. 3o. do Anteprojeto "Do Sistema Financeiro"

Justificativa:

O artigo objeto de supressão pela presente Emenda estabelece discriminação atentatória ao princípio de isonomia, constante em todas as Constituições brasileiras e que, inevitavelmente, também constará na futura Carta Magna.

Destarte, a sua manutenção no texto do Anteprojeto configurará, a nosso ver, um atrito entre normas constitucionais.

Parecer:

A supressão do art. 3o. parece-nos adequada. Todavia, entendemos que a Constituição deve estabelecer os princípios sob os quais a legislação ordinária tratará da matéria, especialmente quanto aos interesses nacionais, critérios de reciprocidade e acordos internacionais.

Nesse sentido, consideramos prejudicada a Emenda.

EMENDA:00294 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

PAULO RAMOS (PMDB/RJ)

Texto:

Seja dada ao artigo 3o. a seguinte redação:

Art. 3o. - Dentro de cento e oitenta dias; contados a partir da promulgação desta Constituição, será estatizado o sistema bancário.

Justificativa:

Não se pode continuar com um sistema bancário controlado por muitas mãos.

A indisciplina frequente e as altíssimas taxas de juros somente serão corrigidas desde que o Estado assuma a responsabilidade pelo sistema bancário.

Adotada a sugestão acima, devem ser feitas as modificações decorrentes no conjunto do projeto.

Parecer:

A economia brasileira conviveu ao longo deste século com um sistema financeiro misto. A partir dos anos 50, a participação do Estado nesse setor cresceu substancialmente, com a criação do sistema BNDES, bancos de desenvolvimento estaduais, regionais, etc.

Entendemos, portanto, que o sistema misto com participação majoritária do Estado deve permanecer no país, com fortalecimento das instituições já existentes.

A emenda do ilustre Constituinte foge, ademais, à orientação adotada pelos membros da própria subcomissão na

primeira fase dos trabalhos.
REJEITADA.

EMENDA:00381 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOÃO ALVES (PFL/BA)

Texto:

Dê-se ao artigo 2o. e seus parágrafos, do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro (V.a), a seguinte redação:

"Art. 2o. A lei disporá sobre a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguros, previdência e capitalização. Parágrafo único. A autorização a que se refere este artigo poderá ser concedida a qualquer pessoa jurídica idônea, mediante comprovação de capacidade econômica compatível com o empreendimento."

Justificativa:

O artigo 2º do Anteprojeto contém, no seu caput, uma afirmação de princípio, sem caráter cogente, ao estabelecer que as instituições financeiras, públicas e privadas, exercem função social e suas atividades devem subordinar-se aos interesses da coletividade, segundo os princípios gerais da ordem econômica e social da própria Constituição. O § 1º extingue as cartas patentes e, o § 2º, a participação acionária de estrangeiros em bancos de depósito, de investimento, e companhias e corretoras de seguros, e demais instituições financeiras; e o § 3º atribui aos municípios a competência para aprovar a abertura e funcionamento de agências de bancos ou instituições financeiras, cabendo-lhes regulamentar inclusive questões relativas a horário e localização. O caput do artigo pela matéria nele contida, é dispensável. O § 2º contém disposição capaz de criar problemas em termos de reciprocidade relativamente às agências brasileiras no exterior, além de implicar restrições e investimentos no País, na medida em que bancos estrangeiros de investimentos passam a ter seu funcionamento no Brasil, proibido. O § 3º também é de ser eliminado, dada a independência entre as agências das instituições financeiras, a exigir, para um funcionamento eficiente do sistema, harmonização a nível nacional. Resta, por fim, aprimorar a redação contida no § 1º, atribuindo à lei dispor sobre autorização de instituições financeiras e de seguro, previdência e capitalização, e facultando a concessão de autorização a qualquer pessoa jurídica idônea, mediante comprovação de capacidade econômica compatível com o empreendimento.

Essas, as razões da Emenda ora proposta.

Parecer:

A lei deve estabelecer a estrutura do sistema financeiro nacional, as regras de funcionamento das suas instituições, etc., observadas os princípios contidos na Carta Magna. Nesse sentido, a Emenda do ilustre Constituinte enquadra-se nas matérias pertinentes a uma Constituição moderna. Devemos ressaltar, porém, que a autorização não poderá ser objeto de negociação ou de transferência entre os agentes. Assim, opinamos pelo acolhimento da presente proposição.
ACOLHIDA.

EMENDA:00401 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SÉRGIO WERNECK (PMDB/MG)

Texto:

Suprima-se o artigo 12 do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

Em que se pese à boa intenção do dispositivo, ele carece de elementos que, na prática permitam a verificação de seu cumprimento.

Inicialmente, fala-se em macrorregião sem definir a abrangência do termo. O que é uma macrorregião? Não se deve esquecer que, mesmo dentro de um Estado, existem contrastes relevantes de desenvolvimento econômico.

Por outro lado, para que os recursos sejam aplicados, não basta apenas o poupador, ou seja, também é necessário que exista um tomador disposto a aplicar esses recursos na “macrorregião”. Se este tomador não aparecer, o resultado será a obrigação de se manter recursos ociosos, prejudicando o desenvolvimento global do País.

Na realidade, está-se diante da situação inconveniente que inclusive motiva dispositivo vedatório em outra seção da Constituição, que é a vinculação de recursos.

Nenhuma vinculação, por mais procedente que seja em determinado momento, se justificará perenemente. A matéria, portanto, não deve ter tratamento constitucional, uma vez que a Constituição é feita para durar. Estes os motivos que informam a presente emenda supressiva.

Parecer:

O exame da emenda e respectiva justificação, apresentadas pelo nobre Constituinte, nos levou a concluir que a alteração proposta contribui efetivamente para o aperfeiçoamento do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, tornando-o mais completo, preciso e consistente.

Verifica-se, portanto, que a Emenda se ajusta adequadamente aos princípios e diretrizes adotados para a estruturação do Substitutivo.

Pelo acolhimento.

EMENDA:00402 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO GASPARIAN (PMDB/SP)

Texto:

Adite-se, ondo couber, ao Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro o seguinte artigo:

Art. As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12% ao ano. A cobrança acima desse limite será conceituada como crime de usura, punida, em todas as modalidades, nos termos em que a lei determinar.

Justificativa:

Galbraith, em seu clássico ensaio sobre a grande crise de 1929 (the Great Crash – 1929 – Pelican Book, pag. 194 e segs.), listou a má estrutura bancária americana naquele momento entre as cinco grandes causas do fenômeno que abalou o mundo.

Refere o Prof. Galbraith – vale a pena chamar a atenção sobre o ponto – que a loucura dos juros descontrolados e dos grandes lucros auferidos pelos banqueiros e possibilitados pelas necessidades dos credores espremidos pela recessão seguiu-se a própria perda de segurança dos negócios, que levou à dramática ruptura do sistema e ao colapso da atividade financeira norte-americana, cuja economia, como se sabe, só veio a se recuperar e a se expandir novamente cerca de dez anos depois, exatamente às vésperas da 2ª Grande Guerra.

Na crise econômica que nosso país vive até hoje, nada há de mais dramático que a desarticulação do sistema financeiro pela prática desassisada dos juros extorsivos. A rede bancária não este apenas premunindo-se contra a inflação. Ela, ao mesmo tempo que a inflação vai quebrando o valor da moeda, procura auferir rendimento superior àquele que seria justo e retributivo do capital.

O parque produtor do país não suporta mais que tal procedimento se estenda no tempo. É preciso limitar os juros reais do setor bancário. Toda a comunidade está a exigir o controle pelo Estado do custo financeiro. Exige, também, que a atividade bancária seja considerada (pois assim é no capitalismo moderno) como função social que interessa a toda comunidade e ao desenvolvimento do país.

Tem-se arguido que o texto constitucional não é próprio para dizer sobre a limitação da taxa de juros real. Que a matéria deveria ser deixada à legislação ordinária. Tal argumentação não procede. A Constituição é um texto que visa ao tempo de hoje e ao tempo de amanhã. O que se deve levar em conta, no momento de sua elaboração, não é tão somente a visão prospectiva, isto é o que deve ir a ser, mas, também aquilo que deve ser feito hoje e já.

Eliminar a usura; por freio ao uso das disponibilidades do dinheiro com lucros extraordinários; possibilitar a circulação da riqueza para gerar riqueza em benefício a comunidade é regra da mais alta hierarquia e da maior urgência. A vida idônea para mandamento com tal proposito é, mesmo, o texto constitucional.

Há que se possa ter presente que quando, por duas vezes, se intentou entre nós e se fez concretamente a limitação dos juros legais, acima dos quais chegava ao campo penal pelo crime de usura (Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933 e Decreto-Lei nº 182, de 5 de janeiro de 1938), o país vivia clima de excepcionalidade.

Estávamos no Governo Provisório e no Estado Novo.

Aos que se detém de modo inocente ou por milícia no insustentável argumento formal de que a matéria da fixação do limite legal dos juros reais não agora vai completar o seu duplo centenário, previu o porte de arma como direito fundamental do cidadão americano (Bill of Rights, artigo II). Jefferson e Benjamin Franklin sufragaram a disposição porque ela, ao momento em que foi esculpida, representava uma realidade correspondente às lutas pela independência e a marcha para o oeste bravo.

Que surja, pois, na nova Constituição brasileira, uma norma, como a que ora se propõe, capaz de frear a especulação que sufoca a economia, ter como crime a prática de usura e garantir às pessoas físicas e jurídicas a segurança de suas operações de crédito, de modo a que não se interrompa o processo de desenvolvimento nacional.

Que a regra proposta, uma vez adotada, sirva, de modo definitivo agora e para os tempos futuros, a normalizar o funcionamento de nosso sistema financeiro e tornar o mercado de crédito bancário sintonizado com sua função social de apoio à economia do país.

Parecer:

A Constituição, como lei fundamental do País, deve vigorar por longo tempo, com o mínimo de alterações, através de diferentes conjunturas econômicas e sociais.

Não cabe fixar um limite máximo para taxa de juros na Constituição. Tal posição, nesse caso, é idêntica à do Ministro Celso Furtado, dos professores Carlos Lessa, Maria da Conceição Tavares, Walter Barelli e de tantos outros economistas

A taxa de juros real depende de como se estrutura o sistema financeiro, da inflação, da política de mercado aberto, das expectativas, da taxa de juros e de inflação internacionais, da questão cambial, etc. É crucial para o País diminuí-la. Mas isso não se resolve com fixação na Constituição.

Além disso, a taxa de juros real para um tomador é sempre diferente da taxa de juros para o outro tomador.

Por que? Pois a inflação de cada um é diferente da do outro. Se alguém fabrica sapatos, sua taxa de juros real é a taxa de juros nominal que está pagando, deflacionada pelo aumento dos preços dos sapatos que produz.

Pode-se presumir a confusão que se criaria junto à Justiça, pois haveria dezenas de milhares de taxas de juros reais num certo momento, muitas abaixo de 12 por cento, outras acima. Além disso, como controlar artifícios tais como exigência da reciprocidade, que os bancos fazem, para contornar controles de juros? Por último, como ficariam os empréstimos com taxas de juro nominal pré-fixadas? E se a inflação desce além do previsto e a taxa real sobe além de 12 por cento? Se devolveria o dinheiro e se a taxa de juros externa sobe brutalmente, como ficaria a fuga de capitais, num mundo tão interdependente como o de hoje?

Fixar ou não a taxa de juros na Constituição, não é questão de progressismo ou conservadorismo. Não é isso que está em jogo. A nosso ver é um problema de realismo versus irrealismo.

Agiu acertadamente a Subcomissão do Sistema Financeiro, ao deixar de incluir em seu Anteprojeto norma específica sobre fixação de taxas de juros reais.

Face ao exposto, opinamos pelo não acolhimento da emenda.

EMENDA:00419 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SAMIR ACHÔA (PMDB/SP)

Texto:

Suprima-se o § 3o, do artigo 2o, do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

O § 3º supramencionado condiciona a abertura e funcionamento de agências bancárias no município à aprovação prévia da autoridade local.

Ocorre que se os bancos, para coibir e funcionar, dependem de autorização federal, não tem nexo que para abrir agências em cada Município fiquem na dependência de aprovação especial da autoridade local.

Os bancos, como quaisquer outros estabelecimentos comerciais, devem apenas ficar condicionado, para sua abertura, às leis municipais de zoneamento. Quando muito, é admissível atribuir à competência municipal a fixação de horário de funcionamento ao público, observa a legislação do trabalho, norma essa a ser estabelecida em outro capítulo da Constituição

Parecer:

Entendemos que cabe à lei ordinária tratar da organização e regras de funcionamento do sistema financeiro nacional, particularmente em questão de horário de funcionamento, locais, etc.

Assim, opinamos favoravelmente à emenda do ilustre constituinte.

APROVADA.

EMENDA:00420 PREJUDICADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SAMIR ACHÔA (PMDB/SP)

Texto:

Suprima-se o § do artigo 2o, do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

O § 2º supra referido proíbe a participação estrangeira no capital de bancos de companhias e corretoras de seguros.

Entendemos que a matéria deve ser atribuída à lei ordinária, na conformidade do preceito aprovado pela Subcomissão de Princípios Gerais, intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, da Comissão da Ordem Econômica, no sentido que “os investimentos de capital estrangeiros serão admitidos no interesse nacional e disciplinados na forma da lei”.

Essa norma regulamenta bem assunto, ressaltando o interesse nacional, e deve ser de aplicação geral, inclusive para as instituições financeiras e de seguro.

Parecer:

A Carta Magna deve conter princípios sobre a participação do capital estrangeiro. Entendemos, porém, que na área do sistema financeiro, a lei deve regular as condições, limites, restrições, etc., de ingresso de capital estrangeiro - como aliás, observa-se na maioria dos países.

Nessa matéria, todavia, somos favoráveis a princípios que resguardecem os interesses nacionais, os acordos internacionais e os critérios de reciprocidade.

Por estas razões consideramos prejudicada a Emenda.

EMENDA:00449 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

Texto:

"Aditiva"

Art. 5o. -

a.

.....

§ 3o. -

§ 4o. - As normas do Banco Central, inclusive as de funcionamento interno, serão aprovadas em Lei própria.

Justificativa:

As formas como se exercerão a competência do Banco, nem sempre são autoaplicáveis e muitas delas que dizem respeito ao funcionamento interno podem conflitar ou extrapolar ou mesmo impedirem o exercício da competência.

Parecer:

O exame da emenda e respectiva justificação, apresentadas pelo nobre Constituinte, levaram-nos a concluir que a alteração proposta contribui efetivamente para o aperfeiçoamento do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, tornando-o mais completo, preciso e consistente.

Verifica-se, portanto, que a Emenda se ajusta adequadamente aos princípios e diretrizes adotados para a estruturação do Substitutivo.

Pelo acolhimento.

EMENDA:00490 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB/SP)

Texto:

Nos termos do art. 18 do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, suprimam-se os §§

1o., 2o. e 3o., ao art. 5o., substituindo-os pelo seguinte:

"Parágrafo Único - o Banco Central será estruturado na forma da lei, que disporá sobre os impedimentos do seu Presidente, Diretores e funcionários graduados, inclusive quanto a prazos de impedimento de exercício prévio e posterior, de atividade em instituições financeiras privadas".

Justificativa:

Os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 5º do referido Anteprojeto estabelecem o mecanismo de nomeação, destinação e impedimentos da diretoria do banco central.

Como a lei federal disporá sobre o funcionamento de instituições financeira nacional, conforme prescreve o art. 1º do Anteprojeto, entendemos que os mecanismos estipulados nos parágrafos acima citados devem ser remetidos para a legislação ordinária. Há várias questões que precisariam ser definidas em lei, inclusive o impedimento de licença de funcionário graduado do banco central para prestar serviços a instituições financeiras privadas, mesmo que a licença seja sem vencimentos. Por isso, propomos a supressão dos referidos parágrafos e a substituição pelo parágrafo único acima.

Parecer:

A apreciação da Emenda do nobre Constituinte levou-nos à conclusão de que ela pode ser aceita parcialmente, porquanto trata de aspectos que contribuem efetivamente para o aprimoramento do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, tornando-o mais ajustado e consistente.

Em consequência, estamos modificando o dispositivo a que ela se reporta, de modo a fazê-lo incorporar a parte da Emenda que o aperfeiçoa.

Pela acolhimento parcial.

EMENDA:00491 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB/SP)

Texto:

Nos termos do Art. 18, do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, dê-se a seguinte redação ao Art. 2o., § 1o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro:

"Art. 2o. -

§ 1o. - O exercício dessas atividades por instituições bancárias e financeiras, cooperativas de crédito, estabelecimentos de capitalização, será autorizado na forma da lei, sem ônus, a todos quantos comprovarem idoneidade e capacidade técnica, econômica e financeira. Essa autorização é inegociável e intransferível."

Justificativa:

A emenda substitutiva que propomos leva em consideração o fato de que a autorização para abertura de instituições financeiras será concedida pela autoridade competente, uma vez satisfeitas as condições estipuladas na lei. O texto do Anteprojeto sugere que a autorização será concedida de forma automática. Ora, em qualquer país do mundo, há uma autoridade monetária, cujo papel é regular a oferta de moeda e crédito na economia. Tal autoridade não pode ficar sujeita a uma norma constitucional que a obrigue autorizar indiscriminadamente instituições financeiras e bancárias, independentemente de critérios econômicos, regionais, nacionais, etc. Face ao exposto, propomos a emenda substitutiva acima, que, certamente, constitui para aperfeiçoar o anteprojeto.

Parecer:

Entendemos, como o nobre Constituinte, que a autorização para a abertura de instituições financeiras deva ser objeto de lei ordinária; que a Concessão seja inegociável e intransferível. Todavia, parece-nos conveniente estabelecer que qualquer pessoa idônea, com comprovada capacidade técnica e econômica compatíveis com o empreendimento poderá obter a concessão. Como justifica o Autor da Emenda, a autoridade concessionária não ficará obrigada a conceder, senão nos termos da lei.

Aprovada.

EMENDA:00493 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB/SP)

Texto:

Nos termos do art. 18 do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, dê-se ao § 1o. do art. 5o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro a seguinte redação:

"§ 1o. - O Presidente e Diretores do Banco Central serão indicados pelo Presidente da República, sendo nomeados após ter suas indicações aprovadas pelo Senado Federal, que apreciará também as suas destituições, por proposta do Presidente da República."

Justificativa:

O Senado Federal, composto por três representantes de cada Estado da Federação, cumpre, além da clássica função revisora, funções privativas. Assim, é da tradição do parlamento brasileiro, atribuir ao Senado as funções relativas ao Estado Nacional. É por isso que compete privativamente ao Senado, desde a Carta de 1946, julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, processar e julgar Ministros do Supremo Tribunal, autorizar empréstimos e acordos externos, etc.

As autoridades monetárias de um país, tem a função específica de preservar a estabilidade do valor da moeda nacional.

Essa função, por excelência, é uma questão de Estado. Assim, propomos que a emenda substitutiva seja devidamente considerada pelos ilustres membros desta Comissão.

Parecer:

O exame da emenda e respectiva justificação, apresentadas pelo nobre Constituinte, levaram-nos a concluir que a alteração proposta contribui efetivamente para o aperfeiçoamento do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, tornando-o mais completo, preciso e consistente.

Verifica-se, portanto, que a Emenda se ajusta adequadamente aos princípios e diretrizes adotados para a estruturação do Substitutivo.

Pelo acolhimento.

EMENDA:00502 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB/SP)

Texto:

Nos termos do art. 18, do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, proponho a supressão do § 3o. do art. 2o. do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

Compete à União legislar sobre o sistema financeiro, como bem define o texto do anteprojeto. Nesse sentido, a autorização municipal complementar, sugerida no citado parágrafo, é matéria de lei ordinária que será votada no Congresso Nacional. Ademais, entendemos que a autoridade local deve ter competência para fixar horário de funcionamento de bancos, mas o local deve ser determinado pelas condições econômicas locais. De qualquer forma, entendemos que o assunto pertence à lei ordinária, já incorporada no art. 1º do citado anteprojeto, e por isso, propomos a supressão do § 3º do Art. 2º.

Parecer:

Entendemos que cabe à lei ordinária tratar da organização e regras de funcionamento do sistema financeiro nacional, particularmente em questão de horário de funcionamento, locais, etc.

Assim, opinamos favoravelmente à emenda do ilustre constituinte.

APROVADA.

EMENDA:00507 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

AIRTON SANDOVAL (PMDB/SP)

Texto:

O Art. 12 do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, passa a ter a seguinte redação:

Art. 12. Os depósitos ou poupanças capitadas pelas Instituições financeiras em macro regiões, serão nelas, preferencialmente, aplicados.

Justificativa:

A intenção é garantir que os recursos de depósitos ou poupanças, possam atender, preferencialmente, as macrorregiões onde foram capitados.

Parecer:

Não obstante a importância da Emenda oferecida pelo nobre Constituinte, entendemos deve ela ser objeto de norma infraconstitucional, porquanto versa sobre matéria que, por sua natureza e características, pode vir a passar por frequentes modificações, em decorrência da própria evolução econômica-social do País, à qual os fatos específicos relativos ao Sistema Financeiro se acham intimamente ligados.

Tais considerações se justificam, ainda, pelo fato de que a Constituição, como lei fundamental do País, deve vigorar por longo tempo, com o mínimo de alterações, através de diferentes conjunturas econômicas e sociais. Agiu acertadamente a Subcomissão do Sistema Financeiro, ao deixar de incluir em seu Anteprojeto norma específica, própria de legislação infraconstitucional. Pela rejeição.

EMENDA:00513 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSWALDO ALMEIDA (PL/RJ)

Texto:

Emenda modificativa

Art. 5o., item VII, do anteprojeto da Subcomissão do Sistema financeiro.

Art. 5o.

VII - Estimular a criação e o desenvolvimento das cooperativas de crédito, atribuindo-lhes os direitos dos bancos comerciais.

Justificativa:

Tal acréscimo é necessário para propiciar as cooperativas de crédito, participar de compensações, desenvolver filiais, beneficiar-se do redesconto e captar poupanças etc. etc.

Parecer:

O conteúdo da Emenda, em confronto com o do Anteprojeto da Subcomissão e das demais emendas atinentes ao mesmo assunto, não obstante os nobres propósitos do Autor, não se harmoniza com a sistemática que orienta o Sistema Financeiro proposto, nem coincide com o conjunto dos pontos de vista expressados pela maioria dos membros desta Comissão.

Pela rejeição.

EMENDA:00529 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

RALPH BIASI (PMDB/SP)

Texto:

Suprimam-se os termos "de investimento" do § 2o. do art. 2o. do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro e acrescente-se o seguinte dispositivo ao mencionado art. 2o.:

§ A participação do capital estrangeiro nos bancos de investimento não ultrapassará 50% (cinquenta por cento) do capital total desses bancos e 30% (trinta por cento) das ações com direito a voto.

Justificativa:

A emenda objetiva manter a participação do capital estrangeiro nos bancos de investimento nacionais, sem romper uma tradição de duas décadas, mas limitando essa participação a um percentual que garanta a predominância do capital nacional, principalmente daquele com direito a voto.

Com o dispositivo proposto abre-se caminho, também, para um tratamento diferenciado do capital estrangeiro nos bancos de depósito. Em outras palavras, outros dispositivos constitucionais, ou de lei ordinária, poderiam restringir ou abrir a participação do capital estrangeiro nos bancos comerciais sem interferência do tratamento especial que se pretende seja dispensado aos bancos de investimento.

Parecer:

As condições específicas para participação do capital estrangeiro na economia nacional devem figurar na legislação ordinária. Embora estejamos de acordo com o mérito da proposição, entendemos que a Constituição, ao resguardar os princípios duradouros que nortearão a vida do país, não deve tratar de assunto passível de mutação conjuntural.

Nesse sentido, somos pelo não acolhimento da Emenda do ilustre Constituinte, ressaltando que, a nosso ver, a Constituição deve atribuir à lei, as restrições ao capital estrangeiro, resguardando-se os interesses nacionais e observando-se os Acordos internacionais e reciprocidade.

REJEITADA.

EMENDA:00541 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB/PE)

Texto:

Dê-se ao art. 9o. do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro a seguinte redação:

"Art. 9o. A União não se responsabilizará pelos depósitos ou aplicações nas instituições financeiras.

Parágrafo único. As instituições financeiras, na forma da lei, criarão fundo com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo depósitos ou aplicações até determinado valor."

Justificativa:

A nova redação estende a condição de não garantidos pela União aos depósitos ou aplicações de todas as instituições financeiras, e não apenas das instituições financeiras privadas.

Isto porque, a prevalecer a redação original, criar-se-iam condições desiguais de competição, o que contraria o princípio da isonomia, eis que estar-se-ia concedendo privilégios em função de ser um ente federativo ao acionista controlador, e não em razão da atividade desenvolvida, a qual o próprio anteprojeto objetiva dar cunho social.

Em decorrência, também a adaptação do parágrafo único, visto que, a nosso ver, à lei não deverá apenas determinar até que valor a poupança popular será atingida, mas deverá disciplinar o próprio fundo de que trata o texto em causa.

Estas as razões que informam a presente emenda substitutiva, que submetermos à deliberação desta comissão.

Parecer:

A Emenda proposta pelo ilustre Constituinte estabelece o princípio de que recursos públicos não serão alocados para cobertura de depósitos ou aplicações malversadas em instituição financeira, qualquer que seja a sua natureza jurídica - e de direito público ou privado. Para tanto, estabelece que as próprias instituições financeiras criarão um fundo, destinado a proteger a economia popular.

A proposição enquadra-se, seguramente, dentro dos princípios que norteiam a elaboração do substitutivo desta Comissão. Portanto, somos pelo acolhimento da Emenda.

Aprovada.

EMENDA:00542 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

RITA CAMATA (PMDB/ES)

Texto:

I - Dê-se ao artigo 5o. e seus parágrafos do

anteprojeto da subcomissão do Sistema Financeiro a seguinte redação:

"Art. 5o. - Compete privativamente ao Banco Central emitir moeda, observados os critérios e limites estabelecidos em lei.

Par. 1o. - A lei disporá sobre a organização, funcionamento e demais atribuições do Banco Central do Brasil, bem como sobre os impedimentos aplicáveis a quem houver exercido cargo na sua diretoria.

Par. 2o. - É vedado ao Banco Central do Brasil conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

Os empréstimos concedidos a instituições financeiras adstritos à execução das políticas monetárias e cambial.

Par. 3o. - O Banco Central do Brasil poderá comprovar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, no mercado, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

Par. 4o. - O presidente e os diretores do Banco Central do Brasil terão mandato de quatro anos, serão indicados pelo Presidente da República e nomeados após aprovação do Senado Federal. Sua exoneração poderá ser pedida pelo Presidente da República, e somente será efetivada após a aprovação do Senado Federal."

II - Suprima-se o artigo 6o. do anteprojeto em causa.

Justificativa:

O objetivo da emenda é imprimir no texto constitucional as notas características do órgão central do sistema financeiro, ou seja, do Banco Central do Brasil, deixando para a legislação ordinária os demais aspectos de sua organização e finalidade.

A determinação, no texto constitucional, das atribuições do Banco Central é, no mínimo temerária, tendo em vista que a Constituição que estamos a redigir deverá ser duradoura.

Basta pensar, a propósito do previsto no inciso V do anteprojeto, que há estudos detalhados recomendando a criação de órgão distinto do Banco Central para exercer a fiscalização do sistema financeiro, mais eficazmente.

A permanecer a redação proposta, o acolhimento desta recomendação implicaria em emendar a Constituição! Pelos mesmos motivos propomos que os impedimentos aplicáveis à Diretoria do Banco Central do Brasil sejam fixados em lei.

A emenda ora proposta objetiva ainda preencher lacuna existente no projeto da subcomissão. Com efeito, tal como redigido, dispôs-se, apenas, que o Congresso Nacional poderá votar as destituições do Presidente do Banco Central do Brasil, e respectiva Diretoria, se fixar, no entanto, o número mínimo de parlamentares que serão necessários para propor a demissão das mencionadas autoridades.

Destarte, a prevalecer o texto da subcomissão, salvo disciplinado futuro no Regimento do Congresso, até mesmo um único parlamentar poderia propor o ato mencionado, causando séria instabilidade no mercado financeiro, pela quebra da autoridade do dirigente máximo do órgão fiscalizador, e, principalmente, ferindo na própria essência, a autonomia que se pretende assegurar ao Banco Central do Brasil, com total assistematização da proposta da subcomissão.

Entendemos, por outro lado, que a aprovação da indicação ou da exoneração da diretoria do Banco Central deve caber ao Senado Federal, casa a quem, no sistema bicameral, está tradicionalmente afeto o exame de tais questões.

Adaptamos o artigo 6º, do anteprojeto aprovado pela Subcomissão do Sistema Financeiro, a fim de tornar mais claro que o Banco Central poderá, no mercado secundário, adquirir títulos do Tesouro Nacional com vista a regular a oferta de moeda e evitar uma elevação indesejável dos juros.

Por estar razões, elaboramos a presente emenda, que submetemos à consideração desta comissão.

Parecer:

A apreciação da Emenda do nobre Constituinte levou-nos à conclusão de que ela pode ser aceita parcialmente, porquanto trata de aspectos que contribuem efetivamente para o aprimoramento do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, tornando-o mais ajustado e consistente. Em consequência, estamos modificando o dispositivo a que ela se reporta, de modo a fazê-lo incorporar a parte da Emenda que o aperfeiçoa.

Pela acolhimento parcial.

EMENDA:00545 PREJUDICADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SÉRGIO WERNECK (PMDB/MG)

Texto:

Suprima-se o artigo 3o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

O artigo 3º do Anteprojeto em questão trata de questão da maior relevância, qual seja a da participação do capital estrangeiro nas instituições ligadas ao sistema financeiro e mais, especificamente, da atuação dos bancos de depósito estrangeiros, já autorizados a funcionar no País.

A matéria está hoje, disciplinada no artigo 51 da lei 4.131/62, que, em seu art. 51, limita a participação estrangeiras, dispondo que “aos bancos estrangeiros cujas matrizes tenham sede em praças em que a legislação imponha restrições ao funcionamento de bancos brasileiros, fica vedado adquirir mais de 30% das ações, com direito a voto, de bancos nacionais”. Em termos regulamentares, atualmente é vedada a participação estrangeira em termos regulamentares, atualmente é vedada a participação estrangeira em bancos comerciais e limitada, até 50% do capital total e até 1/3 do capital votante, a participação estrangeira nos bancos de investimento, financeiras, corretoras, distribuidoras, sociedades de arrendamento mercantil e de crédito imobiliário.

Por outro lado, já é uma realidade a participação de instituições financeiras brasileiras nos mercados internacionais, principalmente o Banco do Brasil. A proibição de participação estrangeira em instituições financeiras no Brasil, alterando a norma hoje vigente, levará alguns países a adotar medidas de retaliação com possível fechamento de agências de bancos brasileiros no exterior. Em muitos casos, a abertura de agências do Banco do Brasil no exterior foi autorizada no contexto de negociações bilaterais, Governo, que conduziram o Governo Brasileiro, em reciprocidade, a autorizar a abertura de igual número de agências de bancos desses países no território nacional.

Aliás, é comum a ideia de que esta medida não acarretaria retaliações, porquanto as agências brasileiras no exterior captam, preponderantemente, no mercado interbancário, e não diretamente junto ao público.

Ora, trata-se de grave erro. A captação no mercado interbancário também é feita sob a forma de depósitos, e essa forma de atuar é característica de cada mercado externo, sendo muitas vezes mais vantajoso atuar desta forma (por ser menos onerosa) do que captar depósitos populares.

Assim, por entendermos mais conveniente submeter a questão a debate amplo, debate este impossível de se realizar no contexto de uma Assembleia encarregada de redigir a Constituição do País – naturalmente voltada para os princípios mais gerais e não para detalhes -, mas que se realizará, a toda evidência, na elaboração da lei que regulamentará o sistema financeiro nacional, submetemos à elevada consideração desta Comissão a presente Emenda supressiva.

Parecer:

A supressão do art. 3o. parece nos adequada. Todavia entendemos, que a Constituição deve estabelecer os princípios sob os quais a legislação ordinária tratará da matéria, especialmente quanto aos interesses nacionais, critérios de reciprocidade e acordos internacionais.

Nesse sentido, consideramos prejudicada a Emenda.

EMENDA:00546 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

BENITO GAMA (PFL/BA)

Texto:

Dê-se ao artigo 2o. e seus parágrafos, e ao artigo 3o. do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro a seguinte redação:

"Art. 2o. As instituições financeiras devem subornar-se aos interesses da coletividade e ao desenvolvimento do país, segundo os princípios estabelecidos nesta Constituição.

Art. 3o. - A lei disporá sobre a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização.

par. 1o. - A autorização a que se refere este

artigo será inegociável e intransferível e poderá ser concedida a qualquer pessoa jurídica idônea, mediante comprovação de capacidade econômica compatível com o empreendimento.

Par. 2o. - A lei determinará condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições de que trata este artigo em vista, especialmente:

I - os interesses nacionais;

II - os acordos internacionais;

III - critérios de reciprocidade.

Par. 3o. - lei municipal poderá, supletivamente, regularmente horário, local e condições de instalação física desses estabelecimentos, de forma compatível com os interesses da comunidade local.

Justificativa:

O artigo 2º do anteprojeto ora emendado determina que a concessão de autorização para o funcionamento de instituições financeiras é automática e intransferível; disciplina a abertura e funcionamento de instituições financeiras nos municípios; e veda a participação de capita estrangeiro em empresas do setor financeiro.

O artigo 3º, por sua vez, proíbe, aos bancos e demais instituições financeiras estrangeiras, captar recursos no mercado interno.

Nos termos em que redigido o par. 1o, do art. 2º, qualquer pessoa poderá opor ao Banco Central ou à autoridade a quem competir o exame dessa pretensão o DIREITO de abrir uma instituição bancária, financeira ou cooperativa de crédito, bastando para tanto que comprove, no MOMENTO DA CONCESSÃO, idoneidade técnica, econômica e financeira.

Dessa forma, tratando-se de direito subjetivo que deflui da própria Constituição, não poderá o próprio Congresso Nacional, em atendimento aos reclamos da sociedade, ou em função de fatores econômicos, obstar o exercício desse direito individual, através de legislação ordinária.

Assim sendo, em que pese os elevados propósitos que inspiraram a inclusão desse dispositivo no texto constitucional, a prevalecer a redação nele contida o próprio Legislativo estará renunciando à sua função primária, prevista no próprio item III do art. 1º da proposta, de legislar sobre o sistema financeiro, suas instituições e operações.

Em decorrência, a redação proposta coloca na condicional a autorização de funcionamento de Instituições financeiras.

A esse respeito muito também se tem discutido ultimamente sobre a conveniência de manter ou não o atual sistema de cartas patentes para o funcionamento das instituições financeiras.

Essa discussão está relacionada com outro tema, a concentração do sistema bancário. Os sistemas bancários de todo o mundo com a possível exceção dos Estados Unidos, apresentam índices elevados de concentração. O Brasil não é exceção a essa regra. Em grande parte, a tendência à concentração ocorreu no País na década de 1970, como resultado de um objetivo explícito da política do Governo, através de vários tipos de incentivos as fusões e incorporações das instituições financeiras.

Os objetivos do Governo, ao promover a concentração bancária, foram o aumento da eficiência, a segurança da poupança popular e a necessidade de um aumento na escala das operações bancárias de grande porte, paralela a um aumento na escala das empresas industriais e comerciais.

Se, nos anos 70, a política do Governo foi no sentido da concentração, no período de 1965 a 1970, que se seguiu as leis do mercado de capitais e da reforma bancária, foi de diversificação. Recorde-se que, como consequência dessas duas leis, houve no País uma proliferação de instituições financeiras de todo tipo e tamanho, algumas de duvidosa idoneidade. Surgiram, assim, em grande número, bancos de investimentos, empresas de crédito e financiamento, sociedades e fundos de investimento, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança, além de empresas corretoras e distribuidoras de títulos. A história econômica do País registra algumas falências escandalosas, que se seguiram à execução dessa política de multiplicação das instituições financeiras.

Ora, a eliminação pura e simples das cartas patentes, sem um critério seguro de seleção dos estabelecimentos de crédito, pode conduzir ao aparecimento de instituições inidôneas, com grave risco para a segurança dos depósitos, das demais operações bancárias e, sobretudo, da economia popular.

Por outro lado, é saudável a competição no sistema financeiro, como elemento propulsor da eficiência de seus serviços e da redução da taxa de juros.

Entre um regime de plena liberdade, na abertura dos estabelecimentos de crédito, e um regime fechado, corporativo, que é o das cartas patentes, é conveniente delinear um modelo de organização do sistema, que ao mesmo tempo ofereça segurança e eficiência. Mas isso é uma tarefa que requer ampla discussão e que deve, a nosso ver, ser remetida à legislação ordinária.

Por isso, a emenda proposta é no sentido de que a lei federal disporá sobre a autorização para o funcionamento dos bancos de depósito e dos demais estabelecimentos de crédito, câmbio e intermediação financeira, bem

como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização. Mas a autorização concedida, para que não tenha valor de mercado – o aspecto julgado pernicioso na atual sistemática – deve ser intransferível e inegociável.

Quanto ao parágrafo 2º, do artigo 2º e ao artigo 3º, entendemos mais conveniente submeter a questão a debate mais amplo, pelo próprio Congresso, com vista à elaboração de lei ordinária. Na legislação vigente, apenas o art. 51 da lei 4131/62 limita a participação estrangeira em instituições financeiras, dispondo que aos bancos estrangeiros cujas matrizes tenham sede em praças em que a legislação imponha restrições ao funcionamento de bancos brasileiros, fica vedado adquirir mais de 30% das ações, com direito a voto, de bancos nacionais. Em termos regulamentares, atualmente é vedada a participação estrangeira em bancos comerciais e limitada a até 50% do capital total e até 1/3 do capital votante a participação estrangeira nos bancos de investimento, financeiras, corretoras, distribuidoras, sociedade de arrendamento mercantil, e de crédito imobiliário.

Ademais, já é uma realidade a participação de instituições financeiras brasileiras nos mercados internacionais, principalmente o Banco do Brasil. A proibição de participação estrangeira em instituições financeiras no Brasil, alterando a norma hoje vigente, levará alguns países a adotar medidas de retaliação, com possível fechamento de agências de bancos brasileiros no exterior. Em muitos casos, a abertura de agências do Banco do Brasil no exterior foi autorizada no contexto de negociações bilaterais, Governo a Governo, que conduziram o Governo brasileiro, em reciprocidade, a autorizar a abertura de igual número de agências de bancos desses países no território nacional.

Aliás, é comum a ideia de que esta medida não acarretaria retaliações porquanto as agências brasileiras no exterior captam, preponderantemente, no mercado interbancário, e não diretamente junto ao público.

Ora, trata-se de grave erro. A captação no mercado interbancário também é feita sob a forma de depósitos, e esta forma de atuar é característica de cada mercado externo, sendo muitas vezes mais vantajoso atuar desta forma (por ser menos onerosa) do que captar depósitos populares.

A alteração proposta deixa ao legislador ordinário determinar as condições para a participação do capital estrangeiro, tendo em vista os interesses nacionais, os acordos internacionais e critérios de reciprocidade.

Parecer:

O ilustre Constituinte contempla de forma apropriada os princípios que devem reger a vida nacional, em matéria de organização e funcionamento do sistema financeiro nacional. Remete à legislação ordinária os assuntos pertinentes à decisão da sociedade no momento que lhe aprouver, registrando, porém, os princípios básicos e duradouros.

A concessão de autorizações para abertura de instituições financeiras deve ser, também em nosso entendimento, inegociável e intransferível pela própria natureza dos serviços dela decorrentes.

A lei deve dispor sobre os limites e condições de acesso capital estrangeiro na economia do país. Todavia, a Carta Magna deve conter os princípios duradouros, dentro dos quais o legislador ordinário deliberará.

Assim, opinamos pelo acolhimento da Emenda.

Acolhida.

EMENDA:00547 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

I - Dê-se ao parágrafo 2o. do artigo 2o. do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro a seguinte redação:

Par. 2o. - A lei determinará condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições de que trata este artigo, tendo em vista, especialmente:

- I - os interesses nacionais;
- II - os acordos internacionais;
- III - critérios de reciprocidade.

II - Suprima-se o artigo 3o. do mesmo anteprojeto.

III - Dê-se ao artigo 15 do mesmo anteprojeto a seguinte redação:

"Art. 15. Até que sejam fixadas as condições a que se refere o parágrafo 2o., fica vedada a concessão de novas autorizações para funcionamento ou abertura de agência de instituições financeiras com participação de capital estrangeiro."

Justificativa:

O dispositivo do anteprojeto tem o grande mérito de trazer à discussão assunto relevante.

Entretanto, a simples proibição da participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras não atende aos complexos aspectos do assunto.

Seria mais conveniente submeter a um debate mais amplo, pelo próprio Congresso, com vistas à elaboração de lei ordinária. Na legislação vigente, apenas o art. 51 da Lei 4131/62 limita a participação estrangeira em instituições financeiras, dispondo que “aos bancos estrangeiros cujas matrizes tenham sede em praças em que a legislação imponha restrições ao funcionamento de bancos brasileiros, fica vedado adquirir mais de 30% das ações, com direito a voto, de bancos nacionais”. Em termos regulamentares, atualmente é vedada a participação estrangeira em bancos comerciais e limitada a até 50% do capital total e até 1/3 do capital votante a participação estrangeira nos bancos de investimento, financeiras, corretoras, distribuidoras, sociedades de arrendamento mercantil, e de crédito imobiliário.

Ademais, já é uma realidade a participação de instituições financeiras brasileiras nos mercados internacionais, principalmente o Banco do Brasil. A proibição de participação estrangeira em instituições financeiras no Brasil, alterando a norma hoje vigente, levará alguns países a adotar medidas de retaliação, com possível fechamento de agências de bancos brasileiros no exterior. Em muitos casos, a abertura de agências do Banco do Brasil no exterior foi autorizada no contexto de negociações bilaterais, Governo a Governo, que conduziram o governo brasileiro, em reciprocidade, a autorizar a abertura de igual número de agências de bancos desses países no território nacional.

Aliás, é comum a ideia de que esta medida não acarretaria retaliações porquanto as agências brasileiras no exterior captam, preponderantemente, no mercado interbancário, e não diretamente junto ao público.

Ora, trata-se de grave erro. A captação no mercado interbancário também é feita sob a forma de depósitos, e esta forma de atuar é característica de cada mercado externo, sendo muitas vezes vantajosas atuar desta forma (por ser menos onerosa) do que captar depósitos populares.

Estas as razões que informa a presente emenda substitutiva que submetemos à consideração desta Comissão.

Parecer:

A matéria a que se refere o ilustre Constituinte, de fato, pertence à legislação ordinária. Também concordamos com os princípios que, nesta área vital da economia, devem constar na Carta Magna.

Assim, a lei deve dispor sobre a conveniência ou não de capital estrangeiro no sistema financeiro, uma vez observados os critérios de reciprocidade, os acordos internacionais, e obviamente, os interesses nacionais. Deve dispor também, sobre a organização do sistema, suas instituições, regras de funcionamento, horários, etc.

Portanto, opinamos pelo acolhimento da presente Emenda.

APROVADA.

EMENDA:00548 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

Emenda

Dê-se ao artigo 4o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro a seguinte redação:

"Art. 4o. - Compete exclusivamente ao Congresso Nacional acompanhar e fiscalizar a atividade do Governo e da Administração em matéria de política monetária, financeira e cambial.

Art. 5o. - Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União, especialmente:

I - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

II - normas gerais de direito financeiro;

III - captação e segurança de poupança popular;

IV - limites para emissão de moeda e para o montante da dívida mobiliária federal;

V - limites e condições para as operações de crédito externo e interno da União e de suas autarquias;

VI - limites e condições para a concessão de garantia do Tesouro Nacional em operação de crédito externo e interno;

Art. 6o. Compete privativamente ao Senado

Federal:

I - estabelecer na forma prevista em lei complementar, limites para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - estabelecer limites e condições para as operações de crédito externo, bem assim para as de crédito interno dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e respectivas autarquias, empresas públicas e sociedades sob controle acionário direto ou indireto dessas unidades, ouvido o Poder Executivo Federal;

III - aprovar a escolha do Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil, e deliberar sobre a sua exoneração, na forma prevista no artigo 90. parágrafo 4o."

Justificativa:

O inciso VI e os parágrafos do Artigo 4º atribuem, ao Congresso Nacional, poderes para determinar a sustação de decisões do Poder Executivo nas áreas das políticas monetárias, creditícias e cambial e pronto, para tanto, a criação da Comissão Mista Permanente, cujas atribuições são detalhadas nos parágrafos 1º, 2º e 3º.

Ressalte-se desde logo a impropriedade de se tratar, no texto constitucional, matéria atinente ao disciplinamento da forma como se organizará o Congresso Nacional, para cumprir sua missão constitucional.

A criação de comissões especializadas no trato das questões afetas à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional é matéria a ser regulada nos Regimentos de cada uma das Casas ou no Regimento Comum, conforme o caso.

A Constituinte que estamos a redigir e que se pretende seja duradoura, não pode descer a tais detalhes.

Deve a Constituição no entender da maioria dos especialistas traçar as regras gerais e as normas que informarão a ação do Congresso, do Presidente, do Governo, da Administração dos Tribunais e dos Juízes, na condição dos negócios públicos.

Isto posto, e examinado o artigo em foco quanto ao mérito, entendemos que a tarefa de traçar políticas bem como as atividades de fiscalização, seja em regimes presidencialistas, seja em regimes parlamentarista, incumbem ao Governo ao âmbito do Poder Executivo.

Aos representantes do povo, divididos em partidos em partidos, incumbe definir a composição majoritária que deverá conduzir a política do governo.

É questão pacífica, mormente no parlamentarismo, deverem os Agentes do Governo e da Administração prestar contas de seus atos ao Congresso.

A condição política do Estado na época atual não pode, a nosso ver, ficar paralisada à espera de decisão do Congresso. No Estado Social contemporâneo, a maioria parlamentar faz o Governo, acompanha sua atuação e, caso retire sua sustentação, derruba-o, e o substitui por outro.

Esta Subcomissão, no período que antecedeu a apresentação do Anteprojeto em exame, ouviu representantes dos mais diversos segmentos da sociedade e – se houver uma questão que obteve unanimidade – foi a da absoluta necessidade de serem traçadas regras claras e estáveis para o sistema financeiro nacional.

A adoção de medida proposta, a nosso ver, implicaria em se institucionalizar a paralisia no Governo e a insegurança no setor privado.

Ademais, a estrutura funcional de um governo, fiel à célebre proposição de Montesquieu e hodiernamente consagrada em todos os países democráticos presume a tripartição de suas funções em executiva, legislativa e judiciária.

No Brasil, desde a Constituição do Império, de 25 de março de 1824, a independência e harmonia dos Poderes é princípio consagrado.

No tocante aos seus parágrafos, cria-se, como dito, pelos poderes que são atribuídos à Comissão Mista Permanente do Sistema Financeiro – sustação temporária ou definitiva e fiscalização dos atos e dos órgãos financeiros do Poder Executivo ou a ele ligados – sistemática que, a um só tempo, invade área específica.

a) Poder Executivo – porque os atos inerentes às políticas monetária, de crédito e cambial são, em verdade, decisões relativas à gestão da coisa pública, cujos excessos ou ilegalidades podem ser escoimados mediante ação popular ou mandatos de segurança, por exemplo. A avaliação política desses atos e os seus limites não de ser feitos por ocasião do desenvolvimento do processo legislativo concernente à lei que os autorizar, e não no momento de sua execução;

b) Poder Judiciário – a quem ontologicamente é atribuído o controle da legalidade, porque tal controle seria em intrínseco ao ato da Comissão que determinasse a sustação do ato ou deliberação do Executivo. Por outro lado, ainda que se admitisse sofismática a adoção dessa premissa presente estaria, a todo instante, o conflito com o Poder Judiciário, vez que nessa hipótese, o ato da Comissão estaria sujeito, como dito, ao controle da legalidade;

c) Poder Legislativo – posto que estaria reduzindo as atribuições do próprio Tribunal de Contas da União, que é o órgão do Congresso Nacional encarregado o controle externo das despesas realizadas pelo Executivo (órgãos e entidades), podendo, inclusive, determinar a sustação do ato que reputar ilegal.

O endividamento do setor público deve ser encarado como necessário ao custeio de programas de interesse público autorizados pelo Congresso Nacional. Assim, parece-nos mais importante que se submeta ao debate público o exame da conveniência e oportunidade de realização dos grandes projetos.

De todo modo, sugerimos a ampliação dos controles do Congresso entre o endividamento público, permitindo-lhe criar condicionamentos à efetivação das operações de crédito da União e de suas Autarquias, bem como da concessão de garantias.

Fiel ao espírito do anteprojeto elaborado pela Subcomissão, respeitando, porém, o sistema bicameral sob o qual é exercido o Poder Legislativo, desdobradas foram as matérias contidas anteriormente num só bloco, como de competência do Congresso Nacional. Assim, as matérias dependentes do exame das duas Casas do Legislativo permaneceram na competência do Congresso Nacional, ao passo que aquelas de interesse das Unidades Federativas foram transferidas para o Senado Federal.

Impende notar, nesse particular, que a redação ora proposta visa atender as reivindicações dessas Unidades Federadas, no que tange a obtenção de maior grau de autonomia financeira e administrativa, um dos princípios informadores dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Nesse sentido, em relação à dívida mobiliária dos Estados, Distrito Federal e Municípios, o Senado Federal se circunscreverá a estabelecer apenas os limites, deixando a própria unidade o estabelecimento dentro das regras de mercado do prazo de resgate, das taxas de juros e demais condições aplicáveis.

Evolução mais significativa apresenta-se na parte concernente às operações de crédito externo e interno por eles realizados, que prescindiriam do exame a cada caso pelo Senado Federal que, simplesmente, fixaria em norma geral, os limites de captação de cada ente federativo bem assim em condições gerais de contratação, ouvindo o Poder Executivo Federal, para conciliação do endividamento global do Setor Público. Destarte, o exame Legislativos e dos Tribunais ou Conselhos de Contas, respectivamente.

De outra parte, no que tange à aprovação da escolha do Presidente do Banco Central do Brasil, também buscou-se preservar a competência inerente a essa Casa do Congresso, a semelhança do que acontece no caso dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União e dos Chefes de missões diplomáticas de caráter permanente.

Parecer:

O exame da emenda e respectiva justificação, apresentadas pelo nobre Constituinte, levaram-nos a concluir que a alteração proposta contribui efetivamente para o aperfeiçoamento do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, tornando-o mais completo, preciso e consistente.

Verifica-se, portanto, que a Emenda se ajusta adequadamente aos princípios e diretrizes adotados para a estruturação do Substitutivo.

Pelo acolhimento.

EMENDA:00551 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

Suprima-se o artigo 12 e seu parágrafo único do Anteprojeto do Relator da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

O artigo 12 do Anteprojeto elaborado pelo nobre Relator preconiza a transferência, para o Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal, das atividades de fomento bem como das relacionadas com o sistema financeiro da habitação, hoje exercidas pelo Banco Central do Brasil.

A retirada, do rol das atribuições do Banco Central, das atividades não diretamente vinculadas às funções de autoridade monetária foi preconizada por quase todos os economistas ouvidos por esta Subcomissão, como medida que se impunha.

A atribuição destas atividades a outro órgão do sistema financeiro, no entanto, é matéria administrativa que não merece, a nosso ver, tratamento constitucional.

A propósito consideramos que a retirada das atividades de fomento da competência do Banco Central estaria melhor disciplinada se completada no artigo 6º do Anteprojeto do ilustre Relator. Essas as razões da emenda supressiva que ora submetemos à consideração desta Subcomissão.

Parecer:

A apreciação da Emenda, e respectiva justificação, levam-nos a concluir que os propósitos que a informam adequam-se aos princípios que norteiam a elaboração do Substitutivo.

Por conseguinte, somos por seu acolhimento parcial.
Aprovada parcialmente.

EMENDA:00555 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SÉRGIO WERNECK (PMDB/MG)

Texto:

Suprima-se o artigo 5o. do Anteprojeto da Subcomissão do sistema Financeiro.

Justificativa:

Trata, o artigo em questão, de maneira detalhada, das atribuições do Banco Central do Brasil. Serve, a propósito, a preciosa lição de Rui Barbosa: "As constituições não têm o caráter analítico das codificações legislativas. São como se sabe, largas sínteses, sumas de princípios gerais onde, por via de regra, só se encontra o substractum de cada instituição em suas notas dominantes, a estrutura de cada uma, reduzida, as mais das vezes, a uma característica, a uma indicação, a um traço. Ao legislador cumpre, ordinariamente revesti-lhes a ossatura delinear, impor-lhe o organismo adequado, e lhe dar capacidade real de ação." Elencar as atribuições do Banco do Brasil num texto que se pretende duradouro é, no mínimo temerário. Basta lembrar, relativamente à competência prevista no item V do artigo em causa, a existência de detalhado estudo, realizados por uma Comissão encarregada pelo Presidente da República de elaborar projeto sobre a responsabilidade civil e criminal dos administradores de entidades ligadas ao sistema financeiro, que conclui pela necessidade de se retirar, do Banco Central do Brasil, a atividade de fiscalizar o sistema financeiro. Na verdade, toda a matéria disciplinada no artigo 5º pode, sem prejuízo, ser tratada em lei ordinária. A supressão do parágrafo 2º justifica-se porque a experiência internacional demonstra que cargos da superior administração de bancos centrais são exercidos por técnicos com profundo conhecimento econômico-financeiro. Grande parte das vezes esses profissionais são originários do sistema financeiro privado. Há países, inclusive, que estimulam as trocas de experiências entre funcionários do sistema financeiro privado e técnicos do Banco Central. Isto ocorre, mediante convênios, através de estágios numa e noutra instituição, com o objetivo de preparar os funcionários para o exercício de cargos de direção. Não teria sentido, portanto, incluir-se no texto constitucional a vedação da ocupação de cargos de administração superior do Banco Central a profissionais competentes, de reputação ilibada, profundos conhecedores do mercado financeiro nacional e internacional, só porque se encontram exercendo função de direção em instituição financeira privada. Até porque as autoridades da Administração Federal. Além do mais, caso este item seja incluído no texto constitucional, ficará enormemente limitado o universo para ocupação de cargos da superior administração do Banco Central. Já a supressão do parágrafo 3º justifica-se por várias razões. Entende-se que estaria havendo uma interferência descabida no direito do cidadão de exercer sua profissão, sob a presunção da desonestidade. Nos países onde existe esta norma, ela é burlada por diversos artifícios, como os contratos de assessoramento durante o período de carência. Em outros países, os diretores continuam sendo remunerados até o final do período de carência. Por outro lado, deve-se ressaltar a impropriedade de se atribuir, ao Banco Central do Brasil, organismo que se pretende seja independente do Poder Executivo, a natureza de "órgão autônomo", posto que estes, na realidade, são órgãos que, na escada das autonomias, estão em último lugar e nem mesmo têm personalidade jurídica própria. Como órgão autônomo o Banco Central não poderia emitir títulos de crédito de sua responsabilidade, como pretende o item I do artigo em foco.

Parecer:

O exame da Emenda do nobre Constituinte, e das razões que determinaram sua apresentação, adequam-se aos princípios que nortearam a elaboração do Substitutivo que submetemos à deliberação desta Comissão. Aprovação parcial.

EMENDA:00558 PREJUDICADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SÉRGIO WERNECK (PMDB/MG)

Texto:

Suprima-se o artigo 2o. e seus parágrafos do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

O disposto no caput do artigo em causa versa matéria objeto da Comissão encarregada de disciplinar a Ordem Econômica, e, por contrariar os artigos 13 e 15 do Regimentos Interno, deve ser suprimido.

Já o seu parágrafo 1º trata das chamadas “cartas patentes”. Muito se tem discutido ultimamente sobre a conveniência de manter ou não o atual sistema de cartas patentes para o funcionamento das instituições financeiras.

Essa discussão está relacionada com outro tema, a concentração do sistema bancário. Os sistemas bancários de todo o mundo, com a possível exceção dos Estados Unidos, apresentam índices elevados de concentração. O Brasil não é exceção a essa regra. Em grande parte, a tendência à concentração ocorreu no País na década de 1970, como resultado de um objetivo explícito de política do Governo, através de vários tipos de incentivos às fusões e incorporações das instituições financeiras.

Os objetivos do Governo, ao promover a concentração bancária, foram o aumento de eficiência, a segurança da poupança popular e a necessidade de um aumento na escala das operações bancárias de grande porte, paralela a um aumento na escala das empresas industriais e comerciais.

Se nos anos 70, a política do Governo foi no sentido da concentração, no período de 1965 a 1970, que se seguiu às leis no mercado de capitais e da reforma bancária, foi de diversificação. Recorde-se que, como consequência dessas duas leis, houve no País uma proliferação de instituições financeiras de todo tipo e tamanho, algumas de duvidosa idoneidade. Surgiram, assim, em grande número, bancos de investimentos, empresas de crédito e financiamento, sociedades e fundos de investimentos, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança, além de empresas corretoras e distribuidoras de títulos. A história econômica do País registra algumas falências escandalosas, que se seguiram à execução dessa política de multiplicação das instituições financeiras.

A eliminação pura e simples das cartas patentes, contudo, sem um critério seguro de seleção dos estabelecimentos de crédito, pode conduzir ao aparecimento de instituições inidôneas, com grave risco para segurança dos depósitos, das demais operações bancárias e, sobretudo, na economia popular.

Por outro lado, é saudável a competição no sistema financeiro, como elemento propulsor da eficácia de seus serviços e da redução da taxa de juros.

Entre um regime de plena liberdade, como preconiza o parágrafo 1º do artigo em causa, na abertura dos estabelecimentos de crédito, e um regime fechado, corporativo, que é o das cartas patentes, é conveniente delinear um modelo de organização do sistema, que ao mesmo tempo ofereça segurança e eficiência. Mas isso é uma tarefa que requer ampla discussão e que deve, a nosso ver, ser remetida à legislação ordinária.

Quanto ao § 2º entendemos mais conveniente submeter a um debate mais amplo, pelo próprio Congresso, com vistas à elaboração de lei ordinária. Na legislação vigente, apenas o art. 51, da Lei 4131/62 limita a participação estrangeira em instituições financeiras, dispondo que “aos bancos estrangeiros cujas matrizes tenham sede em praças em que a legislação imponha restrições ao funcionamento de bancos brasileiros, fica vedado adquirir mais de 30% das ações, com direito a voto, de bancos nacionais”. Em termos regulamentares, atualmente é vedada a participação estrangeira em bancos comerciais e limitada a até 50% do capital total e até 1/3 do capital votante a participação estrangeira nos bancos de investimento, financeiros, corretoras, distribuidoras, sociedades de arrendamento mercantil, e de crédito imobiliário.

Ademais, já é uma realidade a participação de instituições financeiras brasileiras nos mercados internacionais, principalmente o Banco do Brasil. A proibição de participação estrangeira em instituições financeiras no Brasil, alterando a norma hoje vigente, levará alguns países a adotar medidas de retaliação, com possível fechamento de agências de bancos brasileiros no exterior. Em muitos casos, a abertura de agências do Banco do Brasil no exterior foi autorizada no contexto de negociações bilaterais, Governo a Governo, que conduziram o governo brasileiro, em reciprocidade, a autorizar de igual número de agências de bancos desses países no território nacional.

O disposto no parágrafo 3º do artigo em exame, por sua vez, condiciona a abertura e funcionamento de instituições financeiras à aprovação prévia de autoridade municipal, que poderá também regulamentar horário, local e condições de funcionamento das mesmas.

O dispositivo, além de contrariar o parágrafo 1º do mesmo artigo, cuja supressão também propomos, choca-se com a competência prevista no artigo 1º, III, do Anteprojeto em estudo.

As razões que nos levam a submeter sua supressão à elevada consideração desta Comissão, contudo, são de ordem prática. Com efeito, as instituições financeiras brasileiras conseguiram implantar um sistema moderno e rápido de comunicação que a permanecer o dispositivo, não poderia operar. Há que se pensar que o sistema de compensação dos bancos brasileiros é dos mais rápidos do mundo e depende, para existir, de certa uniformidade no horário de funcionamento das instituições.

Estes os motivos que informam a presente emenda supressiva.

Parecer:

A Carta Magna deve conter princípios sobre a participação do capital estrangeiro. Entendemos, porém, que na área do sistema financeiro, a lei deve regular as condições, limites, restrições, etc., de ingresso de capital estrangeiro - como aliás, observa-se na maioria dos países.

Nessa matéria, todavia, somos favoráveis a princípios que resguardecem os interesses nacionais, os acordos internacionais e os critérios de reciprocidade.

Nesse sentido consideramos prejudicada a Emenda.

EMENDA:00564 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB/SP)

Texto:

Dê-se ao artigo 4o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro a seguinte redação:

"Art. 4o. - Compete exclusivamente ao Congresso Nacional acompanhar e fiscalizar a atividade do Governo e da Administração em matéria de política monetária, financeira e cambial.

Art. 5o. - Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União, especialmente:

I - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

II - normas gerais de direito financeiro;

III - captação e segurança de poupança popular;

IV - limites para emissão de moeda e para o montante da dívida mobiliária federal;

V - limites e condições para as operações de crédito externo e interno da União e de suas autarquias;

VI - limites e condições para a concessão de garantia do Tesouro Nacional em operações de crédito externo e interno;

Art. 6o. - Compete privativamente ao Senado Federal:

I - estabelecer, na forma prevista em lei complementar, limites para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - estabelecer limites condições para as operações de crédito externo, bem assim para as de crédito interno dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e respectivas autarquias, empresas públicas e sociedades sob controle acionário direto ou indireto dessas unidades, ouvido o Poder Executivo Federal;

III - aprovar a escolha do Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil, e deliberar sobre a sua exoneração.

Justificativa:

O inciso VI e os parágrafos do Artigo 4º atribuem, ao Congresso Nacional, poderes para determinar a sustação de decisões do Poder Executivo nas áreas das políticas monetárias, creditícias e cambial e pronto, para tanto, a criação da Comissão Mista Permanente, cujas atribuições são detalhadas nos parágrafos 1º, 2º e 3º.

Ressalte-se desde logo a impropriedade de se tratar, no texto constitucional, matéria atinente ao disciplinamento da forma como se organizará o Congresso Nacional, para cumprir sua missão constitucional.

A criação de comissões especializadas no trato das questões afetas à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional é matéria a ser regulada nos Regimentos de cada uma das Casas ou no Regimento Comum, conforme o caso.

A Constituinte que estamos a redigir e que se pretende seja duradoura, não pode descer a tais detalhes.

Deve a Constituição no entender da maioria dos especialistas traçar as regras gerais e as normas que informarão a ação do Congresso, do Presidente, do Governo, da Administração dos Tribunais e dos Juízes, na condição dos negócios públicos.

Isto posto, e examinado o artigo em foco quanto ao mérito, entendemos que a tarefa de traçar políticas bem como as atividades de fiscalização, seja em regimes presidencialistas, seja em regimes parlamentarista, incumbem ao Governo ao âmbito do Poder Executivo.

Aos representantes do povo, divididos em partidos em partidos, incumbe definir a composição majoritária que deverá conduzir a política do governo.

É questão pacífica, mormente no parlamentarismo, deverem os Agentes do Governo e da Administração prestar contas de seus atos ao Congresso.

A condição política do Estado na época atual não pode, a nosso ver, ficar paralisada à espera de decisão do Congresso. No Estado Social contemporâneo, a maioria parlamentar faz o Governo, acompanha sua atuação e, caso retire sua sustentação, derruba-o, e o substitui por outro.

Esta Subcomissão, no período que antecedeu a apresentação do Anteprojeto em exame, ouviu representantes dos mais diversos segmentos da sociedade e – se houver uma questão que obteve unanimidade – foi a da absoluta necessidade de serem traçadas regras claras e estáveis para o sistema financeiro nacional.

A adoção de medida proposta, a nosso ver, implicaria em se institucionalizar a paralisia no Governo e a insegurança no setor privado.

Ademais, a estrutura funcional de um governo, fiel à célebre proposição de Montesquieu e hodiernamente consagrada em todos os países democráticos presume a tripartição de suas funções em executiva, legislativa e judiciária.

No Brasil, desde a Constituição do Império, de 25 de março de 1824, a independência e harmonia dos Poderes é princípio consagrado.

No tocante aos seus parágrafos, cria-se, como dito, pelos poderes que são atribuídos à Comissão Mista Permanente do Sistema Financeiro – sustação temporária ou definitiva e fiscalização dos atos e dos órgãos financeiros do Poder Executivo ou a ele ligados – sistemática que, a um só tempo, invade área específica.

a) Poder Executivo – porque os atos inerentes às políticas monetária, de crédito e cambial são, em verdade, decisões relativas à gestão da coisa pública, cujos excessos ou ilegalidades podem ser escoimados mediante ação popular ou mandatos de segurança, por exemplo. A avaliação política desses atos e os seus limites não de ser feitos por ocasião do desenvolvimento do processo legislativo concernente à lei que os autorizar, e não no momento de sua execução;

b) Poder Judiciário – a quem ontologicamente é atribuído o controle da legalidade, porque tal controle seria em intrínseco ao ato da Comissão que determinasse a sustação do ato ou deliberação do Executivo. Por outro lado, ainda que se admitisse sofismática a adoção dessa premissa presente estaria, a todo instante, o conflito com o Poder Judiciário, vez que nessa hipótese, o ato da Comissão estaria sujeito, como dito, ao controle da legalidade;

c) Poder Legislativo – posto que estaria reduzindo as atribuições do próprio Tribunal de Contas da União, que é o órgão do Congresso Nacional encarregado o controle externo das despesas realizadas pelo Executivo (órgãos e entidades), podendo, inclusive, determinar a sustação do ato que reputar ilegal.

O endividamento do setor público deve ser encarado como necessário ao custeio de programas de interesse público autorizados pelo Congresso Nacional. Assim, parece-nos mais importante que se submeta ao debate público o exame da conveniência e oportunidade de realização dos grandes projetos.

De todo modo, sugerimos a ampliação dos controles do Congresso entre o endividamento público, permitindo-lhe criar condicionamentos à efetivação das operações de crédito da União e de suas Autarquias, bem como da concessão de garantias.

Fiel ao espírito do anteprojeto elaborado pela Subcomissão, respeitando, porém, o sistema bicameral sob o qual é exercido o Poder Legislativo, desdobradas foram as matérias contidas anteriormente num só bloco, como de competência do Congresso Nacional. Assim, as matérias dependentes do exame das duas Casas do Legislativo permaneceram na competência do Congresso Nacional, ao passo que aquelas de interesse das Unidades Federativas foram transferidas para o Senado Federal.

Impende notar, nesse particular, que a redação ora proposta visa atender as reivindicações dessas Unidades Federadas, no que tange a obtenção de maior grau de autonomia financeira e administrativa, um dos princípios informadores dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Nesse sentido, em relação à dívida mobiliária dos Estados, Distrito Federal e Municípios, o Senado Federal se circunscreverá a estabelecer apenas os limites, deixando a própria unidade o estabelecimento dentro das regras de mercado do prazo de resgate, das taxas de juros e demais condições aplicáveis.

Evolução mais significativa apresenta-se na parte concernente às operações de crédito externo e interno por eles realizados, que prescindiriam do exame a cada caso pelo Senado Federal que, simplesmente, fixaria em norma geral, os limites de captação de cada ente federativo bem assim em condições gerais de contratação, ouvindo o Poder Executivo Federal, para conciliação do endividamento global do Setor Público. Destarte, o exame Legislativos e dos Tribunais ou Conselhos de Contas, respectivamente.

De outra parte, no que tange à aprovação da escolha do Presidente do Banco Central do Brasil, também buscou-se preservar a competência inerente a essa Casa do Congresso, a semelhança do que acontece no caso dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União e dos Chefes de missões diplomáticas de caráter permanente.

Parecer:

O exame da emenda e respectiva justificação, apresentadas pelo nobre Constituinte, levaram-nos a concluir que a alteração proposta contribui efetivamente para o aperfeiçoamento do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, tornando-o mais completo, preciso e consistente.

Verifica-se, portanto, que a Emenda se ajusta adequadamente aos princípios e diretrizes adotados para a estruturação do Substitutivo.

Pelo acolhimento.

EMENDA:00578 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

RAIMUNDO LIRA (PMDB/PB)

Texto:

Nos termos do Art. 18, do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, dê-se ao § 1o. do Art. 5o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, a seguinte redação:

Art. 5o.

"§ 1o. O presidente e Diretores do Banco Central do Brasil será indicados pelo Presidente da República, sendo nomeados após terem suas indicações aprovadas pelo Senado Federal, que também apreciará as destituições propostas pelo Presidente da República."

Justificativa:

O §1º do Art. 5º do Anteprojeto acima referido, estabelece que a Diretoria do Banco Central será indicada pelo Presidente da República e apreciada pelo Congresso Nacional. Estabelece também que aquela Diretoria terá mandato de 4 anos.

Entendemos que, em primeiro lugar, a matéria deveria figurar entre aquelas de competência privativa do Senado Federal. Tradicionalmente, desde 1946, cabe ao Senado, por voto secreto, deliberar sobre a escolha de Magistrados, dos Ministros do Tribunal de Contas, de Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente, etc. Em segundo lugar, não faz sentido a fixação de mandato para os ocupantes de cargos na Diretoria do Banco Central. A autoridade monetária será autônoma para o desempenho de suas funções clássicas, verificadas em qualquer país moderno. Esse fato, porém, não pode ser objeto de fixação de mandato. O importante é que, se o Senado Federal é ouvido para a nomeação, deve ser também ouvido para a destinação.

Em terceiro lugar, o Senado da República representa o equilíbrio da Federação, tendo três Senadores por cada Estado. Assim, cada unidade da Federação tem o mesmo peso na deliberação sobre a matéria, na Câmara Alta. Estas as razões da presente emenda.

Parecer:

O exame da emenda e respectiva justificativa, apresentadas pelo nobre Constituinte, levaram-nos a concluir que a alteração proposta contribui efetivamente para o aperfeiçoamento do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, tornando-o mais completo, preciso e consistente.

Verifica-se, portanto, que a Emenda se ajusta adequadamente aos princípios e diretrizes adotados para a estruturação do Substitutivo.

Pelo acolhimento.

EMENDA:00579 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

RAIMUNDO LIRA (PMDB/PB)

Texto:

I - Dê-se ao parágrafo 2o. do artigo 2o. do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro a seguinte redação:

Par. 2o. - A lei determinará condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições de que trata este artigo, tendo em vista, especialmente:

- I - os interesses nacionais;
- II - os acordos internacionais;
- III - critérios de reciprocidade.

II - Suprima-se o artigo 3o. do mesmo anteprojeto.

III - Dê-se ao artigo 15 do mesmo anteprojeto a seguinte redação:

"Art. 15 Até sejam fixadas as condições a que se refere o parágrafo 2o. do art. 2o., fica vedada a concessão de novas autorizações para

funcionamento ou abertura de agências de instituições financeiras com participação de capital estrangeiro."

Justificativa:

O dispositivo do anteprojeto tem o grande mérito de trazer à discussão assunto relevante.

Entretanto, a simples proibição da participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras não atende aos complexos aspectos do assunto.

Seria mais conveniente submeter a um debate mais amplo, pelo próprio Congresso, com vistas à elaboração de lei ordinária. Na legislação vigente, apenas o art. 51 da Lei 4131/62 limita a participação estrangeira em instituições financeiras, dispondo que "aos bancos estrangeiros cujas matrizes tenham sede em praças em que a legislação imponha restrições ao funcionamento de bancos brasileiros, fica vedado adquirir mais de 30% das ações, com direito a voto, de bancos nacionais". Em termos regulamentares, atualmente é vedada a participação estrangeira em bancos comerciais e limitada e até 50% do capital total e até 1/3 do capital votante a participação estrangeira nos bancos de investimento, financeiras, corretoras, distribuidoras, sociedades de arrendamento mercantil, e de crédito imobiliário.

Ademais, já é uma realidade a participação de instituições financeiras brasileiras nos mercados internacionais, principalmente o Banco do Brasil. A proibição de participação estrangeira em instituições financeiras no Brasil, alterando a norma hoje vigente, levará alguns países a adotar medidas de retaliação, com possível fechamento de agências de bancos brasileiros no exterior. Em muitos casos, a abertura de agências do Banco do Brasil no exterior foi autorizada no contexto de negociações bilaterais, Governo a Governo, que conduziram o governo brasileiro, em reciprocidade, a autorizar a abertura de igual número de agências de bancos desses países no território nacional.

Aliás, é comum a ideia de que esta medida não acarretaria retaliações porquanto as agências brasileiras no exterior captam, preponderantemente, no mercado interbancário, e não diretamente junto ao público.

Ora, trata-se de grave erro. A captação no mercado interbancário também é feita sob a forma de depósitos, e esta forma de atuar é característica de cada mercado externo, sendo muitas vezes vantajosas atuar desta forma (por ser menos onerosa) do que captar depósitos populares.

Estas as razões que informa a presente emenda substitutiva que submetemos à consideração desta Comissão

Parecer:

O ilustre Constituinte contempla de forma apropriada os princípios que devem reger a vida nacional, em matéria de organização e funcionamento do sistema financeiro nacional. Remete à legislação ordinária os assuntos pertinentes à decisão da sociedade no momento que lhe aprouver, registrando, porém, os princípios básicos e duradouros.

A concessão de autorizações para abertura de instituições financeiras deve ser, também em nosso entendimento, inegociável e intransferível pela própria natureza dos serviços dela decorrentes.

A lei deve dispor sobre os limites e condições de acesso do capital estrangeiro na economia do país. Todavia a Carta Magna deve conter os princípios duradouros, dentro dos quais o legislador ordinário deliberará.

Assim, opinamos pelo acolhimento da Emenda.

Acolhida.

EMENDA:00613 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

MEIRA FILHO (PMDB/DF)

Texto:

Acrescente-se alínea "a" ao inciso III do art. 30. do anteprojeto da Subcomissão V-C

III

a) Deverá, anualmente, ser encaminhado ao Congresso Nacional, relatório minucioso da aplicação dos recursos externos de que trata o presente inciso.

Justificativa:

A inclusão de tal dispositivo visa dotar a sociedade, através de seus representantes no Congresso Nacional, de mecanismos capazes de controlar efetivamente a captação de recursos externos sua destinação e sua correta aplicação para que a Nação possa saber o quanto deve e porque deve.

Parecer:

O artigo 30. a que se refere a Emenda do ilustre Constituinte não contém incisos de qualquer forma, a alínea proposta está dentro dos princípios que orientam a elaboração do substitutivo desta Comissão, porquanto compete ao Congresso Nacional, a nosso ver, legislar sobre matéria primeira, cambial e monetária.

Para exercer a fiscalização dos atos do Executivo, o relatório proposto é indispensável.

Assim, opinamos pelo não acolhimento da Emenda por tratar de matéria de lei ordinária.
Não acolhida.

EMENDA:00633 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SÉRGIO WERNECK (PMDB/MG)

Texto:

Dê-se ao artigo 5o. e seus parágrafos, do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, a seguinte redação:

"Art. 5o. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central do Brasil, observados os critérios e limites estabelecidos em lei.

§ 1o. A lei disporá sobre a organização, funcionamento e demais atribuições do Banco Central do Brasil.

§ 2o. É vedado ao Banco Central do Brasil conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira. Os empréstimos concedidos a instituições financeiras ficarão adstritos à execução da liquidez bancária.

§ 3o. O Banco Central do Brasil poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, no mercado, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

§ 4o. O presidente e os diretores do Banco Central do Brasil terão mandato de quatro anos, serão indicados pelo Presidente da República e nomeados após aprovação do Senado Federal. Sua exoneração pelo Presidente da República será efetivada após a aprovação do Senado Federal."

Justificativa:

A nova redação proposta ao artigo 5º do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro objetiva aprimorar o dispositivo e suprimir seus §§ 2º e 3º, por considera-los injustificáveis.

Na redação proposta, parte-se da premissa de que não convém discriminar as atribuições do Banco Central na Constituição.

A não ser a competência de emitir moeda, que se quer exclusiva do Banco Central, todas as demais atribuições devem ser reservadas à lei ordinária. Com isso, evita-se a rigidez da estrutura do Banco e se permite seu constante aprimoramento, haja vista a competência para fiscalizar as instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas em lei. Sem dúvida essas atribuições não dizem respeito especificamente à atividade monetária. Embora o Banco possa continuar a exercê-las, no momento em que se pensar em aprimorar o sistema financeiro, essas competências poderão, perfeitamente, ser atribuídas a outra entidade, de forma mais apropriada.

Os §§ 2º e 3º da Emenda proposta vedam ao Banco Central a possibilidade de conceder empréstimos ao Tesouro Nacional ou a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira. Permite, entretanto, que o Banco compre e venda títulos da União, no mercado, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros. No Anteprojeto, essa matéria é regulada pelo artigo 6º, que, porém, na amplitude do texto, chega ao extremo de impedir o Banco Central de regular o meio circulante, função que é primordial para instituição dessa natureza.

Afinal, o § 4º faz depender do Presidente da República e do Senado Federal a nomeação e exoneração dos Diretores do Banco Central, seguindo orientação semelhante à adotada pelo Anteprojeto.

Essas, a razão da Emenda ora proposta.

Parecer:

A apreciação da Emenda do nobre Constituinte levou-nos à conclusão de que ela pode ser aceita parcialmente, porquanto trata de aspectos que contribuem efetivamente para o aprimoramento do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, tornando-o mais ajustado e consistente.

Em consequência, estamos modificando o dispositivo a que ela se reporta, de modo a fazê-lo incorporar a parte

da Emenda que o aperfeiçoa.
Pela acolhimento parcial.

EMENDA:00634 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

I - Dê-se ao artigo 2o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, da Assembleia Nacional Constituinte a seguinte redação:

"Art. 2o. A lei federal disporá sobre a autorização para o funcionamento das instituições bancárias e financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização.

§ 1o. A autorização para a constituição das empresas a que se refere este artigo poderá ser concedida a qualquer pessoa idônea, mediante comprovação de capacidade econômica compatível com o empreendimento, resguardados, quanto às empresas estrangeiras, os interesses nacionais e observados critérios de reciprocidade.

§ 2o A autorização para o funcionamento das autorizações a que se refere este artigo será intransferível."

II - Suprime-se seu artigo 13.

Justificativa:

Muito se tem discutido ultimamente sobre a conveniência de manter ou não o atual sistema de cartas patentes para o funcionamento das instituições financeiras.

Essa discussão está relacionada com outro tema, a concentração do sistema bancário. Os sistemas bancários de todo o mundo, com a possível exceção dos Estados Unidos, apresentam índices elevados de concentração. O Brasil não é exceção a essa regra. Em grande parte, a tendência à concentração ocorreu no País na década de 1970, como resultado de um objetivo explícito da política do Governo, através de vários tipos de incentivos às fusões e incorporações das instituições financeiras.

Os objetivos do Governo, ao promover a concentração bancária, foram o aumento da eficiência, a segurança da poupança popular e a necessidade de um aumento na escala das operações bancárias de grande porte, paralela a um aumento na escala das empresas industriais e comerciais.

Se, nos anos 70, a política do Governo foi no sentido da concentração, no período de 1965 a 1970, que se seguiu às leis do mercado de capitais e da reforma bancária, foi de diversificação. Recorde-se que, como consequência dessas duas leis, houve no País uma proliferação de instituições financeiras de todo tipo e tamanho, algumas de duvidosa idoneidade. Surgiram, assim, em grande número, bancos de investimentos, empresas de crédito e financiamento, sociedades e fundos de investimento, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança, além de empresas corretoras e distribuidoras de títulos. A história econômica do País registra algumas falências escandalosas, que se seguiram à execução dessa política de multiplicação das instituições financeiras.

Ora, a eliminação pura e simples das cartas patentes, sem um critério seguro de seleção dos estabelecimentos de crédito, pode conduzir ao aparecimento de instituições inidôneas, com grave risco para a segurança dos depósitos, das demais operações bancárias e, sobretudo, da economia popular.

Por outro lado, é saudável a competição no sistema financeiro, como elemento propulsor da eficiência de seus serviços e da redução da taxa de juros.

Entre um regime de plena liberdade, na abertura dos estabelecimentos de crédito, e um regime fechado, corporativo, que é o das cartas patentes, é conveniente delinear um modelo de organização do sistema, que ao mesmo tempo ofereça segurança e eficiência. Mas isso é uma tarefa que requer ampla discussão e que deve, a nosso ver, ser remetida à legislação ordinária.

Por isso, a emenda proposta é no sentido de que a lei federal disporá sobre a autorização para o funcionamento dos bancos de depósito e dos demais estabelecimentos de crédito, câmbio e intermediação financeira, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização. Mas a autorização concedida, para que não tenha valor de mercado – o aspecto julgado pernicioso na atual sistemática – deve ser intransferível.

Em consequência deve ser suprimido o art. 13, que contém disposição transitória sobre o assunto.

O parágrafo 2º do artigo 2º do Anteprojeto elaborado pelo ilustre Relator da Subcomissão do Sistema Financeiro estabelece em 12% anuais o teto máximo da taxa de juros reais.

Não há dúvidas que o nível de juros cobrados atualmente por empresas do sistema financeiro no Brasil é elevado. A remuneração de capital financeiro a níveis que excedam, por vezes, 50% a.a., é absolutamente incompreensível e, evidentemente, interfere no crescimento saudável do setor produtivo da economia, impossibilitando a programação de investimento de médio e longo prazos.

Esta subcomissão ouviu, no período que antecedeu a elaboração e apresentação do anteprojeto em discussão, economistas das mais distintas correntes de pensamento, além de elementos representativos dos mais diferentes setores da sociedade, direta ou indiretamente interessados na questão da disciplina constitucional do sistema financeiro. Todos foram unânimes em expressar sua preocupação quanto aos juros atualmente praticados e em condená-los, por nocivos ao desenvolvimento saudável do sistema. Pronunciaram-se todos no sentido de ser imprescindível atacar, na sua origem, os males que afligem a economia brasileira. Expressiva maioria dos aqui ouvidos, no entanto, entende que a questão não poderia ser resolvida por tabelamento constitucional.

Com efeito, os entrevistados identificam, no descontrole orçamentário e na atuação do Governo, as origens de nossos custos financeiros.

A propósito, os economistas André Lara Rezende e Carlos Geraldo Langoni, ilustres representantes de duas escolas econômicas por vezes antagônicas, em palestra proferida perante esta Subcomissão a 23.4.87, identificam na indisciplina orçamentária e na falta de clareza das normas relativas à estrutura e competência das autoridades monetárias, as causas básicas da inflação, que se reflete diretamente nos níveis de juros. Dizem eles, contudo, que seria ilusório achar que o problema poderia ser resolvido no texto constitucional ou mesmo através de lei ordinária, posto que é mera distorção do sistema financeiro, comum em ambiente inflacionário. No mesmo sentido e na mesma ocasião, pronunciou-se o Professor Décio Munhoz que, além das causas apontadas pelos dois primeiros conferencistas, identifica na concentração de nosso sistema financeiro, uma das causas dos altos custos do mercado.

A questão orçamentária, o disciplinamento do Banco Central e da sua atuação como autoridade monetária e o estabelecimento de regras que simplifiquem o ingresso de instituições no mercado, tudo isso são questões a serem contempladas por esta Constituição que estamos a redigir e que pretendemos duradoura.

A forma como aqui as tratarmos significará o saneamento de nossa economia e o retorno da inflação a níveis aceitáveis para a sociedade, ou a permanência dos problemas que hoje nos afligem.

Não nos parece, contudo, justamente por estarmos redigindo um texto que, esperamos, guiará o Estado Brasileiro por muitos anos, que devamos fixar normas para atender a problemas conjunturais.

Com efeito, se, como pretendemos, as condições de endividamento do Executivo forem traçadas pelo Congresso, as origens do processo inflacionário que vivemos serão atacadas e o sistema financeiro nacional poderá, afinal, de forma eficiente, cumprir o seu papel de intermediar recursos para investimentos de longo prazo.

Essas as razões que informam a presente Emenda supressiva que submetemos à deliberação desta Subcomissão.

Quanto ao § 3º entendemos mais conveniente submeter a um debate mais amplo, pelo próprio Congresso, com vista à elaboração de lei ordinária. Na legislação vigente, apenas o art. 51 da Lei 4131/62 limita a participação estrangeira em instituições financeiras, dispondo que “aos bancos estrangeiros cujas matrizes detenham sede em praças em que a legislação imponha restrições ao funcionamento de bancos brasileiros, fica vedado adquirir mais de 30% das ações, com direito a voto, de bancos nacionais”. Em termos regulamentares, atualmente é vedada a participação estrangeira nos bancos de investimento, financeiras, corretoras, distribuidoras, sociedades de arrendamento mercantil, e de crédito imobiliário.

Ademais, já é uma realidade a participação de instituições financeiras brasileiras nos mercados internacionais, principalmente o Banco do Brasil. A proibição de participação estrangeira em instituições financeiras no Brasil, alterando a norma hoje vigente, levará alguns países a adotar medidas de retaliação, com possível fechamento de agências de bancos brasileiros no exterior. Em muitos casos, a abertura de agências do Banco do Brasil no exterior foi autorizada no contexto de negociações bilaterais, Governo, que conduziam o governo brasileiro, em reciprocidade, a autorizar a abertura de igual número de agências de bancos desses países no território nacional.

Por essas mesmas razões, suprimiu-se o § 4º, considerando-se ainda, que as medias retaliatórias poderiam acarretar perda de depósitos de bancos brasileiros no exterior, extinguindo-se importante fonte de financiamento para o nosso comércio exterior.

Parecer:

A Emenda do nobre Constituinte remete à lei ordinária as matérias relativas à autorização para o funcionamento das instituições bancárias, financeiras e de seguro. Entende que a concessão poderá ser feita a qualquer pessoa idônea, nos termos da lei. Impõe a condição de reciprocidade ao ingresso de capital estrangeiro no setor financeiro e dispõe que a autorização será intransferível.

Como o autor da proposição, entendemos que a Constituição deve estabelecer esses princípios duradouros sobre a matéria, porquanto a Carta Magna não pode ficar sujeita a modificações no médio prazo, que decorrem, da evolução social e econômica.

Portanto, somos pelo acolhimento da Emenda.

ACOLHIDA.

EMENDA:00639 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

I - Dê-se ao artigo 5o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, da Assembleia Nacional Constituinte, a seguinte redação:

"Artigo 5o. - Compete ao Banco Central do Brasil a execução da Política Monetária e da Política cambial, a administração do meio circulante, a fiscalização e o controle do Sistema Financeiro Nacional, o registro e o controle dos capitais estrangeiros e a administração das reservas oficiais em divisas, ouro e em outros bens, haveres ou direitos com liquidez internacional.

Parágrafo único. O balanço do Banco Central do Brasil abrangerá todas as receitas e despesas decorrentes de sua atuação e o seu resultado terá o seguinte tratamento:

I - Se devedor, será transferido como despesa do próprio órgãos para o exercício seguinte;

II - Se credor, transferido ao Tesouro Nacional como receita orçamentária, deduzido de parcela incorporada ao Patrimônio do órgão na forma definida em lei.

II - Acrescente o artigo seguinte:

"Art. - Compete ao Senado Federal aprovar a escolha do Presidente do banco Central do Brasil, que terá mandato por prazo igual, mas não coincidente ao do Presidente da República, dentre brasileiros natos de ilibada reputação e notável saber em assuntos econômico-financeiros, bem assim deliberar sobre sua destinação, por proposta do Presidente da República".

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Os elevados propósitos que inspiram a Emenda ao Anteprojeto adequam-se aos princípios e diretrizes adotados na elaboração do Substitutivo e foram por este acolhidos
Aprovada parcialmente.

EMENDA:00658 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

Suprima-se os parágrafos 2o. e 3o. do art. 5o. do Anteprojeto V-c.

Justificativa:

Entendemos injustificável a restrição contida nos parágrafos 2º e 3º do art. 5º, por constituir embaraço à saudável interação da administração pública com a comunidade financeira nacional.

Parecer:

A apreciação da Emenda leva-nos à conclusão de que os elevados propósitos que a informam adequam-se aos princípios que nortearam a estruturação do Substitutivo.
Aprovada parcialmente.

EMENDA:00661 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

Dê-se ao parágrafo 1o. do art. 5o. do Anteprojeto V-c a seguinte redação:

"§ 1o. seu presidente e diretoria serão indicados pelo Presidente da República, sendo nomeados para mandato de quatro anos de modo que a diretoria seja renovada em um terço (1/3) de seus membros, após ter suas indicações aprovadas pelo Congresso Nacional, que poderá também votar suas destituições ou apreciar expediente do Presidente da república nesse sentido".

Justificativa:

O objetivo da presente emenda é estabelecer a renovação parcial da composição da diretoria do Banco Central, em um terço (1/3) de seus membros, por prazo de mandato de quatro (4) anos.

A medida pretende conferir estabilidade ao alto comando do órgão, evitando-se bruscas mudanças em sua cúpula, aos quais poderiam causar desarranjos administrativos ou mesmo a paralisia temporária do processo decisório, com graves prejuízos para a economia nacional.

Parecer:

O exame de emenda e respectiva justificação, não obstante os nobres propósitos do Autor, levaram-nos a concluir por sua inadequação aos princípios e diretrizes que norteiam a elaboração do Substitutivo. Pela rejeição.

EMENDA:00668 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

Suprima-se o art. 2o. e parágrafo do Anteprojeto V-c.

Justificativa:

Os assuntos objeto do art. 2º devem ser relacionados quando da formulação da lei ordinária pertinente à temática financeira.

Parecer:

As instituições financeiras e o Sistema Financeiro Nacional constituem matéria de extrema relevância na vida de qualquer país. Assim, a supressão pura e simplesmente do Artigo 2o. e seus parágrafos não resolveria a questão. Entendemos que a lei ordinária deverá tratar da organização do sistema, de suas instituições, das condições e limites de funcionamento, etc. Nesse sentido consideramos prejudicada a Emenda do ilustre Constituinte. Prejudicada.

EMENDA:00669 PREJUDICADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

Suprima-se o art. 3o. do Anteprojeto V-c.

Justificativa:

A matéria pertinente ao art. 3º não constitui questão de interesse constitucional, mas tão-somente de legislação ordinária.

Parecer:

A supressão do art. 3o. parece-nos adequada. Todavia, entendemos que a Constituição deve estabelecer os princípios sob os quais a legislação ordinária tratará da matéria, especialmente quanto aos interesses nacionais, critérios de reciprocidade e acordos internacionais. Nesse sentido consideramos prejudicada a Emenda.

EMENDA:00690 PREJUDICADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

AFIF DOMINGOS (PL/SP)

Texto:

Suprima-se o § 2o. do art. 2o.

Justificativa:

A presença de capital estrangeiro nas entidades bancárias, financeiras e de seguro tem sido, na história brasileira e universal, de relevante interesse e importância, na medida em que propicia a internacionalização da economia, o desenvolvimento dos países, a eliminação de dependência das nações em desenvolvimento perante aquelas mais desenvolvidas pela criação de mecanismos de freios e contra freios que levam a uma desejada interdependência transnacional, sobre permitir a equalização de técnicas, processos e instrumentos dos mais modernos na viabilização das relações econômicas internas e externas, especialmente o instituto da reciprocidade.

Parecer:

A Carta Magna deve conter princípios sobre a participação do capital estrangeiro. Entendemos, porém, que na área do sistema financeiro a lei deve regular as condições, limites, restrições, etc., de ingresso de capital estrangeiro - como aliás, observa-se na maioria dos países.

Nessa matéria, todavia, somos favoráveis a princípios que resguardem os interesses nacionais, os acordos internacionais e os critérios de reciprocidade.

Nesse sentido consideramos prejudicada a Emenda.

EMENDA:00771 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JESSÉ FREIRE (PFL/RN)

Texto:

Os parágrafos 3o. e 4o. do artigo 2o. passam a ter a seguinte redação:

"§ 3o. - Os bancos de depósito de investimento, as companhias e corretoras de seguro e demais instituições financeiras somente poderão ter participação acionária de pessoas físicas ou jurídicas estrangeira desde que a legislação do país de origem do controlador, pessoa física ou jurídica, admita reciprocidade de tratamento."

"§ 4o. - Os bancos e outras instituições estrangeiras, autorizadas a funcionar no País, somente poderão receber depósitos ou outra forma de captação de recursos no mercado, desde que os bancos ou outras instituições financeiras brasileiras, tenham reciprocidade de tratamento no país estrangeiro, onde se situe o controle dessas entidades.

Justificativa:

A redação do anteprojeto consagra a ideia de que o Brasil é uma autarquia isolada do resto do mundo, autossuficiente em si mesmo.

Parece-me saudável o estabelecimento de restrições a ações de bancos e entidades financeiras no País.

Todavia, o realismo impõe uma medida nesse controle que é a reciprocidade de tratamento.

Com efeito, o Brasil moderno está aberto à exportação e ao intercâmbio com o exterior.

Para garantia do financiamento no exterior do Banco do Brasil, apoiando nessas exportações, não se pode vedar totalmente a ação das instituições financeiras no Brasil.

Daí, a necessidade de temperamento das restrições, da sorte a amoldá-los aos superiores interesses do Brasil, razão pela qual se propõe a adoção do princípio de reciprocidade, na área do funcionamento de bancos e entidades financeiras estrangeiras no Brasil.

Parecer:

A reciprocidade e os acordos internacionais são critérios que, respeitados os interesses do país, devem ser observados quando da definição, em lei, das condições de acesso do capital estrangeiro em nossa economia. A Emenda do ilustre Constituinte enquadra-se perfeitamente nas diretrizes expostas. Assim, somos favoráveis ao acolhimento da proposição.

Acolhida.

EMENDA:00774 PREJUDICADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

PAES LANDIM (PFL/PI)

Texto:

Art. "Ficam suprimidos os parágrafos terceiro e quarto do artigo 2o., do anteprojeto da subcomissão do sistema financeiro".

Justificativa:

A redação dos dois parágrafos (3º e 4º do art. 2º) que se deseja suprimir correspondem a um nacionalismo xenófobo, que atenta contra os interesses vitais do Brasil no comércio exterior.

Com efeito, o Brasil de hoje apresenta um quadro, onde a avocação exportadora é marcante.

Para tanto, é necessário o apoio decisivo do banco brasileiro no exterior.

É ingênuo pensar-se que, adotada uma orientação constitucional draconiana vedativa à participação de bancos estrangeiros no País, possam ter os nossos bancos liberdade de ação no exterior.

Nessas condições, impõe-se realismo no sentido de possibilitar a existência de bancos estrangeiros no País, de sorte que igual liberdade tenham os bancos brasileiros no exterior.

Parecer:

O Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro não contém § 4o. em seu artigo 2o., todavia, a supressão do § 2o. é pertinente, também, em nosso entendimento.

Deve-se ressaltar, porém, que na maioria dos países há restrições, limites e condições para o ingresso de capital estrangeiro, sobretudo na área financeira. Nesse sentido entendemos que a Constituição deve estabelecer os princípios básicos sobre a matéria, entre os quais, os acordos internacionais, a reciprocidade e, obviamente, a preservação dos interesses nacionais.

Nesse sentido consideramos prejudicada a emenda.

Prejudicada.

EMENDA:00781 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

CUNHA BUENO (PDS/SP)

Texto:

Suprimam-se os §§ 2o. e 3o. do artigo 5o. do anteprojeto do Relator da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

O § 2º do artigo 5º do Anteprojeto do Relator da Subcomissão do Sistema Financeiro veda a eleição para a Diretoria ao Banco Central do Brasil de quem tiver exercido, nos quatro anos anteriores, funções de direção no sistema financeiro privado.

O § 3º proíbe a quem tenha pertencido à Diretoria do Banco Central do Brasil exercer, até quatro anos após, cargo em entidade financeira privada.

Os dispositivos implicam em tornar privilégio dos funcionários do sistema financeiro oficial e eleição para cargos de direção do Banco Central do Brasil.

A atividade bancária exige especialização que, além do aprendizado teórico, requer a experiência obtida no seu exercício.

Se a lei impede que sejam indicados para o Banco Central aqueles que fizeram parte de estabelecimentos financeiros privados, a escolha ficará restrita àqueles que fizeram sua formação profissional em estabelecimentos oficiais.

O § 3º obsta àqueles que pertenceram a Diretoria do Brasil Central trabalhar em estabelecimentos privados do ramo financeiro, e que equivale a condená-los ao desemprego ou à necessidade de mudarem de ofício. O propósito dos §§ 2º e 3º é o de evitar a influência de interesses privados junto àqueles que exerçam cargos diretivos no Banco Central.

O risco de aliciamento de dirigentes de órgãos oficiais não é particularmente maior em se tratando de pessoas que exercem ou venham a exercer cargos na órbita privada, ainda que do mesmo ramo.

Parecer:

O exame de Emenda apresentada pelo ilustre Constituinte, bem assim dos elevados propósitos que a informam, levam-nos a concluir por sua adequação aos princípios e diretrizes adotados para elaboração do Substitutivo.

Aprovada parcialmente.

EMENDA:00796 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

Texto:

Substitua-se a redação do § 1o. do art. 2o. do anteprojeto constitucional da Subcomissão do Sistema Financeiro pela seguinte:

§ 1o. O exercício das atividades atribuídas ao sistema financeiro nacional, incluindo a intermediação financeira, bancos de depósitos, seguros, capitalização, crédito, câmbio e assemelhadas, aqui definidas como serviço público essencial, é privativo de empresas públicas ou sociedade de economia mista instituídas e sob controle acionário da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios ou dos Municípios.

Justificativa:

Não se pode negar que o Estado perdeu o controle deveria exercer, estritamente, sobre o sistema financeiro. Sua maior instituição no sistema, o Banco do Brasil, teve sua participação substancialmente reduzida, com o que perdeu, de pronto, o poder moderador da taxa de juros, entre outros poderes exercidos em nome do poder público e no interesse nacional.

A rede bancária privada transformou-se, já gora, num Estado dentro do Estado, gozando de privilégios que lhes permitem viver fora do alcance de qualquer lei ou ação governamental e, inclusive, comportando-se frequentemente em contradição com os objetivos da política econômica do Governo, através da autonomia que gradativamente vem assumindo a política monetária executada pelo Banco Central.

A medida permitirá a estatização do sistema financeiro e dos bancos no país, criando condições para que o Poder Público direcione a poupança nacional para o investimento produtivo e ponha fim à especulação financeira e à usura. A Medida semelhante já foi adotada por inúmeros países do mundo capitalista, como a França, o México e o Peru. Compreenderam essas nações ser imperativo extinguir o lucro financeiro de caráter parasitário que contribui para encarar a produção nacional, diminuir-lhe a competitividade do mercado internacional e aumentar a inflação.

Parecer:

A economia brasileira conviveu ao longo deste século com um sistema financeiro misto. A partir dos anos 50 a participação do Estado no mercado de capitais e financeiro cresceu substancialmente, com a criação do Sistema BNDES, bancos estaduais de desenvolvimento, etc.

Entendemos que a participação do estado no sistema financeiro Nacional deve ser preponderante, sem prejuízo, porém, do sistema misto que conhecemos e que tem lugar nas economias avançadas.

Assim, somos pelo não acolhimento da Emenda proposta.

Não acolhida.

EMENDA:00799 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

Texto:

Suprimir a expressão "autônomo" do "caput" do art. 5o. do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro e alterar a redação do § 1o. que passa a ter a seguinte redação:

§ 1o. O Presidente do Banco Central do Brasil será nomeado pelo Chefe do Governo, após ter uma indicação aprovada pelo Congresso Nacional, que poderá também votar sua destituição ou apreciar expediente do Chefe do Governo nesse sentido.

Justificativa:

Entendemos que a propalada autonomia do Banco Central facilitaria situações de desencontro entre este órgão e o comando da política econômica do Governo. Considerar o Banco Central autônomo significa fazer com que a execução da política monetária seja também autônoma em relação ao conjunto da política econômica. Assim, seriam retirados do Governo e do Ministro da Fazenda os poderes para utilizar os instrumentos de política monetária segundo os objetivos fixados na política econômica. Portanto, seria impedir o Governo de levar a cabo a política econômica em toda sua plenitude.

Na mesma linha de raciocínio, entendemos que a diretoria do Banco Central não deve ser eleita para um mandato de 4 anos. Propomos que somente o Presidente do Banco tenha sua indicação nomeada pelo Chefe do Governo: Isto implica em manter a demissibilidade "ad nutum preservando a autoridade do Chefe do Governo também sobre a política monetária, sem o que é impossível exercer o comando da política econômica. Quando aos demais diretores, por se tratar de funcionários executórios, não faz sentido dar a esta nomeação o caráter político que deve ter as decisões do Congresso Nacional.

Parecer:

A apreciação da Emenda do nobre Constituinte levou-nos à conclusão de que ela pode ser aceita parcialmente, porquanto trata de aspectos que contribuem efetivamente para o aprimoramento do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, tornando-o mais ajustado e consistente.

Em consequência, estamos modificando o dispositivo a que ela se reporta, de modo a fazê-lo incorporar a parte da Emenda que o aperfeiçoa.

Pela acolhimento parcial.

EMENDA:00857 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUIZ GUSHIKEN (PT/SP)

Texto:

Emenda ao anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro

Inclua-se o seguinte parágrafo após o caput do artigo 2o., renumerando-se os demais:

§ - As instituições financeiras devem ter como objetivos:

- a) cumprir as metas do desenvolvimento econômico e social a elas aplicáveis;
- b) assegurar a formação, a captação e a proteção das poupanças, bem como a aplicação de meios necessários à expansão das forças produtivas;
- c) propiciar a diminuição das desigualdades regionais e setoriais da economia brasileira;
- d) assegurar a maior eficiência do sistema de pagamentos e democratização do crédito;
- e) garantir o acesso ao crédito aos pequenos e médios tomadores em condições adequadas e a custos compatíveis;
- f) evitar a usura, as práticas especulativas e a formação de cartéis.

Justificativa:

O artigo 2º do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro trata de forma muito genérica a função social das instituições financeiras, ao afirmar que as mesmas "devem subordinar-se aos interesses da coletividade".

Creemos que uma subordinação mais detalhada na função social do crédito no texto constitucional seja uma necessidade, no sentido de se evitar que a especulação financeira, tal como existe hoje, seja a principal função do Sistema Financeiro.

Parecer:

Entendemos que o sistema financeiro nacional deva ser estruturado por lei e que contemple tanto os objetivos do desenvolvimento do país como os interesses da coletividade. No mérito, somos favoráveis à Emenda. Todavia trata-se de matéria pertinente à legislação ordinária, visto que os objetivos específicos de um segmento da economia são mutáveis mesmo a médio prazo. A Constituição deve estabelecer as regras duradouras sobre a organização e funcionamento de uma sociedade. Assim, opinamos pelo não acolhimento da Emenda do ilustre Constituinte. NÃO ACOLHIDA.

EMENDA:00859 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUIZ GUSHIKEN (PT/SP)

Texto:

Emenda ao anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro

Acresça-se o seguinte parágrafo 2o. ao artigo 5o., renumerando-se os demais:

§ 2o. - Um dos diretores indicados pelo Presidente da República deverá ser funcionário de carreira do Banco Central e eleito previamente pelo conjunto dos funcionários desta instituição, dentre os de competência técnica já comprovada no exercício de suas funções anteriores.

Justificativa:

Acreditamos que o controle da coisa pública pelo conjunto da sociedade deva ser dar em todos os níveis, principalmente por parte dos funcionários públicos.

Apesar de nossa cultura ser ainda muito carente deste zelo pelo que é de todos, sendo a consciência dos direitos da cidadania uma coisa bastante rara entre nós, verifica-se em vários setores da sociedade, principalmente entre os assalariados, uma preocupação crescente com a administração honesta da coisa pública.

Neste momento em que estamos elaborando uma nova Constituição e definindo o papel de órgãos tão importantes como o Banco Central, é necessário incluir um dispositivo que propicie aos funcionários deste órgão uma forma eficaz de participar das decisões.

A ausência de um controle mais ativo por parte da sociedade brasileira inclusive neste setor, tem levado à existência de uma "máfia de liquidações" que tem causado enormes prejuízos ao nosso País. Por outro lado, conforme exposto em audiência pública da Subcomissão do Sistema Financeiro pelo Dr. Hélio Bomtempo, economista do Banco Central – os técnicos deste órgão têm oportunidade de, através de mecanismos apropriados, detectar previamente os desvios e irregularidades constados no sistema financeiro. É fato, porém, que as soluções adotadas para os diversos casos, dependem muito mais de decisões políticas alheias ao corpo do Banco Central, tendo em vista a própria capacidade do poder econômico de inibir a ação fiscalizadora deste órgão.

Em vista disso é que estamos propondo a inclusão no texto constitucional de um dispositivo onde se prevê a eleição de um dos diretores do Banco Central pelos funcionários, partindo dos seguintes princípios:

- 1) os funcionários do Banco Central são devidamente qualificados para o exercício de suas funções, tendo se submetido a concurso público – a forma mais democrática e justa do governo recrutar seus funcionários;
- 2) assim sendo, conclui-se que são pessoas conscientes de sua própria cidadania, sendo, portanto, potencialmente capazes de defender a coisa pública;
- 3) elegendo entre si um dos diretores do Banco Central, os técnicos passem a ter um canal de comunicação direto com a direção do Banco;
- 4) este diretor eleito, sendo representativo do corpo de funcionários, poderá ter um comportamento mais corajoso e ousado no exercício de suas funções, na defesa da coisa pública.

Parecer:

Não obstante a importância da Emenda oferecida pelo nobre Constituinte, entendemos deve ela ser objeto de norma infraconstitucional, porquanto versa sobre matéria que, por sua natureza e características, pode vir a passar por frequentes modificações, em decorrência da própria evolução econômica-social do País, à qual os fatos específicos relativos ao Sistema Financeiro se acham intimamente ligados.

Tais considerações se justificam, ainda, pelo fato de que a Constituição, como lei fundamental do País, deve

vigorar por longo tempo, com o mínimo de alterações, através de diferentes conjunturas econômicas e sociais. Agiu acertadamente a Subcomissão do Sistema Financeiro, ao deixar de incluir em seu Anteprojeto norma específica, própria de legislação infraconstitucional. Pela rejeição.

EMENDA:00918 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ROBERTO CAMPOS (PDS/MT)

Texto:

Suprima-se o item VII do art. 5o. do

Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Justificativa:

As cooperativas de crédito são instituições subordinadas ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo-BNCC, portanto, a criação e extinção das mesmas não são da competência do Banco Central.

Parecer:

O exame da emenda e respectiva justificação, apresentadas pelo nobre Constituinte, levaram-nos a concluir que a alteração proposta contribui efetivamente para o aperfeiçoamento do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, tornando-o mais completo, preciso e consistente.

Verifica-se, portanto, que a Emenda se ajusta adequadamente aos princípios e diretrizes adotados para a estruturação do Substitutivo.

Pelo acolhimento.

EMENDA:00929 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

EDISON LOBÃO (PFL/MA)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao item I do art.

5o. do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, acrescido de dois parágrafos:

Art. 5o. -

I - Emitir moeda e títulos de créditos de sua responsabilidade, para execução da política monetária, nas condições abaixo estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1o. - Compete ao Conselho Monetário Nacional, Órgão de cúpula do Sistema Financeiro Nacional, autorizar o Banco Central do Brasil a emitir, anualmente, até o limite de 10% (dez por cento) do total dos meios de pagamento, existentes a 31 de dezembro do ano anterior, para atender às exigências das atividades produtivas e da circulação da riqueza do País.

§ 2o. - Constituir-se-á, crime de responsabilidade da Presidência do Banco Central, as emissões que excederem aquele limite, sem a prévia autorização do Poder Legislativo, salvo quando os mesmos se destinarem à cobertura da contrapartida, em cruzados, de superávits no saldo do balanço de pagamentos.

Justificativa:

É do consenso geral que a política monetária constitui, no contexto da política econômica global do Governo, um dos mais poderosos instrumentos tanto para o combate à inflação quando para a sustentação do crescimento da atividade econômica. Como política monetária se estende, a política que utiliza o Banco Central de manter sob controle o ritmo de expansão da oferta e moeda.

Em linhas gerais, a política monetária ideal seria aquela que se mostrasse suficientemente expansiva, para que o setor privado não fosse abalado por crises de liquidez. Mas, suficientemente contida, para que a expansão dos meios de pagamento não se transformasse num foco autônomo de pressão inflacionária.

Em uma política monetária que vise a desaceleração da inflação, o crescimento dos meios de pagamento deve ficar abaixo da taxa de aumento dos preços composta com a da expansão do produto real, ou se já, uma compressão da liquidez real. Com isto, procura-se evitar que a política monetária sancione passivamente as altas de preços passadas, transformando-a num determinante ativo de menor inflação futura.

Parecer:

Não obstante a importância da Emenda oferecida pelo nobre Constituinte, entendemos deve ela ser objeto de norma infraconstitucional, porquanto versa sobre matéria que, por sua natureza e características, pode vir a passar por frequentes modificações, em decorrência da própria evolução econômica-social do País, à qual os fatos específicos relativos ao Sistema Financeiro se acham intimamente ligados.

Tais considerações se justificam, ainda, pelo fato de que a Constituição, como lei fundamental do País, deve vigorar por longo tempo, com o mínimo de alterações, através de diferentes conjunturas econômicas e sociais. Agiu acertadamente a Subcomissão do Sistema Financeiro, ao deixar de incluir em seu Anteprojeto norma específica, própria de legislação infraconstitucional.

Pela rejeição.

EMENDA:01154 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOSÉ LUIZ MAIA (PDS/PI)

Texto:

Altera dispositivo do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Dê-se ao inciso V do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro a seguinte redação:

Art. 5o.

I -

II -

III -

IV -

V - Disciplinar a criação e exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar-lhes as penalidades previstas em lei.

Justificativa:

O disciplinamento, pelo Banco Central, de atos constitutivos de instituições financeiras parece, em princípio, bem amis importante que o exercício puro e simples da fiscalização. O rigor na origem evitará, com certeza, a ocorrência falimentar que já se vem transformando em rotina, com prejuízos incalculáveis à União e à própria credibilidade do sistema.

É indispensável, antes de mais nada, que o Governo se revista de todas as cautelas ao examinar os pedidos de criação de instituições financeiras, com vista a assegurar a necessária estabilidade ao mercado e tranquilidade a sua clientela.

Parecer:

O exame da Emenda apresentada pelo ilustre Constituinte, e, principalmente as razões que a informam, levam-nos a concluir por sua adequação aos princípios que norteiam a elaboração do Substitutivo.

Parcialmente acolhida.

EMENDA:01156 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

MESSIAS GÓIS (PFL/SE)

Texto:

"Dispõe sobre instituição financeira estadual."

Acrescenta parágrafo ao art. 2o. do anteprojeto apresentado pela Subcomissão do Sistema Financeiro.

"Art. 2o. -

§ 4o. - Todo Estado que mantiver sob sua responsabilidade instituição financeira que vier a sofrer processo falimentar, fica impedido de criar similar pelo prazo de dez anos."

Justificativa:

O objetivo a que se propõe tal medida é o de dar maior responsabilidade ao Estado na gestão das instituições financeiras e consequentemente, desestimular a malversação dos recursos públicos e qualquer implicação com os problemas pós-eleitorais que eles causam.

Além disso, urge que as instituições financeiras estaduais se mantenham dentro dos objetivos para os quais foram criados, se preservem com instituição de apoio financeiro aos planos de Governo, no sentido de suporte à responsabilidade do Estado.

Parecer:

A Emenda do nobre Constituinte refere-se à legislação ordinária. Embora sejamos favoráveis ao mérito da proposição, entendemos que na Constituição devemos estabelecer os princípios duradouros que regerão o convívio social amplo.

Nesse sentido, a Lei deve tratar das regras de funcionamento do sistema financeiro, de suas instituições, das penalidades cabíveis em casos de crimes, falências, etc.

Portanto, opinamos pelo não acolhimento da Emenda.

Não acolhida.

EMENDA:01157 APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

MESSIAS GÓIS (PFL/SE)

Texto:

"Dispõe sobre intervenção da União em sistema financeiro"

Acrescenta parágrafo ao art. 2o. do anteprojeto apresentado pela Subcomissão do Sistema Financeiro.

Art. 2o. -

§ 4o. - A União não intervirá em nenhuma instituição financeira com recursos de sua caixa".

Justificativa:

A medida proposta tem por objetivo evitar que toda malversação de dinheiro acabe sendo saneada com recursos do Tesouro Nacional, recursos estes que devem ter aplicação muito mais nobre.

A prática do saneamento financeiro de instituições privadas ou estaduais está se tornando muito comum e é uma traição e violação ao princípio da economia livre de mercado, quando não uma premiação à prática da corrupção e a malversação inconsequente de recursos.

Parecer:

A emenda do ilustre Constituinte está contemplada nos princípios e normas do Substitutivo desta Comissão. Toda e qualquer despesa pública deverá ser centralizada no Tesouro Nacional e estará vedada qualquer alocação de recursos públicos não consignados no Orçamento. Este, por sua vez, será deliberado pelo Congresso Nacional.

Por outro lado, entendemos também que a União não pode se responsabilizar por depósitos ou aplicações em instituições financeiras, qualquer que seja o seu regime jurídico.

Portanto somos pelo acolhimento da emenda.

EMENDA:01162 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOSÉ LUIZ MAIA (PDS/PI)

Texto:

Dispõe sobre atribuição do Banco Central do Brasil.

Acrescenta um item ao art. 5o. do anteprojeto do Sistema Financeiro com numeração I e renumera

os demais.

"I - Formular a política monetária e financeira de acordo com os planos de curto e médio prazos.

Justificativa:

A desvinculação entre planos e política monetária e financeira, tão comuns na história do país, pode ser apontada como uma das mais sérias causas dos fracassos dos planos e respectivas políticas. É indispensável que a área monetária e financeira, como meio que é, seja subordinado aos planos para que estes possam conseguir seus objetivos. De outra forma não adianta seguir insistindo mais eficiente para a mobilização dos agentes, é obvio que não lograrão seus objetivos. Assim, parece ser incontestável, a presente emenda, que visa, estabelecer a responsabilidade, não somente pela execução da política monetária e financeira, mas também por sua formulação técnica de forma compatível com os planos.

Parecer:

Os elevados propósitos que informam a Emenda foram acolhidos em norma programática constante do Substitutivo por nós submetido à elevada consideração desta Comissão.
Aprovada parcialmente.

FASE G

EMENDA:00054 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERES NADER (PDT/RJ)

Texto:

EMENDA supressiva e substitutiva ao Substitutivo da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

Art. 62.....

§ 2o. - O Presidente e os diretores do Banco Central do Brasil terão o mandato de 4 (quatro) anos. Serão indicados, nomeados ou exonerados pelo Presidente da República, após aprovação do Congresso Nacional.

Justificativa:

O controle exercido pelo Congresso Nacional na indicação, nomeação e exoneração do Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil permitirá uma participação mais ampla do Poder Legislativo no aludido processo seletivo daqueles dirigentes.

Parecer:

O exame da Emenda do ilustre Constituinte e respectiva justificação, não obstante os propósitos do Autor, levam-nos a concluir por sua inadequação aos princípios e diretrizes que norteiam a elaboração do substitutivo. Entendemos que o Senado da República, por ter o mesmo número de representantes por Estados, é a Casa Legislativa adequada para deliberar sobre a matéria. Trata-se de uma questão de equilíbrio da Federação na representação. Assim, somos pelo não acolhimento da Emenda.

EMENDA:00114 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSWALDO ALMEIDA (PL/RJ)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

O caput do art. 62, Seção I do Substitutivo, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 62 - A lei regulará o sistema financeiro nacional de modo a que o capital tenha

sua função social e econômica adequada aos altos interesses do País, preservada a liberdade de iniciativa, e disporá, inclusive, sobre:"

Justificativa:

Entendemos que a nova redação deixará mais explícito os princípios de prevalectimento da verdadeira função social e econômica do capital, com abertura do bloqueio a instituições já operado no sistema financeiro do país.

Parecer:

A Emenda do ilustre Constituinte faz parte do texto do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro (art. 2o.).

Como justificamos no item IV.3 do Relatório, a redação do Substitutivo é mais específica, enquanto no Anteprojeto, as instituições financeiras subordinam-se, genericamente, a todos os princípios da ordem econômica definidos na Constituição.

Ademais, o artigo que propomos introduz alteração importante que é o estabelecimento da nova Lei do Sistema Financeiro Nacional.

Quando à autorização para abertura de instituições financeiras, apresentamos no referido item do Relatório a justificação para a alteração proposta. Em síntese, o Congresso Nacional disporá sobre a matéria através de Lei, mantendo-se inegociável e intransferível a autorização.

Somos pelo acolhimento parcial da Emenda.

EMENDA:00158 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ISRAEL PINHEIRO FILHO (PMDB/MG)

Texto:

Acrescente-se ao art. 62 do Substitutivo o seguinte item V:

"V - o incentivo à criação de cooperativa de crédito de âmbito regional".

Justificativa:

A sugestão visa encontrar uma forma de estimular a criação de cooperativas de crédito, ou melhor dizendo Bancos Regionais.

A discussão a respeito das vantagens e desvantagens de Bancos Nacionais ou Regionais não é transcendental.

O nosso objetivo é que a Cooperativa de Crédito se utilize dos mesmos mecanismos bancários tradicionais (captação, empréstimos etc...), mas que distribui o lucro entre os associados, isto é, os produtores.

Reduz substancialmente os custos operacionais, aplica melhor os recursos disponíveis, enfim transforma o Banco em um instrumento de desenvolvimento econômico em vez de "sanguessugas" gigantescos da nossa economia.

Parecer:

O conteúdo da Emenda não se adequa às diretrizes que norteiam a elaboração de nosso Substitutivo, posto que versa sobre matéria sujeita a variações, determinadas pela evolução da economia da nação.

O texto constitucional, que nós pretendemos seja duradouro, contém as regras que informarão a legislação infraconstitucional na reestruturação do sistema financeiro nacional, de forma a que seja, efetivamente, instrumento para promover o desenvolvimento equilibrado do País.

Pela rejeição.

EMENDA:00165 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ISMAEL WANDERLEY (PMDB/RN)

Texto:

EMENDA No.

Suprime o § 1o. do art. 62 do Substitutivo.

Justificativa:

No entendimento de que o Sistema Financeiro Nacional é de competência exclusiva do Estado, não há porque se prever a possibilidade de concessão de autorização para funcionamento à pessoa jurídica privada.

Parecer:

A maioria dos membros da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças expressa ponto de vista contrário ao nobre Constituinte. Assim, posto que foi vencedora na Subcomissão do Sistema Financeiro a

opinião de que o Sistema Financeiro Nacional compreende por instituições públicas e privadas, é necessário que a lei do Sistema Financeiro Nacional discipline, inclusive, a participação do capital estrangeiro no setor. Pelo não acolhimento.

EMENDA:00167 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ISMAEL WANDERLEY (PMDB/RN)

Texto:

EMENDA No.

Dá nova redação ao art. 61 do Substitutivo.

Art. 1o. - O Art. 61 do Substitutivo passa a ter a seguinte redação:

"Art. 61 - Compete ao Estado, em caráter exclusivo, o exercício das atividades de coleta, intermediação e aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros em moeda nacional ou estrangeira, e, outrossim, a custódia de valores de propriedade de terceiros."

Justificativa:

A Economia Brasileira ressent-se da carência de capital para sua movimentação. As Empresas Industriais, Comerciais e de serviços principalmente, necessitam de recursos financeiros tanto para investimentos fixos quanto para o giro de seus negócios, visto que o capitalismo brasileiro assentou a sua evolução no crédito (capital de terceiros) e não no capital próprio. Em função deste processo de desenvolvimento nacional, as instituições de intermediação financeira, passaram a ocupar espaços cada vez maiores no suprimento de recursos financeiros às Empresas, tendo, como consequência, o aumento dos seus poderes políticos e econômicos, muito acima do desejável para a harmonia e estabilidade socioeconômica da Nação.

Esta posição hegemônica do setor de intermediação financeira, frente às empresas produtivas, dificulta o estabelecimento e a execução de uma política de desenvolvimento de economia brasileira, por parte do Governo, no sentido de direcionar os recursos financeiros escassos, para setores produtivos e para áreas prioritárias, a um custo compatível com a situação conjuntural da economia, evitando a especulação e as "circundadas financeiras" que tantos prejuízos trazem à Nação.

A presente proposta visa a sanar esta problemática, através da prestação de serviços de intermediação financeiras pelo Estado, o que permitirá melhor balanceamento de forças dentro da economia, sem preponderância de setores, o que trará um desenvolvimento justo e harmônico da economia, além de permitir ao Governo o atendimento prioritário aos setores carentes e oprimidos.

A sugestão tem o escopo de, além das sações já expostas, estruturar e explorar, através do Estado, os estabelecimentos bancários comerciais e de investimento, sociedades de crédito de financiamento, sociedades de poupança e empréstimo e caixas econômicas.

Parecer:

A economia brasileira conviveu ao longo deste século com um sistema financeiro misto. A partir dos anos 50, a participação do Estado nesse setor cresceu substancialmente, com a criação do sistema BNDES, bancos de desenvolvimento estaduais regionais, etc.

Entendemos, portanto, que o sistema misto com participação majoritária do Estado deve permanecer no país, com fortalecimento das instituições já existentes.

A emenda do ilustre Constituinte fuge, ademais, à orientação adotada pelos membros da própria subcomissão na primeira fase dos trabalhos.

REJEITADA.

EMENDA:00169 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ISMAEL WANDERLEY (PMDB/RN)

Texto:

EMENDA No.

Suprime do art. 62 do Substitutivo, os itens I e II e suas alíneas.

Art. 1o. - Ficam suprimidos do art. 62 do Substitutivo os itens I e II e suas alíneas.

Justificativa:

Como entendemos que o Sistema Financeiro Nacional deve ser de competência exclusiva do Estado, motivo de Emenda apresentada ao Substitutivo, não há, pela lógica, como se manter os referidos itens e alíneas, pois que lhes pressupõem a possibilidade de entidades financeiras privadas operarem o sistema.

Parecer:

A maioria dos membros da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças expressa ponto de vista contrário ao nobre Constituinte. Assim, posto que foi vencedora na Subcomissão do Sistema Financeiro a opinião de que o Sistema Financeiro Nacional compreendido por instituições públicas e privadas, é necessário que a lei do Sistema Financeiro Nacional discipline, inclusive, a participação do capital estrangeiro no setor. Pelo não acolhimento.

EMENDA:00341 APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB/SP)

Texto:

a) Suprima-se no inciso III do art. 62 a expressão final "bem como sobre os impedimentos... na sua diretoria".

b) Inclua-se inciso IV, renumerando-se os demais:
IV - requisitos para designação de membros da diretoria e do Banco Central do Brasil, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

A lei deve ficar não apenas os impedimentos após exercício do cargo, incluindo, também requisitos prévios.

Parecer:

O exame da Emenda leva-nos a concluir que ela, efetivamente, contribui para aperfeiçoar o Substitutivo, tornando-o mais completo.
Pela aprovação.

EMENDA:00342 APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB/SP)

Texto:

No art. 62, § 1o., substitua-se a expressão "poderá ser" por "será".

Justificativa:

A redação dada no anteprojeto ao dispositivo emendado em nada altera a situação atual, que quase todos consideram inconveniente.

Parecer:

O exame da Emenda levou-nos a concluir que a alteração proposta pelo nobre Constituinte contribuiu, efetivamente, para o aperfeiçoamento do nosso Substitutivo, tornando-o mais completo, preciso e consistente. Adequando-se aos princípios e diretrizes adotados para a estrutura do Substitutivo, somos por seu acolhimento.

EMENDA:00368 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

DOMINGOS JUVENIL (PMDB/PA)

Texto:

Pretende incluir parágrafo único ao Artigo 61
§ Único - É vedada a transferência de

poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento.

Justificativa:

As desigualdades regionais têm sido particularmente agravadas pela transferência de poupanças líquidas de regiões menos desenvolvidas como o norte e o nordeste para fins especulativos nos mercados financeiros do centro-sul, através da rede bancária privada.

A proposta, sem prejuízo dos ganhos de capital, propiciaria até a valorização de poupança regional na forma de oferta maior de crédito à produção.

Parecer:

Não obstante a importância da Emenda oferecida pelo nobre Constituinte, entendemos deve ela ser objeto de norma infraconstitucional, porquanto versa sobre matéria que, por sua natureza e características, pode vir a passar por frequentes modificações, em decorrência da própria evolução econômica-social do País, à qual os fatos específicos relativos ao Sistema Financeiro se acham intimamente ligados.

Tais considerações se justificam, ainda, pelo fato de que a Constituição, como lei fundamental do País deve vigorar por longo tempo, com o mínimo de alterações, através de diferentes conjunturas econômicas e sociais. Pela rejeição.

EMENDA:00369 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

DOMINGOS JUVENIL (PMDB/PA)

Texto:

ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ARTIGO 62

§ 3o. Às instituições financeiras oficiais é assegurado o acesso a todos os instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

Conquanto sugam os agentes financeiros fiscais os grandes responsáveis pelo financiamento de atividade produtiva, não dispõem de acesso a todos os instrumentos de mercado e assim concorrem de modo desigual com as instituições privadas que ao contrário das Oficiais, dirigem a captação da poupança para fins especulativos, nos mercados financeiros do centro-sul.

Parecer:

O Anteprojeto que apresentamos não veda o acesso de instituições financeiras oficiais a nenhum segmento do mercado.

Entendemos que Lei do Sistema Financeiro Nacional disporá sobre a matéria, e no mérito, concordamos com a proposição.

Tratando-se, portanto, de tema do âmbito da legislação infraconstitucional, somos pelo não acolhimento da Emenda.

Pela rejeição.

EMENDA:00405 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

MAURO BENEVIDES (PMDB/CE)

Texto:

Inclui Parágrafo único ao Artigo 61

§ único - é vedada as transferências de Poupança de Regiões com indicadores econômico-sociais inferiores à média nacional para outras de maior desenvolvimento.

Justificativa:

Atualmente as agências bancárias, especialmente da rede privada, se constituem em verdadeiras bombas de sucção de recursos de regiões periféricas, como a Amazônia, para aplicação em áreas de maior concentração de renda com finalidades especulativas, agravando as dificuldades decorrentes do baixo nível de poupança endógena das regiões menos desenvolvidas e ampliando as desigualdades regionais.

Parecer:

Não obstante a importância da Emenda oferecida pelo nobre Constituinte, entendemos deve ela ser objeto de norma infraconstitucional, porquanto versa sobre matéria que, por sua natureza e características, pode vir a passar por frequentes modificações, em decorrência da própria evolução econômica-social do País, à qual os

fatos específicos relativos ao Sistema Financeiro se acham intimamente ligados.

Tais considerações se justificam, ainda, pelo fato de que a Constituição, como lei fundamental do País deve vigorar por longo tempo, com o mínimo de alterações, através de diferentes conjunturas econômicas e sociais. Pela rejeição.

EMENDA:00406 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

MAURO BENEVIDES (PMDB/CE)

Texto:

Acrescenta Parágrafo ao Artigo 62.

§ 3o. - Às instituições financeiras oficiais é assegurado o acesso a todos os instrumentos de mercado financeiro de que desfrutam suas congêneres do setor privado.

Justificativa:

Ao contrário de alguns Bancos provados que dispõem de acesso a todos instrumentos financeiros, o que permite uma atuação em forma de conglomerados, os Bancos oficiais, particularmente o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco da Amazônia, sempre tiveram obstaculizado o acesso a diversos instrumentos dos mercados monetário, de crédito e de capitais, o que os deixam em situação desfavorável em relação à disputa por oportunidade de negócios.

Parecer:

O Anteprojeto que apresentamos não veda o acesso de instituições financeiras oficiais a nenhum segmento do mercado.

Entendemos que Lei do Sistema Financeiro Nacional disporá sobre a matéria, e no mérito, concordamos com a proposição.

Tratando-se, portanto, de tema do âmbito da legislação infraconstitucional, somos pelo não acolhimento da Emenda.

Pela rejeição.

EMENDA:00413 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FIRMO DE CASTRO (PMDB/CE)

Texto:

Inclua-se no Substitutivo do Relator, onde couber, o seguinte dispositivo:

Art.....- As instituições oficiais de crédito da União terão suas funções compatibilizadas entre si, vedada a superposição de atividades, na forma da lei federal.

§.....- Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

Justificativa:

O atual Sistema Financeiro Nacional está estruturado por dispositivos da Lei nº 2.595, ficando o disciplinamento das atividades bancárias a cargo de várias entidades como a Presidência da República, Conselho Monetário Nacional, Ministério da Fazenda, Secretários, entre outras, mediante textos, atos administrativos e regulamentos diversos.

Como se pode observar, carece o Sistema de princípios e diretrizes gerais de grau superior, norteadores das definições secundárias relativas, por exemplo, a competência, atribuições, devedores e obrigações das suas entidades integrantes. Por isso, não raro vemos diante de decisões e medidas que causam perplexidade, erros e interpretações dúbias ou conflitantes entre órgãos do próprio Governo.

Há necessidade, pois, de um mínimo de disciplinamento constitucional a respeito. Deste modo, a presente sugestão, ao tempo em que fixa o princípio constitucional, remete para a legislação complementar o detalhamento de uma distribuição clara e racional de competência e atribuições entre as instituições financeiras

oficiais, não somente através da definição do verdadeiro papel do Banco Central, já encaminhada, mas também mediante a compatibilização das atividades dos outros órgãos estatais (BNDES, CAIXA ECONÔMICA, BANCO DO BRASIL, BNCC, BNB, BASA, ETC...), quase sempre concorrentes. Ademais, a proposta visa a garantir às instituições regionais de crédito da União o depósito exclusivo e o gerenciamento dos recursos de seus programas e projetos de caráter regional.

Parecer:

O artigo proposto é matéria de lei ordinária. Trata-se de norma com a qual concordamos e que, seguramente, estará contemplada na lei do sistema Financeiro Nacional referida no Art. 62 do Substitutivo.

O parágrafo proposto, a nosso ver, já está contemplado no § único do Artigo 66 também do Substitutivo.

Face ao exposto, somos pelo acolhimento parcial da Emenda do nobre Constituinte.

EMENDA:00449 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

HUMBERTO LUCENA (PMDB/PB)

Texto:

Inclua-se o item V ao art. 62 do Substitutivo:

"V - a obrigatoriedade das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, estatais e privadas, no tocante à atuação no mercado financeiro, à fixação da taxa de juros e à suspensão, por razões sociais, de ações executivas de mutuários inadimplentes."

Justificativa:

As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional constituem a fonte de energia decisiva para o funcionamento do Sistema econômico.

Operam no mercado sob um regime de estrita vigilância do Estado, levada a efeito pelo Banco Central, de forma a impedir a ruptura do clima de confiança que alicerça a acumulação financeira. Outrora, antes da crise de 1929 os bancos operavam num Sistema de maior liberdade de atuação, mas a moderna política econômica recomenda sua inteira subordinação às diretrizes da política monetária econômica recomenda sua inteira subordinação às diretrizes da política monetária econômica recomenda sua inteira subordinação às políticas monetárias do governo. Todas as instituições que operam no mercado financeiro são extremamente beneficiadas por créditos de liquidez e outras formas de apoio do Banco Central em volumes consideráveis. Isto porque operam num setor vulnerável da economia. Devem, portanto, cingir-se às normas de segurança econômica impostas pelo Banco Central de forma a salvaguardar o conjunto dos interesses econômicos de produtores e consumidores.

A Emenda sujeita, pois, por norma constitucional, as instituições financeiras ao Banco Central do Brasil, como medida de garantia do processo de desenvolvimento econômico e social.

Hoje, os bancos gozam de grande autonomia frente ao Banco Central, escudando-se, no direito privado, para descumprir importantes Resoluções daquela entidade e determinações governamentais de programação financeira e política monetária. Isto tem ocorrido na questão das dívidas dos agricultores e, mais recentemente, na questão da dívida das estatais.

A Emenda abre um novo campo de apoio para a ação regulatória do Estado sobre o Sistema Financeiro como instrumento indispensável à preservação da estabilidade econômica.

Parecer:

A constituição, como lei fundamental do País, deve vigorar por longo tempo, com o mínimo de alterações, através de diferentes conjunturas econômicas e sociais.

Não cabe fixar um limite máximo para taxa de juros na Constituição. Tal posição, nesse caso, é idêntica à do Ministro Celso Furtado, dos professores Carlos Lessa, Maria da Conceição Tavares, Walter Barelli e de tantos outros economistas.

A taxa de juros real depende de como se estrutura o sistema financeiro, da inflação, da política de mercado aberto, das expectativas, da taxa de juros e de inflação internacionais, da questão cambial, etc. É crucial para o País diminuí-la .

Mas isso não se resolve com fixação na Constituição.

Além disso, a taxa de juros real para um tomador é sempre diferente da taxa de juros para o outro tomador .

Por que pois a inflação de cada um é diferente da do outro.

Se alguém fabrica sapatos, sua taxa de juros real é a taxa de juros nominal que está pagando, deflacionada pelo aumento dos preços dos sapatos que produz.

Pode-se presumir a confusão que se criaria junto à Justiça, pois haveria dezenas de milhares de taxas de juros reais num certo momento, muitas abaixo de 12 por cento, outras acima .

Além disso, como controlar artifícios tais como exigência da reciprocidade, que os bancos fazem, para contornar

controles de juros. Por último, como ficariam os empréstimos com taxas de juros nominal pré-fixadas e se a inflação desce além do previsto e a taxa real sobe além de 12 por cento se devolveria o dinheiro e se a taxa de juros externo sobe brutalmente, como ficaria a fuga de capitais, num mundo tão interdependente como o de hoje.

Fixar ou não a taxa de juros na Constituição, não é questão de progressismo ou conservadorismo. Não é isso que está em jogo. A nosso ver é um problema de realismo versus irrealismo.

Agiu acertadamente a Subcomissão do Sistema Financeiro, ao deixar de incluir em seu Anteprojeto norma específica sobre fixação de taxas de juros reais.

Face ao exposto, opinamos pelo não acolhimento da emenda.

EMENDA:00458 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

DARCY DEITOS (PMDB/PR)

Texto:

Suprima-se

Do artigo 62 do item II, letras a, b e c

O Artigo 74 - itens I e II e seu parágrafo único.

Justificativa:

A presente emenda é para não se permitir que bancos estrangeiros operem no País na captação de depósitos, cujo elenco de argumentos foi apresentado na proposta constitucional e que haviam sido aceitas pelo ilustre relator da Subcomissão do Sistema Financeiro Deputado Fernando Gasparian e agora lamentavelmente vemos o relator da Comissão Temática Dep. José Serra, proceder a alteração do que havia sido aprovado por aquela subcomissão, sem uma justificativa convincente.

Parecer:

Nosso entendimento, contrariamente à afirmação de antes da Emenda, é no sentido de que a participação do capital no sistema financeiro nacional deve ser disciplinado a ser elaborado pelo Congresso Nacional tendo em vista os interesses nacionais, critérios de reciprocidade e os acordos internacionais.

Em nosso Substitutivo propomos que, enquanto não forem fixados, na Lei do Sistema Financeiro Nacional, os critérios que regularão a participação de capital estrangeiro no setor, fique vedado o ingresso do capital estrangeiro, seja sob a forma de elevação da sua participação em empresas nacionais, seja mediante a instalação de agências de empresas estrangeiras no país. Pelo não acolhimento.

EMENDA:00476 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ETEVALDO NOGUEIRA (PFL/CE)

Texto:

inclua-se onde couber no Capítulo III - Do Sistema Financeiro:

Art. A atividade bancária e financeira está vinculada ao desenvolvimento nacional e à justiça social.

Art. A formação de conglomerados financeiros não será estimulada, nem se permitirá a aquisição do controle acionário, fusão ou incorporação de Bancos instituições financeiros pelos conglomerados já existentes, a não ser na hipótese de que pessoas físicas ou jurídicas não demonstrem interesse pelo negócio e nos casos de iminente insolvência, quando tal medida se justificar como saneamento e preservação da confiança pública no Sistema Bancário e Financeiro.

Art. - Será permitida a criação de novos Bancos e outras instituições financeiras desde que atendam às exigências que a Lei Complementar estabelecerá.

Art. - Será permitida a constituição de Bancos e outras instituições financeiras, que

poderão ter suas atividades restritas a um dos seguintes níveis:

I - Regional;

II - Estadual; e

III - Municipal.

§ - O Banco ou instituição financeira de nível Regional poderá atuar em mais de um Estado, da mesma Grande Região ou não, desde que um deles exerça influência sobre a economia do outro ou, neles ocorram peculiaridades econômicas semelhantes.

§ - O Banco ou instituição financeira de nível estadual terá sua atuação restrita ao Estado em que se instalar.

§ - O Banco ou instituição financeira de nível municipal circunscreverá sua atividade ao município em que se estabelecer.

Art. - A União regulará o funcionamento dos Bancos e outras instituições financeiras nos níveis nacional e regional, cabendo aos Estados e Municípios regulamentá-la nos seus respectivos níveis, atendendo às peculiaridade locais.

Art. - Nos municípios onde se instalarem Bancos ou instituições financeiras de nível municipal não será permitida a instalação de agências de Bancos ou outras instituições financeiras de outros níveis.

Art. - Aos Bancos de nível nacional ou conglomerados financeiros não será permitida a participação, de qualquer modo, em qualquer Banco ou instituição financeira que venha a ser constituída nos níveis regional, estadual ou municipal.

Art. Para prevenir prejuízos que possam recair sobre os depositantes, a lei criará um seguro, cujo ônus caberá ao Banco ou instituição financeira.

Art. - Nenhum Banco ou outra instituições financeira será segurado por companhia coligada ou controlada ou, da qual, o Banco ou a instituição financeira ou seus acionistas detenham qualquer forma de participação.

Art. - Os Diretores de instituições bancárias e financeiras respondem civil e penalmente, pessoal e solidariamente, por todos os atos de gestão administrativa e financeira praticados no exercício de seus mandatos.

Justificativa:

Anteriormente a 1964, a atividade bancária ou financeira no Brasil, se distribuída por sociedade diversas, umas de maior porte, outras menores.

Havia a gradação salutar, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista político e institucional, entre tais estabelecimentos – os grandes, os médios e os pequenos.

Em qualquer economia cumpre proteger o médio e pequeno empresário, elementos fundamentais no regime democrático e primordiais ao desenvolvimento econômico e social. São as pequenas e médias empresas que consolidam a livre iniciativa e garantem a concorrência nos mercados, impedindo naturalmente a formação de monopólios e oligopólios de resultados insuportáveis para o usuário ou consumidor. As grandes empresas, no entanto, valendo-se do seu poderio econômico, podem estrangular aquelas iniciativas, cabendo aí, a intervenção do Estado para assegurar a sobrevivência da pequena e média empresa.

Não entendeu assim o sistema instalado em 1964. Favoreceu-se a incorporação e fusão dos pequenos e médios estabelecimentos pelos grandes, estimulou a hipertrofia desses conglomerados, atuantes hoje em áreas que fogem totalmente aos seus fins e objetivos seguros, previdência privada, assistência médica, turismo...

Mas o pior de tudo ocorre justamente na área financeira – a constante e insuportável elevação das taxas de juros cobradas nas operações que realizam asfixiando o produtor, o comerciante, o consumidor.

Trata-se do segmento de maior força do poder econômico e, por isso mesmo, sempre impõe sua vontade.

A legislação reguladora do sistema bancário e financeiro é feita para lhe beneficiar, vez que, dos quadros diretores dos complexos financeiros do país saem os dirigentes dos órgãos governamentais incumbidos de regulamentar e controlar a atividade bancária e financeira do país. Eles mesmos se regulamentam e se controlam.

O país atravessa agora uma grave crise econômica e, nela, os banqueiros têm uma parcela considerável de culpa, pela exorbitância dos juros cobrados nas operações creditícias.

Esta emenda objetiva, em primeiro lugar, colocar a atividade bancária e financeira a serviço do desenvolvimento nacional e da justiça social. Objetiva, também, restabelecer a concorrência e financeira, destruindo o oligopólio, retornando o funcionamento do mercado às suas próprias leis de economia.

Esta emenda permite ainda a instalação de médios e pequenos estabelecimentos bancários e financeiros, em áreas territoriais específicas de atuação beneficiando as comunidades locais, pois a sobrevivência de tais estabelecimentos dependerá, em última análise da colaboração que prestarem à comunidade e do apoio que delas receberem.

Parecer:

O conjunto de propostas formulado pelo ilustre Constituinte tem, no mérito, os princípios que norteiam os trabalhos deste Relator. Todavia, o artigo referente à atividade bancária já está contemplado, a nosso ver, no Artigo 1o. do Substitutivo. As matérias relativas a conglomerados, atuação regional ou local de bancos, a responsabilidade dos diretores de instituições financeiras, referidas nos demais artigos propostos, são do âmbito da legislação ordinária. Estamos certos de que serão objeto de deliberação quando da definição da Lei do Sistema Financeiro Nacional, proposta no Art. 62 do Substitutivo. Assim, somos pelo acolhimento parcial da Emenda.

EMENDA:00498 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se o § 1o. do art. 62 do Substitutivo.

Justificativa:

A redação do parágrafo amplia, por demais a autorização de funcionamento de Instituições Financeiras.

Parecer:

O conteúdo da Emenda, em confronto com o do Anteprojeto da subcomissão e das demais emendas atinentes ao mesmo assunto, não obstante os nobres propósitos do autor, não se harmoniza com a sistemática que orienta o sistema Financeiro proposto, nem coincide com o conjunto dos pontos de vista expressados pela maioria dos membros desta Comissão.

Pela rejeição.

EMENDA:00583 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOÃO MACHADO ROLLEMBERG (PFL/SE)

Texto:

Acrescente-se ao item II, do art. 62 a alínea d.

d) Os lucros remetidos ao exterior limitar-se-ão aos obtidos de aplicações de recursos externos.

Justificativa:

Os bancos estrangeiros ao se instalarem no Brasil, não trazem um "know how" ou uma tecnologia desconhecida entre nós. Trazem uma capital e captam depósitos substanciais em cruzados no mercado interno. Não nos parece justo que os lucros obtidos da captação de depósitos e poupanças internos, em cruzados, sejam convertidos em dólares e remetidos ao exterior.

Alguns bancos estrangeiros têm seus maiores lucros nas agências instaladas no Brasil em razão da alta lucratividade obtida pelo sistema bancário operante em nosso país, ultrapassando os parâmetros internacionais. Por outro lado, os lucros obtidos no exterior pelo Banco do Brasil, apontados como expressivos, o são na sua maioria, provenientes de recursos do Governo brasileiro e do Banco do Brasil disponíveis no exterior, na carteira de exportação. Tais lucros estão em níveis inferiores aos obtidos por outros bancos no mercado internacional. Embora no seu relatório, o Deputado José Serra tenha adotado a sistemática de transferir a lei ordinária,

matérias dessa natureza, consideramos pela sua importância incorporar-se ao texto do Art. 62, matéria tão relevante.

Parecer:

O conteúdo da Emenda não se harmoniza com o conjunto de pontos de vista expressos pelos membros da Comissão, não obstante os nobres propósitos do Autor.
Pela rejeição.

EMENDA:00584 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOÃO MACHADO ROLLEMBERG (PFL/SE)

Texto:

Referente relatório Comissão V.

Acrescente-se ao art. 62, o item V, com o seguinte teor:

"A fim de promover o desenvolvimento harmônico do País, os depósitos ou poupanças captadas pelas instituições financeiras em macro-regiões menos desenvolvidas, não poderão ser aplicados em macrorregiões mais desenvolvidas."

Justificativa:

Objetiva a presente emenda reduzir as desigualdades econômicas e sociais reinantes no país, impedindo uma prática adotada por diversos bancos de captarem recursos em macrorregiões menos desenvolvidas, aplicando-os em centros mais desenvolvidos do sul do país, o que constitui uma sangria dos poucos recursos e limitadas poupanças já existentes naquelas regiões.

O ilustre relator José Serra, na justificativa da supressão do Art. 12 do relatório da Subcomissão, reconhece o seu mérito e, de maneira pálida, afirma que o Artigo 61 do seu dispositivo, já alcança aquele objetivo. Na verdade, o Art. 61 apenas admite que, na lei a ser estruturada pelo Sistema Financeiro Nacional, promover-se-á o desenvolvimento equilibrado do país, sem uma determinação histórica e afirmativa.

Torna-se, portanto, imperioso dispor-se em mais um item do Art. 62, à semelhança dos seus anteriores, a limitação contida na presente emenda que irá beneficiar não só o Nordeste, mas o Norte, o Centro-Oeste e a Região Central do país.

Parecer:

Não obstante a importância da Emenda oferecida pelo nobre Constituinte, entendemos deve ela ser objeto de norma infraconstitucional, porquanto versa sobre matéria que, por sua natureza e características, pode vir a passar por frequentes modificações, em decorrência da própria evolução econômica-social do País, à qual os fatos específicos relativos ao Sistema Financeiro se acham intimamente ligados.

Tais considerações se justificam, ainda, pelo fato de que a Constituição, como lei fundamental do País deve vigorar por longo tempo, com o mínimo de alterações, através de diferentes conjunturas econômicas e sociais.
Pela rejeição.

EMENDA:00624 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO GASPARIAN (PMDB/SP)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 61 do anteprojeto da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças:

Art. 61 - O sistema financeiro nacional será estruturado em lei, disciplinando as atividades das instituições financeiras públicas e privadas de forma que exerçam função social, subordinando-se aos interesses da coletividade, segundo os princípios gerais da ordem econômica e social definidos nesta Constituição.

Justificativa:

A redação acima reproduz o espírito do artigo 2º aprovado pela Subcomissão, subordinando as atividades do sistema financeiro ao interesse social.

Parecer:

A Emenda elaborada pelo nobre Constituinte, embora reproduza em parte o previsto no artigo 62 do Substitutivo, não nos parece adequar-se ao espírito do dispositivo que pretende modificar, e que reflete pontos de vista expressos pela maioria dos membros da Comissão.

Com efeito, procuramos reproduzir, no artigo 61 de nosso Substitutivo, a preocupação com o desenvolvimento equilibrado do País e tornar expresso, em dispositivo constitucional, que o Sistema Financeiro deve contribuir para reduzir os desníveis regionais hoje existentes.

Pela Rejeição.

EMENDA:00625 APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO GASPARIAN (PMDB/SP)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso I do artigo 62 do anteprojeto da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização.

Justificativa:

Foi omitida a inclusão dos estabelecimentos de capitalização, que para seu funcionamento dependem de autorização do Poder Público.

Parecer:

A emenda proposta pelo nobre Constituinte aperfeiçoa o Substitutivo, preenchendo lacuna de que não nos havíamos apercebido.

Pelo acolhimento.

EMENDA:00626 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO GASPARIAN (PMDB/SP)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao item III do artigo 62 do anteprojeto da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças:

III - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil;

a) seu presidente e diretoria serão indicados pelo Presidente da República, sendo nomeados para mandato de quatro anos, após ter suas indicações aprovadas pelo Congresso Nacional, que poderá também votar suas destituições ou apreciar expediente do Presidente da República nesse sentido;

b) é vedada a eleição para a presidência e diretorias do Banco Central do Brasil a quem tiver exercido, nos últimos quatro anos anteriores à indicação, função de direção de qualquer entidade financeira privada;

c) é vedado a quem tiver ocupado a presidência ou diretorias do Banco Central do Brasil exercer cargo em órgão ou entidade financeira privada, durante os quatro anos seguintes ao seu desligamento daquele Banco.

Suprima-se o § 2o. do artigo 62 do anteprojeto da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

Justificativa:

A presente emenda objetiva assegurar a independência do Banco Central do Brasil, permitindo-lhe intensificar a fiscalização e controle das instituições financeiras.

O impedimento temporário ao exercício de atividades na administração de instituições financeiras privadas já ocorre nas nações mais desenvolvidas. Exemplo disso é o impedimento atribuído aos membros do “Federal Reserve” dos EUA.

Seus membros além de não poderem ocupar posição ou emprego em qualquer banco, tornam-se inelegíveis durante e após o término de seus mandatos. Isto no país mais democrático da atualidade e com um sistema financeiro moderno e uma economia que goza de grande estabilidade econômica.

Parecer:

Não obstante os altos propósitos que a informam, a Emenda do nobre Constituinte não nos parece adequar-se ao espírito que norteou a elaboração do nosso Substitutivo.

Efetivamente por considerarmos que o texto constitucional deve ser duradouro, posto que é a lei fundamental do País, procuramos atribuir, à lei que deverá reformular o sistema Financeiro Nacional e que será objeto de ampla e profunda discussão no Congresso Nacional, dispor a respeito dos impedimentos aplicáveis à Diretoria do Banco Central do Brasil.

Por outro lado, entendemos mais adequado submeter à aprovação prévia do Senado Federal a Diretoria do Banco Central do Brasil, que exerce tradicionalmente tais funções e que representa a Federação.

EMENDA:00633 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

HAROLDO LIMA (PC DO B/BA)

Texto:

Dê-se ao 62 do substitutivo a seguinte redação:

Art. 62 - São estatais as atividades dos bancos de depósito, das empresas financeiras, de seguros, de capitalização, de consórcios e outras atividades financeiras.

Justificativa:

A importância de que se reveste o setor, a sua influência nos níveis de produção, e a sua atual composição – altamente concentrada e monopolista – tornam imperativo e estatização do setor. Só a estatização poderá garantir uma fiel execução de uma política econômica, pelo controle efetivo da taxa de juros e do meio circulante.

Parecer:

O conteúdo da Emenda não se harmoniza com o conjunto de pontos de vista expressos pelos membros da Comissão, não obstante os nobres propósitos do Autor.

Pela rejeição.

EMENDA:00635 APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO GASPARIAN (PMDB/SP)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo 1o., item IV do artigo 62, da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças:

§ 1o. - A autorização a que se refere o item I será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle acionário da pessoa jurídica que comprove capacidade econômica e financeira compatíveis com o empreendimento de cuja diretoria tenha capacidade técnica e reputação ilibada, tudo na forma da lei.

Justificativa:

A presente proposição tem por objetivo manter a redação de sugestão do Senador José Richa, a qual nos parece superior à do relator. Tem por objetivo criar as condições para que seja exigido das instituições financeiras, públicas e privadas, o exercício de suas atividades em função dos interesses maiores da coletividade. Nesse contexto, é do interesse social acabar com o sistema cartorial de cartas patentes, que tem

impedido a expansão dos bancos de pequeno e médio portes e o surgimento de grupos menores em bases regionais. Possuir carta patente passou a ser ótimo negócio, sobretudo para aqueles responsáveis por negociatas, fraudes e descalabros financeiros que resultaram em intervenções por parte do Banco Central. É comum ver empresas financeiras sob intervenção saírem de uma posição altamente devedora para outra confortavelmente credora, graças as expressivas quantias obtidas na venda de cartas patentes que detinham. Configura-se assim, a transformação de uma concessão do Estado – e que, por isso, deveria ser inegociável – em instrumento de transferência, para a sociedade, de encargos de grupos insolventes.

Para maior clareza introduzimos a frase sobre transmissão de controle acionário, inclusive contemplando a sucessão “causa mortis”.

Parecer:

O exame da Emenda levou-nos a concluir que a alteração proposta pelo nobre Constituinte contribuiu, efetivamente, para o aperfeiçoamento do nosso Substitutivo, tornando-o mais completo, preciso e consistente. Adequando-se aos princípios e diretrizes adotados para a estrutura do Substitutivo, somos por seu acolhimento.

EMENDA:00636 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO GASPARIAN (PMDB/SP)

Texto:

Adite-se inciso V ao artigo 62 do anteprojeto da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

V - restrições ao funcionamento de bancos de depósitos cujo capital tenha participação de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, tenho em vista, especialmente, país a país, reciprocidade quantitativa no que tange a depósitos, dependências, condições de funcionamento, tipos de operações e área de atuação.

Justificativa:

Todos os países adotam maiores ou menores restrições a bancos de depósitos. Países que se desenvolverem adotaram restrições totais ao funcionamento de instituições financeiras estrangeiras. Exemplo marcante é o dos EUA, que somente após ter sua economia estabilizada e desenvolvida passou, com fortes restrições a dar permissão para o funcionamento de bancos estrangeiros; e casos especiais a bancos estrangeiros de depósito. O mesmo ocorre com o Japão, Suécia, Venezuela, Singapura, Taiwan, México, etc.

Parecer:

O conteúdo da Emenda, não obstante os nobres propósitos do Autor, desce a detalhes dificilmente admissíveis em texto que se pretende duradouro como é o caso da Constituição.

A nosso ver, estabelecidos, na Constituição os parâmetros que nortearão a legislação infraconstitucional sobre a matéria, nada obsta a que a lei do Sistema Financeiro Nacional, proposta no Substitutivo, adote os critérios propostos pelo ilustre Constituinte.

Pela rejeição.

EMENDA:00685 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ARNALDO PRIETO (PFL/RS)

Texto:

Proposta de Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão V - do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

Art. 62 - A Lei do Sistema Financeiro

Nacional disporá inclusive, sobre:

I - a autorização para funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro e previdências tendo em vista especialmente assegurar condições no mercado financeiro.

II -
 III -
 IV -

§ 1o. - Suprima-se

Justificativa:

Trata-se de gerar condições saudáveis de concorrência no mercado financeiro evitando a criação de número indiscriminado de instituições sem condições de viabilidade.

Parecer:

O exame da parte aditiva da Emenda do ilustre Constituinte, assim como os elevados propósitos que a informam, levam-nos a concluir por sua adequação aos princípios e diretrizes adotados para elaboração do substitutivo.

A parte supressiva torna-se desnecessária, pois a Lei determinará as condições para a autorização de abertura, que seguramente, não será indiscriminada.

Nesse sentido, somos pelo acolhimento parcial da Emenda.

EMENDA:00723 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se ao artigo 62, item IV, do anteprojeto do Relator, a seguinte redação:

"IV - A criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras e, na mesma proporção, com o produto da arrecadação do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativos a títulos ou valores imobiliários, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor."

Justificativa:

A criação de um fundo para garantir depósitos e aplicações de pequeno montante efetuados junto às instituições financeiras é, sem dúvida alguma, um grande passo dado pelo Estado no sentido de aprimorar o Sistema Financeiro Nacional. Entretanto, o volume de recursos exigido para garantir eficazmente os depósitos e aplicações efetuados perante o Sistema Financeiro impede que a manutenção do fundo seja realizada unicamente pelas instituições financeiras. Mantida a regra contida no Anteprojeto, o custo operacional dessas instituições seria substancialmente elevado elevando-se por via de consequência, os juros no mercado. Como todos sabemos, a instituição financeira nada mais faz do que intermediar as disponibilidades financeiras de uns em relação às necessidades financeiras de uns em relação às necessidades financeiras de outros, acrescentando, nessa operação, sua margem de lucro. Se o custo dessa intermediação for elevado substancialmente, não resta dúvida que os juros pagos pelos receptores desses recursos serão majorados. Por outro lado, o imposto sobre operações de crédito, desde sua instituição em 1965 pela Emenda Constitucional nº 18, nunca teve a finalidade de prover o Estado de recursos para atender às suas despesas. Inicialmente, sua única finalidade era a de constituir reserva monetária e assim regular a oferta de moeda no mercado. Posteriormente, seus recursos foram utilizados, também, para garantir a liquidez do Sistema Financeiro Nacional e os depósitos à vista efetuados nessas instituições.

Essas, as razões que justificam a Emenda que ora apresentamos aos ilustres Constituintes.

Parecer:

O conteúdo da Emenda não se harmoniza com o conjunto de pontos de vista expressos pelos membros da Comissão, não obstante os nobres propósitos do Autor. Pela rejeição.

EMENDA:00729 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

Acrescente-se ao artigo 62 do anteprojeto do Relator o seguinte § 3o.

"§ 3o. Nos casos de alienação de fundo de comércio de instituição financeira, não se aplicam as restrições previstas no § 1o.

Justificativa:

É elogiável, sob todos os pontos de vista, a proibição contida no Anteprojeto, relativamente à negociação indiscriminada das autorizações para funcionamento de instituições financeiras no País. Essa intransferibilidade, entretanto, não deve prevalecer quando a instituição financeira pretende alienar o estabelecimento e, consequentemente, seu fundo de comércio. Nesse caso, não é autorização concedida pelo Poder Público que se está alienado, mas a tradição do estabelecimento, sua clientela, suas instalações, a experiência de seu corpo funcional, seu potencial de ganhos. Impedir a transferência da autorização, nesses casos, implica impedir a alienação do estabelecimento, pois de nada adianta ao adquirente esse patrimônio, esse fundo de comércio, se ele não pode explorar a atividade.

Por essa razão submeto à consideração dos ilustres constituintes a Emenda ora proposta, que permite, em caso de alienação do fundo de comércio de instituição financeira, e só nesse caso, a transferência, junto como fundo de comércio da instituição, da autorização para funcionamento da empresa.

Parecer:

O exame da Emenda e respectiva justificação levam-nos a concluir que esta, efetivamente, tem aspectos que contribuem para o aprimoramento do nosso Substitutivo. Em consequência, estamos modificando o dispositivo a que ela se reporta, a fim de fazê-lo incorporar a parte da Emenda que o aperfeiçoa.

EMENDA:00748 APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SÉRGIO WERNECK (PMDB/MG)

Texto:

Dê-se ao § 1o. do art. 62 do Substitutivo do Relator a seguinte redação:

"§ 1o. - A autorização a que se refere o item I será inegociável e intransferível, salvo alienação do controle acionário da pessoa jurídica titular, e poderá ser concedida a qualquer pessoa jurídica idônea mediante comprovação de capacidade econômica compatível".

Justificativa:

Propõe-se a inclusão, no texto do parágrafo, da expressão "salvo alienação do controle acionário da pessoa jurídica titular", a fim de possibilitar a reorganização de instituições financeiras que eventualmente estiverem passando por dificuldades, mediante processos de fusão ou aquisição, o que, no passado, viabilizou soluções de mercado para problemas no setor.

Parecer:

O exame da emenda e respectiva justificação, apresentadas pelo nobre constituinte, levaram-nos a concluir que a alteração proposta contribui efetivamente para o aperfeiçoamento do anteprojeto da Comissão do Sistema Financeiro, tornando-o mais completo, preciso e consistente.

Verifica-se, portanto, que a Emenda se ajusta adequadamente aos princípios e diretrizes adotados para a estruturação do Substitutivo.

Pelo acolhimento.

EMENDA:00752 APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

Acrescente-se, ao artigo 62 do Substitutivo do Relator da Subcomissão do Sistema Tributário, orçamento e Finanças, o seguinte item, e suprima-se o seu art. 67.

"Operações de câmbio realizados pelos órgãos e pelas entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

Justificativa:

Não se justifica a restrição prevista no artigo 67 do Substitutivo do Nobre Relator, posto que grande parte das entidades do Setor Público desenvolve atividades econômicas voltados para o mercado externo, no âmbito do qual, depende de suporte do Sistema Financeiro Nacional.

Propomos, assim, que a matéria seja regulada na lei do Sistema Financeiro Nacional.

Parecer:

O exame da emenda e respectiva justificação apresentadas pelo nobre constituinte, levaram-nos a concluir que a alteração proposta contribui efetivamente para o aperfeiçoamento do anteprojeto da Comissão do Sistema Financeiro, tornando-o mais completo, preciso e consistente.

Verifica-se, portanto, que a Emenda se ajusta adequadamente aos princípios e diretrizes adotados para a estruturação do Substitutivo.

Pelo acolhimento.

EMENDA:00805 PREJUDICADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Acrescente-se ao Art. 61 do Substitutivo do Relator dessa Comissão:

a) no "caput":

"V - a manutenção de um Sistema Financeiro específico para apoiar os setores de habitação e desenvolvimento urbano, com prioridade para os programas destinados à população de baixa renda:"

b) aos parágrafos:

"§ 3o. Serão exclusividade do Sistema Financeiro, a que se refere o item V, a captação e a aplicação dos depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e da Caderneta de Poupança."

Justificativa:

São tantas as necessidades na área de habitação e do desenvolvimento urbano e tão importante maximizar os esforços no sentido de seu atendimento, ao longo do tempo e pelo futuro de um País que cresce e se urbaniza, que não se poderá prescindir de um Sistema Financeiro específico, com recursos cativos para propiciar-lhes condições de eficácia.

Parecer:

As preocupações que fundamentam a Emenda do nobre Constituinte foram a nosso ver, satisfeitas no artigo 61 do Substitutivo.

O dispositivo que a Emenda pretende introduzir no texto Constitucional, contudo, por versar matéria sujeita a alterações resultantes do próprio desenvolvimento socioeconômico do País, parece-nos receberia tratamento mais adequado em norma infraconstitucional.

FASES J e K

EMENDA:00003 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se o art. 290 do anteprojeto do Senhor Relator.

Justificativa:

Estabelece o art. 290 do anteprojeto do Senhor Relator da Comissão de Sistematização a irresponsabilidade da

União quanto aos depósitos e às aplicações nas instituições financeiras.

Tal preceituação entra em flagrante conflito com outras do anteprojeto, a saber: a do art. 80, § 2o. e a do art. 13, III, alínea ".

O conflito do art. 290 com o disposto no § 2o. do art. 80 está em que, fixando este último dispositivo a responsabilização dos agentes públicos pelos atos cometidos em nome do Estado, tanto implica em reconhecer a fixação, aí, no Anteprojeto, da responsabilidade do Poder Público, mormente quando, in casu, cabe-lhe a fiscalização do comportamento das instituições financeiras na execução da atividade autorizada. De outra parte e consoante o disposto no art. 13, III, a responsabilidade do Poder Público se torna mais evidente, ao e estabelecer esse preceito o direito de todos de obter do Estado a prestação tutelar e jurisdicional necessária à plena eficácia dos direitos garantidos em outras em outras partes do anteprojeto.

Brasília, em 28 de junho de 1987.

EMENDA:00005 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Aditiva

Ao anteprojeto do relator

Acrescente-se no item II do art. 336, após a expressões "o item anterior": "que somente será admitida em caráter complementar".

Justificativa:

A Emenda visa tão só compatibilizar o teto do art. 336 com a regra, ou melhor, com o princípio da complementariedade da atuação do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico, constante do art. 308 do mesmo Anteprojeto, originário do art. 4º da Comissão VI.

EMENDA:00633 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO NASSER (PMDB/PR)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se a palavra "não" do texto do art.

290 do anteprojeto da Comissão de Sistematização, que passa a ter redação como se segue:

Art. 290 - A União se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras.

Justificativa:

A União deve continuar responsável pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras. Deve-o, porque um de seus órgãos é o que concede a carta-patente para o funcionamento das instituições financeiras, o que, em outras palavras, quer dizer que a União, suficientemente informada sobre os antecedentes e a idoneidade moral e financeira, abre o crédito ao grupo contemplado com a carta patente. O grande público não dispõe de meios para aquilatar o grau de honestidade e competência de quem se encontra à testa de uma instituição financeira. O grande público deposita sua confiança no discernimento e no rigor de julgamento das autoridades competentes. Comparece, pois, aos guichês desta ou daquela instituição, para fazer depósito em dinheiro, ou qualquer outro tipo de operação financeira. Louvado nos critérios do Banco Central, não hesita em aplicar as suas economias. Nem sempre, contudo, esses grupos honram o próprio nome. Dão o "tiro" na praça, depois de uma série de sigilosas falcaturas. São de triste memória os episódios do grupo Halles, Delfin, Coroa-Brastel e agora, a corretora do Banespa, com muitos bilhões de cruzados escamoteados e perdidos. Os bilhões de cruzados nada mais representam do que a suada economia, de milhões de homens e mulheres, preocupados em formar um pé-de-meia para a velhice, ou para os tempos de crise e de doença. A aflição dos lesados é amenizada pela certeza de que, mais cedo ou mais tarde, hão de receber o dinheiro, graças à intervenção do Banco Central nos estabelecimentos que haviam sofrido o desfalque. Como o governo praticamente dera garantias aos depositantes, cumpre-lhe ressarcir-los dos prejuízos.

Como está o texto do artigo 290 no anteprojeto, a União se safará em caso de rombo, quando, aos olhos da opinião pública, a responsabilidade é toda sua, salvo se preferir descer à condição de parceria em um “conto do paco,” de proporções gigantescas. A União avalizou a instituição financeira, ao expedir-lhe a carta-patente. O avalista responde pelo débito do avalizado. Essa garantia precisa perdurar.

O que está faltando no Brasil é uma lei de extremo rigor para punir os crimes dos “colarinhos brancos”.

Assistimos a muitos escândalos financeiros na velha e na nova República. Mas, nenhum de seus protagonistas foi para a cadeia. Ao contrário, com os bens temporariamente indisponíveis, recuperam-nos devidamente saneados e altamente valorizados. Continuam sendo recebidos cordialmente na alta sociedade. Louva-se lhes, ainda por cima, o tino comercial e a argúcia com que se livraram dos problemas.

Tivemos, nos Estados Unidos, o problema recente de figura de destaque na Wall Street, que, por haver desfechado um golpe, em prejuízo do banco a que servia, foi processado, condenado, e é hóspede atual de uma penitenciária norte-americana. Fizéssemos o mesmo no Brasil, os “colarinhos-brancos”, percebendo que não mais gozariam de impunidade, passariam a ser honestos até por desonestidade.

Entende-se que o legislador tenha querido suavizar a precária situação financeira da União. Não se pode fazê-lo, porém, em detrimento do povo, que ficaria ainda mais descoberto e indefeso nas malhas da “gang” dos “colarinhos brancos”.

EMENDA:00676 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ULDURICO PINTO (PMDB/BA)

Texto:

Compatibilize-se o art. 336 do anteprojeto da Comissão de Sistematização:

"Art. ... As atividades e serviços de bancos e instituições financeiras passam a constituir monopólio estatal.

Parágrafo único. Lei complementar regulamentará o processo de estatização dos bancos e instituições financeiras privadas atualmente em funcionamento no país.

Justificativa:

Durante o período vigente do “modelo econômico” implantado pela ditadura militar e, mais recentemente, entre 1981 e 1985, observamos que o setor mais rentável da economia brasileira foram os bancos, com uma rentabilidade média de 34,6% na construção civil, 3,3% na agropecuária 12,6% na metalurgia.

Vale destacar, também, que os 10 bancos avaliados em 5 anos e meio lucravam 26,4% bilhões de dólares, isto é, um quarto da dívida externa brasileira.

O BRADESCO, no 1º semestre de 1985, aumentou o seu líquido em 524% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto o BAMERINDUS teve um crescimento de 2.120% naquele ano.

Ora, como pode ser que, um, país em crise, com hiperinflação e recessão acentuada, os bancos tenham e mantenham taxas de lucro não só elevadas, mas, ilícitas?

Assim, observamos que, criminosamente, os bancos privados atuam como agentes de concentração de capital, impedindo que esse mesmo capital reverta para outros setores da economia, contribuindo para o desenvolvimento destes setores.

Tal acumulação de capital, garantida pela manutenção de altas taxas de juros e da chamada “ciranda financeira”, se reflete na recessão e inflação que causam a paulatina pauperização do povo brasileiro.

Além disso, devemos salientar que a denominação política fundamenta-se, essencialmente, na denominação econômica. E são os grandes bancos, assessorados pelo Fundo Monetário Internacional (F.M.I.), que garantem a submissão do Terceiro Mundo ao capital financeiro internacional; e mais, são os próprios bancos “brasileiros” que, através de corrupção, exportam capitais para o exterior, contribuindo para a miséria e empobrecimento do povo brasileiro.

É através dos bancos estrangeiros e dos próprios bancos “nacionais” que atuam como testa-de-ferro de grupos capitalistas transnacionais que se garante a espoliação e a denominação do nosso povo.

Assim, somente através da intervenção estatal, por intermédio do mecanismo do monopólio, será possível sanear este setor econômico, extinguindo a corrupção e pondo fim na exportação de capitais e contribuindo para a correta canalização e distribuição dos recursos nacionais entre os diversos setores da economia brasileira, garantindo o seu desenvolvimento equilibrado e democrático.

EMENDA:01035 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

Dispõe o Art. 336:

"A Lei do Sistema Financeiro Nacional disporá, inclusive sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização;

Retirar, Suprimir:

II - condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, tendo em vista, especialmente:

- a) os interesses nacionais;
- b) os acordos internacionais;
- c) critério de reciprocidade."

Justificativa:

1º - A matéria do inciso II que se propõe suprimir está contida no inciso I, uma vez que, se "a Lei do Sistema Financeiro disporá, inclusive sobre o funcionamento das instituições financeiras," obviamente, essa lei irá decidir sobre participação do capital estrangeiro nessas instituições.

2º - A participação obrigatória de capital estrangeiro nos estabelecimentos de previdência, disposição que decorre do texto que se propõe suprimir, no que se refere ao componente de saúde, está em conflito com o §4º do art. 355, in verbis:

"Fica proibida a exploração direta ou indireta, por parte de empresas e capitais de procedência estrangeira, dos serviços de assistência à saúde no País. "

3º - Se o art. 335 estabelece que o "Sistema Financeiro será estruturado em lei, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir os interesses da coletividade ", a dita lei poderia, em determinadas circunstâncias, considerar desaconselhável a participação de capital estrangeiro nas instituições financeiras ou nos estabelecimentos de seguro, ou de previdência ou de capitalização. Essa conclusão do legislador ordinário destinada "a servir os interesses da coletividade", como prescreve o dito art. 335, estará obstada pelo inciso II do art. 336, que se pretende suprimir, onde, antecipada e irreversivelmente, é estabelecida a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras e nos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, acima da lei ordinária, pois a presença do capital estrangeiro estará assegurada por um preceito constitucional.

O conflito é, pois, evidente e a supressão se impõe.

4º - Por último é importante assinalar que não houve na V Comissão do Sistema Tributário intenção de assegurar, na Constituição, a participação garantida do capital estrangeiro nas instituições financeiras e nos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, mas, diante dos acirrados debates, prevaleceu o entendimento de que matéria deveria ser transferida para a lei ordinária, como consta do art. 335 aprovado e que deverá prevalecer.

EMENDA:01160 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WILSON MARTINS (PMDB/MS)

Texto:

Emenda Supressiva:

Dispositivo emendado: artigo 336.

Suprimir a palavra "inclusive" do "caput" do artigo emendado.

Justificativa:

A supressão se justifica face a inequidade da palavra, tal como colocada no texto.

EMENDA:01305 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMIR LIMA (PMDB/AC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 336 do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

EMENDA:01308 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMIR LIMA (PMDB/AC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 290, do Anteprojeto de Constituição, da Comissão de Sistematização:

"A União não se responsabiliza por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União."

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 336, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

EMENDA:01585 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO PIMENTEL (PFL/PR)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Art. 290.

Suprima-se do anteprojeto:

O art. 290.

Justificativa:

A vigência da norma contida no artigo suprimido equivale à total falta de confiabilidade no sistema financeiro nacional.

A União, de outra parte, é obrigada a fiscalizar as operações de natureza financeira, (art. 49, VIII) e é de sua competência exclusiva legislar sobre normas gerais de direito financeiro (art. 49, VIII) e é de sua competência exclusiva legislar sobre normas gerais de direito financeiro (art. 49, XIX, "a") e política de crédito (art. 49, XIX, "f"). Para compatibilizar constitucionalmente as normas, o art. 290 deve ser suprimido. Quem fiscaliza é responsável.

EMENDA:01741 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALARICO ABIB (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 336 do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

EMENDA:01744 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALARICO ABIB (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 290, do anteprojeto de Constituição, da Comissão de Sistematização:

"A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União.

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 336, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

EMENDA:01796 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 290, do Anteprojeto de Constituição, da Comissão de Sistematização.

"A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União.

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 336, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

EMENDA:01803 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 336 do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

EMENDA:01806 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Dispõe o Art. 336:

"A Lei do Sistema Financeiro Nacional disporá, inclusive sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização;

Retirar, Suprimir:

II - condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, tendo em vista, especialmente;

- a) os interesses nacionais;
- b) os acordos internacionais;
- c) critério de reciprocidade."

Justificativa:

1º - A matéria do inciso II que se propõe suprimir está contida no inciso I, uma vez que, se "a Lei do Sistema Financeiro disporá, inclusive sobre o funcionamento das instituições financeiras," obviamente, essa lei irá decidir sobre participação do capital estrangeiro nessas instituições.

2º - A participação obrigatória de capital estrangeiro nos estabelecimentos de previdência, disposição que decorre do texto que se propõe suprimir, no que se refere ao componente de saúde, está em conflito com o §4º do art. 355, *in verbis*:

"Fica proibida a exploração direta ou indireta, por parte de empresas e capitais de procedência estrangeira, dos serviços de assistência à saúde no País."

3º - Se o art. 335 estabelece que o "Sistema Financeiro será estruturado em lei, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir os interesses da coletividade", a dita lei poderia, em determinadas circunstâncias, considerar desaconselhável a participação de capital estrangeiro nas instituições financeiras ou nos estabelecimentos de seguro, ou de previdência ou de capitalização. Essa conclusão do legislador ordinário destinada "a servir os interesses da coletividade", como prescreve o dito art. 335, estará obstada pelo inciso II do art. 336, que se pretende suprimir, onde, antecipada e irreversivelmente, é estabelecida a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras e nos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, acima da lei ordinária, pois a presença do capital estrangeiro estará assegurada por um preceito constitucional.

O conflito é, pois, evidente e a supressão se impõe.

4º - Por último é importante assinalar que não houve na V Comissão do Sistema Tributário intenção de assegurar, na Constituição, a participação garantida do capital estrangeiro nas instituições financeiras e nos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, mas, diante dos acirrados debates, prevaleceu o entendimento de que matéria deveria ser transferida para a lei ordinária, como consta do art. 335 aprovado e que deverá prevalecer.

EMENDA:02060 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RITA CAMATA (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 336, Inciso V

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 336 do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

V - A criação do fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

EMENDA:02083 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO GASPARIAN (PMDB/SP)

Texto:

Suprima-se o art. 336, seus incisos I e II e letras a), b) e c).

Justificativa:

A matéria de que trata o artigo 336 e seus incisos I, II e letras a), b), e c) é da maior importância, em termos políticos, para o sistema financeiro brasileiro. No entanto, poderá ser perfeitamente regulamentada por lei ordinária.

Embora a situação hoje requeira medidas urgentes que balizem a atuação dos bancos estrangeiros no Brasil, é muito provável que, dentro de 50 anos, a situação poderá evoluir de tal forma que poderá passar a exigir outro tipo de providências. É desnecessário realçar os prejuízos que poderão advir para a economia brasileira da cristalização no texto constitucional de normas que deverão ser mudadas ao sabor de exigências conjunturais. Melhor seria se a matéria fosse tratada em lei ordinária.

Suprima-se o artigo 472 das Disposições Transitórias.

EMENDA:02326 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JARBAS PASSARINHO (PDS/PA)

Texto:

Adita ao inciso IV do Art. 336 a seguinte expressão:

"e demais instituições financeiras oficiais"

Nova redação - Art. 336

I

II

III

IV - Requisitos para designação de membros da

Diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Sem alterar o conteúdo do texto, a emenda explicita os demais componentes de que trata o Capítulo, pois não apenas o Banco Central do Brasil, mas todas as demais instituições financeiras oficiais precisam ser protegidas de administradores desqualificados para a função.

EMENDA:02360 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 290, do Anteprojeto de Constituição, da Comissão de Sistematização:

"A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União.

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 336, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

EMENDA:02362 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 336 do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

EMENDA:03103 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADEMIR ANDRADE (PMDB/PA)

Texto:

Emenda modificativa

Dispositivos emendados:

Título VIII - Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo III - Do Sistema Financeiro Nacional

Artigo 336 - Inciso IV

Adita ao inciso IV do Art. 336 a seguinte

expressão:

"e demais instituições financeiras oficiais"

Nova redação - Art. 336

I

II

III

IV - Requisitos para designação de membros da Diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Sem alterar o conteúdo do texto, a emenda explicita os demais componentes de que trata o Capítulo, pois não apenas o Banco Central do Brasil, mas todas as demais instituições financeiras oficiais precisam ser protegidas de administradores desqualificados para a função.

EMENDA:03320 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALOYSIO CHAVES (PFL/PA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivos Emendados:

Título VIII - Da Ordem Econômica Financeira

Capítulo III - Do Sistema Financeiro Nacional

Artigo 336 - Inciso IV

Adita ao inciso IV do Art. 336 a seguinte expressão:

"e demais instituições financeiras oficiais"

Nova redação - Art. 336

I

II

III

IV - Requisitos para designação de membros da Diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Sem alterar o conteúdo do texto, a emenda explicita os demais componentes de que trata o Capítulo, pois não apenas o Banco Central do Brasil, mas todas as demais instituições financeiras oficiais precisam ser protegidas de administradores desqualificados para a função.

EMENDA:03525 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERSON CAMATA (PMDB/ES)

Texto:

Suprima-se o Art. 337, referente ao Sistema Financeiro Nacional.

Justificativa:

Trata-se de matéria que deve ser enfocada pela legislação ordinária.

EMENDA:03893 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALMIR GABRIEL (PMDB/PA)

Texto:

Emenda de Adequação

Dispositivos Emendados:

Título VIII - Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo III - Do Sistema Financeiro Nacional

Artigo 336 - Inciso IV

Adita ao inciso IV do Art. 336 a seguinte expressão:

"e demais instituições financeiras oficiais"

Nova redação - Art. 336

I

II

III

IV - Requisitos para designação de membros da Diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Sem alterar o conteúdo do texto, a emenda explicita os demais componentes de que trata o Capítulo, pois não apenas o Banco Central do Brasil, mas todas as demais instituições financeiras oficiais precisam ser protegidas de administradores desqualificados para a função.

EMENDA:03980 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO ALVES (PFL/BA)

Texto:

Substituem-se os artigos 288, 335, 336 e 337, com todos os seus parágrafos incisos e artigos, pelo seguinte:

Art. 335. A lei definirá a regulará o sistema financeiro do País, o funcionamento de instituições do gênero, de seguros e de capitalização.

Justificativa:

Um País que altera de Governo para Governo, de ano para ano, na teoria e na prática, através de leis e decretos, o sistema financeiro e as normas de seu financiamento, não pode fixar na Constituição qualquer forma definitiva sobre a matéria, a não ser para "inchar" com palavreado inócuo o texto constitucional.

EMENDA:04116 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO IZAR (PFL/SP)

Texto:

Suprimir o art. 290.

Justificativa:

A matéria não é de feito constitucional, devendo ser tratada em legislação comum.

EMENDA:04198 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERSON PERES (PDS/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS:

Título VIII - Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo III - Do Sistema Financeiro Nacional

Artigo 336, Inciso IV

Adita ao inciso IV do Art. 336 a seguinte expressão:

"e demais instituições financeiras oficiais"

Nova redação - Art. 336

I -

II -

III -

IV - Requisitos para designação de membros da Diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Sem alterar o conteúdo do texto, a emenda explicita os demais componentes de que trata o Capítulo, pois não apenas o Banco Central do Brasil, mas todas as demais instituições financeiras oficiais precisam ser protegidas de administradores desqualificados para a função.

EMENDA:04234 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO CORRÊA (PDT/DF)

Texto:

Art. 1o. - Dê-se ao art. 290 a seguinte redação:

"Art. 290 - A União só se responsabilizará pelos depósitos ou aplicações financeiras efetuadas nas instituições sob o seu controle".

Justificativa:

O mérito é o mesmo. No texto proposto originalmente o que se pretende é isentar a União da responsabilidade com eventuais falhas administrativas das instituições financeiras provadas. Todavia, na forma apresentada, fica a União também isenta de responsabilidade quanto a idênticas falhas eventualmente cometidas por instituições sob a sua responsabilidade. É o que procuramos sanar.

EMENDA:04249 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO CORRÊA (PDT/DF)

Texto:

Art. 1o. - Dê-se ao inciso V do artigo 336 a seguinte redação:

Art. 336 -

.....

V - a criação do fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas.

Justificativa:

Com esta emenda objetivamos especificar que a futura lei do Sistema Financeiro Nacional deve dispor sobre a responsabilidade das instituições financeiras privadas e dos seus dirigentes, em caso de insolvência, pois não é mais possível admitir-se a União assumindo ônus causado por maus administradores. Ao incluirmos a expressão "instituições privadas" no texto e fazemos porque as instituições financeiras federais são garantidas pelo governo não cabendo, pois, a forma genérica do texto original.

EMENDA:04354 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO FIUZA (PFL/PE)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: art. 336, Inciso III

O inciso III do art. 336 do anteprojeto,
passa ter a seguinte redação:

Art. 336

III - a organização, o funcionamento e as
atribuições do Banco Central e do Brasil, sendo
que os mandatos dos diretores não serão
coincidentes, devendo a renovação dar-se à razão
mínima de metade a cada dois anos.

Justificativa:

Uma vez que se pretende assegurar autonomia ao Banco Central do Brasil é imprescindível que os mandatos de seus administradores sejam fixos, não coincidentes e escalonados, isto é, que a diretoria se renove gradualmente, e não de uma única vez, de modo a que a administração da política monetária não sofra solução de continuidade.

EMENDA:04631 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO VELASCO (PMDB/PA)

Texto:

Acrescente-se, ao inciso III do artigo 336, a
seguinte expressão:

- e demais instituições financeiras oficiais.

Art. 336 -

.....

I -

II -

III - a organização, o funcionamento e as
atribuições do Banco Central do Brasil e demais
instituições financeiras oficiais.

Justificativa:

Em alterar o conteúdo do texto, explicita componentes do sistema financeiro de que trata o Capítulo III, considerando que a atual legislação do sistema financeiro bancário já é mais abrangente que a proposta do Anteprojeto de Constituição.

EMENDA:04635 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO VELASCO (PMDB/PA)

Texto:

Acrescente-se ao inciso I do artigo 336 o
seguinte:

- assegurado às instituições bancárias
oficiais o acesso a todos os instrumentos de
mercado financeiro permitidos as suas congêneres
do setor privado.

Art. 336 -

.....

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais o acesso a todos os instrumentos de mercado financeiro permitidos as suas congêneres do setor privado.

Justificativa:

Conquanto caiba às instituições bancárias oficiais a maior responsabilidade pelo financiamento da atividade empresarial no país, não dispõe das mesmas oportunidades de atuar com todos os instrumentos de mercado financeiro, como as suas congêneres do setor privado, que assim concorrem privilegiadamente na captação de poupança e depósitos direcionados à especulação financeira.

EMENDA:05046 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ RICHA (PMDB/PR)

Texto:

Nos termos do § do Art. 23, do Regimento Interno da Comissão de Sistematização - (Resolução no. 01/87 C.S.).

Exclua-se o artigo 290 do anteprojeto.

Justificativa:

O sistema financeiro brasileiro é institucionalizado. As entidades que o integram, todas se classificam como "instituição", embora a personalidade jurídica das mesmas seja de direito público e de direito privado, que vai desde a Autarquia até a firma individual.

As instituições financeiras públicas se constituem sob a forma de autarquia (Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários, SUSEP), de empresa pública (BNDES, Caixa Econômica), Sociedades de Economia Mista (Banco Brasil, Bancos Estaduais); as instituições financeiras privadas assumem todas as formas societárias do direito brasileiro.

Quando o dispositivo em foco (art. 290) exclui a responsabilidade da União pelos próprios nas instituições financeiras, estará se referindo ao segundo grupo, isto é, às instituições financeiras privadas, pois não poderá se eximir da responsabilidade no que diz respeito às instituições públicas.

Quanto às instituições privadas, o Estado pode se eximir da responsabilidade.

O que interessa saber é se deve se eximir.

O interesse público na atividade financeira é que justifica a institucionalização do Sistema Financeiro. As entidades privadas, para se constituírem, dependem de "autorização" do Poder Público, sob a fiscalização do qual atuam. Parte dos depósitos que recebem é recolhida ao Banco Central, como garantia dos depositários e o Governo tem interesse na poupança pública. As Cadernetas de Poupança, até determinado limite, têm a garantia governamental.

Dispositivo Constitucional proibindo esta garantia, será contraproducente. É preferível que a situação permaneça como está, entregue à lei ordinária.

Quando não mais consultar ao interesse do Estado, essa prestação de garantia poderá ser suspensa, também por lei ordinária.

EMENDA:05201 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAULO QUEIRÓZ (PFL/MS)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 336 do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

EMENDA:05203 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAULO QUEIRÓZ (PFL/MS)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 290, do Anteprojeto de Constituição, da Comissão de Sistematização:

"A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União.

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 336, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

EMENDA:05235 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 336 do anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

EMENDA:05236 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 290, do anteprojeto de Constituição, da Comissão de Sistematização:

"A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela União.

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 336, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor

EMENDA:05404 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROSSI (PTB/SP)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 336 do Anteprojeto de Constituição da Comissão Sistematização:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

EMENDA:05415 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROSSI (PTB/SP)

Texto:

Dê-se a seguinte redação do artigo 290, do Anteprojeto de Constituição, da Comissão de Sistematização:

"A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União.

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 336, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

EMENDA:05530 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOAQUIM BEVILÁQUA (PTB/SP)

Texto:

Emenda modificativa

Dispositivo emendado: artigo 290

O artigo 290 passa a ter a seguinte redação:

Art. 290. A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras, observado o disposto no art. 67, inciso V.

Justificativa:

Adequação da redação do dispositivo, tendo em vista a alteração proposta no art. 336, inciso V.

EMENDA:05531 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOAQUIM BEVILÁQUA (PTB/SP)

Texto:

Emenda modificativa

Dispositivo emendado: artigo 336, Inciso V

O inciso V do art. 336 passa a ter a seguinte redação:

Art. 336.

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras e da União, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

A instituição da modalidade do seguro de crédito é providência salutar que deve fazer parte do conjunto de normas reguladoras dos mercados financeiros e de capitais, tal como proposto no artigo. Todavia, tendo em vista a natureza do bem a ser protegido, isto é, a poupança popular, é de toda conveniência que a União também participe, dando esforço, a fim de viabilizar a geração de recursos em montante suficiente para o atendimento dos fins propostos.

EMENDA:05578 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

Texto:

Dispõe o Art. 336:

"A Lei do Sistema Financeiro Nacional disporá, inclusive sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização;

Retirar, suprimir:

II - condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, tendo em vista, especialmente:

- a) os interesses nacional;
- b) os acordos internacionais;
- c) critério de reciprocidade."

Justificativa:

1º - A matéria do inciso II que se propõe suprimir está contida no inciso I, uma vez que, se "a Lei do Sistema Financeiro disporá, inclusive sobre o funcionamento das instituições financeiras, " obviamente, essa lei irá decidir sobre participação do capital estrangeiro nessas instituições.

2º - A participação obrigatória de capital estrangeiro nos estabelecimentos de previdência, disposição que decorre do texto que se propõe suprimir, no que se refere ao componente de saúde, está em conflito com o §4º do art. 355, *in verbis*:

"Fica proibida a exploração direta ou indireta, por parte de empresas e capitais de procedência estrangeira, dos serviços de assistência à saúde no País. "

3º - Se o art. 335 estabelece que o "Sistema Financeiro será estruturado em lei, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir os interesses da coletividade ", a dita lei poderia, em determinadas circunstâncias, considerar desaconselhável a participação de capital estrangeiro nas instituições financeiras ou nos estabelecimentos de seguro, ou de previdência ou de capitalização. Essa conclusão do legislador ordinário destinada "a servir os interesses da coletividade", como prescreve o dito art. 335, estará obstada pelo inciso II do art. 336, que se pretende suprimir, onde, antecipada e irreversivelmente, é estabelecida a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras e nos estabelecimentos de seguro, previdência e

capitalização, acima da lei ordinária, pois a presença do capital estrangeiro estará assegurada por um preceito constitucional.

O conflito é, pois, evidente e a supressão se impõe.

4º - Por último é importante assinalar que não houve na V Comissão do Sistema Tributário intenção de assegurar, na Constituição, a participação garantida do capital estrangeiro nas instituições financeiras e nos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, mas, diante dos acirrados debates, prevaleceu o entendimento de que matéria deveria ser transferida para a lei ordinária, como consta do art. 335 aprovado e que deverá prevalecer.

EMENDA:00627 REJEITADA

Fase:

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Art. 306, Título 8o., Art. 335 a 337

No Art. 306, cujo Título é o 8o., denominado da "Ordem Econômica e Financeira", suprimam-se as palavras "e Financeira"; e no Art. 335 até 337, cujo Capítulo intitula-se do "Sistema Financeiro Nacional", transfira-se essa matéria com a mesma denominação para, sob a numeração de seção III integrar o Capítulo II "das Finanças Públicas", inserido assim no Título VII denominado da "Tributação e do Orçamento", o qual passará a se intitular "da Tributação, do Orçamento e das Finanças Públicas". (Art. 262)

Justificativa:

A inclusão do Sistema Financeiro Nacional no Título da Ordem Economia não tem nenhum sentido, havendo dentro do Anteprojeto um Capítulo referente a "Finanças Públicas", onde aliás se dispõe sobre as atividades creditícias da União, sobre Títulos da dívida Pública, Banco Central, etc., o que é matéria indiscutivelmente similar daquela acima mencionada. Transferir, portanto, todo esse conteúdo para o Título referente a "Tributação, Orçamento e Finanças / nos parece mais adequado.

Parecer:

A emenda objetiva transferir o conjunto de disposição sobre o sistema financeiro para o Título VII, Tributação e Orçamento, Capítulo II, das Finanças Públicas.

Como o Título "Da Ordem Econômica" trata da organização e da realização da atividade econômica como um todo, o que inclui, necessariamente, a atividade financeira, seria imprópria a transferência para um Capítulo que trata, unicamente, das realizações financeiras do setor público.

Pela rejeição.

EMENDA:02837 APROVADA

Fase:

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FIRMO DE CASTRO (PMDB/CE)

Texto:

Emenda supressiva/aditiva

Dispositivo emendado: art. 475

Transfira-se o art. 475, do título X - disposições Transitórias, para o Capítulo III - do Sistema Financeiro Nacional.

Justificativa:

A matéria tratada no Art. 475 não tem caráter transitório, mas ao contrário, constitui diretriz permanente para a atuação, em termos regionais, do Sistema Financeiro Nacional.

Assim, não deve constar das Disposições Transitórias e sim do Capítulo sobre o referido Sistema.

Parecer:

Pela aprovação, nos termos do parecer à emenda no. 00289-0.

EMENDA:03102 APROVADA

Fase:

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADEMIR ANDRADE (PMDB/PA)

Texto:

Emenda supressiva/aditiva

Dispositivos emendados:

Título X - Disposições Transitórias - Art. 475

Título VII - Cap. III - Da Ordem Econômica e

Financeira - Sistema Financeiro Nacional - Novo

Dispositivo

1. Suprimir o Art. 475 do Título X, das

Disposições Transitórias.

2. Incluir, no Título VIII, Cap. III da Ordem

Econômica e Financeira, artigo a ser numerado, com

a mesma redação do Art. 475, retro mencionado.

Justificativa:

O texto do Art. 475 constitui norma permanente do funcionamento do “Sistema Financeiro Nacional”, não cabendo, portanto, sua inclusão nas “Disposições Transitórias e sim no Capítulo III do Título VIII que disciplina o “Sistema Financeiro Nacional”.

Parecer:

Pela aprovação, nos termos do parecer à emenda no. 00289-0.

EMENDA:03322 APROVADA

Fase:

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALOYSIO CHAVES (PFL/PA)

Texto:

Emenda Supressiva/Aditiva

Dispositivos Emendados:

Título X - Disposições Transitórias - Art. 475

Título VIII - Cap. III - Da Ordem Econômica e

Financeira - Sistema Financeiro Nacional - Novo

Dispositivo

1. Suprimir o Art. 475 do Título X, das

Disposições Transitórias.

2. Incluir, no Título VIII, Cap. III da Ordem

Econômica e Financeira, artigo a ser numerado, com

a mesma redação do Art. 475, retro mencionado.

Justificativa:

O texto do Art. 475 constitui norma permanente do funcionamento do “Sistema Financeiro Nacional”, não cabendo, portanto, sua inclusão nas “Disposições Transitórias e sim no Capítulo III do Título VIII que disciplina o “Sistema Financeiro Nacional”.

Parecer:

Pela aprovação, nos termos do parecer à emenda no. 00289-0.

EMENDA:03586 PREJUDICADA

Fase:

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTONIO MARIZ (PMDB/PB)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 475

I - Dê-se nova redação ao Art. 475

Art. 475. As aplicações das instituições financeiras, em regiões com renda inferior à média nacional, não poderão ser inferiores aos depósitos nelas captados.

E transferir o dispositivo para o Título VIII, Capítulo III

Justificativa:

A emenda visa adequar a forma do artigo a uma maior precisão técnica.

Parecer:

A primeira parte da proposta envolve mérito e a segunda já foi atendida com o acolhimento da emenda no. 00289-0.

Pela prejudicialidade.

EMENDA:03902 APROVADA

Fase:

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALMIR GABRIEL (PMDB/PA)

Texto:

Emenda de Adequação

Dispositivos Emendados:

Título X - Disposições Transitórias - Art. 475

Título VIII - Cap. III - Da Ordem Econômica e

Financeira - Sistema Financeiro Nacional - Novo

Dispositivo

1. Suprimir o Art. 475 do Título X, das

Disposições Transitórias.

2. Incluir, no Título VIII, Cap. III da Ordem

Econômica e Financeira, artigo a ser numerado, com

a mesma redação do Art. 475, retro mencionado.

Justificativa:

O texto do Art. 475 constitui norma permanente do funcionamento do "Sistema Financeiro Nacional", não cabendo, portanto, sua inclusão nas "Disposições Transitórias e sim no Capítulo III do Título VIII que disciplina o "Sistema Financeiro Nacional".

Parecer:

Pela aprovação, nos termos do parecer à emenda no. 0289-0.

FASE M

EMENDA:00002 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 285 do projeto do Senhor Relator.

Justificativa:

Estabelece o art. 285 do projeto do Senhor Relator da Comissão de Sistematização e irresponsabilidade da União quanto aos depósitos e às aplicações nas instituições financeiras.

Tal preceituação entra em flagrante conflito com outras do anteprojeto, a saber: a do art. 81, § 2o. e a do art. 12, III, alínea " " .

O conflito do art. 285 com o disposto no § 2o. do art. 80 está em que, fixando este último

dispositivo a responsabilização dos agentes públicos pelos atos cometidos em nome do Estado,

tanto implica em reconhecer a fixação, aí, no projeto, da responsabilidade do Poder Público,

mormente quando, in casu, cabe-lhe a fiscalização do comportamento das instituições financeiras na execução

da atividade autorizada. De outra parte e consoante o disposto no art. 19, III, a responsabilidade do Poder Público se torna mais evidente, ao e estabelecer esse preceito o direito de todos de obter do Estado a prestação tutelar e jurisdicional necessária à plena eficácia dos direitos garantidos em outras em outras partes do projeto.

Parecer:

A Emenda objetiva responsabilizar a União pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras. Na hipótese, não obstante os elevados propósitos do Autor, fica substancialmente alterada a proposta acolhida pela maioria dos Constituintes que examinaram a matéria, nas fases anteriores da elaboração do Projeto de Constituição.

Assim, somos pela sua rejeição.

EMENDA:00004 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA

AO ANTEPROJETO DO RELATOR

Acrescente-se no item II do art. 328, após a expressões "o item anterior ": "que somente será admitida em caráter complementar".

Justificativa:

A Emenda visa tão só compatibilizar o teto do art. 328 com a regra, ou melhor, com o princípio da complementariedade da atuação do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico, constante do art. 302 do mesmo Anteprojeto, originário do art. 4º da Comissão VI.

Parecer:

A participação do capital estrangeiro na economia nacional, seja na área financeira, seja no setor produtivo, será sempre, a nosso ver, regulada por lei. Dessa forma, a sociedade poderá decidir, através de seus representantes no C.N., sobre a menor ou maior participação do capital estrangeiro, sem alterar o texto constitucional. A Carta Magna deve conter princípios duradouros e não dispositivos sujeitos à conjuntura. Pela rejeição.

EMENDA:00585 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO NASSER (PMDB/PR)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se a palavra "não" do texto do art.

285 do anteprojeto da Comissão de Sistematização,

que passa a ter redação como se segue:

Art. 285 - A União se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras.

Justificativa:

A União deve continuar responsável pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras. Deve-o, porque um de seus órgãos é o que concede a carta-patente para o funcionamento das instituições financeiras, o que, em outras palavras, quer dizer que a União, suficientemente informada sobre os antecedentes e a idoneidade moral e financeira, abre o crédito ao grupo contemplado com a carta patente. O grande público não dispõe de meios para aquilatar o grau de honestidade e competência de quem se encontra à testa de uma instituição financeira. O grande público deposita sua confiança no discernimento e no rigor de julgamento das autoridades competentes. Comparece, pois, aos guichês desta ou daquela instituição, para fazer depósito em dinheiro, ou qualquer outro tipo de operação financeira. Louvado nos critérios do Banco Central, não hesita em aplicar as suas economias. Nem sempre, contudo, esses grupos honram o próprio nome. Dão o "tiro" na praça, depois de uma série de sigilosas falcatuas. São de triste memória os episódios do grupo Halles, Delfin, Coroa-Brastel e agora, a corretora do Banespa, com muitos bilhões de cruzados escamoteados e perdidos. Os bilhões de cruzados nada mais representam do que a suada economia, de milhões de homens e mulheres, preocupados em formar um pé-de-meia para a velhice, ou para os tempos de crise e de doença. A aflição dos lesados é amenizada pela certeza de que, mais cedo ou mais tarde, hão de receber o dinheiro, graças à intervenção do

Banco Central nos estabelecimentos que haviam sofrido o desfalque. Como o governo praticamente dera garantias aos depositantes, cumpre-lhe ressarcir-lhes os prejuízos.

Como está o texto do artigo 285 no anteprojeto, a União se safará em caso de rombo, quando, aos olhos da opinião pública, a responsabilidade é toda sua, salvo se preferir descer à condição de parceria em um “conto do paco,” de proporções gigantescas. A União avalizou a instituição financeira, ao expedir-lhe a carta-patente. O avalista responde pelo débito do avalizado. Essa garantia precisa perdurar.

O que está faltando no Brasil é uma lei de extremo rigor para punir os crimes dos “colarinhos brancos”.

Assistimos a muitos escândalos financeiros na velha e na nova República. Mas, nenhum de seus protagonistas foi para a cadeia. Ao contrário, com os bens temporariamente indisponíveis, recuperam-nos devidamente saneados e altamente valorizados. Continuam sendo recebidos cordialmente na alta sociedade. Louva-se lhes, ainda por cima, o tino comercial e a argúcia com que se livraram dos problemas.

Tivemos, nos Estados Unidos, o problema recente de figura de destaque na Wall Street, que, por haver desfechado um golpe, em prejuízo do banco a que servia, foi processado, condenado, e é hóspede atual de uma penitenciária norte-americana. Fizéssemos o mesmo no Brasil, os “colarinhos-brancos”, percebendo que não mais gozariam de impunidade, passariam a ser honestos até por desonestidade.

Entende-se que o legislador tenha querido suavizar a precária situação financeira da União. Não se pode fazê-lo, porém, em detrimento do povo, que ficaria ainda mais descoberto e indefeso nas malhas da “gang” dos “colarinhos brancos”.

Parecer:

A Emenda objetiva responsabilizar a União pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras, sob o fundamento de que, autorizando o financiamento de tais instituições, a União induz o público a neles confiar.

Não obstante os elevados propósitos do Eminentíssimo Constituinte, a matéria consubstanciada na presente Emenda conflita com a sistemática geral adotada pelo Projeto.

Assim, somos pela sua rejeição.

EMENDA:00618 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ULDURICO PINTO (PMDB/BA)

Texto:

Compatibilize-se o art. 327 do anteprojeto da

Comissão de Sistematização:

"Art. ... As atividades e serviços de bancos e instituições financeiras passam a constituir monopólio estatal.

Parágrafo único - Lei complementar regulamentará o processo de estatização dos bancos e instituições financeiras privadas atualmente em funcionamento no país.

Justificativa:

Durante o período vigente do “modelo econômico” implantado pela ditadura militar e, mais recentemente, entre 1981 e 1985, observamos que o setor mais rentável da economia brasileira foram os bancos, com uma rentabilidade média de 34,6% na construção civil, 3,3% na agropecuária 12,6% na metalurgia.

Vale destacar, também, que os 10 bancos avaliados em 5 anos e meio lucravam 26,4% bilhões de dólares, isto é, um quarto da dívida externa brasileira.

O BRADESCO, no 1º semestre de 1985, aumentou o seu líquido em 524% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto o BAMERINDUS teve um crescimento de 2.120% naquele ano.

Ora, como pode ser que, um, país em crise, com hiperinflação e recessão acentuada, os bancos tenham e mantenham taxas de lucro não só elevadas, mas, ilícitas?

Assim, observamos que, criminosamente, os bancos privados atuam como agentes de concentração de capital, impedindo que esse mesmo capital reverta para outros setores da economia, contribuindo para o desenvolvimento destes setores.

Tal acumulação de capital, garantida pela manutenção de altas taxas de juros e da chamada “ciranda financeira”, se reflete na recessão e inflação que causam a paulatina pauperização do povo brasileiro.

Além disso, devemos salientar que a denominação política fundamenta-se, essencialmente, na denominação econômica. E são os grandes bancos, assessorados pelo Fundo Monetário Internacional (F.M.I.), que garantem a submissão do Terceiro Mundo ao capital financeiro internacional; e mais, são os próprios bancos “brasileiros” que, através de corrupção, exportam capitais para o exterior, contribuindo para a miséria e empobrecimento do povo brasileiro.

É através dos bancos estrangeiros e dos próprios bancos “nacionais” que atuam como testa-de-ferro de grupos capitalistas transnacionais que se garante a espoliação e a denominação do nosso povo. Assim, somente através da intervenção estatal, por intermédio do mecanismo do monopólio, será possível sanear este setor econômico, extinguindo a corrupção e pondo fim na exportação de capitais e contribuindo para a correta canalização e distribuição dos recursos nacionais entre os diversos setores da economia brasileira, garantindo o seu desenvolvimento equilibrado e democrático.

Parecer:

A Emenda proposta pelo nobre Constituinte estatiza o sistema financeiro nacional. Entendemos que deva ser preservada a participação majoritária do Estado nesse segmento da economia, nos limites da experiência de sistema misto que conhecemos. Somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:00967 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

Dispõe o Art. 328:

"A Lei do Sistema Financeiro Nacional disporá, inclusive sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização;

Retirar, Suprimir:

II - condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, tendo em vista, especialmente:

- a) os interesses nacionais;
- b) os acordos internacionais;
- c) critério de reciprocidade."

Justificativa:

1º - A matéria do inciso II que se propõe suprimir está contida no inciso I, uma vez que, se “a Lei do Sistema Financeiro disporá, inclusive sobre o funcionamento das instituições financeiras,” obviamente, essa lei irá decidir sobre participação do capital estrangeiro nessas instituições.

2º - A participação obrigatória de capital estrangeiro nos estabelecimentos de previdência, disposição que decorre do texto que se propõe suprimir, no que se refere ao componente de saúde, está em conflito com o §4º do art. 355, *in verbis*:

“Fica proibida a exploração direta ou indireta, por parte de empresas e capitais de procedência estrangeira, dos serviços de assistência à saúde no País.”

3º - Se o art. 335 estabelece que o “Sistema Financeiro será estruturado em lei, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir os interesses da coletividade”, a dita lei poderia, em determinadas circunstâncias, considerar desaconselhável a participação de capital estrangeiro nas instituições financeiras ou nos estabelecimentos de seguro, ou de previdência ou de capitalização. Essa conclusão do legislador ordinário destinada “a servir os interesses da coletividade”, como prescreve o dito art. 335, estará obstada pelo inciso II do art. 336, que se pretende suprimir, onde, antecipada e irreversivelmente, é estabelecida a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras e nos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, acima da lei ordinária, pois a presença do capital estrangeiro estará assegurada por um preceito constitucional.

O conflito é, pois, evidente e a supressão se impõe.

4º - Por último é importante assinalar que não houve na V Comissão do Sistema Tributário intenção de assegurar, na Constituição, a participação garantida do capital estrangeiro nas instituições financeiras e nos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, mas, diante dos acirrados debates, prevaleceu o entendimento de que matéria deveria ser transferida para a lei ordinária, como consta do art. 335 aprovado e que deverá prevalecer.

Parecer:

A Emenda supressiva proposta pelo ilustre Constituinte não contribui para o aprimoramento do Projeto de Constituição.

Os debates na comissão V que tratou da participação do capital estrangeiro no setor financeiro levaram à conclusão de que a lei do S.F.N. estabelecerá as condições da referida participação. Ressalva desde logo que as condições observarão os interesses nacionais, os acordos internacionais e o critério de reciprocidade.

A norma proposta no Projeto permite que a sociedade decida, através do C.N., sobre a conveniência ou não da participação estrangeira no setor, sem alterar o texto constitucional.
Pela rejeição.

EMENDA:01078 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WILSON MARTINS (PMDB/MS)

Texto:

Emenda Supressiva:

Dispositivo emendado: artigo 328.

Suprimir a palavra "inclusive" do "caput" do artigo emendado.

Justificativa:

A supressão se justifica face a inequidade da palavra, tal como colocam no texto.

Parecer:

A supressão da palavra "inclusive" no "caput" do art. 328 do Projeto de Constituição restringe a dimensão da norma, posto que a lei do S.F.N. disporá, seguramente, de todos os assuntos pertinentes ao setor financeiro, no âmbito da legislação ordinária.

Pela rejeição.

EMENDA:01209 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMIR LIMA (PMDB/AC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 328 do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

Entendemos que as instituições financeiras públicas e privadas devem constituir um fundo especial, que proteja a economia popular garantindo depósitos até determinado valor.

A Emenda proposta exclui as instituições oficiais do fundo.

Ora, o art. 285 do Projeto estabelece que a "União não se responsabilizará por depósitos ou aplicações em instituições financeiras", com o qual concordamos.

Está claro, portanto, que a Emenda não contribui para o aprimoramento do Projeto.

Pela rejeição.

EMENDA:01212 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMIR LIMA (PMDB/AC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 285, do Anteprojeto de Constituição, da Comissão de

Sistematização:

"A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União."

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 336, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto, que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, de vem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla. Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda. Pela rejeição.

EMENDA:01482 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO PIMENTEL (PFL/PR)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 285.

Suprima-se do anteprojeto:

O art. 285.

Justificativa:

A vigência da norma contida no artigo suprimido equivale à total falta de confiabilidade no sistema financeiro nacional.

A União, de outra parte, é obrigada a fiscalizar as operações de natureza financeira, (art. 54, IX) e é de sua competência exclusiva legislar sobre normas gerais de direito financeiro (art. 54, XXIII) e é de sua competência exclusiva legislar sobre normas gerais de direito financeiro (art. 54, XXIII, "a") e política de crédito (art. 54, XXIV, "f").

Para compatibilizar constitucionalmente as normas, o art. 285 deve ser suprimido. Quem fiscaliza é responsável.

Parecer:

A Emenda objetiva responsabilizar a União pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras. Na hipótese, não obstante os elevados propósitos do Autor, fica substancialmente alterada a proposta acolhida pela maioria dos Constituintes que examinaram a matéria, nas fases anteriores da elaboração do Projeto de Constituição.

Assim, somos pela sua rejeição.

EMENDA:01631 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALARICO ABIB (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 330 do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

Art. 330 - Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional de

responsabilidade da União e das entidades sob seu controle, serão depositados em instituições financeiras oficiais federais de crédito e por elas aplicados.

Justificativa:

O tratamento a ser dispensado às instituições financeiras oficiais federais não pode, nem deve ser discriminatório.

A redação ora proposta enseja dar condições ao Governo Federal de dispor de maior flexibilidade na alocação dos recursos destinados a programas e projetos de desenvolvimento regional, isto porque são raras as instituições que dispõem de dependências em todos os pontos do território nacional.

Parecer:

O depósito dos recursos da União, relativos a programas regionais, deverão ser, em nosso entendimento, depositados nas instituições regionais oficiais de crédito, conforme proposto no Projeto sob exame.

O depósito das disponibilidades de caixa de órgãos públicos em instituições oficiais de crédito também está assegurado no referido Projeto.

A Emenda proposta não contribui para o aperfeiçoamento do texto proposto.

Pela rejeição.

EMENDA:01632 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALARICO ABIB (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 328 do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

Entendemos que as instituições financeiras públicas e privadas devem constituir um fundo especial, que proteja a economia popular garantindo depósitos até determinado valor.

A Emenda proposta exclui as instituições oficiais do fundo.

Ora, o art. 285 do Projeto estabelece que a "União não se responsabilizará por depósitos ou aplicações em instituições financeiras", com o qual concordamos.

Está claro, portanto, que a Emenda não contribui para o aprimoramento do Projeto.

Pela rejeição.

EMENDA:01635 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALARICO ABIB (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 285, do projeto de Constituição, da Comissão de Sistematização:

"A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União".

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 328, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto, que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, de vem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla.

Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda.

Pela rejeição.

EMENDA:01686 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 285, do Projeto de Constituição, da Comissão de Sistematização.

"A União não se responsabiliza por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União."

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 336, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto, que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, de vem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla.

Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:01691 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 330 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

Art. 330 - Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional de

responsabilidade da União e das entidades sob seu controle, serão depositados em instituições financeiras oficiais federais de crédito e por elas aplicados.

Justificativa:

O tratamento a ser dispensado às instituições financeiras oficiais federais não pode, nem deve ser discriminatório.

A redação ora proposta enseja dar condições ao Governo Federal de dispor de maior flexibilidade na alocação dos recursos destinados a programas e projetos de desenvolvimento regional, isto porque são raras as instituições que dispõem de dependências em todos os pontos do território.

Parecer:

O depósito dos recursos da União, relativos a programas regionais, deverão ser, em nosso entendimento, depositados nas instituições regionais oficiais de crédito, conforme proposto no Projeto sob exame.

O depósito das disponibilidades de caixa de órgãos públicos em instituições oficiais de crédito também está assegurado no referido Projeto.

A Emenda proposta não contribui para o aperfeiçoamento do texto proposto.

Pela rejeição.

EMENDA:01693 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 328 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

Entendemos que as instituições financeiras públicas e privadas devem constituir um fundo especial, que proteja a economia popular garantindo depósitos até determinado valor.

A Emenda proposta exclui as instituições oficiais do fundo.

Ora, o art. 285 do Projeto estabelece que a "União não se responsabilizará por depósitos ou aplicações em instituições financeiras", com o qual concordamos.

Está claro, portanto, que a Emenda não contribui para o aprimoramento do Projeto.

Pela rejeição.

EMENDA:01696 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Dispõe o Art. 328:

"A Lei do Sistema Financeiro Nacional disporá, inclusive sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização;

Retirar, suprimir:

II - condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, tendo em vista, especialmente;

- a) os interesses nacionais;
- b) os acordos internacionais;
- c) critério de reciprocidade."

Justificativa:

1º - A matéria do inciso II que se propõe suprimir está contida no inciso I, uma vez que, se "a Lei do Sistema Financeiro disporá, inclusive sobre o funcionamento das instituições financeiras," obviamente, essa lei irá decidir sobre participação do capital estrangeiro nessas instituições.

2º - A participação obrigatória de capital estrangeiro nos estabelecimentos de previdência, disposição que decorre do texto que se propõe suprimir, no que se refere ao componente de saúde, está em conflito com o §4º do art. 355, *in verbis*:

"Fica proibida a exploração direta ou indireta, por parte de empresas e capitais de procedência estrangeira, dos serviços de assistência à saúde no País."

3º - Se o art. 335 estabelece que o "Sistema Financeiro será estruturado em lei, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir os interesses da coletividade", a dita lei poderia, em determinadas circunstâncias, considerar desaconselhável a participação de capital estrangeiro nas instituições financeiras ou nos estabelecimentos de seguro, ou de previdência ou de capitalização. Essa conclusão do legislador ordinário destinada "a servir os interesses da coletividade", como prescreve o dito art. 335, estará obstada pelo inciso II do art. 336, que se pretende suprimir, onde, antecipada e irreversivelmente, é estabelecida a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras e nos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, acima da lei ordinária, pois a presença do capital estrangeiro estará assegurada por um preceito constitucional.

O conflito é, pois, evidente e a supressão se impõe.

4º - Por último é importante assinalar que não houve na V Comissão do Sistema Tributário intenção de assegurar, na Constituição, a participação garantida do capital estrangeiro nas instituições financeiras e nos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, mas, diante dos acirrados debates, prevaleceu o entendimento de que matéria deveria ser transferida para a lei ordinária, como consta do art. 335 aprovado e que deverá prevalecer.

Parecer:

A Emenda supressiva proposta pelo ilustre Constituinte não contribui para o aprimoramento do Projeto de Constituição
Pela rejeição.

EMENDA:01942 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RITA CAMATA (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 328, Inciso V

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 328 do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

V - A criação do fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

A Emenda percuta questão que deve ser examinada à luz do Substitutivo. Pela aprovação.

EMENDA:01965 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO GASPARIAN (PMDB/SP)

Texto:

Suprima-se o artigo 328, seus incisos I e II e letras a), b) e c).

Justificativa:

A matéria de que trata o artigo 328 e seus incisos I, II e letras a), b), e c) é da maior importância, em termos políticos, para o sistema financeiro brasileiro. No entanto, poderá ser perfeitamente regulamentada por lei ordinária.

Embora a situação hoje requeira medidas urgentes que balizem a atuação dos bancos estrangeiros no Brasil, é muito provável que, dentro de 50 anos, a situação poderá evoluir de tal forma que poderá passar a exigir outro tipo de providências. É desnecessário realçar os prejuízos que poderão advir para a economia brasileira da cristalização no texto constitucional de normas que deverão ser mudadas ao sabor de exigências conjunturais. Melhor seria se a matéria fosse tratada em lei ordinária.

Suprima-se o artigo 467 das Disposições Transitórias.

Parecer:

Os dispositivos do Projeto de Constituição referentes a autorização para o funcionamento de instituições financeiras e a participação de capital estrangeiro no setor são, a nosso ver, requisitos mínimos que o legislador ordinário deverá obedecer quando da estruturação do S.F.N.

Entendemos também, conforme salienta o Autor da presente Emenda, que normas constitucionais não devem dispor sobre matérias de natureza conjuntural. Todavia, os dispositivos propostos permitem aos legisladores ordinários o grau de liberdade de que necessitam para deliberar sobre o assunto.

Pela rejeição.

EMENDA:02191 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JARBAS PASSARINHO (PDS/PA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivos Emendados:

Título VIII- Da ordem Econômica e Financeira

Capítulo III- Do sistema Financeiro Nacional

Artigo 328 - Inciso IV

Adita ao inciso IV do Art. 328 a seguinte expressão:

"e demais instituições financeiras oficiais"

Nova redação - Art. 328

I

II

III

IV - Requisitos para designação de membros da Diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Sem alterar o conteúdo do texto, a emenda explicita os demais componentes de que trata o Capítulo, pois não apenas o Banco Central do Brasil, mas todas as demais instituições financeiras oficiais precisam ser protegidas de administradores desqualificados para a função.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária.

Pela rejeição.

EMENDA:02224 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 285, do Projeto de Constituição, da Comissão de Sistematização:

"A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União.

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 328, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

Parecer:

A Emenda objetiva responsabilizar a União pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras. Na hipótese, não obstante os elevados propósitos do Autor, fica substancialmente alterada a proposta acolhida pela maioria dos Constituintes que examinaram a matéria, nas fases anteriores da elaboração do Projeto de Constituição.

Assim, somos pela sua rejeição.

EMENDA:02226 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 328 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:02554 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSWALDO ALMEIDA (PL/RJ)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 469, Disposições Transitórias

O art. 469 passa a ter a seguinte redação:

Art. 469 - Até a regulamentação da

autorização a que se referem o item I do art. 328 e o art. 329, o Banco Central do Brasil providenciará no sentido de serem atribuídas às cooperativas de crédito, que venham a ser consideradas capacitadas, condições semelhantes às dos bancos comerciais.

Justificativa:

As entidades financeiras sem fins lucrativos, que já desenvolvem atividades de crédito a nível regional, apresentam portanto uma infraestrutura própria e adequada para os objetivos propostos nos arts. 328 e 329, precisando tão somente, para seu desenvolvimento, que lhes sejam atribuídas algumas condições dos bancos comerciais, tais como:

- ter cheques compensados na compensação oficial
- captar recursos dos associados
- direito de abrir postos avançados
- etc, etc.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:02939 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADEMIR ANDRADE (PMDB/PA)

Texto:

Emenda modificativa

Dispositivos emendados:

Título VIII - Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo III - Do Sistema Financeiro Nacional

Artigo 328 - Inciso IV

Adita ao inciso IV do Art. 328 a seguinte expressão:

"e demais instituições financeiras oficiais"

Nova redação - Art. 328

I

II

III

IV - Requisitos para designação de membros da Diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Sem alterar o conteúdo do texto, a emenda explicita os demais componentes de que trata o Capítulo, pois não apenas o Banco Central do Brasil, mas todas as demais instituições financeiras oficiais precisam ser protegidas de administradores desqualificados para a função.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:03136 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALOYSIO CHAVES (PFL/PA)

Texto:

Emenda Modificativa
Dispositivos Emendados:
Título VIII - Da Ordem Econômica Financeira
Capítulo III - Do Sistema Financeiro Nacional
Artigo 328 - Inciso IV
Adita ao inciso IV do Art. 328 a seguinte expressão:
"e demais instituições financeiras oficiais"
Nova redação - Art. 328
I
II
III
IV - Requisitos para designação de membros da Diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Sem alterar o conteúdo do texto, a emenda explicita os demais componentes de que trata o Capítulo, pois não apenas o Banco Central do Brasil, mas todas as demais instituições financeiras oficiais precisam ser protegidas de administradores desqualificados para a função.

Parecer:

Optamos por manter no texto constitucional a redação oriunda da comissão temática que menciona apenas o Banco Central do Brasil, e não as demais instituições financeiras oficiais, como instituição cujos dirigentes devam ter sua designação regulamentada em lei.
Pela rejeição.

EMENDA:03326 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERSON CAMATA (PMDB/ES)

Texto:

Suprima-se o Art. 329, referente ao Sistema Financeiro Nacional.

Justificativa:

Trata-se de matéria que deve ser enfocada pela legislação ordinária.

Parecer:

Optamos por manter no texto constitucional o dispositivo que proíbe a comercialização de cartas-patentes das instituições financeiras, de acordo com os textos aprovados na sub comissão e comissão temática.
Somos pela rejeição da emenda.

EMENDA:03381 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTONIO MARIZ (PMDB/PB)

Texto:

Emenda Modificativa
Dispositivo Emendado: Art. 331
I - Dê-se nova redação ao Art. 331
Art. 331. As aplicações das instituições financeiras, em regiões com renda inferior à média nacional, não poderão ser inferiores aos depósitos nelas captados.
E transferir o dispositivo para o Título VIII, Capítulo III

Justificativa:

A emenda visa adequar a forma do artigo a uma maior precisão técnica.

Parecer:

As condições de captação de recursos são determinadas por fatores diferentes daqueles que determinam as aplicações. A Emenda implícita um subsídio, mas não indica a fonte de financiamento. Pela rejeição.

EMENDA:03668 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALMIR GABRIEL (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA DE ADEQUAÇÃO

DISPOSITIVOS EMENDADOS:

TÍTULO VIII - Da Ordem Econômica e Financeira

CAPÍTULO III - Do Sistema Financeiro Nacional

ARTIGO 328 - Inciso IV

Adita ao inciso IV do Art. 328 a seguinte expressão:

"e demais instituições financeiras oficiais"

Nova redação - Art. 328

I

II

III

IV - Requisitos para designação de membros da Diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Sem alterar o conteúdo do texto, a emenda explicita os demais componentes de que trata o Capítulo, pois não apenas o Banco Central do Brasil, mas todas as demais instituições financeiras oficiais precisam ser protegidas de administradores desqualificados para a função.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:03763 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO ALVES (PFL/BA)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGOS 283, 327, 328, 329, 330 e 331.

Substituam-se os artigos 283, 327, 328, 329, 330 e 331, com todos os seus parágrafos incisos e artigos, pelo seguinte:

Art. 327. A lei definirá a regulará o sistema financeiro do País, o funcionamento de instituições do gênero, de seguros e de capitalização.

Justificativa:

Um País que altera de Governo para Governo, de ano para ano, na teoria e na prática, através de leis e decretos, o sistema financeiro e as normas de seu financiamento, não pode fixar na Constituição qualquer forma definitiva sobre a matéria, a não ser para "inchar" com palavreado inócua o texto constitucional.

Parecer:

A Emenda propõe a supressão de dispositivos aprovados na comissão temática e que, ao nosso ver, devem

constar do Projeto de Constituição.

É do nosso entendimento, porém, que a lei do S.F.N. disporá sobre as constituições. A organização e o funcionamento do setor.

Pela rejeição.

EMENDA:03876 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO IZAR (PFL/SP)

Texto:

Suprimir o art. 285.

Justificativa:

A matéria não é de feito constitucional, devendo ser tratada em legislação comum.

Parecer:

A Emenda objetiva responsabilizar a União pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras. Na hipótese, não obstante os elevados propósitos do Autor, fica substancialmente alterada a proposta acolhida pela maioria dos Constituintes que examinaram a matéria, nas fases anteriores da elaboração do Projeto de Constituição.

Assim, somos pela sua rejeição.

EMENDA:03957 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERSON PERES (PDS/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS:

Título VIII - Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo III - Do Sistema Financeiro Nacional

Artigo 328, Inciso IV

Adita ao inciso IV do Art. 328 a seguinte

expressão:

"e demais instituições financeiras oficiais"

Nova redação - Art. 328

I -

II -

III -

IV - Requisitos para designação de membros da Diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Sem alterar o conteúdo do texto, a emenda explicita os demais componentes de que trata o Capítulo, pois não apenas o Banco Central do Brasil, mas todas as demais instituições financeiras oficiais precisam ser protegidas de administradores desqualificados para a função.

Parecer:

O inciso IV do art. 328 do Projeto refere-se a requisitos para a designação de diretores do Banco Central, tendo em vista a característica de autoridade monetária e de banco dos bancos que aquele Banco deve desempenhar. A lei do S.F.N. poderá, no entanto, dispor sobre requisitos para o exercício de direção de entidades financeiras. Pela rejeição.

EMENDA:03987 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO CORRÊA (PDT/DF)

Texto:

Emenda modificativa ao artigo 285 do projeto.

Art. 1o. - Dê-se ao art. 285 a seguinte redação:

"Art. 285 - A União só se responsabilizará pelos depósitos ou aplicações financeiras efetuadas nas instituições sob o seu controle".

Justificativa:

O mérito é o mesmo. No texto proposto originalmente o que se pretende é isentar a União da responsabilidade com eventuais falhas administrativas das instituições financeiras provadas. Todavia, na forma apresentada, fica a União também isenta de responsabilidade quanto a idênticas falhas eventualmente cometidas por instituições sob a sua responsabilidade. É o que procuramos sanar.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto, que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, de vem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla.

Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda.

Pela rejeição.

EMENDA:03999 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO CORRÊA (PDT/DF)

Texto:

Emenda Modificativa ao inciso V, do artigo 328, do Projeto.

Art. 1o. - Dê-se ao inciso V do artigo 328 a seguinte redação:

Art. 328

V - a criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas.

Justificativa:

Com esta emenda objetivamos especificar que a futura lei do Sistema Financeiro Nacional deve dispor sobre a responsabilidade das instituições financeiras privadas e dos seus dirigentes, em caso de insolvência, pois não é mais possível admitir-se a União assumindo ônus causado por maus administradores. Ao incluirmos a expressão "instituições privadas" no texto e fazemos porque as instituições financeiras federais são garantidas pelo governo não cabendo, pois, a forma genérica do texto original.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária.

Pela rejeição.

EMENDA:04093 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO FIUZA (PFL/PE)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ART. 328, INCISO III

O inciso III do Art. 328 do projeto, passa

ter a seguinte redação:

"Art. 328

III - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e do Brasil, sendo que os mandatos dos diretores não serão coincidentes, devendo a renovação dar-se à razão mínima de metade a cada dois anos."

Justificativa:

Uma vez que se pretende assegurar autonomia ao Banco Central do Brasil é imprescindível que os mandatos de seus administradores sejam fixos, não coincidentes e escalonados, isto é, que a diretoria se renove gradualmente, e não de uma única vez, de modo a que a administração da política monetária não sofra solução de continuidade.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:04288 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO VELASCO (PMDB/PA)

Texto:

Acrescente-se, ao inciso III do artigo 328, a seguinte expressão:

- e demais instituições financeiras oficiais.

NOVA REDAÇÃO:

Art. 328 -

.....

I -

II -

III - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras oficiais.

Justificativa:

Sem alterara o conteúdo do texto, explicita componentes do sistema financeiro de que trata o Capítulo III, considerando que a atual legislação do sistema financeiro bancário já é mais abrangente que a proposta do Anteprojeto de Constituição.

Parecer:

As finalidades da emenda, contém aspectos que harmonizam com o entendimento da Comissão de Sistematização.

Assim, somos pela aprovação parcial desta emenda.

EMENDA:04292 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO VELASCO (PMDB/PA)

Texto:

Acrescente-se ao inciso I do artigo 328 o seguinte:

- assegurado às instituições bancárias oficiais o acesso a todos os instrumentos de mercado financeiro permitidos as suas congêneres do setor privado.

Art. 328 -

.....

.....

I - A autorização para funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais o acesso a todos os instrumentos de mercado financeiro permitidos as suas congêneres do setor privado.

Justificativa:

Conquanto caiba às instituições bancárias oficiais a maior responsabilidade pelo financiamento da atividade empresarial no país, não dispõe das mesmas oportunidades de atuar com todos os instrumentos de mercado financeiro, como as suas congêneres do setor privado, que assim concorrem privilegiadamente na captação de poupança e depósitos direcionados à especulação financeira.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:04694 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ RICHA (PMDB/PR)

Texto:

Nos termos do § 2o do Art. 23, do Regimento Interno da Comissão de Sistematização - (Resolução no. 01/87 C.S.).

Exclua-se o artigo 285 do anteprojeto.

Justificativa:

O sistema financeiro brasileiro é institucionalizado. As entidades que o integram, todas se classificam como “instituição”, embora a personalidade jurídica das mesmas seja de direito público e de direito privado, que vai desde a Autarquia até a firma individual.

As instituições financeiras públicas se constituem sob a forma de autarquia (Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários, SUSEP), de empresa pública (BNDES, Caixa Econômica), Sociedades de Economia Mista (Banco Brasil, Bancos Estaduais); as instituições financeiras privadas assumem todas as formas societárias do direito brasileiro.

Quando o dispositivo em foco (art. 285) exclui a responsabilidade da União pelos próprios nas instituições financeiras, estará se referindo ao segundo grupo, isto é, às instituições financeiras privadas, pois não poderá se eximir da responsabilidade no que diz respeito às instituições públicas.

Quanto às instituições privadas, o Estado pode se eximir da responsabilidade.

O que interessa saber é se deve se eximir.

O interesse público na atividade financeira é que justifica a institucionalização do Sistema Financeiro. As entidades privadas, para se constituírem, dependem de “autorização” do Poder Público, sob a fiscalização do qual atuam. Parte dos depósitos que recebem é recolhida ao Banco Central, como garantia dos depositários e o Governo tem interesse na poupança pública. As Cadernetas de Poupança, até determinado limite, têm a garantia governamental.

Dispositivo Constitucional proibindo esta garantia, será contraproducente. É preferível que a situação permaneça como está, entregue à lei ordinária.

Quando não mais consultar ao interesse do Estado, essa prestação de garantia poderá ser suspensa, também por lei ordinária.

Parecer:

A Emenda objetiva responsabilizar a União pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras. Na hipótese, não obstante os elevados propósitos do Autor, fica substancialmente alterada a proposta acolhida pela maioria dos Constituintes que examinaram a matéria, nas fases anteriores da elaboração do Projeto de Constituição.

Assim, somos pela sua rejeição.

EMENDA:04836 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAULO QUEIRÓZ (PFL/MS)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 328 do Projeto de Constituição da Comissão de sistematização:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

Optamos por manter o texto aprovado na comissão temática que prevê a criação de fundo de proteção de poupanças pelas instituições financeiras, em geral, oficiais ou privadas.

Caso a exigência se restringisse às instituições financeiras privadas criar-se-ia uma situação de custos desvantajosa para essas instituições, quando também se verifica que diversos bancos oficiais estaduais são os que mais necessidade tem de proteger os seus depositantes com recursos próprios, sem onerar o Banco Central do Brasil ou diretamente os próprios contribuintes.

Pela rejeição.

EMENDA:04838 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAULO QUEIRÓZ (PFL/MS)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 285, do projeto de Constituição, da Comissão de Sistematização:

"A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União.

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 336, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto, que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, de vem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla.

Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda.

Pela rejeição.

EMENDA:04844 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAULO QUEIRÓZ (PFL/MS)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 330 do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

"Art. 330. Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional de responsabilidade da União e das entidades sob seu controle, serão depositados em instituições financeiras oficiais federais de crédito e por elas aplicados."

Justificativa:

O tratamento a ser dispensado às instituições financeiras oficiais federais não pode, nem deve ser discriminatório.

A redação ora proposta enseja dar condições ao Governo Federal de dispor de maior flexibilidade na alocação dos recursos destinados a programas e projetos de desenvolvimento regional, isto porque são raras as instituições que dispõem de dependências em todos os pontos do território.

Parecer:

Optamos por manter o texto aprovado na comissão temática que direciona os recursos relativos a programas ou projetos federais para depósito em bancos oficiais regionais.

Pela Rejeição.

EMENDA:04869 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 328 do anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

Optamos por manter o texto aprovado na comissão temática que prevê a criação de fundo de proteção de poupanças pelas instituições financeiras, em geral, oficiais ou privadas.

Caso a exigência se restringisse às instituições financeiras privadas criar-se-ia uma situação de custos desvantajosa para essas instituições, quando também se verifica que diversos bancos oficiais estaduais são os que mais necessidade tem de proteger os seus depositantes com recursos próprios, sem onerar o Banco Central do Brasil ou diretamente os próprios contribuintes.

Pela rejeição.

EMENDA:04870 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 285, do Anteprojeto de Constituição, da Comissão de

Sistematização:

"A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela União.

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 336, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto, que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, de vem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla. Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda. Pela rejeição.

EMENDA:05026 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROSSI (PTB/SP)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 328 do Anteprojeto de Constituição da Comissão Sistematização:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

Optamos por manter o texto aprovado na comissão temática que prevê a criação de fundo de proteção de poupanças pelas instituições financeiras, em geral, oficiais ou privadas.

Caso a exigência se restringisse às instituições financeiras privadas criar-se-ia uma situação de custos desvantajosa para essas instituições, quando também se verifica que diversos bancos oficiais estaduais são os que mais necessidade tem de proteger os seus depositantes com recursos próprios, sem onerar o Banco Central do Brasil ou diretamente os próprios contribuintes.

Pela rejeição.

EMENDA:05037 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROSSI (PTB/SP)

Texto:

Dê-se a seguinte redação do artigo 285, do Anteprojeto de Constituição, da Comissão de

Sistematização:

"A união não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União.

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 328, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto, que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, de vem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla. Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda. Pela rejeição.

EMENDA:05143 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOAQUIM BEVILÁCQUA (PTB/SP)

Texto:

Emenda supressiva

Dispositivo emendado: artigo 331

Suprima-se o artigo 331

Justificativa:

A atuação do sistema financeiro é presidida por critérios e condições que asseguram sua função de instrumento de desenvolvimento. A consecução desse objetivo é preservada mediante a presença do próprio Estado, por intermédio do Banco Central que orienta os fluxos monetários nos mercados. Não se justifica a restrição do artigo, sobretudo o critério em que se baseia, pois que é restritivo à eficiência do funcionamento em termos nacionais do sistema financeiro.

O disposto que pretendemos excluir pode inclusive impedir a transferência de poupanças individuais de um Estado para outro, contrariando o princípio maior da liberdade de iniciativa e da liberdade de utilização dos bens individuais.

Parecer:

O dispositivo que a presente emenda pretende suprimir foi modificado para nova redação que atende, em parte, a argumentação exposta em sua justificativa. Pela aprovação parcial.

EMENDA:05144 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOAQUIM BEVILÁCQUA (PTB/SP)

Texto:

Emenda modificativa

Dispositivo emendado: artigo 285

O artigo 285 passa a ter a seguinte redação:

Art. 290. A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras, observado o disposto no art. 67, inciso V.

Justificativa:

Adequação da redação do dispositivo, tendo em vista a alteração proposta no art. 336, inciso V.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto, que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, de vem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla.

Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda.

Pela rejeição.

EMENDA:05145 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOAQUIM BEVILÁQUA (PTB/SP)

Texto:

Emenda modificativa

Dispositivo emendado: artigo 328, Inciso V

O inciso V do art. 328 passa a ter a seguinte redação:

Art. 328.

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras e da União, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

A instituição da modalidade do seguro de crédito é providência salutar que deve fazer parte do conjunto de normas reguladoras dos mercados financeiros e de capitais, tal como proposto no artigo. Todavia, tendo em vista a natureza do bem a ser protegido, isto é, a poupança popular, é de toda conveniência que a União também participe, dando esforço, a fim de viabilizar a geração de recursos em montante suficiente para o atendimento dos fins propostos.

Parecer:

Optamos por manter no Projeto de Constituição o texto aprovado na comissão temática que reserva às instituições financeiras a exigência de criação de fundo de proteção às poupanças populares, sem ônus para a União.

Pela rejeição

EMENDA:05188 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

Texto:

Dispõe o Art. 328:

"A Lei do Sistema Financeiro Nacional disporá, inclusive sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização;

Retirar, suprimir:

II - condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o

item anterior, tendo em vista, especialmente:

- a) os interesses nacional;
- b) os acordos internacionais;
- c) critério de reciprocidade."

Justificativa:

1º - A matéria do inciso II que se propõe suprimir está contida no inciso I, uma vez que, se "a Lei do Sistema Financeiro disporá, inclusive sobre o funcionamento das instituições financeiras," obviamente, essa lei irá decidir sobre participação do capital estrangeiro nessas instituições.

2º - A participação obrigatória de capital estrangeiro nos estabelecimentos de previdência, disposição que decorre do texto que se propõe suprimir, no que se refere ao componente de saúde, está em conflito com o §4º do art. 349, *in verbis*:

"Fica proibida a exploração direta ou indireta, por parte de empresas e capitais de procedência estrangeira, dos serviços de assistência à saúde no País."

3º - Se o art. 327 estabelece que o "Sistema Financeiro será estruturado em lei, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir os interesses da coletividade", a dita lei poderia, em determinadas circunstâncias, considerar desaconselhável a participação de capital estrangeiro nas instituições financeiras ou nos estabelecimentos de seguro, ou de previdência ou de capitalização. Essa conclusão do legislador ordinário destinada "a servir os interesses da coletividade", como prescreve o dito art. 327, estará obstada pelo inciso II do art. 328, que se pretende suprimir, onde, antecipada e irreversivelmente, é estabelecida a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras e nos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, acima da lei ordinária, pois a presença do capital estrangeiro estará assegurada por um preceito constitucional.

O conflito é, pois, evidente e a supressão se impõe.

4º - Por último é importante assinalar que não houve na V Comissão do Sistema Tributário intenção de assegurar, na Constituição, a participação garantida do capital estrangeiro nas instituições financeiras e nos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, mas, diante dos acirrados debates, prevaleceu o entendimento de que matéria deveria ser transferida para a lei ordinária, como consta do art. 327 aprovado e que deverá prevalecer.

Parecer:

Optamos por manter no Projeto de Constituição o texto aprovado pela comissão temática sem a supressão do inciso II que a presente emenda pretende fazer.
Pela rejeição.

EMENDA:05257 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RITA CAMATA (PMDB/ES)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 328, Inciso V

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 328 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

V - A criação do fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

Entendemos que as instituições financeiras públicas e privadas devem constituir um fundo especial, que proteja a economia popular garantindo depósitos até determinado valor.

A Emenda proposta exclui as instituições oficiais do fundo.

Ora, o art. 285 do Projeto estabelece que a "União não se responsabilizará por depósitos ou aplicações em instituições financeiras", com o qual concordamos.

Está claro, portanto, que a Emenda não contribui para o aprimoramento do Projeto.

Pela rejeição.

EMENDA:06182 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMIR LIMA (PMDB/AC)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se a seguinte redação ao art. 285 do

Projeto de Constituição:

"Art. 285-A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizadas nas instituições controladas pela própria União."

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 328, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto, que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, de vem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla.

Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda.

Pela rejeição.

EMENDA:06189 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMIR LIMA (PMDB/AC)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do art.

328 do Projeto de Constituição:

"V - a criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor".

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

Entendemos que as instituições financeiras públicas e privadas devem constituir um fundo especial, que proteja a economia popular garantindo depósitos até determinado valor.

A Emenda proposta exclui as instituições oficiais do fundo.

Ora, o art. 285 do Projeto estabelece que a "União não se responsabilizará por depósitos ou aplicações em instituições financeiras", com o qual concordamos.

Está claro, portanto, que a Emenda não contribui para o aprimoramento do Projeto.

Pela rejeição.

EMENDA:06365 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ZARZUR (PMDB/SP)

Texto:

Acrescente-se ao Capítulo I, Título VIII (Da ordem econômica e financeira), o seguinte dispositivo:

"Art. As taxas de juros reais, nas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indireta referentes a concessão crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano."

Justificativa:

Poderá supor-se à primeira vista que o treinamento se constitui mais uma intervenção estatal na atividade privada.

Há, entretanto, a considerar vários aspectos da questão.

Primeiramente, não se pode desconhecer que a atividade financeira do Brasil é uma atividade cartorial, desde as emissões de cartas patentes para o funcionamento do estabelecimento de crédito até múltiplas e constantes normas baixadas diariamente pelo Banco Central, não deixando, praticamente, nenhuma margem de que se poderia entender como liberdade empresarial para o empresário financeiro atuar.

Por outro lado, o Banco Central, diariamente, determina as taxas (eufemismo de juros) que devem ser pagas no "over", no "open", nos COBs e as variações das LSBs, além de outras várias modalidades de remuneração de papéis de renda fixa e outras operações financeiras, sem contar a própria fixação da taxa cambial.

Ora, essas ações do Banco Central demonstram o extremo dirigismo da atividade financeira e pode-se até dizer do tácito regime de "concessão" aplicando às instituições financeiras.

Se assim é na lei e na prática, por que o tabu de não se admitir o tabelamento de juros?

Não se tabela juros. Contudo, na prática observa-se que ora se privilegia um determinado setor produtivo, ora outro, o que, em vez de proporcionar um desenvolvimento harmônico da economia, provoca, quase sempre, um descompasso na formação de custos dos demais setores produtivos.

É necessário, portanto, que haja uma uniformidade.

O tabelamento de juros, pelo que se observa diuturnamente pelo pronunciamento de entidades de classe e de empresários é que o tabelamento de juros constitui um imperativo para o funcionamento da empresa, sem o que a saúde empresarial será comprometida.

Dizer-se que os juros estão ligados intimamente ao índice inflacionário, é o óbvio. De igual maneira, sabe-se que só podem cair se diminuir a inflação.

Como lamentavelmente, no Brasil, a inflação é um estado crônico e a lei da usura formou-se como também outra letra morta, impõe-se um preceito constitucional de tabelamento de juros, de forma a serem praticados juros reais (por exemplo, 0,5% ao mês acima da taxa inflacionária e não alucinante episódio que vimos assistindo da dança frenética de elevação das taxas de juros.

Acreditamos, pois, estar colaborando com uma atividade empresarial como um todo, inclusive com o setor financeiro que se opõe acerbamente ao tabelamento, e, logicamente, com a iniciativa privada.

Daí entendermos que, a par daqueles princípios informadores da atividade econômica, consagrados ao longo dos anos nas diversas Constituições republicanas, tais como "liberdade de iniciativa", "função social da empresa e da propriedade", "fortalecimento da empresa nacional", como consta anteprojeto Afonso Arinos, deve constar, prioritariamente, o tabelamento de juros, com uma das maiores aspirações do empresariado nacional, do micro ao grande empresário indistintamente.

Por motivos bastante conhecidos, só não se observa um movimento para o tabelamento de juros entre as chamadas empresas multinacionais.

Atendendo, pois, os legítimos anseios do empresariado provado nacional, estamos certos da acolhida da presente sugestão pelos eminentes Constituintes.

Parecer:

A taxa de juros reais no Brasil constitui um problema que precisa ser equacionado com urgência. Todavia, além de questões técnicas, como a definição do que se entende por "taxa de juros reais", há que se examinar os determinantes das atuais taxas. A partir desses elementos, a administração econômica do país deve submeter à deliberação do Congresso Nacional normas que mantenham a taxa de juros reais dentro dos limites observados a níveis internacionais.

Portanto, a fixação de limites "a priori" na Constituição não assegura os objetivos legítimos do ilustre constituinte.

Pela Rejeição.

EMENDA:06589 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JORGE UEQUED (PMDB/RS)

Texto:

Título VIII - Da Ordem Econômica e Financeira
Capítulo III - Do Sistema Financeiro Nacional
Inclui e Dá Nova Redação Ao Art. 327

O sistema financeiro nacional será estruturado em lei, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade. Será privativo da União e dos Estados-Membros da Federação.

Justificativa:

Nada justifica a existência do sistema financeiro privado, pois a cada crise o Governo tem que intervir e alocar recursos. Quando existe lucro, fica com a iniciativa privada; quando ocorrem os prejuízos, vai para o poder público. A estatização do sistema financeiro aos interesses nacionais.

Parecer:

A Emenda proposta pelo nobre Constituinte estatiza o sistema financeiro nacional. Entendemos que deva ser preservada a participação majoritária do Estado nesse segmento da economia, nos limites da experiência de sistema misto que conhecemos. Somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:06969 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

EVALDO GONÇALVES (PFL/PB)

Texto:

Acrescentar ao art. 328, Capítulo III, Título VIII, o item VI, com a seguinte redação:
VI - a criação do Banco Rural destinado ao amparo e desenvolvimento da agricultura e da pecuária, nas Regiões subdesenvolvidas do País.

Justificativa:

Como se sabe, Senhor Presidente, não há, neste País, nenhum banco destinado exclusivamente à agricultura e à pecuária. Via de regra, os recursos disponíveis para empréstimos, o são, quase na sua totalidade, absorvidos pela indústria e pelo comércio. Não é que sejamos contra tais atividades. Não. Queremos que elas prosperem sempre a sempre. Todavia, entendemos que se tratamento diferenciado às atividades econômicas primárias, como é o caso da agricultura e da pecuária, não teremos o desenvolvimento desejado no comércio e na indústria. Este é o sentido desta minha Emenda Constitucional.

Parecer:

O Projeto de Constituição estabelece o princípio de que o S. F. N. será estruturado na forma da lei, de modo a promover o desenvolvimento equilibrado. Se, no momento oportuno, a sociedade decidir, através do C. N. que elaborará e votará a lei do S. F. N., sobre a criação do Banco Rural ou qualquer outra instituição, o texto Constitucional proposto estabelece o princípio sobre o qual a lei ordinária se fundamentará. A Emenda não contribui para o aprimoramento do Projeto, em que pese o objetivo do ilustre Constituinte. Pela rejeição.

EMENDA:07272 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO VANDERLINDE (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Modificativa
Modifique-se o art. 469 do Projeto da

Constituição (da Comissão de Sistematização) com o seguinte texto:

ART. 469 - Até a regulamentação da autorização a que se referem o item I do artigo 328 e o artigo 329, o Banco Central do Brasil providenciará no sentido de serem atribuídas às cooperativas de crédito as mesmas condições de funcionamento e operacionalidade das instituições bancárias, respeitadas suas peculiaridades.

Justificativa:

A autorização de funcionamento das instituições financeiras outorgou a faculdade de praticar operações normais do comércio bancário. Servimos especiais e a administração de produtos específicos merecem tratamento diferenciado, caso a caso, pelo Banco Central do Brasil.

As cooperativas de crédito são instituições financeiras sob o controle do Banco Central e normatização do Conselho Monetário Nacional. Ostentam características diversas dos bancos, já mesmo por serem sociedades de pessoas e não de capital.

A operacionalização de certos produtos inerentes à atividade bancária será, pelo texto constitucional proposto, facultada às cooperativas de crédito, obedecida a satisfação de requisitos semelhantes, atendendo-se às suas condições peculiares de formação e estrutura.

Parecer:

A redação proposta ao Art. 469 do Projeto de Constituição exclui a expressão "que venham a ser consideradas capacitadas", relativa às cooperativas de crédito.

A Emenda não contribui, a nosso ver, para o aprimoramento do Projeto de Constituição.

Pela Rejeição.

EMENDA:07798 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO PIMENTEL (PFL/PR)

Texto:

Emenda supressiva

Dispositivo emendado: art. 329

Suprima-se do projeto:

o art. 329

Justificativa:

A matéria que o dispositivo emendado visa regular está contido no art. 328, inciso I. Não passa, assim, de uma repetição que deve ser suprimida.

Parecer:

O inciso I do art.328 estabelece que a lei do S.F.N. disporá sobre a autorização para funcionamento das instituições.

Todavia, segundo o entendimento dos nobres Constituintes da Comissão de Tributos, Orçamentos e Finanças, a Carta Magna deve estabelecer que a "Carta-Patente" será negociável e intransferível, e concedida sem ônus.

A nosso ver, o artigo 329 deve ser compatibilizado com o inciso I do artigo 328.

Pela rejeição.

EMENDA:07871 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERSON CAMATA (PMDB/ES)

Texto:

Emenda Aditiva

Incluir, no Art. 328, o seguinte dispositivo:

Lei municipal disciplinará as condições para abertura e funcionamento de dependências de instituições financeiras no município, subordinando-as aos interesses da comunidade.

Justificativa:

As instituições financeiras, especialmente os grandes conglomerados, arrecadam recursos financeiros no município e os destinam para aplicação, prejudicando, muitas vezes, a economia do município através de um processo de descapitalização.

Tem-se que preservar a autonomia municipal, pois é a comunidade que, em última análise, deve manifestar-se sobre a conveniência ou não para a instalação e funcionamento de qualquer dependência de instituição financeira.

Parecer:

O Projeto de Constituição estabelece o princípio de que o S.F.N. será estruturado na forma da lei, de modo a promover o desenvolvimento equilibrado e "a servir aos interesses da coletividade".

Não obstante a justificação apresentada pelos nobres constituintes, entendemos que cabe à lei ordinária tratar da matéria proposta na Emenda sob exame.

Pela rejeição.

EMENDA:08176 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB/CE)

Texto:

Emenda aos Art. 327 a 330 do Projeto de Constituição, com a renumeração dos demais:

"Art. 327. - Integram o Sistema Financeiro Nacional órgãos da administração direta e indireta, e a rede particular de bancos.

Art. 328. - O Conselho Diretor do Sistema Financeiro Nacional, existente na Presidência da República, é o órgão diretivo da atividade relativa a essa área, integrado por todos os Ministros de Estado.

§ 1o. - Os demais integrantes serão definidos em legislação ordinária.

§ 2o. - A estrutura e especificação das finalidades serão definidas em lei.

Art. 329. - Bancos Regionais serão os executores das medidas do Conselho Diretor do Sistema Financeiro Regional, fiscalização e orientarão os bancos oficiais e particulares, oferecendo diagnóstico permanente a respeito de cada casa bancária.

§ 1o. - Cada região, indicada em lei, será a jurisdição de um Banco Regional, sediado em uma das Capitais dos Estados que a integram.

§ 2o. - O Ministro da Fazenda supervisionará os Bancos Regionais.

Art. (...) - Os Presidentes dos órgãos do Sistema Financeiro serão nomeados pelo Presidente da República, com a aprovação prévia do Senado Federal.

Art. (...) - A lei definirá as condições para abertura de novos bancos e a autorização para funcionamento será necessariamente gratuita.

§ 1o. - Poderão ser criados bancos municipais, mediante condições especiais.

§ 2o. - A lei ordinária fixará a taxa real de juros e o limite das transferências inter-regionais de poupança.

§ 3o. - A lei indicará o percentual mínimo da Receita da União em favor dos Bancos de fomento às regiões.

Art. (...) - O Produto interno bruto será o limite da emissão da moeda, cuja competência é da União.

Art. (...) - O Conselho Diretor do Sistema Financeiro Nacional fixará o controle sobre o sistema de intermediação financeira.

Art. (...) - A Secretaria do Tesouro Nacional manterá o Conselho Diretor do Sistema Financeiro Nacional informado a respeito das dívidas interna e externa do Brasil.

Art. (...) - A Lei especial definirá as penas a serem aplicadas aos agiotas e aos que estimularem, por meios dolosos, a inflação.

Justificativa:

Tendo em vista que o autor da presente sugestão é presidente da Subcomissão do Sistema Financeiro e justificação será feita oralmente.

Parecer:

A Emenda do ilustre Constituinte dispõe sobre os Órgãos que devem compor os Sistema Financeiro Nacional; cria o Conselho Diretor do Sistema, atribui competência aos Bancos Regionais, etc.

A nosso ver, trata-se de um conjunto de normas que deverão ser apreciadas quando da elaboração da Lei do Sistema Financeiro Nacional.

Nesse sentido, somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:08182 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB/CE)

Texto:

Incluir, após o art. 327 do Projeto de Constituição, os seguintes artigos, renumerando-se os demais:

Art. (328) - Os dirigentes de órgãos estatais do Sistema Financeiro Nacional não terão vínculo com instituições financeiras privadas.

Art. (329) - No Nordeste do Brasil os custos financeiros serão reduzidos, automaticamente, em cinquenta por cento.

Art. (0) - O Sistema Financeiro Nacional terá necessariamente função social e assegurará a aplicação da poupança em favor do fomento da produção e circulação de riquezas.

Art. (1) - Os recursos geridos pela Administração Pública serão destinados às instituições financeiras públicas.

Art. (2) - O cooperativismo será estimulado pelo Estado.

Justificativa:

Emenda sem justificação.

Parecer:

A Emenda do ilustre Constituinte propõe a inclusão de 5 dispositivos no texto do Projeto.

Quanto aos dirigentes de órgãos estatais do S.F.N., entendemos que a Lei deve dispor sobre os requisitos para designação dos membros da diretoria do Banco Central - órgão responsável pela fiscalização das instituições financeiras, além de outras atribuições.

A redução de custos financeiros, a nosso ver, não deve ser automática para qualquer região. Qualquer subsídio governamental deve constar da Lei Orçamentária que será deliberada Anualmente pelo Congresso Nacional.

Entendemos que o S.F.N. deve contribuir para o desenvolvimento equilibrado do país e servir aos interesses da coletividade, dessa forma cumprindo sua função social fomentando a produção e viabilizando a circulação das riquezas.

A gestão de recursos públicos por órgãos oficiais está assegurada nos artigos 284 e 330 do Projeto de Constituição.

O § 2o. do Art. 304 do Projeto especifica que a "Lei apoiará e estimulará o cooperativismo...", com incentivos fiscais, etc.

Face ao exposto, somos pelo acolhimento parcial da Emenda.

EMENDA:08510 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO IZAR (PFL/SP)

Texto:

Suprimir o artigo 285.

Justificativa:

A matéria não é de feição constitucional, devendo ser tratada em legislação comum.

Parecer:

A Emenda objetiva responsabilizar a União pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras. Na hipótese, não obstante os elevados propósitos do Autor, fica substancialmente alterada a proposta acolhida pela maioria dos Constituintes que examinaram a matéria, nas fases anteriores da elaboração do Projeto de Constituição.

Assim, somos pela sua rejeição.

EMENDA:08517 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO IZAR (PFL/SP)

Texto:

Dê-se ao artigo 331 do Projeto de Constituição, a seguinte redação:
"Art. 331 - É vedada a transferência de poupança de Estados com renda inferior à média nacional, para outros de maior desenvolvimento".

Justificativa:

Melhorar, ainda mais, a destinação dos recursos captados na poupança para que os mesmos sejam aplicados em projetos que promovam o desenvolvimento do Estado de origem.

Parecer:

A vedação legal de transferência poupança entre regiões, Estados ou Municípios seria, a nosso ver, norma inócua. A poupança privada flui, no sistema capitalista, para os setores de maior rentabilidade, de menor risco e de maior liquidez.

Entendemos que às regiões mais pobres, inclusive Esta dos e Municípios devem ser alocados recursos públicos (anualmente deliberados pelo Congresso Nacional) que criem as condições reais para atrair os investimentos privados.

Pela rejeição.

EMENDA:09234 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RONALDO CARVALHO (PMDB/MG)

Texto:

Emenda aditiva

Dispositivo emendado: Art. 331

Acrescente-se o Parágrafo único ao Art. 331.

Parágrafo único - As empresas e instituições captadoras de aplicações financeiras ficam obrigadas na forma da lei a aplicarem um percentual dos recursos captados no próprio Município.

Justificativa:

Estas aplicações se dariam através de projetos locais de desenvolvimento, de acordo com as prioridades estabelecidas, de maneira a que esses recursos sirvam à multiplicação das riquezas, fixação do homem e ao bem-estar comum.

Parecer:

A vedação legal de transferência de poupança entre regiões seria, a nosso ver, norma inócua. Os aplicadores em instituições financeiras ou em investimentos de qualquer natureza têm como parâmetros a rentabilidade, o risco e a liquidez do ativo.

A Emenda proposta visa restringir ainda mais o fluxo natural de poupanças. As aplicações privadas nos municípios obedecerão à lógica econômica e não a medidas artificiais.

Pela rejeição.

EMENDA:09262 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ETEVALDO NOGUEIRA (PFL/CE)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: art. 328, I

Dê-se a seguinte redação ao inciso I do art. 328:

Art. 328 -

I - a autorização para o funcionamento de instituições financeiras nos níveis nacional, regional, estadual e municipal, bem como de seguro, previdência e capitalização;

Justificativa:

Anteriormente a 1964, a atividade bancária ou financeira no Brasil se distribuirá por sociedades diversas, umas de maior porte, outras menores. Havia a gradação salutar, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista político e institucional, entre tais estabelecimentos – os grandes, os médios e os pequenos.

Em qualquer economia cumpre proteger o médio e pequeno empresários elementos fundamentais no regime democrático e primordiais ao desenvolvimento econômico e social. As pequenas e médias empresas consolidam a livre iniciativa e garantem a concorrência dos mercados, restringindo, naturalmente, a formação de monopólios e oligopólios de resultados insuportáveis para o usuário ou consumidor. As grandes empresas, no entanto, valendo-se do seu poderio econômico, podem estrangular aquelas iniciativas, cabendo, aí, a intervenção do Estado para assegurar a sobrevivência da pequena e média empresa.

Esta emenda objetiva restabelecer a concorrência no mercado financeiro, destruindo o oligopólio instalado pós 1964, fazendo retornar o funcionamento do mercado financeiro as próprias leis de economia.

Esta emenda permite ainda a instalação de médias e pequenas instituições financeiras, em áreas territoriais específicas de atuação, comprometidas com os interesses locais, proporcionadores de benefícios das pequenas comunidades, pois a sobrevivência de tais instituições dependerá, em última análise, da colocação que prestarem à comunidade e ao apoio que dela receberem.

Parecer:

A autorização para o funcionamento de instituições financeiras de que a Lei do SFN disporá, seguramente envolverá os níveis "nacional, regional, estadual e municipal" propostos pelo nobre Constituinte.

O princípio proposto no Projeto permite, inclusive, que o Congresso Nacional decida sobre a conveniência ou não de adotarmos a regionalização ou municipalização de bancos, seguradoras, etc., sem necessidade de alterações conjunturais da Carta Magna.

Pela rejeição.

EMENDA:09263 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ETEVALDO NOGUEIRA (PFL/CE)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ART. 328, I

Inclua-se no art. 328, como incisos II e III

o texto seguinte, renumerando-se os demais:

Art. 328 -

I -

II - normas relativas ao funcionamento das instituições financeiras nos níveis nacional e

regional;

III - competência do Estado e Município para regulamentar, respectivamente, o funcionamento das instituições financeiras nos níveis estadual e municipal;

Justificativa:

Com a presente emenda complementamos outra de nossa autoria, antecipando, no texto constitucional, matéria que obrigatoriamente deverá constar na Lei do Sistema Financeiro Nacional. Criando níveis de atuação específica, com base territorial definida, desejamos, com a presente, respeitando o princípio federativo, deixar a cargos dos Estados e Municípios a regulamentação dos estabelecimentos financeiros nos níveis estadual e municipal, respectivamente. Tais instituições interessam sobretudo aos interesses das comunidades estadual e municipal, portanto, um restrito espaço geográfico, onde predominam as peculiaridades locais. Portanto, ninguém melhor esclarecido sobre essas peculiaridades, que as autoridades locais.

Parecer:

Os dispositivos propostos pelo ilustre Constituinte referem-se a matéria de natureza infraconstitucional. A norma constitucional constante do Projeto (art. 328) não exclui a possibilidade dos legisladores ordinários contemplarem os dispositivos objeto da presente Emenda. Pela rejeição.

EMENDA:09295 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JUTAHY MAGALHÃES (PMDB/BA)

Texto:

Dê-se ao artigo 331 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização a seguinte redação:

Art. 331 - As instituições financeiras de âmbito nacional da União destinarão, anualmente, para financiar investimentos nas regiões Norte e Nordeste, importância não inferior a 1/3 (um terço) dos recursos aplicados em outras regiões do País."

Justificativa:

O artigo 331 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização veda a transferência de poupanças de regiões onde a renda seja inferior à média nacional para regiões mais desenvolvidas.

O dispositivo, que visa assegurar a existência de recursos para aplicação nas regiões mais carentes, tem, a nosso ver, um problema básico qual seja o de ignorar a realidade do sistema financeiro nacional.

O sistema financeiro brasileiro tem um nível de concentração muito elevado e é interligado por um dos mais modernos sistemas de comunicações do mundo.

A proibição pura e simples às transferências de poupança determinará o isolamento dessas regiões do resto do País.

Assegurar a existência de recursos para investimentos nas regiões mais atrasadas, no entanto, com vistas a promover o desenvolvimento equilibrado do país, é questão que interessa à Nação como um todo.

Nesse sentido, submetemos a emenda em epígrafe à elevada consideração dos Constituintes.

Parecer:

As regiões mais carentes do país necessitam de recursos para viabilizar o desenvolvimento econômico e social. Todavia, a vinculação "a priori" de recursos privados para determinado setor ou região não assegura a efetivação das aplicações.

Entendemos que o artigo 330 precisa ser reformulado, mas a forma proposta pelo nobre Constituinte não assegura a correção desejada.

Pela rejeição.

EMENDA:09340 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALOÍSIO VASCONCELOS (PMDB/MG)

Texto:

Emenda modificativa

Dispositivo emendado: Artigo 283

O artigo 283 passa a ter a seguinte redação:
a Competência da União para emitir moeda e fazer circular papel moeda será exercida por um e somente um órgão emissor.

§ 1o. - É vedada o órgão emissor, se instituição bancária, conceder direta ou indiretamente empréstimos ao Tesouro Nacional ou a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

§ 2o. - O órgão emissor de moeda e papel moeda poderá comprar e vender, no mercado, títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

§ 3o. - O papel moeda colocado em circulação será lastreado em proporção tecnicamente aplicável por valores reais de elevada liquidez ou divisas fazendo parte do ativo do órgão emissor, registrado em título contábil específico.

§ 4o. - O portador do papel moeda circulante terá garantia de permuta pelo valor real ou divisa que lhe serve de lastro.

Suprimir o Art. 284.

Art. 285 - A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras.

[...]

Justificativa:

Emenda sem justificção.

Parecer:

A Emenda em questão propõe alterações no título VIII, seções I e II, do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Quanto a seção I, a Emenda objetiva suprimir as referências ao Banco Central, a quem o Projeto atribui na qualidade de Autoridade monetária, poder para exercer, com exclusividade, a competência da União para emitir moeda; vedar à autoridade monetária a possibilidade de negociar diretamente com o Tesouro Nacional títulos por este emitidos; instituir o requisito de lastro físico como garantia das emissões de papel moeda; e estatizar o sistema financeiro.

A este respeito, não obstante os elevados propósitos que inspiraram o Nobre Parlamentar, a matéria consubstanciada na Emenda conflita com a sistemática geral adotada pelo projeto e com os pontos de vista expressos pela maioria dos Constituintes que a examinaram, em fases anteriores da sua elaboração. Em relação à "Seção II - dos Orçamentos", o ilustre Constituinte propõe alterações, sendo que algumas são relativas à forma como os orçamentos serão apresentados, mas que, na essência, estão atendidos na nossa proposição; outras que, no nosso entender, deverão ser objeto de legislação complementar ou mesmo ordinária; apresentando ainda dispositivos que já estão no Projeto apresentado pela Comissão de Sistematização, apenas com diferente ordenamento e distribuição por artigos, parágrafos e itens, e que, inclusive, estamos mantendo na atual proposta.

Entendemos assim que, em parte, sua Emenda está sendo aproveitada e, neste sentido, a consideramos aprovada parcialmente.

EMENDA:09725 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO IZAR (PFL/SP)

Texto:

Dê-se ao artigo 331 do Projeto de Constituição, a seguinte redação:

"Art. 331 - É vedada a transferência de poupança de Estados com renda inferior à média nacional, para outros de maior desenvolvimento".

Justificativa:

Melhorar, ainda mais, a destinação de recursos captados na poupança para que os mesmos sejam aplicados em projetos que promovam o desenvolvimento do Estado de origem.

Parecer:

A Emenda proposta trata de matéria contemplada no Projeto em exame (art. 331).

A vedação legal de transferência de poupança entre regiões é inócua, visto que os poupadores procurarão aplicar seus recursos onde obtiverem maior rentabilidade. Todavia, entendemos que a lei deve dispor sobre restrições à referida transparência.

Portanto, somos pelo acolhimento parcial.

EMENDA:09761 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO IZAR (PFL/SP)

Texto:

Suprimir o Artigo 285.

Justificativa:

A matéria não é feito constitucional, devendo ser tratada em legislação comum.

Parecer:

A Emenda objetiva responsabilizar a União pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras. Na hipótese, não obstante os elevados propósitos do Autor, fica substancialmente alterada a proposta acolhida pela maioria dos Constituintes que examinaram a matéria, nas fases anteriores da elaboração do Projeto de Constituição.

Assim, somos pela sua rejeição.

EMENDA:09801 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RONALDO CEZAR COELHO (PMDB/RJ)

Texto:

Emenda Substitutiva

Substitua-se os incisos I, II, III, IV e V do

artigo 328 e o artigo 329 por:

art. 328 -

I - Sua divisão em:

a - Sistema do mercado de crédito e operações cambiais, e

b - Sistema do mercado de capitais e valores mobiliários.

II - Existência, para cada um dos segmentos a que se refere o item anterior, de uma entidade autônoma de regulação e fiscalização independente e distinta, regida por lei que disponha sobre sua organização, funcionamento, atribuições e poderes, defina as atividades por ela reguladas e as condições para autorização do respectivo exercício, e estabeleça a forma de designação dos membros de seu órgão diretor, os requisitos para o exercício do cargo e os impedimentos após o mesmo, bem como a duração dos mandatos, vedada a demissão não precedida de inquérito administrativo com amplo direito de defesa.

III - A criação, para cada um dos segmentos mencionados no item I, de um ou mais fundos constituídos com recursos das instituições que exercem as atividades que lhe são próprias, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo depósitos e aplicações na forma de

regulamentação específica.

IV - Condições para a participação de capital estrangeiro nas instituições que exercem as atividades próprias de cada segmento referido no item I, bem como no capital acionário das empresas nacionais, tendo em vista, especialmente:

- a - os interesses nacionais,
- b - os acordos internacionais,
- c - critérios de reciprocidade.

V - Vedação de imposição de taxas ou tributos que incidam sobre as operações próprias de qualquer dos segmentos a que se refere o item I ou sobre seus resultados, sem prévia audiência da respectiva entidade reguladora.

art. 329 - A autorização para o exercício de atividade própria de qualquer dos segmentos do sistema financeiro nacional é negociável e intransferível, permitida a transmissão de controle de pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, à pessoa jurídica que comprove preencher os requisitos para sua obtenção na forma da lei.

Justificativa:

As características das aplicações de recursos no mercado de crédito, através do sistema bancário, são totalmente distintas daquelas dos investimentos no mercado de capitais e valores mobiliários.

Neste último caso o investidor se torna acionista, ou coproprietário, do tomador final dos recursos, que é a empresa emissora dos títulos e valores mobiliários adquiridos, de cuja performance dependerá o retorno da aplicação. Já no mercado de crédito as instituições financeiras se interpõem entre os aplicadores e os tomadores dos recursos, assumindo a responsabilidade pelo pagamento do principal e de seus rendimentos, ao final do período de aplicação.

Essa diferença determina uma divisão natural das atividades próprias do sistema financeiro em dois segmentos distintos, para cada um dos quais são necessários filosofias, princípios e procedimentos de relação diferentes. De fato, embora o principal fundamento da regulação governamental seja, em ambos os casos, a necessidade de proteger a economia popular, no mercado de crédito o que propicia essa proteção é a manutenção da continuidade, estabilidade e segurança de cada instituição financeira em particular e do sistema como um todo; para tanto, é muitas vezes essencial que se guarde sigilo sobre as operações realizadas e a situação financeira dos tomadores finais dos recursos. Já no mercado de valores mobiliários o procedimento mais apropriado para proteger o investidor é assegurar-lhe o mais alto nível de informação possível sobre os valores negociados, as empresas que os emitem, e o mercado em geral; é também importantíssimo desenvolver um mercado secundário ativo, transparente e confiável, que lhe proporcione condições adequadas para desfazer-se do investimento, no momento que assim o desejar ou necessitar.

Como, além disso, os dois segmentos do mercado financeiro estão em contínua evolução, exigindo uma especialização cada vez maior para a sua regulação eficaz, é evidentemente essencial, para que se possa proteger adequadamente a economia popular, que cada um deles seja regulado por uma entidade autônoma, independente e distinta. Na realidade, essa separação entre as entidades reguladoras dos dois segmentos do sistema financeiro inclusive já existe, desde a criação da Comissão de Valores Mobiliários, pela Lei nº 6385, de 07/12/1976; isso representa uma conquista que não se pode perder, em termos de evolução legislativa.

Para que as entidades governamentais de regulação do sistema financeiro possam considerar sempre, em primeiro lugar, os interesses da coletividade, e não os de quaisquer grupos de poder, é indispensável assegurar-lhes independência e continuidade de ação, estabelecendo que se determine por lei sua organização, funcionamento, atribuições, poderes e esfera de atuação, bem como a forma de designação dos membros de seus órgãos diretores, os quais devem ter mandatos definidos, não podendo ser demitidos sem que antes se tenha procedido a inquérito administrativo com amplo direito de defesa.

Tendo em vista ainda a divisão do sistema financeiro em dois segmentos, segundo as atividades exercidas, e considerando que inúmeras instituições financeiras atuam tanto no mercado de crédito e câmbio como no de capitais e valores mobiliários, torna-se inadequada a concessão de autorização para o funcionamento de instituições: o que a lei deve regular é a autorização para o exercício de cada atividade, pelo que se fizeram alterações apropriadas na redação anterior.

Outro item que exigiu mudança foi o que trata da criação de fundo, constituído com recursos das instituições financeiras, para a proteção da economia popular. É preciso determinar a existência de fundos diferentes para cada um dos segmentos do sistema financeiro sendo cada um deles objeto de regulamentação específica. De fato, somente o fundo do mercado de crédito deve garantir o pagamento da totalidade da obrigação assumida pela instituição financeira, em qualquer caso. Os fundos do mercado de valores mobiliários, porém devem assegurar somente, como já o fazem os fundos de garantia das Bolsas de Valores, a reposição das perdas de

patrimônio, originadas por culpa ou dolo dos intermediários, uma vez que os riscos normais de mercado podem ocasionar prejuízos de maneira inteiramente independente da ação daqueles.

O item que trata do estabelecimento de condições para a participação de capital estrangeiro foi ampliado, porque a regulamentação dessa participação no capital acionário das empresas nacionais é tão importante como no das instituições financeiras.

A emenda substitutiva que apresento propõe também a introdução de dispositivos que vede a imposição de taxas e tributos incidentes sobre as operações próprias do sistema financeiro ou sobre seus resultados, sem que antes seja ouvida a entidade reguladora competente. Dado que a imposição de tributos altera as condições do mercado, modificando os dados provocar inclusive um certo desequilíbrio, essa providência é de grande importância para a proteção dos aplicadores e investidores, já que são as entidades de regulação de cada segmento que detém o melhor conhecimento sobre o mesmo e sobre os possíveis efeitos da tributação proposta. Isto posto, e com o objetivo de propiciar condições legais adequadas para o maior desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional, em todos os seus segmentos e da economia como um todo, segue a proposta de texto constitucional.

Parecer:

Optamos, na elaboração do Projeto de Constituição, pela redação oriunda da Comissão temática. O não acolhimento da emenda proposta não significa, porém, desconhecer o mérito da iniciativa que se insere, aliás, nas diretrizes estabelecidas no Projeto. A forma é que é diferente, sem prejuízo - julgamos - do bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, de um lado com as instituições de crédito e, do outro, as entidades do mercado de capitais e valores mobiliários.

Pelo exposto, somos pela rejeição da emenda.

EMENDA:09914 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Dispositivo Emendado: Art. 327

Acrescente-se parágrafos no artigo 327 do Projeto:

§ 1o. - As instituições financeiras, qualquer que seja a sua natureza, somente poderão atuar no âmbito do Estado onde se localizar a sua sede.

§ 2o. - Somente poderão atuar em todo o território da República o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Acrescente-se artigo nas Disposições Transitórias:

Art. - As instituições financeiras que atualmente estejam operando fora do Estado onde se situar a sua sede, terão o prazo de doze meses para promover a transferência de suas operações para se situarem exclusivamente no âmbito do Estado de sua sede.

Justificativa:

Constitui-se em um verdadeiro clamor nacional a transformação do sistema financeiro em nosso país. São incalculáveis os males que tem provocado em nossa economia.

Mas, uma questão que praticamente interessa ao desenvolvimento harmônico do País são os desequilíbrios regionais que a atividade bancária tem provocado, têm servido como fonte de sucção de economias e poupanças locais para os grandes centros. O próprio conceito de federação fica abalado. Na verdade, corrói o ideal federativo.

Os demais países, em geral, restringem o âmbito das atividades financeiras, como os Estados Unidos, que impõe caráter municipal à atividade financeira.

Este é o alcance da proposição: defesa da economia regional e da Federação.

Parecer:

A Emenda propõe que a atuação das instituições financeiras seja restrita aos limites do Estado em que tenham suas sedes. Trata-se da "regionalização" do sistema financeiro do país.

A matéria, a nosso ver, deve ser tratada a nível de Lei Ordinária, pois a adoção desse sistema a nível Constitucional tornar-se-ia extremamente rígido para alterações que a sociedade julgar conveniente.

Somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:09974 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Art. 327

Acrescente-se é ao artigo 327:

"§ - Os financiamentos favorecidos ou quaisquer outros benefícios financeiros concedidos a pessoas jurídicas pelas instituições oficiais de crédito, terão o valor do favorecimento convertido em ações que serão transferidas aos empregados da pessoa jurídica beneficiada, na forma que a lei determinar.

Justificativa:

Os favores financeiros concedidos a empresas em dificuldades são parceladas do Tesouro que devem ser usadas como instrumento de promoção social. Não se recusa o benefício à empresa. O que se pretende, ao se propor a conversão do valor do favorecimento em ações para os empregados, é dar cunho social às inversões financeiras das instituições de crédito oficiais.

Parecer:

Entendemos que subsídios creditícios, incentivos fiscais, etc., devem ser deliberados pelo Congresso Nacional quando da aprovação da Lei Orçamentária. A conversão de benefícios creditícios oficiais em ações para os trabalhadores da pessoa jurídica beneficiado é, a nosso ver, matéria infraconstitucional. Nesse sentido, somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:09975 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: artigo 327

Acrescente-se parágrafo ao artigo 327:

§ - As instituições financeiras operarão em condições especiais de crédito com as empresas de pequeno porte, na forma em que a lei fixar.

Justificativa:

É necessário criar-se condições especiais de crédito para a pequena, média e microempresa.

Parecer:

O tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte na economia deve ser objeto de lei ordinária. No caso das instituições financeiras, entendemos que a Lei do S.F.N. deverá dispor sobre a matéria. A Emenda proposta trata, portanto, de matéria infraconstitucional. Pela rejeição.

EMENDA:10249 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAULO QUEIROZ (PFL/MS)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 328 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo da instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

A Emenda proposta trata de dispositivo constante do Projeto de Constituição em exame (art. 328, inciso V). Entendemos que as instituições financeiras devem dispor de um fundo próprio para assegurar aplicações até determinado valor.

Pela aprovação.

EMENDA:10250 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAULO QUEIRÓZ (PFL/MS)

Texto:

Dê-se a seguinte redação do artigo 330 do Projeto de Constituição de Sistematização:
Art. 330 - Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional de responsabilidade da União e das entidades sob seu controle, serão depositados em instituições financeiras oficiais federais de crédito e por elas aplicados.

Justificativa:

O tratamento a ser dispensado às instituições financeiras oficiais federais não pode, nem deve ser discriminatório.

A redação ora proposta enseja dar condições ao Governo Federal de dispor de maior flexibilidade na alocação dos recursos destinados a programas e projetos de desenvolvimento regional, isto porque são raras as instituições que dispõem de dependências em todos os pontos do território.

Parecer:

A Emenda proposta trata de matéria contemplada no Projeto em exame (art. 330). É nosso entendimento, que os recursos da União destinados a projetos regionais devem ser depositados nas instituições regionais de crédito, e por elas aplicados.

Pela rejeição.

EMENDA:10253 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAULO QUEIRÓZ (PFL/MS)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 285, do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:
"A União não se responsabilizará por depósito e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União".

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 336, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta

controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto, que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, devem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla. Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:10921 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO NASSER (PMDB/PR)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo emendado:

Suprima-se a palavra "não" do texto do artigo 285 do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, como se segue:

Art. 285 - A União se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras.

Justificativa:

A União não pode fugir à responsabilidade pelas aplicações em dinheiro que pessoas físicas e jurídicas fazem em instituições financeiras. Essa responsabilidade advém do fato de ser a união quem outorga, através do Banco Central, as cartas-patentes que autorizam o funcionamento das instituições financeiras, após meticulosa verificação sobre a idoneidade moral, técnica e financeiras dos grupos que respondem por aquelas.

O grande público não tem condições de apurar se tal ou qual instituição é honesta ou desonesta, e se aplica e mulheres a confiarem no discernimento e na integridade dos julgadores das credenciais dos candidatos a cartas-patentes. O raciocínio é simplista e correto se houve entrega de carta-patente, é porque o Banco Central considera idôneo o grupo credenciado. Assim sendo, ninguém terá dúvida em abrir caderneta de poupança, depósito a prazo fixo, etc., confiando às instituições patenteadas suas economias.

Em face da má administração ou de rombo financeiro, o Banco Central declara a intervenção, e nomeia seu preposto, com a atribuição de promover o levantamento, físico-contábil, para verificação da situação real da instituição, e promover sua liquidação, amigável ou judicial. Regra geral. O Banco Central ressarcir os depositantes, embora depois de longo tempo, graças ao que ninguém sai prejudicado.

Para esse fim, o Banco Central lança mão dos recursos específicos providos do Imposto Sobre Operação Financeira, o IOF, que incide sobre cada desconto de título em banco.

Consideramos criminosa a tentativa de eximir-se a União de sua inarredável responsabilidade quanto aos depósitos ou aplicações em instituições financeiras, que funcionam graças à carta-patente expedida pelo Banco Central. O povo não pode ficar indefeso, e o crime de lesa-economia, perpetrado pelos "colarinhos brancos", não pode ficar impune. É preciso que a lei ordinária se torne mais rígida, mais enérgica, contra os falcatrueiros de colarinho branco. Se a União se tornasse isenta de responsabilidade, sobreviveriam o caos financeiro, e a conseqüente ruína de milhões de depositantes, em todo o País.

Parecer:

A Emenda objetiva responsabilizar a União pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras. Na hipótese, não obstante os elevados propósitos do Autor, fica substancialmente alterada a proposta acolhida pela maioria dos Constituintes que examinaram a matéria, nas fases anteriores da elaboração do Projeto de Constituição.

Assim, somos pela sua rejeição.

EMENDA:11299 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HUMBERTO LUCENA (PMDB/PB)

Texto:

Inclua-se no Art. 328, do Projeto de Constituição, o seguinte:

"Art. 328 -.....

"VI - a obrigatoriedade das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, estatais e privadas, no tocante à atuação no mercado financeiro, à fixação da taxa de juros e à suspensão, por razões sociais, de ações executivas de mutuários inadimplentes."

Justificativa:

As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional constituem a fonte de energia decisiva para o funcionamento do Sistema econômico.

Operam no mercado sob um regime de estrita vigilância do Estado, levada a efeito pelo Banco Central, de forma a impedir a ruptura do clima de confiança que alicerça a acumulação financeira. Outrora, antes da crise de 1929 os bancos operavam num Sistema de maior liberdade de atuação, mas a moderna política econômica recomenda sua inteira subordinação às diretrizes da política monetária econômica recomenda sua inteira subordinação às diretrizes da política monetária econômica recomenda sua inteira subordinação às políticas monetárias do governo. Todas as instituições que operam no mercado financeiro são extremamente beneficiadas por créditos de liquidez e outras formas de apoio do Banco Central em volumes consideráveis. Isto porque operam num setor vulnerável da economia. Devem, portanto, cingir-se às normas de segurança econômica impostas pelo Banco Central de forma a salvaguardar o conjunto dos interesses econômicos de produtores e consumidores.

A Emenda sujeita, pois, por norma constitucional, as instituições financeiras ao Banco Central do Brasil, como medida de garantia do processo de desenvolvimento econômico e social.

Hoje, os bancos gozam de grande autonomia frente ao Banco Central, escudando-se, no direito privado, para descumprir importantes Resoluções daquela entidade e determinações governamentais de programação financeira e política monetária. Isto tem ocorrido na questão das dívidas dos agricultores e, mais recentemente, na questão da dívida das estatais.

A Emenda abre um novo campo de apoio para a ação regulatória do Estado sobre o Sistema Financeiro como instrumento indispensável à preservação da estabilidade econômica.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:11470 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO REZEK (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 330

O Art. 330 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 330 - Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União e das entidades sob seu controle, serão depositados em instituições financeiras oficiais federais de crédito e por elas aplicados."

Justificativa:

O tratamento a ser dispensado às instituições financeiras oficiais federais não pode, nem deve ser discriminatório.

A redação ora proposta enseja dar condições ao Governo Federal de dispor de maior flexibilidade na alocação dos recursos destinados a programas e projetos de desenvolvimento regional, isto porque são raras as instituições que dispõem de dependências em todos os pontos do território nacional.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe alteração nos destinatários dos recursos financeiros relativos a programas e

projetos de caráter regional que, nos termos da proposta, devem ser as instituições financeiras oficiais e não apenas as instituições de crédito regionais, como está previsto no artigo 330. Acreditamos que a manutenção das instituições financeiras regionais como únicas beneficiárias dos depósitos dos recursos de programas regionais é uma medida que visa fortalecer as referidas instituições, razão pela qual opinamos pela rejeição da Emenda, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:11513 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSWALDO ALMEIDA (PL/RJ)

Texto:

EMENDA MOTIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 496, disposições transitórias

O art. 469 passa a ter a seguinte redação:

Art. 469 - Até a regulamentação da autorização a que se referem o item I do art. 328 e o art. 329, o Banco Central do Brasil providenciará no sentido de serem atribuídas às cooperativas de crédito, que venham a ser consideradas capacitadas, condições semelhantes às das instituições bancárias comerciais.

Justificativa:

As entidades financeiras sem fins lucrativos, que já desenvolvem atividades de crédito a nível regional, apresentam, portanto, uma infraestrutura própria e adequada para os objetivos propostos nos arts. 328 e 329, precisando tão somente, para seu desenvolvimento, que lhes sejam atribuídas algumas condições dos bancos comerciais, tais como:

- ter cheques compensados na compensação oficial
- captar recursos dos associados
- direito de abrir postos avançados
- etc, etc.

Parecer:

Optamos por suprimir do texto do Projeto de Constituição o dispositivo que a presente emenda pretendia modificar.

Pela rejeição.

EMENDA:11536 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSWALDO ALMEIDA (PL/RJ)

Texto:

Dispositivo Emendado: Artigo 328

O Caput do artigo 328 do Projeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 328 - A Lei regulará o sistema financeiro nacional de modo a que o capital tenha sua função social e econômica adequada aos altos interesses do País, preservada a liberdade de iniciativa, e disporá sobre:

Justificativa:

Entendemos que a nova redação deixará mais explícito os princípios de prevalectimento da verdadeira função social e econômica do capital, com abertura do bloqueio a instituições já operando no sistema financeiro do País.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:11537 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSWALDO ALMEIDA (PL/RJ)

Texto:

-Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado; Art. 327

Acrescenta-se ao projeto, no título VIII,

Cap. II o seguinte artigo; renumerando os demais.

Art. 327 - A propriedade improdutiva será tributada de maneira progressiva em função de sua área, na forma que for estabelecida por lei.

Justificativa:

Não tendo o Estado recursos suficientes para desapropriar todas as áreas improdutivas, quase todas mantidas para valorização e especulação, nada mais justo do que tributá-las, de forma punitiva, forçando indiretamente, seus proprietários e torna-las produtivas.

Parecer:

O teor da emenda é matéria de legislação ordinária.

Pela rejeição.

EMENDA:11778 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ MARQUES (PFL/CE)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Artigo 327

No Projeto de Constituição da Comissão de

Sistematização adicione-se ao Art. 327, como seu

Parágrafo Único, o que se segue:

"Art. 327 -

Parágrafo Único - A União manterá um sistema financeiro de imóveis destinado à aquisição de terrenos e à construção e compra de moradias, em zonas urbanas e rurais, bem como à implantação das respectivas infraestruturas; a lei definirá um percentual dos investimentos deste sistema, nunca inferior a quarenta por cento, para o atendimento aos municípios de pequeno e médio porte."

Justificativa:

A Emenda apresentada tem um largo alcance social e deve ser enquadrada no Título VIII – Da Ordem Econômica e Financeira, no Capítulo III – Do Sistema Financeiro Nacional, do Projeto de Constituição. O problema dos sem-terra, nas zonas urbanas e rurais, poderia ser amenizado através de financiamentos de imóveis nas cidades e nos campos. A solução do problema dos sem-terra, através da desapropriação de imóveis urbanos e rurais, é altamente onerosa para o Poder Público, tanto no aspecto financeiro, quando no aspecto social, seja porque o Estado paga toda a conta sem ter dinheiro a qualquer retorno, seja porque o expropriado tende a produzir resistência social e muitas vezes também judicial. A solução do problema dos sem-terra, através de um sistema financeiro de imóveis urbanos e rurais, apresenta para o Poder Público as seguintes vantagens 1 – propicia o retorno do dinheiro gasto na solução, já que o imóvel será financiado e não desapropriado; 2 – desfaz a resistência do expropriado, já que ao ato será de compra e venda, e não de desapropriação; 3 – reduz as invasões urbanas e rurais, já que propicia poder aquisitivo para compra de imóveis aos que não possuíam este poder aquisitivo, e 4 – mantém direito de desapropriação de áreas recalcitrantes e/ou prioritárias, onde o sistema financeiro de imóveis não produza o efeito desejado, reduzindo, para apenas estas áreas urbanas e rurais, o ônus financeiro e o desgaste social do Governo advindo das desapropriações. É a única forma de realizar a reforma urbana e a reforma rural de forma pacífica.

Parecer:

A instituição de um "Sistema Financeiro de Imóveis" é matéria, a nosso ver, de natureza infraconstitucional. A

lei do S.F.N. que propomos deverá tratar do assunto.
Pela rejeição.

EMENDA:11828 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ HENRIQUE (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao art. 330 do Projeto de Constituição:

"Art. 330 - Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União e das entidades sob seu controle, serão depositados em instituições financeiras oficiais federais de crédito e por elas aplicados."

Justificativa:

O tratamento a ser dispensado às instituições financeiras oficiais federais não pode, nem deve ser discriminatório.

A redação ora proposta enseja dar condições ao Governo Federal de dispor de maior flexibilidade na alocação dos recursos destinados a programas e projetos de desenvolvimento regional, isto porque são raras as instituições que dispõem de dependências em todos os pontos do território.

Parecer:

O depósito dos recursos da União, relativos a programas regionais, deverão ser, em nosso entendimento, depositados nas instituições regionais oficiais de crédito, conforme proposto no Projeto sob exame.

O depósito das disponibilidades de caixa de órgãos públicos em instituições oficiais de crédito, também está assegurado no referido Projeto.

A Emenda proposta não contribui para o aperfeiçoamento do texto proposto.

Pela rejeição.

EMENDA:11884 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

Emenda Aditiva

Acrescentem-se ao artigo 285, ao final, as seguintes expressões:

"ressalvadas as concernentes à poupança pública".

Justificativa:

O artigo irresponsabiliza a União por depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras. Se não se ressaltar a responsabilidade da União quanto aos depósitos oriundos da poupança pública, dificilmente haverá poupadores neste País.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto, que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, devem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla.

Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:12066 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ HENRIQUE (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do art. 328 do projeto de Constituição:

"V - a criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor."

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária.

Pela rejeição.

EMENDA:12067 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ HENRIQUE (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao art. 285 do projeto de Constituição:

"Art. 285. A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União."

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 328, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto, que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, devem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla.

Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:12213 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALDYR PUGLIESI (PMDB/PR)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se do projeto de Constituição, na parte do Sistema Financeiro Nacional, os artigos de no. 329 e 330, renumerando os demais.

Justificativa:

Ao propormos a alteração no Art. 328 e seus incisos e itens, transferindo para a União, os Estados e Municípios o controle acionário dos Bancos, estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, não justifica-se a manutenção dos dispositivos dos Art. 329 e 330.

Dessa forma, e em vista da nossa emenda, é que propomos a supressão destes Artigos.

Parecer:

Os dispositivos que a emenda pretende suprimir foram incorporados ao artigo que delega à lei especial a estruturação do sistema financeiro nacional.

Dessa forma, o parecer é pela rejeição da emenda.

EMENDA:12215 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALDYR PUGLIESI (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se ao art. 328, do Projeto de Constituição, a seguinte redação:

Art. 328 - O Sistema Financeiro Nacional, estruturado em lei, terá participação majoritária em seu capital constituído, da União, dos Estados e Municípios.

§ único - A Lei do Sistema Financeiro Nacional disporá sobre:

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, estabelecimentos de seguros, previdência e capitalização;

II - Condições para a participação acionária no capital constituído, mantido especialmente:

a) Os interesses Nacionais;

b) Os acordos de cooperação;

III - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil;

IV - Definições para a designação de membros de direito do Banco Central do Brasil, e dos demais Bancos integrantes do Sistema Financeiro Nacional:

V - A autorização a que se refere o item I, será concedido à pessoas físicas ou jurídicas, cujos dirigentes tenham capacidade técnica e administrativa, comprovando capacidade econômica compatível com o empreendimento.

Justificativa:

A adoção do presente dispositivo constitucional, é de relevante importância para nossa sociedade, principalmente no difícil momento econômico que estamos atravessando diariamente, acompanhamos as altas taxas de juros que o mercado financeiro vem cobrando, o que ocasiona, sistematicamente, um aumento da carga inflacionária, seja através da elevação dos custos de produção, ou no preço final de venda no mercado interno, o que torna nossa economia incompatível com o poder aquisitivo de nossa classe trabalhadora, e sufoca especialmente as médias e pequenas em empresas nacionais. No intuito de garantir que o sistema Financeiro nacional seja voltado para o social, que estamos propondo a participação acionária da União, dos Estados e Municípios, majoritariamente, nessas instituições, como forma de frear o apetite voraz dos banqueiros, que em muitos casos alcançam lucros líquidos na ordem de mais de 800% (oitocentos por cento ao ano), totalmente incompatível com os demais segmentos de nossa econômica.

Dessa forma, acreditamos que a participação majoritária que propomos, tornará nosso sistema financeiro mais social e consequentemente mais justo e equilibrado.

Parecer:

A Emenda propõe a estatização das atividades bancárias. Essa proposta, a ser posta em prática, representaria uma substancial expansão das atividades estatais em um setor econômico que, além de ser relativamente competitivo, permanece com ampla predominância da iniciativa privada nacional. Pela rejeição

EMENDA:12270 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivos Emendados: Art. 328, Inciso III

Adita ao Inciso III a seguinte expressão: "e demais instituições financeiras públicas e privadas".

Nova Redação: Art. 328 - y;

I -

II -

III - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos.

Parecer:

" A adição da expressão proposta é redundante, visto que a lei do S.F.N. disporá sobre a estrutura do sistema. As instituições financeiras públicas e privadas fazem parte, obviamente, desse sistema. Pela Rejeição.

EMENDA:12273 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivos Emendados: Art. 328, Inciso IV.

Adita ao inciso IV a seguinte expressão: "E demais instituições financeiras oficiais."

Nova redação: Art. 328...

I -

II -

III -

IV - Requisitos para designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Há necessidade de formalizar em lei os requisitos básicos para a designação da diretoria de todas as instituições oficiais, para se evitar o preenchimento desses cargos por pessoas incapacitadas ao desempenho das respectivas funções.

Parecer:

A definição dos requisitos para designação da diretoria do Banco Central, bem como os seus impedimentos após o exercício do cargo são dispositivos que devem constar da Carta Magna, visto que o Banco Central em qualquer país moderno é o "banco dos bancos". É a autoridade monetária que deverá regular a oferta de moeda e de crédito na economia, bem como fiscalizar as instituições.

Quanto às demais instituições oficiais a própria lei do SFN poderá definir os referidos critérios.
Pela rejeição.

EMENDA:12277 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivos Emendados: Art. 328, Inciso I

Adita ao Inciso I a seguinte expressão:

"assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro".

Nova Redação: Art. 328 -

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

Há necessidade de se assegurar aos bancos oficiais o acesso a todos instrumentos de mercado financeiro disponíveis pelos bancos privados, para permitir, especialmente aos bancos regionais como o BASA e o BNB, o pleno desempenho de suas funções. Atualmente esses bancos têm dificuldades de captação de recursos e atendimento do empresariado e produtores dessas regiões menos desenvolvidas por não disporem de acesso a diversos instrumentos do mercado financeiro.

Parecer:

A matéria objeto da presente Emenda é, a nosso ver, de natureza infraconstitucional.

A autorização para que as instituições oficiais de crédito operem em todos os segmentos do mercado financeiro deve estar sujeita ao próprio desempenho das funções que se deseja do mercado.

Pela rejeição.

EMENDA:12432 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AGASSIZ ALMEIDA (PMDB/PB)

Texto:

Acrescente-se ao art. 328 o seguinte item:

"Art. 328 - A Lei do Sistema Financeiro

Nacional disporá, inclusive, sobre:

I -

VI - criação de um Fundo de Seguro, o qual cobrirá todas as operações financeiras creditícias, vedada a exigência de aval e de garantias reais quando se tratar de financiamento aos pequenos e médios proprietários rurais."

Justificativa:

As organizações devem, entre si, constituir um Fundo de Seguro que possa coibir eventuais prejuízos em suas atividades que são de risco. É injusto amparar-se em garantia do aval de terceiros ou na de bens reais, especialmente nas Operações na agropecuária com pequenos e médios proprietários.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária.
Pela rejeição.

EMENDA:12668 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AGASSIZ ALMEIDA (PMDB/PB)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 327

Dê-se, ao art. 327, o seguinte teor:

"Art. 327 - O Sistema Financeiro Nacional será administrado pelo Poder Público de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses exclusivos da coletividade."

Justificativa:

O sistema financeiro no Brasil tem inequívoco sentido antissocial, quanto não resvalam pra agressões tais violentas sobre a poupança popular e sobre o erário público.

Ao contrário dos similares nos países capitalistas mais desenvolvidos do mundo, onde o sistema serviu de alavanca propulsora do progresso, em nosso Brasil ela tem aspectos condenáveis, uma vez que funciona em favor de grupos minoritários e em prejuízo dos vastos segmentos da sociedade.

Os bancos e organizações financeiras não são indutores do desenvolvimento. Restringem-se a meros captadores de poupança, repassando-a em forma de empréstimos simples e descontos de duplicatas, papéis com resgate a curto prazo. Não investem em grandes projetos o que implica no endividamento externo do país. Impõe-se, portanto, que o Estado assuma essa responsabilidade.

Parecer:

A Emenda propõe a estatização das atividades bancárias. Essa proposta, a ser posta em prática, representaria uma substancial expansão das atividades produtivas estatais a partir de um setor econômico que, além de ser relativamente competitivo, permanece com ampla predominância da iniciativa privada nacional. Pela rejeição.

EMENDA:12837 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALBANO FRANCO (PMDB/SE)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA AO ARTIGO 285

Dê-se a seguinte redação ao artigo 285, do Projeto de Constituição:

"Art. 285 - A União se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras"".

Justificativa:

Data vênia, não tem o menor cabimento a União não se responsabilizar pelos investimentos realizados em instituições financeiras.

Primeiro, porque cabe aos seus próprios órgãos a constante fiscalização sobre sitas atividades. Se forem más, cabe-lhes, de imediato, impedir que prejuízos sejam causados aos respectivos investidores.

Segundo, porque os Administradores dessas entidades só podem exercer suas funções após prévia aprovação dos seus nomes pelo Banco Central do Brasil que, na oportunidade, deve examinar a competência e a idoneidade moral e financeira de cada um deles, face à relevância do cargo que irão ocupar principalmente porque lhes caberá lidar com fundos públicos.

Parecer:

A Emenda objetiva responsabilizar a União pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras. Na hipótese, não obstante os elevados propósitos do Autor, fica substancialmente alterada a proposta acolhida pela maioria dos Constituintes que examinaram a matéria, nas fases anteriores da elaboração do Projeto de Constituição.

Assim, somos pela sua rejeição.

EMENDA:12857 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ASDRUBAL BENTES (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS: ART.328, INCISO IV.

Adita ao inciso IV a seguinte expressão: "E demais instituições financeiras oficiais."

Nova redação: Art. 328 ...

I -

II -

III -

IV - Requisitos para designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Há necessidade de formalizar em lei os requisitos básicos para a designação da diretoria de todas as instituições oficiais, para se evitar o preenchimento desses cargos por pessoas incapacitadas ao desempenho das respectivas funções.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:12861 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ASDRUBAL BENTES (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADOS: Art. 328, Inciso I

Adita ao Inciso I a seguinte expressão:

"assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro".

NOVA REDAÇÃO: Art. 328

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

Há necessidade de se assegurar aos bancos oficiais o acesso a todos instrumentos de mercado financeiro disponíveis pelos bancos privados, para permitir, especialmente aos bancos regionais como o BASA e o BNB, o pleno desempenho de suas funções. Atualmente esses bancos têm dificuldades de captação de recursos e atendimento do empresariado e produtores dessas regiões menos desenvolvidas por não disporem de acesso a diversos instrumentos do mercado financeiro.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:12862 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ASDRUBAL BENTES (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS: Art. 328, Inciso III

Adita ao Inciso III a seguinte expressão: "e demais instituições financeiras públicas e privadas".

NOVA REDAÇÃO: Art. 328 -

I -

II -

III - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:13210 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva e Supressiva

Acrescentem-se ao art. 327 os § 1o. e 2o. e suprimam-se os artigos 328, 329, 330 e seus incisos.

§ 1o. - As instituições financeiras, exceto as cooperativas de crédito, serão constituídas exclusivamente sob a forma de ações com direito a voto serem controlados pelo Estado.

§ 2o. - Lei do Sistema Financeiro Nacional disporá, inclusive, sobre a nacionalização e estatização gradual do Sistema Financeiro.

Justificativa:

O Sistema Financeiro Nacional tem hoje uma participação de 14% (catorze por cento) no produto interno bruto, superior àquela do setor agrícola na economia nacional.

O crescimento dessa participação, ocorrido nos últimos 15 anos – de 7% para 14% - decorreu da adoção, pelos últimos governos, de políticas de concentração de rendas e de favorecimento ao capital financeiro, em detrimento das atividades produtivas.

Uma característica do setor financeiro é o oligopólio. Os 5 grandes conglomerados financeiros que cresceram à sombra do favorecimento de estímulo e proteção das autoridades econômicas do autoritarismo detêm mais de 70% dos depósitos e recursos do sistema financeiro no Brasil, numa clara violação ao preceito constitucional que proíbe os monopólios e oligopólios privados.

Sucessivas fusões, incorporações e liquidações extrajudiciais puseram fim aos pequenos bancos e aos bancos regionais.

Os conglomerados passaram a funcionar como drenos das poupanças das regiões mais pobres para aplicações nas regiões mais ricas, contribuindo para o desnível e desequilíbrio regional.

Para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, para o crescimento da produção agrícola, industrial dos serviços, o crédito tem que estar nas mãos do Estado e não de 7 famílias privilegiadas. Até porque a atividade financeira é capitalismo sem risco, que só existe para poupadores e investidores. Os escândalos do mercado financeiro ocorridos nos últimos anos comprovam a tese – só perdem os investidores.

O Banco Central cobre os rombos com dinheiro dos contribuintes e os criminosos do colarinho branco terminam as intervenções como credores da União.

Colocar o sistema financeiro sob o controle do Estado (que terá 51% das ações) e da sociedade, é questão essencial para o Brasil desenvolver suas potencialidades econômicas e criar as condições de progresso e bem-estar social.

Os atuais controladores destas instituições poderão continuar participando das mesmas, na qualidade e com direitos de acionistas minoritários.

A nacionalização dos bancos estrangeiros, cujo controle acionário passará para a União, é fundamental para evitar fraudes cambiais, remessas clandestinas de divisas e operações ao interesse nacional.

A constituinte tem o dever de enfrentar com independência a questão do sistema financeiro para evitar que o Brasil continue sendo, na definição do historiador Gustavo Barroso “uma colônia de banqueiros” e que os brasileiros sejam divididos em duas categorias: os banqueiros e os outros – como afirmou o empresário Antônio Ermírio de Morais.

Parecer:

A Emenda propõe a estatização das atividades bancárias.

Essa proposta, a ser posta em prática, representaria uma substancial expansão das atividades estatais em um setor econômico que, além de ser relativamente competitivo, permanece com ampla predominância da iniciativa privada nacional.

Pela rejeição.

EMENDA:13215 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: artigo 330

Dê-se a seguinte redação ao artigo 330:

Art. 330 - Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional de responsabilidade da União e das entidades sob seu controle, serão depositados em instituições financeiras oficiais federais de crédito e por ela aplicados.

Justificativa:

O tratamento a ser dispensado às instituições financeiras oficiais federais não pode, nem deve ser discricionário. A redação ora proposta enseja dar condições ao Governo Federal de dispor de maior flexibilidade na alocação dos recursos destinados a programas e projetos de desenvolvimento regional, isto porque são raras as instituições que dispõem de dependências em todos os pontos do território.

Parecer:

O depósito dos recursos da União, relativos a programas regionais, deverão ser, em nosso entendimento, depositados nas instituições regionais oficiais de crédito, conforme proposto no Projeto sob exame.

O depósito das disponibilidades de caixa de órgãos públicos em instituições oficiais de crédito também está assegurado no referido Projeto.

A Emenda proposta não contribui para o aperfeiçoamento do texto proposto.

Pela rejeição.

EMENDA:13264 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: inciso V do artigo 328.

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 328.

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

A Emenda proposta, exclui do fundo a ser criado, as instituições financeiras do setor público. Entendemos que as instituições financeiras públicas devem participar do fundo e que a União não deve se responsabilizar por aplicações no mercado financeiro. A proposição não contribui para o aprimoramento do Projeto em exame. Pela rejeição.

EMENDA:13265 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: artigo 285.

Art. 285 - A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União.

Justificativa:

A proposta visa a compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 328, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto, que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, de vem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla.

Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:13382 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JORGE ARBAGE (PDS/PA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivos Emendados: Art. 328, Inciso I

Adita ao inciso I a seguinte expressão:

"assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado

financeiro",

Nova Redação: Art. 328 -

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

Há necessidade de se assegurar aos bancos oficiais o acesso a todos instrumentos de mercado financeiro disponíveis pelos bancos privados, para permitir, especialmente aos bancos regionais como o BASA e o BNB, o pleno desempenho de suas funções. Atualmente esses bancos têm dificuldades de captação de recursos e atendimento do empresariado e produtores dessas regiões menos desenvolvidas por não disporem de acesso a diversos instrumentos do mercado financeiro.

Parecer:

A matéria objeto da presente Emenda é, a nosso ver, de natureza infraconstitucional.

A autorização para que as instituições oficiais de crédito operem em todos os segmentos do mercado financeiro deve estar sujeita ao próprio desempenho das funções que se deseja do mercado.

Pela rejeição.

EMENDA:13417 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JORGE ARBAGE (PDS/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS: Art. 328, Inciso III

Adita ao Inciso III a seguinte expressão: "e demais instituições financeiras públicas e privadas."

NOVA REDAÇÃO: Art. 328 -

I -

II -

III - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos.

Parecer:

" A adição da expressão proposta é redundante, visto que a lei do S.F.N. disporá sobre a estrutura do sistema.

As instituições financeiras públicas e privadas fazem parte, obviamente, desse sistema.

Pela Rejeição.

EMENDA:13871 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

Emenda substitutiva

Dispositivos emendados:

Art. 328 e Art. 329 do Projeto de

Constituição Art. 20 do Regimento Interno da

Assembleia Nacional Constituinte.

Emenda substitutiva destinada a assegurar

competência do Presidente da República, sem ônus

para o Erário, para reservar a empresas

financeiras privadas, sob controle nacional, ou a empresas públicas, o recebimento de depósitos ou outra forma de captação de recursos no mercado, bem como o exercício de atividades nos ramos de seguros, previdência e capitalização, quando o interesse público assim o exigir, declarado em lei especial.

Substitua-se a redação dos artigos 328 e 329 pela seguinte:

Art. 328- A lei do Sistema Financeiro disporá sobre autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, observados os seguintes pressupostos:

I - Competirá ao Presidente da República, mediante decreto, uma vez reconhecido, em lei especial, o interesse do País, reservar as empresas privadas sob controle nacional, ou a empresas públicas, o exercício de qualquer das atividades financeiras mencionadas neste Artigo, sem ônus para o erário.

II - As autorizações, renováveis ou não, para funcionamento das empresas do Sistema Financeiro em qualquer caso, serão em caráter temporário.

III - Em caso de substituição de empresas privadas por empresas públicas, são assegurados todos os direitos dos empregados e dirigentes executivos e sua permanência. Os imóveis, instalações e equipamentos transferir-se-ão, sem solução de continuidade, à entidade sucessora, mediante indenização, pelo seu justo valor, paga aos proprietários, em títulos da dívida pública, acrescidos de juros de seis por cento ao ano, com cláusula de correção monetária, e por prazo compatível com a capacidade de ressarcimento pela entidade sucessora.

Parágrafo Único - A lei do Sistema Financeiro Nacional disporá ainda sobre:

a) a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, assegurada a participação e fiscalização pelas entidades representativas da indústria, do comércio e dos trabalhadores, mediante eleição interna, nas respectivas diretorias.

b) a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

c) a proibição da usura, com sanções criminais aos infratores.

Art. 329 - A autorização a que se refere o caput do artigo anterior será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do Sistema Financeiro Nacional, a pessoa jurídica, cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

Justificativa:

1 – A presente emenda visa apenas deixar aberto o caminho constitucional para a possibilidade de futura transformação em lei dos projetos destinados a transferir a economia nacional, as atividades bancárias de coletas de depósitos, as de seguros, previdência e capitalização, providências acolhidas no anteprojeto da

Comissão Afonso Arinos, e apresentadas na Subcomissão “C” do Sistema Financeiro pelo deputado Darcy Deitos (PMDB-PR), e aprovado pelo relator Fernando Gaparlan (PMDB-SP); porém, rejeitadas na Comissão do Sistema Tributário presidida pelo deputado Francisco Dornelles,

2 – Barbosa Lima Sobrinho, em seu estudo “A Nacionalidade da Pessoa Jurídica” (Belo Horizonte, 1963) registra o debate travado na Câmara dos Deputados, em 1894, para aprovação do projeto do Senador Virgílio Damásio, pela nacionalização das empresas de seguros, para eliminar absurda evasão das divisas em troca de nada. O Projeto recebia o apoio de Augusto Montenegro, Alberto Torres, Benedito Leite, Lauro Muller, Serzedelo Correia e Augusto Severo, parlamentares que, hoje, são nomes de ruas e de instituições, enquanto que os entreguistas da época ficaram sepultados no lixo da História.

3 – O projeto de nacionalização dos bancos de depósitos foi apresentado na Constituição de 1934, pelos parlamentares empresários paulistas Roberto Simonsen, Abelardo Vergueiro Cezar, José Carlos Macedo Soares, Cardoso de Melo Neto, Cincinato Braga (banqueiro), Mário Gomes, Alcântara Machado e Alexandre Siciliano Jr., entre outros, nomes que perduram na memória nacional.

Em 1946, o debate de nacionalização dos bancos envolveu Barbosa Lima Sobrinho, Adroaldo Costa, Agamenon Magalhães, Hermes Lima, Baeta Neves, Café Filho, Caires de Brito e outros.

Em 1973, o banqueiro Teófilo de Azeredo Santos, então presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara e presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, realizou memorável conferência no Instituto de Pesquisas Econômicas da Associação Comercial (IPEAC), em que denunciava as irregularidades e abusos cometidos pelos bancos contra a economia nacional, conferência transcrita no seminário Politika, de 08.04.74, onde condenava o poder político em que resultava do fato de dirigir a aplicação dos depósitos recolhidos no Brasil, segundo os interesses estrangeiros.

A Constituição de 1937 determinava a nacionalização dos bancos de depósito. Em 1974, entre outros, o Peru, Argentina, Venezuela, Índia, Argélia proibiram a captação da poupança nacional por bancos estrangeiros. Posteriormente, a França, México e Portugal ingressaram na lista.

4 – Lamentavelmente, a pressão nesta Constituinte dos vultosos interesses em jogo, não só afastou a possibilidade da nacionalização, como, até mesmo, introduziu no art. 328 do Projeto, inciso II, alínea C, a expressa participação do capital estrangeiro, tendo em vista “critérios de reciprocidade”; o que significa um retrocesso relativamente a todas as Constituições anteriores.

Essa vexatória capitulação na defesa da economia nacional, pelo menos, não deveria ser confessada. Que se calem os constituintes, mas, de modo algum, devem confessar sua ignorância ou impotência. As nações imperialistas podem se dar o direito de estabelecer a reciprocidade. Isto permitirá coletar depósitos da poupança nativa com a vantagem de ingressar num país pobre com o Brasil e abrir possibilidades de exercer um poder político irresistível, enquanto que um banco brasileiro, por exemplo, nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Japão, na Alemanha, não recolhe, em depósitos, senão os valores que são destinados ao pagamento das mercadorias vendidas pelos exportadores do Brasil. Nada mais. A poupança nacional dos países ricos não se arriscaria a deixar, por exemplo, os bancos de Wall Street, para os duvidosos bancos do Terceiro Mundo, em países insolventes como o Brasil.

5 – Infelizmente, esta visão não tiveram a pequena maioria de constituintes da Comissão presidida pelo deputado Francisco Dornelles e nem o diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, senhor Adroaldo Moura da Silva que depôs naquele foro de debates.

Segundo o resumo publicado em “O Estado de São Paulo”, de 04 de junho pretérito, “as relações financeiras entre os países baseiam-se na reciprocidade. Por isso, se o Brasil proibir a participação dos bancos estrangeiros em seu mercado, os bancos brasileiros estarão sujeitos a tratamento semelhante em suas operações externas. O que isso representaria em prejuízos só para o Banco do Brasil, pode ser julgado pelo fato de que o Banco do Brasil realiza 58% de seus lucros nas operações externas. O Banco do Brasil tem, em suas 33 agências estrangeiras, US\$ 3,5 bilhões que, somados aos cerca de US\$ 2,2 bilhões captados por outras formas, representam US\$ 5,7 bilhões em depósitos no Exterior. Esse total é maior que o volume dos depósitos captados dentro do Brasil que anda em torno de US\$ 4 bilhões. E mais: é maior também que o total dos depósitos captados no mercado brasileiro por todos os bancos estrangeiros que aqui operam – incluindo-se aqueles em que o capital estrangeiro tem participação parcial – que chegaria aos US\$ 4,8 bilhões”.

Adroaldo acrescenta que ainda há os depósitos coletados pelo BANESPA e por alguns grandes bancos privados e que o Banco do Brasil tem participação acionária em bancos japoneses, europeus, árabes e latino americanos; participação que também estaria ameaçada de retaliação.

Como se vê, o Senhor Adroaldo raciocina como um burocrata cego e como se vivesse fora do Brasil.

Em resumo para ele, os bancos estrangeiros devem permanecer coletando as minguadas poupanças dos brasileiros e comandando a aplicação política desses recursos, porque a diferença entre o que retiram aqui e o que o Banco do Brasil recolhe lá fora é de US\$ 5,7 bilhões de dólares menos US\$ 4,8 bilhões, ou seja, 900 milhões de dólares a favor do Banco do Brasil.

O Senhor Adroaldo e Andréia Calabi não se deram conta de os lucros do Brasil não se encontram no que está visível nesses dados contábeis, mas no corte dos imensos abusos bancários que se cometeram e se cometem transferindo o comando da política financeira e que representam bilhões e bilhões de dólares de prejuízo e o caos que aí está.

6 – RESPOSTAS ÀS OBJEÇÕES DE ADROALDO

a) – o que o Brasil coleta no exterior são, pelo visto, ninharias – pois o que o Senhor Adroaldo deveria revelar não é o volume dos depósitos, mas os custos destes depósitos em agências, pessoal, viagens, contrabandos, o rombo da COBEC e outras operações ruinosas que o silêncio dos gabinetes e a cortina do sigilo escondem do público e são facilitados por agências fantasmas como essas Panamá e dos paraísos fiscais, onde toda a sorte de falcaturas podem ser cometidas e tirar o que sobraria disso. O Brasil necessita é de transparência na gestão dos dinheiros públicos. Os depositantes estrangeiros nos bancos brasileiros, no exterior só fazem operações como vantagens para negócios clandestinos no território nacional e como instrumento da chamada “economia submersa” nas contas numeradas. Nenhum brasileiro deixaria de depositar suas economias no Bradesco, ou na Caixa Econômica, para entregá-las a um banco perdido na Polinésia, com agência no Brasil, do mesmo modo como nenhum novo-iorquino deixará de depositar num banco mundialmente famoso da Wall Street para confiar suas economias a bancos de um país com as aperturas do Brasil. Só existindo outras “compensações” para risco é que as operações aparecem. Isto é claro, como a luz do sol.

b) – O temor a retaliações é fruto de ignorância do vulto de interesses que ligam milhares de empresas de qualquer país do mundo ao Brasil de hoje, onde seus recursos naturais em minérios, inclusive estratégicos, sua produção de manufaturados e sua classe dirigente – ingênua ou corrupta como a da China, nos tempos em que as nações europeias realizavam os famosos “negócios da China” são atrações fascinantes que não admitem picuinhas de fechar o Banco do Brasil por onde podem transitar, e transitam, tantas operações vantajosas; banco que, é sabido de todos, não sofre fiscalização.

c) – Se o Brasil tiver estadistas dotados de competências para um comando político à altura de sua importância internacional e proibir a coleta de depósitos estrangeiros dando cumprimento a uma aspiração nacional que já constava da Constituição de 1934, portanto, com mais de meio século – as consequências serão outras. Para ficarmos na contabilidade do Senhor Adroaldo, grande parte desses depósitos coletados na poupança brasileira pelo CitiBank e em outros e mais US\$ 2.404.800 de dinheiro brasileiro que transitam por esses bancos para empresários externos, passarão para o Banco do Brasil S/A, de modo que não há prejuízos, mas grandes lucros.

d) – Esses, entretanto, não são os lucros maiores que o Brasil auferirá. Se os bancos estrangeiros recolheram da minguada economia de brasileiros, em 1986 – como informa o Senhor Adroaldo Cz\$ 71.620.400,000 e para empréstimos Cz\$...35.925.600,000, ou seja, Cz\$ 107.546.000,000 – esses 107 bilhões, segundo o Almanaque Abril/87, correspondem às receitas de 1986, somadas, de três grandes Estados (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná), ou de São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Maranhão e Sergipe. Cabe, pois, aos bancos estrangeiros, coletores dessa receita, decidir soberanamente sobre a aplicação de recursos de vulto idêntico, vale dizer, desfrutar de um poder político muito maior do que os dos governadores desses Estados. Muito maior porque os governadores estão jungidos às despesas orçamentárias imperiosas (pagamento do funcionalismo, hospitais, polícia etc...) e os banqueiros têm total liberdade.

Tais recursos de depositantes brasileiros são canalizados segundo os interesses do Citibank, e não segundo o interesse nacional, e os lucros vão para o exterior, de graça. Isto contribui para explicar porque faltam recursos para escolas, hospitais, programas assistenciais e até para as Forças Armadas. A sangria através dos bancos é a mais injusta de todas.

e) – Cada um que se disponha a ler os balanços das multinacionais e os estatutos de sua constituição sabe quais são as regras usuais de sua instalação no Terceiro Mundo. O Capital é próximo do zero, como ocorreu nas empresas instaladas para pesquisar Petróleo, através dos contratos de risco, e ocorre nas mineradoras em geral. Em seguida, a matriz no exterior “empresta” o capital e esse capital contém juros, royalties e o diabo. Assim, os lucros deixam de se lucros, mas “amortizações” da dívida. As mercadorias como, por exemplo, minérios, são exportadas, com preços aviltados a uma “compradora” fantasma sediada num paraíso fiscal no Caribe. Em alto mar, a “compradora” revende ao destinatário por novos preços. Com isto, sonegam os impostos do Brasil e no país destinatário. Essa intermediação processa-se pelos bancos estrangeiros que operam no Terceiro Mundo. Os depósitos (segundo Adroaldo) para esses “empréstimos” externos somaram US\$ 2.404.800,000 no ano passado. Quando, por azares, é descoberta uma trapaga, como ocorreu com uma empresa exportadora gaúcha, o banco se apressa em cancelar o “crédito” e, aparentemente, perder tudo. Agora, surgiram as atrapalhas do Citibank em São Paulo.

O relatório do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, editado em 1974. “Las Corporaciones Multinacionales em el Desarrollo Mundial”, relata alguns dos expedientes usados por esses bancos em detrimento das economias dos países do Terceiro Mundo. A ação popular intentada por Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, pelo Presidente da OAB e pelo Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros e distribuída à 7ª Vara Federal em Brasília (classe V, nº 091 – AD/85) para anular a dívida externa, descreve vários tipos de operações. O vulto desses negócios leva de roldão as “fiscalizações”. Esse é um poder muito maior que o dos vice-reis das colônias britânicas. Por aí se vê o valor das objeções dos senhores Adroaldo e Calabi.

7 – CONCLUSÃO

I – É falso afirmar que o Brasil sofreria, prejuízos com a nacionalização dos bancos de depósitos.

II – É falso concluir que o Brasil sofreria, seguramente, retaliações.

III – É certo que o Brasil realizaria uma aspiração constitucional de mais de meio século.

IV – É certo que o Brasil eliminaria um poder político externo superior ao dos governadores dos maiores estados brasileiros, poder que subjuga nossa economia, dita a política financeira, impede a auditoria da Dívida Externa e corrompe ou aterroriza todos os altos escalões, poder que não se submeteu ao congelamento do Plano Cruzado, cobra os juros que quer e conserva nosso povo, como um dos mais pobres e famintos do planeta, habitando uma

das mais ricas regiões da terra e que, no ano passado, obteve as maiores colheitas de cereais, porém passando por um dos anos mais terríveis de sua existência, precisamente por essa Dívida Externa e pelos juros usurários e suas represálias.

Cabe à Assembleia Nacional Constituinte a responsabilidade histórica de decidir qual o caminho do Brasil: mantê-lo submetido às algemas dos banqueiros internacionais ou o caminho da libertação, num novo Sete de Setembro, real e definitivo.

Estamos numa encruzilhada semelhante à da luta pelo monopólio estatal do petróleo e cada deputado constituinte irá tomar sua posição perante a História.

Teme-se, lamentavelmente, que o controle nacional acionário dos bancos de depósitos não passará nesta Assembleia Nacional Constituinte.

Ao menos, porém, que não se confesse essa fraqueza e transfira-se para adiante, sem fechar constitucionalmente a porta a um ulterior exame da matéria, em conjuntura menos adversa ao interesse nacional.

Parecer:

Na apreciação dessa emenda, observamos que várias de suas propostas estão inseridas no texto do Projeto de Constituição na forma da redação apresentada pela Comissão temática.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:14096 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO CAMPOS (PDS/MT)

Texto:

Acrescente-se ao art. 328 do Projeto de Constituição, os parágrafos 1o. e 2o., com a seguinte redação:

"Art. 328 -

I -

II -

III -

IV -

V -

§ 1o. - O Presidente e os diretores do Banco Central do Brasil serão indicados pelo Presidente da República e por este nomeados ou exonerados, após aprovação do Senado Federal.

§ 2o. - Os mandatos dos diretores não serão coincidentes, devendo a renovação dar-se à razão mínima de metade a cada 2 anos."

Justificativa:

Uma vez que se pretende assegurar autonomia ao Banco Central do Brasil é imprescindível que os mandatos de seus administradores sejam fixos, não coincidentes e escalonados, isto é, que a diretoria se renove gradualmente, e não de uma única vez, de modo a que a administração da política monetária não sofra solução de continuidade.

Parecer:

Entendemos que a nomeação dos diretores do Banco Central pelo presidente da República deve depender de prévia aprovação do Senado Federal, no âmbito de sua competência privativa.

Todavia, ao invés de mandato à diretoria, parece-nos mais conveniente que se atribua a Câmara Alta o poder de deliberar sobre a exoneração dos referidos diretores.

Pela rejeição.

EMENDA:14573 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSE CARLOS VASCONCELOS (PMDB/PE)

Texto:

Dê-se ao Artigo 328 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização a seguinte redação:

Art. 328 - A Lei do Sistema Financeiro

Nacional disporá, inclusive, sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização;

II - condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, tendo em vista, especialmente:

- a) - os interesses nacionais;
- b) - os acordos internacionais;
- c) - critérios de reciprocidade;

III - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil.

IV - requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;

V - a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

VI - critérios de regionalização da aplicação dos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras públicas que possibilitem a eliminação das desigualdades regionais.

Justificativa:

É sabido que os gastos governamentais consignados no Orçamento Fiscal da União ocupam, hoje, posição secundária diante do total de gastos do setor público. A ninguém é dado desconhecer que o principal instrumento de política de dispêndio público é, atualmente, o orçamento das autoridades monetárias, que contêm os orçamentos dos bancos oficiais e empresas estatais.

Por outro lado, constitui o crédito bancário instrumento indispensável para o financiamento das atividades produtivas.

Sendo por demais tímida a atuação dos bancos oficiais nas macrorregiões menos desenvolvidas, é necessário inverter a política vigente, para que o crédito oficial seja instrumento indutor do desenvolvimento que eliminará o fosso que separam as regiões brasileiras.

Finalmente, no momento em que os Constituintes fazem opção para que o crédito tenha objetivo social e pelo fortalecimento das instituições financeiras públicas, reservando-lhes o direito de aplicar, por ação direta, os recursos geridos pela Administração Pública, não é justo deixar de estabelecer critérios como os propostos, que visam estabelecer o ser humano como o beneficiário do desenvolvimento.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:14719 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO BRITTO (PMDB/RS)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 285 do Projeto de Constituição:

"A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União".

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 336, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto, que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, devem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla.

Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:14720 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO BRITTO (PMDB/RS)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso do artigo 328 do Projeto de Constituição:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:15385 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURO BENEVIDES (PMDB/CE)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivos Emendados: Art. 328, Inciso III

Aditiva ao Inciso III a seguinte expressão:

"e demais instituições financeiras públicas e privadas".

Nova Redação: Art. 328 -

I -

II -

III - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos.

Parecer:

O Projeto de Constituição propõe que a lei do S.F.N. disporá sobre a estrutura, a organização, etc., do sistema. Está claro, portanto, que a lei deverá tratar não só de instituições privadas, mas também de instituições públicas. Pela rejeição.

EMENDA:15469 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DOMINGOS JUVENIL (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS: Art. 382, Inciso IV

Adita ao inciso IV a seguinte expressão: "E demais instituições financeiras oficiais."

Nova regição: Art. 382

I -

II -

III -

IV - Requisitos para designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Há necessidade de formalizar em lei os requisitos básicos para a designação da diretoria de todas as instituições oficiais, para se evitar o preenchimento desses cargos por pessoas incapacitadas ao desempenho das respectivas funções.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:15470 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DOMINGOS JUVENIL (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS: Art. 382, inciso I

Adita ao Inciso I a seguinte expressão:

"assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro."

Nova Redação: Art. 382 -

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos os instrumentos de mercado financeiro."

Justificativa:

Há necessidade de se assegurar aos bancos oficiais o acesso a todos os instrumentos de mercado financeiro disponíveis pelos bancos privados, para permitir, especialmente aos bancos regionais como o BASA e o BNB, o pleno desempenho de suas funções. Atualmente esses bancos têm dificuldades de captação de recursos e atendimento do empresariado e produtores dessas regiões menos desenvolvidas por não disporem de acesso a diversos instrumentos do mercado financeiro.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:15473 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DOMINGOS JUVENIL (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS: Art. 328, Inciso III

Adita ao Inciso III a seguinte expressão: "e demais instituições financeiras públicas e privadas".

Nova Redação: Art. 328 -

I -

III - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:15627 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO BRITTO (PMDB/RS)

Texto:

Emenda

Suprima-se o artigo 331.

Justificativa:

O artigo, em que pese seu aparente objetivo social, possui dificuldades de aplicação enormes e corre o risco de tornar-se inócuo, pois não esclarece o que deverá ser entendido como "transferência de poupança". Também é insuficiente o critério de utilizar a renda média nacional como parâmetro para determinar qual ou quais regiões serão atingidas. Além disso, poderá ocorrer de uma região estar em situação muito próxima da média, ora acima, ora abaixo, o que delegará a órgãos estatísticos que estima tais indicadores o poder de determinar a sua inclusão ou exclusão, o que é um absurdo.

O Projeto de Constituição já contempla, em diversos dispositivos, mecanismos redistribuidores de renda, com especial desta que para os capítulos que tratam do Sistema Tributário e do Orçamento, de sorte que uma inovação como a do artigo 331 somente servirá a polêmicas e discursões vazias, sem reais benefícios à coletividade.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a supressão do artigo 331 que trata da proibição da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras mais desenvolvidas.

Os argumentos apresentados foram considerados pertinentes e mereceram a nossa atenção. Contudo, consideramos desejável a manutenção de algumas restrições às referidas transferências de poupança. Pela aprovação parcial, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:15697 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se aos itens III e V do art. 328 do projeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

"Art. 328.

III - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;

.....

V - a criação de fundo, mantido com recursos que a lei definir, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir créditos contra instituições financeiras."

Justificativa:

A redação constante no item III do projeto não mencionada o Conselho Monetário Nacional (CMN). Esta exclusão poderá gerar interpretações diversas e ambiguidades que não contribuirão para dar tranquilidade ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). O CMN é um órgão útil mesmo com suas funções reduzidas e o Banco Central do Brasil (BCB) ajustado para o desempenho de um papel clássico. Por outro lado, no item V a verificação das fontes de recursos não deve ficar definida na Constituição. O mercado é muito dinâmico, de modo que tal definição introduziria uma rigidez desnecessária e que poderia se tornar inconsistente com a cambiante realidade do mercado financeiro. Por outro lado, na maioria dos países do ocidente, tais fundos foram criados, também, com recursos públicos. É o que os viabiliza atuarialmente. A gestão deste fundo é realizada em estreita vinculação com as Autoridades Monetárias, de modo que a ação conjunta a colocação de recursos públicos. Estes recursos públicos poderão originar-se de contribuições vindas dos próprios usuários do SFN, como os tomadores de crédito. Isto quer dizer que uma parcela do Imposto sobre Operações de Crédito (IOC) poderá ser destinada a tal finalidade. Apesar de os recursos serem captados por instituições não federais, a União, através de seus órgãos, determina a realização de aplicações prioritárias, exige a realização de depósitos de parte destes recursos em órgãos do governo, e assim por diante, de modo que sua responsabilidade e sua participação nos benefícios da atividade é inequívoca.

Parecer:

A emenda apresentada, a despeito da relevância das questões levantadas, constitui matéria que deveria ser tratada pela legislação ordinária. Optamos pela rejeição.

EMENDA:15990 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

Suprima-se o art. 329 do Projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização.

Justificativa:

A matéria será melhor regulada na Lei Ordinária, de acordo com os princípios propostos no artigo 328. Cumpre fazer, a propósito, os seguintes comentários:

1. A proibição de negociação da autorização de funcionamento, além de não contribuir em nada para o fortalecimento do Sistema Financeiro, dificultará o encaminhamento de soluções de problemas no setor através do processo de reorganização de instituições que passarem por dificuldades conjunturais.
2. Por outro lado, a autorização de funcionamento sem reservas poderá levar ao fenômeno "overbanking", diluindo de tal modo a capacidade de competição dos agentes financeiros de menor porte que novos processos de fusão se tornarão necessários para evitar crises bancárias.

Parecer:

A emenda propõe que se mantenha o instituto da carta-patente como objeto de negócio ou transferência entre

as instituições financeiras.

Acompanhando os anteprojotos da subcomissão do sistema financeiro e da Comissão temática somos pela rejeição da emenda.

EMENDA:15994 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se ao item V do art. 328 do Projeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

"Art. 328. A Lei do Sistema Financeiro Nacional disporá, inclusive, sobre:

.....

.....

V - a criação de fundo, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor."

Justificativa:

Sem dúvida, a instituição de modalidade de seguro de crédito é providência salutar que deve fazer parte do conjunto de normas regulador dos mercados financeiro e de capitais, tal como proposto no artigo. Todavia, tendo em vista a natureza do bem a ser protegido, isto é, a poupança popular, é de toda conveniência que se deixe à Lei do Sistema Financeiro Nacional definir as fontes de recursos do fundo, bem como dispor sobre o valor a ser garantido, segundo os interesses da sociedade, extremamente mutáveis e dinâmicos.

Parecer:

A Emenda propõe que não sejam definidas as fontes de recursos do fundo de proteção à economia popular de que trata o art. 328, item V, o qual atribui às instituições financeiras a responsabilidade pela formação do referido fundo. Considerando que a não especificação das fontes dos recursos do Fundo deixaria aberta a possibilidade de sua estatização, uma alternativa que iria de encontro ao interesse público, opinamos pela rejeição da emenda.

EMENDA:15997 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

Suprima-se o art. 331 do Projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização.

Justificativa:

O dispositivo, que se propõe a supressão, dispõe:

"Art. 331. É vedada a transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento".

A atuação do sistema financeiro é presidida por critérios e condições que asseguram sua função de instrumento de desenvolvimento. A consecução desse objetivo é preservada mediante a presença do próprio Estado, por intermédio do Banco Central, que orienta os fluxos monetários nos mercados. Não se justifica a restrição do artigo, sobretudo o critério em que se baseia, pois que é restritivo à eficiência do funcionamento em termos nacionais do sistema financeiro.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a supressão do artigo 331 que trata da proibição da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras mais desenvolvidas.

Os argumentos apresentados foram considerados pertinentes e mereceram a nossa atenção. Contudo, consideramos desejável a manutenção de algumas restrições às referidas transferências de poupança. Pela aprovação parcial, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:16074 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se ao art. 285 do Projeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

"Art. 285. A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras, observado o disposto no item V do artigo 328."

Justificativa:

O art. 285, que se propõe alteração, dispõe

"Art. 285 – A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras. " A Emenda acrescenta, no final do dispositivo, a expressão "observando o disposto no item V do artigo 328", e visa a adequar a redação do dispositivo, tendo em vista a alteração proposta no art. 328, inciso V.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto, que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, devem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla. Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:16221 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO GASPARIAN (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprimam-se o inciso II e as letras a), b) e c) do artigo 328 do Projeto de Constituição, da Comissão de Sistematização:

Art. 328 -

II - condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, tendo em vista, especialmente:

- a) os interesses nacionais;
- b) os acordos internacionais
- c) critérios de reciprocidade.

Justificativa:

Embora seja da maior relevância, a matéria poderá ser trata em lei ordinária.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a supressão do inciso II do artigo 328 do Projeto de Constituição que estabelece o princípio da participação condicional do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional. Acreditamos que o sistema financeiro nacional não pode prescindir, nos dias de hoje, da captação de poupança externa.

Desde que a participação do capital estrangeiro esteja condicionada aos interesses nacionais, aos acordos internacionais e a critérios de reciprocidade, não há porque não consagrá-la como princípio constitucional. Pela Rejeição.

EMENDA:16262 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Incluir no artigo 328 do Projeto de Constituição o seguinte dispositivo:

VI - criação de bancos municipais, locais e regionais que terão preferência na obtenção de concessão e na captação de recursos na sua área de atuação.

Justificativa:

A oligopolização do setor financeiro tem concentrado a política monetária ao atendimento dos interesses dessas corporações. A única forma de combater-las é pela criação de bancos regionais e municipais que, identificados com suas respectivas regiões, terão melhores condições de servir à intermediação do crédito. De outro lado, a fragmentação dos estabelecimentos de crédito leva ao aprofundamento do processo democrático pois amplia o sistema de livre mercado preconizado pelo modelo capitalista.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:16264 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Incluir no artigo 328 do Projeto de Constituição o seguinte inciso:

VI - submissão da intermediação financeira aos interesses nacionais, ao processo produtivo, a ampliação das rendas salariais, ao crescimento do mercado e a distribuição de renda.

Justificativa:

Nos últimos anos a política econômica do governo tem sido orientada para atender prioritariamente os interesses dos rentistas e dos banqueiros, em detrimento dos interesses do conjunto da população brasileira. A intermediação financeira que é atividade secundária no sistema econômico, passou a ser a principal, submetendo todas demais. A previsão constitucional proposta pela emenda, visa impedir aos dirigentes da política econômica voltar as decisões de governo contra os interesses nacionais.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:16296 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Modificativa

- o inciso II do artigo 328 deve ter a seguinte redação:
II - a exclusividade do capital nacional nas instituições financeiras.

Justificativa:

O dispositivo emendado permite a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras, em flagrante ato atentatório aos interesses nacionais.

A intermediação financeira deve ser reservada exclusivamente ao capital nacional.

Parecer:

O sistema financeiro misto com participação preponderante do setor público, a nosso ver, deve ser mantido. Quanto à participação do capital estrangeiro no setor, entendemos que a legislação deve dispor sobre a matéria, respeitando-se as condições propostas no Projeto.
Pela Rejeição.

EMENDA:16297 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Aditiva

- incluir no artigo 328 o seguinte inciso:

VI - repressão à formação de monopólio e oligopólios financeiros.

Justificativa:

A política econômica implementada pela ditadura militar incentivou e favoreceu a formação de oligopólios financeiros, através de fusão e incorporação de inúmeros bancos. Atualmente cinco grandes bancos controlam o mercado financeiro, e impõe seus interesses sobre o governo e a sociedade, em detrimento do setor produtivo e da distribuição de rendas.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária.
Pela rejeição.

EMENDA:16311 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 330 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

Art. 330 - Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional de responsabilidade da União e das entidades sob seu controle, serão depositados em instituições oficiais federais de crédito e por elas aplicados.

Justificativa:

O tratamento a ser dispensado às instituições financeiras oficiais federais não pode, nem deve ser discriminatório.

A redação ora proposta enseja dar condições ao Governo Federal de dispor de maior flexibilidade na alocação dos recursos destinados a programas e projetos de desenvolvimento regional, isto porque são raras as instituições que dispõem de dependências em todos os pontos do território.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria

e que são pertinentes à legislação ordinária.
Pela rejeição.

EMENDA:16313 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 285, do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

"A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União"

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 336, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto, que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, devem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla. Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda. Pela rejeição.

EMENDA:16326 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 328 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

O fundo proposto no Projeto de constituição a que se refere a presente Emenda leva em consideração o fato de que a União não deve se responsabilizar por aplicações em instituições financeiras.

A Emenda não aprimora o projeto em exame.
Pela Rejeição.

EMENDA:16341 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao Art. 329, do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, o seguinte parágrafo único:

"Art. 329.

Parágrafo único. A abertura de agências das instituições financeiras nos municípios dependerá de aprovação prévia do Poder Legislativo local, que poderá estabelecer condições de funcionamento que julgar compatíveis aos interesses de sua comunidade".

Justificativa:

É notório que os grandes conglomerados bancários, utilizam-se dos recursos arrecadados no município e onde funcionam suas agências, aplicando-os a seu juízo onde lhes convém, como grandes prejuízos para a economia local.

Por outro lado, há que se preservar a autonomia municipal e o interesse da comunidade que é, em última análise, a autoridade maior para decidir da convivência da instalação ou funcionamento de qualquer instituição financeira no âmbito do municipal.

Parecer:

A Emenda apresentada, a despeito da relevância das questões levantadas, constitui matéria que deveria ser tratada pela legislação ordinária. Opinamos pela rejeição.

EMENDA:16494 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARREL BENEVIDES (PMDB/AM)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS: Art. 328, Inciso III

Adita ao Inciso III a seguinte expressão: "e demais instituições financeiras públicas e privadas".

Nova Redação: Art. 328 -

I -

II -

III - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:16495 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARREL BENEVIDES (PMDB/AM)

Texto:

Dispositivos Emendados: Art. 328, inciso IV.

Adita ao inciso IV a seguinte expressão: "E demais instituições financeiras oficiais".

Nova redação: Art. 328

I -

II -

III -

IV - Requisitos para designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Há necessidade de formalizar em lei os requisitos básicos para a designação da diretoria de todas as instituições oficiais, para se evitar o preenchimento desses cargos por pessoas incapacitadas ao desempenho das respectivas funções.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária.

Pela rejeição.

EMENDA:16502 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARREL BENEVIDES (PMDB/AM)

Texto:

Emenda Modificativa.

Dispositivos Emendados: Art. 328, Inciso I

Adita ao Inciso I a seguinte expressão:

"assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro".

Nova Redação: Art. 328 -

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

Há necessidade de se assegurar aos bancos oficiais o acesso a todos instrumentos de mercado financeiro disponíveis pelos bancos privados, para permitir, especialmente aos bancos regionais como o BASA e o BNB, o pleno desempenho de suas funções. Atualmente esses bancos têm dificuldades de captação de recursos e atendimento do empresariado e produtores dessas regiões menos desenvolvidas por não disporem de acesso a diversos instrumentos do mercado financeiro.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária.

Pela rejeição.

EMENDA:16654 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Modificativa

Dê-se ao art. 285 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

"Art. 285. A União somente se responsabilizará pelos depósitos de poupança nas instituições financeiras oficiais."

Justificativa:

Os escândalos financeiros que envolvem o Sistema Nacional de Habitação, mormente as cadernetas de poupança, por si só justificam a proposição. Cabe ainda lembrar que os estouros da Delfim, Coroa-Brastel, Haspa, Colméia, Habitasul, Dedred-Independência e a falência das instituições privadas como os Bancos Sulbrasileiro, Comind, Auxiliar, e outros, causaram grandes prejuízos ao Tesouro Nacional.

É inadmissível que caiba ao governo e, em consequência à sociedade, arcar com prejuízos da incompetência e sobretudo pela desonestidade de administradores de entidades financeiras privadas.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto, que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, devem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla.

Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:16664 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CHICO HUMBERTO (PDT/MG)

Texto:

Emenda Modificativa

Dê-se ao inciso I do artigo 328 a seguinte redação:

II - Condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, terá que ser submetido, aprovado pelo Congresso por representantes, tendo em vista especialmente:

Justificativa:

A participação do capital estrangeiro, por se tratar de interesse nacional, se afaz necessário o maior consenso possível.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:16678 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LEOPOLDO PERES (PMDB/AM)

Texto:

Emenda Modificativa
Dispositivos Emendados: Art. 328, Inciso I
Adita ao Inciso I a seguinte expressão:
"assegurado às instituições bancárias oficiais
acesso a todos instrumentos de mercado
financeiro".
Nova Redação: Art. 328 - ...
I - A autorização para o funcionamento das
instituições financeiras, bem como dos
estabelecimentos de seguro, previdência e
capitalização, assegurado às instituições
bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de
mercado financeiro.

Justificativa:

Há necessidade de se assegurar aos bancos oficiais o acesso a todos instrumentos de mercado financeiro disponíveis pelos bancos privados, para permitir, especialmente aos bancos regionais como o BASA e o BNB, o pleno desempenho de suas funções. Atualmente esses bancos têm dificuldades de captação de recursos e atendimento do empresariado e produtores dessas regiões menos desenvolvidas por não disporem de acesso a diversos instrumentos do mercado financeiro.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária.
Pela rejeição.

EMENDA:16680 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LEOPOLDO PERES (PMDB/AM)

Texto:

Emenda Modificativa
Dispositivo Emendados: Art. 328, Inciso III
Adita ao Inciso III a seguinte expressão: "e
demais instituições financeiras públicas e
privadas".
Nova Redação: Art. 328 - ...
I -
II -
III - A organização, o funcionamento e as
atribuições do Banco Central do Brasil e demais
instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária.
Pela rejeição.

EMENDA:16681 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LEOPOLDO PERES (PMDB/AM)

Texto:

Emenda Modificativa
Dispositivos Emendados: Art. 328, Inciso IV.
Adita ao Inciso IV a seguinte expressão: "E
demais instituições financeiras oficiais."
Nova redação: Art. 328 ...

I -

II -

III -

IV - Requisitos para designação de membros da
diretoria do Banco Central do Brasil, e demais
instituições financeiras oficiais, bem como seus
impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Há necessidade de formalizar em lei os requisitos básicos para a designação da diretoria de todas as instituições
oficiais, para se evitar o preenchimento desses cargos por pessoas incapacitadas ao desempenho das
respectivas funções.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela
eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do
direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria
e que são pertinentes à legislação ordinária.
Pela rejeição.

EMENDA:16772 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

Suprima-se o art. 285 do Projeto de
Constituição subscrito pelo ilustre Relator, Dep.
Bernardo Cabral.

Justificativa:

No nosso entender haveria uma verdadeira corrida sobre as instituições financeiras privadas e, mesmo, nas
oficiais, caso a União Federal não se responsabilizasse pelos depósitos ou pelas aplicações no sistema
financeiro nacional.

E isso representaria um desastre o sistema nacional de poupança.

Parecer:

A Emenda objetiva responsabilizar a União pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras.
Na hipótese, não obstante os elevados propósitos do Autor, fica substancialmente alterada a proposta acolhida
pela maioria dos Constituintes que examinaram a matéria, nas fases anteriores da elaboração do Projeto de
Constituição.

Assim, somos pela sua rejeição.

EMENDA:16901 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BENEDICTO MONTEIRO (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Modificativa
Dispositivos Emendados: Art. 328, inciso IV.
Adita ao inciso IV a seguinte expressão: "E
demais instituições financeiras oficiais".
Nova redação: Art. 328 ...

I -

II -

III -

IV - Requisitos para designação de membros da

diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Há necessidade de formalizar em lei os requisitos básicos para a designação da diretoria de todas as instituições oficiais, para se evitar o preenchimento desses cargos por pessoas incapacitadas para o desempenho dessas funções.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:16903 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BENEDICTO MONTEIRO (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendados: Art. 328, Inciso III

Adita ao Inciso III a seguinte expressão: "e demais instituições financeiras públicas e privadas".

Nova Redação: Art. 328 -

I -

II -

III - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:16904 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BENEDICTO MONTEIRO (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivos Emendados: Art. 328 , Inciso I

Adita ao Inciso I a seguinte expressão:

"assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro".

Nova Redação: Art. 328 -

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro , previdência e capitalização, assegurado às instituições

bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

Há necessidade de se assegurar aos bancos oficiais o acesso a todos instrumentos de mercado financeiro disponíveis pelos bancos privados, para permitir, especialmente aos bancos regionais como o BASA e o BNB, o pleno desempenho de suas funções. Atualmente esses bancos têm dificuldades de captação de recursos e atendimento do empresariado e produtores dessas regiões menos desenvolvidas por não disporem de acesso a diversos instrumentos do mercado financeiro.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:16933 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AMILCAR MOREIRA (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS: Art. 328, Inciso III

Adita ao Inciso III a seguinte expressão: "e demais instituições financeiras públicas e privadas".

NOVA REDAÇÃO: Art. 328 -

I -

II -

III - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:16935 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 330 do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

Art. 330 - Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional de responsabilidade da União e das entidades sob seu controle, serão depositados em instituições financeiras oficiais federais de crédito e por elas aplicados.

Justificativa:

O tratamento a ser dispensado às instituições financeiras oficiais federais não pode, nem deve ser discriminatório.

A redação ora proposta enseja dar condições ao Governo Federal de dispor de maior flexibilidade na alocação dos recursos destinados a programas e projetos de desenvolvimento regional, isto porque são raras as instituições que dispõem de dependências em todos os pontos do território.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe alteração nos destinatários dos recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional que, nos termos da proposta, devem ser as instituições financeiras oficiais e não apenas as instituições de crédito regionais, como está previsto no artigo 330.

Acreditamos que a manutenção das instituições financeiras regionais como únicas beneficiárias dos depósitos dos recursos de programas regionais é uma medida que visa fortalecer as referidas instituições, razão pela qual opinamos pela rejeição da Emenda, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:16936 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 328 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, como objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:16937 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 285, do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

"A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições salvo, se realizados nas instituições controladas pela própria união."

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 336, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto,

que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, devem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla. Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda. Pela rejeição.

EMENDA:16994 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

- substitua-se a redação dos Artigos 328 e 329 pela seguinte:

Art. 328 - A lei do Sistema financeiro disporá sobre autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, observados os seguintes pressupostos:

I - competirá ao Presidente da República, mediante decreto, uma vez reconhecido, em lei especial, o interesse do País, reservar as empresas privadas sob controle nacional, ou a empresas públicas, o exercício de qualquer atividades financeiras mencionadas neste Artigo, sem ônus para o erário.

II - As autorizações renováveis ou não, para funcionamento das empresas do Sistema Financeiro em qualquer caso, serão em caráter temporário.

III - em caso de substituição de empresas privadas por empresas públicas, são assegurados todos os direitos dos empregados e dirigentes executivos e sua permanência. Os imóveis, instalações e equipamentos transferir-se-ão, sem solução de continuidade, à entidade sucessora, mediante indenização, pelo seu justo valor, paga aos proprietários, em títulos da dívida pública, acrescidos de juros, de seis por cento ao ano, com cláusula de correção monetária, e por prazo compatível com a capacidade de ressarcimento pela entidade sucessora.

Parágrafo único - A lei do Sistema Financeiro Nacional disporá ainda sobre:

- a) a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, assegurada a participação e fiscalização pelas entidades representativas da indústria, do comércio e dos trabalhadores, mediante eleição interna, nas respectivas diretorias.
- b) a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.
- c) a proibição da usura, com sanções criminais aos infratores.

Art. 329 - A autorização a que se refere o caput do artigo anterior será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do Sistema Financeiro Nacional, a pessoa jurídica, cujos diretores tenha capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

Justificativa:

1 – A presente emenda visa apenas deixar aberto o caminho constitucional para a possibilidade de futura transformação em lei dos projetos destinados à economia nacional, as atividades bancárias de coletas de depósitos, as de seguros, previdência e capitalização, providências acolhidas no anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, e apresentadas na Subcomissão “C” do Sistema Financeiro pelo deputado Darcy Deitos (PMDB-PR), e aprovado pelo relator Fernando Gasparian (PMDB-SP); porém, rejeitadas na Comissão do Sistema Tributário presidida pelo deputado Francisco Dornelles,

2 – Barbosa Lima Sobrinho, em seu estudo “A Nacionalidade da Pessoa Jurídica” (Belo Horizonte, 1963) registra o debate travado na Câmara dos Deputados, em 1894, para aprovação do projeto do Senador Virgílio Damásio, pela nacionalização das empresas de seguros, para eliminar absurda evasão das divisas em troca de nada. O Projeto recebia o apoio de Augusto Montenegro, Alberto Torres, Benedito Leite, Lauro Muller, Serzedelo Correia e Augusto Severo, parlamentares que, hoje, são nomes de ruas e de instituições, enquanto que os entreguistas da época ficaram sepultados no lixo da História.

3 – O projeto de nacionalização dos bancos de depósitos foi apresentado na Constituição de 1934, pelos parlamentares empresários paulistas Roberto Simonsen, Abelardo Vergueiro Cezar, José Carlos Macedo Soares, Cardoso de Melo Neto, Cincinato Braga (banqueiro), Mário Gomes, Alcântara Machado e Alexandre Siciliano Jr., entre outros, nomes que perduram na memória nacional.

Em 1946, o debate de nacionalização dos bancos envolveu Barbosa Lima Sobrinho, Adroaldo Costa, Agamenon Magalhães, Hermes Lima, Baeta Neves, Café Filho, Caires de Brito e outros.

Em 1973, o banqueiro Teófilo de Azeredo Santos, então presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara e presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, realizou memorável conferência no Instituto de Pesquisas Econômicas da Associação Comercial (IPEAC), em que denunciava as irregularidades e abusos cometidos pelos bancos contra a economia nacional, conferência transcrita no seminário *Política*, de 08.04.74, onde condenava o poder político em que resultava do fato de dirigir a aplicação dos depósitos recolhidos no Brasil, segundo os interesses estrangeiros.

A Constituição de 1937 determinava a nacionalização dos bancos de depósito. Em 1974, entre outros, o Peru, Argentina, Venezuela, Índia, Argélia proibiram a captação da poupança nacional por bancos estrangeiros. Posteriormente, a França, México e Portugal ingressaram na lista.

4 – Lamentavelmente, a pressão nesta Constituinte dos vultosos interesses em jogo, não só afastou a possibilidade da nacionalização, como, até mesmo, introduziu no art. 328 do Projeto, inciso II, alínea C, a expressa participação do capital estrangeiro, tendo em vista “critérios de reciprocidade”; o que significa um retrocesso relativamente a todas as Constituições anteriores.

Essa vexatória capitulação na defesa da economia nacional, pelo menos, não deveria ser confessada. Que se calem os constituintes, mas, de modo algum, devem confessar sua ignorância ou impotência. As nações imperialistas podem se dar o direito de estabelecer a reciprocidade. Isto permitirá coletar depósitos da poupança nativa com a vantagem de ingressar num país pobre com o Brasil e abrir possibilidades de exercer um poder político irresistível, enquanto que um banco brasileiro, por exemplo, nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Japão, na Alemanha, não recolhe, em depósitos, senão os valores que são destinados ao pagamento das mercadorias vendidas pelos exportadores do Brasil. Nada mais. A poupança nacional dos países ricos não se arriscaria a deixar, por exemplo, os bancos de Wall Street, para os duvidosos bancos do Terceiro Mundo, em países insolventes como o Brasil.

5 – Infelizmente, esta visão não tiveram a pequena maioria de constituintes da Comissão presidida pelo deputado Francisco Dornelles e nem o diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, senhor Adroaldo Moura da Silva que depôs naquele foro de debates.

Segundo o resumo publicado em “*O Estado de São Paulo*”, de 04 de junho pretérito, “as relações financeiras entre os países baseiam-se na reciprocidade. Por isso, se o Brasil proibir a participação dos bancos estrangeiros em seu mercado, os bancos brasileiros estarão sujeitos a tratamento semelhante em suas operações externas. O que isso representaria em prejuízos só para o Banco do Brasil, pode ser julgado pelo fato de que o Banco do Brasil realiza 58% de seus lucros nas operações externas. O Banco do Brasil tem, em suas 33 agências estrangeiras, US\$ 3,5 bilhões que, somados aos cerca de US\$ 2,2 bilhões captados por outras formas, representam US\$ 5,7 bilhões em depósitos no Exterior. Esse total é maior que o volume dos depósitos captados dentro do Brasil que anda em torno de US\$ 4 bilhões. E mais: é maior também que o total dos depósitos captados no mercado brasileiro por todos os bancos estrangeiros que aqui operam – incluindo-se aqueles em que o capital estrangeiro tem participação parcial – que chegaria aos US\$ 4,8 bilhões”.

Adroaldo acrescenta que ainda há os depósitos coletados pelo BANESPA e por alguns grandes bancos privados e que o Banco do Brasil tem participação acionária em bancos japoneses, europeus, árabes e latino americanos; participação que também estaria ameaçada de retaliação.

Como se vê, o Senhor Adroaldo raciocina como um burocrata cego e como se vivesse fora do Brasil.

Em resumo para ele, os bancos estrangeiros devem permanecer coletando as minguadas poupanças dos brasileiros e comandando a aplicação política desses recursos, porque a diferença entre o que retiram aqui e o que o Banco do Brasil recolhe lá fora é de US\$ 5,7 bilhões de dólares menos US\$ 4,8 bilhões, ou seja, 900 milhões de dólares a favor do Banco do Brasil.

O Senhor Adroaldo e Andréia Calabi não se deram conta de os lucros do Brasil não se encontram no que está visível nesses dados contábeis, mas no corte dos imensos abusos bancários que se cometeram e se cometem transferindo o comando da política financeira e que representam bilhões e bilhões de dólares de prejuízo e o caos que aí está.

6 – RESPOSTAS ÀS OBJEÇÕES DE ADROALDO

a) – o que o Brasil coleta no exterior são, pelo visto, ninharias – pois o que o Senhor Adroaldo deveria revelar não é o volume dos depósitos, mas os custos destes depósitos em agências, pessoal, viagens, contrabandos, o rombo da COBEC e outras operações ruinosas que o silêncio dos gabinetes e a cortina do sigilo escondem do público e são facilitados por agências fantasmas como essas do Panamá e dos paraísos fiscais, onde toda a sorte de falcaturas podem ser cometidas e tirar o que sobraria disso. O Brasil necessita é de transparência na gestão dos dinheiros públicos. Os depositantes estrangeiros nos bancos brasileiros no exterior só fazem operações como vantagens para negócios clandestinos no território nacional e como instrumento da chamada “economia submersa” nas contas numeradas. Nenhum brasileiro deixaria de depositar suas economias no Bradesco, ou na Caixa Econômica, para entregá-las a um banco perdido na Polinésia, com agência no Brasil, do mesmo modo como nenhum novo-iorquino deixará de depositar num banco mundialmente famoso da Wall Street para confiar suas economias a bancos de um país com as aperturas do Brasil. Só existindo outras “compensações” para risco é que as operações aparecem. Isto é claro, como a luz do sol.

b) – O temor a retaliações é fruto de ignorância do vulto de interesses que ligam milhares de empresas de qualquer país do mundo ao Brasil de hoje, onde seus recursos naturais em minérios, inclusive estratégicos, sua produção de manufaturados e sua classe dirigente – ingênua ou corrupta como a da China, nos tempos em que as nações europeias realizavam os famosos “negócios da China” são atrações fascinantes que não admitem picuinhas de fechar o Banco do Brasil por onde podem transitar, e transitam, tantas operações vantajosas; banco que, é sabido de todos, não sofre fiscalização.

c) – Se o Brasil tiver estadistas dotados de competências para um comando político à altura de sua importância internacional e proibir a coleta de depósitos estrangeiros dando cumprimento a uma aspiração nacional que já constava da Constituição de 1934, portanto, com mais de meio século – as consequências serão outras. Para ficarmos na contabilidade do Senhor Adroaldo, grande parte desses depósitos coletados na poupança brasileira pelo CitiBank e em outros e mais US\$ 2.404.800 de dinheiro brasileiro que transitam por esses bancos para empresários externos, passarão para o Banco do Brasil S/A, de modo que não há prejuízos, mas grandes lucros.

d) – Esses, entretanto, não são os lucros maiores que o Brasil auferirá. Se os bancos estrangeiros recolheram da minguada economia de brasileiros, em 1986 – como informa o Senhor Adroaldo Cz\$ 71.620.400,000 e para empréstimos externos Cz\$ 35.925.600,000, ou seja, Cz\$ 107.546.000,000 – esses 107 bilhões, segundo o Almanaque Abril/87, correspondem às receitas de 1986, somadas, de três grandes Estados (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná), ou de São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Maranhão e Sergipe. Cabe, pois, aos bancos estrangeiros, coletores dessa receita, decidir soberanamente sobre a aplicação de recursos de vulto idêntico, vale dizer, desfrutar de um poder político muito maior do que os dos governadores desses Estados. Muito maior porque os governadores estão jungidos às despesas orçamentárias imperiosas (pagamento do funcionalismo, hospitais, polícia etc...) e os banqueiros têm total liberdade.

Tais recursos de depositantes brasileiros são canalizados segundo os interesses do Citibank, e não segundo o interesse nacional, e os lucros vão para o exterior, de graça. Isto contribui para explicar porque faltam recursos para escolas, hospitais, programas assistenciais e até para as Forças Armadas. A sangria através dos bancos é a mais injusta de todas.

e) – Cada um que se disponha a ler os balanços das multinacionais e os estatutos de sua constituição sabe quais são as regras usuais de sua instalação no Terceiro Mundo. O Capital é próximo do zero, como ocorreu nas empresas instaladas para pesquisar Petróleo, através dos contratos de risco, e ocorre nas mineradoras em geral. Em seguida, a matriz no exterior “empresta” o capital e esse capital contém juros, royalties e o diabo. Assim, os lucros deixam de se lucros, mas “amortizações” da dívida. As mercadorias como, por exemplo, minérios, são exportadas, com preços aviltados a uma “compradora” fantasma sediada num paraíso fiscal no Caribe. Em alto mar, a “compradora” revende ao destinatário por novos preços. Com isto, sonégam os impostos do Brasil e no país destinatário. Essa intermediação processa-se pelos bancos estrangeiros que operam no Terceiro Mundo. Os depósitos (segundo Adroaldo) para esses “empréstimos” externos somaram US\$ 2.404.800,000 no ano passado. Quando, por azares, é descoberta uma trapaça, como ocorreu com uma empresa exportadora gaúcha, o banco se apressa em cancelar o “crédito” e, aparentemente, perder tudo. Agora, surgiram as atrapalhas do Citibank em São Paulo.

O relatório do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, editado em 1974. “Las Corporaciones Multinacionales en el Desarrollo Mundial”, relata alguns dos expedientes usados por esses

bancos em detrimento das economias dos países do Terceiro Mundo. A ação popular intentada por Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, pelo Presidente da OAB e pelo Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros e distribuída à 7ª Vara Federal em Brasília (classe V, nº 091 – AD/85) para anular a dívida externa, descreve vários tipos de operações. O vulto desses negócios leva de roldão as “fiscalizações”. Esse é um poder muito maior que o dos vice-reis das colônias britânicas. Por aí se vê o valor das objeções dos senhores Adroaldo e Calabi.

7 – CONCLUSÃO

I – É falso afirmar que o Brasil sofreria, prejuízos com a nacionalização dos bancos de depósitos.

II – É falso concluir que o Brasil sofreria, seguramente, retaliações.

III – É certo que o Brasil realizaria uma aspiração constitucional de mais de meio século.

IV – É certo que o Brasil eliminaria um poder político externo superior ao dos governadores dos maiores estados brasileiros, poder que subjuga nossa economia, dita a política financeira, impede a auditoria da Dívida Externa e corrompe ou aterroriza todos os altos escalões, poder que não se submeteu ao congelamento do Plano Cruzado, cobra os juros que quer e conserva nosso povo, como um dos mais pobres e famintos do planeta, habitando uma das mais ricas regiões da terra e que, no ano passado, obteve as maiores colheitas de cereais, porém passando por um dos anos mais terríveis de sua existência, precisamente por essa Dívida Externa e pelos juros usurários e suas represálias.

Cabeeria à Assembleia Nacional Constituinte a responsabilidade histórica de decidir qual o caminho do Brasil: mantê-lo submetido às algemas dos banqueiros internacionais ou o caminho da libertação, num novo Sete de Setembro, real e definitivo.

Estamos numa encruzilhada semelhante à da luta pelo monopólio estatal do petróleo e cada deputado constituinte irá tomar sua posição perante a História.

Teme-se, lamentavelmente, que o controle nacional acionário dos bancos de depósitos não passará nesta Assembleia Nacional Constituinte.

Ao menos, porém, que não se confesse essa fraqueza e transfira-se para adiante, sem fechar constitucionalmente a porta a um ulterior exame da matéria, em conjuntura menos adversa ao interesse nacional.

Parecer:

A emenda propõe: (a) que se abra caminho para a nacionalização dos bancos e (b) que as cartas-patentes dos bancos sejam inegociáveis. A segunda parte da emenda está prejudicada porque consta do Projeto de Constituição. Quanto a primeira sugestão, preferimos manter os dispositivos aprovados no âmbito da Comissão do Sistema Tributário.

Somos pela rejeição.

EMENDA:17013 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AMILCAR MOREIRA (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS: Art. 328, Inciso I

Adita ao inciso I a seguinte expressão:

"assegurado às instituições bancárias oficiais acesso à todos instrumentos de mercado financeiro.

NOVA REDAÇÃO: Art. 328 -

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso à todos instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

Há necessidade de se assegurar aos bancos oficiais o acesso a todos instrumentos de mercado financeiro disponíveis pelos bancos privados, para permitir, especialmente aos bancos regionais como o BASA e o BNB, o pleno desempenho de suas funções. Atualmente esses bancos têm dificuldades de captação de recursos e atendimento do empresariado e produtores dessas regiões menos desenvolvidas por não disporem de acesso a diversos instrumentos do mercado financeiro.

Parecer:

A matéria objeto da presente Emenda é, a nosso ver, de natureza infra-constitucional.

A autorização para que as instituições oficiais de crédito operem em todos os segmentos do mercado financeiro deve estar sujeita ao próprio desempenho das funções que se deseja do mercado.

Pela rejeição.

EMENDA:17017 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AMILCAR MOREIRA (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS: Art. 382, inciso IV

Adita ao inciso IV a seguinte expressão: "E

demais instituições financeiras oficiais."

Nova redação : Art. 382...

I -

II -

III -

IV - ...Requisitos para designação de memores da diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício de cargo.

Justificativa:

Há necessidade de formalizar em lei os requisitos básicos para a designação da diretoria de todas as instituições oficiais, para se evitar o preenchimento desses cargos por pessoas incapacitadas ao desempenho das respectivas funções.

Parecer:

A definição dos requisitos para designação da diretoria do Banco Central, bem como os seus impedimentos após o exercício do cargo são dispositivos que devem constar da Carta Magna, visto que o Banco Central em qualquer país moderno é o "banco dos bancos". É a autoridade monetária que deverá regular a oferta de moeda e de crédito na economia, bem como fiscalizar as instituições.

Quanto às demais instituições oficiais a própria lei do SFN poderá definir os referidos critérios.

Pela rejeição.

EMENDA:17138 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO GASPARIAN (PMDB/SP)

Texto:

Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo III, Título VIII referente ao Sistema Financeiro Nacional, do Projeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização, onde couber:

Art. - As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12% ao ano. A cobrança acima desse limite será conceituada como crime de usura, punida, em todas as suas modalidades, nos termos em que a lei determinar.

Justificativa:

Galbraith, em seu clássico ensaio sobre a grande crise de 1929 (The Great Crash – 1929 – Pelican Book, pag. 194 e segs.), listou a má estrutura bancária americana naquele momento entre as cinco grandes causas do fenômeno que abalou o mundo.

Refere o Prof. Galbraith – vale a pena chamar a atenção sobre o ponto – que a loucura dos juros descontrolados e dos grandes lucros auferidos pelos banqueiros e possibilitados pelas necessidades dos credores espremidos pela recessão seguiu-se a própria perda de segurança dos negócios, que levou à dramática ruptura do sistema e ao colapso da atividade financeira norte-americana, cuja economia, como se sabe, só veio a se recuperar e a se expandir novamente cerca de dez anos depois, exatamente às vésperas da 2ª Grande Guerra.

Na crise econômica que nosso país vive até hoje, nada há de mais dramático que a desarticulação do sistema financeiro pela prática desassida dos juros extorsivos. A rede bancária não este apenas premonindo-se contra

a inflação. Ela, ao mesmo tempo que a inflação vai quebrando o valor da moeda, procura auferir rendimento superior àquele que seria justo e retributivo do capital.

O parque produtor do país não suporta mais que tal procedimento se estenda no tempo. É preciso limitar os juros reais do setor bancário. Toda a comunidade está a exigir o controle pelo Estado do custo financeiro. Exige, também, que a atividade bancária seja considerada (pois assim é no capitalismo moderno) como função social que interessa a toda comunidade e ao desenvolvimento do país.

Tem-se arguido que o texto constitucional não é próprio para dizer sobre a limitação da taxa de juros real. Que a matéria deveria ser deixada à legislação ordinária. Tal argumentação não procede. A Constituição é um texto que visa ao tempo de hoje e ao tempo de amanhã. O que se deve levar em conta, no momento de sua elaboração, não é tão somente a visão prospectiva, isto é o que deve ir a ser, mas, também aquilo que deve ser feito hoje e já.

Eliminar a usura; por freio ao uso das disponibilidades do dinheiro com lucros extraordinários; possibilitar a circulação da riqueza para gerar riqueza em benefício a comunidade é regra da mais alta hierarquia e da maior urgência. A vida idônea para mandamento com tal propósito é, mesmo, o texto constitucional.

Há que se possa ter presente que quando, por duas vezes, se intentou entre nós e se fez concretamente a limitação dos juros legais, acima dos quais chegava ao campo penal pelo crime de usura (Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933 e Decreto-Lei nº 182, de 5 de janeiro de 1938), o país vivia clima de excepcionalidade.

Estávamos no Governo Provisório e no Estado Novo.

Aos que se detém de modo inocente ou por milícia no insustentável argumento formal de que a matéria da fixação do limite legal dos juros reais não agora vai completar o seu duplo centenário, previu o porte de arma como direito fundamental do cidadão americano (Bill of Rights, artigo II). Jefferson e Benjamin Franklin sufragaram a disposição porque ela, ao momento em que foi esculpida, representava uma realidade correspondente às lutas pela independência e a marcha para o oeste bravio.

Que surja, pois, na nova Constituição brasileira, uma norma, como a que ora se propõe, capaz de frear a especulação que sufoca a economia, ter como crime a prática de usura e garantir às pessoas físicas e jurídicas a segurança de suas operações de crédito, de modo a que não se interrompa o processo de desenvolvimento nacional.

Que a regra proposta, uma vez adotada, sirva, de modo definitivo agora e para os tempos futuros, a normalizar o funcionamento de nosso sistema financeiro e tornar o mercado de crédito bancário sintonizado com sua função social de apoio à economia do país.

Parecer:

As taxas de juros reais dependem de uma série de fatores, entre os quais a definição do índice de preços a ser utilizado para o respectivo cálculo.

Não obstante a preocupação do ilustre Constituinte, com a qual compartilhamos, a fixação "a priori" de uma taxa "legal" tornar-se-á inócua. Entendemos que cabe à administração econômica do país formular medidas anti-inflacionária e que resultem no aumento da poupança da sociedade. A taxa de juros reais situar-se-á, seguramente, nos níveis verificados nas economias desenvolvidas.

Pela rejeição.

EMENDA:17250 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ GUSHIKEN (PT/SP)

Texto:

Emenda ao Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

Dê-se nova redação ao artigo 327, suprimindo-se os artigos 328 e 329.

"Art. 327. As instituições financeiras são de propriedade exclusiva do Poder Público, cabendo-lhe privativamente o exercício das atividades de intermediação financeira em todas as suas modalidades."

Justificativa:

1. O Sistema Financeiro Nacional, pelo seu papel estratégico de intermediador dos fluxos financeiros entre poupadores e aplicadores, servindo de casos comunicadores que levam a seiva dos recursos financeiros e todo o sistema financeiros a todo sistema econômico, tem papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico do País. Dependendo, entretanto, da forma da propriedade do seu papel social que vai ser definido na futura constituição, iremos ter um serviço que vai atender à função social de intermediação financeira, harmônico e voltado para um maior equilíbrio dos agentes econômicos ou então, vamos continuar, como agora, assistir a uma concentração contínua do capital e da renda, beneficiando as atividades especulativas em detrimento do sistema produtivo e da sociedade em geral.

2. Em primeiro lugar, é preciso questionar se a função hoje atribuída ao nosso Sistema Financeiro Nacional se restringe, como se tem afirmado, a mero intermediário entre poupadores e aplicadores, exercendo um papel neutro nessa intermediação. Na verdade, tal ocorre. Ao contrário dessa suposta e até apregoada neutralidade, o sistema financeiro atual, primado a sua atuação pelo objetivo do lucro, privilegia os setores menos importantes para desenvolvimento econômico, direcionado, prioritariamente, os recursos para as atividades especulativas.

3. O sistema financeiro no papel de financiar o setor produtivo, não tem adequado os recursos às necessidades do ciclo produtivo das empresas, quer no financiamento dos investimentos, quer nos empréstimos para capital de giro.

Esta falha decorre do posicionamento oportunista e imediatista do sistema, que só realiza operações de curtíssimo prazo, tanto de captação como de aplicação. Os brancos de investimento, criados especificamente para realizar operações de longo prazo, atuam hoje apenas no curto prazo.

4. Outra grande distorção provocada pelo segmento privado do sistema financeiro é a concentração funcional e regional de renda, na medida em que, de um lado dirige o crédito, prioritária e privilegiadamente, aos mais afortunados economicamente e, de outro, capta recursos no interior e nas regiões mais pobres para aplicá-los nos centros mais desenvolvidos. Outra forma de concentração se dá através do deferimento prioritário de empréstimos às empresas ligadas ao grupo financeiro. As restrições regulamentadas existentes nesse sentido são contornadas por empréstimos recíprocos entre os grupos econômicos. Além disso, as instituições financeiras oferecem sempre maior rentabilidade aos grandes poupadores e menores custos aos grandes tomadores.

5. O atual sistema financeiro tem se beneficiado, de forma sistemática, da política monetária do Governo. Uma política expansionista, tendente nos primeiros momentos a beneficiar todo o segmento da economia, privilegia as instituições financeiras, na medida em que elas disporão de mais recursos para atender seus clientes, sempre ávidos, num país carente como o nosso, de mais empréstimos. Na fase de contração de recursos, os bancos se beneficiam de forma ainda maior do que na fase de expansão, pela elevação extorsiva das taxas de juros.

6. A política levada a efeito para o setor financeiro, a partir do Governo Médici, de incentivar as fusões e incorporações com vistas a ganhos de economia de escala, não surtiu os efeitos desejados em termos de instituições não foram transferidos para a sociedade, mas retidos pelo próprio sistema financeiro graças a seu poder oligopolista de manter elevada a diferença entre as taxas de captação e de aplicação.

7. Por outro lado, as intervenções que têm sido feitas pelo Governo no sistema, destinadas a sanar aos problemas de instituições falidas – situações que normalmente têm sido causadas por administrações fraudulentas ou por realizações de operações com excessiva dose de risco no intuito de auferir lucros elevados a curto prazo – têm resultado sempre na socialização dos prejuízos, enquanto os lucros são sempre, tempestivamente, apropriados ou distribuídos aos acionistas.

8. Os subsídios que têm sido dados ao crédito para financiar determinadas atividades, consideradas essenciais ou de maior incidência de risco, têm resultado em maior concentração da propriedade, mormente no setor agrícola. Tal fato decorre da circunstância de que os créditos subsidiados, quando deferidos pelo sistema privado, são canalizados normalmente para os clientes preferenciais e de maior poder econômico. Com esse dinheiro barato, foram ampliadas as grandes propriedades rurais, mediante incorporações de pequenas unidades, as quais normalmente inferiorizadas, não desfrutam dos benefícios dos subsídios.

Situação diferente prevalecerá num sistema estatizado, onde o crédito é deferido conforme o interesse social.

9. Outro grande malefício oriundo do sistema financeiro privado decorre do financiamento do déficit público, já que as instituições financeiras só se dispõem a adquirir títulos do Governo em montante adequado, mediante abertura das taxas de juros, com maiores custos para o Tesouro e, conseqüentemente, para a sociedade.

10. O alto índice de automação atingido pelo sistema financeiro – superior mesmo ao registrado em vários países desenvolvidos – longe de ter sido induzido por uma demanda do público usuário, resultou, essencialmente, da utilização de incentivos e facilidades propiciadas pelo Governo, como reserva de mercado no campo da informática. O setor financeiro tornou-se proprietário da maioria das empresas de informática, ao tempo em que a própria Embratel presta, frequentemente, serviços diretamente aos grandes bancos. Ademais, essa intensa automação do sistema financeiro contribuiu para alijar os pequenos bancos, favorecendo a concentração bancária.

11. Com referência ainda à automação bancária, especialistas nesta área sustentam que, nesse processo, os bancos não orientam seus projetos com base nos custos/benefícios da automação, mas se preocupam muito mais com o seu efeito demonstração junto ao público usuário, diretriz que foi corroborada pelos mencionados incentivos recebidos.

12. O atual sistema financeiro, por realizar um serviço de utilidade pública, depende, para seu funcionamento, de concessões do setor público. Entretanto, ao contrário do que ocorre com as demais empresas que prestam serviços de interesse público, as instituições financeiras não têm, em geral, nem seus preços e nem seus lucros controlados pelo Governo. Mesmo quando se estabelecem eventuais e periódicos tabelamentos sobre as taxas de juros, esses tabelamentos se evidenciam ineficazes, em face de mecanismos de que dispõe o sistema para burlá-los, como as exigências de saldo médio retenção de empréstimos, de realização de seguros, de compra de ações e outros títulos do grupo a preços superiores aos de mercado, e de outros artifícios, para elevar, ao nível desejado, a taxa real de juros.

13. Com relação à dívida externa, a tomada de empréstimo junto ao sistema financeiro internacional pelas instituições financeiras privadas representa um risco mais elevado e, conseqüentemente, elevações das taxas de juros com maior custo para o País.

14. O sistema financeiro, com a estatização, vai ser simplificado, mediante eliminação dessa gama de diversos tipos de instituições especializadas em operar em diferentes segmentos do mercado, bem como vão ser extintos vários instrumentos de captação e intermediação de recursos, os quais só contribuem para estimular a ciranda financeira, e elevar a diferença entre remuneração do poupador e o custo do tomador final dos recursos, com reflexos desastrosos no custo do tomador final dos produtos.

15. A estatização do sistema financeiro, na medida em que reduz as taxas de juros, representa o interesse não apenas dos trabalhadores, mas também dos empresários não financeiros, principalmente pequenos e médios, haja vista as grandes pressões que, de um modo geral, têm sido feitas sobre os bancos por todo o setor empresarial não ligado ao setor financeiro.

16. A defesa do sistema privado, sob a justificativa de que ele, ao permitir a concorrência entre as instituições, resulta numa menor taxa de juros, não tem validade no caso brasileiro, na medida em que os bancos funcionam de forma centralizada e não se permite a entrada de novos concorrentes no sistema. Por outro lado, se fosse permitido o livre ingresso de outras instituições, elas teriam, nesse quadro, poucas probabilidades de sobrevivência aumentando o risco de mercado.

17. Outra grande desvantagem do sistema financeiro privado reside no fato de que, por mais eficiente e rigorosa que seja a fiscalização, ela não consegue detectar e apurar grande parte das irregularidades do sistema financeiro privado, pelos artifícios (alguns antes mencionados) que as instituições, movidas pelo interesse do lucro, utilizam para burlar a regulamentação. Com a estatização, deixando de existir o conflito entre o interesse do sistema e a vontade do Governo, as irregularidades serão sensivelmente reduzidas.

18. Os defensores da iniciativa privada a qualquer preço irão, indubitavelmente, invocar contra a estatização, a situação atual na maioria dos bancos estatais. Nesse caso, alguns fatores que não podem ser atribuídos com características de um sistema estatizado explicam essa precária situação dos bancos estatais. Em primeiro lugar, está havendo um superdimensionamento dos prejuízos ocasionados pelos bancos estatais em relação aos ocorridos com o saneamento dos bancos privados, uma vez que, no caso destes não foram dimensionados os custos sociais dos elevados subsídios creditícios envolvidos nos processos de liquidações, nos incentivos tributários, nos processos de incorporação e outros fatores e concessões. De outro lado, a situação atual dos bancos estatais decorreu do problema financeiro dos estados e, mais do que isso, da falta de moralidade pública dos governantes que, em certos casos, como ocorreu em 1962, foram estimulados a captar recursos a qualquer preço no mercado, através de seu banco estatal, para financiamento de obras eminentemente eleitoreiras. E foi exatamente a partir de 1982 que teve início o crônico problema dos bancos estatais. Por fim, faltou ao Banco Central a adoção de mecanismos para um efetivo controle dos bancos estaduais.

19. Outra grande vantagem da estatização é a maior garantia de êxito na execução de um planejamento econômico, já que o Governo vai ter controle sobre o sistema financeiro.

20. Por todos esses malefícios trazidos pelo controle privado do sistema financeiro e benefícios de um sistema estatizado é que se apresenta este anteprojeto de texto constitucional, estabelecendo que as instituições financeiras serão de propriedade exclusiva do Poder Público e a intermediação financeira atividade exclusiva dela.

21. A propriedade exclusiva do Poder Público, e não apenas o controle acionário, é necessário para não provocar conflitos entre a finalidade social dos serviços de intermediação financeira e o interesse de lucro dos acionistas minoritários.

22. Para que o sistema estatizado não venha pecar por ineficiência na prestação dos serviços em decorrência da burocracia que, em geral, tende a prevalecer nas atividades públicas, e também para que sua atuação não seja ditadas por interesses político-partidários, vai ser necessário estabelecer formas efetivas de controle social sobre o sistema, a serem definidas em legislação específica, sem as quais as vantagens de eliminação dos malefícios do sistema financeiro privado e da conquista dos benefícios da estatização poderão ser reduzidos pelas chagas da burocracia, da deficiência na prestação de serviços e dos fatores políticos, em geral.

Parecer:

A Subcomissão do Sistema Financeiro e a Comissão temática rejeitaram a proposta de estatização dos bancos.

Somos, também, pela rejeição da emenda.

EMENDA:17253 REJEITADA

Fase:

M - Emenda 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SÉRGIO SPADA (PMDB/PR)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 328

Acrescente-se, ao art. 328, o seguinte item:

"Art. 328. A Lei do Sistema Financeiro disporá, inclusive, sobre:

- I -
- II -
- III -
- IV -
- V -

VI - autorização às cooperativas de crédito de funcionamento e operacionalidade em moldes idênticos aos das instituições bancárias, observadas suas peculiaridades."

Justificativa:

As cooperativas de crédito, instituições financeiras sob controle do Banco Central, terão condições de melhor responderem aos seus nobres fins de alta repercussão social, a par de inequívoca contribuição social.

Parecer:

A Emenda proposta pelo nobre Constituinte refere-se a matéria de natureza infraconstitucional. Não contribui, portanto, para o aprimoramento do Projeto em exame. Pela rejeição.

EMENDA:17337 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CID CARVALHO (PMDB/MA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivos Emendados: art. 328, inciso I

Adita ao Inciso I a seguinte expressão:

"assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro".

NOVA REDAÇÃO:

Art. 328 -

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

Há necessidade de se assegurar aos bancos oficiais o acesso a todos instrumentos de mercado financeiro disponíveis pelos bancos privados, para permitir, especialmente aos bancos regionais como o BASA e o BNB, o pleno desempenho de suas funções. Atualmente esses bancos têm dificuldades de captação de recursos e atendimento do empresariado e produtores dessas regiões menos desenvolvidas por não disporem de acesso a diversos instrumentos do mercado financeiro.

Parecer:

A matéria objeto da presente Emenda é, a nosso ver, de natureza infraconstitucional. A autorização para que as instituições oficiais de crédito operem em todos os segmentos do mercado financeiro deve estar sujeita ao próprio desempenho das funções que se deseja do mercado. Pela rejeição.

EMENDA:17340 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CID CARVALHO (PMDB/MA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 328, inciso IV

Adita ao inciso IV a seguinte expressão:

" E demais instituições financeiras oficiais".

Nova redação: Art. 328...

I -

II -

III -

IV - Requisitos para designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Há necessidade de formalizar em lei os requisitos básicos para a designação da diretoria de todas as instituições oficiais, para se evitar o preenchimento desses cargos por pessoas incapacitadas para o desempenho dessas funções.

Parecer:

A definição dos requisitos para designação da diretoria do Banco Central, bem como os seus impedimentos após o exercício do cargo são dispositivos que devem constar da Carta Magna, visto que o Banco Central em qualquer país moderno é o "banco dos bancos". É a autoridade monetária que deverá regular a oferta de moeda e de crédito na economia, bem como fiscalizar as instituições.

Quanto às demais instituições oficiais a própria lei do SFN poderá definir os referidos critérios.

Pela rejeição.

EMENDA:17343 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CID CARVALHO (PMDB/MA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivos Emendados: Art. 328, INCISO III

Adita ao Inciso III a seguinte expressão: "E demais instituições financeiras públicas e privadas".

Nova Redação

Art. 328.

I -

II -

III - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos.

Parecer:

" A adição da expressão proposta é redundante, visto que a lei do S.F.N. disporá sobre a estrutura do sistema. As instituições financeiras públicas e privadas fazem parte, obviamente, desse sistema.

Pela Rejeição.

EMENDA:17502 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 285.

Inclua-se no artigo 285, do PROJETO DE CONSTITUIÇÃO, o seguinte parágrafo único:

Art. 285 -

Parágrafo único - Lei complementar a ser promulgada no prazo de um ano, criará o Plano de

Seguridade sobre créditos nas instituições financeiras.

Justificativa:

A existência de mecanismos de seguridade que garantam os créditos nas instituições financeiras, impedirá que se penalize a sociedade, nos casos de intervenção ou liquidações extrajudiciais. Imperativo se faz, aprovado o artigo 285 que se proteja, principalmente o pequeno e médio investidores, com evidentes objetivos sociais.

Dar confiabilidade ao sistema financeiro, através da criação deste Plano, impedirá o surgimento de uma generalizada insegurança, principalmente do pequeno e médio investidores e aplicadores.

A seguridade sobre créditos, fortalecerá a todas as instituições financeiras, vez que o ônus recairá sobre a instituição financeira e não sobre o investidor e a União, além de que a concorrência entre as instituições, premiará a competência e a credibilidade das que obtiverem melhor desempenho.

Parecer:

A Emenda objetiva acrescentar parágrafo ao artigo 285 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, dispondo sobre mecanismos de proteção ao pequeno e médio investidor.

A proposta já está contemplada no artigo 328, V do texto em elaboração, que prevê a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras, destinado a proteger a economia popular e a garantir depósitos e aplicações de pequeno valor.

EMENDA:17510 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA.

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 329.

O Artigo 329 do Projeto de Constituição, passa a ter a seguinte redação:

Art. 329 - A autorização a que se refere o item I do artigo 328 será concedida sem ônus, será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa Jurídica titular, na forma da Lei do Sistema Financeiro Nacional, a Pessoa Jurídica, cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

Justificativa:

A proposta deslocou, no texto, a expressão “será concedida sem ônus” para ficar claro que não seria sem ônus a transferência do controle da Pessoa Jurídica titular da autorização e sim a concessão dessa última. Por outro lado, a gratuidade dessa concessão impõe que a autorização não seja, de per si, objeto de comércio ou de especulações.

Parecer:

A redação proposta ao artigo 329 do Projeto sob exame, de fato aprimora o texto, tornando-o objetivo quanto à concessão sem ônus de autorização para funcionamento de instituições financeiras, na forma que a Lei do SFN vier a determinar.

Pela aprovação.

EMENDA:17511 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA.

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 327.

O artigo 327 do Projeto de Constituição passa a ter a seguinte redação:

Art. 327 - O Sistema Financeiro Nacional será estruturado em Lei complementar, de forma a

promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir os interesses da coletividade.

Justificativa:

O tipo de normas mencionados no artigo 328 do Projeto aconselha a Lei do Sistema Financeiro Nacional seja de caráter complementar à Constituição, de modo a dar maiores garantias de estabilidade.

Parecer:

A dinâmica do sistema financeiro de qualquer economia em desenvolvimento ou desenvolvida requer, no médio prazo, ajustes normais. Nesse sentido, entendemos que a Lei do S.F.N. - face às características do próprio sistema e mercados envolvidos deve ser de natureza ordinária e não complementar.

EMENDA:17592 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADEMIR ANDRADE (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivos Emendados: Art. 328, inciso III

Adita ao Inciso III a seguinte expressão: "e demais instituições financeiras públicas e privadas".

Nova Redação: Art. 328 -

I -

II -

II - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos.

Parecer:

" A adição da expressão proposta é redundante, visto que a lei do S.F.N. disporá sobre a estrutura do sistema. As instituições financeiras públicas e privadas fazem parte, obviamente, desse sistema. Pela Rejeição.

EMENDA:17593 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADEMIR ANDRADE (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS: Art. Inciso I

Adita ao Inciso I a seguinte expressão:

"assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro".

NOVA REDAÇÃO: Art. 328

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

Há necessidade de se assegurar aos bancos oficiais o acesso a todos instrumentos de mercado financeiro disponíveis pelos bancos privados, para permitir, especialmente aos bancos regionais como o BASA e o BNB, o pleno desempenho de suas funções. Atualmente esses bancos têm dificuldades de captação de recursos e

atendimento do empresariado e produtores dessas regiões menos desenvolvidas por não disporem de acesso a diversos instrumentos do mercado financeiro.

Parecer:

A matéria objeto da presente Emenda é, a nosso ver, de natureza infraconstitucional. A autorização para que as instituições oficiais de crédito operem em todos os segmentos do mercado financeiro deve estar sujeita ao próprio desempenho das funções que se deseja do mercado. Pela rejeição.

EMENDA:17598 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADEMIR ANDRADE (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivos Emendados: Art. 328, Inciso IV

Adita ao inciso IV a seguinte expressão: "E demais instituições financeiras oficiais".

Nova Redação: Art. 328...

I -

II -

III -

IV - Requisitos para designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Há necessidade de formalizar em lei os requisitos básicos para a designação da diretoria de todas as instituições oficiais, para se evitar o preenchimento desses cargos por pessoas incapacitadas para o desempenho dessas funções.

Parecer:

A definição dos requisitos para designação da diretoria do Banco Central, bem como os seus impedimentos após o exercício do cargo são dispositivos que devem constar da Carta Magna, visto que o Banco Central em qualquer país moderno é o "banco dos bancos". É a autoridade monetária que deverá regular a oferta de moeda e de crédito na economia, bem como fiscalizar as instituições.

Quanto às demais instituições oficiais a própria lei do SFN poderá definir os referidos critérios.

Pela rejeição.

EMENDA:17864 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO BULHÕES (PMDB/AL)

Texto:

Substitua-se, no art. 327, a palavra "Financeiro" por "Bancário".

Justificativa:

Não se pode estruturar em lei ordinária todo o Sistema Financeiro Nacional, tanto mais quanto ele se encontra amplamente estruturado no próprio corpo da Constituição, cabendo a respectiva complementação e a necessária adjetivação na lei ordinária. O que se deseja, realmente, é uma lei que codifique o Sistema Bancário Nacional.

Parecer:

A emenda propõe alterar a redação do dispositivo onde se lê:

"A lei do Sistema Financeiro" para "A lei do Sistema Bancário". Optamos por manter a redação oferecida pela Comissão temática e, por isso, somos pela rejeição da emenda.

EMENDA:17881 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO BULHÕES (PMDB/AL)

Texto:

Dê-se ao "caput" do art. 328 do Projeto de Constituição a seguinte redação:

"Art. 328. A Lei do Sistema Bancário Nacional disporá, inclusive, sobre:"

Justificativa:

As previsões contidas nas alíneas e itens do artigo aplicando-se perfeitamente ao sistema bancário, que é uma derivante do sistema financeiro, contendo suas próprias peculiaridades, que precisam ser disciplinadas numa codificação própria. O Sistema Financeiro Nacional propriamente dito está contido, em amplos lineamentos, no texto constitucional.

Parecer:

A emenda propõe alterar a redação do dispositivo onde se lê: "A lei do Sistema Financeiro" para "A lei do Sistema Bancário". Optamos por manter a redação oferecida pela Comissão temática e, por isso, somos pela rejeição da emenda.

EMENDA:18049 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROSSI (PTB/SP)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 328 do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

V - A criação do fundo mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

Temos a convicção de que a matéria em foco recebeu tratamento adequado no projeto. Pela prejudicialidade.

EMENDA:18616 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROSSI (PTB/SP)

Texto:

Dê-se a seguinte redação do artigo 285, do projeto de Constituição, da Comissão de Sistematização:

"A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União.

Justificativa:

A proposta visa compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 328, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

Parecer:

A Emenda pretende responsabilizar a União por depósitos e aplicações nas instituições financeiras por esta controladas.

O texto emendado, artigo 285 do Projeto de Constituição, é relacionado com o artigo 328, v, do mesmo Projeto,

que atribui à Lei do Sistema Financeiro Nacional dispor, entre outras matérias, sobre a criação de fundo, mantido com recurso das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

A participação das instituições oficiais neste fundo justifica-se, principalmente se se considerar que algumas, a exemplo do Banco do Brasil S.A., têm acionistas privados aos quais distribuem lucros e dividendos e que, evidentemente, devem responder - junto com o acionista majoritário - pelas obrigações da instituição. Não nos parece legítimo pretender que a União, com recursos arrecadados da toda sociedade, garanta, com exclusividade, os depósitos e as aplicações realizadas nas instituições financeiras que controla. Assim, não obstante os elevados propósitos que inspiram o Autor, somos pela rejeição da Emenda. Pela rejeição.

EMENDA:18654 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DARCY DEITOS (PMDB/PR)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: 328

Art. 328 - A lei do Sistema Financeiro disporá sobre o exercício de atividade de Banco de depósitos, o qual é privativo de pessoas jurídicas de direito público, e também sobre:

I - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil.

II - Requisitos para a designação, de membros da diretoria do Banco Central do Brasil, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

III - Criação de Fundo, mantido com recursos das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Acrescente-se ao título disposições transitórias o seguinte artigo:

Art. - "Os bancos de depósitos e demais empresas financeiras e de seguros, controladas por capital privado nacional, permanecerão em funcionamento, com seu quadro atual de empregados e diretores executivos e terão o prazo improrrogável de um ano para a transferência do capital estrangeiro nelas existentes a brasileiros.

Parágrafo Único - Os bancos de capital privado, coletores de depósitos, cujos estabelecimentos passam aos bancos da União, dos Estados e dos Municípios, onde estiverem as respectivas sedes sociais, terão anuladas, sem ônus, as atuais cartas patentes. Os imóveis e suas instalações, incorporados ao patrimônio dos bancos estatais, serão indenizados, pelo seu justo valor, com pagamento na forma estabelecida em lei especial".

Justificativa:

1 – A economia popular de um País pobre com o Brasil tem sofrido lesões substanciais, inclusive pelo encarecimento dos produtos, aos quais são adicionados juros exorbitantes, dificultando a competição no mercado externo.

2 – Não há mais como manter em funcionamento bancos que não se submetem às leis de usura e cobram juros altamente lesivos à economia nacional e em que se manifestaram improficuas todas as tentativas de restringir os juros a limites de 6% ao ano estabelecidos no Código Civil ou ao dobro da taxa legal, quando indenizatórios de serviços e de contratos descumpridos. Seu imenso poder político decorrente do cartel que estabeleceram exige a supressão que, aliás, se encontra autorizada na própria Constituição em vigor em seu art. 163:

"São facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei federal, quando indispensável por motivo de segurança nacional".

3 – A usura chegou a tais níveis que os produtos industriais, para serem adquiridos pelo público, a prazo de um ano, ficam adicionados de outro tanto e até mais vezes ao seu valor real. Essa situação não apenas torna inacessíveis à população que percebe em sua grande maioria, menos de três salários mínimos, como também torna excessivamente caros os manufaturados e elimina a competitividade no comércio exterior.

A competitividade só é adquirida pela redução artificial do valor da moeda nacional corrente, o que implica no encarecimento das importações e imposições de um nível de vida ainda mais baixo a todo o povo.

4 – A presente proposição difere da estatização realizada na França e em Portugal, onde a administração permaneceu concentrada e restrita aos políticos vinculados ao partido, sem quadros experientes no setor financeiro. Nesta proposição inexiste esses erros.

Aqui, foram tomadas precauções para apenas mudar os proprietários, sem tocar, na rede bancária que prosseguirá sem solução de continuidade e com todos os seus técnicos. Houve apenas a inversão de filosofia que, em vez de servir para enriquecer, sem limites, meia dúzia de famílias, será para transformar o Estado numa entidade preocupada em maior justiça social. A mesma intenção que tiveram o General Mark Clark e o Pentágono, quando ocuparam o Japão, dissolveram os conglomerados das quatro famílias do tipo MITSU, SUMITOMO e MITSUBISHI, cada uma com pelo menos trezentas companhias sob seu controle, como descreve AKIO MORITA, da SONY, em sua autobiografia “MADE IN JAPAN”.

Trata-se, pois, de sugestão do mais alto cunho capitalista e democrático e para revitalizar a economia nacional gravemente enferma.

5 – A estatização não acarreta ônus a Fazenda Pública, não só porque se trata de atividade exercida sob o regime de concessão do Estado e que, portanto, não gera direitos permanentes, como também porque não há direitos adquiridos contra o Estado e que possam limitar sua soberania em instituir-se. A Constituição de 1934 incorporou o subsolo ao patrimônio da União e jamais houve quem pretendesse impugnar esse direito de fazê-lo e invocar “direitos adquiridos” às jazidas nele existentes.

6 – Mais ainda: todos estamos assistindo o drama das pequenas e médias empresas, vítimas da agiotagem do sistema bancário estimulado pelo Ministério da Fazenda, em níveis jamais atingidos. Os que percebem menos de cinco salários, a grande maioria dos trabalhadores, obrigados a comprar bens de consumo a prazo, pagam o valor efetivo ao fabricante e mais o dobro e até mais nos bancos em troca de nada.

7 - Certos de que a Assembleia Nacional Constituinte tornará esta providência de salvação da pequena e média indústria e do socorro aos assalariados, vítimas da usura, providência que deixará esta Constituinte ao nível dos brasileiros que instituíram a siderurgia, o monopólio estatal do petróleo e todas as bases para a grande Nação que pretendemos construir, como fizeram os japoneses em seu território em circunstâncias extremamente adversas.

Parecer:

As sugestões apresentadas nessa emenda foram parcialmente aprovadas, mas preferimos acompanhar os dispositivos gerais aprovados na Comissão Temática.

Pela aprovação parcial na forma do Projeto de Constituição.

Parcialmente aprovada.

EMENDA:18717 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ FERNANDES (PDT/AM)

Texto:

Emenda Modificativa

Aditar ao Inciso I do artigo 328 do Projeto de Constituição a seguinte expressão: "assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro".

Art. 328 -

I - A autorização para o funcionamento das instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

Há necessidade de se assegurar aos bancos oficiais o acesso a todos instrumentos de mercado financeiro disponíveis pelos bancos privados, para permitir, especialmente aos bancos regionais como o BASA e o BNB, o pleno desempenho de suas funções. Atualmente esses bancos têm dificuldades de captação de recursos e atendimento do empresariado e produtores dessas regiões menos desenvolvidas por não disporem de acesso a diversos instrumentos do mercado financeiro.

Parecer:

O acesso ou não de instituições bancárias oficiais a todos os seguintes do mercado financeiro e de capitais é matéria de natureza infraconstitucional.

A redação proposta no projeto transfere a matéria para o âmbito da lei do S.F.N.
Pela rejeição.

EMENDA:18718 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ FERNANDES (PDT/AM)

Texto:

Emenda Modificativa

Aditar ao Inciso III do artigo 328 do Projeto de Constituição a seguinte expressão: "e demais instituições financeiras públicas e privadas".

Art. 328 -

I -

II -

III - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos.

Parecer:

A expressão aditiva proposta pelo ilustre Constituinte não aprimora o Projeto sob exame.

A matéria será tratada, obviamente, pela lei do S.F.N., uma norma de natureza ordinária.

Pela rejeição.

EMENDA:18720 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ FERNANDES (PDT/AM)

Texto:

Emenda Modificativa

Aditar ao inciso IV do art. 328 do Projeto de Constituição a seguinte expressão: "E demais instituições financeiras oficiais".

Art. 328 -

I -

II -

III -

IV - Requisitos para designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Há necessidade de formalizar em lei os requisitos básicos para a designação da diretoria de todas as instituições oficiais, para se evitar o preenchimento desses cargos por pessoas incapacitadas ao desempenho das respectivas funções.

Parecer:

A norma proposta pelo ilustre constituinte é redundante, posto que a lei do S.F.N. deverá tratar dos impedimentos e dos requisitos de diretores de instituições de crédito.

A Carta Magna deve registrar o caso do Banco Central, tendo em vista a sua caracterização de Autoridade monetária em qualquer economia moderna.

Pela rejeição.

EMENDA:18735 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Redija-se o inciso V, do art. 328, modificando-lhe a redação, nos seguintes termos:

Art. 328

V - a criação de mecanismos de controle operacional, além da criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir integralmente depósitos e aplicações.

Justificativa:

Não basta a criação de fundo, como propunha o inciso V, porque se faz necessária, a par disso, a criação de mecanismo de controle operacional das entidades financeiras, como providência preventiva e permanente que assegure a proteção integral de depósitos e aplicações.

Parecer:

O controle operacional do mercado financeiro não deve ser restrito ao fundo que se pretende instituir, nos termos propostos no Projeto sob exame. Entendemos que a lei do S.F.N deverá dispor sobre as regras de funcionamento das instituições, fiscalização por parte das Autoridades monetárias, etc. Trata-se, portanto, de norma do âmbito da legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:18739 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se o inciso I, do art. 328, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art. 328

I - medidas para a autorização de funcionamento das instituições financeiras, sua fiscalização e as cominações incidentes por irregularidades, assim extensivas aos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização.

Justificativa:

A constância de irregularidades, na administração de instituições financeiras, com graves reflexos sobre a economia nacional e a economia popular, há de exigir medidas de fiscalização e cominações, expressamente dispostas na lei.

Pela semelhança de atividades, estender-se-ão as medidas aos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização.

Ressalte-se que o texto emendado se refere, apenas, às medidas de autorização para o funcionamento dessas entidades.

Parecer:

O caput do Artigo 328 estabelece que a lei do SFN disporá inclusive sobre as matérias mencionadas nos incisos e alíneas. Não exclui dispositivos como os propostos na presente Emenda.

As medidas propostas contarão, seguramente, da Lei do S.F.N.

Pela rejeição.

EMENDA:18994 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURO MIRANDA (PMDB/GO)

Texto:

Emenda substitutiva

Substitua-se a redação do artigo 285 pela seguinte:

Art. 285 - O Banco Central do Brasil é o órgão normatizador e fiscalizador das instituições financeiras do País.

§ 1o. - Das fiscalizações serão elaborados relatórios em que constarão existência ou inexistência de irregularidades nos atos da instituição.

§ 2o. - Detectada qualquer situação que ponha ou possa a vir a pôr em perigo os interesses dos usuários do sistema, nela intervirá o Banco Central do Brasil, afastando seus administradores e assegurando a normalidade e a continuidade dos serviços e a apuração das responsabilidades.

§ 3o. - O interventor, no prazo de trinta dias, representará ao Presidente do Banco Central do Brasil que, no prazo de cinco dias, determinará a prisão administrativa dos administradores e dos seus agentes indicados na representação.

§ 4o. - Do decreto de prisão previsto no parágrafo anterior, constará obrigatoriamente a declaração de inalienabilidade dos bens constantes do patrimônio dos indiciados até final decisão.

§ 5o. - Pela omissão de qualquer das providências previstas nos parágrafos antecedentes, sujeita os responsáveis à coautoria e às penas que a lei cominar.

Justificativa:

A nova redação visa a dar maior credibilidade ao sistema e garantia ao investidor, aplicador e depositante.

Parecer:

A Emenda em questão, em que pese a relevância das preocupações do Nobre Parlamentar versa sobre matéria de caráter eminentemente administrativo não se justificando a sua inclusão no texto constitucional. Pela rejeição.

EMENDA:19077 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAULO QUEIRÓZ (PFL/MS)

Texto:

Dê-se ao art. 327, com a fusão dos arts. 328 e 331, a seguinte redação:

"Art. 327 - O Sistema Financeiro Nacional será estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado e a servir aos interesses da coletividade, através de lei que disporá, inclusive, sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização;

II - condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, tendo em vista, especialmente:

- a) os interesses nacionais;
- b) os acordos internacionais;
- c) critérios de reciprocidade;

III - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil.
 IV - requisitos para a designação de membros de diretoria do Banco Central do Brasil, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;
 V - a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.
 VI - os critérios para transferência de poupança entre as regiões do país."

Justificativa:

A emenda objetiva melhorar a redação da norma constitucional, eliminando expressões redundantes e fundindo textos.

O acréscimo do item VI tornou desnecessário o artigo 331, vez que a matéria nele tratada foi disposta de modo diverso.

Parecer:

A Emenda sob exame aprimora o Projeto, visto que compatibiliza os dispositivos relativos ao S.F.N. Pela aprovação.

EMENDA:19078 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAULO QUEIRÓZ (PFL/MS)

Texto:

Suprima-se o art. 330, do Projeto de Constituição.

Justificativa:

A matéria versada no artigo é de cunho administrativo não cabendo regulá-la através de norma constitucional. Leis ordinárias geralmente dispõem saber os depósitos das verbas públicas nas instituições bancárias.

Parecer:

O dispositivo a que se refere a presente Emenda tem como objetivo assegurar maior participação das instituições oficiais de crédito, que atuam a nível regional. Pela rejeição.

EMENDA:19311 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT/SP)

Texto:

Emenda ao projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Dê-se nova redação ao artigo 327, suprimindo-se os artigos 328 e 329.

Art. 327 - As instituições financeiras são de propriedade exclusiva do Poder Público, cabendo-lhe privativamente o exercício das atividades de intermediação financeira em todas as suas modalidades.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput as instituições financeiras que não captem depósitos, sediadas em países que assegurem reciprocidade às empresas nacionais para funcionamento em territórios sob sua soberania.

Justificativa:

O Sistema Financeiro Nacional, pelo seu papel estratégico de intermediador dos fluxos financeiros entre poupadores e aplicadores, servindo de vasos comunicantes que levam a seiva dos recursos financeiros a todo o sistema econômico, tem papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico do País. Dependendo,

entretanto, da forma da propriedade do seu capital social que vai ser definido na futura constituição, iremos ter um serviço que vai atender à função social de intermediação financeira, harmônico e voltado para um maior equilíbrio dos agentes econômicos ou então, vamos continuar, como agora, assistir a uma concentração contínua do capital e da renda, beneficiando as atividades especulativas em detrimento do sistema produtivo e da sociedade em geral.

Em primeiro lugar, é preciso questionar se a função hoje atribuída ao nosso Sistema Financeiro Nacional se restringe, como se tem afirmado, a mero intermediário entre poupadores e aplicadores, exercendo um papel neutro nessa intermediação. Na verdade, tal não ocorre. Ao contrário dessa suposta e até apregoada neutralidade, o sistema financeiro atual, primado a sua atuação pelo objetivo do lucro, privilegia os setores menos importantes para desenvolvimento econômico, direcionado, prioritariamente, os recursos para as atividades especulativas.

O sistema financeiro no papel de financiar o setor produtivo, não tem adequado os recursos às necessidades do ciclo produtivo das empresas, quer no financiamento dos investimentos, quer nos empréstimos para capital de giro. Esta falha decorre do posicionamento oportunista e imediatista do sistema, que só realiza operações de curtíssimo prazo, tanto de captação como de aplicação. Os bancos de investimento, criados especificamente para realizar operações de longo prazo, atuam hoje apenas no curto prazo.

Outra grande distorção provocada pelo segmento privado do sistema financeiro é a concentração funcional e regional de renda, na medida em que, de um lado dirige o crédito, prioritária e privilegiadamente, aos mais afortunados economicamente e, de outro, capta recursos no interior e nas regiões mais pobres para aplicá-los nos centros mais desenvolvidos. Outra forma de concentração se dá através do deferimento prioritário de empréstimos às empresas ligadas ao grupo financeiro. As restrições regulamentadas existentes nesse sentido são contornadas por empréstimos recíprocos entre os grupos econômicos. Além disso, as instituições financeiras oferecem sempre maior rentabilidade aos grandes poupadores e menores custos aos grandes tomadores.

O atual sistema financeiro tem se beneficiado, de forma sistemática, da política monetária do Governo. Uma política expansionista, tendente nos primeiros momentos a beneficiar todo o segmento da economia, privilegia as instituições financeiras, na medida em que elas disporão de mais recursos para atender seus clientes, sempre ávidos, num país carente como o nosso, de mais empréstimos. Na fase de contração de recursos, os bancos se beneficiam de forma ainda maior do que na fase de expansão, pela elevação extorsiva das taxas de juros.

A política levada a efeito para o setor financeiro, a partir do Governo Médici, de incentivar as fusões e incorporações com vistas a ganhos de economia de escala, não surtiu os efeitos desejados em termos de redução das taxas de juros. Os ganhos de escala obtidos com a redução do número de instituições não foram transferidos para a sociedade, mas retidos pelo próprio sistema financeiro graças a seu poder oligopolista de manter elevada a diferença entre as taxas de captação e de aplicação.

Por outro lado, as intervenções que têm sido feitas pelo Governo no sistema, destinadas a sanar aos problemas de instituições falidas – situações que normalmente têm sido causadas por administrações fraudulentas ou por realizações de operações com excessiva dose de risco no intuito de auferir lucros elevados a curto prazo – têm resultado sempre na socialização dos prejuízos, enquanto os lucros são sempre, tempestivamente, apropriados ou distribuídos aos acionistas.

Os subsídios que têm sido dados ao crédito para financiar determinadas atividades, consideradas essenciais ou de maior incidência de risco, têm resultado em maior concentração da propriedade, mormente no setor agrícola. Tal fato decorre da circunstância de que os créditos subsidiados, quando deferidos pelo sistema privado, são canalizados normalmente para os clientes preferenciais e de maior poder econômico. Com esse dinheiro barato, foram ampliadas as grandes propriedades rurais, mediante incorporações de pequenas unidades, as quais normalmente inferiorizadas, não desfrutaram dos benefícios dos subsídios. Situação diferente prevalecerá num sistema estatizado, onde o crédito é deferido conforme o interesse social.

Outro grande malefício oriundo do sistema financeiro privado decorre do financiamento do déficit público, já que as instituições financeiras só se dispõem a adquirir títulos do Governo em montante adequado, mediante abertura das taxas de juros, com maiores custos para o Tesouro e, conseqüentemente, para a sociedade.

O alto índice de automação atingido pelo sistema financeiro – superior mesmo ao registrado em vários países desenvolvidos – longe de ter sido induzido por uma demanda do público usuário, resultou, essencialmente, da utilização de incentivos e facilidades propiciadas pelo Governo, como reserva de mercado no campo da informática. O setor financeiro tornou-se proprietário da maioria das empresas de informática, ao tempo em que a própria Embratel presta, frequentemente, serviços diretamente aos grandes bancos. Ademais, essa intensa automação do sistema financeiro contribuiu para alijar os pequenos bancos, favorecendo a concentração bancária.

Com referência ainda à automação bancária, especialistas nesta área sustentam que, nesse processo, os bancos não orientam seus projetos com base nos custos/benefícios da automação, mas se preocupam muito mais com o seu efeito demonstração junto ao público usuário, diretriz que foi corroborada pelos mencionados incentivos recebidos.

O atual sistema financeiro, por realizar um serviço de utilidade pública, depende, para seu funcionamento, de concessões do setor público. Entretanto, ao contrário do que ocorre com as demais empresas que prestam serviços de interesse público, as instituições financeiras não têm, em geral, nem seus preços e nem seus lucros controlados pelo Governo. Mesmo quando se estabelecem eventuais e periódicos tabelamentos sobre as taxas de juros, esses tabelamentos se evidenciam ineficazes, em face de mecanismos de que dispõe o sistema para

burlá-los, como as exigências de saldo médio/retenção de empréstimos, de realização de seguros, de compra de ações e outros títulos do grupo a preços superiores aos de mercado, e de outros artifícios, para elevar, ao nível desejado, a taxa real de juros.

Com relação à dívida externa, a tomada de empréstimo junto ao sistema financeiro internacional pelas instituições financeiras privadas representa um risco mais elevado e, conseqüentemente, elevações das taxas de juros com maior custo para o País.

O sistema financeiro, com a estatização, vai ser simplificado, mediante eliminação dessa gama de diversos tipos de instituições especializadas em operar em diferentes segmentos do mercado, bem como vão ser extintos vários instrumentos de captação e intermediação de recursos, os quais só contribuem para estimular a ciranda financeira, e elevar a diferença entre remuneração do poupador e o custo do tomador final dos recursos, com reflexos desastrosos no custo do tomador final dos produtos.

A estatização do sistema financeiro, na medida em que reduz as taxas de juros, representa o interesse não apenas dos trabalhadores, mas também dos empresários não financeiros, principalmente pequenos e médios, haja vista as grandes pressões que, de um modo geral, têm sido feitas sobre os bancos por todo o setor empresarial não ligado ao setor financeiro.

A defesa do sistema privado, sob a justificativa de que ele, ao permitir a concorrência entre as instituições, resulta numa menor taxa de juros, não tem validade no caso brasileiro, na medida em que os bancos funcionam de forma centralizada e não se permite a entrada de novos concorrentes no sistema. Por outro lado, se fosse permitido o livre ingresso de outras instituições, elas teriam, nesse quadro, poucas probabilidades de sobrevivência aumentando o risco de mercado.

Outra grande desvantagem do sistema financeiro privado reside no fato de que, por mais eficiente e rigorosa que seja a fiscalização, ela não consegue detectar e apurar grande parte das irregularidades do sistema financeiro privado, pelos artifícios (alguns antes mencionados) que as instituições, movidas pelo interesse do lucro, utilizam para burlar a regulamentação. Com a estatização, deixando de existir o conflito entre o interesse do sistema e a vontade do Governo, as irregularidades serão sensivelmente reduzidas.

Os defensores da iniciativa privada a qualquer preço irão, indubitavelmente, invocar contra a estatização, a situação atual na maioria dos bancos estaduais. Nesse caso, alguns fatores que não podem ser atribuídos com características de um sistema estatizado explicam essa precária situação dos bancos estaduais. Em primeiro lugar, está havendo um superdimensionamento dos prejuízos ocasionados pelos bancos estaduais em relação aos ocorridos com o saneamento dos bancos privados, uma vez que, no caso destes não foram dimensionados os custos sociais dos elevados subsídios creditícios envolvidos nos processos de liquidações, nos incentivos tributários, nos processos de incorporação e outros fatores e concessões. De outro lado, a situação atual dos bancos estaduais decorreu do problema financeiro dos estados e, mais do que isso, da falta de moralidade pública dos governantes que, em certos casos, como ocorreu em 1962, foram estimulados a captar recursos a qualquer preço no mercado, através de seu banco estadual, para financiamento de obras eminentemente eleitoreiras. E foi exatamente a partir de 1982 que teve início o crônico problema dos bancos estaduais. Por fim, faltou ao Banco Central a adoção de mecanismos para um efetivo controle dos bancos estaduais.

Outra grande vantagem da estatização é a maior garantia de êxito na execução de um planejamento econômico, já que o Governo vai ter controle sobre o sistema financeiro.

Por todos esses malefícios trazidos pelo controle privado do sistema financeiro e benefícios de um sistema estatizado é que se apresenta este anteprojeto de texto constitucional, estabelecendo que as instituições financeiras serão de propriedade exclusiva do Poder Público e a intermediação financeira atividade exclusiva dele.

A propriedade exclusiva do Poder Público, e não apenas o controle acionário, é necessário para não provocar conflitos entre a finalidade social dos serviços de intermediação financeira e o interesse de lucro dos acionistas minoritários.

Para que o sistema estatizado não venha pecar por ineficiência na prestação dos serviços em decorrência da burocracia que, em geral, tende a prevalecer nas atividades públicas, e também para que sua atuação não seja ditada por interesses político-partidários, vai ser necessário estabelecer formas efetivas de controle social sobre o sistema, a serem definidas em legislação específica, sem as quais as vantagens de eliminação dos malefícios do sistema financeiro privado e da conquista dos benefícios da estatização poderão ser reduzidos pelas chagas da burocracia, da deficiência na prestação de serviços e dos fatores políticos, em geral.

Parecer:

A tese relativa à estatização do S.F.N. foi vencida na Comissão V, que tratou de matéria. Entendemos que o sistema misto, com predominância do Estado no setor, deve ser mantido, como propôs a Comissão Temática.
Pela rejeição.

EMENDA:19356 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO VELASCO (PMDB/PA)

Texto:

Acrescente-se, ao inciso III do artigo 328, a seguinte expressão:
- e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Nova redação:

Art. 328 -

.....

I -

II -

III - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos.

Parecer:

Optamos por manter, no texto constitucional, referência apenas ao Banco Central do Brasil.
Pela rejeição.

EMENDA:19365 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO VELASCO (PMDB/PA)

Texto:

Acrescente-se ao inciso I do artigo 328 o seguinte:
- assegurado às instituições bancárias oficiais o acesso a todos os instrumentos de mercado financeiro.

NOVA REDAÇÃO:

Art. 328 -

.....

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais o acesso a todos os instrumentos de mercado financeiro permitidos as suas congêneres do setor privado.

Justificativa:

Há necessidade de se assegurar aos bancos oficiais o acesso a todos instrumentos de mercado financeiro disponíveis pelos bancos privados, para permitir, especialmente aos bancos regionais como o BASA e o BNB, o pleno desempenho de suas funções. Atualmente esses bancos têm dificuldades de captação de recursos e atendimento do empresariado e produtores dessas regiões menos desenvolvidas por não disporem de acesso a diversos instrumentos do mercado financeiro.

Parecer:

A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização será regulamentada em lei ordinária. Por esse motivo não há a necessidade de se definir no texto constitucional as atribuições dos bancos oficiais.
Somos pela rejeição da emenda.

EMENDA:19372 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO VELASCO (PMDB/PA)

Texto:

Adita ao inciso IV a seguinte expressão:
-"e demais instituições financeiras oficiais".

NOVA REDAÇÃO:

Art. 328 -

I -

II -

III -

IV - Requisitos para designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Há necessidade de formalizar em lei os requisitos básicos para a designação da diretoria de todas as instituições oficiais, para se evitar o preenchimento desses cargos por pessoas incapacitadas ao desempenho dessas funções.

Parecer:

Optamos por manter, no texto Constitucional, referência apenas aos dirigentes do Banco Central do Brasil. Pela rejeição.

EMENDA:19417 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

Texto:

Acrescentar § Único ao art. 328 com a seguinte redação.

A Lei Federal disporá sobre o funcionamento dos bancos de depósito, empresas financeiras e de seguros, em todas as suas modalidades, devendo a maioria de seu capital com direito a voto ser constituída por brasileiros.

§ As empresas atualmente autorizadas a operar no País terão prazo, de doze meses, para se transformarem em empresas cujo controle de capital pertença a brasileiros e que, constituída e com sede no País, nela tenha o centro de suas decisões.

Justificativa:

Trata-se aqui de importantíssima providencia na defesa da soberania e da economia nacional. A dominação política realiza-se, principalmente, através da dominação econômica. São os grandes bancos escudados pelo fundo monetário internacional, os que asseguram a permanência do colonialismo no Terceiro Mundo.

No Brasil, ninguém morria de fome, antes da entrada dos grandes monopólios. Agora, as estatísticas enunciam que 300.000 crianças morrem anualmente de fome. O progresso industrial realiza-se setorialmente, e a nação é obrigada a separar vultosos para repor juros e amortizações de empréstimos em grande parte fictícios. As empresas estrangeiras simulam dividas às matrizes no exterior. Com isso, remetem lucros disfarçados sob forma de "amortização" de dividas. Em 1986, as remessas somaram 1 Bilhão de dólares mensais tal som a corresponde a 333.000 toneladas de feijão ou a 200 milhões de litros de leite, por dia.

Além dessa forma fictícia e imoral de endividamento, bancos estrangeiros recolhem em depósitos econômicos de brasileiros através suas agências instaladas no país. Empregaram esses valores aos próprios brasileiros e canalizaram para o exterior o fruto da agiotagem.

Assim, os recursos para escolas hospitalares, saneamento básico e outras necessidades elementares tornam-se mais escassos e esses bancos cada vez mais poderosos e mais influentes na política econômica e financeira do país.

A proposta em tela, originária da comissão Afonso Arinos, texto comentado pelo desembargador Osny Duarte Pereira, pela sua atualidade e importância, estou encaminhando-a.

Parecer:

Acompanhando os projetos aprovados na subcomissão e comissão temática, preferimos deixar que lei regule a matéria.

Pela rejeição.

EMENDA:19419 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

Texto:

Acrescentar § Único ao art. 327

Constituem prerrogativa exclusiva do Estado as atividades de intermediação financeira, nos termos da lei.

Justificativa:

O sistema financeiro constitui, universalmente, o setor-chave das economias nacionais. Assim o ajustamento de sua conduta às diretrizes político-econômicas do Estado é condição indispensável para o desenvolvimento econômico e para a resolução das recorrentes crises de conjuntura que assolam os países de desenvolvimento. No caso brasileiro, o segmento privado do setor financeiro tem-se revelado alheio e insensível aos agudos problemas nacionais recusando participação no hercúleo sacrifício ora exigido de todos.

Os balanços semestrais de sua atividade comprovam eloquentemente os polpidos lucros auferidos, tanto em circunstâncias de crescimento quanto em época de recessão.

Urge, pois, a inclusão de propostas à futura Constituição claramente definidora da exclusividade do Estado na exploração das atividades de intermediação financeira, para que aquele setor possa atuar em harmonia com os objetivos nacionais de crescimento de mercado interno.

Parecer:

De acordo com as propostas da subcomissão e da comissão temática, optamos pela rejeição dessa emenda que prevê a estatização das instituições financeiras.

EMENDA:19534 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ARNALDO PRIETO (PFL/RS)

Texto:

Emenda Substitutiva ao Artigo 328, Inciso I

Dê-se ao artigo 328, inciso I, do Projeto de Constituição a seguinte redação:

"I. a autorização para o funcionamento e a fiscalização das instituições financeiras, dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização."

Justificativa:

Impõe-se que a Lei que dispuser sobre a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, deverá, igualmente, determinar não só a forma de fiscalização, como também o órgão que irá exercer esta função, sob pena da omissão gerar prejuízos e conflitos de atribuições entre vários órgãos da administração pública.

Mister se faz que haja uma efetiva fiscalização sobre estas instituições e estabelecimentos que capitalizam a poupança popular, justificando-se, desta forma, a emenda proposta.

Parecer:

Julgamos desnecessário acrescentar a palavra "fiscalização" no dispositivo que prevê a autorização para o funcionamento das instituições financeiras. Ora, se a lei pode dispor sobre a "autorização para o funcionamento das instituições financeiras", poderá igualmente determinar a forma de fiscalização para o seu bom funcionamento.

Pela rejeição.

EMENDA:19719 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

Emenda Modificativa
ao art. 327, seu "caput" que passa a esta forma:
"Art. 327 - O Sistema Financeiro Nacional
será estruturado em lei, de forma a concorrer para
o desenvolvimento equilibrado do País e a servir
aos interesses da coletividade".

Justificativa:

Temos visto frequente impropriedade em vários preceitos do Projeto, como neste caso, em que se consigna que o Sistema Financeiro Nacional será estruturado em lei de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País....",

Ora, não nos parece que o SFN deva promover tal desenvolvimento. Adequado é dizer que concorre ao desenvolvimento referido, nos termos da lei que a estrutura.

Seria um ônus pesado e irrealista sobre os ombros do sistema.

Parecer:

A acepção do verbo "promover" no caput do artigo 327 do Projeto sob exame é abrangente e incorpora o sentido proposto pelo nobre Constituinte.
Pela rejeição.

EMENDA:19740 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

Emenda Supressiva

O art. 331, deve ser eliminado do texto do Projeto.

Justificativa:

O dispositivo é irrealista.

Procura estabelecer uma fronteira formal, por norma obrigatória, a um comportamento – o do investidor em poupança – que ser regulado pelo mercado quanto a qual área de investimento preferir-se.

A poupança pode ser estimulada, induzida, motivada, porém, não cercada, como pretende o dispositivo.

Afigura-se-nos dispensável o preceito.

Parecer:

A vedação legal de transferência de poupança entre regiões do país é, de fato, irrealista como justifica o ilustre Constituinte.

Todavia, entendemos que a Lei do SFN deve dispor sobre critérios restritivos à referida transferência, ainda que mediante instrumentos de natureza conjuntural.

Pela aprovação.

EMENDA:19977 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO BALESTRA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 329

O artigo 329 do Projeto de Constituição passa ter a seguinte redação:

Art. 329 - A autorização a que se refere o item I do artigo 328 será concedida sem ônus, será

inegociável e intransferível, permitida a

transmissão do controle da pessoa Jurídica

titular, na forma da Lei do Sistema Financeiro

Nacional, a pessoa Jurídica, cujos dirigentes

tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e

que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

Justificativa:

A proposta deslocou, no texto, a expressão “será concedida sem ônus” para ficar claro que não seria sem ônus a transferência do controle da Pessoa Jurídica titular da autorização e sim a concessão dessa última. Por outro lado, a gratuidade dessa concessão impõe que a autorização não seja, de per si, objeto de comércio ou de especulações.

Parecer:

A emenda proposta aprimora o dispositivo do Projeto de Constituição. A autorização para o funcionamento das instituições financeiras deverá, a nosso ver, ser concedida sem ônus.

Pela aprovação.

EMENDA:20040 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MINCARONE (PMDB/RS)

Texto:

Inclua-se como inciso VI do art. 328:

VI - a proibição dos estabelecimentos de crédito exercerem qualquer outra atividade que não seja a de intermediação financeira.

Justificativa:

Os Bancos exercem atividade delegada pelo Estado, através de cartas-patente, constituindo, nos últimos vinte anos, o setor de atividades econômicas mais privilegiado do Estado. Bilhões de cruzados das reservas monetárias do País foram queimados em mais de 150 liquidações extrajudiciais, e utilizados, sem juros ou atualização monetária e com isenção de impostos, para fusões e incorporações que geraram muitos dos conglomerados financeiros que hoje existem no País. Valendo-se de tais recursos e de seus fabulosos lucros, os bancos privados, mesmo ao arrepio da lei, concorrem, de forma ilegítima e desleal em inúmeras outras atividades, de forma que constitui um verdadeiro “dumping”, na medida em que se valem de sua estrutura, para concorrer com médias e pequenas empresas nas áreas de seguros, turismo, gráficas, processamento de dados, entre outros. Só disposição constitucional expressa poderá evitar que a intermediação financeira continue a ser o setor mais privilegiado do incipiente e distorcido capitalismo brasileiro. Essa proibição, por sinal, já existe na maioria dos países desenvolvidos do primeiro mundo e nas principais economias de mercado.

Parecer:

A matéria a que se refere a presente emenda é, a nosso ver, de natureza infraconstitucional. Por isso, propomos que a Lei do S.F.N. trate do assunto. Pela rejeição.

EMENDA:20264 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SERRA (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Supressiva ao Projeto de Constituição

Suprima-se o artigo 331.

Justificativa:

Antes de discutir os impactos econômicos da medida proposta no atual Projeto, nota-se que é incompatível com princípios fundamentais previstos no tocante aos direitos individuais do cidadão. Ou melhor, sobre o direito de livremente dispor sobre seus recursos. Em vigor deste artigo, provocaria a absurda situação que um cidadão residente no Ceará, por exemplo, ao se mudar para São Paulo não poderia transferir sua caderneta de poupança através do sistema financeiro, mas teria que encerrar a conta e levar as economias em numerária ou espécie. Os nobres propósitos de evitar desvio de recursos de regiões menos desenvolvidas do país financiar o crescimento de outras regiões mais ricas tornam-se dispensáveis quando se considera a realidade do sistema financeiro nacional. Recursos privados que se deslocam das regiões mais pobres para as mais rias são menos significativos que os que circulam em sentido contrário Recursos públicos, são arrecadados, em grande parte, em função da renda nacional – isto é, nas unidades federadas mais ricas; e não guardem a mesma proporção do lado da aplicação, ao se considerar a redistribuição de receitas tributárias através dos Fundos de Participação de Estados e Municípios e princípios gerais dos sistemas tributário e orçamentário.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a supressão do artigo 331 que trata da proibição da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras mais desenvolvidas.

Os argumentos apresentados foram considerados pertinentes e mereceram a nossa atenção. Contudo, consideramos desejável a manutenção de algumas restrições às referidas transferências de poupança. Pela aprovação parcial, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:20370 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO BALESTRA (PDC/GO)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 327

O artigo 327 do Projeto de Constituição passa a ter a seguinte redação:

Art. 327 - O Sistema Financeiro Nacional será estruturado em lei complementar, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir os interesses da coletividade.

Justificativa:

O tipo de normas mencionadas no artigo 328 do Projeto aconselha que a lei do Sistema Financeiro Nacional seja de caráter complementar à Constituição, de modo a dar maiores garantias de estabilidade.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe que o sistema financeiro nacional seja estruturado em lei complementar. Acreditamos que esta proposta iria tornar muito rígida a legislação financeira, dificultando a administração do setor financeiro nacional. Pela rejeição, nos termos do Substitutivo

EMENDA:20424 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Dispositivo Emendado: art. 328

Acrescente-se ao art. 328 do Projeto de Constituição, o item VI.

"VI - a organização e o funcionamento de sistema formado por caixas econômicas e instituições financeiras privadas especializadas no financiamento do desenvolvimento urbano e da habitação, ao qual caberá, privativamente, captar poupanças em cadernetas garantidas pela União ou por seguro instituído por lei federal e aplicar esses fundos, bem como, a aplicação dos depósitos compulsórios para formação de pecúlio de empregados".

Justificativa:

A emenda visa regular na Constituição o sistema financeiro especializado no financiamento urbano e da urbanização.

Parecer:

A emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto pela eliminação de expressões ou de artigos prescindíveis. É preferível adotar uma forma que contenha o princípio do direito, como o fez o Projeto de Constituição, sem, entretanto, estender-se em aspectos que qualificam a matéria e que são pertinentes à legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:20660 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VASCO ALVES (PMDB/ES)

Texto:

Acrescente-se ao Artigo 328 do Projeto de Constituição o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. Fica instituído o monopólio estatal dos estabelecimentos bancários e creditícios."

Justificativa:

Os escorchantes juros bancários praticados atualmente e os lucros exorbitantes obtidos pelos banqueiros privados nos últimos anos em nosso País, constituem fator indelével para o empobrecimento de nosso povo. Portanto, torna-se indispensável libertar a Nação dessa infima minoria de privilegiados.

Parecer:

A Emenda propõe a estatização das atividades bancárias.

Essa proposta, a ser posta em prática, representaria uma substancial expansão das atividades estatais em um setor econômico que, além de ser relativamente competitivo, permanece com ampla predominância da iniciativa privada nacional.

Pela rejeição.

FASE O

EMENDA:20971 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS VIRGÍLIO (PDS/CE)

Texto:

Suprima-se o Parágrafo 1o item 6 do Artigo 255.

Justificativa:

Por encontrar-se o mesmo redigido de maneira idêntica ao Artigo 256.

Parecer:

A Emenda propõe a supressão do Item 6 do Artigo 255 cuja redação é idêntica à do Artigo 256.

Nos termos do 2. Substitutivo, a alteração proposta já não se faz necessária de vez que o Artigo 256 foi suprimido.

Pela rejeição.

EMENDA:21074 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CRISTINA TAVARES (PMDB/PE)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o Art. 256

Justificativa:

Por um lapso, esta é uma repetição do § 1º do Art. 255.

Parecer:

A emenda propõe a supressão do art. 256, por ser uma repetição do parágrafo 1o. do art. 255.

Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:21721 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RITA CAMATA (PMDB/ES)

Texto:

Suprimam-se o artigo 256.

Justificativa:

A matéria deve ser tratada na legislação ordinária. Não merece um artigo inteiro e exclusivo da Constituição Federal.

Parecer:

A emenda propõe a supressão do art. 256, por ser uma repetição do parágrafo 1o. do art. 255. Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:21784 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HENRIQUE CÓRDOVA (PDS/SC)

Texto:

Suprima-se, do Substitutivo do Relator, o Artigo 256.

Justificativa:

O Artigo 256, reproduz, integralmente, o parágrafo 1º do Art. 255 e, por isto, é redundante.

Parecer:

A emenda propõe a supressão do art. 256, por ser uma repetição do parágrafo 1o. do art. 255. Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:21848 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO PIMENTEL (PFL/PR)

Texto:

Emenda Supressiva
Dispositivo Emendado: Art. 219
Suprima-se do substitutivo:
O art. 219

Justificativa:

O dispositivo discrimina o cidadão que acreditar no sistema financeiro nacional que está sujeito à autorização e fiscalização da União.

Ademais ele contraria o princípio contido no art. 59 da Constituição, que encerra a responsabilidade objetiva.

As instituições financeiras nesta qualidade, são portadoras de serviços públicos e são equiparados a agentes públicos.

Parecer:

A Emenda propõe a supressão do artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização. A proposta contribui, efetivamente, para o aprimoramento do Projeto em estudo. Pela aprovação.

EMENDA:22127 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAULO QUEIRÓZ (PFL/MS)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 219 do projeto de Constituição (Substitutivo do relator):
Artigo 219 - A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas

instituições financeiras, salvo se realizados naquelas controladas pela União.

Justificativa:

A presente emenda visa compatibilizar a nova redação do artigo 219 com a também nova redação proposta para o inciso V do artigo 255, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras oficiais federais participarem do fundo destinado a proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Destaca-se que não se enquadra em nenhum princípio de justiça a obrigatoriedade de as instituições financeiras oficiais federais contribuírem para um fundo, do qual não farão uso, em decorrência de suas características e natureza.

Parecer:

A Emenda objetiva restringir a vedação contida no artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização aos depósitos e aplicações em instituições financeiras privadas.

A disposição em exame, a nosso ver, versa sobre matéria que estaria melhor definida em norma de caráter infraconstitucional, motivo porque consideramos mais apropriada a sua supressão.

Pela prejudicialidade.

EMENDA:22130 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAULO QUEIRÓZ (PFL/MS)

Texto:

Suprima-se o § 2o. do artigo 255 do projeto de Constituição (Substitutivo do relator).

Justificativa:

Esta matéria é própria de legislação ordinária. Não deve constar do texto constitucional. A definição da aplicação dos recursos relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, deverá ocorrer no momento próprio da elaboração do programa ou projeto, conforme suas características e peculiaridades.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a supressão do § 2 do artigo 255 do Projeto de Constituição. A matéria a ser suprimida trata da definição das instituições onde serão depositados e aplicados os recursos financeiros relativos a programas regionais, no caso, as instituições regionais de crédito.

Acreditamos que essa matéria é digna de figurar no texto constitucional, porquanto atende ao objetivo de descentralizar o Sistema financeiro público.

Pela rejeição.

EMENDA:22277 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ZIZA VALADARES (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Substitutiva ao Artigo 255, inciso I

Dê-se ao artigo 255, inciso I do Substitutivo do Relator:

"I - a autorização para o funcionamento e a fiscalização das instituições financeiras, dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização."

Justificativa:

Impõe-se que a Lei que dispuser sobre a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, deverá, igualmente, determinar não só a forma de fiscalização, como também o órgão que irá exercer esta função, sob pena da omissão gerar prejuízos e conflitos de atribuições entre vários órgãos da administração pública.

Mister se faz que haja uma efetiva fiscalização sobre estas instituições e estabelecimentos que capitalizam a poupança popular, justificando-se, desta forma, a emenda proposta.

Parecer:

A fiscalização das instituições financeiras será tratada na Lei Complementar a que se refere o inciso V do art. 217 do presente Substitutivo.

Pela rejeição.

EMENDA:22443 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 219 do projeto de Constituição (Substitutivo do relator):

Artigo 219 - A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados naquelas controladas pela União.

Justificativa:

A presente emenda visa compatibilizar a nova redação do artigo 219 com a também nova redação proposta para o inciso V do artigo 255, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras oficiais federais participarem do fundo destinado a proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Destaca-se que não se enquadra em nenhum princípio de justiça a obrigatoriedade de as instituições financeiras oficiais federais contribuírem para um fundo, do qual não farão uso, em decorrência de suas características e natureza.

Parecer:

A Emenda objetiva restringir a vedação contida no artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização aos depósitos e aplicações em instituições financeiras privadas.

A disposição em exame, a nosso ver, versa sobre matéria que estaria melhor definida em norma de caráter infraconstitucional, motivo porque consideramos mais apropriada a sua supressão. Pela prejudicialidade.

EMENDA:22444 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 255 do projeto de Constituição (substitutivo do relator):

V - a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Além disso, não há nenhuma razão de justiça obrigar alguém a contribuir para algo do qual não fará uso, como se coloca no caso das instituições financeiras oficiais federais.

Parecer:

A Emenda proposta exclui, do fundo a ser criado, as instituições financeiras do setor público.

Entendemos que as instituições financeiras públicas devem participar do fundo e que a União não deve se responsabilizar por aplicações no mercado financeiro.

A preposição não contribui para o aprimoramento do Substitutivo. Pela rejeição.

EMENDA:22456 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

Suprima-se o § 2o. do artigo 255 do projeto de Constituição (Substitutivo do relator).

Justificativa:

Esta matéria é própria de legislação ordinária. Não deve constar do texto constitucional. A definição de aplicação dos recursos relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, deverá ocorrer no momento próprio da elaboração do programa ou projeto, conforme suas características e peculiaridades.

Parecer:

O dispositivo refere-se a matéria aprovada na Comissão Temática e que, a nosso ver, deve ser inculido no Projeto de Constituição.
Pela rejeição.

EMENDA:22457 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

Suprima-se o inciso VI do artigo 255 do projeto de Constituição.

Justificativa:

É matéria que deve ser tratada no âmbito da legislação ordinária. Além do mais não se deve estabelecer critérios restritivos à movimentação de poupanças de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento. O que se deve fazer, porém no âmbito da legislação ordinária, é criar mecanismos de estímulos para o acúmulo de poupanças nas regiões menos desenvolvidas, através de incentivos à modernização e ampliação das atividades econômicas da região.

Parecer:

O dispositivo refere-se a matéria aprovada na Comissão Temática e que, a nosso ver, deve ser inculido no Projeto de Constituição.
Pela rejeição.

EMENDA:23117 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ISMAEL WANDERLEY (PMDB/RN)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO A SER ALTERADO: Capítulo III, DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL que passará a ter um único Art. com a seguinte redação:

"Art. 255 - O exercício de coleta, intermediação e aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira e a custódia de valores de propriedade de terceiros é da competência exclusiva do Estado."

Justificativa:

A estatização dos bancos de depósito, já fora indicada na Constituição de 1934, no seu Art. 117, e também, recomendada, em 1973 pelo Ministro e Jurisconsulto Francisco Campo, que, apesar de suas posições conservadoras, teve lucidez suficiente para observar o quanto desserve à iniciativa privada, a hegemonia no setor de intermediação. Paradoxalmente, no entanto, a estatização do sistema bancário não investe contra o sistema capitalista – no qual queiramos ou não se insere nossa economia – ao contrário, expressa posição de defesa de nosso setor realmente produtivo, industrial ou agrícola.

A posição hegemônica do setor de intermediação financeira, frente às empresas produtivas, dificulta o estabelecimento e a execução de uma política de desenvolvimento de economia brasileira, por parte do Governo, no sentido de direcionar os recursos financeiros escassos, para setores produtivos e para áreas prioritárias, a um custo compatível com a situação conjuntural da economia, evitando a especulação e as "cirandas financeiras" que tantos prejuízos trazem à Nação.

A presente proposta visa a sanar esta problemática, através da prestação de serviços de intermediação financeira pelo Estado, o que permitirá melhor balanceamento de forças dentro da economia, sem preponderância de setores, o que trará um desenvolvimento justo e harmônico da economia, além de permitir ao Governo o atendimento prioritário aos setores carentes e oprimidos.

A sugestão tem o escopo de, além das razões já expostas, estruturar, através do Estado, os estabelecimentos bancários comerciais e de investimento, sociedades de crédito de financiamento, sociedades de poupança e empréstimo e caixas econômicas.

Parecer:

A Emenda apresentada se estende, a nosso ver, desnecessariamente em detalhes que deveriam ser especificados pela legislação ordinária.

Pela rejeição.

EMENDA:23152 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

- suprimir o artigo 256 do Substitutivo.

Justificativa:

O artigo 256 corresponde integralmente ao § 1º do artigo 255.

Parecer:

A emenda propõe a supressão do art. 256, por ser uma repetição do parágrafo 1o. do art. 255. Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:23168 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

- o inciso II do artigo 255 deve ter a

seguinte redação:

II - a exclusividade do capital nacional nas instituições financeiras;

Justificativa:

O dispositivo emendado permite a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras, em flagrante ato atentatório aos interesses nacionais.

A intermediação financeira deve ser reservada exclusivamente ao capital nacional.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe o princípio da exclusividade do capital nacional nas instituições financeiras. Acreditamos que a participação do capital estrangeiro no setor financeiro é condição necessária à absorção de poupança externa e ao estabelecimento do princípio de livre concorrência. Pela rejeição.

EMENDA:23194 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA

- incluir no artigo 255 o seguinte inciso:

VII - repressão à formação de monopólio e oligopólios financeiros.

Justificativa:

A política econômica implementada pela ditadura militar incentivou e favoreceu a formação de oligopólios financeiros, através de fusão e incorporação de inúmeros bancos. Atualmente cinco grandes bancos controlam o mercado financeiro, e impõe seus interesses sobre o governo e a sociedade, em detrimento do setor produtivo e da distribuição de rendas.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a inclusão do princípio da repressão à formação de monopólios e oligopólios financeiros.

O princípio da repressão aos monopólios e cartéis em geral foi incluído no texto constitucional. Opinamos pela aprovação parcial da Emenda.

EMENDA:23228 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA

- Incluir no artigo 255 do substitutivo ao Projeto de Constituição o seguinte dispositivo:
VII - criação de bancos municipais, estaduais e regionais que terão preferência na obtenção de concessão e na captação de recursos na sua área de atuação.

Justificativa:

A oligopolização do setor financeiro tem concentrado a política monetária ao atendimento dos interesses dessas corporações. A única forma de combatê-los é pela criação de bancos regionais e municipais que, identificados com suas respectivas regiões, terão melhores condições de servir à intermediação do crédito. De outro lado, a fragmentação dos estabelecimentos de crédito leva ao aprofundamento do processo democrático pois amplia o sistema de livre mercado preconizado pelo modelo capitalista.

Parecer:

A Emenda apresentada trata de matéria pertinente à legislação ordinária. A despeito de sua relevância social, opinamos pela rejeição da proposta, nos termos do 2. Substitutivo.

EMENDA:23232 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA

- Incluir no artigo 255 do Substitutivo o seguinte inciso:
VII - submissão da intermediação financeira aos interesses nacionais, ao processo produtivo, a ampliação das rendas salariais, ao crescimento do mercado e a distribuição de renda.

Justificativa:

Nos últimos anos a política econômica do governo tem sido orientada para atender prioritariamente os interesses dos rentistas e dos banqueiros, em detrimento dos interesses do conjunto da população brasileira. A intermediação financeira que é atividade secundária no sistema econômico, passou a ser a principal, submetendo todas demais. A previsão constitucional proposta pela emenda, visa impedir aos dirigentes da política econômica voltar as decisões de governo contra os interesses nacionais.

Parecer:

A Emenda apresenta sugestões de alta relevância econômica e social que mereceram inclusão parcial no texto do 2. Substitutivo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:23530 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO BRITTO (PMDB/RS)

Texto:

Suprima-se o inciso VI do artigo 255 do Projeto de Constituição.

Justificativa:

É matéria que deve ser tratada no âmbito da legislação ordinária. Além do mais não se deve estabelecer critérios restritivos à movimentação de poupanças de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento. O que se deve fazer, porém no âmbito da legislação ordinária, é criar mecanismos de estímulos para o acúmulo de poupanças nas regiões menos desenvolvidas, através de incentivos à modernização e ampliação das atividades econômicas da região.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a supressão do princípio referente às restrições a transferências de poupança de regiões pobres para regiões ricas. Acreditamos que a manutenção do referido princípio atende ao objetivo de reduzir as disparidades regionais. Opinamos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:23532 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO BRITTO (PMDB/RS)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 255 do Projeto de Constituição (substitutivo do relator)

V - a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo. Além disso, não há nenhuma razão de justiça obrigar alguém a contribuir para algo do qual não fará uso, como se coloca no caso das instituições financeiras oficiais federais.

Parecer:

A Emenda apresentada se estende, a nosso ver, desnecessariamente em detalhes que deveriam ser especificados pela legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:23533 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO BRITTO (PMDB/RS)

Texto:

Suprima-se o § 2o. do art. 255 do Projeto de Constituição (Substitutivo do Relator)

Justificativa:

Esta matéria é própria de legislação ordinária. Não deve constar do texto constitucional. A definição da aplicação dos recursos relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, deverá ocorrer no momento próprio da elaboração do programa ou projeto, conforme suas características e peculiaridades.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a supressão do § 2o do artigo 255 do Projeto de Constituição. A matéria a ser suprimida trata da definição das instituições onde serão depositados e aplicados os recursos financeiros relativos a programas regionais, no caso, as instituições regionais de crédito.

Acreditamos que essa matéria é digna de figurar no texto constitucional, porquanto atende ao objetivo de descentralizar o Sistema financeiro público.
Pela rejeição.

EMENDA:23534 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO BRITTO (PMDB/RS)

Texto:

Dê-se a seguinte redação art. 219 do Projeto de Constituição (Substitutivo do Relator)

Art. 219 - A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados naquelas controladas pela União.

Justificativa:

A presente emenda visa compatibilizar a nova redação do artigo 219 com a também nova redação proposta para o inciso V do artigo 255, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras oficiais federais participarem do fundo destinado a proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Destaca-se que não se enquadra em nenhum princípio de justiça a obrigatoriedade de as instituições financeiras oficiais federais contribuírem para um fundo, do qual não farão uso, em decorrência de suas características e natureza.

Parecer:

A Emenda objetiva restringir a vedação contida no artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização aos depósitos e aplicações em instituições financeiras privadas.

A disposição em exame, a nosso ver, versa sobre matéria que estaria melhor definida em norma de caráter infraconstitucional, motivo porque consideramos mais apropriada a sua supressão.

Pela prejudicialidade.

EMENDA:23642 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO CAMPOS (PDS/MT)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 255.

Acrescentem-se ao art. 255 do Substitutivo do Relator ao projeto de Constituição, os parágrafos

3o. e 4o, com a seguinte redação:

"Art. 255 -

I -

II -

III -

IV -

V -

VI -

§ 3o. - O Presidente e os diretores do Banco Central do Brasil serão indicados pelo Presidente da República e por este nomeados ou exonerados, após aprovação do Senado Federal.

§ 4o. - Os mandatos dos diretores não serão coincidentes, devendo a renovação dar-se à razão mínima de metade a cada 2 anos."

Justificativa:

Uma vez que se pretende assegurar autonomia ao Banco Central do Brasil é imprescindível que os mandatos de seus administradores sejam fixos, não coincidentes e escalonados, isto é, que a diretoria se renove gradualmente, e não de uma única vez, de modo a que a administração da política monetária não sofra solução de continuidade.

Parecer:

Entendemos que a nomeação dos diretores do Banco Central Presidente da República deve depender de prévia aprovação do Senado Federal, no âmbito de sua competência privativa. Todavia, ao invés de mandato à diretoria, parece-nos mais conveniente que se atribua à Câmara Alta o poder de deliberar sobre a exoneração dos referidos diretores. Pela rejeição.

EMENDA:24292 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO ALVES (PFL/BA)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

- Título VII - Capítulo II - Seção I - artigo 217, 218 e 219

- Título VIII - Capítulo III - Artigo 255 e 256

Substituam-se os artigos 217, 218, 219, 255 e

256 pelos seguintes:

SEÇÃO

DO SISTEMA FINANCEIRO

Art. Lei Complementar definirá e regulará o sistema financeiro nacional, o funcionamento de instituições de gênero, de seguros e de capitalização.

Art. O Banco Central do Brasil, organismo autônomo, de caráter técnico, com patrimônio próprio, terá sua composição, organização, funcionamento e atribuições, determinados por lei.

§ 1o. O Banco Central só poderá efetuar operações com instituições financeiras públicas ou privadas. De maneira alguma poderá outorgar a elas sua garantia, nem adquirir documentos emitidos pelo Estado, seus organismos ou empresas, sem a expressa autorização do Congresso Nacional.

§ 2o. A emissão de moeda em geral depende de autorização do Poder Legislativo.

§ 3o. Nenhum empréstimo ou gasto público poderá ser financiado com crédito direto ou indireto do Banco Central.

§ 4o. Fica instituído o Conselho Deliberativo do Banco Central do Brasil composto de um representante de cada Confederação Nacional de empregadores, um da Federação Nacional das Associações de Bancos, um dos Bancos Estatais, indicado pelo Banco do Brasil, um indicado pelo Ministério da Fazenda e outro pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, um do Ministério da Indústria e do Comércio, um indicado pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 5o. O Conselho Deliberativo elegerá o Presidente e os diretores do Banco Central do Brasil, cujo mandato não poderá exceder de cinco anos. A escolha se fará entre brasileiros maiores de 35, anos, de reputação ilibada e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos e financeiros, de administração pública e técnica bancária.

§ 6o. Por ato lesivo à economia popular ou que gere, voluntariamente, lucro especulativo ou aumento extorsivo da inflação, poderá o Congresso Nacional, depois de comprovados os fatos pela Comissão Mista Permanente de Orçamento, destituir o Presidente e toda, ou parte, a Diretoria do

Banco, determinando ao Conselho nova eleição para composição do órgão.

Justificativa:

Um País que altera de Governo para Governo, de ano para ano, na teoria e na prática, através de leis e decretos, o sistema financeiro e as normas de seu funcionamento, não pode fixar na Constituição qualquer forma definitiva sobre a matéria, a não ser para “inchar” com palavreado inócuo o texto constitucional. Já sobre o Banco Central do Brasil, justificam-se os dispositivos a ele pertinentes, ao menos para serem objeto também de Lei Complementar, que seria o caso. Mas na dúvida de que a medida seria ou não adotada como está formulada, a incluímos no texto Constitucional, como fizera a Constituição do Chile (e com isto conseguiu conter a inflação e livrar-se de empréstimos do FMI...), face a gravíssima situação e perigosíssima forma como está sendo conduzido o nosso sistema monetário pelo referido Banco. Senão vejamos: o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela disciplina, controle e execução da política monetária do Governo. Os recursos a ele destinados, principalmente o IOF – impostos sobre operações financeiras – chegam, por vezes, a um montante superior ao do próprio Orçamento da União – em abril deste ano o saldo orçamentário era de 60 bilhões de cruzados e do Banco Central de mais de 200 bilhões. Esses recursos deveriam ser utilizados em benefício da sociedade como um todo, para baixar a inflação; mas, ao contrário, têm servido para aumentar o desespero do povo brasileiro.

Nos últimos quatro meses o Banco distribuiu cerca de 150 bilhões de cruzados para cobrir rombo nos bancos estaduais sob intervenção. Em maio aplicou enorme soma no overnight e puxou sua taxa para 45, 46 e 48% ao mês. Ninguém sabe o que houve por trás de tudo isso, o que se viu foi o Banco Central recolher, com esse processo, o dinheiro que havia distribuído, dar grande lucro às instituições bancárias e a todos que empregam dinheiro nessa modalidade do mercado financeiro, levando o comércio, a indústria e agricultura, à vexatória situação de pagar até 70% ao mês de juros pelo dinheiro tomado aos bancos naquele período, elevando, em consequência, o preço dos seus produtos de 150 a 1.000%. O over e os juros baixaram, mas o povo continuou pagando o preço exorbitante dos produtos, com todo aumento deixado pelo tresloucado ato do Banco Central. É a esse Banco, que tripudia sobre a miséria do povo e comete crime de lesa-pátria, que pretendem aumentar-lhes os poderes na nova Constituição.

A aprovação pelo Senado dos nomes para compor sua direção tem sentido negativo para o Poder Legislativo, porque serve apenas para tornar mais forte a administração do órgão, com a corresponsabilidade do Congresso, sem que este tenha qualquer ingerência nos seus atos.

Urge, isto sim, dar um novo sentido a administração do Banco Central, com eficiente controle de seus excessos tanto pelo Congresso como pelas entidades e Ministérios vinculados ao sistema. É o que propomos.

Parecer:

A Emenda objetiva reduzir as disposições Constitucionais sobre Finanças Públicas e Sistema Financeiro Nacional àquelas diretamente relacionadas com a definição e atribuições do Banco Central do Brasil.

Na hipótese, não obstante serem relevantes os argumentos do Nobre Constituinte, entendemos que a proposta contraria as linhas gerais adotadas na elaboração do Projeto de Constituição que nos coube relatar.

Pela rejeição.

EMENDA:24482 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo emendado: Art. 255, II.

- Suprima-se o inciso II do artigo 255

Justificativa:

O inciso II do artigo 255 além de desnecessário poderá futuramente conflitar com os objetivos do sistema financeiro nacional, a ser estruturado segundo a valoração política dos futuros legisladores.

Parecer:

A Emenda propõe a supressão de dispositivo aprovado na Comissão Temática.

A matéria será detalhada a nível de lei ordinária, estipulando-se no texto constitucional apenas os princípios fundamentais.

Pela rejeição.

EMENDA:24813 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CUNHA BUENO (PDS/SP)

Texto:

Emenda Modificativa

A letra "c" do item II do art. 255 passa a ter a seguinte redação:

"c) critérios de reciprocidade, desde que diferenças de estágio econômico não os tornem inconvenientes".

Justificativa:

Os "critérios de reciprocidade" a que se fazem referência, inclusive em tratados internacionais, podem se constituir em falácias, na medida em que, diferenças de estágio econômico, confira-lhes formal e aparentemente, validade que não tem.

Se países que hoje estão em crise pela plethora de saldos cambiais, quisessem direcionar para aplicação externa, e, eventualmente no Brasil, oferecendo-as a mesma reciprocidade, o que viria acontecer, na prática, seria a total desnacionalização de nossa economia.

Parecer:

A adição proposta pelo nobre Constituinte é redundante, uma vez que a participação do capital estrangeiro no setor financeiro não dependerá apenas de "critérios de reciprocidade", conforme texto proposto. Pela rejeição.

EMENDA:24872 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MINCARONE (PMDB/RS)

Texto:

Inclua-se como inciso VII do artigo 255:

VII - a proibição dos estabelecimentos de crédito exercerem qualquer outra atividade que não seja a de intermediação financeira.

Justificativa:

Os Bancos exercem atividade delegada pelo Estado, através de cartas-patente, constituindo, nos últimos vinte anos, o setor de atividades econômicas mais privilegiado do Estado. Bilhões de cruzados das reservas monetárias do País foram queimados em mais de 150 liquidações extrajudiciais, e utilizados, sem juros ou atualização monetária e com isenção de impostos, para fusões e incorporações que geraram muitos dos conglomerados financeiros que hoje existem no País. Valendo-se de tais recursos e de seus fabulosos lucros, os bancos privados, mesmo ao arrepio da lei, concorrem, de forma ilegítima e desleal em inúmeras outras atividades, de forma que constitui um verdadeiro "dumping", na medida em que se valem de sua estrutura, para concorrer com médias e pequenas empresas nas áreas de seguros, turismo, gráficas, processamento de dados, entre outros. Só disposição constitucional expressa poderá evitar que a intermediação financeira continue a ser o setor mais privilegiado do incipiente e distorcido capitalismo brasileiro. Essa proibição, por sinal, já existe na maioria dos países desenvolvidos do primeiro mundo e nas principais economias de mercado.

Parecer:

A Lei do S.F.N deverá tratar da estrutura, da organização e do funcionamento das instituições que operam nesse mercado.

No Capítulo I da Ordem Econômica propomos um dispositivo (§ 1o. do Art. 229) através do qual a lei reprimirá a formação de monopólios e cartéis, bem como qualquer forma de abuso de poder econômico.

Portanto, a matéria objeto da presente Emenda é de natureza infra-constitucional e, a nível da Carta Magna, já está devidamente considerada.

Pela rejeição.

EMENDA:25008 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JAMIL HADDAD (PSB/RJ)

Texto:

Emenda (substitutiva)

TÍTULO VIII - CAPÍTULO III

Substitua-se, no inciso VI do art. 255, a expressão "critérios restritivos" pela expressão "proibição".

Justificativa:

O que deve ser consignado é a proibição da transferência de poupança aí referida, não simples restrições. A alteração proposta é de importância pois se cogita das condições para a participação do capital estrangeiro.

Parecer:

A redação legal de transferência de poupança entre setores regiões, Estados ou Municípios seria, a nosso ver, norma inócua. A poupança privada flui, no sistema capitalista, para os setores de maior rentabilidade, de menor risco e de maior liquidez.

Entendemos que às regiões mais pobres, inclusive Estados e Municípios devem ser alocados recursos públicos, sobretudo os investimentos e gastos do governo anualmente deliberados pelo Congresso Nacional, que criem as condições reais para atrair os investimentos privados.

Pela rejeição.

EMENDA:25179 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMIR LIMA (PMDB/AC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 219 do Projeto de Constituição (Substitutivo do relator):

Artigo 219 - A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados naquelas controladas pela União.

Justificativa:

A presente emenda visa compatibilizar a nova redação do artigo 219 com a também nova redação proposta para o inciso V do artigo 255, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras oficiais federais participarem do fundo destinado a proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Destaca-se que não se enquadra em nenhum princípio de justiça a obrigatoriedade de as instituições financeiras oficiais federais contribuírem para um fundo, do qual não farão uso, em decorrência de suas características e natureza.

Parecer:

A Emenda objetiva restringir a vedação contida no artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização aos depósitos e aplicações em instituições financeiras privadas.

A disposição em exame, a nosso ver, versa sobre matéria que estaria melhor definida em norma de caráter infraconstitucional, motivo porque consideramos mais apropriada a sua supressão.

Pela prejudicialidade.

EMENDA:25180 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMIR LIMA (PMDB/AC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso v do artigo 255 do Projeto de Constituição (substitutivo do relator):

V - a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Além disso, não há nenhuma razão de justiça obrigar alguém a contribuir para algo do qual não fará uso, como se coloca no caso das instituições financeiras oficiais federais.

Parecer:

A Emenda proposta exclui, do fundo a ser criado, as instituições financeiras do setor público. Entendemos que as instituições financeiras públicas devem participar do fundo e que a União não deve se responsabilizar por aplicações no mercado financeiro. A preposição não contribui para o aprimoramento do Substitutivo. Pela rejeição.

EMENDA:25181 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMIR LIMA (PMDB/AC)

Texto:

Suprima-se o § 2o. do artigo 255 do Projeto de Constituição (substitutivo do relator).

Justificativa:

Esta matéria é própria de legislação ordinária. Não deve constar do texto constitucional. A definição da aplicação dos recursos relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, deverá ocorrer no momento próprio da elaboração do programa ou projeto, conforme suas características e peculiaridades.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a supressão do § 2 do artigo 255 do Projeto de Constituição. A matéria a ser suprimida trata da definição das instituições onde serão depositados e aplicados os recursos financeiros relativos a programas regionais, no caso, as instituições regionais de crédito.

Acreditamos que essa matéria é digna de figurar no texto constitucional, porquanto atende ao objetivo de descentralizar o Sistema financeiro público. Pela rejeição.

EMENDA:25201 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ETEVALDO NOGUEIRA (PFL/CE)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ART. 255

Acrescente-se ao Art. 255 os incisos de nos.

VII e VIII, com a redação seguinte:

Art. 255 -

VII - normas relativas ao funcionamento das instituições financeiras nos níveis nacional, regional, estadual e municipal;

VIII - competência do Estado e Município para regulamentar, respectivamente, o funcionamento das instituições financeiras nos níveis estadual e municipal;

Justificativa:

A presente emenda objetiva remeter a lei matéria sobre qual, forçosamente, terá que se definir. Criando níveis de atuação específica, com base territorial definida, desejamos, respeitando o princípio federativo, deixar a cargo dos Estados e Municípios a regulamentação dos estabelecimentos financeiros nos níveis estadual e municipal, respectivamente. Tais instituições interessam sobretudo às comunidades estaduais e municipal, portanto, um restrito espaço geográfico, onde predominam as peculiaridades locais. Assim, ninguém melhor esclarecido sobre essas peculiaridades, que as autoridades locais.

Parecer:

A adição dos incisos propostos não contribui para o aprimoramento do Substitutivo, uma vez que a lei do S.F.N. disporá sobre o assunto. Pela rejeição.

EMENDA:25347 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

Texto:

Suprima-se o art. 256 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, elaborado pelo Relator da Comissão de Sistematização.

Justificativa:

O dispositivo repete integralmente o § 1º do art. 255.

Parecer:

A emenda propõe a supressão do art. 256, por ser uma repetição do parágrafo 1o. do art. 255. Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:25833 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo emendado: Art. 255, Inciso III
Adita ao inciso III a seguinte expressão: "e demais instituições financeiras públicas e privadas."

Nova redação:

Art. 255 -

I -

II -

III - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos, pois quando junto às autoridades monetárias buscam autorização para operar com os diversos instrumentos do mercado financeiro, a pretensão é negada sob alegação de que como Bancos de desenvolvimento regional não lhes cabe atuar em concorrência com mas instituições bancárias privadas, mesmo não desconhecendo essas autoridades o efetivo perverso que essa indisponibilidade operacional lhes acarreta e às suas regiões de jurisdição, como a transferência imediata dessas para a rede privada, de recursos do FINAM e FINOR liberados à projetos aprovados pela SUDAN/SUDENE, e de qualquer linha de crédito, em busca de remuneração. De outro modo, quando solicitadas, as autoridades, à alocarem recursos estáveis e compatíveis com a responsabilidade desenvolvimentista que lhes cabe, não é possível atender, justamente pela indefinição de suas competências. Assim, se a lei do Sistema Financeiro Nacional vai dispor sobre organização, funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil, que tal normalização se estenda à todas as instituições financeiras públicas e privadas de modo a não permitir a perpetuidade de omissão que de modo perverso hoje ocorre para com as regiões mais pobres do País e suas instituições financeiras de fomento.

Parecer:

A expressão aditiva proposta pelo ilustre Constituinte aprimora o Substitutivo sob exame. A matéria será tratada obviamente, pela Lei do S.F.N., que disporá sobre a organização de todo o Sistema. Pela aprovação.

EMENDA:25835 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GABRIEL GUERREIRO (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo emendado: Art. 255, Inciso I

Adita ao Inciso I a seguinte expressão:

"assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro."

Nova redação: Art. 255 - ...

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

A falta de acesso dos Bancos oficiais aos instrumentos de mercado financeiro, especialmente os Bancos Regionais como o BASA e BNB faz com que os mesmos concorram em desigualdade com os conglomerados dos Bancos privados na captação de recursos, o que resulta uma menor disponibilidade creditícia em apoio à atividade empresarial nas suas regiões de jurisdição.

Por não poderem operar no Mercado aberto, com CDBs, Caderneta de Poupança e outros instrumentos operacionais, recursos do FINAM e FINOR quando liberados por seus agentes em favor de projetos aprovados pela SUDAM e SUDENE, ou recursos de qualquer linha de crédito, quando liberados – inclusive pelo Banco do Brasil, são imediatamente sacados para aplicação nas instituições financeiras privadas em busca de remuneração, resultando com isso o esvaziamento dessas instituições oficiais e a transferência de recursos de regiões pobres para outras mais desenvolvidas onde os conglomerados privados concentram operações e oportunidades de negócios.

Há, portanto, necessidade de se assegurar aos Bancos oficiais as mesmas oportunidades operacionais de modo a reverter uma situação injusta para com essas regiões e suas instituições financeiras de fomento.

Parecer:

A Emenda aditiva proposta pelo nobre Constituinte contribui para o aprimoramento do Substitutivo. As instituições oficiais de crédito devem ter acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro, de forma a garantir tanto concorrência no setor como a eficiência daquelas instituições. Pela aprovação.

EMENDA:25851 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Substitutiva

- substitua-se a redação dos Artigos 255 e 256 pela seguinte:

Art. 255 - A lei do Sistema Financeiro disporá sobre autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, observados os seguintes pressupostos:

I - Competirá ao Presidente da República, mediante decreto, uma vez reconhecido, em lei especial, o interesse do País, reservar as empresas privadas sob controle nacional, ou a empresas públicas, o exercício de qualquer atividades financeiras mencionadas neste Artigo, sem ônus para o erário.

II - As autorizações renováveis ou não, para funcionamento das empresas do Sistema Financeiro em qualquer caso, serão em caráter temporário.

III - Em caso de substituição de empresas privadas por empresas públicas, são assegurados todos os direitos dos empregados e dirigentes

executivos e sua permanência. Os imóveis, instalações e equipamentos transferir-se-ão, sem solução de continuidade, à entidade sucessora, mediante indenização, pelo seu justo valor, pago aos proprietários, em títulos da dívida pública, acrescidos de juros, de seis por cento ano, com cláusula de correção monetária, e por prazo compatível com a capacidade de ressarcimento pela entidade sucessora.

Parágrafo único - A lei do Sistema Financeiro Nacional disporá ainda sobre:

- a) a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, assegurada a participação e fiscalização pelas entidades representativas da indústria, do comércio e dos trabalhadores, mediante eleição interna, nas respectivas diretorias.
- b) a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.
- c) a proibição de usura, com sanções criminais aos infratores.

Art. 256 - A autorização a que se refere o caput do artigo anterior será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do Sistema Financeiro Nacional, a pessoa jurídica, cujos diretores tenha capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

Justificativa:

1 – A presente emenda visa apenas deixar aberto o caminho constitucional para a possibilidade de futura transformação em lei dos projetos destinados a transferir a economia nacional, as atividades bancárias de coletas de depósitos, as de seguros, previdência e capitalização, providências acolhidas no anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, e apresentadas na Subcomissão “C” do Sistema Financeiro pelo deputado Darcy Deitos (PMDB-PR), e aprovado pelo relator Fernando Gaparlan (PMDB-SP); porém, rejeitadas na Comissão do Sistema Tributário presidida pelo deputado Francisco Dornelles,

2 – Barbosa Lima Sobrinho, em seu estudo “A Nacionalidade da Pessoa Jurídica” (Belo Horizonte, 1963) registra o debate travado na Câmara dos Deputados, em 1894, para aprovação do projeto do Senador Virgílio Damásio, pela nacionalização das empresas de seguros, para eliminar absurda evasão das divisas em troca de nada. O Projeto recebia o apoio de Augusto Montenegro, Alberto Torres, Benedito Leite, Lauro Muller, Serzedelo Correia e Augusto Severo, parlamentares que, hoje, são nomes de ruas e de instituições, enquanto que os entreguistas da época ficaram sepultados no lixo da História.

3 – O projeto de nacionalização dos bancos de depósitos foi apresentado na Constituição de 1934, pelos parlamentares empresários paulistas Roberto Simonsen, Abelardo Vergueiro Cezar, José Carlos Macedo Soares, Cardoso de Melo Neto, Cincinato Braga (banqueiro), Mário Gomes, Alcântara Machado e Alexandre Siciliano Jr., entre outros, nomes que perduram na memória nacional.

Em 1946, o debate de nacionalização dos bancos envolveu Barbosa Lima Sobrinho, Adroaldo Costa, Agamenon Magalhães, Hermes Lima, Baeta Neves, Café Filho, Caires de Brito e outros.

Em 1973, o banqueiro Teófilo de Azeredo Santos, então presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara e presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, realizou memorável conferência no Instituto de Pesquisas Econômicas da Associação Comercial (IPEAC), em que denunciava as irregularidades e abusos cometidos pelos bancos contra a economia nacional, conferência transcrita no seminário Politika, de 08.04.74, onde condenava o poder político em que resultava do fato de dirigir a aplicação dos depósitos recolhidos no Brasil, segundo os interesses estrangeiros.

A Constituição de 1937 determinava a nacionalização dos bancos de depósito. Em 1974, entre outros, o Peru, Argentina, Venezuela, Índia, Argélia proibiram a captação da poupança nacional por bancos estrangeiros. Posteriormente, a França, México e Portugal ingressaram na lista.

4 – Lamentavelmente, a pressão nesta Constituinte dos vultosos interesses em jogo, não só afastou a possibilidade da nacionalização, como, até mesmo, introduziu no art. 328 do Projeto, inciso II, alínea C, a expressa participação do capital estrangeiro, tendo em vista “critérios de reciprocidade”; o que significa um retrocesso relativamente a todas as Constituições anteriores.

Essa vexatória capitulação na defesa da economia nacional, pelo menos, não deveria ser confessada. Que se caleem os constituintes, mas, de modo algum, devem confessar sua ignorância ou impotência. As nações imperialistas podem se dar o direito de estabelecer a reciprocidade. Isto permitirá coletar depósitos da poupança nativa com a vantagem de ingressar num país pobre com o Brasil e abrir possibilidades de exercer um poder político irresistível, enquanto que um banco brasileiro, por exemplo, nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Japão, na Alemanha, não recolhe, em depósitos, senão os valores que são destinados ao pagamento das mercadorias vendidas pelos exportadores do Brasil. Nada mais. A poupança nacional dos países ricos não se arriscaria a deixar, por exemplo, os bancos de Wall Street, para os duvidosos bancos do Terceiro Mundo, em países insolventes como o Brasil.

5 – Infelizmente, esta visão não tiveram a pequena maioria de constituintes da Comissão presidida pelo deputado Francisco Dornelles e nem o diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, senhor Adroaldo Moura da Silva que depôs naquele foro de debates.

Segundo o resumo publicado em “O Estado de São Paulo”, de 04 de junho pretérito, “as relações financeiras entre os países baseiam-se na reciprocidade. Por isso, se o Brasil proibir a participação dos bancos estrangeiros em seu mercado, os bancos brasileiros estarão sujeitos a tratamento semelhante em suas operações externas. O que isso representaria em prejuízos só para o Banco do Brasil, pode ser julgado pelo fato de que o Banco do Brasil realiza 58% de seus lucros nas operações externas. O Banco do Brasil tem, em suas 33 agências estrangeiras, US\$ 3,5 bilhões que, somados aos cerca de US\$ 2,2 bilhões captados por outras formas, representam US\$ 5,7 bilhões em depósitos no Exterior. Esse total é maior que o volume dos depósitos captados dentro do Brasil que anda em torno de US\$ 4 bilhões. E mais: é maior também que o total dos depósitos captados no mercado brasileiro por todos os bancos estrangeiros que aqui operam – incluindo-se aqueles em que o capital estrangeiro tem participação parcial – que chegaria aos US\$ 4,8 bilhões”.

Adroaldo acrescenta que ainda há os depósitos coletados pelo BANESPA e por alguns grandes bancos privados e que o Banco do Brasil tem participação acionária em bancos japoneses, europeus, árabes e latino americanos; participação que também estaria ameaçada de retaliação.

Como se vê, o Senhor Adroaldo raciocina como um burocrata cego e como se vivesse fora do Brasil.

Em resumo para ele, os bancos estrangeiros devem permanecer coletando as minguiadas poupanças dos brasileiros e comandando a aplicação política desses recursos, porque a diferença entre o que retiram aqui e o que o Banco do Brasil recolhe lá fora é de US\$ 5,7 bilhões de dólares menos US\$ 4,8 bilhões, ou seja, 900 milhões de dólares a favor do Banco do Brasil.

O Senhor Adroaldo e Andréia Calabi não se deram conta de os lucros do Brasil não se encontram no que está visível nesses dados contábeis, mas no corte dos imensos abusos bancários que se cometeram e se cometem transferindo o comando da política financeira e que representam bilhões e bilhões de dólares de prejuízo e o caos que aí está.

6 – RESPOSTAS ÀS OBJEÇÕES DE ADROALDO

a) – o que o Brasil coleta no exterior são, pelo visto, ninharias – pois o que o Senhor Adroaldo deveria revelar não é o volume dos depósitos, mas os custos destes depósitos em agências, pessoal, viagens, contrabandos, o rombo da COBEC e outras operações ruinosas que o silêncio dos gabinetes e a cortina do sigilo escondem do público e são facilitados por agências fantasmas como essas Panamá e dos paraísos fiscais, onde toda a sorte de falcaturas podem ser cometidas e tirar o que sobraria disso. O Brasil necessita é de transparência na gestão dos dinheiros públicos. Os depositantes estrangeiros nos bancos brasileiros, no exterior só fazem operações como vantagens para negócios clandestinos no território nacional e como instrumento da chamada “economia submersa” nas contas numeradas. Nenhum brasileiro deixaria de depositar suas economias no Bradesco, ou na Caixa Econômica, para entregá-las a um banco perdido na Polinésia, com agência no Brasil, do mesmo modo como nenhum nova-iorquino deixará de depositar num banco mundialmente famoso da Wall Street para confiar suas economias a bancos de um país com as aperturas do Brasil. Só existindo outras “compensações” para risco é que as operações aparecem. Isto é claro, como a luz do sol.

b) – O temor a retaliações é fruto de ignorância do vulto de interesses que ligam milhares de empresas de qualquer país do mundo ao Brasil de hoje, onde seus recursos naturais em minérios, inclusive estratégicos, sua produção de manufaturados e sua classe dirigente – ingênua ou corrupta como a da China, nos tempos em que as nações europeias realizavam os famosos “negócios da China” são atrações fascinantes que não admitem picuinhas de fechar o Banco do Brasil por onde podem transitar, e transitam, tantas operações vantajosas; banco que, é sabido de todos, não sofre fiscalização.

c) – Se o Brasil tiver estadistas dotados de competências para um comando político à altura de sua importância internacional e proibir a coleta de depósitos estrangeiros dando cumprimento a uma aspiração nacional que já constava da Constituição de 1934, portanto, com mais de meio século – as consequências serão outras. Para ficarmos na contabilidade do Senhor Adroaldo, grande parte desses depósitos coletados na poupança brasileira pelo CitiBank e em outros e mais US\$ 2.404.800 de dinheiro brasileiro que transitam por esses bancos para empresários externos, passarão para o Banco do Brasil S/A, de modo que não há prejuízos, mas grandes lucros.

d) – Esses, entretanto, não são os lucros maiores que o Brasil auferirá. Se os bancos estrangeiros recolheram da minguada economia de brasileiros, em 1986 – como informa o Senhor Adroaldo Cz\$ 71.620.400,000 e para empréstimos externos Cz\$...35.925.600,000, ou seja, Cz\$ 107.546.000,000 – esses 107 bilhões, segundo o Almanaque Abril/87, correspondem às receitas de 1986, somadas, de três grandes Estados (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná), ou de São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Maranhão e Sergipe. Cabe, pois, aos bancos

estrangeiros, coletores dessa receita, decidir soberanamente sobre a aplicação de recursos de vulto idêntico, vale dizer, desfrutar de um poder político muito maior do que os dos governadores desses Estados. Muito maior porque os governadores estão jungidos às despesas orçamentárias imperiosas (pagamento do funcionalismo, hospitais, polícia etc...) e os banqueiros têm total liberdade.

Tais recursos de depositantes brasileiros são canalizados segundo os interesses do Citibank, e não segundo o interesse nacional, e os lucros vão para o exterior, de graça. Isto contribui para explicar porque faltam recursos para escolas, hospitais, programas assistenciais e até para as Forças Armadas. A sangria através dos bancos é a mais injusta de todas.

e) – Cada um que se disponha a ler os balanços das multinacionais e os estatutos de sua constituição sabe quais são as regras usuais de sua instalação no Terceiro Mundo. O Capital é próximo do zero, como ocorreu nas empresas instaladas para pesquisar Petróleo, através dos contratos de risco, e ocorre nas mineradoras em geral. Em seguida, a matriz no exterior “empresta” o capital e esse capital contém juros, royalties e o diabo. Assim, os lucros deixam de se lucros, mas “amortizações” da dívida. As mercadorias como, por exemplo, minérios, são exportadas, com preços aviltados a uma “compradora” fantasma sediada num paraíso fiscal no Caribe. Em alto mar, a “compradora” revende ao destinatário por novos preços. Com isto, sonegam os impostos do Brasil e no país destinatário. Essa intermediação processa-se pelos bancos estrangeiros que operam no Terceiro Mundo. Os depósitos (segundo Adroaldo) para esses “empréstimos” externos somaram US\$ 2.404.800,000 no ano passado. Quando, por azares, é descoberta uma trapaga, como ocorreu com uma empresa exportadora gaúcha, o banco se apressa em cancelar o “crédito” e, aparentemente, perder tudo. Agora, surgiram as atrapalhas do Citibank em São Paulo.

O relatório do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, editado em 1974. “Las Corporaciones Multinacionales em el Desarrollo Mundial”, relata alguns dos expedientes usados por esses bancos em detrimento das economias dos países do Terceiro Mundo. A ação popular intentada por Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, pelo Presidente da OAB e pelo Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros e distribuída à 7ª Vara Federal em Brasília (classe V, nº 091 – AD/85) para anular a dívida externa, descreve vários tipos de operações. O vulto desses negócios leva de roldão as “fiscalizações”. Esse é um poder muito maior que o dos vice-reis das colônias britânicas. Por aí se vê o valor das objeções dos senhores Adroaldo e Calabi.

7 – CONCLUSÃO

I – É falso afirmar que o Brasil sofreria, prejuízos com a nacionalização dos bancos de depósitos.

II – É falso concluir que o Brasil sofreria, seguramente, retaliações.

III – É certo que o Brasil realizaria uma aspiração constitucional de mais de meio século.

IV – É certo que o Brasil eliminaria um poder político externo superior ao dos governadores dos maiores estados brasileiros, poder que subjuga nossa economia, dita a política financeira, impede a auditoria da Dívida Externa e corrompe ou aterroriza todos os altos escalões, poder que não se submeteu ao congelamento do Plano Cruzado, cobra os juros que quer e conserva nosso povo, como um dos mais pobres e famintos do planeta, habitando uma das mais ricas regiões da terra e que, no ano passado, obteve as maiores colheitas de cereais, porém passando por um dos anos mais terríveis de sua existência, precisamente por essa Dívida Externa e pelos juros usurários e suas represálias.

Cabe à Assembleia Nacional Constituinte a responsabilidade histórica de decidir qual o caminho do Brasil: mantê-lo submetido às algemas dos banqueiros internacionais ou o caminho da libertação, num novo Sete de Setembro, real e definitivo.

Estamos numa encruzilhada semelhante à da luta pelo monopólio estatal do petróleo e cada deputado constituinte irá tomar sua posição perante a História.

Teme-se, lamentavelmente, que o controle nacional acionário dos bancos de depósitos não passará nesta Assembleia Nacional Constituinte.

Ao menos, porém, que não se confesse essa fraqueza e transfira-se para adiante, sem fechar constitucionalmente a porta a um ulterior exame da matéria, em conjuntura menos adversa ao interesse nacional.

Parecer:

A Emenda propõe a substituição do Capítulo III do Título VIII (Da Ordem Econômica e Financeira) por dispositivos que não se coadunam com os que foram aprovados pela Comissão Temática e aprimorados no presente Substitutivo.

Pela rejeição.

EMENDA:26097 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO BULHÕES (PMDB/AL)

Texto:

Substitua-se, no artigo 255 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, a palavra "Financeiro" por "Bancário".

Justificativa:

As previsões contidas nas alíneas e itens do artigo aplicando-se perfeitamente ao sistema bancário, que é uma derivante do sistema financeiro, contendo suas próprias peculiaridades, que precisam ser disciplinadas numa codificação própria. O Sistema Financeiro Nacional propriamente dito está contido, em amplos lineamentos, no texto constitucional.

Parecer:

A Emenda apresentada não se coaduna com o objetivo de dar aos princípios constitucionais o grau de abrangência e de generalidade que julgamos necessário manter.
Pela rejeição.

EMENDA:26241 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MALULY NETO (PFL/SP)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao art. 219 do projeto de Constituição (Substitutivo do relator):
Art. 219. A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados naquelas controladas pela União.

Justificativa:

A presente emenda visa compatibilizar a nova redação do artigo 219 com a também nova redação proposta para o inciso V do artigo 255, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras oficiais federais participarem do fundo destinado a proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor. Destaca-se que não se enquadra em nenhum princípio de justiça a obrigatoriedade de as instituições financeiras oficiais federais contribuírem para um fundo, do qual não farão uso, em decorrência de suas características e natureza.

Parecer:

A Emenda objetiva restringir a vedação contida no artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização aos depósitos e aplicações em instituições financeiras privadas.
A disposição em exame, a nosso ver, versa sobre matéria que estaria melhor definida em norma de caráter infraconstitucional, motivo porque consideramos mais apropriada a sua supressão.
Pela prejudicialidade.

EMENDA:26242 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MALULY NETO (PFL/SP)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do art. 255 do projeto de Constituição (substitutivo do relator):
V - a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Além disso, não há nenhuma razão de justiça obrigar alguém a contribuir para algo do qual não fará uso, como se coloca no caso das instituições financeiras oficiais federais.

Parecer:

A Emenda apresentada se estende, a nosso ver, desnecessariamente em detalhes que deveriam ser especificados pela legislação ordinária.
Pela rejeição.

EMENDA:26243 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MALULY NETO (PFL/SP)

Texto:

Suprima-se o § 2o. do art. 255 do projeto de Constituição (substitutivo do relator).

Justificativa:

Esta matéria é própria de legislação ordinária. Não deve constar do texto constitucional. A definição da aplicação dos recursos relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, deverá ocorrer no momento próprio da elaboração do programa ou projeto, conforme suas características e peculiaridades.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a supressão do princípio referente às restrições a transferências de poupança de regiões pobres para regiões ricas. Acreditamos que a manutenção do referido princípio atende ao objetivo de reduzir as disparidades regionais. Opinamos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:26244 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MALULY NETO (PFL/SP)

Texto:

Suprima-se o inciso VI do art. 255 do projeto de Constituição.

Justificativa:

É matéria que deve ser tratada no âmbito da legislação ordinária. Além do mais não se deve estabelecer critérios restritivos à movimentação de poupanças de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento. O que se deve fazer, porém no âmbito da legislação ordinária, é criar mecanismos de estímulos para o acúmulo de poupanças nas regiões menos desenvolvidas, através de incentivos à modernização e ampliação das atividades econômicas da região.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a supressão do princípio referente às restrições a transferências de poupança de regiões pobres para regiões ricas. Acreditamos que a manutenção do referido princípio atende ao objetivo de reduzir as disparidades regionais. Opinamos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:26308 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Suprima-se o § 2o. do artigo 255 do Projeto de Constituição (Substitutivo do Relator.)

Justificativa:

Esta matéria é própria de legislação ordinária. Não deve constar do texto constitucional. A definição da aplicação dos recursos relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, deverá ocorrer no momento próprio da elaboração do programa ou projeto, conforme suas características e peculiaridades.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a supressão do § 2 do artigo 255 do Projeto de Constituição. A matéria a ser suprimida trata da definição das instituições onde serão depositados e aplicados os recursos financeiros relativos a programas regionais, no caso, as instituições regionais de crédito. Acreditamos que essa matéria é digna de figurar no texto constitucional, porquanto atende ao objetivo de descentralizar o Sistema financeiro público. Pela rejeição.

EMENDA:26311 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação, ao item V, do Art. 255, do Projeto de Constituição (Substitutivo do Relator):

Art. 255 -

V - A União responsabilizará pelos depósitos de poupanças e aplicações nas instituições financeiras oficiais, sendo as demais instituições financeiras obrigadas a manterem um fundo com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, são instituições centenárias, idôneas e que pela sua tradição, seriedade e solidez econômica, são confiáveis e dignas da maior credibilidade popular.

As instituições financeiras oficiais, de controle da União, não necessitam de outras garantias, a não se aquelas, de que a própria União lhes garante.

Os escândalos financeiros que envolvem o Sistema Nacional da Habitação, mormente as cadernetas de poupanças, por si só justificam a presente proposição.

Cabe ainda lembra que os estouros da Delfin, Coroa-Brastel, Haspa, Colméia, Habitasul, Decred-Independência e a falência das instituições privadas com os bancos Sulbrasileiro, Comind, Auxiliar, e outros, causaram grandes prejuízos ao Tesouro Nacional.

É inadmissível que caiba ao governo e, em consequência, à sociedade, arcar com os prejuízos causados pela incompetência e sobretudo pela desonestidade de administradores de entidades financeiras privadas.

Parecer:

A Emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto de Constituição pela supressão de artigo e expressões prescindíveis. Pela rejeição.

EMENDA:26312 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Suprima-se a expressão "previdência" do item I, art. 255, do Projeto de Constituição (Substitutivo do Relator).

Justificativa:

Os planos de previdência são de longo prazo, tornando-se praticamente impossível garantir que as instituições financeiras possam cumprir os contratos efetuados, quando sabemos que elas estão sujeitas a incúria administrativa, que podem e tem provocado a falência destas instituições.

Ficando, assim, o contribuinte sujeito a perder seus direitos, ou então obriga-se a União a ter que assumi-los. Por outro lado, não é justo que o dinheiro público sirva para cobrir estas falências, sejam elas fraudulentas ou não.

Por fim, trata-se de proposição que visa preservar os interesses dos cidadãos e da Nação como um todo. Cabe ressaltar ainda que, no período de arbítrio ocorreu grandes escândalos financeiros, com a formação de verdadeiras quadrilhas, que tomaram durante anos, dinheiro de cidadãos que, de boa-fé, aplicaram suas economias e posteriormente não receberam os benefícios a que fariam juiz pela contribuição efetuada. A CAPEMI e o Montepio da Família Militar, são exemplos flagrantes destes esbulhos, da fraude e do engodo.

Parecer:

A proposta não aperfeiçoa o texto do Substitutivo. Pela rejeição.

EMENDA:26313 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 255 do Projeto de Constituição (Substitutivo do Relator.)

V - A criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Além disso, não há nenhuma razão de justiça obrigar alguém a contribuir para algo do qual não fará uso, como se coloca no caso das instituições financeiras oficiais federais.

Parecer:

Pela aprovação, nos termos do substitutivo.

EMENDA:26315 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Suprima-se o inciso VI do artigo 255 do Projeto de Constituição.

Justificativa:

É matéria que deve ser tratada no âmbito da legislação ordinária. Além do mais não se deve estabelecer critérios restritivos à movimentação de poupanças de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento. O que se deve fazer, porém no âmbito da legislação ordinária, é criar mecanismos de estímulos para o acúmulo de poupanças nas regiões menos desenvolvidas, através de incentivos à modernização e ampliação das atividades econômicas da região.

Parecer:

Temos a convicção de que a matéria fora tratada convenientemente no texto do Substitutivo. Pela rejeição.

EMENDA:26316 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WALMOR DE LUCA (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 219 do Projeto de Constituição (Substitutivo do Relator).

Art. 219 - A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados naquelas controladas pela União.

Justificativa:

A presente emenda visa compatibilizar a nova redação do artigo 219 com a também nova redação proposta para o inciso V do artigo 255, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras oficiais federais participarem do fundo destinado a proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Destaca-se que não se enquadra em nenhum princípio de justiça a obrigatoriedade de as instituições financeiras

oficiais federais contribuírem para um fundo, do qual não farão uso, em decorrência de suas características e natureza.

Parecer:

A Emenda objetiva restringir a vedação contida no artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização aos depósitos e aplicações em instituições financeiras privadas.

A disposição em exame, a nosso ver, versa sobre matéria que estaria melhor definida em norma de caráter infraconstitucional, motivo porque consideramos mais apropriada a sua supressão.

Pela prejudicialidade.

EMENDA:26501 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SOTERO CUNHA (PDC/RJ)

Texto:

Acrescente-se o seguinte art. 255, ao substitutivo ao Projeto de Constituição, renumerando-se o atual e os subsequentes:

"Art. 255 -

- Lei especial reorganizará o cooperativo de produção e crédito, com a tríple orientação tecnológica da União, dos Estados e Municípios para o amplo desenvolvimento da reforma agrária e da agropecuária."

Justificativa:

As regras de conduta que regem o homem em sua relação com a Terra evoluíram do Decálogo de Moisés para as codificações e leis subsequentes, até atingir um grau de tipicidade que justifica o direito agrário como ramo de ciência jurídica do cooperativismo de produção e crédito. Precisamos adequar a legislação à nossa realidade.

Parecer:

O artigo 255 do Substitutivo do Relator refere-se ao Sistema Financeiro Nacional e o artigo 325 não existe no referido texto.

Pela prejudicialidade.

EMENDA:26675 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FIRMO DE CASTRO (PMDB/CE)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADOS: Art. 255, Inciso I

Adita ao Inciso I a seguinte expressão:

"assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro."

NOVA REDAÇÃO: Art. 255 - ...

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

A falta de acesso dos Bancos oficiais aos instrumentos de mercado financeiro, especialmente os Bancos Regionais como o BASA e BNB faz com que os mesmos concorram em desigualdade com os conglomerados dos Bancos privados na captação de recursos, o que resulta uma menor disponibilidade creditícia em apoio à atividade empresarial nas suas regiões de jurisdição.

Por não poderem operar no Mercado aberto, com CDBs, Caderneta de Poupança e outros instrumentos operacionais, recursos do FINAM e FINOR quando liberados por seus agentes em favor de projetos aprovados pela SUDAM e SUDENE, ou recursos de qualquer linha de crédito, quando liberados – inclusive pelo Banco do

Brasil, são imediatamente sacados para aplicação nas instituições financeiras privadas em busca de remuneração, resultando com isso o esvaziamento dessas instituições oficiais e a transferência de recursos de regiões pobres para outras mais desenvolvidas onde os conglomerados privados concentram operações e oportunidades de negócios.

Há, portanto, necessidade de se assegurar aos Bancos oficiais as mesmas oportunidades operacionais de modo a reverter uma situação injusta para com essas regiões e suas instituições financeiras de fomento.

Parecer:

A Emenda aditiva proposta pelo nobre Constituinte contribui para o aprimoramento do Substitutivo. As instituições oficiais de crédito devem ter acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro, de forma a garantir tanto concorrência no setor como a eficiência daquelas instituições. Pela aprovação.

EMENDA:26676 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FIRMO DE CASTRO (PMDB/CE)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivos Emendados: Art. 255, Inciso III

Adita ao Art. 255, Inciso III a seguinte

expressão: "e demais instituições financeiras públicas e privadas."

NOVA REDAÇÃO:

Art. 255 -

I -

II -

III - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos, pois quando junto às autoridades monetárias buscam autorização para operar com os diversos instrumentos do mercado financeiro, a pretensão é negada sob alegação de que como Bancos de desenvolvimento regional não lhes cabe atuar em concorrência com mas instituições bancárias privadas, mesmo não desconhecendo essas autoridades o efetivo perverso que essa indisponibilidade operacional lhes acarreta e às suas regiões de jurisdição, como a transferência imediata dessas para a rede privada, de recursos do FINAM e FINOR liberados à projetos aprovados pela SUDAN/SUDENE, e de qualquer linha de crédito, em busca de remuneração. De outro modo, quando solicitadas, as autoridades, à alocarem recursos estáveis e compatíveis com a responsabilidade desenvolvimentista que lhes cabe, não é possível atender, justamente pela indefinição de suas competências. Assim, se a lei do Sistema Financeiro Nacional vai dispor sobre organização, funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil, que tal normalização se estenda à todas as instituições financeiras públicas e privadas de modo a não permitir a perpetuidade de omissão que de modo perverso hoje ocorre para com as regiões mais pobres do País e suas instituições financeiras de fomento.

Parecer:

A expressão aditiva proposta pelo ilustre Constituinte aprimora o Substitutivo sob exame.

A matéria será tratada obviamente, pela Lei do S.F.N., que disporá sobre a organização de todo o Sistema. Pela aprovação.

EMENDA:27244 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JORGE UEQUED (PMDB/RS)

Texto:

TÍTULO VIII - DA ORDEM ECONOMICA E FINANCEIRA
CAPÍTULO - II - DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
INCLUA-SE E DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 255.

O sistema financeiro Nacional será estruturado em lei, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade. Será privativo da União e dos Estados-Membros da Federação.

Justificativa:

Nada justifica a existência do sistema financeiro privado, pois a cada crise o Governo tem que intervir e alocar recursos. Quando existe lucro, fica com a iniciativa privada; quando ocorrem os prejuízos, vai para o poder público. A estatização do sistema financeiro aos interesses nacionais.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a estatização do sistema financeiro nacional. Acreditamos ser desnecessária a expansão do Estado em um setor econômico que, além de ser relativamente competitivo, já é amplamente dominado pelas instituições nacionais. Pela rejeição.

EMENDA:27472 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAX ROSENMANN (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao artigo 219, do Substitutivo do Relator:

"Art. 219 - A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras, salvo para resguardar a poupança popular, na forma da lei."

Justificativa:

Data vênua, não tem o menor cabimento a União não se responsabilizar pelos investimentos realizados em instituições financeiras.

Primeiro, porque cabe aos seus próprios órgãos a constante fiscalização sobre sítas atividades. Se forem más, cabe-lhes, de imediato, impedir que prejuízos sejam causados aos respectivos investidores.

Segundo, porque os Administradores dessas entidades só podem exercer suas funções após prévia aprovação dos seus nomes pelo Banco Central do Brasil que, na oportunidade, deve examinar a competência e a idoneidade moral e financeira de cada um deles, face à relevância do cargo que irão ocupar principalmente porque lhes caberá lidar com fundos públicos.

Parecer:

A Emenda objetiva restringir a vedação contida no artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização aos depósitos e aplicações em instituições financeiras privadas.

A disposição em exame, a nosso ver, versa sobre matéria que estaria melhor definida em norma de caráter infraconstitucional, motivo porque consideramos mais apropriada a sua supressão. Pela prejudicialidade.

EMENDA:27615 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MANOEL CASTRO (PFL/BA)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 256 do projeto do Relator.

Justificativa:

O dispositivo ora suprimido repete textualmente o § 1º do art. 255 do projeto.

Parecer:

A emenda propõe a supressão do art. 256, por ser uma repetição do parágrafo 1o. do art. 255. Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:27886 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo Emendado: Artigo 256.

Dê-se a seguinte redação ao art. 256:

Art. 256 - A autorização a que se refere o item I do artigo anterior será concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, à pessoa jurídica, cujos dirigentes tem capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

Justificativa:

O artigo 256, na forma em que está escrito, promove a "cartorialização" do sistema financeiro nacional e, portanto, não deve ser incentivada. Desde que atenda aos requisitos exigidos, qualquer pessoa jurídica pode atuar no sistema financeiro.

Parecer:

A emenda modifica a redação do art. 256, por entender que, na forma em que está redigido, promove a "cartorialização" do sistema financeiro. Temos a convicção de que a solução adotada pelo Substitutivo é a mais adequada. Pelo não acolhimento.

EMENDA:28112 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Art. 255, Item I

O Art. 255, Item I, passa a ter a seguinte redação:

"A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, dos estabelecimentos de seguros, previdência e capitalização, e ainda o que disser respeito a juros e ao crédito em geral".

Justificativa:

A emenda visa incluir matéria referente a juros e a créditos em geral como item de legislação que disporá sobre o Sistema Financeiro Nacional, visto que esses elementos representam fator fundamental para o funcionamento deste tipo de instituição.

Parecer:

A Emenda apresentada restringe, a nosso ver, desnecessariamente a área de atuação do Banco Central como instituição regulatória do mercado financeiro. Pela rejeição.

EMENDA:28148 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NABOR JÚNIOR (PMDB/AC)

Texto:

Acrescente-se ao Inciso IV do art. 255 a expressão "e demais instituições financeiras oficiais", dando-lhe em consequência, a seguinte redação:

Art.

IV - Requisitos para designação de membros da Diretoria do Banco do Brasil, e demais

instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Há necessidade de formalizar em lei os requisitos básicos para a designação da diretoria de todas as instituições oficiais, para se evitar o preenchimento desses cargos por pessoas incapacitadas ao desempenho das respectivas funções.

Parecer:

A expressão aditiva proposta pelo ilustre Constituinte aprimora o Substitutivo sob exame. A matéria será tratada obviamente, pela Lei do S.F.N., que disporá sobre a organização de todo o Sistema. Pela aprovação.

EMENDA:28151 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NABOR JÚNIOR (PMDB/AC)

Texto:

Acrescente-se ao Inciso I do art. 255 do Substitutivo do Relator a expressão "assegurando às instituições bancárias oficiais acesso a todos os instrumentos de mercado financeiro", dando-lhe, em consequência, a seguinte redação: art. 255.....

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos os instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

Há necessidade de se assegurar-se aos bancos oficiais o acesso a todos instrumentos de mercado financeiro disponíveis pelos bancos privados, para permitir, especialmente aos bancos regionais como o BASA e o BNB, o pleno desempenho de suas funções.

Atualmente esses bancos têm dificuldades de captação de recursos e atendimento do empresariado e produtores dessas regiões menos desenvolvidas por não disporem de acesso a diversos instrumentos do mercado financeiro.

Parecer:

A expressão aditiva proposta pelo ilustre Constituinte aprimora o Substitutivo sob exame. A matéria será tratada obviamente, pela Lei do S.F.N., que disporá sobre a organização de todo o Sistema. Pela aprovação.

EMENDA:28216 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NABOR JÚNIOR (PMDB/AC)

Texto:

Acrescente-se ao Inciso III do art. 255 do Substitutivo do Relator a expressão "e demais instituições financeiras públicas e privadas", dando-lhe, em consequência, a seguinte redação: Art. 255 -

III - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos.

Parecer:

A expressão aditiva proposta pelo ilustre Constituinte aprimora o Substitutivo sob exame. A matéria será tratada obviamente, pela Lei do S.F.N., que disporá sobre a organização de todo o Sistema. Pela aprovação.

EMENDA:28235 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS VINAGRE (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivos Emendados: Art. 255, Inciso I

Adita ao Inciso I a seguinte Expressão:

"assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro".

Nova Redação:

Art. 255 -

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

A falta de acesso dos Bancos oficiais aos instrumentos de mercado financeiro, especialmente os Bancos Regionais como o BASA e BNB faz com que os mesmos concorram em desigualdade com os conglomerados dos Bancos privados na captação de recursos, o que resulta uma menor disponibilidade creditícia em apoio à atividade empresarial nas suas regiões de jurisdição.

Por não poderem operar no Mercado aberto, com CDBs, Caderneta de Poupança e outros instrumentos operacionais, recursos do FINAM e FINOR quando liberados por seus agentes em favor de projetos aprovados pela SUDAM e SUDENE, ou recursos de qualquer linha de crédito, quando liberados – inclusive pelo Banco do Brasil, são imediatamente sacados para aplicação nas instituições financeiras privadas em busca de remuneração, resultando com isso o esvaziamento dessas instituições oficiais e a transferência de recursos de regiões pobres para outras mais desenvolvidas onde os conglomerados privados concentram operações e oportunidades de negócios.

Há, portanto, necessidade de se assegurar aos Bancos oficiais as mesmas oportunidades operacionais de modo a reverter uma situação injusta para com essas regiões e suas instituições financeiras de fomento.

Parecer:

Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:28236 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS VINAGRE (PMDB/PA)

Texto:

Emenda modificativa

Dispositivos Emendados: Art. 255, Inciso III

Adita ao Inciso III a seguinte expressão: "e demais instituições financeiras públicas e privadas".

Nova Redação:

Art. 255 -

I -

II -

III - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos, pois quando junto às autoridades monetárias buscam autorização para operar com os diversos instrumentos do mercado financeiro, a pretensão é negada sob alegação de que como Bancos de desenvolvimento regional não lhes cabe atuar em concorrência com mas instituições bancárias privadas, mesmo não desconhecendo essas autoridades o efetivo perverso que essa indisponibilidade operacional lhes acarreta e às suas regiões de jurisdição, como a transferência imediata dessas para a rede privada, de recursos do FINAM e FINOR liberados à projetos aprovados pela SUDAN/SUDENE, e de qualquer linha de crédito, em busca de remuneração. De outro modo, quando solicitadas, as autoridades, à alocarem recursos estáveis e compatíveis com a responsabilidade desenvolvimentista que lhes cabe, não é possível atender, justamente pela indefinição de suas competências. Assim, se a lei do Sistema Financeiro Nacional vai dispor sobre organização, funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil, que tal normalização se estenda à todas as instituições financeiras públicas e privadas de modo a não permitir a perpetuidade de omissão que de modo perverso hoje ocorre para com as regiões mais pobres do País e suas instituições financeiras de fomento.

Parecer:

Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:28271 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSE CARLOS VASCONCELOS (PMDB/PE)

Texto:

Emenda Aditiva ao Art. 255 do Substitutivo do Projeto de Constituição.

Acrescente-se item VII ao artigo 255:

VII - critérios de regionalização da aplicação dos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras públicas que possibilitem a eliminação das desigualdades regionais.

Justificativa:

O crédito público tem sido um dos motivos dos desníveis regionais. Abundante, com amortização a longo prazo, carência suficiente para a maturação dos empreendimentos e juros satisfatórios, o crédito oficial tem sido aplicado concentradamente no Sudeste, permitindo o desenvolvimento industrial desta região.

Entre 1952 e 1957 o BNDES aplicou no Nordeste 0,92% dos seus empréstimos, enquanto aplicava no Sudeste 45,9% e no Sul 38,4%!

O Banco do Brasil até 1960 havia emprestado a Pernambuco 0,63% dos empréstimos feitos aos estados, enquanto que São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul receberam 83,3%.

Na carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil, em 1960, os empréstimos feitos em Alagoas ao maranhão, compreendendo sete Estados, corresponderam a 10,7% do total, enquanto que de São Paulo ao Rio Grande do Sul (4 Estados) foram aplicados 56,3%!

É necessário reparar essas distorções de modo que o crédito oficial seja aplicado proporcionalmente a população de cada região.

Parecer:

A Emenda apresentada se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto de Constituição mediante a supressão de artigos prescindíveis.

Pela Aprovação.

EMENDA:28286 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AMILCAR MOREIRA (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS: Art. 255, Inciso I

Adita ao Inciso I a seguinte expressão:

"assegurado às instituições bancárias oficiais

acesso a todos instrumentos de mercado financeiro".

NOVA REDAÇÃO: Art. 255 -

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

A falta de acesso dos Bancos oficiais aos instrumentos de mercado financeiro, especialmente os Bancos Regionais como o BASA e BNB faz com que os mesmos concorram em desigualdade com os conglomerados dos Bancos privados na captação de recursos, o que resulta uma menor disponibilidade creditícia em apoio à atividade empresarial nas suas regiões de jurisdição.

Por não poderem operar no Mercado aberto, com CDBs, Caderneta de Poupança e outros instrumentos operacionais, recursos do FINAM e FINOR quando liberados por seus agentes em favor de projetos aprovados pela SUDAM e SUDENE, ou recursos de qualquer linha de crédito, quando liberados – inclusive pelo Banco do Brasil, são imediatamente sacados para aplicação nas instituições financeiras privadas em busca de remuneração, resultando com isso o esvaziamento dessas instituições oficiais e a transferência de recursos de regiões pobres para outras mais desenvolvidas onde os conglomerados privados concentram operações e oportunidades de negócios.

Há, portanto, necessidade de se assegurar aos Bancos oficiais as mesmas oportunidades operacionais de modo a reverter uma situação injusta para com essas regiões e suas instituições financeiras de fomento.

Parecer:

Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:28288 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AMILCAR MOREIRA (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS: Art. 255, INCISO IV.

Adita ao inciso IV a seguinte expressão: "E demais instituições financeiras oficiais".

Nova redação:

Art. 255 -

I -

II -

III -

IV - Requisitos para designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Há necessidade de formalizar em lei os requisitos básicos para a designação da diretoria de todas as instituições oficiais, para se evitar o preenchimento desses cargos por pessoas incapacitadas para o desempenho dessas funções.

Parecer:

Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:28289 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AMILCAR MOREIRA (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS: Art. 255, Inciso III

Adita ao inciso III a seguinte expressão: "e demais instituições financeiras públicas e privadas".

NOVA REDAÇÃO:

Art. 255 -

I -

II -

III - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos, pois quando junto às autoridades monetárias buscam autorização para operar com os diversos instrumentos do mercado financeiro, a pretensão é negada sob alegação de que como Bancos de desenvolvimento regional não lhes cabe atuar em concorrência com mas instituições bancárias privadas, mesmo não desconhecendo essas autoridades o efetivo perverso que essa indisponibilidade operacional lhes acarreta e às suas regiões de jurisdição, como a transferência imediata dessas para a rede privada, de recursos do FINAM e FINOR liberados à projetos aprovados pela SUDAN/SUDENE, e de qualquer linha de crédito, em busca de remuneração. De outro modo, quando solicitadas, as autoridades, à alocarem recursos estáveis e compatíveis com a responsabilidade desenvolvimentista que lhes cabe, não é possível atender, justamente pela indefinição de suas competências. Assim, se a lei do Sistema Financeiro Nacional vai dispor sobre organização, funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil, que tal normalização se estenda à todas as instituições financeiras públicas e privadas de modo a não permitir a perpetuidade de omissão que de modo perverso hoje ocorre para com as regiões mais pobres do País e suas instituições financeiras de fomento.

Parecer:

Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:28395 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HÉLIO MANHÃES (PMDB/ES)

Texto:

Acrescente-se ao artigo 255 no Capítulo III, "Do Sistema Financeiro Nacional", os seguintes parágrafos:

"Parágrafo - Nas operações de crédito por antecipação de receita para Estados e Municípios, o sistema financeiro reduzirá a taxa de juros vigente no mercado em 50% (cinquenta por cento)".

"Parágrafo Para contrair o empréstimo por antecipação de receita o Governador ou o Prefeito deverá previamente justificar a finalidade social ou o interesse público relevante para que se destina a operação".

Justificativa:

Se o Governo Federal manifesta sempre preocupação com as medidas de estímulo às atividades produtivas do País, seja do setor agrícola, industrial ou das micro, pequenas e médias empresas, adotando linhas especiais de financiamento junto ao sistema financiamento público e privado, é impossível continuar os Estados e Municípios pagando taxas vigentes no mercado sem nenhum favorecimento.

Afinal, o interesse público e social está presente nos empréstimos por antecipação da receita, que tem por garantia os fundos públicos, e se destinam invariavelmente para atender a situações emergenciais de dificuldade financeira no cumprimento de compromissos inadiáveis.

Eis a razão primordial porque é preciso apoiar uma medida em favor dos Governadores e Prefeitos neste tipo de operação de crédito.

Parecer:

A redução de taxa de juros de modo artificial como propõe o ilustre Constituinte implícita um subsídio. O financiamento do custo não está claro na Emenda.

Pela rejeição.

EMENDA:28433 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO IZAR (PFL/SP)

Texto:

Suprima-se o art. 256.

Justificativa:

A repetição nesse artigo do texto contido no § 1º, do art. 255, sobre ter sido lapso indesculpável, não fora a pletera de artigo no trabalho Constituinte, impõe a supressão.

Parecer:

A emenda propõe a supressão do art. 256, por ser uma repetição do parágrafo 1o. do art. 255. Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:28437 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO IZAR (PFL/SP)

Texto:

Dê-se nova redação ao inciso VI, do art. 255:

Art. 255 - VI - Critérios restritivos de transferência de poupança de Estados com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento.

Justificativa:

A conveniência da precisão terminológica e definição correta do que deve dizer o legislador, impõe se substitua a palavra "regiões", um pouco imprecisa quanto a seus limites, pelo termo "Estados", cujos lindes são fisicamente identificáveis.

Parecer:

A redação dada ao inciso VI do art. 255 do Substitutivo provém do aprimoramento que demos à matéria aprovada na Comissão Temática.

A Lei do S.F.N. disporá sobre o assunto, com os detalhes que a matéria requer.

Pela rejeição.

EMENDA:28923 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HUMBERTO LUCENA (PMDB/PB)

Texto:

No Título VIII, Capítulo III, inclua-se no

Art. 255, do Projeto de Constituição, o seguinte:

"Art. 255.....

.....

VII - a obrigatoriedade das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, estatais e privadas, no tocante à atuação no mercado financeiro, à fixação da taxa de juros e à suspensão, por razões sociais, de ações executivas de mutuários inadimplentes."

Justificativa:

As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional constituem a fonte de energia decisiva para o funcionamento do Sistema econômico.

Operam no mercado sob um regime de estrita vigilância do Estado, levada a efeito pelo Banco Central, de forma a impedir a ruptura do clima de confiança que alicerça a acumulação financeira. Outrora, antes da crise de 1929 os bancos operavam num Sistema de maior liberdade de atuação, mas a moderna política econômica recomenda sua inteira subordinação às diretrizes da política monetária do governo. Todas as instituições que operam no mercado financeiro são extremamente beneficiadas por créditos de liquidez e outras formas de apoio

do Banco Central em volumes consideráveis. Isto porque operam num setor vulnerável da economia. Devem, portanto, cingir-se às normas de segurança econômica impostas pelo Banco Central de forma a salvaguardar o conjunto dos interesses econômicos de produtores e consumidores.

A Emenda sujeita, pois, por norma constitucional, as instituições financeiras ao Banco Central do Brasil, como medida de garantia do processo de desenvolvimento econômico e social.

Hoje, os bancos gozam de grande autonomia frente ao Banco Central, escudando-se, no direito privado, para descumprir importantes Resoluções daquela entidade e determinações governamentais de programação financeira e política monetária. Isto tem ocorrido na questão das dívidas dos agricultores e, mais recentemente, na questão da dívida das estatais.

A Emenda abre um novo campo de apoio para a ação regulatória do Estado sobre o Sistema Financeiro como instrumento indispensável à preservação da estabilidade econômica.

Parecer:

A Emenda apresentada restringe, a nosso ver, desnecessariamente a área de atuação do Banco Central como instituição regulatória do mercado financeiro.

Pela rejeição.

EMENDA:28978 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FIRMO DE CASTRO (PMDB/CE)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS: Art. 255, Inciso IV

Adita ao inciso IV a seguinte expressão: "E

demais instituições financeiras oficiais".

Nova Redação: Art. 255

I -

II -

III -

IV - Requisitos para designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Há necessidade de formalizar em lei os requisitos básicos para a designação da diretoria de todas as instituições oficiais, para se evitar o preenchimento desses cargos por pessoas incapacitadas ao desempenho das respectivas funções.

Parecer:

A Emenda aditiva proposta pelo ilustre constituinte aprimora o Substitutivo, posto que a Lei do S.F.N. dos requisitos de diretores de instituições oficiais de crédito.

Pela aprovação.

EMENDA:29033 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROSA PRATA (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Modificativa

Art. 256 - A autorização a que se refere o

item I do artigo anterior será concedida sem ônus

à pessoa jurídica cujos dirigentes tenham

capacidade técnica e reputação ilibada, comprovada

capacidade econômica compatível com o

empreendimento, sendo inegociável e

intransferível, permitida a transmissão do

controle da pessoa jurídica titular, na forma da

lei do sistema financeiro nacional.

Justificativa:

A nova redação, utilizando as mesmas palavras do Substitutivo, procura ser mais clara e objetiva.

Parecer:

A proposta não aperfeiçoa o texto do Substitutivo
Pela rejeição.

EMENDA:29062 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO SANTANA (PCB/BA)

Texto:

Emenda destinada a revogar privilégios concedidos a bancos estrangeiros no Projeto.
Emenda supressiva do inciso II do art. 255;
art. 27 e parágrafo único das Disposições Transitórias.
Suprima-se o inciso II do art. 255 do Projeto que introduz e assegura às instituições financeiras, estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização de capital estrangeiro a garantia de permanência no País, remunerando-se os demais incisos.
Suprima-se, por consequência, o art. 27 e seu parágrafo único das Disposições Transitórias.

Justificativa:

A intromissão no texto constitucional de garantias constitucionais aos bancos, estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização de capital estrangeiro constitui um retrocesso lamentável relativamente às constituições anteriores e consagra um neocolonialismo financeiro que em nenhuma outra carta política, nem mesmo na atual outorgada pela Junta Militar, treze dias após o sequestro do embaixador norte-americano e no vértice de uma crise política em que se julgava necessário prestigiar as empresas estrangeiras, nem mesmo aí se julgou cabível conceder privilégio de tal magnitude.

O sonho de reservar para os brasileiros a prerrogativa de aplicar a economia e a poupança de seu próprio povo vem desde 1894 e foi iniciativa de empresários nas constituições de 1934, 1937, 1946 e em 1974, através de conferências do próprio presidente do Sindicato de Bancos do Estado da Guanabara, senhor Teófilo Azevedo Santos, então presidente também do Instituto dos Advogados Brasileiros e publicada no seminário "Politika", de 08.04.74, na qual revelava a injustificável sangria que pesava contra a economia nacional e as irregularidades altamente lesivas resultantes dessa concessão.

Lutaram contra isto brasileiros do quilate de Augusto Montenegro, Alberto Torres, Benedito Leite, Lauro Muller, Sezedello Correia, Augusto Severo, Roberto Simonsen, Abelardo Vergueiro Cesar, José Carlos Macedo Soares, Cardoso de Melo Neto, Cincinato Braga, Alcântara Machado, Alexandre Siciliano, Horácio Lafer, Barbosa Lima Sobrinho, Adroaldo Mesquita da Costa, Agamenon Magalhães, Hermes Lima, Baeta Neves, Café Filho, Caires de Brito e tantos outros, como se vê em Anais de Trabalhos Constituintes.

Não é possível que a visão desses brasileiros incorporados à História seja falsa.

Há contra eles, atualmente, o depoimento de Adroaldo Moura da Silva, diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, publicada no O Estado de São Paulo, porém é a visão de um burocrata. Na justificação da Emenda 1P13871-0, apresentada pelo Senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), pode-se ver a refutação integral.

A audácia dos banqueiros internacionais nesta Constituinte é tão demasiada que não se limitaram a colocar essa "cabeça de ponte" no texto do art. 255.

No art. 27 e seu parágrafo único das disposições Transitórias ainda acrescentaram a proibição a outros bancos estrangeiros de ingressarem no País e tentarem partilhar e comer também e presa que estão deglutindo graças ao impatriotismo de uns e displicência e ignorância de outros.

Armaram uma carteira de bancos internacionais para sugar sozinho a poupança magra do povo brasileiro!

Introduziram uma reserva de mercado para si mesmos!

É evidente que essa imoralidade não pode prosperar e os dispositivos devem ser suprimidos.

Espera-se que a constituinte acolha, ao menos, a emenda que transfere para a lei ordinária, com ressalvas constitucionais, a disciplina de instituições financeiras, estabelecimentos de seguros, previdência e capitalização.

Parecer:

A Emenda propõe a supressão de matérias aprovadas na Comissão Temática e que, a nosso ver, devem ser mantidos no Projeto de constituição.
Pela rejeição.

EMENDA:29066 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DARCY DEITOS (PMDB/PR)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 255

Dê-se, ao Art. 255, no seu item V, esta redação:

"Art. 255 -

I -

II -

III -

IV -

V - a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular, garantir depósitos, aplicações e operações de crédito rural, vedada a exigência de aval e de garantias reais aos pequenos e médios proprietários agrícolas."

Justificativa:

O fundo que se pretende instituir no disposto do item V, do Art. 255, deve atender também a uma função seguradora nas operações de crédito, o que tornará dispensável a exigência de aval ou outras garantias acessórias.

Seria ideal que o instituto sugerido alcance a total abrangência a todas as operações de crédito.

Entretanto, considerando a importância da agricultura e sua alta descapitalização, propomos que a medida proteja os pequenos e médios produtores, os mais atingidos pelas crises econômicas. Com isso também se protege a economia popular onde se vão projetar os efeitos das conjunturas adversas na área produtiva rural.

Parecer:

A exigência de aval e garantias reais nas operações de crédito não deve ser eliminada pelo fato da criação de um fundo de garantia aos aplicadores.

A Emenda não aprimora o Substitutivo.

Pela rejeição.

EMENDA:29127 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO SANTANA (PCB/BA)

Texto:

Emenda Substitutiva

Dispositivos Emendados: Art. 255 e Art. 256 do Projeto de Constituição (Art. 20 do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte).

Emenda Substitutiva destinada assegurar competência do Presidente da República, sem ônus para o Erário, para reservar a empresas financeiras privadas, sob controle nacional, ou a empresas públicas, o recebimento de depósitos ou outra forma de captação de recursos no mercado, bem como o exercício de atividades nos ramos de seguros, previdência e capitalização, quando o interesse público assim o exigir, declarado em lei especial.

Substitua-se a redação dos Artigos 255 e 256 pela seguinte:

Art. 255 - A lei do Sistema Financeiro disporá sobre autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, observados os seguintes

pressupostos:

I - Competirá ao Presidente da República, mediante decreto, uma vez reconhecido, em lei especial, o interesse do país, reservar as empresas privadas sob controle nacional, ou a empresas públicas, o exercício de qualquer das atividades financeiras mencionadas neste Artigo, sem ônus para o erário.

II - As autorizações, renováveis ou não, para funcionamento das empresas do Sistema Financeiro em qualquer caso, serão em caráter temporário.

III - em caso de substituição de empresas privadas por empresas públicas, são assegurados todos os direitos dos empregados e dirigentes executivos e sua permanência. Os imóveis, instalações e equipamentos transferir-se-ão, sem solução de continuidade, à entidade sucessora, mediante indenização, pelo seu justo valor, paga aos proprietários, em títulos da dívida pública, acrescidos de juros de seis por cento ao ano, com cláusula de correção monetária, e por prazo compatível com a capacidade de ressarcimento pela entidade sucessora.

Parágrafo único - a lei do Sistema Financeiro Nacional disporá ainda sobre:

- a) a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, assegurada a participação e fiscalização pelas entidades representativas da indústria, do comércio e dos trabalhadores, mediante eleição interna, nas respectivas diretorias.
- b) a criação de fundo mantido com recursos das instituições financeira privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.
- c) a proibição da usura, com sanções criminais aos infratores.

Art. 256 - A Autorização a que se refere o caput do artigo anterior será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do Sistema Financeiro Nacional, à pessoa jurídica, cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

Suprima-se, em consequência o Art. 27 e seu

Parágrafo único das Disposições Transitórias.

Justificativa:

1 – A presente emenda visa apenas deixar aberto o caminho constitucional para a possibilidade de futura transformação em lei dos projetos destinados a transferir a economia nacional, as atividades bancárias de coletas de depósitos, as de seguros, previdência e capitalização, providências acolhidas no anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, e apresentadas na Subcomissão “C” do Sistema Financeiro pelo deputado Darcy Deitos (PMDB-PR), e aprovado pelo relator Fernando Gasparian (PMDB-SP); porém, rejeitadas na Comissão do Sistema Tributário presidida pelo deputado Francisco Dornelles,

2 – Barbosa Lima Sobrinho, em seu estudo “A Nacionalidade da Pessoa Jurídica” (Belo Horizonte, 1963) registra o debate travado na Câmara dos Deputados, em 1894, para aprovação do projeto do Senador Virgílio Damásio, pela nacionalização das empresas de seguros, para eliminar absurda evasão das divisas em troca de nada. O Projeto recebia o apoio de Augusto Montenegro, Alberto Torres, Benedito Leite, Lauro Muller, Serzedelo Correia e Augusto Severo, parlamentares que, hoje, são nomes de ruas e de instituições, enquanto que os entreguistas da época ficaram sepultados no lixo da História.

3 – O projeto de nacionalização dos bancos de depósitos foi apresentado na Constituição de 1934, pelos parlamentares empresários paulistas Roberto Simonsen, Abelardo Vergueiro Cezar, José Carlos Macedo

Soares, Cardoso de Melo Neto, Cincinato Braga (banqueiro), Mário Gomes, Alcântara Machado e Alexandre Siciliano Jr., entre outros, nomes que perduram na memória nacional.

Em 1946, o debate de nacionalização dos bancos envolveu Barbosa Lima Sobrinho, Adroaldo Costa, Agamenon Magalhães, Hermes Lima, Baeta Neves, Café Filho, Caires de Brito e outros.

Em 1973, o banqueiro Teófilo de Azeredo Santos, então presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara e presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, realizou memorável conferência no Instituto de Pesquisas Econômicas da Associação Comercial (IPEAC), em que denunciava as irregularidades e abusos cometidos pelos bancos contra a economia nacional, conferência transcrita no seminário *Politika*, de 08.04.74, onde condenava o poder político em que resultava do fato de dirigir a aplicação dos depósitos recolhidos no Brasil, segundo os interesses estrangeiros.

A Constituição de 1937 determinava a nacionalização dos bancos de depósito. Em 1974, entre outros, o Peru, Argentina, Venezuela, Índia, Argélia proibiram a captação da poupança nacional por bancos estrangeiros. Posteriormente, a França, México e Portugal ingressaram na lista.

4 – Lamentavelmente, a pressão nesta Constituinte dos vultosos interesses em jogo, não só afastou a possibilidade da nacionalização, como, até mesmo, introduziu no art. 328 do Projeto, inciso II, alínea C, a expressa participação do capital estrangeiro, tendo em vista “critérios de reciprocidade”; o que significa um retrocesso relativamente a todas as Constituições anteriores.

Essa vexatória capitulação na defesa da economia nacional, pelo menos, não deveria ser confessada. Que se calem os constituintes, mas, de modo algum, devem confessar sua ignorância ou impotência. As nações imperialistas podem se dar o direito de estabelecer a reciprocidade. Isto permitirá coletar depósitos da poupança nativa com a vantagem de ingressar num país pobre com o Brasil e abrir possibilidades de exercer um poder político irresistível, enquanto que um banco brasileiro, por exemplo, nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Japão, na Alemanha, não recolhe, em depósitos, senão os valores que são destinados ao pagamento das mercadorias vendidas pelos exportadores do Brasil. Nada mais. A poupança nacional dos países ricos não se arriscaria a deixar, por exemplo, os bancos de Wall Street, para os duvidosos bancos do Terceiro Mundo, em países insolventes como o Brasil.

5 – Infelizmente, esta visão não tiveram a pequena maioria de constituintes da Comissão presidida pelo deputado Francisco Dornelles e nem o diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, senhor Adroaldo Moura da Silva que depôs naquele foro de debates.

Segundo o resumo publicado em “*O Estado de São Paulo*”, de 04 de junho pretérito, “as relações financeiras entre os países baseiam-se na reciprocidade. Por isso, se o Brasil proibir a participação dos bancos estrangeiros em seu mercado, os bancos brasileiros estarão sujeitos a tratamento semelhante em suas operações externas. O que isso representaria em prejuízos só para o Banco do Brasil, pode ser julgado pelo fato de que o Banco do Brasil realiza 58% de seus lucros nas operações externas. O Banco do Brasil tem, em suas 33 agências estrangeiras, US\$ 3,5 bilhões que, somados aos cerca de US\$ 2,2 bilhões captados por outras formas, representam US\$ 5,7 bilhões em depósitos no Exterior. Esse total é maior que o volume dos depósitos captados dentro do Brasil que anda em torno de US\$ 4 bilhões. E mais: é maior também que o total dos depósitos captados no mercado brasileiro por todos os bancos estrangeiros que aqui operam – incluindo-se aqueles em que o capital estrangeiro tem participação parcial – que chegaria aos US\$ 4,8 bilhões”.

Adroaldo acrescenta que ainda há os depósitos coletados pelo BANESPA e por alguns grandes bancos privados e que o Banco do Brasil tem participação acionária em bancos japoneses, europeus, árabes e latino americanos; participação que também estaria ameaçada de retaliação.

Como se vê, o Senhor Adroaldo raciocina como um burocrata cego e como se vivesse fora do Brasil.

Em resumo para ele, os bancos estrangeiros devem permanecer coletando as minguadas poupanças dos brasileiros e comandando a aplicação política desses recursos, porque a diferença entre o que retiram aqui e o que o Banco do Brasil recolhe lá fora é de US\$ 5,7 bilhões de dólares menos US\$ 4,8 bilhões, ou seja, 900 milhões de dólares a favor do Banco do Brasil.

O Senhor Adroaldo e Andréia Calabi não se deram conta de os lucros do Brasil não se encontram no que está visível nesses dados contábeis, mas no corte dos imensos abusos bancários que se cometeram e se cometem transferindo o comando da política financeira e que representam bilhões e bilhões de dólares de prejuízo e o caos que aí está.

6 – RESPOSTAS ÀS OBJEÇÕES DE ADROALDO

a) – o que o Brasil coleta no exterior são, pelo visto, ninharias – pois o que o Senhor Adroaldo deveria revelar não é o volume dos depósitos, mas os custos destes depósitos em agências, pessoal, viagens, contrabandos, o rombo da COBEC e outras operações ruinosas que o silêncio dos gabinetes e a cortina do sigilo escondem do público e são facilitados por agências fantasmas como essas Panamá e dos paraísos fiscais, onde toda a sorte de falcatruas podem ser cometidas e tirar o que sobraria disso. O Brasil necessita é de transparência na gestão dos dinheiros públicos. Os depositantes estrangeiros nos bancos brasileiros, no exterior só fazem operações como vantagens para negócios clandestinos no território nacional e como instrumento da chamada “economia submersa” nas contas numeradas. Nenhum brasileiro deixaria de depositar suas economias no Bradesco, ou na Caixa Econômica, para entregá-las a um banco perdido na Polinésia, com agência no Brasil, do mesmo modo como nenhum nova-iorquino deixará de depositar num banco mundialmente famoso da Wall Street para confiar suas economias a bancos de um país com as aperturas do Brasil. Só existindo outras “compensações” para risco é que as operações aparecem. Isto é claro, como a luz do sol.

b) – O temor a retaliações é fruto de ignorância do vulto de interesses que ligam milhares de empresas de qualquer país do mundo ao Brasil de hoje, onde seus recursos naturais em minérios, inclusive estratégicos, sua produção de manufaturados e sua classe dirigente – ingênua ou corrupta como a da China, nos tempos em que as nações europeias realizavam os famosos “negócios da China” são atrações fascinantes que não admitem picuinhas de fechar o Banco do Brasil por onde podem transitar, e transitam, tantas operações vantajosas; banco que, é sabido de todos, não sofre fiscalização.

c) – Se o Brasil tiver estadistas dotados de competências para um comando político à altura de sua importância internacional e proibir a coleta de depósitos estrangeiros dando cumprimento a uma aspiração nacional que já constava da Constituição de 1934, portanto, com mais de meio século – as consequências serão outras. Para ficarmos na contabilidade do Senhor Adroaldo, grande parte desses depósitos coletados na poupança brasileira pelo CitiBank e em outros e mais US\$ 2.404.800 de dinheiro brasileiro que transitam por esses bancos para empresários externos, passarão para o Banco do Brasil S/A, de modo que não há prejuízos, mas grandes lucros.

d) – Esses, entretanto, não são os lucros maiores que o Brasil auferirá. Se os bancos estrangeiros recolheram da minguada economia de brasileiros, em 1986 – como informa o Senhor Adroaldo Cz\$ 71.620.400,000 e para empréstimos externos Cz\$...35.925.600,000, ou seja, Cz\$ 107.546.000,000 – esses 107 bilhões, segundo o Almanaque Abril/87, correspondem às receitas de 1986, somadas, de três grandes Estados (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná), ou de São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Maranhão e Sergipe. Cabe, pois, aos bancos estrangeiros, coletores dessa receita, decidir soberanamente sobre a aplicação de recursos de vulto idêntico, vale dizer, desfrutar de um poder político muito maior do que os dos governadores desses Estados. Muito maior porque os governadores estão ligados às despesas orçamentárias imperiosas (pagamento do funcionalismo, hospitais, polícia etc...) e os banqueiros têm total liberdade.

Tais recursos de depositantes brasileiros são canalizados segundo os interesses do Citibank, e não segundo o interesse nacional, e os lucros vão para o exterior, de graça. Isto contribui para explicar porque faltam recursos para escolas, hospitais, programas assistenciais e até para as Forças Armadas. A sangria através dos bancos é a mais injusta de todas.

e) – Cada um que se disponha a ler os balanços das multinacionais e os estatutos de sua constituição sabe quais são as regras usuais de sua instalação no Terceiro Mundo. O Capital é próximo do zero, como ocorreu nas empresas instaladas para pesquisar Petróleo, através dos contratos de risco, e ocorre nas mineradoras em geral. Em seguida, a matriz no exterior “empresta” o capital e esse capital contém juros, royalties e o diabo. Assim, os lucros deixam de ser lucros, mas “amortizações” da dívida. As mercadorias como, por exemplo, minérios, são exportadas, com preços aviltados a uma “compradora” fantasma sediada num paraíso fiscal no Caribe. Em alto mar, a “compradora” revende ao destinatário por novos preços. Com isto, sonégam os impostos do Brasil e no país destinatário. Essa intermediação processa-se pelos bancos estrangeiros que operam no Terceiro Mundo. Os depósitos (segundo Adroaldo) para esses “empréstimos” externos somaram US\$ 2.404.800,000 no ano passado. Quando, por azares, é descoberta uma trapaça, como ocorreu com uma empresa exportadora gaúcha, o banco se apressa em cancelar o “crédito” e, aparentemente, perder tudo. Agora, surgiram as atrapalhas do Citibank em São Paulo.

O relatório do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, editado em 1974. “Las Corporaciones Multinacionales en el Desarrollo Mundial”, relata alguns dos expedientes usados por esses bancos em detrimento das economias dos países do Terceiro Mundo. A ação popular intentada por Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, pelo Presidente da OAB e pelo Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros e distribuída à 7ª Vara Federal em Brasília (classe V, nº 091 – AD/85) para anular a dívida externa, descreve vários tipos de operações. O vulto desses negócios leva de roldão as “fiscalizações”. Esse é um poder muito maior que o dos vice-reis das colônias britânicas. Por aí se vê o valor das objeções dos senhores Adroaldo e Calabi.

7 – CONCLUSÃO

I – É falso afirmar que o Brasil sofreria, prejuízos com a nacionalização dos bancos de depósitos.

II – É falso concluir que o Brasil sofreria, seguramente, retaliações.

III – É certo que o Brasil realizaria uma aspiração constitucional de mais de meio século.

IV – É certo que o Brasil eliminaria um poder político externo superior ao dos governadores dos maiores estados brasileiros, poder que subjuga nossa economia, dita a política financeira, impede a auditoria da Dívida Externa e corrompe ou aterroriza todos os altos escalões, poder que não se submeteu ao congelamento do Plano Cruzado, cobra os juros que quer e conserva nosso povo, como um dos mais pobres e famintos do planeta, habitando uma das mais ricas regiões da terra e que, no ano passado, obteve as maiores colheitas de cereais, porém passando por um dos anos mais terríveis de sua existência, precisamente por essa Dívida Externa e pelos juros usurários e suas represálias.

Cabe à Assembleia Nacional Constituinte a responsabilidade histórica de decidir qual o caminho do Brasil: mantê-lo submetido às algemas dos banqueiros internacionais ou o caminho da libertação, num novo Sete de Setembro, real e definitivo.

Estamos numa encruzilhada semelhante à da luta pelo monopólio estatal do petróleo e cada deputado constituinte irá tomar sua posição perante a História.

Teme-se, lamentavelmente, que o controle nacional acionário dos bancos de depósitos não passará nesta Assembleia Nacional Constituinte.

Ao menos, porém, que não se confesse essa fraqueza e transfira-se para adiante, sem fechar constitucionalmente a porta a um ulterior exame da matéria, em conjuntura menos adversa ao interesse nacional.

Parecer:

A Emenda apresentada se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto de Constituição mediante a supressão de artigos prescindíveis.
Pela Aprovação.

EMENDA:29394 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ MARQUES (PFL/CE)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Artigo 255

No substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição adicione-se ao artigo 255, como seu parágrafo 3o., o seguinte:

Art. 255 -

§ 3o. - A União manterá um sistema financeiro de imóveis destinado à aquisição de terrenos e a construção e compra de moradias, em zonas urbanas e rurais, bem como a implantação das respectivas infraestruturas. A lei definirá um percentual dos investimentos deste sistema, numa inferior a quarenta por cento, para atendimento aos municípios de pequeno e médio porte.

Justificativa:

O problema dos sem-terra, nas zonas urbanas e rurais, poderia ser amenizado através de financiamento de imóveis nas cidades e nos campos. A solução do problema dos sem-terra, através da desapropriação, somente de imóveis urbanos e rurais, e altamente onerosa para o Poder Público, tanto no aspecto financeiro, quanto no aspecto social, seja porque o Estado paga toda a conta, sem ter direito a qualquer retorno, seja porque o expropriado tende a produzir resistência social e, muitas vezes, também judicial. A solução do problema dos sem-terra, através de um sistema financeiro de imóveis urbanos e rurais, apresenta para o Poder Público inúmeras vantagens, dentre as quais podemos destacar: a) retorno do dinheiro gasto na solução, já que o imóvel será financiado e não desapropriado; b) desfaz a resistência do expropriado, já que o ato é de compra e venda e não de desapropriação; c) reduz as invasões urbanas e rurais, já que propicia poder aquisitivo para a compra de imóveis aos que não possuíam este poder aquisitivo; d) mantém o direito de desapropriação de áreas recalcitrantes e/ou prioritárias, onde o sistema financeiro irá produzir o efeito desejado, reduzindo-se assim, para apenas estas áreas urbanas e rurais, o ônus financeiro e o desgaste social do governo, advindos das desapropriações. A adoção do sistema sugerido seria uma das formas de realização da pretendida reforma urbana e rural, de forma pacífica.

Parecer:

A Emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto de Constituição pela supressão de artigo e expressões imprescindíveis.
Pela rejeição.

EMENDA:29434 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO VELASCO (PMDB/PA)

Texto:

Altera o artigo 255, IV, do Substitutivo ao Projeto de Constituição do relator da Comissão de Sistematização, de 26-8-87, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 255 -

I -

II -

III -

IV - Requisitos para designação de membros da

diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Há necessidade de formalizar em lei os requisitos básicos para a designação da diretoria de todas as instituições oficiais, para se evitar o preenchimento desses cargos por pessoas incapacitadas para o desempenho dessas funções.

Parecer:

A expressão aditiva proposta pelo ilustre Constituinte aprimora o Substitutivo sob exame. A matéria será tratada obviamente, pela Lei do S.F.N., que disporá sobre a organização de todo o Sistema. Pela aprovação.

EMENDA:29439 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO VELASCO (PMDB/PA)

Texto:

Acrescente-se, ao final do artigo 255, I do Substitutivo ao Projeto de Constituição do relator da Comissão de Sistematização, de 26-8-87, a seguinte expressão:

- assegurado às instituições bancárias o acesso a todos os instrumentos de mercado financeiros.

Nova Redação:

Art. 255 -

.....

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias o acesso a todos os instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

A falta de acesso dos Bancos oficiais aos instrumentos de mercado financeiro, especialmente os Bancos Regionais como o BASA e BNB faz com que os mesmos concorram em desigualdade com os conglomerados dos Bancos privados na captação de recursos, o que resulta uma menor disponibilidade creditícia em apoio à atividade empresarial nas suas regiões de jurisdição.

Por não poderem operar no Mercado aberto, com CDBs, Caderneta de Poupança e outros instrumentos operacionais, recursos do FINAM e FINOR quando liberados por seus agentes em favor de projetos aprovados pela SUDAM e SUDENE, ou recursos de qualquer linha de crédito, quando liberados – inclusive pelo Banco do Brasil, são imediatamente sacados para aplicação nas instituições financeiras privadas em busca de remuneração, resultando com isso o esvaziamento dessas instituições oficiais e a transferência de recursos de regiões pobres para outras mais desenvolvidas onde os conglomerados privados concentram operações e oportunidades de negócios.

Há, portanto, necessidade de se assegurar aos Bancos oficiais as mesmas oportunidades operacionais de modo a reverter uma situação injusta para com essas regiões e suas instituições financeiras de fomento.

Parecer:

A expressão aditiva proposta pelo ilustre Constituinte aprimora o Substitutivo sob exame. A matéria será tratada obviamente, pela Lei do S.F.N., que disporá sobre a organização de todo o Sistema. Pela aprovação.

EMENDA:29530 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BENEDICTO MONTEIRO (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivos Emendados: Art. 255, Inciso IV.

Adita ao inciso IV a seguinte expressão: "E demais instituições financeiras oficiais".

Nova redação: Art. 255.

I -

II -

III -

IV - Requisitos para designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil, e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.

Justificativa:

Há necessidade de formalizar em lei os requisitos básicos para a designação da diretoria de todas as instituições oficiais, para se evitar o preenchimento desses cargos por pessoas incapacitadas para o desempenho dessas funções.

Parecer:

A Emenda aditiva proposta pelo ilustre constituinte aprimora o Substitutivo, posto que a Lei do S.F.N. dos requisitos de diretores de instituições oficiais de crédito. Pela aprovação.

EMENDA:29533 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BENEDICTO MONTEIRO (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivos Emendados: Art. 255, inciso III

Adita ao inciso III a seguinte expressão: E demais instituições financeiras públicas e privadas".

Nova Redação: Art. 255 -

I -

II -

III - A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos.

Parecer:

A expressão aditiva proposta pelo ilustre Constituinte aprimora o Substitutivo sob exame.

A matéria será tratada obviamente, pela Lei do S.F.N., que disporá sobre a organização de todo o Sistema. Pela aprovação.

EMENDA:29534 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BENEDICTO MONTEIRO (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendados: Art. 255, Inciso I

Adita ao Inciso I a seguinte expressão: "assegurado as instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro".

Nova Redação: Art. 255.

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos

estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

Há necessidade de se assegurar aos bancos oficiais o acesso a todos instrumentos de mercado financeiro disponíveis pelos bancos privados, para permitir, especialmente aos bancos regionais como o BASA e o BNB, o pleno desempenho de suas funções. Atualmente esses bancos têm dificuldades de captação de recursos e atendimento do empresariado e produtores dessas regiões menos desenvolvidas por não disporem de acesso a diversos instrumentos do mercado financeiro.

Parecer:

A Emenda aditiva proposta pelo nobre Constituinte contribui para o aprimoramento do Substitutivo. As instituições oficiais de crédito devem ter acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro, de forma a garantir tanto concorrência no setor como a eficiência daquelas instituições. Pela aprovação.

EMENDA:29625 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO VELASCO (PMDB/PA)

Texto:

Acrescente-se, ao final do inciso III do artigo 255, do Substitutivo ao Projeto de Constituição do Relator da Comissão de Sistematização, de 26.08.87, a seguinte expressão:

- e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Nova Redação:

Art. 255 -

.....

I -

II -

III- a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos, pois quando junto às autoridades monetárias buscam autorização para operar com os diversos instrumentos do mercado financeiro, a pretensão é negada sob alegação de que como Bancos de desenvolvimento regional não lhes cabe atuar em concorrência com mas instituições bancárias privadas, mesmo não desconhecendo essas autoridades o efetivo perverso que essa indisponibilidade operacional lhes acarreta e às suas regiões de jurisdição, como a transferência imediata dessas para a rede privada, de recursos do FINAM e FINOR liberados à projetos aprovados pela SUDAN/SUDENE, e de qualquer linha de crédito, em busca de remuneração. De outro modo, quando solicitadas, as autoridades, à alocarem recursos estáveis e compatíveis com a responsabilidade desenvolvimentista que lhes cabe, não é possível atender, justamente pela indefinição de suas competências. Assim, se a lei do Sistema Financeiro Nacional vai dispor sobre organização, funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil, que tal normalização se estenda à todas as instituições financeiras públicas e privadas de modo a não permitir a perpetuidade de omissão que de modo perverso hoje ocorre para com as regiões mais pobres do País e suas instituições financeiras de fomento.

Parecer:

A expressão aditiva proposta pelo ilustre Constituinte aprimora o Substitutivo sob exame. A matéria será tratada obviamente, pela Lei do S.F.N., que disporá sobre a organização de todo o Sistema. Pela aprovação.

EMENDA:29694 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ZARZUR (PMDB/SP)

Texto:

Acrescenta ao capítulo I, Título VIII (Da Ordem Econômica e Financeira), o seguinte dispositivo:

"Art. As taxas de juros reais, nela incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indireta referentes a concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano."

Justificativa:

Poderá supor-se à primeira vista que o treinamento se constitui mais uma intervenção estatal na atividade privada.

Há, entretanto, a considerar vários aspectos da questão.

Primeiramente, não se pode desconhecer que a atividade financeira do Brasil é uma atividade cartorial, desde as emissões de cartas patentes para o funcionamento do estabelecimento de crédito até múltiplas e constantes normas baixadas diariamente pelo Banco Central, não deixando, praticamente, nenhuma margem de que se poderia entender como liberdade empresarial para o empresário financeiro atuar.

Por outro lado, o Banco Central, diariamente, determina as taxas (eufemismo de juros) que devem ser pagas no "over", no "open", nos COBs e as variações das LSBs, além de outras várias modalidades de remuneração de papéis de renda fixa e outras operações financeiras, sem contar a própria fixação da taxa cambial.

Ora, essas ações do Banco Central demonstram o extremo dirigismo da atividade financeira e pode-se até dizer do tácito regime de "concessão" aplicando às instituições financeiras.

Se assim é na lei e na prática, por que o tabu de não se admitir o tabelamento de juros?

Não se tabela juros. Contudo, na prática observa-se que ora se privilegia um determinado setor produtivo, ora outro, o que, em vez de proporcionar um desenvolvimento harmônico da economia, provoca, quase sempre, um descompasso na formação de custos dos demais setores produtivos.

É necessário, portanto, que haja uma uniformidade.

O tabelamento de juros, pelo que se observa diuturnamente pelo pronunciamento de entidades de classe e de empresários é que o tabelamento de juros constitui um imperativo para o funcionamento da empresa, sem o que a saúde empresarial será comprometida.

Dizer-se que os juros estão ligados intimamente ao índice inflacionário, é o óbvio. De igual maneira, sabe-se que só podem cair se diminuir a inflação.

Como lamentavelmente, no Brasil, a inflação é um estado crônico e a lei da usura formou-se como também outra letra morta, impõe-se um preceito constitucional de tabelamento de juros, de forma a serem praticados juros reais (por exemplo, 0,5% ao mês acima da taxa inflacionária) e não alucinante episódio que vimos assistindo da dança frenética de elevação das taxas de juros.

Acreditamos, pois, estar colaborando com uma atividade empresarial como um todo, inclusive com o setor financeiro que se opõe acerbamente ao tabelamento, e, logicamente, com a iniciativa privada.

Daí entendermos que, a par daqueles princípios informadores da atividade econômica, consagrados ao longo dos anos nas diversas Constituições republicanas, tais como "liberdade de iniciativa", "função social da empresa e da propriedade", "fortalecimento da empresa nacional", como consta anteprojeto Afonso Arinos, deve constar, prioritariamente, o tabelamento de juros, com uma das maiores aspirações do empresariado nacional, do micro ao grande empresário indistintamente.

Por motivos bastante conhecidos, só não se observa um movimento para o tabelamento de juros entre as chamadas empresas multinacionais.

Atendendo, pois, os legítimos anseios do empresariado provado nacional, estamos certos da acolhida da presente sugestão pelos eminentes Constituintes.

Parecer:

Embora louváveis os propósitos do autor da emenda, o entendimento mantido na Comissão de Sistematização e de que a matéria é infraconstitucional. Pelo não acolhimento.

EMENDA:29774 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DARCY DEITOS (PMDB/PR)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 255

Dê-se, ao Art. 255, a seguinte redação:

"Art. 255 - O sistema financeiro nacional será estruturado em lei de forma a promover o

desenvolvimento do País e servir à coletividade, e disporá sobre as atividades dos bancos de depósitos que serão privativas de pessoas jurídicas de Direito Público, bem como sobre:..."

Justificativa:

Os bancos privados de depósitos não se submetem às leis de usura, cobra dos juros extorsivos que pressionam as taxas inflacionárias com forte impacto negativo sobre toda a economia do País.

Não se constituem, também, em indutores do desenvolvimento, restringindo-se sua atividade a operações de curso prazo, o que determinou que o Brasil tivesse de buscar no exterior os recursos financeiros necessários a implantação de grandes projetos.

Embora tenha apresentado o setor que mais lucros apurou ao longo das últimas décadas, o sistema financeiro privado não injeta os recursos fabulosos obtidos em prol do desenvolvimento. Enfim, deixa de cumprir a sua função social.

A sua estatização se impõe como medida, até, de legítima defesa da Nação à sanha desenfreada e predatória que o sistema privado promove em benefício de grupelhos geralmente envolvidos em escândalos ou negociatas que acabem sendo cobertas pelo Tesouro Nacional, isto é, pelo próprio povo.

Parecer:

A tese relativa à estatização do S.F.N foi vencida na Comissão Temática, que tratou da matéria. Entendemos que o Sistema Misto, com predominância do Estado no setor, deve ser mantido, como propôs a Comissão Temática.
Pela rejeição.

EMENDA:30079 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO BALESTRA (PDC/GO)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: art. 255

O artigo 255 do Projeto de Constituição

passa ter a seguinte redação:

Art. 255. O sistema Financeiro Nacional será estruturado em lei complementar, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir os interesses da coletividade, que disporá inclusive sobre:

Justificativa:

O tipo de normas mencionados no artigo 255 do Projeto de Constituição aconselha a Lei do Sistema Financeiro Nacional seja de caráter complementar à Constituição, de modo a dar maiores garantias de estabilidade.

Parecer:

A expressão aditiva proposta pelo ilustre Constituinte aprimora o Substitutivo sob exame. A matéria será tratada obviamente, pela Lei do S.F.N., que disporá sobre a organização de todo o Sistema. Pela aprovação.

EMENDA:30213 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALUÍZIO CAMPOS (PMDB/PB)

Texto:

Emenda Modificativa e Supressiva

Suprima-se o art. 256, dando-se ao artigo 255 do Substitutivo do Relator - Título VIII-

Capítulo III - a seguinte redação:

"Art. 255 - O sistema financeiro nacional será estruturado e regulado em lei complementar, incluindo na regulação os seguintes princípios:

I - autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos

estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização;
 II - condições para o investimento ou participação de capital estrangeiro nas instituições referidas no item anterior;
 III - limitação do número de administradores das instituições financeiras e seus impedimentos em decorrência dos respectivos cargos;
 IV - constituição de fundo financeiro e de seguro destinados a proteger a economia popular e garantir a restituição de depósitos aplicados pelas instituições financeiras;
 V - estímulo à aplicação das poupanças em atividades produtivas.

§ 1o. - A formação do capital, a transferência do seu controle e a composição dos órgãos administrativos das instituições financeiras dependerão de prévia autorização do órgão ou entidade responsável pela organização e fiscalização do sistema financeiro.

§ 2o. Os recursos financeiros para a execução de planos, programas e projetos de caráter regional serão depositados em instituições bancárias controladas pela União.

Justificativa:

A emenda visa a dar maior condensação ao texto, simplificando a formulação das disposições do Capítulo III do Título VIII, para também eliminar casuísmos que sempre devem ser evitados nas normas constitucionais, como os constantes das alíneas do item II do art. 255.

Parecer:

A Emenda apresenta sugestões de alta relevância econômica e social que mereceram inclusão parcial no texto do 2. Substitutivo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:30229 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALÚZIO CAMPOS (PMDB/PB)

Texto:

Emenda Modificativo

Dê-se ao artigo 27 das Disposições

Transitórias do Substitutivo do Relator a seguinte redação:

"Art. 27 - Até que sejam fixadas as condições a que se refere o artigo 255, item II, somente poderão ser instaladas no território nacional instituições financeiras com participação de capital estrangeiro mediante garantia de sua permanência no País durante, pelo menos, dez anos".

Justificativa:

Parece-nos ser mais conveniente ao interesse nacional, que as instituições financeiras constituídas com capital estrangeiro, total ou parcial, comprometam-se a uma razoável permanência no País, ao invés de forçá-las a ficar de fora por mera xenofobia.

A existência terá o mérito de identificar as que ingressam com o propósito de contribuir para o desempenho nacional, distinguindo-as das atraídas por eventual movimento da especulação no mercado financeiro.

Parecer:

As condições para o ingresso de capital estrangeiro no setor financeiro deverão ser estabelecidos, a nosso ver, na Lei do S.F.N.

Até que a lei defina as condições, parece-nos conveniente vedar a abertura de novas agências e o aumento da participação daquela capital em instituições com sede no país.

A garantia de permanência do capital estrangeiro no país, como propõe a Emenda, não deve substituir as condições que a própria Lei do S.F.N. deverá estabelecer.

Pela rejeição.

EMENDA:30293 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

EDISON LOBÃO (PFL/MA)

Texto:

EMENDA No.

MODIFICATIVO AO ART. 256:

Art. 256 - Será permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular da autorização a que se refere o item 1o. do artigo anterior, cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

Justificativa:

A nova redação do art. 256 é a reprodução da parte final dos anteriores, art. 255, § 1º e art. 256.

A nova redação do art. 255, § 1º e, com pequeno acréscimo, a repetição do trecho inicial dos anteriores art. 255, § 1º, e art. 256. O acréscimo resulta da conveniência de negociações e transferências dentro do próprio setor financeiro, inclusive com objetivos de fusão, pois atualmente há a tendência para instituições financeiras de fins múltiplos.

Parecer:

A emenda permite a negociação e transferência do controle de instituições financeiras, para permitir sua fusão. Pelo não acolhimento, por se tratar de matéria infraconstitucional.

EMENDA:30294 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURO BENEVIDES (PMDB/CE)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVOS EMENDADOS: Art. 255, Inciso I

Adita ao Inciso I a seguinte expressão:

"assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro."

Nova Redação: Art. 255 -

I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos instrumentos de mercado financeiro.

Justificativa:

A falta de acesso dos Bancos oficiais aos instrumentos de mercado financeiro, especialmente os Bancos Regionais como o BASA e BNB faz com que os mesmos concorram em desigualdade com os conglomerados dos Bancos privados na captação de recursos, o que resulta uma menor disponibilidade creditícia em apoio à atividade empresarial nas suas regiões de jurisdição.

Por não poderem operar no Mercado aberto, com CDBs, Caderneta de Poupança e outros instrumentos operacionais, recursos do FINAM e FINOR quando liberados por seus agentes em favor de projetos aprovados pela SUDAM e SUDENE, ou recursos de qualquer linha de crédito, quando liberados – inclusive pelo Banco do Brasil, são imediatamente sacados para aplicação nas instituições financeiras privadas em busca de remuneração, resultando com isso o esvaziamento dessas instituições oficiais e a transferência de recursos de regiões pobres para outras mais desenvolvidas onde os conglomerados privados concentram operações e oportunidades de negócios.

Há, portanto, necessidade de se assegurar aos Bancos oficiais as mesmas oportunidades operacionais de modo a reverter uma situação injusta para com essas regiões e suas instituições financeiras de fomento.

Parecer:

A Emenda aditiva proposta pelo nobre Constituinte contribui para o aprimoramento do Substitutivo.

As instituições oficiais de crédito devem ter acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro, de forma a garantir tanto concorrência no setor como a eficiência daquelas instituições.
Pela aprovação.

EMENDA:30296 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ TEIXEIRA (PFL/MA)

Texto:

Alterar a redação do:

"Art. 219 - É vedado à União:

I - assumir responsabilidade por depósitos ou aplicações nas instituições financeiras.

II - Avalizar operações de crédito realizadas junto a organismos estrangeiros por Estado, Município ou suas respectivas entidades.

Justificativa:

A dívida externa do poder público brasileiro foi contraída com o aval da União, nas operações feitas por Estados e Municípios. Tal procedimento tem resultado em dificuldades e constrangimentos. A inadimplência dos Estados obriga a União a honrar os compromissos vencidos. As garantias oferecidas, principalmente cota-parte do fundo de participação, na prática tem se mostrado de difícil realização.

A União, na medida em que honra compromissos vencidos e não pagos por seus avaliados, onera a sociedade, como um todo, porque desvia recursos que deveriam ter aplicação específica em atividade de interesse social.

Parecer:

A Emenda pretende, alterar o artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, a fim de lhe acrescentar disposição vedando à União conceder garantia a empréstimos obtidos por Estados e Municípios junto a organismos estrangeiros.

A inclusão, não obstante os elevados propósitos do Nobre Constituinte, não se justifica, mormente quando a proposta aprovada pela maioria dos Parlamentares em fases anteriores prevê a edição de Lei Complementar que deverá regular a concessão de garantias pelos órgãos públicos.

Pela rejeição.

EMENDA:30910 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO DA MATA (PFL/PB)

Texto:

Suprima-se o inciso VI do art. 255 do Projeto de Constituição.

Justificativa:

É matéria que deve ser tratada no âmbito da legislação ordinária. Além do mais não se deve estabelecer critérios restritivos à movimentação de poupanças de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento. O que se deve fazer, porém no âmbito da legislação ordinária, é criar mecanismos de estímulos para o acúmulo de poupanças nas regiões menos desenvolvidas, através de incentivos à modernização e ampliação das atividades econômicas da região.

Parecer:

A Emenda propõe a supressão de dispositivo aprovado na Comissão Temática, devidamente aprimorado no presente Substitutivo.

É do nosso entendimento, portanto, que o dispositivo deve ser mantido no Projeto de Constituição.

Pela rejeição.

EMENDA:31025 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO DA MATA (PFL/PB)

Texto:

Suprima-se o § 2o. do Artigo 255 do Projeto de Constituição (Substitutivo do Relator).

Justificativa:

Esta matéria é própria de legislação ordinária. Não deve constar do texto constitucional. A definição da aplicação dos recursos relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, deverá ocorrer no momento próprio da elaboração do programa ou projeto, conforme suas características e peculiaridades.

Parecer:

Temos a convicção de que a matéria fora tratada convenientemente no texto do Substitutivo. Pela rejeição.

EMENDA:31026 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO DA MATA (PFL/PB)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao Inciso V do artigo 255 do Projeto de Constituição (Substitutivo do Relator):

V - a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Além disso, não há nenhuma razão de justiça obrigar alguém a contribuir para algo do qual não fará uso, como se coloca no caso das instituições financeiras oficiais federais.

Parecer:

Pela aprovação, nos termos do substitutivo.

EMENDA:31027 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO DA MATA (PFL/PB)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao Artigo 219 do Projeto de Constituição (Substitutivo do Relator):

Artigo 219 - A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados naquelas controladas pela União.

Justificativa:

A presente emenda visa compatibilizar a nova redação do artigo 219 com a também nova redação proposta para o inciso V do artigo 255, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras oficiais federais participarem do fundo destinado a proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Destaca-se que não se enquadra em nenhum princípio de justiça a obrigatoriedade de as instituições financeiras oficiais federais contribuírem para um fundo, do qual não farão uso, em decorrência de suas características e natureza.

Parecer:

A Emenda objetiva restringir a vedação contida no artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização aos depósitos e aplicações em instituições financeiras privadas.

A disposição em exame, a nosso ver, versa sobre matéria que estaria melhor definida em norma de caráter infraconstitucional, motivo porque consideramos mais apropriada a sua supressão.

Pela prejudicialidade.

EMENDA:31115 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAULO QUEIRÓZ (PFL/MS)

Texto:

Emenda Supressiva.

Suprima-se o Parágrafo 2o. do artigo 255

Justificativa:

O objetivo do parágrafo citado é beneficiar os bancos regionais oficiais (Basa, Banco do Nordeste, Banco Meridional), através da exclusividade em receber os recursos e operar os programas regionais de desenvolvimento de responsabilidade da União.

A medida irá, porém, prejudicar as Regiões carentes. Exponho as razões:

1º - Cerceará a presença do Banco do Brasil netas regiões, exatamente o Banco Oficial que dispõe de maiores recursos e maior flexibilidade operacional.

2º - Todo programa de desenvolvimento através de empréstimos para investimentos, implica em que haja recursos disponíveis para o apoio suplementar (financiamentos de custeio, de capital de giro), que normalmente são fornecidos pelo mesmo agente que financia o investimento, por isso que eliminar o Banco do Brasil dos Programas Regionais significa alinha-lo também das etapas posteriores de apoio ao sistema produtivo implantado.

3º - A maior parte dos Programas Regionais de responsabilidade da União utiliza recursos externos (PID; BIRD etc). O Banco do Brasil é o Órgão Oficial que melhor se capacita para negociar diretamente com os organismos internacionais a internalização de recursos para programas especiais de desenvolvimento.

Parecer:

A Emenda propõe a supressão do dispositivo aprovado na Comissão Temática e que, a nosso ver, deve constar do Projeto de Constituição.

Pela rejeição.

EMENDA:31116 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAULO QUEIRÓZ (PFL/MS)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se o artigo 256.

Justificativa:

O artigo repete parágrafo do artigo anterior.

Parecer:

A emenda propõe a supressão do art. 256, por ser uma repetição do parágrafo 1o. do art. 255.

Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:31120 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAULO QUEIRÓZ (PFL/MS)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao Parágrafo 2o. do artigo 255.

Artigo 255 -

Parágrafo 2o. - Os recursos financeiros originários do Tesouro Nacional destinados a programas e projetos de caráter regional serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

Justificativa:

Da forma como redigido o parágrafo 2º do artigo 255 acabaria por prejudicar as regiões mais carentes, em lugar de beneficiá-las como se pretende.

Ocorre que muitos programas regionais de desenvolvimento de responsabilidade da União utilizam recursos externos (BID, BIRD, etc) através de empréstimos contratados diretamente com o Banco do Brasil, sem dúvida o agente financeiro oficial melhor estruturado para negociações diretas com Organismos Financeiros Internacionais.

Com a redação original o Banco do Brasil estaria impedido de operar programas regionais com recursos externos. Com a redação sugerida não ocorreria o impedimento.

Parecer:

Os recursos relativos a programas regionais, de responsabilidade da União, deverão ser, em nosso entendimento, depositados nas instituições regionais oficiais de crédito, conforme proposto no Substitutivo sobre exame.

A Emenda proposta não contribui para o aperfeiçoamento do texto proposto.
Pela rejeição.

EMENDA:31175 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

Suprima-se o art. 219.

Justificativa:

Se, a teor do art. 217, item V, haverá uma fiscalização das instituições financeiras não há como responsabilizar-se a União quando ela deixar de exercer, com exação, essa atribuição. Não se concebe que haja uma fiscalização e as instituições financeiras, assim mesmo, continuem a operar com gritantes falhas em sua estrutura financeira e posteriormente venham a causar enormes prejuízos a seus clientes. Inúmeros são os casos, ainda recentes de omissão ou cumplicidade do Banco Central em crimes de colarinho branco.

Parecer:

A Emenda propõe a supressão do artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização. A proposta contribui, efetivamente, para o aprimoramento do Projeto em estudo.
Pela aprovação.

EMENDA:31226 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 219.

O artigo 219 do PROJETO DE CONSTITUIÇÃO, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 219 - A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras, exceto nas oficiais.

Justificativa:

É louvável que a União venha a ser responsabilizada pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras. Entretanto, não se pode conceber a extensão dessa não responsabilidade às instituições financeiras oficiais, pois essas são mantidas pelo próprio poder público, que deve zelar pela fiel administração dos recursos que forem canalizados a essas instituições oficiais e como tal deve ser responsabilizado por quaisquer irregularidades que venham ocorrer.

Eliminar a responsabilidade da União em relação as entidades financeiras oficiais é propiciar descrédito das próprias instituições mantidas pelo poder público, mormente, porque essas organizações estão diretamente atreladas às diretrizes e política do governo.

Parecer:

A Emenda objetiva restringir a vedação contida no artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização aos depósitos e aplicações em instituições financeiras privadas.
A disposição em exame, a nosso ver, versa sobre matéria que estaria melhor definida em norma de caráter

infraconstitucional, motivo porque consideramos mais apropriada a sua supressão.
Pela prejudicialidade.

EMENDA:31234 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 255, inciso I

O inciso I do Art. 255, do Projeto de

Constituição passa a ter a seguinte redação:

Art. 255 -

I - A autorização para o funcionamento das instituições, financeiras inclusive cooperativas de crédito bem como, dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização.

Justificativa:

É indispensável incluir as cooperativas de crédito no sistema financeiro nacional, tendo em vista suas peculiaridades.

Parecer:

A autorização a que se refere a presente Emenda está considerada no art. 255 e no art. 29 das Disposições Transitórias do Substitutivo.
Pela prejudicialidade.

EMENDA:31600 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS CHIARELLI (PFL/RS)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo emendado: art. 255

Suprima-se o § 1o. do art. 255.

"Fica suprimido o § 1o. do art. 255"

Justificativa:

Nosso objetivo com a presente emenda supressiva é, além da supressão propriamente dita, chamar a atenção dos Constituintes para a necessidade de uma reformulação nos critérios vigentes, relativamente à expedição de cartas-patentes, ou autorizações para instalações de agências bancárias ou de criação de estabelecimentos financeiros.

Com efeito, em nosso modo de entender, deve ser posto à política que privilegia grupos econômicos de grande porte, em detrimento de iniciativas menores e que poderiam florescer e contribuir grandemente para desenvolvimento de nosso sistema financeiro.

Pensamos que a política mais acertada seria a existência de pequenos bancos e em grande quantidade, a exemplo do que existe em muitos países, onde os bancos são locais, como quaisquer outras empresas.

Urge, pois, que se ponha termo ao atual sistema de autorização para funcionamento de estabelecimento financeiro, altamente elitista e prejudicial aos interesses das comunidades interiores, de onde os grandes bancos retiram seus lucros e os carreiam para suas cidades de origem.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a supressão de matéria que, a nosso ver, possui alta relevância econômica e merece ser mantida no texto constitucional.
Pela rejeição.

EMENDA:31607 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS CHIARELLI (PFL/RS)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Art. 256.

Suprima-se o art. 256.

"Fica suprimido o art. 256".

Justificativa:

As disposições do art. 256, mutatis mutandis, são iguais às constantes do § 1º do art. 255.

Nosso pensamento é de que se deveria abolir completo o sistema vigente de expedição de autorizações para funcionamento de estabelecimentos financeiros, deixando-se que os cidadãos se habilitem segundo suas próprias vocações, a fim de que possamos dispor em futuro próximo de bancos locais, como forma de contribuir para o desenvolvimento das comunidades.

O sistema vigente premiou grandemente os grandes grupos financeiros, nacionais ou estrangeiros, em detrimento de iniciativas menores, pois o ideal seria que tivéssemos pequenos e médios bancos, organizados com capitais locais e funcionamento com empresas comunitárias.

Parecer:

A emenda propõe a supressão do art. 256, por ser uma repetição do parágrafo 1o. do art. 255. Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:31732 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ARNALDO MORAES (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

O inciso I do art. 255 do Substitutivo passa a ter a seguinte redação:

"Art. 255.

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições financeiras oficiais acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro":

Justificativa:

A falta de acesso dos Bancos oficiais aos instrumentos de mercado financeiro, especialmente os Bancos Regionais (como o BASA e BNB) e os Bancos Estaduais, faz com que os mesmos concorram em desigualdade com os conglomerados dos Bancos privados na captação de recursos, o que resulta uma menor disponibilidade creditícia em apoio à atividade empresarial nas suas áreas de jurisdição.

Por não poderem operar no mercado aberto, com CDBs, RDB's, Cadernetas de Poupança e outros instrumentos operacionais, o BASA, o BNB e os Bancos estaduais assistem os clientes sacarem integralmente, logo após depositados, todos recursos que lhe concedidos, aplicando-os na instituição financeiras privadas em busca de remuneração, resultando, com isso o esvaziamento dessas instituições oficiais e a transferência de recursos de regiões pobres para outras mais desenvolvidas onde os conglomerados privados concentram operações e oportunidades de negócios.

Além disso, é uma tremenda injustiça proibir aos Bancos oficiais de trabalharem com os diversos tipos de operações do mercado financeiro, para favorecer o interesse de Bancos privados que só visam lucros astronômicos, sem qualquer objetivo de desenvolvimento econômico do país.

Há, portanto, necessidade de se assegurar aos Bancos oficiais as mesmas oportunidades operacionais de que desfrutam as instituições financeiras particulares, de modo a reverter essa situação profundamente injusta.

Parecer:

A Emenda aditiva proposta pelo nobre Constituinte contribui para o aprimoramento do Substitutivo. As instituições oficiais de crédito devem ter acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro, de forma a garantir tanto concorrência no setor como a eficiência daquelas instituições. Pela aprovação.

EMENDA:31734 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ARNALDO MORAES (PMDB/PA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

O inciso IV do art. 255 do Substitutivo passa a ter a seguinte redação:

"Art. 255.

I -

II -

III -

IV - requisitos para a designação de membros do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras oficiais, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo".

Justificativa:

Assim como o Banco Central do Brasil, os demais bancos oficiais precisam ter definidos em lei os requisitos para a designação de sua Diretoria. A emenda visa, somente, incluir as instituições financeiras oficiais para essa definição.

Parecer:

A Emenda aditiva proposta pelo ilustre constituinte aprimora o Substitutivo, posto que a Lei do S.F.N. dos requisitos de diretores de instituições oficiais de crédito. Pela aprovação.

EMENDA:31795 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS CHIARELLI (PFL/RS)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA.

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 255, Inciso I.

Substitua-se o inciso I do art. 255 pelo seguinte:

"I - o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização".

Justificativa:

Busca-se suprimir a palavra "autorização" porque nos parece oportuna esta hora para que seja reformulada a política de concessão das chamadas cartas-patentes para instalação de estabelecimentos financeiros. Acreditamos que chegou a hora de os bancos serem organizados como qualquer outro estabelecimento comercial, ressalvados os cuidados próprios do ramo.

Parecer:

Entendemos que as instituições financeiras, bem como os estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização não podem ser organizados como qualquer outro estabelecimento comercial, devido às suas peculiaridades.

Consequentemente, deve o termo "autorização" permanecer.

Pela rejeição.

EMENDA:31858 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

Texto:

Dê-se ao artigo 255 do Projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização, a seguinte redação:
Art. 255 - O Sistema Financeiro Nacional será estruturado em lei complementar de forma a

promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses coletividade, que disporá, da inclusive, sobre.

Justificativa:

A estruturação do Sistema Financeiro Nacional é matéria de relevância fundamental, que não pode ser deixada ao sabor de maiorias ocasionais. Sua definição em lei complementar preservará o interesse nacional em disciplina ótima.

Parecer:

A estruturação do S.F.N através da Lei Complementar assegurará as adaptações de longo prazo que o próprio mercado venha a indicar.
Pela aprovação.

EMENDA:31872 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

Texto:

Dê-se ao item V do Art. 255 do Projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

"V - criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos até determinado valor e de natureza que a lei expressamente definirá, vedada a participação de recursos da União."

Justificativa:

A definição das fontes de custeio do seguro ou fundo não deve ser prevista na Constituição. O mercado é muito dinâmico de modo que tal definição introduziria uma rigidez desnecessária e que poderia se tornar inconsistente com a cambiante realidade do mercado financeiro.

Parecer:

A Emenda propõe a supressão do artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização. A proposta contribui, efetivamente, para o aprimoramento do Projeto em estudo.
Pela aprovação.

EMENDA:32074 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAES LANDIM (PFL/PI)

Texto:

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO
RELATOR DA COMISSÃO DE
SISTEMATIZAÇÃO
SUPRIMA-SE OS §§ 1o. e 2o. DO ARTIGO 255.

Justificativa:

O § 1º deve ser suprimido do Artigo 255 por corresponder exatamente ao disposto no "caput" do Artigo 256. O § 2º, por sua vez, estabelece individualmente na Constituição uma norma própria da ação do governo – isto é, decidir através de que instituições oficiais financeiras movimentar parte dos recursos federais. Ora, se a União já dispõe de instituições de crédito especializadas, como BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil, como sua rede de agentes regionais, cabe ao Executivo decidir como e através de que órgãos financeiros executar a política econômica no tocante a programas e projetos de caráter regional.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a supressão de matéria que, a nosso ver, possui alta relevância econômica e merece ser mantida no texto constitucional.
Pela rejeição.

EMENDA:32203 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

Texto:

Emenda Substitutiva ao Capítulo III do Título VIII) Do Sistema Financeiro Nacional
SUBSTITUA-SE O Texto Constante do Capítulo III do Título VIII do Projeto de Constituição do Relator Constituinte Bernardo Cabral, Pela seguinte Redação:

Título VIII

Capítulo III

Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 200 - O sistema financeiro nacional será estruturado em lei, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, que disporá, inclusive, sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização;

II - condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, tendo em vista, especialmente:

- a) os interesses nacionais;
- b) os acordos internacionais;
- c) critérios de reciprocidade;

III - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central;

IV - requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;

V - a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor;

VI - critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior a média nacional para outras de maior desenvolvimento.

§ 1º. A autorização a que se refere o item será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, à pessoa jurídica, cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento:

§ 2º. - Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de créditos e por elas aplicados.

Art. 201 - a autorização a que se refere o item I do artigo anterior será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus na forma da lei do sistema financeiro nacional, à pessoa jurídica, cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

Justificativa:

Neste trabalho, respeitamos as qualidades inovadoras trazidas pela forma espontânea e democrática como surgiram os dispositivos contidos no Projeto. Tal como um diamante em bruto, para que elas se revelassem em toda a sua força, o texto precisava ser lapidado, retirando-se-lhe a massa informe das minúcias casuísticas, e, muitas vezes, as imperfeições surgidas pela fusão às vezes emotiva de matéria-prima ideológica. No contexto da emenda que apresentamos quase nada acrescentamos ao já existente: procuramos apenas desbastar a pedra opaca para descobrir-lhe o brilho.

A presente emenda atende a ponderações sinceras do Senhor Relator. Dá ao texto da Constituição uma nova consistência: na redação, busca uma maior síntese, relegando as normas programáticas e reguladoras às leis complementares ou ordinárias; no mérito, procura o fio filosófico nas raízes tradicionais da nossa Sociedade – a liberdade da pessoa, a democracia, a representação do povo pela tripartição dos poderes, e uma Ordem Econômica onde o Social e o Econômico se harmonizam para a construção de um grande país. Acreditamos que na vigência desta Nova Constituição, da integração entre o Trabalho e o Capital surgirá um renovado surto de progresso e veremos a população brasileira, progressivamente, ascender a níveis de vida mais elevados.

Parecer:

A presente Emenda é, na verdade, cópia fiel do texto (art. 255 e 256) do Substitutivo. Assim, opinamos pela prejudicialidade da proposta. Pela prejudicialidade.

EMENDA:32515 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

Emenda Substitutiva

Emende-se o art. 219, dando-se-lhe a redação seguinte:

"Art. 219 - A União é corresponsável por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, na forma do que dispuser a lei."

Justificativa:

A União, através de suas entidades competentes, expede autorização para o funcionamento das instituições financeiras. Coordena, fiscaliza e supervisiona as atividades pertinentes, e, desse modo, é corresponsável por depósitos e aplicações, com as salvaguardas que lhe permitam as medidas regressivas contra a entidade inadimplente e sem embargo do fundo de proteção à economia popular, a que se refere o art. 255, inciso V.

Parecer:

A Emenda objetiva restringir a vedação contida no artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização aos depósitos e aplicações em instituições financeiras privadas. A disposição em exame, a nosso ver, versa sobre matéria que estaria melhor definida em norma de caráter infraconstitucional, motivo porque consideramos mais apropriada a sua supressão. Pela prejudicialidade.

EMENDA:32539 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALBÉRICO CORDEIRO (PFL/AL)

Texto:

Modificar o artigo 219, conforme redação seguinte:

Artigo 219. A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras, salvo os depósitos oriundos da poupança popular, nos termos da lei.

Justificativa:

A emenda objetiva preservar o atual sistema que tão bons resultados têm alcançado na captação da poupança popular.

Parecer:

A Emenda objetiva restringir a vedação contida no artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização aos depósitos e aplicações em instituições financeiras privadas. A disposição em exame, a nosso ver, versa sobre matéria que estaria melhor definida em norma de caráter

infraconstitucional, motivo porque consideramos mais apropriada a sua supressão. Pela prejudicialidade.

EMENDA:32578 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

Texto:

TÍTULO VIII

CAPÍTULO III

Dê-se ao Capítulo III do Título VIII a seguinte redação:

Art. 255. O sistema financeiro nacional será estruturado em lei, de forma a promover do desenvolvimento equilibrado do País e a servir ao interesse da coletividade, que disporá, inclusive, sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização;

II - condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, tendo em vista, especialmente:

- a) os interesses nacionais;
- b) os acordos internacionais;
- c) critérios de reciprocidade;

III - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central;

IV - requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco central, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;

V - a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras, com objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor;

VI - critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento.

§ 1º. A autorização a que se refere o item I será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle de pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, à pessoa jurídica, cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

§ 2º. Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

Justificativa:

É inegável o esforço do Relator para elaborar um texto ajustado às aspirações nacionais.

A Emenda apresentada corresponde a uma revisão de sua proposta, após longa discussão com parlamentares diversos, com pessoas e entidades representativas da comunidade brasileira, com técnicos em legislação e com especialista no assunto.

Parecer:

A Emenda apresenta sugestões de alta relevância econômica e social que mereceram inclusão parcial no texto do 2º. Substitutivo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:32925 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ARNALDO MORAES (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Modificativa

O Inciso III do Art. 255 do Substitutivo do

Relator passa a ter a seguinte redação:

"Art. 255 -

I -

II -

III - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas."

Justificativa:

A falta de definição, em lei, da organização, funcionamento e atribuições das instituições financeiras, possibilitou que até o momento o Manual de Normas e Instruções do Banco Central mantenha em branco o espaço reservado à definição sobre o BASA e o BNB, o que tem acarretado transtorno à atuação dos mesmos, pois quando junto às autoridades monetárias buscam autorização para operar com os diversos instrumentos do mercado financeiro, a pretensão é negada sob alegação de que como Bancos de desenvolvimento regional não lhes cabe atuar em concorrência com mas instituições bancárias privadas, mesmo não desconhecendo essas autoridades o efetivo perverso que essa indisponibilidade operacional lhes acarreta e às suas regiões de jurisdição, como a transferência imediata dessas para a rede privada, de recursos do FINAM e FINOR liberados à projetos aprovados pela SUDAN/SUDENE, e de qualquer linha de crédito, em busca de remuneração. De outro modo, quando solicitadas, as autoridades, à alocarem recursos estáveis e compatíveis com a responsabilidade desenvolvimentista que lhes cabe, não é possível atender, justamente pela indefinição de suas competências. Assim, se a lei do Sistema Financeiro Nacional vai dispor sobre organização, funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil, que tal normalização se estenda à todas as instituições financeiras públicas e privadas de modo a não permitir a perpetuidade de omissão que de modo perverso hoje ocorre para com as regiões mais pobres do País e suas instituições financeiras.

Parecer:

Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:33002 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ SALOMÃO (PDT/RJ)

Texto:

Dê-se ao § 1o. do Art. 255 a seguinte redação:

Art. 255 -

§ 1o. - As disponibilidades de caixa da União e de todas as entidades sob seu controle ou a ela vinculadas, bem como as dos fundos de pensão de seus empregados e dos servidores públicos, serão depositadas em instituições financeiras sob o controle do Poder Público.

Justificativa:

O texto do § 1º do Art. 255 do Substitutivo decorre do empastelamento do texto, pois está repetido no art. caput 256.

O teor do § 2º do caput art. 255 nos faz concluir que no § 1º do citado artigo deveria contar dispositivo semelhante ao proposto nessa emenda, o qual havia sido acolhido pela Subcomissão do Sistema Financeiro (V.c) (vide Art. 10 do Projeto da Subcomissão).

Parecer:

O dispositivo a que se refere a Emenda é o artigo 218 e, não o 255. De qualquer forma, preferimos manter a redação dada pelo Substitutivo.

EMENDA:33061 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ENOC VIEIRA (PFL/MA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dê-se a seguinte redação ao art. 219 do projeto de Constituição (Substitutivo do Relator):

Art. 219 - A União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados naquelas por ela controladas.

Justificativa:

A presente emenda visa compatibilizar a nova redação do artigo 219 com a também nova redação proposta para o inciso V do artigo 255, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras oficiais federais participarem do fundo destinado a proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor. Destaca-se que não se enquadra em nenhum princípio de justiça a obrigatoriedade de as instituições financeiras oficiais federais contribuírem para um fundo, do qual não farão uso, em decorrência de suas características e natureza.

Parecer:

A Emenda objetiva restringir a vedação contida no artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização aos depósitos e aplicações em instituições financeiras privadas. A disposição em exame, a nosso ver, versa sobre matéria que estaria melhor definida em norma de caráter infraconstitucional, motivo porque consideramos mais apropriada a sua supressão. Pela prejudicialidade.

EMENDA:33064 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOAQUIM SUCENA (PMDB/MT)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do art. 255 do projeto de Constituição (Substitutivo do Relator):

V - a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda dispõe-se que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, menos ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo. Além disso, não há nenhuma razão de justiça obrigar alguém a contribuir para algo do qual não fará uso, como se coloca no caso das instituições financeiras oficiais federais.

Parecer:

A Emenda apresentada se estende, a nosso ver, desnecessariamente em detalhes que deveriam ser especificados pela legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:33143 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 255

Inclua-se o Inciso VI ao Art. 255,

renumerando-se os demais incisos:

VI - A União não se responsabilizará por depósitos e aplicações nas instituições financeiras, salvo se realizados nas instituições controladas pela própria União.

Justificativa:

A proposta visa a compatibilizar com a nova redação sugerida para o inciso V, do artigo 255, que exclui a obrigatoriedade das instituições financeiras federais oficiais participarem do fundo para proteção da economia popular e garantia de depósitos e aplicações até determinado valor.

Parecer:

A Emenda apresentada trata de matéria pertinente à legislação ordinária. A despeito de sua relevância social, opinamos pela rejeição da proposta, nos termos do 2. Substitutivo.

EMENDA:33145 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Inciso V do Art. 255.

Dê-se a seguinte redação ao Inciso V do

Artigo 255.

V - A criação de fundo mantido com recursos das instituições financeira privadas, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

Justificativa:

Com esta emenda fica claro que a União não deve continuar assumindo a responsabilidade pelo ativo e passivo de instituição bancária ou financeira privada insolvente e, mesmo ainda, pelos danos ou prejuízos que aquelas causem a terceiros.

Ademais, as instituições financeiras federais oficiais são garantidas pelo Governo Federal, não cabendo, portanto, sua participação no referido fundo.

Parecer:

A Emenda apresentada se estende, a nosso ver, desnecessariamente em detalhes que deveriam ser especificados pela legislação ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:33147 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva e Supressiva

Dispositivo Emendado: Art. 255 e 256.

Acrescentem-se ao art. 255 os § 1o. e 2o.,

renumerando-se o atual § 2o. e suprimam-se os

Incisos II, § 1o., do Art. 255 e art. 256:

§ 1o. - As instituições financeiras, exceto as cooperativas de crédito, serão constituídas exclusivamente sob a forma de Sociedade Anônima,

devendo 51% (cinquenta e um por cento) de suas ações com direito a voto serem controladas pelo Estado.

§ 2o. - Lei do Sistema Financeiro Nacional

disporá, inclusive, sobre a nacionalização e estatização gradual do Sistema Financeiro.

Justificativa:

O Sistema Financeiro Nacional tem hoje uma participação de 14% (catorze por cento) no produto interno bruto, superior àquela do setor agrícola na economia nacional.

O crescimento dessa participação, ocorrido nos últimos 15 anos – de 7% para 14% - decorreu da adoção, pelos últimos governos, de políticas de concentração de rendas e de favorecimento ao capital financeiro, em detrimento das atividades produtivas.

Uma característica do setor financeiro é o oligopólio. Os 5 grandes conglomerados financeiros que cresceram à sombra do favorecimento de estímulo e proteção das autoridades econômicas do autoritarismo detêm mais de 70% dos depósitos e recursos do sistema financeiro no Brasil, numa clara violação ao preceito constitucional que proíbe os monopólios e oligopólios privados.

Sucessivas fusões, incorporações e liquidações extrajudiciais puseram fim aos pequenos bancos e aos bancos regionais.

Os conglomerados passaram a funcionar como drenos das poupanças das regiões mais pobres para aplicações nas regiões mais ricas, contribuindo para o desnível e desequilíbrio regional.

Para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, para o crescimento da produção agrícola, industrial dos serviços, o crédito tem que estar nas mãos do Estado e não de 7 famílias privilegiadas. Até porque a atividade financeira é capitalismo sem risco, que só existe para poupadores e investidores. Os escândalos do mercado financeiro ocorridos nos últimos anos comprovam a tese – só perdem os investidores.

O Banco Central cobre os rombos com dinheiro dos contribuintes e os criminosos do colarinho branco terminam as intervenções como credores da União.

Colocar o sistema financeiro sob o controle do Estado (que terá 51% das ações) e da sociedade, é questão essencial para o Brasil desenvolver suas potencialidades econômicas e criar as condições de progresso e bem-estar social.

Os atuais controladores destas instituições poderão continuar participando das mesmas, na qualidade e com direitos de acionistas minoritários.

A nacionalização dos bancos estrangeiros, cujo controle acionário passará para a União, é fundamental para evitar fraudes cambiais, remessas clandestinas de divisas e operações ao interesse nacional.

A constituinte tem o dever de enfrentar com independência a questão do sistema financeiro para evitar que o Brasil continue sendo, na definição do historiador Gustavo Barroso “uma colônia de banqueiros” e que os brasileiros sejam divididos em duas categorias: os banqueiros sejam divididos em duas categorias: os banqueiros e os outros – como afirmou o empresário Antônio Ermírio de Moraes.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a estatização do sistema financeiro nacional.

Acreditamos ser desnecessária a expansão do Estado em um setor econômico que, além de ser relativamente competitivo, já é amplamente dominado pelas instituições nacionais.

Pela rejeição.

EMENDA:33633 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSWALDO LIMA FILHO (PMDB/PE)

Texto:

Emenda Substitutiva ao Substitutivo do Relator.

Título VIII da Ordem Econômica -

Capítulo III - Do sistema Financeiro -

Substitua-se o item II do art. 255 pelo seguinte:

II - A lei estabelecerá condições para o funcionamento de uma única agência no País de bancos, pertencentes a pessoa jurídica titular de capital estrangeiro, obedecido o critério de reciprocidade.

Justificativa:

É impossível exercer qualquer política tributária, ou cambial de defesa dos interesses nacionais, enquanto for permitida a multiplicidade de agências bancárias estrangeiras, abrindo sob o manto do sigilo bancário negócios ilegais e nocivos à economia do País.

A Constituinte não pode admitir, que o Brasil se converta num covil de traficantes a remeter para o exterior grande parcela do resultado da nossa atividade econômica à moda de Hong Kong ou Singapura.

Parecer:

A Emenda apresentada se estende, a nosso ver, desnecessariamente em detalhes que deveriam ser especificados pela legislação ordinária.
Pela rejeição.

EMENDA:34002 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ RICHA (PMDB/PR)

Texto:

De acordo com o disposto no § 2o do artigo 23 do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, dê-se ao Título VIII a seguinte redação, procedendo-se às alterações que se fizerem necessárias, no Substitutivo do Relator.

TÍTULO VIII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

[...]

Capítulo III

Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 255 - O sistema financeiro nacional será estruturado em lei, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, que disporá, inclusive, sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização;

II - condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, tendo em vista, especialmente:

- a) os interesses nacionais;
- b) os acordos internacionais;
- c) critérios de reciprocidade;

III - a organização, o funcionamento e as atribuições do banco central;

IV - requisitos para a designação de membros da diretoria do banco central, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;

V - a criação de fundo, mantido com recursos das instituições financeiras, com o objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

VI - critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento.

§ 1o. - A autorização a que se refere o item I será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, à pessoa jurídica, cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada, a que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

§ 2o. - Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositadas em suas instituições regionais de créditos e por elas aplicados.

Justificativa:

As alterações e a redação ora propostas, de dispositivos correlatos, contemplam os aspectos de mérito do tema, as aspirações sociais do povo brasileiro, a representatividade constituinte de seus signatários e a sistematização adequada a técnica legislativa nos termos dos debates e acordos efetuados, tendo em vista o Substitutivo do ilustre Relator.

Parecer:

Os objetivos da Emenda estão contemplados no Substitutivo, embora a redação como está proposta, não seja incluída na sua integridade.

Pela aprovação parcial nos termos do Substitutivo.

EMENDA:34159 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SERRA (PMDB/SP)

Texto:

Emenda ao Substitutivo do
Relator da Comissão de Sistematização
Suprima-se os §§ 1o. e 2o. do Artigo 255.

Justificativa:

O § 1º deve ser suprimido do Artigo 255 por corresponder exatamente ao disposto no “caput” do Artigo 256.

O § 2º, por sua vez, estabelece individualmente na Constituição uma norma própria da ação do governo – isto é, decidir através de que instituições oficiais financeiras movimentar parte dos recursos federais. Ora, se a União já dispõe de instituições de crédito especializadas, como BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil, como sua rede de agentes regionais, cabe ao Executivo decidir como e através de que órgãos financeiros executar a política econômica no tocante a programas e projetos de caráter regional.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a supressão de matéria que, a nosso ver, possui alta relevância econômica e merece ser mantida no texto constitucional.

Pela rejeição.

EMENDA:34486 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ LINS (PFL/CE)

Texto:

Título VIII
Capítulo III
Dê-se ao Capítulo III do Título VIII a seguinte redação:
Art. 255 - O sistema financeiro nacional será estruturado em lei, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir ao interesse da coletividade, que disporá, inclusive, sobre:
I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e de capitalização;
II - condições para a participação de capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item anterior, tendo em vista, especialmente:
a) os interesses nacionais;
b) os acordos internacionais;
c) critérios de reciprocidade;
III - a organização, o funcionamento e as atribuições do banco central;
IV - requisitos para a designação de membros da diretoria do banco central, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;
V - a criação de fundo, mantido com recursos

das instituições financeiras, com objetivo de proteger a economia popular e garantir depósitos e aplicações até determinado valor.

§ 1o. - A autorização a que se refere o item I será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica, cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

§ 2. - Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

Justificativa:

É inegável o esforço do Relator para elaborar um texto ajustado às aspirações nacionais.

A Emenda apresentada corresponde a uma revisão de sua proposta, após longa discussão com parlamentares diversos, com pessoas e entidades representativas da comunidade brasileira, com técnicos em legislação e com especialista no assunto.

Parecer:

A Emenda apresenta sugestões de alta relevância econômica e social que mereceram inclusão parcial no texto do 2. Substitutivo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:34760 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADOLFO OLIVEIRA (PL/RJ)

Texto:

Acrescente-se ao art. 219. "in fine", a expressão: "privadas".

Justificativa:

É imprescindível que, pelo menos, os depósitos e aplicações em instituições oficiais, sejam garantidos pela União.

Parecer:

A Emenda objetiva restringir a vedação contida no artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização aos depósitos e aplicações em instituições financeiras privadas.

A disposição em exame, a nosso ver, versa sobre matéria que estaria melhor definida em norma de caráter infraconstitucional, motivo porque consideramos mais apropriada a sua supressão.

Pela prejudicialidade.

EMENDA:34761 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADOLFO OLIVEIRA (PL/RJ)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA AO SUBSTITUTIVO DO RELATOR

Suprima-se o art. 219, remetendo seu conteúdo para o art. 255 como § 3o.

Justificativa:

Trata-se de reunir matérias afins, com a vantagem de eliminar-se um artigo do projeto.

Parecer:

A Emenda propõe a supressão do artigo 219 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

A proposta não contribui, efetivamente, para o aprimoramento do Projeto em estudo.

Pela rejeição.

EMENDA:34786 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADOLFO OLIVEIRA (PL/RJ)

Texto:

Dê-se ao art. 255 a seguinte redação:

"Art. 255 O sistema financeiro nacional será estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, através de lei, que disporá sobre:"

Justificativa:

Redação aprimorada.

Parecer:

A emenda não aperfeiçoa o texto do Projeto.
Pela rejeição.

EMENDA:34787 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADOLFO OLIVEIRA (PL/RJ)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO
(SUBSTITUTIVO DO RELATOR)

Suprima-se o art. 256.

Justificativa:

O conteúdo do art. 256 já se acha contemplado no § 1º do art. 255.

Parecer:

A emenda propõe a supressão do art. 256, por ser uma repetição do parágrafo 1o. do art. 255.
Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:34945 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB/SP)

Texto:

Dê-se ao § 1o. do art. 255 a seguinte redação:

"§ 1o. - A autorização a que se refere o item I será inegociável e intransferível, permitida apenas a transmissão do controle da pessoa jurídica titular. Será concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica de comprovada capacidade econômica para o empreendimento, cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada."

Justificativa:

A presente emenda, sem ferir o mérito do dispositivo mencionado, apenas procura imprimir-lhe redação que nos parece mais aprimorada.

Parecer:

A Emenda apresentada não se coaduna com o atual propósito de simplificar a redação do Projeto Constituição mediante a supressão de artigos e expressões prescindíveis.
Pela rejeição.

EMENDA:34946 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 256, renumerando-se os artigos seguintes.

Justificativa:

O dispositivo cuja supressão é proposta constitui mera repetição do que se contém no § 1º do artigo 255.

Parecer:

A emenda propõe a supressão do art. 256, por ser uma repetição do parágrafo 1o. do art. 255. Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

EMENDA:35006 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB/SP)

Texto:

Art. 255

Suprima-se o § 1o. transformando o § 2o. em parágrafo único.

Justificativa:

A supressão deve ser feita porque a matéria já está estabelecida, corretamente, no art. 256.

Parecer:

A Emenda apresentada propõe a supressão de matéria que, a nosso ver, possui alta relevância econômica e merece ser mantida no texto constitucional. Pela rejeição.

EMENDA:35087 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO BENJAMIM (PFL/BA)

Texto:

Suprima-se o art. 256 do substitutivo do projeto de constituição.

Justificativa:

É repetição do § 1º do art. 255 do projeto.

Parecer:

A emenda propõe a supressão do art. 256, por ser uma repetição do parágrafo 1o. do art. 255. Pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

FASE S

EMENDA:00037 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IRAM SARAIVA (PMDB/GO)

Texto:

Dá nova redação ao inciso do artigo 228 do Projeto de Constituição (A) da Comissão de Sistematização:

"Art. 228

VI - os critérios restritivos:

- a) da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outros de maior desenvolvimento;
- b) do fechamento de agências de instituições financeiras instaladas em áreas de exploração econômicas recente.

Justificativa:

O art. 228 do Projeto de Constituição em exame traça as diretrizes a serem seguidas pela lei que estruturará o sistema financeiro, de forma a garantir que este seja instrumento para o desenvolvimento equilibrado do país e que sirva aos interesses da coletividade.

Em outras palavras, é na lei de que trata o artigo 228 que definiremos a função que terá o sistema financeiro na sociedade.

Nesse sentido, parece-me indispensável que a lei do sistema financeiro contenha critérios que restrinjam o fechamento de agências bancárias localizadas em áreas de exploração econômica recente, resultado principalmente de expansão de nossas fronteiras agrícolas, as chamadas "áreas pioneiras".

Esse o propósito da Emenda que ora submeto à consideração dos Nobres Constituintes.

Parecer:

A Emenda proposta prevê o estabelecimento, na Lei do Sistema Financeiro, de critérios que restrinjam o fechamento de agências de instituições financeiras instaladas em áreas de exploração econômica recente, resultantes principalmente da expansão de fronteiras agrícolas.

Em que pese os elevados propósitos do ilustre autor, somos pelo não acolhimento da Emenda, porquanto, se aprovada, poderia trazer consequências e resultados negativos para essas regiões, uma vez que limitaria também a abertura de agências de instituições financeiras nestas "áreas pioneiras".

Pela rejeição

EMENDA:00099 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NABOR JÚNIOR (PMDB/AC)

Texto:

Inclua-se onde couber, no Capítulo "Da Ordem Econômica e Financeira, Sistema Financeiro Nacional", o seguinte dispositivo:

Art. ... A aplicação dos recursos destinados a operações de créditos de fomento será efetuada através das instituições financeiras oficiais.

Justificativa:

A mais saudável proposta básica expressa na Constituição que estamos elaborando é, sem dúvida, o fortalecimento do espírito federativo, através da descentralização de encargos e atribuições tributárias, administrativas e fiscais.

A presente Emenda tem como escopo transformar em letra expressa tal determinação, pondo em pé de igualdade os bancos fiscais federais, estaduais, regionais e de fomento, para aplicação e distribuição dos créditos que especifica.

A ninguém prejudica – só traz benefícios, tornando evidentes e claras as intenções dos Constituintes, em seus legítimos interesses e compromissos com o desenvolvimento harmônico, e consciente, da Pátria.

Parecer:

A Emenda tem como escopo determinar que a aplicação dos recursos destinados a operações de créditos de fomento seja efetuada somente através das instituições financeiras oficiais.

Em que pese os elevados propósitos do ilustre autor, somos pelo não acolhimento da emenda, uma vez que a situação já está prevista no Projeto de Constituição, no capítulo referente ao Sistema Financeiro Nacional, art. 228, § 2o.

Pela rejeição.

EMENDA:00348 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

Acrescente-se ao artigo 228, Capítulo IV - Do Sistema Financeiro Nacional, mais um parágrafo, o de número 3 (três), com a seguinte redação:
§ 3o. - Os recursos de fundos e programas, de responsabilidade da União, destinados ao fomento das atividades econômicas, à assistência financeira à agropecuária e às pequenas e médias empresas, bem como ao apoio às exportações, serão aplicadas exclusivamente por instituições financeiras públicas.

Justificativa:

A emenda busca implementar princípio universalmente aceito de que “recursos públicos devem ser aplicados por instituições oficiais”, cuja missão é exatamente orientar, com visão de longo prazo, os financiamentos de projetos segundo os planos nacionais de desenvolvimento, enquanto os bancos privados como é natural, visam precipuamente o lucro negocial.

De fato, é público e notório que as instituições financeiras privadas utilizam-se de recursos pelo Governo para nomeação e venda dos seus próprios serviços e produtos, em detrimento, muitas vezes, das reais necessidades do setor produtivo, sobretudo nas áreas mais longínquas.

Ademais, para execução de sua política econômica, o Governo dispõe de instituições financeiras oficiais com vasta rede de agências, que cobrem todo o território nacional, com ênfase nas regiões interioranas e menos desenvolvidas – exatamente aquelas que mais carecem de recursos para fomento contrariamente aos bancos privados, os quais concentram suas dependências nos grandes centros urbanos e nas regiões desenvolvidas. Assim, como forma de maximizar o benefício da utilização de verbas públicas, e de fundamental importância que recursos gerados e geridos por organismos de governo sejam depositados nas instituições financeiras oficiais e por elas, aplicados em projetos que induzam o desenvolvimento econômico e social.

É uma medida que, antes de tudo, permite melhor e mais racional utilização dos recursos públicos em prol da sociedade.

Parecer:

A Emenda tem como escopo determinar que a aplicação dos recursos destinados a operações de créditos de fomento seja efetuada somente através das instituições financeiras oficiais.

Em que pese os elevados propósitos do ilustre autor, somos pelo não acolhimento da emenda, uma vez que cria privilégios a um setor que opera com maior eficiência dentro de um regime concorrencial.

Pela rejeição.

EMENDA:00381 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMIR LIMA (PMDB/AC)

Texto:

Inclua-se o seguinte parágrafo no artigo 228, Capítulo IV, referente ao Sistema Financeiro Nacional, do Projeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização:
§ Os recursos de fundos e programas, de responsabilidade da União, destinados ao fomento das atividades econômicas, à assistência financeira, à agropecuária e às pequenas e médias empresas, bem como ao apoio às exportações, serão aplicados exclusivamente por instituições financeiras públicas.

Justificativa:

A emenda busca implementar princípio universalmente aceito de que “recursos públicos devem ser aplicados por instituições oficiais”, cuja missão é exatamente orientar, com visão de longo prazo, os financiamentos de projetos segundo os planos nacionais de desenvolvimento, enquanto os bancos privados como é natural, visam precipuamente o lucro negocial.

De fato, é público e notório que as instituições financeiras privadas utilizam-se de recursos pelo Governo para nomeação e venda dos seus próprios serviços e produtos, em detrimento, muitas vezes, das reais necessidades do setor produtivo, sobretudo nas áreas mais longínquas.

Ademais, para execução de sua política econômica, o Governo dispõe de instituições financeiras oficiais com vasta rede de agências, que cobrem todo o território nacional, com ênfase nas regiões interioranas e menos desenvolvidas – exatamente aquelas que mais carecem de recursos para fomento contrariamente aos bancos privados, os quais concentram suas dependências nos grandes centros urbanos e nas regiões desenvolvidas. Assim, como forma de maximizar o benefício da utilização de verbas públicas, é de fundamental importância que recursos gerados e geridos por organismos de governo sejam depositados nas instituições financeiras oficiais e por elas, aplicados em projetos que induzam o desenvolvimento econômico e social.

É uma medida que, antes de tudo, permite melhor e mais racional utilização dos recursos públicos em prol da sociedade.

Parecer:

A Emenda tem como escopo determinar que a aplicação dos recursos destinados a operações de créditos de fomento seja efetuada somente através das instituições financeiras oficiais.

Em que pese os elevados propósitos do ilustre autor, somos pelo não acolhimento da emenda, uma vez que a situação já está prevista no Projeto de Constituição, no capítulo referente ao Sistema Financeiro Nacional, art. 228, § 2o..

Pela rejeição.

EMENDA:00585 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB/SE)

Texto:

Redija-se, assim, o item 1 do artigo 228.

Item 1 - A autorização para o funcionamento das Instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização através dos órgãos governamentais competentes.

Justificativa:

A emenda, ora proposta, visa, sobretudo, colocar as coisas nos seus devidos lugares, evitando, assim, que assuntos bancários estejam sob o mesmo comando oficial das operações de seguros, previdência e capitalização, pois tais transações comerciais são inteiramente diferentes.

Voltamos a dizer, utilizando uma velha frase feita, que é fora de vila e termo, colocar, sob a égide do mesmo órgão governamental, seguros, capitalização e previdência, assuntos comerciais tão diferentes, pois a emissão de uma apólice de seguro, a aquisição de um título de capitalização e a filiação a um órgão de previdência privada nada tem a ver com descontos de duplicatas, empréstimos bancários e outras transações feitas pelos bancos comerciais. Daí a razão desta emenda.

Parecer:

A Emenda tem como objetivo alterar a redação do inciso I do art. 228 do Projeto de Constituição, que trata do Sistema Financeiro Nacional.

Preferimos aprovar a modificação a esse artigo proposta pelo Constituinte Afif Domingos, através da Emenda 2P01796-7, vez que aperfeiçoa a ideia original.

Pela rejeição.

EMENDA:00630 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSWALDO ALMEIDA (PL/RJ)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao artigo 228 do Projeto, o parágrafo 3o., com a seguinte redação:

§ 3o. - Às Cooperativas de Crédito, obedecidos os requisitos que a lei determinar, serão asseguradas condições de funcionamento e

operacionalidade próprias das demais instituições financeiras do mesmo gênero e de outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou outro órgão da Administração Pública, sendo-lhes assegurado o acesso aos recursos públicos de fomento para fins de crédito rural.

Justificativa:

O projeto da nova constituição, atribuindo real valor à efetiva contribuição socioeconômica das cooperativas, em várias de suas disposições consagra o apoio oficial ao cooperativismo. Assim é que, ao proclamar a plenitude de liberdade de associação (art. 6º § 44), introduz o princípio da autogestão das cooperativas, vedando a interferência estatal em seu funcionamento, norma que, por ser definidora de direitos, terá aplicação imediata. No Título VII, Capítulo da Ordem Econômica e Social, determina que “a lei apoiará o cooperativismo e outras formas de associativismo”.

Participarão as cooperativas da Reforma Agrária, em assentamentos, assistência técnica e CREDITÍCIA, segundo dispõe o artigo 225 do Projeto, em demonstração eloquente da atenção e preocupação da Assembleia Nacional Constituinte para com o sistema cooperativo e a importância de sua colaboração em assunto de tão grande valia para a Pátria.

Nesse contexto se insere o cooperativismo de crédito, rural e urbano, como fator novo de desenvolvimento e proposta alternativa para o suprimento de crédito ao pequeno produtor rural, e ao microempresário da cidade, através da autogestão dos próprios recursos.

O reconhecimento de seu alinhamento entre as instituições financeiras a serem regulamentadas por lei complementar, com a segurança de um tratamento não discriminatório como agora ocorre, é a finalidade da presente emenda, que assegura, também, o direito de acesso às fontes oficiais de financiamento via programas especiais de fomento às atividades produtoras.

Parecer:

A Emenda tem como objetivo reconhecer o alinhamento das cooperativas de crédito entre as instituições financeiras a serem regulamentadas por lei complementar, bem como garantir o direito de acesso às fontes oficiais de financiamento, via programas especiais de fomento às atividades produtivas.

Em que pese os elevados propósitos do ilustre autor, somos pelo não acolhimento da emenda, uma vez, que através do art. 203, § 1º., do Projeto de Constituição, o amparo às cooperativas já está assegurado. Pela rejeição.

EMENDA:00829 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL/RJ)

Texto:

Dê-se ao item, Artigo 228, Capítulo IV, do SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, do Projeto de Constituição (A), a seguinte redação:

"I - A autorização para o funcionamento das instituições financeiras bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro e vedada a conglomerados ou sociedades financeiras quaisquer outras atividades além da captação de depósitos e concessão de empréstimos."

Justificativa:

O Sistema bancário nacional, regulamentado pelo Banco Central do Brasil tem demonstrado, na prática, prerrogativas, vantagens subsídios e uma esteira enorme de recursos que apenas contribuem para o enriquecimento astronômico dos banqueiros, nacionais e estrangeiros, eis que bancos estrangeiros também participam do festim proporcionado por benesses da lei que permite conglomerados financeiros funcionar como verdadeiros supermercados de uma gama enorme de atividades que deveriam ser exercidas pelo livre comércio em detrimento de quem é canalizada a contribuição da poupança popular sonogada à livre iniciativa e à fusão precípua de desenvolver o comércio, a indústria, a lavoura, a pecuária e tudo mais que representa o progresso do País.

O Fortalecimento dos conglomerados financeiros é altamente criticável, dada sua importância no bom sentido de distribuição da riqueza e financiamentos livres do espírito ganancioso e onzenário que desfigura a atividade

precípua de quem se propõe promover o progresso e gerar o desenvolvimento de regiões carentes e ricas de futuro.

É preciso uma legislação que se oponha à espoliação dos recursos humanos e progressistas para o enriquecimento de uns poucos de intenções duvidosas.

Basta uma ligeira observação do funcionamento dos conglomerados para se sentir que eles observem um número de outras atividades que não a de servir a população com recursos oriundos do próprio povo.

Uma simples agência bancária concorre com o livre comércio, promove a venda de veículos, eletrodomésticos, computadores, passagens aéreas e terrestres, planos turísticos, seguros, para citar apenas os principais, e constituem verdadeiro bazar de facilidades, acelerador da inflação, sugando em um mesmo local privilegiando o trabalho de sacrifícios bancários, explorados e mal pagos, conforme tem sido fatalmente demonstrado nas graves das quais têm participado.

Parecer:

A Emenda tem como escopo vedar a conglomerados ou sociedades financeiras quaisquer outras atividades além da captação de depósito e concessão de empréstimos.

Malgrado os elevados propósitos que inspiraram a medida em exame, somos pelo não acolhimento, pois se aprovada, estar-se-ia privilegiando as instituições financeiras oficiais, com os evidentes prejuízos às instituições privadas que advirão com o protecionismo constante desta Emenda.

Pela rejeição.

EMENDA:00950 APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALOÍSIO VASCONCELOS (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Modificativa

Dê-se ao inciso I do Art. 228 do Projeto de Constituição a seguinte redação:

Art. 228. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em Lei Complementar que disporá, inclusive sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de capitalização, assegurado às Instituições bancárias oficiais e privadas, acesso a Todos os instrumentos do mercado financeiro;

Justificativa:

O capítulo IV do título VII, do Projeto de Constituição, trata exclusivamente do sistema financeiro nacional.

Não há porque inserir os estabelecimentos de seguro, que atuam em mercado próprio e específico, nos referidos títulos e capítulos.

Os mercados financeiro e segurador apresentam diferenças fundamentais de modo que este último deveria ser tratado de acordo com suas peculiaridades próprias, entre as quais se inclui o inegável sentido social do seguro que, indubitavelmente, transcreve em muito a uma simples operação financeira. Assim, e certo que o mercado de seguros e o financiamento se diferenciam, entre outros, pelos seguintes motivos:

- a- Eles têm diversidade de objetivo e de natureza, pois, enquanto na maior parte dos contratos financeiros o objeto é o dinheiro nos contratos de seguro o objeto é sempre o risco. Ainda que o fim último e desejável dos contratos financeiros seja o de promover o desenvolvimento, servindo aos interesses da coletividade, o objetivo dos contratos de seguro é prevenir a ocorrência de fatos danosos que poderiam arruinar o segurado ou trazer a perda de qualidade de vida aos seus dependentes;
 - b- A situação de cada um dos mercados referidos envolve o domínio de conhecimentos técnicos específicos e de todo diverso entre si, sendo, assim, conveniente promover o progresso da especialização;
 - c- É inquestionável que as maiores vítimas da falta de especialização técnica são os próprios consumidores (art. 199, V, do Projeto de Constituição);
- Além do mais, deve ser lembrado que o mercado de seguros foi estruturado em nosso País através de Lei Ordinária, com o advento do Decreto Lei 73/66 que criou o SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS, composto de:
- 1- Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP);
 - 2- Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)
 - 3- Institutos de Resseguros do Brasil (IRB)

- 4- Sociedades Seguradoras
- 5- Corretoras de Seguros

Conclui-se, portanto, que a inclusão do seguro no mercado financeiro viria esfacelar e despersonalizar o atual Sistema, com evidente prejuízo de todos os segmentos envolvidos na operação de seguro, notadamente do segurado, que não teria o suporte técnico especializado dos órgãos que compõe o referido Sistema.

Parecer:

O autor sugere retirar do item I do Art. 228 "os estabelecimentos do seguro", alegando que os mesmos atuam em mercado próprio e específico, além de apresentarem diferenças fundamentais dos estabelecimentos financeiros, devendo ser tratados de acordo com suas peculiaridades próprias. Concordamos com a sugestão apresentada nesta Emenda.

EMENDA:01127 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DAVI ALVES SILVA (PDS/MA)

Texto:

Título VII - Da Ordem Econômica e Financeira
Capítulo VII - Do Sistema Financeiro Nacional
Adite-se ao art. 228 do Projeto de
Constituição da comissão de Sistematização o seguinte parágrafo:

"§ 3o. Os recursos financeiros destinados ao financiamento da casa própria serão aplicados, na proporção de 50% (cinquenta por cento), em imóveis residenciais rurais."

Justificativa:

Um dos fatores mais importantes para a fixação do homem à terra é a casa própria. Não bastará ao trabalhador rural receber posse de terra ou módulo rural para a atividade agrária se uma das condições básicas para a sua sobrevivência e a dos seus familiares não for suprimida convenientemente. Com a medida preconizada nesta Emenda, estamos concorrendo, de fato, para evitar o êxodo rural, a fuga do homem do campo, onde, devidamente fixado, pode produzir e ser útil à sociedade. Ao contrário, se medidas adequadas não são tomadas, ele continuará a sair, em demanda dos grandes centros urbanos, onde irá engrossar os contingentes de desempregados e os de marginais em potencial. Somente com providências como a constante desta proposição, de alto significado socioeconômico, poder-se-á partir em busca de redenção do trabalhador rural, injustiçado através dos tempos.

Parecer:

Esta Emenda propõe a fixação de 50% dos recursos destinados ao financiamento da casa própria para serem aplicados na construção de imóveis residenciais no setor rural.

O autor justifica a medida mostrando, com sólidos argumentos, a importância do acesso à casa própria para a fixação do homem no meio rural e consequente contenção do forte êxodo rural, que tem criado sérios problemas nos setores urbanos.

Em que pese o mérito da questão, somos de opinião que a medida não é passível de inclusão no texto Constitucional porque, num modelo de capitalismo industrial, a tendência é a progressiva mecanização da agricultura e a expansão dos parques fabris, tendo como consequência a natural redução do contingente populacional no meio urbano. Os técnicos recomendam em torno de 10% para o Estado de São Paulo, e há países industrializados em que o percentual da população rural não supera hoje 2%. Portanto, somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:01223 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ GUSHIKEN (PT/SP)

Texto:

Dê-se nova redação ao artigo 228 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

"Art. 228. As instituições financeiras são de propriedade exclusiva do Poder Público, cabendo-lhe privativamente o exercício das atividades de intermediação financeira em todas as suas modalidades".

Justificativa:

O Sistema Financeiro Nacional, pelo seu papel estratégico de intermediador dos fluxos financeiros entre poupadores e aplicadores, servindo de vasos comunicantes que levam a seiva dos recursos financeiros e todo o sistema financeiros a todo sistema econômico, tem papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico do País. Dependendo, entretanto, da forma da propriedade do seu papel social que vai ser definido na futura constituição, iremos ter um serviço que vai atender à função social de intermediação financeira, harmônico e voltado para um maior equilíbrio dos agentes econômicos ou então, vamos continuar, como agora, assistir a uma concentração continua do capital e da renda, beneficiando as atividades especulativas em detrimento do sistema produtivo e da sociedade em geral.

Em primeiro lugar, é preciso questionar se a função hoje atribuída ao nosso Sistema Financeiro Nacional se restringe, como se tem afirmado, a mero intermediário entre poupadores e aplicadores, exercendo um papel neutro nessa intermediação. Na verdade, tal não ocorre. Ao contrário dessa suposta e até apregoada neutralidade, o sistema financeiro atual, primado a sua atuação pelo objetivo do lucro, privilegia os setores menos importantes para desenvolvimento econômico, direcionado, prioritariamente, os recursos para as atividades especulativas.

O sistema financeiro no papel de financiar o setor produtivo, não tem adequado os recursos às necessidades do ciclo produtivo das empresas, quer no financiamento dos investimentos, quer nos empréstimos para capital de giro. Esta falha decorre do posicionamento oportunista e imediatista do sistema, que só realiza operações de curtíssimo prazo, tanto de captação como de aplicação. Os bancos de investimento, criados especificamente para realizar operações de longo prazo, atuam hoje apenas no curto prazo.

Outra grande distorção provocada pelo segmento privado do sistema financeiro é a concentração funcional e regional de renda, na medida em que, de um lado dirige o crédito, prioritária e privilegiadamente, aos mais afortunados economicamente e, de outro, capta recursos no interior e nas regiões mais pobres para aplicá-los nos centros mais desenvolvidos. Outra forma de concentração se dá através do deferimento prioritário de empréstimos às empresas ligadas ao grupo financeiro. As restrições regulamentadas existentes nesse sentido são contornadas por empréstimos recíprocos entre os grupos econômicos. Além disso, as instituições financeiras oferecem sempre maior rentabilidade aos grandes poupadores e menores custos aos grandes tomadores.

O atual sistema financeiro tem se beneficiado, de forma sistemática, da política monetária do Governo. Uma política expansionista, tendente nos primeiros momentos a beneficiar todo o segmento da economia, privilegia as instituições financeiras, na medida em que elas disporão de mais recursos para atender seus clientes, sempre ávidos, num país carente como o nosso, de mais empréstimos. Na fase de contração de recursos, os bancos se beneficiam de forma ainda maior do que na fase de expansão, pela elevação extorsiva das taxas de juros.

A política levada a efeito para o setor financeiro, a partir do Governo Médici, de incentivar as fusões e incorporações com vistas a ganhos de economia de escala, não surtiu os efeitos desejados em termos de redução das taxas de juros. Os ganhos escala obtidos com a redução do número de instituições não foram transferidos para a sociedade, mas retidos pelo próprio sistema financeiro graças a seu poder oligopolista de manter elevada a diferença entre as taxas de captação e de aplicação.

Por outro lado, as intervenções que têm sido feitas pelo Governo no sistema, destinadas a sanar aos problemas de instituições falidas – situações que normalmente têm sido causadas por administrações fraudulentas ou por realizações de operações com excessiva dose de risco no intuito de auferir lucros elevados a curto prazo – têm resultado sempre na socialização dos prejuízos, enquanto os lucros são sempre, tempestivamente, apropriados ou distribuídos aos acionistas.

Os subsídios que têm sido dados ao crédito para financiar determinadas atividades, consideradas essenciais ou de maior incidência de risco, têm resultado em maior concentração da propriedade, mormente no setor agrícola. Tal fato decorre da circunstância de que os créditos subsidiados, quando deferidos pelo sistema privado, são canalizados normalmente para os clientes preferenciais e de maior poder econômico. Com esse dinheiro barato, foram ampliadas as grandes propriedades rurais, mediante incorporações de pequenas unidades, as quais normalmente inferiorizadas, não desfrutam dos benefícios dos subsídios. Situação diferente prevalecerá num sistema estatizado, onde o crédito é deferido conforme o interesse social.

Outro grande malefício oriundo do sistema financeiro privado decorre do financiamento do déficit público, já que as instituições financeiras só se dispõem a adquirir títulos do Governo em montante adequado, mediante abertura das taxas de juros, com maiores custos para o Tesouro e, conseqüentemente, para a sociedade.

O alto índice de automação atingido pelo sistema financeiro – superior mesmo ao registrado em vários países desenvolvidos – longe de ter sido induzido por uma demanda do público usuário, resultou, essencialmente, da utilização de incentivos e facilidades propiciadas pelo Governo, como reserva de mercado no campo da informática. O setor financeiro tornou-se proprietário da maioria das empresas de informática, ao tempo em que a própria Embratel presta, frequentemente, serviços diretamente aos grandes bancos. Ademais, essa intensa automação do sistema financeiro contribuiu para alijar os pequenos bancos, favorecendo a concentração bancária.

Com referência ainda à automação bancária, especialistas nesta área sustentam que, nesse processo, os bancos não orientam seus projetos com base nos custos/benefícios da automação, mas se preocupam muito mais com o seu efeito demonstração junto ao público usuário, diretriz que foi corroborada pelos mencionados incentivos recebidos.

O atual sistema financeiro, por realizar um serviço de utilidade pública, depende, para seu funcionamento, de concessões do setor público. Entretanto, ao contrário do que ocorre com as demais empresas que prestam serviços de interesse público, as instituições financeiras não têm, em geral, nem seus preços e nem seus lucros controlados pelo Governo. Mesmo quando se estabelecem eventuais e periódicos tabelamentos sobre as taxas de juros, esses tabelamentos se evidenciam ineficazes, em face de mecanismos de que dispõe o sistema para burlá-los, como as exigências de saldo médio/retenção de empréstimos, de realização de seguros, de compra de ações e outros títulos do grupo a preços superiores aos de mercado, e de outros artifícios, para elevar, ao nível desejado, a taxa real de juros.

Com relação à dívida externa, a tomada de empréstimo junto ao sistema financeiro internacional pelas instituições financeiras privadas representa um risco mais elevado e, conseqüentemente, elevações das taxas de juros com maior custo para o País.

O sistema financeiro, com a estatização, vai ser simplificado, mediante eliminação dessa gama de diversos tipos de instituições especializadas em operar em diferentes segmentos do mercado, bem como vão ser extintos vários instrumentos de captação e intermediação de recursos, os quais só contribuem para estimular a ciranda financeira, e elevar a diferença entre remuneração do poupador e o custo do tomador final dos recursos, com reflexos desastrosos no custo do tomador final dos produtos.

A estatização do sistema financeiro, na medida em que reduz as taxas de juros, representa o interesse não apenas dos trabalhadores, mas também dos empresários não financeiros, principalmente pequenos e médios, haja vista as grandes pressões que, de um modo geral, têm sido feitas sobre os bancos por todo o setor empresarial não ligado ao setor financeiro.

A defesa do sistema privado, sob a justificativa de que ele, ao permitir a concorrência entre as instituições, resulta numa menor taxa de juros, não tem validade no caso brasileiro, na medida em que os bancos funcionam de forma centralizada e não se permite a entrada de novos concorrentes no sistema. Por outro lado, se fosse permitido o livre ingresso de outras instituições, elas teriam, nesse quadro, poucas probabilidades de sobrevivência aumentando o risco de mercado.

Outra grande desvantagem do sistema financeiro privado reside no fato de que, por mais eficiente e rigorosa que seja a fiscalização, ela não consegue detectar e apurar grande parte das irregularidades do sistema financeiro privado, pelos artifícios (alguns antes mencionados) que as instituições, movidas pelo interesse do lucro, utilizam para burlar a regulamentação. Com a estatização, deixando de existir o conflito entre o interesse do sistema e a vontade do Governo, as irregularidades serão sensivelmente reduzidas.

Os defensores da iniciativa privada a qualquer preço irão, indubitavelmente, invocar contra a estatização, a situação atual na maioria dos bancos estaduais. Nesse caso, alguns fatores que não podem ser atribuídos com características de um sistema estatizado explicam essa precária situação dos bancos estaduais. Em primeiro lugar, está havendo um superdimensionamento dos prejuízos ocasionados pelos bancos estaduais em relação aos ocorridos com o saneamento dos bancos privados, uma vez que, no caso destes não foram dimensionados os custos sociais dos elevados subsídios creditícios envolvidos nos processos de liquidações, nos incentivos tributários, nos processos de incorporação e outros fatores e concessões. De outro lado, a situação atual dos bancos estaduais decorreu do problema financeiro dos estados e, mais do que isso, da falta de moralidade pública dos governantes que, em certos casos, como ocorreu em 1962, foram estimulados a captar recursos a qualquer preço no mercado, através de seu banco estadual, para financiamento de obras eminentemente eleitoreiras. E foi exatamente a partir de 1982 que teve início o crônico problema dos bancos estaduais. Por fim, faltou ao Banco Central a adoção de mecanismos para um efetivo controle dos bancos estaduais.

Outra grande vantagem da estatização é a maior garantia de êxito na execução de um planejamento econômico, já que o Governo vai ter controle sobre o sistema financeiro.

Por todos esses malefícios trazidos pelo controle privado do sistema financeiro e benefícios de um sistema estatizado é que se apresenta este anteprojeto de texto constitucional, estabelecendo que as instituições financeiras serão de propriedade exclusiva do Poder Público e a intermediação financeira atividade exclusiva dele.

A propriedade exclusiva do Poder Público, e não apenas o controle acionário, é necessário para não provocar conflitos entre a finalidade social dos serviços de intermediação financeira e o interesse de lucro dos acionistas minoritários.

Para que o sistema estatizado não venha pecar por ineficiência na prestação dos serviços em decorrência da burocracia que, em geral, tende a prevalecer nas atividades públicas, e também para que sua atuação não seja ditada por interesses político-partidários, vai ser necessário estabelecer formas efetivas de controle social sobre o sistema, a serem definidas em legislação específica, sem as quais as vantagens de eliminação dos malefícios do sistema financeiro privado e da conquista dos benefícios da estatização poderão ser reduzidos pelas chagas da burocracia, da deficiência na prestação de serviços e dos fatores políticos, em geral.

Parecer:

O autor desta Emenda Aditiva ao Art. 228 propõe a estatização do sistema financeiro nacional. Concordamos que o sistema financeiro necessita de algumas reformulações em suas bases, porém não ao ponto de promover a estatização, que consideramos um recuo no processo de desenvolvimento capitalista. Somos de opinião que deve haver uma reestruturação nas autoridades monetárias, que precisam fortalecer suas competências de coordenação, fiscalização e controle. Entretanto, a iniciativa privada tem melhores condições

de eficiência em algumas atividades de execução da política financeira. Assim, somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:01272 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AUGUSTO CARVALHO (PCB/DF)

Texto:

Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 228, Capítulo IV, do Sistema Financeiro Nacional: "§... - Os recursos de fundos e programas, de responsabilidade de União, destinados ao fomento das atividades econômicas, à assistência financeira à agropecuária e às pequenas e médias empresas, bem como ao apoio às exportações, serão aplicados exclusivamente por instituições financeiras públicas."

Justificativa:

A emenda busca implementar princípio universalmente aceito de que "recursos públicos devem ser aplicados por instituições oficiais", cuja missão é exatamente orientar, com visão de longo prazo, os financiamentos de projetos segundo os planos nacionais de desenvolvimento, enquanto os bancos privados como é natural, visam precipuamente o lucro negocial.

De fato, é público e notório que as instituições financeiras privadas utilizam-se de recursos pelo Governo para nomeação e venda dos seus próprios serviços e produtos, em detrimento, muitas vezes, das reais necessidades do setor produtivo, sobretudo nas áreas mais longínquas.

Ademais, para execução de sua política econômica, o Governo dispõe de instituições financeiras oficiais com vasta rede de agências, que cobrem todo o território nacional, com ênfase nas regiões interioranas e menos desenvolvidas – exatamente aquelas que mais carecem de recursos para fomento contrariamente aos bancos privados, os quais concentram suas dependências nos grandes centros urbanos e nas regiões desenvolvidas. Assim, como forma de maximizar o benefício da utilização de verbas públicas, e de fundamental importância que recursos gerados e geridos por organismos de governo sejam depositados nas instituições financeiras oficiais e por elas, aplicados em projetos que induzam o desenvolvimento econômico e social.

É uma medida que, antes de tudo, permite melhor e mais racional utilização dos recursos públicos em prol da sociedade.

Parecer:

A Emenda tem como escopo determinar que a aplicação dos recursos destinados a operações de créditos de fomento seja efetuada somente através das instituições financeiras oficiais.

Em que pese os elevados propósitos do ilustre autor, somos pelo não acolhimento da emenda, uma vez que a situação já está prevista no Projeto de Constituição, no capítulo referente ao Sistema Financeiro Nacional, art. 228, § 2o.

Pela rejeição.

EMENDA:01498 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO GASPARIAN (PMDB/SP)

Texto:

Inclua-se o seguinte inciso no artigo 228, referente ao Sistema Financeiro Nacional, do Projeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização:

VII - As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12% ao ano. A cobrança acima desse limite será conceituada como crime de usura, punida, em todas as suas modalidades, nos termos em que a lei determinar.

Justificativa:

Galbraith, em seu clássico ensaio sobre a grande crise de 1929 (The Great Crash – 1929 – Pelican Book, pag. 194 e segs.), listou a má estrutura bancária americana naquele momento entre as cinco grandes causas do fenômeno que abalou o mundo.

Refere o Prof. Galbraith – vale a pena chamar a atenção sobre o ponto – que a loucura dos juros descontrolados e dos grandes lucros auferidos pelos banqueiros e possibilitados pelas necessidades dos credores espremidos pela recessão seguiu-se a própria perda de segurança dos negócios, que levou à dramática ruptura do sistema e ao colapso da atividade financeira norte-americana, cuja economia, como se sabe, só veio a se recuperar e a se expandir novamente cerca de dez anos depois, exatamente às vésperas da 2ª Grande Guerra.

Na crise econômica que nosso país vive até hoje, nada há de mais dramático que a desarticulação do sistema financeiro pela prática desassisada dos juros extorsivos. A rede bancária não este apenas premunindo-se contra a inflação. Ela, ao mesmo tempo que a inflação vai quebrando o valor da moeda, procura auferir rendimento superior àquele que seria justo e retributivo do capital.

O parque produtor do país não suporta mais que tal procedimento se estenda no tempo. É preciso limitar os juros reais do setor bancário. Toda a comunidade está a exigir o controle pelo Estado do custo financeiro. Exige, também, que a atividade bancária seja considerada (pois assim é no capitalismo moderno) como função social que interessa a toda comunidade e ao desenvolvimento do país.

Tem-se arguido que o texto constitucional não é próprio para dizer sobre a limitação da taxa de juros real. Que a matéria deveria ser deixada à legislação ordinária. Tal argumentação não procede. A Constituição é um texto que visa ao tempo de hoje e ao tempo de amanhã. O que se deve levar em conta, no momento de sua elaboração, não é tão somente a visão prospectiva, isto é o que deve ir a ser. Mas, também aquilo que deve ser feito hoje e já.

Eliminar a usura; por freio ao uso das disponibilidades do dinheiro com lucros extraordinários; possibilitar a circulação da riqueza para gerar riqueza em benefício a comunidade é regra da mais alta hierarquia e da maior urgência. A vida idônea para mandamento com tal propósito é, mesmo, o texto constitucional.

Há que se possa ter presente que quando, por duas vezes, se intentou entre nós e se fez concretamente a limitação dos juros legais, acima dos quais chegava ao campo penal pelo crime de usura (Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933 e Decreto-Lei nº 182, de 5 de janeiro de 1938), o país vivia clima de excepcionalidade.

Estávamos no Governo Provisório e no Estado Novo.

Aos que se detém de modo inocente ou por milícia no insustentável argumento formal de que a matéria da fixação do limite legal dos juros reais não agora vai completar o seu duplo centenário, previu o porte de arma como direito fundamental do cidadão americano (Bill of Rights, artigo II). Jefferson e Benjamin Franklin sufragaram a disposição porque ela, ao momento em que foi esculpida, representava uma realidade correspondente às lutas pela independência e a marcha para o oeste bravio.

Que surja, pois, na nova Constituição brasileira, uma norma, como a que ora se propõe, capaz de frear a especulação que sufoca a economia, ter como crime a prática de usura e garantir às pessoas físicas e jurídicas a segurança de suas operações de crédito, de modo a que não se interrompa o processo de desenvolvimento nacional.

Que a regra proposta, uma vez adotada, sirva, de modo definitivo agora e para os tempos futuros, a normalizar o funcionamento de nosso sistema financeiro e tornar o mercado de crédito bancário sintonizado com sua função social de apoio à economia do país.

Parecer:

O autor desta Emenda sugere a inclusão de Item ao Art. 228, fixando um limite máximo, no caso, de 12%, para a taxa real de juros.

Em que pese a boa intenção do autor, a teoria econômica não recomenda a medida para um sistema capitalista, de regime concorrencial, porque a taxa de juros varia em função de outras tantas variáveis, seja do mercado financeiro, seja dos mercados de bens, de capitais, de câmbio, etc. Como instrumento de política econômica, pode-se fixá-la por um tempo determinado, o que também não recomendaria incluir a redação proposta no texto constitucional.

Assim, somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:01632 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 228.

- Acrescente-se parágrafo ao artigo 228:

"§ 3o. - As instituições financeiras,

qualquer que seja a sua natureza, somente poderão

atuar no âmbito do Estado onde se localizar a sua sede.

§ 4o. Somente poderão atuar em todo o território da República o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia e as Instituições Financeiras de caráter Regional mantidas pelo Poder Público.

- Acrescente-se artigo nas Disposições Transitórias:

"Art. - As instituições Financeiras que atualmente estejam operando fora do Estado onde se situar a sua sede, terão o prazo de doze meses para promover a transferência de suas operações para se situarem exclusivamente no âmbito do estado de sua sede.

Justificativa:

Constitui-se em um verdadeiro clamor nacional a transformação do sistema financeiro em nosso país. São incalculáveis os males que tem provocado em nossa economia.

Mas, uma questão que praticamente interessa ao desenvolvimento harmônico do País são os desequilíbrios regionais que a atividade bancária tem provocado, têm servido como fonte de sucção de economias e poupanças locais para os grandes centros. O próprio conceito de federação foca abalado. Na verdade, corrói o ideal federativo.

Os demais países, em geral, restringem o âmbito das atividades financeiras, como os Estados Unidos, que impõe caráter municipal à atividade financeira.

Este é o alcance da proposição: defesa da economia regional e da Federação.

Parecer:

Esta Emenda Aditiva propõe limitar ao âmbito do território estadual a atuação das instituições financeiras, com exceção dos bancos oficiais da esfera federal e as instituições financeiras de caráter regional mantidas pelo Poder Público.

A medida limitaria a eficiência do mercado financeiro além de contrariar os princípios concorrenciais do regime capitalista.

O exemplo dos Estados Unidos não pode se aplicar ao caso do Brasil, onde existe uma forte migração campo/cidade e interregional. O que temos observado em nosso País é bancos de Estados pequenos instalando agências em outras regiões e aí captando poupanças de residentes originários daqueles Estados.

Assim, não concordamos com a aceitação desta Emenda.

Pela rejeição.

EMENDA:01639 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS CARDINAL (PDT/RS)

Texto:

Incluir no art. 228, após o inciso I, renumerando-se os demais, o seguinte inciso:

"II - as condições para a estatização dos bancos de depósito e no que passará a ser o inciso III, aditar a expressão "excetuados os bancos de depósito", ficando a seguinte redação:

III - as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o item I, excetuados os bancos de depósito, tendo em vista, especialmente:

- a)
- b)
- c)

Justificativa:

A proposta de estatização dos bancos de depósito constitui um dos pontos básicos do PDT.

Desde os trabalhos das subcomissões de Sistematização essa questão não foi discutida convencionalmente, no sentido de avaliar suas vantagens em termos de economia de custos no funcionamento do sistema bancário e de maiores possibilidades de ordenação da política monetária e creditícia.

Nessa fase final convém sopesar os argumentos favoráveis a estatização dos bancos, espelhando-se sobretudo no funcionamento eficiente, do ponto de vista empresarial, e justo, do ponto de vista econômico-social, de instituições como o Banco do Brasil e da CEF.

Quanto aos riscos e desvantagens normalmente alegados contra a estatização, convém ressaltar que são levantados em face de situação distraída, em que o Banco Central e as demais instituições financeiras escapam a qualquer tipo de controle político, da sociedade e do Congresso Nacional.

Essa situação estará sendo modificada radicalmente pela atual Constituição.

Parecer:

Nos termos do item III do Art. 228, Lei Complementar disporá sobre a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas. O autor desta Emenda pretende retirar os "bancos de depósito" desse conjunto de órgãos.

Não concordamos com sua proposição, tendo em vista a grande repercussão da atuação desses bancos sobre a vida das pessoas e o funcionamento da economia.

Além do mais, a grande maioria das demais propostas apresentadas objetiva a fortalecer a intervenção estatal nas políticas monetária e financeira, o que julgamos traduzir a maior demanda popular em torno dessa medida contrária à pretensão desta Emenda.

Assim, somos pela rejeição desta Emenda.

EMENDA:01754 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

EDISON LOBÃO (PFL/MA)

Texto:

Desdobrar o inciso I do Art. 228, nos dois abaixo transcritos, mudando-se, em consequência, os atuais incisos II a VI, respectivamente, para III a VII:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como os estabelecimentos de seguro, previdência privada e capitalização;

II - o acesso das instituições bancárias oficiais aos instrumentos do mercado financeiro.

Justificativa:

O atual inciso I continha matéria heterogeneia, cuja separação era desaconselhável.

Além disso, as instituições bancárias oficiais são de potencial muito variável, indo desde o Banco do Brasil, até pequenos bancos estaduais, que têm dificuldades até em cumprir os seus recolhimentos compulsórios ao Banco Central do Brasil. Assim, o acesso dos instrumentos do mercado financeiro, embora facilitado, não pode ser automático, sob pena de correrem risco os tomadores desses instrumentos.

Assim, a presente emenda, além de formalmente oferecer uma redação mais adequada, acautela melhor aqueles que encaminham sua poupança para o mercado financeiro.

Parecer:

A Emenda tem como objetivo alterar a redação do inciso I do art. 228 do Projeto de Constituição, que trata do Sistema Financeiro Nacional.

Preferimos aprovar a modificação a esse artigo proposta pelo Constituinte Afif Domingos, através da Emenda 2p01796-7, vez que aperfeiçoa a ideia original.

Pela rejeição.

EMENDA:01757 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALUIZIO BEZERRA (PMDB/AC)

Texto:

Acrescente-se, ao artigo 228 do projeto de Constituição, § 3o., do seguinte teor:

"§ 3o. - O controle acionário, de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento), dos bancos, demais instituições financeiras e seguradoras pertence à União, ressalvados os bancos e caixas econômicas

estaduais".

Em decorrência, inclua-se, no Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias, o seguinte artigo:

"Art. - Dentro de 120 (cento e vinte) dias da data da promulgação desta Constituição, a União promoverá a aquisição, pelo valor de mercado, das ações dos bancos, demais instituições financeiras e seguradoras, em quantidade suficiente para assegurar-se o seu controle, na forma do § 3o. do artigo 228 desta Constituição."

Justificativa:

Objetiva a presente Emenda alterar a estrutura do sistema financeiro nacional, atribuindo-se à União o controle acionário de todos os estabelecimentos de crédito, instituições financeiras e seguradoras, a fim de que o referido sistema possa efetivamente "promover o desenvolvimento equilibrado do País a servir aos interesses da coletividade...", como preceitua o art. 228 do Projeto de Constituição.

A medida representa, inegavelmente, um avanço importante para a correção das distorções e desajustes do sistema financeiro que tem servido mais como instrumento de especulação do que de meio de contribuir para o desenvolvimento econômico-social do País.

Passando a União a deter o controle acionário de todas as instituições financeiras, será possível o atendimento uniforme e sem exigências descabidas a todos os que se propõem seriamente a produzir e a investir, assegurando-se aos pequenos e médios empresários os créditos necessários a seus empreendimentos, com encargos que não os inviabilizem.

A providência sugerida evitará, por outro lado, os escândalos que têm caracterizado o funcionamento do sistema financeiro que aproveita a poucos, com o sacrifício da coletividade inteira.

Ademais, reforça o acerto e a necessidade da medida proposta, a experiência dos atuais estabelecimentos oficiais de crédito federais – Banco do Brasil S/A, Banco da Amazônia S/A, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, Banco do Nordeste do Brasil e Banco Nacional de Crédito Cooperativo – que têm, apesar da difícil conjuntura vivida pelo País, contribuindo efetiva e decisivamente para o fomento das atividades econômicas e para o desenvolvimento econômico-social nas zonas rurais e urbanas.

Sob controle da União, os bancos e instituições financeiras serão administrados de forma a otimizar a sua atuação em todo o território nacional, de molde a atender racionalmente as necessidades de crédito e de prestação de serviços. E, certamente, os juros não atingirão os patamares atuais, chegando hoje, em muitos casos, ao sobro da inflação e propiciando, assim, aos banqueiros, lucros escandalosos, em detrimento das atividades produtivas.

Parecer:

O objetivo da presente emenda é o de alterar a estrutura do Sistema Financeiro Nacional, atribuindo-se à União o controle acionário de todos os bancos e demais instituições financeiras.

A proposta contraria argumento que vem sendo recusado desde a subcomissão.

O princípio da livre iniciativa é o primeiro em que se assenta a ordem econômica e financeira de que trata o art. 199 do Projeto de Constituição.

Pela Rejeição.

EMENDA:01796 APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AFIF DOMINGOS (PL/SP)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Substitua-se o art. 228, I e II, do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização pelos seguintes dispositivos, remunerando-se os demais:

Art. 228 - O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar que disporá, inclusive, sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias, oficiais e privadas, acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro

bancário.

II - a autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, bem como dos órgãos oficiais fiscalizadores e resseguradores.

III - as condições para participação do capital estrangeiros nas instituições a que se referem os itens anteriores.

Justificativa:

Na forma como está redigido, o inciso I, trata como instituição financeira bancária, a atividade de seguros, previdência privada e capitalização que são atividades não bancárias, e cujo relacionamento com o sistema bancário se deve a interesses de comercialização de produtos nunca pela semelhança de suas atividades. Tanto isto é verdade que o órgão que regulamenta a atividade de seguros, previdência e capitalização é a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e o órgão que cuida de todo o sistema de resseguros é o Instituto de Resseguro do Brasil.

As atividades previdência, securitárias e de capitalização não têm ligação com o Banco Central.

Parecer:

A Emenda tem como escopo desdobrar o inciso I do art. 228 do Projeto de Constituição, que trata do Sistema Financeiro Nacional.

Concordamos inteiramente com o nobre autor, pois "na forma como está redigido, o inciso I, trata como instituição financeira bancária, a atividade de seguros, previdência privada e capitalização que são atividades não bancárias e cujo relacionamento com o sistema bancário se deve a interesses de comercialização de produtos, nunca pela semelhança de suas atividades".
Pela aprovação.

EMENDA:01825 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

Texto:

Acrescenta-se parágrafo 3o. do Art. 228:

§ 3o. - A lei federal disporá sobre o funcionamento dos bancos de depósitos, empresas financeiras e de seguros, em todas as suas modalidades, devendo a maioria de seu capital, com direito a voto, constituída por brasileiros.

I - As empresas atualmente autorizadas a operar no país terão prazo de 24 (vinte e quatro) meses, se transformarem em empresas cujo controle de capital pertença a brasileiros e que constituída e com sede no país, nela tenha o centro das decisões (disposições transitórias).

Justificativa:

Trata-se aqui de importantíssima providencia na defesa da soberania e da economia.

A dominação política realiza-se, principalmente, através da dominação econômica. São os grandes bancos escudados pelo fundo monetário internacional, os que asseguram a permanência do colonialismo no Terceiro Mundo.

No Brasil, ninguém morria de fome, antes da entrada dos grandes monopólios. Agora, as estatísticas enunciam que 300.000 crianças morrem anualmente de fome. O progresso industrial realiza-se setorialmente, e a nação é obrigada a separar vultosos para repor juros e amortizações de empréstimos em grande parte fictícios. As empresas estrangeiras simulam dividas às matrizes no exterior. Com isso, remetem lucros disfarçados sob forma de "amortização" de dividas. Em 1986, as remessas somaram 1 Bilhão de dólares mensais tal som a corresponde a 333.000 toneladas de feijão ou a 200 milhões de litros de leite, por dia.

Além dessa forma fictícia e imoral de endividamento, bancos estrangeiros recolhem em depósitos econômicos de brasileiros através suas agências instaladas no país. Empregaram esses valores aos próprios brasileiros e canalizaram para o exterior o fruto da agiotagem.

Assim, os recursos para escolas hospitalares, saneamento básico e outras necessidades elementares tornam-se mais escassos e esses bancos cada vez mais poderosos e mais influentes na política econômica e financeira do país.

A proposta em tela, originária da comissão Afonso Arinos, texto comentado pelo desembargador Osny Duarte Pereira, pela sua atualidade e importância, estou encaminhando-a.

Parecer:

Em Emenda aditiva ao Art.228, o constituinte Nilton Friedick propõe passar o controle das instituições financeiras, que especifica, para o domínio de brasileiros que deteriam a maioria das ações com direito a voto. Em que pese à boa intenção do autor em nacionalizar o sistema financeiro brasileiro, a medida não seria recomendável, tendo em vista estudos e discussões precedentes na Comissão de Sistematização. Assim, somos pela rejeição.

EMENDA:02043 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUÍS EDUARDO (PFL/BA)

Texto:

Dispositivo emendado – TÍTULO VII

Dê-se ao Título VII do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

TÍTULO VII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

[...]

CAPÍTULO IV

DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Art.225 - O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar que disporá, inclusive, sobre:

I. A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário.

II. A autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, bem como dos órgãos oficiais fiscalizadores e resseguradores.

III. As condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente:

a) Os interesses nacionais.

b) Os acordos internacionais.

c) Os critérios de reciprocidade.

IV. A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas.

V. Os requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras oficiais.

VI. A criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União.

VII. Os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento.

VIII. Incentivo à poupança, principalmente do pequeno poupador.

Parágrafo 1º - A autorização a que se referem os Incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos dirigentes tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

Parágrafo 2º - Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

Assinaturas

- | | | |
|---------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 1. Luiz Eduardo | 13. Luiz Marques | 25. Francisco Dornelles |
| 2. Amaral Netto | 14. Orlando Bezerra | 26. Stélio Dias |
| 3. Antônio Salim Curiatti | 15. Furtado Leite | 27. Airton Cordeiro |
| 4. José Luiz Maia | 16. Ismael Wanderley | 28. José Camargo |
| 5. Carlos Virgílio | 17. Antônio Câmara | 29. Mattos Leão |
| 6. Mário Bouchardet | 18. Henrique Eduardo Alves | 30. José Tinoco |
| 7. Melo Freire | 19. Sadie Hauache | 31. João Castelo |
| 8. Leopoldo Bessone | 20. Siqueira Campos | 32. Guilherme Palmeira |
| 9. Aloísio Vasconceos | 21. Aluizio Campos | 33. Carlos Chiarelli |
| 10. Messias Góis | 22. Eunice Michiles | 34. Roberto Torres |
| 11. Expedito Machado | 23. Samir Uchoa | 35. Arnaldo Faria de Sá |
| 12. Manuel Vian | 24. Maurício Nasser | 36. Sólton Borges dos Reis |

37.	Ézio Ferreira	103.	Amílcar Moreira	168.	Gerson Peres
38.	José Dutra	104.	Oswaldo Almeida	169.	Carlos Vinagre
39.	Carrel Benevides	105.	Ronaldo Carvalho	170.	Fernando Velasco
40.	Joaquim Sucena	106.	José Freire	171.	Arnaldo Moraes
41.	Daso Coimbra	107.	José Mendonça Bezerra	172.	Fausto Fernandes
42.	João Resek	108.	José Lourenço	173.	Domingos Juvenil
43.	Roberto Jefferson	109.	Vinícius Consanção	174.	José Elias
44.	João Menezes	110.	Ronaldo Corrêa	175.	Rodrigues Palma
45.	Vinat Rosado	111.	Paes Landim	176.	Levy Dias
46.	Cardoso Alves	112.	Alércio Dias	177.	Ruben Figueiró
47.	Paulo Roberto	113.	Mussa Demes	178.	Rachid Saldanha Derzi
48.	Lourival Baptista	114.	Jessé Freire	179.	Ivo Cersósimo
49.	Ruben Branquinho	115.	Gandi Jamil	180.	Matheus Iensen
50.	Cleonânio Fonseca	116.	Alexandre Costa	181.	Antônio Ueno
51.	Bonifácio de Andrada	117.	Alberico Cordeiro	182.	Dionísio Dal Prá
52.	Agripino de Oliveira Lima	118.	Iberê Ferreira	183.	Jacy Scanagata
53.	Narciso Mendes	119.	José Santana de	184.	Basílio Villani
54.	Marcondes Gadelha		Vasconcellos	185.	Oswaldo Trevisan
55.	Mello Reis	120.	Christovam Chiaradia	186.	Renato Jonhsson
56.	Arnold Foravante	121.	Djenal Gonçalves	187.	Ervin Bonkoski
57.	Jorge Arbage	122.	José Egreja	188.	Jovanni Masini
58.	Chagas Duarte	123.	Ricardo Isar	189.	Paulo Pimentel
59.	Álvato Pacheco	124.	Afif Domingos	190.	José Carlos Martinez
60.	Felipe Mendes	125.	Jayme Paliarin	191.	Júlio Campos
61.	Alysson Paulinelli	126.	Delfim Netto	192.	Ubiratan Pinelli
62.	Aloísio Chaves	127.	Farabulini Júnior	193.	Jonas Pinheiro
63.	Sotero Cunha	128.	Fausto Rocha	194.	Lourenberg Nunes Rocha
64.	Gastone Righi	129.	Tito Costa	195.	Roberto Campos
65.	Dirce Tutu Quadros	130.	Caio Pompeu	196.	Cunha Bueno
66.	José Elias Murad	131.	Felipe Cheidde	197.	Inocêncio Oliveira
67.	Mozarildo Cavalcante	132.	Monoel Moreira	198.	Salatiel Carvalho
68.	Flávio Rocha	133.	Marluce Pinto	199.	José Moura
69.	Gustavo de Faria	134.	Ottomar Pinto	200.	Marco Maciel
70.	Flávio Palmier da Veiga	135.	Olavo Pires	201.	Ricardo Fiuza
71.	Gil César	136.	Victor Fontana	202.	Paulo Marques
72.	João da Mata	137.	Orlando Pacheco	203.	João Lobo
73.	Dionísio Hage	138.	Ruberval Pilotto	204.	Telmo Kirst
74.	Leopoldo Peres	139.	Jorge Bornhausen	205.	Darcy Pozza
75.	Carlos Sant'anna	140.	Alexandre Puzyna	206.	Arnaldo Prieto
76.	Délio Braz	141.	Artenir Werner	207.	Osvaldo Bender
77.	Gilson Machado	142.	Cláudio Ávila	208.	Adyson Motta
78.	Nabor Júnior	143.	Divaldo Suruagy	209.	Paulo Mincarone
79.	Geraldo Fleming	144.	Denisar Arneiro	210.	Adroaldo Streck
80.	Osvaldo Sobrinho	145.	Jorge Leite	211.	Victor Faccioni
81.	Osvaldo Coelho	146.	Aloysio Teixeira	212.	Luis Roberto Ponte
82.	Hilário Braun	147.	Roberto Augusto	213.	João de Deus Antunes
83.	Edivaldo Motta	148.	Messias Soares	214.	Arolde de Oliveira
84.	Paulo Zirzur	149.	Dálton Canabrava	215.	Rubem Medina
85.	Nilson Gibson	150.	Enoc Vieira	216.	Irapuan Costa Junior
86.	Milton Reis	151.	Joaquim Haickel	217.	Roberto Balestra
87.	Marcos Lima	152.	Edison Lobão	218.	Luiz Soyer
88.	Nilton Barbosa	153.	Victor Trovão	219.	Naphtali Alves Souza
89.	Francisco Sales	154.	Onofre Corrêa	220.	Jalles Fontoura
90.	Assis Canuto	155.	Albérico Filho	221.	Paulo Roberto Cunha
91.	Chagas Neto	156.	Vieira da Silva	222.	Pedro Canedo
92.	José Viana	157.	Costa Ferreira	223.	Lúcia Vânia
93.	Lael Varella	158.	Eliezer Moreira	224.	Nion Albernaz
94.	Rosa Prata	159.	José Teixeira	225.	Fernando Cunha
95.	Mário de Oliveira	160.	Oscar Corrêa	226.	Antônio de Jesus
96.	Sílvio de Abreu	161.	Maurício Campos	227.	Nyder Barbosa
97.	Luiz Leal	162.	Sérgio Werneck	228.	Pedro Ceolin
98.	Génesio Bernardino	163.	Raimundo Resende	229.	José Lins
99.	Alfredo Campos	164.	José Geraldo	230.	Homero Santos
100.	Vírgilio Galassi	165.	Álvaro Antônio	231.	Chico Humberto
101.	Alfredo Campos	166.	Asdrubal Bentes	232.	Osmundo Rebouças
102.	Theodoro Mendes	167.	Jarbas Passarinho	233.	Francisco Carneiro

234. Meira Filho	253. Paulo Marques	273. Sarney Filho
235. Márcia Kubitschek	254. Rita Furtado	274. Odacir Soares
236. Aécio de Borba	255. Jairo Azi	275. Mauro Miranda
237. Bezerra de Melo	256. Fábio Raunheitti	276. João Machado Rollemberg
238. Eraldo Tinoco	257. Feres Nader	277. José Carlos Coutinho
239. Benito Gama	258. Eduardo Moreira	278. Miraldo Gomes
240. Jorge Vianna	259. Manoel Ribeiro	279. Antonio Carlos Franco
241. Ângelo Magalhães	260. José Mello	280. Wagner Lago
242. Leur Lomanto	261. Jesus Tajra	281. Osmar Leitão
243. Jonival Lucas	262. Francisco Coelho	282. Simão Sessim
244. Sérgio Brito	263. Érico Pegoraro	283. Annibal Barcellos
245. Roberto Balestra	264. Fernando Gomes	284. Geovani Borges
246. Waldeck Dornelas	265. Evaldo Gonçalves	285. Eraldo Trindade
247. Francisco Benjamim	266. Raimundo Lira	286. Antonio Ferreira
248. Etevaldo Nogueira	267. César Cals Neto	287. Maria Lúcia
249. João Alves	268. Eliel Rodrigues	288. Maluly Neto
250. Francisco Diógenes	269. Max Rosenmann	289. Carlos Alberto
251. Antônio Carlos Mendes Thame	270. Carlos de Carli	290. Gidel Dantas
252. Jairo Carneiro	271. Mauro Borges	291. Adauto Pereira
	272. Albano Franco	

Justificativa:

O fortalecimento de nossa economia é objetivo que se procura alcançar a serviço dos interesses sociais do País. Tal objetivo, modernamente, só pode ser atingido com a valorização do trabalho humano e com prestígio a livre iniciativa. Temos necessidade premente, para crer no aproveitamento de nossas potencialidades, de orientação firme e segura no texto constitucional, que garanta estímulo à atividade produtiva. Por isso os dispositivos constantes deste título estão ao mesmo tempo, projetados para os avanços futuros e conciliados com a realidade presente.

Assim, a começar pelo elenco de princípios que devem nortear a atividade econômica, passando pela noção já incorporada ao nosso Direito, do que seja uma empresa brasileira ou nacional, buscar-se enfatizar a primazia da livre empresa como fator predominante do desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que se definem os parâmetros gerais do Estado nesse campo.

Em linhas gerais, o novo texto procura traçar um perfil compatível com as diretrizes da economia de mercado e da aceitação de investimento estrangeiro, observadas algumas exceções em atividades consideradas fundamentais ao desenvolvimento tecnológico e à segurança nacional.

Em relação à reforma agrária, duas alterações básicas foram introduzidas, a primeira refere-se ao direito da propriedade do imóvel rural, cuja utilização deve preencher uma função social, a segunda visa proteger a propriedade produtiva contra a desapropriação.

A reforma urbana está adequada aos fins a que se destina, tendo a redação sido ajustada para dela retirarem-se as exceções e as impropriedades.

Parecer:

Acolho, na forma do privilégio regimental, para as emendas com mais de 280 (duzentos e oitenta) assinaturas (Art.1º. Resolução nº 3/88). Pela aprovação, no mérito, com ressalva dos destaques pedidos por membros da Bancada do PMDB e do disposto na emenda 2P01776-2, a que dei minha aprovação (relativamente ao parágrafo 2o., do artigo 214).

CAPÍTULO I:

PELA APROVAÇÃO: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII do Art. 199 e seu Parágrafo único; Parágrafo único do Art. 201; § 2º do Art. 202; § 1º do Art. 203; incisos I, II, III e IV do Art. 204; §§ 1º, 4º e 5º do Art. 205; Art. 206 ("caput"), incisos II, III, V, e seu Parágrafo único; Art. 207 ("caput"); Art. 210 ("caput"); Art. 211 ("caput") e Parágrafo único.

PELA REJEIÇÃO: Art. 199 ("caput"), inciso IX; Art. 200 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º; Art. 201 ("caput"); Art. 202 ("caput"), §§ 1º e 3º; Art. 203 ("caput"), §§ 2º e 3º (Emenda nº 2 336-2, Marcos Lima); Art. 204 ("caput"); Art. 205 ("caput"), § 3º; incisos I e IV do Art. 206; Art. 208 ("caput"); Art. 209 ("caput").

CAPÍTULO III:

PELA APROVAÇÃO: Art. 217 ("caput"), § 2º, § 5º, inciso I e § 6º; Art. 218 ("caput") e seu Parágrafo único; §§ 1º, 2º e 3º do Art. 221; Art. 222 ("caput"); Art. 223 ("caput");

PELA REJEIÇÃO:

Art. 216 ("caput"), Parágrafo único, incisos I, II, III e IV; § 1º do Art. 217; Art. 219 ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 220 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 224 ("caput").

CAPÍTULO IV:

PELA APROVAÇÃO: Art. 225 ("caput"), incisos I, II e III, alíneas "a", "b" e "C"; incisos IV, VI, VII e VIII, §§ 1º e 2º;

PELA REJEIÇÃO: Inciso V do Art. 225.

FASE U

EMENDA:00004 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SOTERO CUNHA (PDC/RJ)

Texto:

Suprima-se § 3o. do art. 197 do Projeto de Constituição (B).

Justificativa:

É do conhecimento geral que a crescente elevação da taxa de juros é marcadamente injusta, com efeito perverso direto principalmente sobre os setores dependentes de crédito, como o de bens de consumo duráveis e bens de capital. Os efeitos perversos mais nítidos são a transferência de lucro dos setores produtivos para o setor financeiro e transferência de renda real dos consumidores para as aplicações financeiras. Isto tudo leva à queda dos níveis de consumo e de investimento, determinado, inevitavelmente, a redução do nível de emprego nos setores diretamente afetados. Os juros altos, portanto, inibem a formação de estoques, inibem o consumo e, por consequência, inibem o investimento, ou seja, o aumento da capacidade de produção.

A grave distorção representada pela elevação da taxa de juros, porém, não poderá jamais ser controlada por lei. Uma redução artificial da taxa de juros é, portanto, sem eficácia como medida de política econômica. É irreal e atentatória à economia de mercado.

Inflação alta é que leva taxa de juros. A redução da inflação é que é o efetivo fator de queda da taxa de juros.

Tabelar juros, através de dispositivos constitucional, além de representar uma impropriedade, a medida torna-se imediatamente inócua porque o mercado desenvolverá, inevitavelmente, uma série de mecanismos artificiais (exigência de reciprocidade, saldos médios, cobrança antecipada de juros e comissões, entre outras) que terminam por onerar mais o tomador de recursos.

Do lado do Poder Público, a medida é perversa enquanto retira das autoridades governamentais um eficiente mecanismo de controle da política monetária.

Parecer:

A crescente elevação das taxas de juros reais praticadas pelo sistema financeiro tem prejudicado sensivelmente o setor produtivo da economia.

Não é pertinente, portanto, deixar de mencionar no texto constitucional a necessidade de criar mecanismos institucionais que permitam superar esta grave distorção.

Pela rejeição.

EMENDA:00103 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS ALBERTO (PTB/RN)

Texto:

Suprima-se o § 3o. do Art. 197 do Projeto de Constituição (B).

Justificativa:

As taxas de juros constituem hoje um dos instrumentos mais dinâmicos e universalmente utilizados na administração das economias modernas. Inserir-las no texto da Constituição, além de representar recurso apelativo inadequado e impróprio ao esforço constitucional, irá certamente imobilizar as iniciativas do Poder Executivo quando este se defrontar com a oportunidade de emprego de tal instrumento, de modo especial no combate à inflação e no controle monetário da economia.

Parecer:

A crescente elevação das taxas de juros reais praticadas pelo sistema financeiro tem prejudicado sensivelmente o setor produtivo da economia.

Não é pertinente, portanto, deixar de mencionar no texto constitucional a necessidade de criar mecanismos institucionais que permitam superar esta grave distorção.

Pela rejeição.

EMENDA:00104 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS ALBERTO (PTB/RN)

Texto:

Suprima-se, no § 3o. do Art. 197 do Projeto de Constituição (B) a expressão:

"nelas incluídas comissão e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito."

Justificativa:

As taxas de juros devem refletir o custo real do dinheiro. Ora, a limitação das taxas ao teto de doze por cento ao ano representa restrição suficiente às forças de mercado que determinam, através da oferta e da demanda monetária, os níveis de remuneração do dinheiro, isto é, as taxas de juros. A matéria supressa são custos que nada têm a ver com os juros, uma vez que são custos fixos; em função dos movimentos históricos do mercado monetário, em determinado momento as taxas de juros poderão ser tão baixas que não cubram sequer esses custos. Em outros momentos de alta demanda, o mercado terá de buscar um meio de camuflar a recuperação desses custos. Assim, o mais lógico é eliminar, do texto constitucional, qualquer referência à recuperação de custos que são legítimos, como é constante desta proposta.

Parecer:

A emenda pretende suprimir a expressão "...nelas incluída comissão e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito", no parágrafo 3o. do art. 197.

Somos pela rejeição da emenda devido ao parecer favorável à supressão de todo o dispositivo.

Pela rejeição.

EMENDA:00141 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MILTON REIS (PMDB/MG)

Texto:

Suprimir o parágrafo 3o. do Art. 197 do Projeto de Constituição (B)

Justificativa:

Emenda sem justificação.

Parecer:

Não nos parece conveniente a supressão proposta.

Pela rejeição.

EMENDA:00231 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

Texto:

Título VII

Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo IV

Do Sistema Financeiro Nacional

Suprimir, do inciso I, do artigo 197, os

termos "bancárias" e "bancário", dando ao texto a seguinte redação:

Art. 197 -

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas nesta autorização;

Justificativa:

A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, também conhecida como "Lei da Reforma Bancária", criou o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, reorganizou as instituições monetárias, bancárias e não bancárias, públicas e privadas.

Desta forma, o texto do artigo 197, inciso I, tal como foi aprovado em primeiro turno, ao invés de garantir a todas as instituições financeiras o acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro, sem qualquer fundamento restringiu-se a atribuir a garantia constitucional de acesso a todos os instrumentos ao mercado financeiro bancário às instituições financeiras bancárias, discriminando radicalmente as instituições financeiras não bancárias.

Assim, para restabelecer o princípio de isonomia e de igualdade perante a lei, e considerando que ao democratizar o acesso de todas as instituições a todos os setores do mercado financeiro diminui-se a concentração existente no sistema financeiro, oferecendo-se alternativas de canais de crédito e poupança a população, propomos suprimir os termos "bancárias" e "bancário" do inciso I, do artigo 197.

Parecer:

A emenda pretende suprimir as palavras "bancários" e "bancário" do inciso I do art. 197. O autor argumenta com a possível discriminação a instituições financeiras não-bancárias no acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro. Não vemos a possibilidade de discriminação apontada pelo autor da emenda e cremos que a lei do sistema financeiro

nacional, prevista no Projeto de Constituição, não estabelecerá discriminações injustificáveis.
Pela rejeição.

EMENDA:00305 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JESSÉ FREIRE (PFL/RN)

Texto:

SUPRIMIR "TODO O TEXTO, do PARÁGRAFO 3o., do artigo 197. do Capítulo IV, do Título VII, do Projeto de Constituição "B".

Justificativa:

Emenda sem justificação.

Parecer:

A crescente elevação das taxas de juros reais praticadas pelo sistema financeiro tem prejudicado sensivelmente o setor produtivo da economia.

Não é pertinente, portanto, deixar de mencionar no texto constitucional a necessidade de criar mecanismos institucionais que permitam superar esta grave distorção.

Pela rejeição.

EMENDA:00380 PREJUDICADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL/RJ)

Texto:

Dispositivo Emendado: - Artigo 197, inciso I.

No inciso I do artigo 197 do Projeto de Constituição B, onde se lê "... nesta autorização" ..., leia-se "... neste inciso"...

Justificativa:

Embora não pareça dúvida de que com a aprovação da emenda aditiva pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte, da restrição que se impôs ao sistema bancário, entendemos que esta redação atende melhor a técnica redacional.

Parecer:

A emenda pretende substituir a expressão "nesta autorização" por "neste inciso" no inciso I do art. 197. O objetivo é o de aprimorar a técnica redacional.

Estamos propondo, porém, em outro parecer, a supressão de todo o texto onde consta a expressão acima, motivo porque a emenda fica prejudicada.

Pela prejudicialidade.

EMENDA:00383 APROVADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Converta-se o § 3o. do artigo 197 em inciso (IX), conforme havia sido aprovado pelo Plenário, dele suprimindo-se a seguinte expressão: "... não poderão ser superiores a doze por cento ao ano...".

Com a supressão proposta o texto do dispositivo ficaria com a seguinte redação:

Art. 197 -

.....

IX - as taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações diretas ou indiretamente referidas à concessão de crédito, sendo a cobrança acima de limite considerada crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos da lei.

Justificativa:

O caput do artigo (197), a que este dispositivo pertencente, dispõe o seguinte:

Art. 197 – O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar que disporá, inclusive, sobre.

A inserção deste início, com a supressão proposta, determina, pois a lei complementar, que vai tratar do sistema financeiro nacional, deverá também dispor sobre as taxas de juros reais e considerar, como crime de usura, cobranças acima de limites que a lei venha a estabelecer, atingindo o objetivo de seu autor de limitar a remuneração do capital em benefício do trabalho sem, contudo, ingressar na Constituição esse valor, o que me parece, é de consenso e de grande conveniência. Os limites a que se deram condicionar as taxas de juros variam como o tempo, com as taxas internacionalmente praticadas e com o tipo de financiamento, sendo, pois, necessária uma elasticidade na sua determinação, o que exige que o seu tratamento não seja constitucional, mas através da legislação ordinária. Todavia, é pertinente o comando constitucional para que a lei disponha sobre esta questão de grande importância econômica e social.

Parecer:

Estabelecer mecanismos inflexíveis de controle da oferta e procura de dinheiro em um mercado que encontra múltiplas formas de evasão pode resultar em desserviço ao próprio interesse nacional.

A fixação de um limite rígido à taxa de juros, como medida isolada em um país no qual todos os demais instrumentos da economia de mercado permanecem livres, acaba tendo como efeito uma canalização maciça de investimentos financeiros para a economia subterrânea, paralegal e puramente especulativa, estimulando - além disso - a fuga desses capitais, em busca de opções externas.

O setor produtivo e a economia nacional no seu conjunto acabariam por sofrer os reflexos mais negativos dessa imposição, com a redução dos investimentos, a queda da arrecadação, a diminuição dos serviços públicos e a melhor oferta de emprego.

Optamos, pois, pela solução que nos pareceu mais próxima do bom senso. A emenda em tela introduz nos princípios da política financeira a necessidade da fixação, por via de lei complementar, de um limite para a taxa de juros.

Entendemos ser uma solução intermediária, que permitirá tratamento mais consensual à matéria, no tempo devido, após amplo debate em todo o país, com a aprovação da maioria absoluta do Congresso Nacional.

Pela aprovação.

EMENDA:00391 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

Texto:

TÍTULO VII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO IV

DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Suprimir o § 2o. do Art. 197 do Projeto de Constituição (B) página 128, a expressão "e por elas aplicados".

Art. 197 -

.....

§ 2o. - Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito "e por elas aplicados".

Justificativa:

Emenda sem justificção.

Parecer:

A emenda pretende suprimir a expressão "e por elas aplicados" no parágrafo 2o. do art. 197 do Projeto de Constituição. O referido parágrafo 2o. diz o seguinte:

"Parágrafo 2o. - os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados".

Não vemos razões para suprimir a mencionada expressão e, portanto, optamos por manter o texto aprovado no 1o. turno de votação.

Pela rejeição.

EMENDA:00477 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB/SE)

Texto:

Suprima-se a palavras "oficiais" inserida entre as expressões "dos" e "seguradores", do inciso II, do artigo 197.

Justificativa:

Rui Barbosa, o grande mestre, sempre ensinou que as leis devem ser sintéticas, de fácil compreensão e, sobretudo escorreitas. Assim para atender ao que o mestre inextinguível sempre aconselhou no tocante a linguagem das leis, mormente quanto se trata de nossa lei maior, é que estamos propondo a supressão desta palavra repetida no texto em lide sem qualquer utilidade sintética.

A repetição de palavras, nos textos, com idêntica significação só se compreende, ensinam os estilistas Albalat à frente deles, quando elas são ênfase ao discurso, o que não é o caso.

Parecer:

A emenda pretende suprimir a palavra "oficiais" inserida entre as palavras "dos" e "seguradores" no inciso II do art. 197. O objetivo é o de aprimorar a redação do referido inciso.

Optamos, porém, pela maior clareza da redação com a manutenção da palavra "oficiais" que, no caso, não serve apenas de ênfase ao discurso, como sugere o autor da emenda.

Pela rejeição.

EMENDA:00493 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SÉRGIO WERNECK (PMDB/MG)

Texto:

Suprima-se o parágrafo terceiro do artigo 197.

Justificativa:

A redução dos juros ao máximo de 12% é uma meta a ser perseguida pela política monetária do governo, porém sua inserção na constituinte é Anti-técnica.

Parecer:

A crescente elevação das taxas de juros reais praticadas pelo sistema financeiro tem prejudicado sensivelmente o setor produtivo da economia.

Não é pertinente, portanto, deixar de mencionar no texto constitucional a necessidade de criar mecanismos institucionais que permitam superar esta grave distorção.

Pela rejeição.

EMENDA:00647 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

Texto:

Suprima-se o § 3o. do art. 197 do Projeto de Constituição (Redação para o 2o. Turno).

Justificativa:

A fixação da taxa máxima de juros na Constituição constitui um erro que deve ser corrigido.

Inicialmente, é conveniente salientar que a matéria contida na disposição é inadequada para constar de texto de nível constitucional. Não diz respeito a organização ou a princípios gerais do Estado brasileiro, a regras do jogo político, nem aos direitos fundamentais do cidadão. Pelo contrário, seu conteúdo é matéria econômica, por sua natureza sujeita a modificações, conforme a conjuntura reinante.

O dinheiro é uma mercadoria como qualquer outra e o seu preço também varia, como variam os demais preços, em função da maior ou menor oferta da mercadoria, em função da maior ou menor demanda do produto. Tabelar preços de mercadorias na Constituição é, no mínimo, lamentável. Todos os economistas, do centro, da direita ou da esquerda, ouvidos na Assembleia Nacional Constituinte, manifestam-se contra a medida. É só consultar os seus Anais.

Parecer:

A crescente elevação das taxas de juros reais praticadas pelo sistema financeiro tem prejudicado sensivelmente o setor produtivo da economia.

Não é pertinente, portanto, deixar de mencionar no texto constitucional a necessidade de criar mecanismos institucionais que permitam superar esta grave distorção.

Pela rejeição.

EMENDA:00734 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GEOVAH AMARANTE (PMDB/SC)

Texto:

Suprima-se o § 3o, do Art. 197 - Projeto "B"

Justificativa:

A fixação da taxa de juros pelo plenário da ANC, em 1º turno resultou de uma votação, onde não foram prestados os esclarecimentos necessários. Um país como o Brasil, onde a média real da inflação oscila entre 23% e 25% por cento, eleva as taxas de juros a um patamar de certa 70% acima da inflação. Sabemos que as leis que regem o mercado financeiro seguem estritamente o código comercial mais antigo do mundo; a oferta e a procura infelizmente, esta afirmação não se aplica ao Brasil, que por não ter uma economia definida, não pode oferecer para o empresariado e o investidor, a garantia da aplicação de seus recursos com a devida segurança de liquidez. Nossa economia sempre foi “gerenciada” pela edição de “pacotes” com o intuito de baixar a inflação, a qualquer custo. Este procedimento foi muito comum nos governos pós-64, e, até agora, ainda não tivemos o governo, que ao ascender ao Poder, levasse um programa econômico que fosse capaz de reduzir a inflação, e consequentemente o combate ao “déficit” público. A alta dos juros, não tem origem na “ganância” dos banqueiros, mas na falta de uma política que reduza os investimentos de custeio e que “abra” o Brasil para o investimento externo. Infelizmente, sabemos que nenhum capital transnacional arriscaria investir em um País, sem ter certeza de seu futuro. O Brasil, que nos anos 70 era “a Futura potência mundial”, hoje está reduzido a uma “simples promessa”, e com perspectivas bastantes sombrias.

Entendo que o texto constitucional não deve, de forma alguma limitar o valor dos juros reais, pois vale lembrar que a Lei nº 4.595, em seu art. 4º, confere competência ao CMN o direito de limitar a taxa de juros.

Dessa forma, é que solicitamos deste plenário a aprovação de nossa emenda supressiva.

Parecer:

A crescente elevação das taxas de juros reais praticadas pelo sistema financeiro tem prejudicado sensivelmente o setor produtivo da economia.

Não é pertinente, portanto, deixar de mencionar no texto constitucional a necessidade de criar mecanismos institucionais que permitam superar esta grave distorção.

Pela rejeição.

EMENDA:00741 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMIR LIMA (PMDB/AC)

Texto:

Suprimam-se do art. 197 - Capítulo IV, as expressões e parágrafos:

1 - Item I, a expressão: "... sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas nesta autorização".

2 - supressão integral dos parágrafo 2o. e 3o. - Item VIII.

Justificativa:

Entendemos serem as matérias constantes dos § 2º e 3º bem como a expressão contida no item I, mais apropriadas para Leis ordinárias, não devendo ser matéria do texto constitucional.

Necessária se faz uma discussão mais ampla sobre os assuntos por sua natureza e abrangência.

Parecer:

A emenda pretende suprimir integralmente o inciso VIII e os parágrafos 2o. e 3o. e a expressão "...sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas nesta autorização" do inciso I do art. 197.

Acolhemos parcialmente a emenda, suprimindo a expressão acima mencionada.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:00784 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

Suprima-se o § 3o. do art. 197.

Justificativa:

No século XX, a boa prática da política econômica recomenda que se dê alguma flexibilidade ao tratamento da taxa de juros, seja na lei ordinária nas normas decisórias das autoridades monetárias. A fixação permanente em 12% é uma violência ao funcionamento do mercado financeiro nacional e internacional, um engessamento que seria capaz de paralisar ou informalizar exageradamente a economia, estimulando o ágio, o mercado paralelo, as práticas de reciprocidade e outros de atos condenáveis.

Parecer:

A crescente elevação das taxas de juros reais praticadas pelo sistema financeiro tem prejudicado sensivelmente o setor produtivo da economia.

Não é pertinente, portanto, deixar de mencionar no texto constitucional a necessidade de criar mecanismos institucionais que permitam superar esta grave distorção.

Pela rejeição.

EMENDA:00826 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ENOC VIEIRA (PFL/MA)

Texto:

Suprima-se o Parágrafo Terceiro (3o.) todo o Artigo 197 do Projeto de Constituição (B):
" § 3o. As taxas de juros reais, nelas incluídas Comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito não poderão ser superiores a doze por cento ao ano, sendo a cobrança acima deste limite considerada crime de usura, punindo, em todas as suas modalidades, nos termos da lei".

Justificativa:

Por entender que isto não é matéria constitucional e que deve ser normatizada pela legislação ordinária, proponho a supressão em epígrafe.

Parecer:

A crescente elevação das taxas de juros reais praticadas pelo sistema financeiro tem prejudicado sensivelmente o setor produtivo da economia. Não é pertinente, portanto, deixar de mencionar no texto constitucional a necessidade de criar mecanismos institucionais que permitam superar esta grave distorção. Pela rejeição.

EMENDA:00929 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BASILIO VILLANI (PTB/PR)

Texto:

Suprima-se o inciso VII do art. 197 do projeto de Constituição "B" - Redação para o 2o. turno.

Justificativa:

O inciso não trata de matéria de natureza Constitucional. A transferência de recursos de uma região do País para outra é matéria de finanças públicas de competência do Estado, através de suas instituições, inclusive bancárias oficiais. As instituições financeiras privadas devem agir sob o comando das leis de mercado com vistas a obter maior eficiência. Subordiná-las a regras como a prevista no inciso VII do artigo 197 é limitá-las no exercício de suas atividades. Ao País interessa ter instituições financeiras privadas sólidas e eficientes. Ademais, poderia autorizar interpretação violadora dos direitos e garantias individuais no plano da livre disponibilidade dos valores que legitimamente integram o patrimônio das pessoas físicas e jurídicas. Por exemplo: "um indivíduo que, por força de transferência compulsória passa a residir em regiões com renda inferior à média nacional não poderia, após nova transferência, para a sua região de origem e de maior desenvolvimento, levou consigo os valores integrantes de caderneta de poupança acumulada no período.

Parecer:

A emenda pretende suprimir o inciso VII do art. 197. Trata-se de dispositivo que restringe a transferência de recursos de uma região pobre para outra mais desenvolvida do País. A supressão do mencionado inciso pode vir a prejudicar as regiões menos desenvolvidas do País. Pela rejeição.

EMENDA:00930 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BASILIO VILLANI (PTB/PR)

Texto:

Suprima-se, no inciso VI do artigo 197 do Projeto de Constituição (redação para 2o. Turno), a expressão seguinte:

"VI - ...garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União".

Justificativa:

O fundamental é que a Constituição assegure que a economia popular seja protegida através de fundo ou seguro de crédito. Sobre quais as modalidades de crédito que a garantia se dará, bem como se a União participará ou não dessa garantia, é matéria que deve ser reservada à lei complementar, de que trata o capítulo. Veja-se o caso dos inúmeros bancos estaduais que necessitaram de recursos recentemente. Não fosse a garantia da União teriam falido, com graves prejuízos para a economia popular e para os Estados da federação.

Parecer:

A emenda pretende suprimir a expressão "... garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União", que consta no inciso VI do art. 197.

Julgamos que é importante a criação de fundo ou seguro de créditos e depósitos, sem a participação de recursos da União, ou seja, do contribuinte, de impostos pagos pelo povo.

Pela rejeição.

EMENDA:00931 APROVADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BASILIO VILLANI (PTB/PR)

Texto:

Suprima-se, no inciso I do art. 197 do Projeto de Constituição (Redação para o 2o. Turno), a expressão seguinte:

"I - ... sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas nesta autorização;"

Justificativa:

Em primeiro lugar, a expressão é tautológica. Diz, com outras palavras, que as instituições financeiras só podem exercer as atividades para as quais foram autorizadas, o que é óbvio.

Em segundo lugar, é a lei complementar prevista no artigo que deverá estabelecer quais as atividades que serão exercidas pelas instituições financeiras, pois isso não seria matéria de nível constitucional.

Em terceiro lugar, a expressão é inócua, pois se autorização dada pelo Poder Público permitir que a instituição financeira venda, em seus estabelecimentos, ingressos de teatro, por exemplo, ela poderá fazê-lo, por ser uma atividade contida na autorização.

Parecer:

Somos pelo acolhimento da Emenda, nos termos da justificação do autor.

EMENDA:01002 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RUBERVAL PILOTTO (PDS/SC)

Texto:

DISPOSITIVO EMENDADO: - Artigo 197, inciso I.

Suprima-se do inciso I do artigo 197 do Projeto de Constituição B a expressão "...nesta autorização".

Justificativa:

A supressão ora proposta tem por finalidade aprimorar o texto do disposto, dando-lhe melhor técnica redacional.

Parecer:

A emenda pretende suprimir a expressão "... nesta autorização" no inciso I do art. 197 do Projeto de Constituição. A finalidade da emenda é aprimorar a técnica legislativa do dispositivo.

No entanto, como estamos propondo suprimir o texto em referência temos que opinar pela rejeição dessa emenda.

EMENDA:01098 RETIRADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO DIÓGENES (PDS/AC)

Texto:

Suprima-se no inciso I, do art. 197, a seguinte expressão:

"... sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas nesta autorização."

RETIRADA PELO AUTOR

Justificativa:

A inserção da expressão representa erro manifesto e redundância desnecessária, necessitando ser corrigida.

Parecer:

Somos pelo acolhimento da Emenda, nos termos do parecer à emenda no. 2100932-3.

EMENDA:01103 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AÉCIO NEVES (PMDB/MG)

Texto:

Suprime-se o parágrafo 3o. do Inciso VIII do Artigo 197. § 3o: "As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano, sendo a cobrança acima deste limite considerada crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos da lei."

Justificativa:

Não cabe no texto constitucional a limitação proposta pela emenda.

No máximo, ela irá inviabilizar a política monetária dos governos, e de imediato irá bloquear o acesso ao crédito para um numero significativo de brasileiros.

A matéria é das mais relevantes, mas deve ser rediscutida com o objetivo de se encontrar uma solução definitiva para o elevado índice das taxas de juros.

Parecer:

A crescente elevação das taxas de juros reais praticadas pelo sistema financeiro tem prejudicado sensivelmente o setor produtivo da economia.

Não é pertinente, portanto, deixar de mencionar no texto constitucional a necessidade de criar mecanismos institucionais que permitam superar esta grave distorção.

Pela rejeição.

EMENDA:01108 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DARCY POZZA (PDS/RS)

Texto:

Emenda Supressiva: § III - item 8o. - Art. 197 - Cap. IV - Título VII
Suprimir: "As taxas de juros reais nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12% ao ano. A cobrança acima desse limite será conceituada como crime de usura, punida, em todas as suas modalidades, nos termos em que a lei determinar."

Justificativa:

Não se pode estabelecer limites à livre iniciativa pois ela atua na variação do livre mercado. A manutenção do limite de 12% será perpetuar a própria inflação, que não queremos duradoura. Não se pode estabelecer que instituições financeiras atuem no mercado captando recursos a taxas altas e repassá-las mais baixas.

Seria a falência do sistema financeiro nacional. Além do mais não é matéria constitucional. Nem mesmo da legislação comum.

Parecer:

A crescente elevação das taxas de juros reais praticadas pelo sistema financeiro tem prejudicado sensivelmente o setor produtivo da economia.

Não é pertinente, portanto, deixar de mencionar no texto constitucional a necessidade de criar mecanismos institucionais que permitam superar esta grave distorção.

Pela rejeição.

EMENDA:01265 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FURTADO LEITE (PFL/CE)

Texto:

"Art. 197 § 3o. As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano, sendo a cobrança acima deste limite considerada crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos da lei.

Justificativa:

É inviável fixar qualquer taxa de juros ao ano.

Cabe às autoridades monetárias encontrar soluções, democraticamente, respeitando os parâmetros econômicos do país.

Parecer:

A crescente elevação das taxas de juros reais praticadas pelo sistema financeiro tem prejudicado sensivelmente o setor produtivo da economia.

Não é pertinente, portanto, deixar de mencionar no texto constitucional a necessidade de criar mecanismos institucionais que permitam superar esta grave distorção.

Pela rejeição.

EMENDA:01309 APROVADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ GUSHIKEN (PT/SP)

Texto:

Suprima-se, no art. 197, I, a expressão

"sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas nesta autorização".

Justificativa:

Trata-se de emenda destinada a evitar que o reordenamento do sistema financeiro nacional se dê às custas do emprego de milhares de trabalhadores.

Parecer:

Somos pelo acolhimento da Emenda, nos termos do parecer à emenda no. 2T00931-3.

EMENDA:01377 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

Texto:

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 197, é3o.

Suprima-se, do art. 197, o § 3o.: "As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano, sendo a cobrança acima deste limite considerada crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos da lei."

Justificativa:

A estipulação da taxa de juros na Constituição é irrealística e, até, absurda.

Os argumentos contra essa impropriedade são vários, a começar pela sua inxequibilidade, já que atenta contra a lei fundamental da economia. É evidente o inconveniente deste dispositivo, sobretudo, quando já um consenso quase generalizado a respeito do assunto. Não se pode fixar taxas de juros em uma constituição, e sim por uma política ampla dos bancos, de conformidade com diretrizes emanadas do Conselho Monetário Nacional.

Parecer:

A crescente elevação das taxas de juros reais praticadas pelo sistema financeiro tem prejudicado sensivelmente o setor produtivo da economia.

Não é pertinente, portanto, deixar de mencionar no texto constitucional a necessidade de criar mecanismos institucionais que permitam superar esta grave distorção.

Pela rejeição.

EMENDA:01397 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO GASPARIAN (PMDB/SP)

Texto:

Suprimir a expressão "complementar" do caput do artigo 197, que ficaria com a seguinte redação: "O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interessados da coletividade, será regulado em lei, que disporá, inclusive, sobre."

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

A emenda pretende suprimir a palavra "complementar" do caput do art. 197. É que foi aprovado no 1o. turno de votação que o sistema financeiro nacional será regulado em lei complementar. O autor da emenda objetiva, com isso, que o sistema financeiro nacional continue a ser regulado por lei ordinária, como tem sido da tradição jurídica do País. Não obstante, acreditamos que a Comissão temática, onde se originou a exigência de lei complementar tenha encontrado fundadas razões nesse sentido, além da simples vontade de exigir quórum qualificado para a introdução dos dispositivos constitucionais. Somos pela rejeição da emenda.

EMENDA:01553 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS VIRGÍLIO (PDS/CE)

Texto:

Suprima-se o § 3o. do art. 197, do Projeto de Constituição (B):

Justificativa:

Trata-se de um parágrafo aditado que estipula a taxa de juros na Constituição. Inculpe-se no texto assunto tão absurdo quanto o seria se o mesmo fosse feito com a fixação da taxa inflacionária. Os argumentos contra essa impropriedade são vários, a começar pela sua inexequibilidade, já que atenta até mesmo contra o bom senso. Cremos que a evidencia do inconveniente deste dispositivo dispensa outros comentários, sobretudo quanto se verifica haver quase que um consenso nacional em torno da medida ora proposta.

Parecer:

A crescente elevação das taxas de juros reais praticadas pelo sistema financeiro tem prejudicado sensivelmente o setor produtivo da economia. Não é pertinente, portanto, deixar de mencionar no texto constitucional a necessidade de criar mecanismos institucionais que permitam superar esta grave distorção. Pela rejeição.

EMENDA:01642 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ SALOMÃO (PDT/RJ)

Texto:

Suprime o inciso III do Art. 197

Justificativa:

Não há porque garantir, na própria Constituição, a participação do capital estrangeiro nas instituições do sistema financeiro nacional. Mantido o inciso, a lei complementar que regular o artigo 197, deverá contemplar obrigatoriamente a participação do capital estrangeiro no sistema financeiro. Parece mais prudente não incluir esta obrigatoriedade. O legislador ordinário decidirá se convém ou não a presença do capital estrangeiro neste setor. A atual lei que dispõe sobre o sistema financeiro, elaborada no Governo Castelo Branco, não contempla, em nenhum de seus dispositivos a participação do capital estrangeiro.

Parecer:

A emenda pretende suprimir o inciso III do art. 197 que trata das condições para regulamentação do capital estrangeiro nas instituições financeiras. O texto não torna obrigatória a participação do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional, como alega o autor da emenda. Tão somente reconhece a realidade da presença, hoje ou no futuro, de instituições financeiras com capital estrangeiro na economia nacional. Essa presença será necessariamente regulada em lei dentro dos parâmetros instituídos

pela Constituição.
Pela rejeição.

EMENDA:01759 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

Texto:

Art. 197, § 3o. - Projeto (B)
Suprima-se no § 3o., do art. 197, do Projeto (B), a referência a percentual, ficando a sua redação na forma seguinte:
"§ 3o. - As taxas de juros reais, nelas incluídas as comissões e quaisquer outras remunerações diretas ou indiretamente referidas à concessão de crédito, terão os limites fixados em lei, importando a cobrança acima dos mesmos em crime de usura, punido em todas as suas modalidades."
Transfira-se o enunciado referente ao índice dos juros para o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, como artigo autônomo, com a seguinte redação:
"Art... - Enquanto não for aprovada a lei referida no § 3o., do art. 197, a taxa de juros ali mencionada não poderá ser superior a 12 por cento ao ano".

Justificativa:

O desmembramento do dispositivo, conforme acima proposto, objetiva sanar um equívoco técnico quanto ao tratamento dispensado às matérias nele contidas.
O princípio da limitação da taxa de juros – em índices a serem fixados em lei – efetivamente se reveste de cunho permanente e, por isso, está a merecer tal tratamento.
Já a fixação dos índices, com a respectiva referência numérica, diz respeito a assunto da competência da lei ordinária, eis que eventuais oscilações drásticas da economia que exigissem alteração dos números estabelecidos não implicariam em reforma do texto constitucional.
Preserva-se, ainda, em caráter provisório, a medida drástica da limitação em 12 por cento até que o Congresso Nacional, no amplo foro da legislação ordinária, possa se posicionar sobre o assunto.

Parecer:

Tendo em vista o parecer proferido à Emenda no. 2T00383-8, somos pela rejeição da proposta contida na Emenda, ora em exame.

EMENDA:01832 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO BRANT (S/P/MG)

Texto:

Suprima-se o parágrafo 2o. do art. 197.

Justificativa:

Ao prever que a União deverá depositar os recursos de seus programas de caráter regional em instituições regionais de crédito o dispositivo supracitado contradiz frontalmente o disposto no parágrafo 3º do art. 170, que determina o depósito de todas disponibilidades de caixa da União ao Banco Central.
A intenção de garantir as aplicações essenciais para equilibrar o desenvolvimento regional no País, é atendida com os dispositivos previstos nas seções que tratam das regiões e dos orçamentos públicos. Os desvios na alocação dos gastos públicos têm que ser resolvidos no campo das decisões orçamentárias e não justificam a criação de outra distorção, inviabilizando uma medida fundamental para a ordenação das finanças pública no País. Quanto a aplicação dos recursos financeiros federais regionais, o parágrafo citado e redundante em face do disposto na alínea "c" do inciso I do artigo 165.

Parecer:

A emenda pretende suprimir o parágrafo 2o. do art. 197 do Projeto de Constituição. Esse dispositivo trata do depósito e aplicação de recursos financeiros em instituições regionais de crédito.
Optamos por manter o dispositivo tal como aprovado no 1o. turno de votação da Constituição, não vendo razão nas preocupações externadas pelo autor da emenda.
Pela rejeição.

FASE W

EMENDA:00070 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PFL/SP)

Texto:

Capítulo IV

Do Sistema Financeiro Nacional

Devolva-se ao Art. 192 inciso I a redação constante no Projeto de Constituição "C" (Redação do vencido no 2o. turno) proposta à Comissão de Redação:

"I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas nesta autorização";

Justificativa:

A Comissão de Redação alterou a redação "in fine" do inciso I do referido artigo substituindo a expressão "nesta autorização" por "neste inciso".

Considero necessária a reconsideração, tornando sem efeito a referida alteração, tendo em vista que: a) a alteração modifica o conteúdo da matéria aprovada em plenário;

b) tira a competência dos órgãos regulamentadores do sistema financeiro de definir na autorização de funcionamento as atividades nas quais as instituições podem operar;

c) dá margem a interpretações dúbias sobre serviços que possam fazer parte ou não do mercado financeiro bancário, podendo implicar a paralisação ou suspensão de serviços vitais à comunidade, como o atendimento a milhões de aposentados e pensionistas.

EMENDA:00162 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALOÍSIO VASCONCELOS (PMDB/MG)

Texto:

A autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, vedado participar em atividades não previstas na autorização.

Justificativa:

Para uma melhor técnica redacional e clareza.

EMENDA:00179 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS DE'CARLI (PTB/AM)

Texto:

Substitua-se o dispositivo acima indicado pelo seguinte:

§ 3o. - Nos termos da lei, a taxa de juros reais, nela incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano, sendo a cobrança acima

deste limite considerada crime de usura, punido em todas as suas modalidades.

Justificativa:

Trata-se, apenas, de incluir a expressão “nos termos da lei”, colocada “in fine” do “parágrafo, no início da oração, a fim de dirimir dúvidas quanto aos aspectos do preceito que devem ser regulamentados. Adotada a sugestão, desaparece a necessidade de interpretação judicial que pode protelar a aplicações do princípio constitucional.

EMENDA:00393 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALUÍZIO CAMPOS (PMDB/PB)

Texto:

Art. 192 -

§ 1o. - Diga-se:

"A autorização a que se referem os incisos I e II será inegável, intransferível e concedida, sem ônus, a pessoa jurídica de comprovada capacidade econômica para o empreendimento, cujos direitos tenham reputação ilibada e habilitação técnica, podendo o controle da titular ser transferido a outra pessoa jurídica, na forma da lei do sistema financeiro nacional."

Justificativa:

A autorização para o funcionamento de instituições financeiras dependerá do disposto na lei complementar reguladora do Sistema Financeiro Nacional.

O § 1º do art. 192 estabelece, porém, os requisitos dessa autorização, determinando que ela é inegociável, intransferível e concedida gratuitamente a pessoa jurídica com as qualificações que determina, mas permitindo a irrestrita transmissão do seu controle, que naturalmente deve ser efetuada na forma da lei do Sistema Financeiro Nacional.

A proposta visa a clarificar o dispositivo, tornando mais acessível a sua inteligência.

EMENDA:00394 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALUÍZIO CAMPOS (PMDB/PB)

Texto:

At. 192 -

IV - Diga-se:

"... atribuições das instituições financeiras públicas e privadas;"

V - Diga-se, suprimindo a menção do Banco Central:

"... diretoria das instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício;"

Justificativa:

A expressão “instituições financeiras”, em caráter genérico, inclui o Banco Central que não convém nominar em nenhum dispositivo constitucional. Nem ele nem as demais instituições financeiras governamentais.

Quando fizemos a reforma do Sistema Financeiro Nacional não será possível extinguir ou mudar a denominação do Banco Central sem emendar a Constituição.

EMENDA:00395 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALUÍZIO CAMPOS (PMDB/PB)

Texto:

Art. 192 -

III - Diga-se, suprimindo as alíneas a e b:

"... especialmente os interesses nacionais e os acordos internacionais;"

Justificativa:

Simplesmente incorpora as alíneas a e b ao próprio corpo do inciso.

EMENDA:00396 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALUIZIO CAMPOS (PMDB/PB)

Texto:

Art. 192 -

I - Diga-se:

"... assegurado às bancárias..."

Justificativa:

Apenas evita-se a repetição da palavra "instituições".

EMENDA:00451 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

Texto:

Transforme-se em inciso (o IX) o § 3o. do art. 192.

Justificativa:

No vencido no 2º turno, proposto pelo Relator Geral à Comissão de Redação, o § 3º, do art. 192, da proposta da Comissão, figurava como inciso, o IX, conforme se propõe na presente emenda, que é o simples restabelecimento da vontade do Plenário.

A indevida transposição causa ao texto prejuízo incalculável pois, como inciso, a matéria estará ao abrigo da existência de lei complementar que defina a aplicação do preceito.

EMENDA:00452 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

Texto:

Substitua-se as duas últimas palavras do Inciso I, do artigo 192 do Projeto de Constituição (C) Redação Final "neste inciso" pela expressão "na autorização de que trate este inciso", ficando o Dispositivo assim redigido:

"A autorização para o funcionamento das Instituições Financeiras, assegurado às instituições Bancárias Oficiais e Privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro Bancário, sendo vedado a essas instituições a participação em atividade não previstas na autorização de que trata este inciso."

Justificativa:

O acolhimento desta proposta de redação se impõe pelos seguintes motivos:

1º) Quando da sua aprovação em plenário, como inciso I, do Art. 192, do Projeto de Constituição B – 2º Turno, o Texto do dispositivo em foco retratava o seu verdadeiro objetivo, que é o de vedar às Instituições Financeiras outras atividades que não as previstas nas autorizações de funcionamento, autorizações essas a serem disciplinadas em Lei Complementar, como determina o "caput" do Art. 192, antigo Art. 197;

2º) Ora, a redação surgida nesta fase dos trabalhos, ao vedar às Instituições Financeiras atividades outras que não as previstas no próprio texto Constitucional, não se limitou a corrigir imperfeições gramaticais e acabou modificando radical e anti-regimentalmente o que fora votado e aprovado soberanamente pelo Plenário, vindo a doura Comissão de Redação, assim, a inovar a matéria;

3º) Finalmente, se mantida for a redação surgida nesta fase dos trabalhos, o preceito em foco corre o risco de ser inaplicável de cair no vazio, visto que o mesmo em momento algum prevê ou discrimina as atividades que seriam permitidas às instituições financeiras.

EMENDA:00477 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALBANO FRANCO (PMDB/SE)

Texto:

O dispositivo deve ficar assim redigido,

Art. 192

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas, acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas nesta autorização;

Justificativa:

O texto acima, foi aprovado em 1º turno nessa forma, com a inclusão do vocábulo “autorização” ao final, exatamente para dar ao inciso uma interpretação restritiva. O 2º turno aprovou o texto sem modifica-lo, não podendo a Comissão de Redação alterá-lo e por consequente ampliar a interpretação.

EMENDA:00499 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS SANT'ANNA (PMDB/BA)

Texto:

Transforme-se em inciso IX do art. 192 o § 3o. do citado artigo.

Justificativa:

A emenda 2P 10498-4, do nobre Constituinte Fernando Gasparian, rezava textualmente: “Inclua-se o seguinte inciso no artigo 228, referente ao Sistema Financeiro Nacional, do Projeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização: “VII – As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12% ao ano. A cobrança acima desse limite será conceituada como crime de usura, punida, em todas as suas modalidades, nos termos em que a lei determinar. ” Assim, como inciso, foi a emenda aprovada em 1º turno. No 2º turno, a discussão e votação cingiram-se apenas ao mérito, não se cuidando de que o relator havia transformado o inciso em parágrafo. Pelo exposto, o parágrafo terceiro do art. 192 deve retomar a sua forma original de inciso.

EMENDA:00536 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

Elimine-se a palavra "em" após a palavra "termos", ficando assim redigido o § 3o. do art. 192:
§ 3o. As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.

Justificativa:

O verbo “determinar” é transitivo direto. Neste caso o objetivo direto é “que”, referente a “termos”. A lei determina os termos, e não em termos.

EMENDA:00592 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANNA MARIA RATTES (PSDB/RJ)

Texto:

Os requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;

Justificativa:

A emenda visa determinar o nome correto do Banco Central.

EMENDA:00593 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANNA MARIA RATTES (PSDB/RJ)

Texto:

A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central do Brasil e demais instituições financeiras públicas e privadas;

Justificativa:

A emenda visa determinar o nome correto do Banco Central.

EMENDA:00617 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL/RJ)

Texto:

No inciso II do art. 192 do Projeto de Constituição C, onde se lê:

"... e do órgão oficial ressegurador;"

leia-se,

"... e dos oficiais resseguradores;"

Justificativa:

Trata-se de manter o texto constitucional aprovado pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte – "... e dos oficiais resseguradores" visto que a Comissão de Redação extrapolou suas atribuições ao fazer uma emenda de mérito e não uma emenda de redação.

O plenário votou pela maior competitividade do mercado ressegurador, pela descentralização regional, pelo possível surgimento de novas empresas estatais resseguradoras.

Portanto, cumpre que essa Comissão reponha o texto constitucional originalmente aprovado para que não parem dúvidas sobre o espírito e o conteúdo desta matéria e que representa a vontade expressa da maioria dos Senhores Constituintes.

EMENDA:00734 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ LINS (PFL/CE)

Texto:

Sugere-se:

1) unificar a redação de todos os incisos, evitando os artigos definidos no inciso de seus textos;

2) dar ao inciso II a seguinte redação: "autorização para financiamento dos estabelecimentos de seguro, previdência, capitalização, bem como de seus órgãos oficiais ressegurados e fiscalizados".

3) dar ao § 1o. a seguinte redação: "as autorizações a que se refere os incisos I e II são inegociáveis, permitida, sem ônus, a transferência do controle da pessoa jurídica titular, na forma da lei do sistema nacional, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

4) transforme-se o § 3o. em inciso IX do mesmo artigo.

Justificativa:

1) Sem comentários

2) Melhora a redação e a uniformização com a redação do inciso I.

3) Correções do português e melhoria na redação.

4) Restabelece a posição da matéria como aprovada pelo Plenário.

EMENDA:00738 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAES LANDIM (PFL/PI)

Texto:

Corrija-se o erro material do § 3o. do art. 192 inserindo-o como inciso IX do mesmo artigo.

Justificativa:

Houve um grave erro material na redação do Projeto “B”. Ao invés de incluir o disposto no parágrafo 3º, como inciso IX do art. 192, expressando o teor da emenda aditiva do Deputado Fernando Gasparian, o Relator o fez como parágrafo 3º. Reconhecendo seu erro no Projeto “C” preliminar distribuído à Comissão de Redação o eminente Relator corrigiu o equívoco.

Agora no Projeto “C” definitivo retornou ao erro material acima aludido.

A Comissão da Redação, no meu entender não tem o condão de decidir sobre a oportunidade ou não de correção de erro material por parte do Relator. Reconhecimento e configurando o erro material competiria a Comissão dele tão somente tomar conhecimento.

EMENDA:00801 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FELIPE MENDES (PDS/PI)

Texto:

Dê-se ao inciso I, do Art. 192, do Projeto de Constituição “C” redação final, seu primitivo teor, o do inciso I, do Art. 197, do Projeto de Constituição “B” - 2o. turno, ficando o mesmo assim redigido:

“A autorização para funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas nesta autorização.”

Justificativa:

A Comissão de Redação alterou o texto primitivo do dispositivo substitutivo a expressão “nesta autorização” por “neste inciso” e, assim agindo, cometeu erro gramatical, ou de linguagem, visto que a inovação tirou o sentido e a compreensão do texto.

Com efeito, se o inciso I do Art. 102 do Projeto C não define ou discrimina as atividades que poderão ser exercidas pelas instituições financeiras, como pode ele concluir que são vedadas outras atividades, que não as nele previstas?

Em suma, não havendo a previsão de atividades no referido inciso, sua última frase – “sendo vedadas a essas instituições a participação em atividades não previstas neste inciso” – se mostra gramaticalmente inconciliável com o restante do texto.

Acresce notar, ainda, que o Projeto de Constituição, em nenhuma de suas fases e em nenhuma das suas redações, estabeleceu ou discriminou as atividades que poderão ser exercidas pelas instituições financeiras oficiais e privadas, remetendo o assunto à Lei Complementar, como se verifica do “Caput” do Art. 192, do Projeto “C”, antigo Art. 197 do Projeto “B”.

Verifica-se, portanto, que a redação proposta pela Comissão de Redação é flagrantemente contraditória com o texto do vencido projeto “B”, é modificadora do conteúdo ou do mérito respeito e, por mais estes motivos, não deve prevalecer. Que seja restabelecida em consequência a redação primitiva.

EMENDA:00802 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FELIPE MENDES (PDS/PI)

Texto:

Substitua-se a expressão:

“... neste inciso.”

pela expressão:

“... nesta autorização.”

Justificativa:

Pretende-se o restabelecimento do texto constante do vencido no 2º turno, proposto à Comissão de Redação pelo Relator Geral.

Esse texto, convém ressaltar, é exatamente o mesmo do Projeto “B” (art. 197, inciso I), que foi realmente o votado no 2º turno.

Em 29.8.88, ao anunciar a votação do destaque nº 245 (Emenda nº 2T00380-3), do constituinte José Carlos Coutinho, que pretendia substituir a expressão “nesta autorização” por “neste inciso”, no final do inciso I, do art. 197, o Presidente Ulysses Guimarães informou ao Plenário que a Mesa, ouvindo o Relator, considerou a emenda com redacional e como tal seria examinada, exclusivamente, pelo Relator Geral. S. Ex^a, o constituinte Bernardo Cabral, ao redigir o vencido, não considerou o destaque, razão pela qual a expressão incluída na Proposta da Comissão de Redação deve ser alterada.

Nota: Como citar no formato Documento Eletrônico (ABNT): BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 192 da Constituição Federal de 1988. [Mensagem institucional]. Disponível em: <colocar link da BD aqui>. Acesso em: colocar a data da consulta, por exemplo, 10 nov. 2014.